



Anais do

V SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR (SENAPOP)

"A Extensão Popular e a Atualidade do Desafio Democrático"

Pedro José Santos Carneiro Cruz
Renan Soares de Araújo
(organizadores)

Anais do

V SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR (SENAPOP)

“A Extensão Popular e a Atualidade do Desafio Democrático”

Editora do CCTA

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
REITOR: TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS
VICE-REITORA: MÔNICA NÓBREGA

CENTRO DE COMUNICAÇÃO TURISMO E ARTES
DIRETOR: ULISSES CARVALHO SILVA
VICE-DIRETORA: FABIANA CARDOSO SIQUEIRA

EDITOR
Dr Ulisses Carvalho Silva
CONSELHO EDITORIAL DESTA PUBLICAÇÃO
Dr Ulisses Carvalho Silva
Carlos José Cartaxo
Magno Alexon Bezerra Seabra
José Francisco de Melo Neto
José David Campos Fernandes
Marcílio Fagner Onofre
SECRETÁRIO DO CONSELHO EDITORIAL
Paulo Vieira
LABORATÓRIO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO
COORDENADOR
Pedro Nunes Filho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A532 Anais do V Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular (SENAPOP) : a extensão popular e a atualidade do desafio democrático (5. : 2025 : 17 a 19 de junho de 2025, UFPB : João Pessoa, PB) [recurso eletrônico] / Pedro José Santos Carneiro Cruz, Renan Soares de Araújo (Organizadores). – Dados eletrônicos. – João Pessoa : Editora do CCTA, 2025.
684 p.

Ebook.
ISBN 978-65-5621-566-2

1. Educação popular. 2. Extensão universitária. 3. Movimentos sociais. I. Cruz, Pedro José Santos Carneiro. II. Araújo, Renan Soares de.

CDU 37

Bibliotecária Josélia Maria Oliveira da Silva – CRB15/113

O Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) está vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O EXTELAR integra também a Linha de Pesquisa de Educação Popular do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB.

GRUPO DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR (EXTELAR)

Líder

Pedro José Santos Carneiro Cruz

Vice-líderes

Andrea Alice da Cunha Faria

Daniella de Souza Barbosa

Danilo Fernandes Costa

Fernando A. Abath L. C. Cananéa

José Francisco de Melo Neto

Lucicléa Teixeira Lins

Volmir José Brutscher

Pesquisadores e pesquisadoras

Acaahi Ceja de Paula da Costa

Aline Zorzi Schultheis de Freitas

Bruna Grasiele da Silva Nascimento

Henrique Jorge Pontes Sampaio

José Carlos da Silva

José Ledy Carvalho Santos

Ione Gomes da Silva

Leila Bezerra de Araújo

Lupércia Jeane Soares

Roberta Luciana Rodrigues Brasileiro de Carvalho

Estudantes

Ana Beatriz de Freitas Formiga

Daiana de Paiva Gomes

Felipe Marques da Silva

Joao Victor Araujo do Nascimento

Kauanny Christyna Borges Nobre

Klebson Felismino Bernardo

Nicole Oliveira Peruzzatto

Renan Soares de Araújo

Sara Albuquequer Freitas

Diagramação do livro

Amanda Pontes

V SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR (SENAPOP)

“A Extensão Popular e a Atualidade do Desafio Democrático”

Período:

17 a 19 de junho de 2025

Realização:

GRUPO DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR (EXTELAR)

Apoio de:

Pela UFPB:

- Núcleo Interdisciplinar de Extensão, Pesquisa e Ensino em Educação Popular e Economia Solidária (NUPLAR);

- Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Linha de Educação Popular;

- Centro de Educação (CE);

- Centro de Ciências Médicas (CCM);

- Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA);

- Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA);

- Pró-Reitoria de Extensão (PROEX);

- Pró-Reitoria de Graduação (PRG);

- Gabinete da Reitoria.

Pela UPE:

- Programa de Pós-Graduação em Educação;

- Campus Mata Norte.

Pelo Ministério da Saúde:

- Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGTES);

- Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa (DGIP) da Secretaria Executiva (SE);

Pela Secretaria-Geral da Presidência da República:

- Diretoria de Educação Popular (DEP) da Secretaria Nacional da Participação Social;

Pelo Ministério da Cultura:

- Comitê de Cultura da Paraíba

Pelo Conselho Nacional de Saúde:

- Secretaria Executiva.

V SENAPOP: COMISSÃO CIENTÍFICA

Aline Zorzi Schultheis de Freitas (IFAM)

Andréa Alice da Cunha Faria (UFRPE)

Danilo Fernandes Costa (UFPB)

Daniela de Souza Barbosa (UFPB)

Fernando Antonio Abath Luna Cardoso Cananéa (UFPB)

José Carlos Silva (UFPB)

José Francisco de Melo Neto (UFPB)

José Ledy Carvalho Santos (UFPI)

Lucicléa Teixeira Lins (UFPB)

Pedro José Santos Carneiro Cruz (UFPB)

Renan Soares de Araújo (UFPB)

Roberta Luciana Rodrigues Brasileiro de Carvalho (EBMSP)

Volmir José Brutscher (UPE)

V SENAPOP: COMISSÃO ORGANIZADORA

Acaahi Ceja de Paula da Costa (UFDPar)

Ana Beatriz de Freitas Formiga (UFPB)

Andreia Soares de Araújo (UFPB)

Andressa Raquel Souza de Freitas (UFPB)

Claud Kirmayr da Silva Rocha

Daiana de Paiva Gomes (UFPB)

Elma Galdino Brandão (SMS-CG)

Felipe Marques da Silva (UFPB)

Francismara Gomes de Sousa (SES-PB)

Henrique Jorge Pontes Sampaio (UFPB)

Jessica Silva Freire (UFPB)

José Carlos da Silva (UFPB)

José Cleudo Gomes (IPEDH)

Kauanny Christyna Borges Nobre (UFPB)

Klebson Felismino Bernardo (UFPB)

Leila Bezerra de Araújo (SEDEC-JP)

Lucicléa Teixeira Lins (UFPB)

Pedro José Santos Carneiro Cruz (UFPB)

Renan Soares de Araújo (UFPB)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....15

EIXO TEMÁTICO 1: VIVÊNCIAS EM EXTENSÃO POPULAR E O DESAFIO DEMOCRÁTICO.....22

EIXO TEMÁTICO 2: TEORIAS EM EXTENSÃO POPULAR E O DESAFIO DEMOCRÁTICO.....296

EIXO TEMÁTICO 3: METODOLOGIAS EM EXTENSÃO POPULAR E O DESAFIO DEMOCRÁTICO.....457

CONHECENDO MELHOR OS(AS) EDUCADORES(AS) HOMENAGEADOS(AS) NAS SALAS DO V SENAPOP....667

SIGAM AS AÇÕES, ESTUDOS, PESQUISAS E DEBATES DO EXTELAR NAS REDES.....682

CONHEÇAM OS ANAIS DOS SENAPOP'S.....683

APRESENTAÇÃO:

O Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular (SENAPOP), consiste em uma realização do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), que é vinculado institucionalmente ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Dentre o histórico de realizações do SENAPOP, ressalta-se que já ocorreram quatro edições, sendo as três primeiras edições realizadas de forma presencial, em espaços abertos e em tendas instaladas no Campus I da UFPB, situado na cidade de João Pessoa-PB. Enquanto temáticas trabalhadas em suas respectivas edições, sublinha-se que a primeira edição do SENAPOP, realizada no ano de 2009, teve como temática geral "Pesquisa em Extensão Popular, é possível?"; já a segunda edição, desenvolvida em 2013, teve como tema central "Pesquisa em Extensão Popular: que referenciais?"; na sua terceira, promovida em 2016, a temática foi "Encontro de saberes e construção de processos emancipatórios"; no que tange à sua quarta edição, esta ocorreu de forma remota, no ano de 2022, devido ao contexto sanitário global enfrentado em razão da pandemia da Covid-19. Nessa ocasião, o tema escolhido como mote para o evento foi "Extensão Popular e construção compartilhada do conhecimento: contribuições, desafios e possibilidades".

O SENAPOP é um evento que desde a sua gênese foi pensado como possibilidade de contribuir com objetivos de: a) promover o debate teórico sobre a pesquisa em Extensão Popular; b) contribuir para o aprofundamento do debate teórico no cotidiano das práticas de Extensão Popular e sua interface com os movimentos sociais populares; c) destacar as metodologias e práticas em desenvolvimento nas experiências de Extensão Popular; d) conhecer as diversas modalidades de sistematização das experiências em Extensão Popular. Ademais, tem destacado-se como uma atividade acadêmica que busca configurar-se como um encontro científico construído desde uma abordagem dialógica, popular, inclusiva, libertária e emancipatória.

Como evento que é fruto de seu tempo, a quinta edição do SENAPOP, que foi realizado no período de 17 a 19 de junho de 2025, teve como objetivo articular a discussão sobre os princípios e referenciais teórico-metodológicos, bem como as vivências da Extensão Popular com os debates atuais, como forma de discutir práticas, teorias e metodologias em Extensão

Popular, tendo “um pé na realidade” atual e debruçando-se nas problemáticas emergentes da sociedade brasileira, de modo que os processos de produção de conhecimento em Extensão Popular possam contribuir com o fortalecimento dos movimentos sociais populares e a construção de um projeto democrático e popular de sociedade.

Como se sabe, a aposta na democracia como forma de organização das sociedades modernas é antiga. Seus limites e desafios, sempre contemporâneos, dialogam inexoravelmente com uma atualidade em permanente transformação. Desafios que são de natureza estrutural, no que tange à organização da sociedade, e cultural, no que tange ao desenvolvimento de uma cultura democrática.

Transcorridos um quarto do século XXI, as conjunturas nacional e internacional revelam uma complexidade sem precedentes. As guerras, o avanço da extrema direita, a crise climática e sanitária, o negacionismo científico, as denominadas *fake news* e outros fenômenos contemporâneos, ocupam espaço preponderante nas redes de comunicação e ameaçam a construção democrática. Somam-se a este quadro, problemáticas estruturais, que promovem iniquidades e violências relacionadas à classe, raça, gênero, religiosidade, dentre todas as outras expressões da diversidade humana. Esses fenômenos têm contado com a influência de setores conservadores nos mais distintos campos como político, religioso e, principalmente na educação, na tentativa de criar barreiras contra práticas educacionais de caráter libertário.

A Educação Popular que, na perspectiva freiriana, nasce como “uma educação para o desenvolvimento e a democracia” (Educação e Atualidade Brasileira - Freire, 1959), aposta na formação de sujeitos motivados/as e comprometidos/as com esta construção. Com isso em vista, é imprescindível nos indagarmos sobre como as iniciativas que se fundamentam na Educação Popular e que, particularmente, se traduzem em ações de Extensão Popular, estão dialogando com esses (e outros) desafios de nossa atualidade? Que práticas de resistência e de construção de novos “inéditos-viáveis” estão sendo desenvolvidas nos espaços de nossa atuação e que muitas vezes, não repercutem nas redes e canais de comunicação? O que essas práticas informam às teorias da Educação e da Extensão Popular? Há releituras necessárias nas teorias que nos sustentam? Há inovações ou releituras em relação às metodologias utilizadas? Quais e o que elas apontam?

Para tanto, o V SENAPOP teve por intuito propiciar estes debates e consttuir-se como um espaço de partilha e aprofundamento em torno dos desafios da atualidade para a afirmação

da democracia em nosso país. Tendo em vista tais questões elencadas, o evento estruturou-se em torno de 3 eixos temáticos, a saber: a) Eixo 1 - Vivências em Extensão Popular e o desafio democrático; b) Eixo 2 - Teorias em Extensão Popular e o desafio democrático; c) Eixo 3 - Metodologias em Extensão Popular e o desafio democrático.

Prezados/as leitores/as, antes que possam adentrar na leitura do conteúdo destes anais e na reflexão sobre as temáticas e debates suscitados pelos variados trabalhos que refletem as diferentes abordagens e contribuições para o debate central proposto, gostaríamos que nos permitissem, brevemente, destacar dois aspectos que consideramos essenciais para o início de nossas discussões.

Este seminário, que se estendeu por três dias, foi, sem dúvida, um espaço de construção coletiva, marcado pela criatividade, diversidade, respeito, diálogo e ética humanista, promovendo encontros pautados por uma perspectiva social e política intensa e explicitamente emancipadora. Nosso interesse fundamental, através deste evento, foi envidar oportunidades e espaços de encontro humano significativo onde pudéssemos nos convidar a promover o/a outro/a em sua integralidade, em sua capacidade de ser mais e em sua plena potência em pautar seu agir ante a superação dos desafios sociais que permeiam nossa sociedade. Sobretudo as pessoas e grupos em situação de vulnerabilidades, opressões e tantas iniquidades que, apesar da recente reconstrução crítica da nação, ainda marcam fortemente nosso país, haja vista os profundos retrocessos civilizatórios e de políticas públicas que vivenciamos em variados contextos, especialmente após a década de 2010.

A Extensão como ponto de partida da produção universitária, da ação social e da pesquisa: um posicionamento político inegociável

Um primeiro aspecto que nos parece central, e que se fortalece ao observar esta plenária e os números expressivos de mais de 250 inscritos e mais de 100 trabalhos que foram apresentados, é que o V SENAPOP representa, em sua essência, um grande posicionamento político. Este posicionamento se fundamenta na convicção inabalável de que o ponto de partida da produção universitária, da ação social e da pesquisa, bem como do ensino, deve ser a extensão.

Ao contrário do que se convenciona há alguns séculos, o convite aqui reside em desconstruirmos a concepção e a prática de uma universidade que começa e que termina no

ensino; dando lugar, assim, a uma práxis universitária que inicie na realidade mesma, conforme vivenciada e expressada nos territórios das vidas e nos encontros humanos, nos desafios sociais, culturais e políticos ali presentes, e que retorne a essa mesma realidade. A realidade, com suas complexidades, contradições, desafios, mas sobretudo, com seus/suas protagonistas, como ponto de partida e de chegada da produção universitária, da ação social e da pesquisa.

A extensão, desse modo, emerge como o alicerce para o desenvolvimento de todas as demais ações universitárias, bem como para a pesquisa e os processos formativos, onde quer que esses sejam realizados. Seu sentido reside no encontro com o/a outro/a e com a realidade do mundo – um mundo permeado por desafios, dificuldades, contradições e complexidades.

O V SENAPOP, portanto, é um anúncio firme de que todos/as os/as participantes presentes em sua realização não apenas acreditam, mas praticam a perspectiva de uma universidade que se inicia pela extensão. Ou seja, um fazer universitário que deve ser tecido a partir do encontro da academia com as pessoas no mundo real, onde os problemas se desvelam.

A extensão constitui, em nosso modo de compreender, a via para a construção de soluções, alternativas e novos conhecimentos que abordem os desafios sociais através de sua concretização enquanto trabalho social, conforme nos ensina o Professor José Francisco de Melo Neto, com o estabelecimento de processos de construção compartilhada do conhecimento e da ação social com as pessoas em seus próprios contextos de vida e trabalho.

Conceber a extensão como esse ponto de partida implica compreendê-la também no esteio epistemológico da Educação Popular, cujo principio metodológico fundante, em nosso ver, é o estar com as pessoas na base. E, como diz de maneira simples e contundente o Professor Alder Júlio Ferreira Calado, fazer *com* as pessoas e não *para* as pessoas e tampouco *apesar* das pessoas. Eu acrescentaria, fazer *com* as pessoas, *convivendo com as mesmas e de modo intensamente inserido na realidade em que vivem, com suas complexidades, contradições e determinações*.

Acreditamos não podermos perder de perspectiva que nosso lugar, como educadores/as populares, é no território, no cotidiano, "onde a vida é tecida", como nos ensina o Professor Alder Calado. É nesse espaço de vivências e de construção que se produz um conhecimento que não se restringe a um foco advindo dos interesses temáticos ou proximidades epistemológicas específicas, oriundas de nossos gostos e preferências particulares, mas um conhecimento que é produzido com um sentido concreto para as pessoas na vida real; um

conhecimento que visa melhor compreender o mundo e a vida, analisar criticamente os fatos e superar problemas tangíveis, buscando a constituição de melhores possibilidades de bem viver para todos/as.

Portanto, estamos aqui afirmando um grande posicionamento ético-político: nosso ponto de partida como universidade, seja no ensino, na pesquisa ou em qualquer formulação de conhecimento, deve ser a convivência e o estabelecimento de uma convivialidade, como nos ensina a Professora Olgamir Amância Ferreira, com as pessoas em seus territórios de vida, contextos de trabalho e serviços públicos.

Compreendemos, defendemos e pautamos, dessa maneira, a Extensão como um trabalho social cuja construção se dá a partir do território, no território, com as pessoas que ali vivem, por meio de processos permanentes e de longo prazo, estabelecidos pela convivialidade e pela cotidianidade. Acreditamos que, nesse contexto, todos/as — sejam universitários, protagonistas de movimentos sociais ou trabalhadores/as das políticas sociais públicas — podem aprender, amadurecer e desvelar saberes para viver bem e fazer melhor o que precisa ser feito em cada contexto. Ao partir da realidade como início de todo um processo de pesquisa e ação, compreendemos que nossa inserção na realidade nos revela temas geradores e questões que nos impulsionam e mobilizam, identificando necessidades de aprendizagem para aprimorar continuamente nosso fazer e nossa prática.

A Responsabilidade da Práxis: construindo a universidade popular

Um segundo aspecto fundamental para mantermos aceso em nossos diálogos neste contexto de realização do V SENAPOP, é a compreensão da responsabilidade que nosso forte posicionamento ético-político acarreta. Sem a dimensão da responsabilidade, como nos ensina a Professora Roseni Pinheiro, corremos o risco de priorizar excessivamente nossa capacidade de formulação teórica ou de elaboração de narrativas sobre como as coisas deveriam ser, sem sermos, de fato, um exemplo concreto e vivo do que defendemos. De maneira que se possa testemunhar sua expressão viva na prática e como resposta concreta aos desafios do mundo mesmo.

Assim, um elemento que acompanha nosso posicionamento ético-político precisa ser, portanto, nossa responsabilidade coletiva de colocar em prática tudo o que buscamos defender. Isso exige de nós o cuidado de desenvolver, estudar, explicitar e sistematizar as experiências

inerentes à nossa prática, enunciando novas alternativas, metodologias e possibilidades que estas venham produzindo. Toda vez que vamos ao território, a um serviço público social, a uma associação comunitária, ou qualquer outro contexto e espaço, desenvolver nossas realizações extensionistas, estamos potencialmente produzindo conhecimento, na medida em que nosso fazer poderá expressar novas metodologias, possibilidades e ações pedagógicas inovadoras que reflitam alternativas e caminhos concretos de enfrentamento social e políticos aos problemas locais e de produção de novas perspectivas de presente e de futuro nesses contextos. Cada dinâmica, cada diálogo, cada gesto, se bem estudado, refletido e, principalmente, se sistematizado, poderá alimentar e abastecer de novas aprendizagens nossas próprias práticas, mas principalmente os/as companheiros/as em suas realizações, em contextos vários, país afora.

Sendo assim, temos a responsabilidade fundamental de não apenas criticar as fragilidades da universidade que temos, mas, sobretudo, de anunciar, com palavras vivas, que vêm de nossa prática, do amadurecimento e da lapidação que obtivemos ao ter "o pé no chão da prática". Para tanto, devemos tanto estarmos permanentemente encharcados de realidade, como termos uma atitude rigorosa de conduzir, como ensina o Professor Danilo Streck, uma autorreflexão coletiva da ação e na ação, para que nosso enunciado seja fundamentalmente propositivo, emergindo então, desse processo, saberes, práticas, bem como dimensões de desafios e de possibilidades, que fortaleçam nossa afirmação com firmeza que a Universidade Popular é possível e já vem sendo construída por todos/as nós.

É claro que existem limites, fragilidades e desafios a serem superados, mas representamos aqui uma série de iniciativas desenvolvidas por todo o país que já colocam em prática, de forma consistente, elementos de uma nova universidade. Uma universidade que, como mencionado anteriormente, tem como ponto de partida o estabelecimento de encontros humanos significativos com a realidade social e seus/suas protagonistas. A partir desses encontros e de uma colaboração crítica, propositiva e criativa, buscamos desenvolver, como nos ensina Paulo Freire, atos-limite que apresentem alternativas e superações aos problemas e desafios da sociedade.

Isso nos exige não apenas o desenvolvimento aprimorado e cuidadoso de nossas experiências, com amor, coragem, afeto e persistência, mas também a capacidade de protagonizar processos de pesquisa e produção de conhecimento que, a partir dessas experiências, enfrentem questões fundamentais e produzam conhecimentos inovadores. Esses

conhecimentos devem auxiliar as pessoas a enfrentar os problemas sociais e responder a desafios concretos da sociedade.

É nossa responsabilidade apontar a possibilidade de uma pesquisa e construção de conhecimentos que se deem de forma participativa e compartilhada, com o protagonismo fundamental das pessoas em seus contextos de vida e trabalho. Isso inclui o engajamento intenso das lideranças e integrantes dos movimentos sociais populares na produção do conhecimento, inclusive na elaboração de tecnologias, práticas e ideias que possam apresentar respostas consistentes às necessidades de cada território.

Assim, poderemos construir ambientes e espaços cada vez mais autônomos, inclusive em relação ao Estado, possibilitando que os territórios caminhem na direção da sustentabilidade e da capacidade firme e consistente de criatividade e proatividade de seus/suas protagonistas. Que possam, coletiva e solidariamente, oferecer respostas aos desafios sociais e estabelecer uma relação com o Estado – seja qual for sua perspectiva e agenda – de igual para igual. Uma relação pautada pelo respeito mútuo e por uma postura da sociedade, sobretudo dos grupos permeados pelas classes trabalhadoras, que enxergue no Estado um garantidor de direitos sociais e humanos fundamentais, mantendo com ele uma relação de dignidade e autonomia para cobrar e propor soluções e políticas que respondam aos desafios sociais e que garantam direitos fundamentais.

Pedro José Santos Carneiro Cruz e Renan Soares de Araújo

João Pessoa-PB, 19 de junho de 2025.

ANAIS V SENAPOP - 2025

EIXO TEMÁTICO 1: VIVÊNCIAS EM EXTENSÃO POPULAR E O DESAFIO DEMOCRÁTICO

TEMPO COMUNIDADE E AÇÕES DIALÓGICAS NA FORMAÇÃO

Fernando José Martins[1]

Palavras-chave: Tempo Comunidade. Diálogo. Educação em Saúde. Ensino.

Introdução

Trata-se de um relato de experiência de uma atividade realizada no interior da disciplina: Educação em Saúde e Educação Popular, no curso de Enfermagem com ênfase em saúde pública, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, no campus de Foz do Iguaçu.

O referido curso é uma parceria da universidade com o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e movimentos sociais do campo, nesse caso, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Do ponto de vista institucional, é realizado como experimento pedagógico, com turma única e ofertado aos beneficiários da reforma agrária, como política afirmativa. Do ponto de vista pedagógico, é constituído com base na pedagogia da alternância, que, segundo a legislação vigente sobre a temática, "(...) é uma forma de organização da educação e dos processos formativos que objetivam atender as comunidades do campo (...)" (BRASIL, 2023, p.41). A necessidade de efetuar o relato, vai ao encontro de estabelecer vínculos, necessários, entre a prática educativa, o ensino e a comunidade da qual pertence o educando, realizando assim uma práxis educativa.

Aspectos metodológicos da experiência

Antes da sistematização da experiência, é necessário apresentar alguns elementos que constituem a turma e o curso em questão. Demanda dos movimentos sociais do campo, a área da saúde e o curso de enfermagem era inédito no PRONERA. Desse modo, trata-se de uma turma muito diversa, recebendo estudantes de doze Estados da federação,

[1] [1] Doutor em Educação. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – campus de Foz do Iguaçu, curso de Pedagogia e Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras.
fernandopedagogia2000@yahoo.com.br
.

majoritariamente do nordeste brasileiro. Há uma maioria de estudantes jovens, porém, mesclados com alguns estudantes experientes. É perceptível uma relação de proximidade com as comunidades locais, sendo articuladas a presença e manutenção dos jovens, com a organização das comunidades das quais eles fazem parte. É um curso que foi construído a partir de uma ênfase bem definida: a saúde pública. Em seu desenvolvimento, vem sendo inserida outra dinâmica de aproximação: a saúde comunitária, com ênfase nas dimensões populares, seja pelas condições comunitárias presentes nos contexto, seja pela precariedade estrutural apresentada pelas áreas camponesas.

O foco deste relato é a disciplina de Educação em Saúde e Educação Popular, que foi ofertada logo no primeiro ano do curso, no ano de 2022 que se estendeu até o ano de 2023. É um conteúdo de cunho pedagógico, destoando um pouco do núcleo duro formativo, que se vincula às questões de saúde, unidades hospitalares e equipamentos de saúde pública. Em termos formais, a ementa da disciplina compreende: Trajetória da Educação Popular no Brasil e na América Latina. A relação dos movimentos sociais, teorias e práticas de aprendizagem no campo da educação não formal. Papel do profissional de saúde como educador. Na prática, houve um debate centrado na Educação do Campo, na Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde e as possibilidades de práticas de ações e intervenções educativas no contexto comunitário de origem das estudantes e dos estudantes.

A partir de tal observação, ainda que mediada pelos saberes historicamente acumulados, foi proposta a ação do tempo comunidade para a turma de enfermagem com ênfase em saúde pública, dividido em dois momentos, um de observação e outro de intervenção. Inicialmente, a proposta foi somente fazer o mapeamento nas comunidades acerca de práticas de Educação Popular em Saúde. O retorno de tais atividades foi bastante tímido, muitos se centraram nas atividades escolares, alguns trouxeram a ação dos setores de saúde ou de organizações de saúde nas comunidades. Esse fato evidencia que, nesse momento da atividade, o caráter inicial, a falta de articulação com os conteúdos formais, dado seu caráter embrionário, apontam para a necessidade de complementação.

Já a segunda atividade, encaminhada junto a aquisição de conhecimentos, mesclando saberes tradicionais e saberes acadêmicos, foi bem mais significativa para o conjunto dos estudantes.

A proposta se iniciou com a realização de uma série de oficinas, constantes nos materiais produzidos pelas políticas de educação em saúde, que abrangeram os seguintes temas: Fitoterapia e Saúde, sucos e chás, Arte e ludicidade em Educação e Saúde, Processo formativo para o profissional de saúde e Produção de Materiais em Educação e Saúde. O primeiro passo foi o estudo e a apresentação desses trabalhos, no formato oficina, no interior do tempo universidade, no formato de aula. A proposta do tempo comunidade foi a aplicação dessas oficinas, com suas temáticas e, mediadas pelos saberes populares, nas comunidades de origem das educandas e dos educandos.

O retorno dessas atividades já foi bem mais significativo para as educandas e educandos. Além do relatório escrito sobre as atividades, realizamos também um processo de autoavaliação, da disciplina como um todo, porém as intervenções do tempo comunidade foram o assunto principal da avaliação. As educandas e os educandos se mostraram muito satisfeitos com a realização da atividade, que promoveu uma aproximação com suas comunidades de maneira "oficial" com sua apresentação como estudantes. Muitos descobriram o significado da disciplina com essa prática, segundo os relatos socializados, e assim, compreenderam efetivamente o espaço do tempo comunidade como um processo formativo fundamental em seu aprendizado.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

Na experiência, residem categorias cruciais para a reflexão da prática educativa. A pedagogia da alternância se constitui, na prática, em um espaço formativo ampliado que se alterna entre tempos formativos. Os tempos mais ligados aos componentes curriculares são o tempo universidade e o tempo comunidade. Esses tempos se "alternam" com atividades realizadas no interior da universidade e com atividades, desdobramentos dos conteúdos escolares, desenvolvidos nas comunidades dos estudantes. Ainda segundo as diretrizes oficiais, "As atividades do Tempo Comunidade devem possuir vínculo com o tema gerador, integrador, contextual ou eixo temático por meio de estudos e da vivência cotidiana na família, na comunidade e no trabalho" (BRASIL, 2023, p.41).

Outro fundamento diz respeito à relação da prática educativa com a comunidade escolar e do entorno. O respeito ao saberes das educandas e dos educandos, e, também de

onde vem esses saberes, no caso, as comunidades, é uma premissa freireana fundamental no processo de aprendizado, como o autor demonstra em sua Pedagogia da Autonomia:

> Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 2011, p.24)

As práticas aqui relatadas detiveram uma orientação clara para que se estabelecesse o diálogo com as realidades, uma vez que concordamos com Paulo Freire que "(...) a substituição do procedimento empírico dos camponeses por nossas técnicas "elaboradas" é um problema antropológico, epistemológico e também estrutural. (FREIRE, 2015, p.42).

Da experiência evidenciada, depreende-se a necessidade de manter o princípio do freireano do diálogo nas atividades de ensino, e, ainda mais no que diz respeito nos tempo de alternância com a comunidade, no qual é possível ampliar o diálogo para uma realidade concreta, que se vincula à origem das/os educandas(os), e também ao espaço que pode ser de exercício profissional desses sujeitos. As práticas também mostraram que a dialogicidade se dá também com os saberes locais, populares, que estão presentes na comunidade. No caso específico da saúde, são inúmeras as possibilidades de conexões, de complementos e de ações da educação popular incidindo nas práticas de educação em saúde para a população.

Considerações finais

Vale ressaltar que a dinâmica de realização da atividade foi exitosa no processo de ensino-aprendizagem. Primeiro para dar materialidade e significado para os conteúdos educacionais ministrados teoricamente. Na sequência, foi possível constatar que tal materialidade completou o processo de aprendizado, pois o retorno da avaliação evidenciou a necessidade da educação em saúde para a formação em enfermagem. E por fim, uma ação com tal abrangência, envolve outros sujeitos, inclusive no processo de avaliação, pois a práxis demanda corresponsabilidade entre docência-discência e comunidade. Para finalizar,

ressalto que a prática do tempo comunidade, poderia ser analisada além dos cursos de alternância, pois pode garantir um diálogo necessário entre universidade e comunidade.

Referências

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2023.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Brasília: Diário Oficial da União, 17 de agosto de 2023, Seção 1, pp. 41-42.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução: Rosiska Darcy de Oliveira. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

INTERAÇÕES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PRODUZIDOS POR PROFESSORES/AS INDÍGENAS: PROJETO DE EXTENSÃO MIKUATIAMIRÎ

Vânia A. Costa[1]

Dioclécio Bezerra da Costa[2]

Maria Ivoneide Campos da Silva[3]

Diego Akanguasu[4]

Gean Fernandes da Silva[5]

Palavras-chave: Extensão universitária. Interações dialógicas. Materiais didáticos. Educação Escolar Indígena. MIKUATIAMIRÎ.

Introdução

Este relato pretende focar nas interações vivenciadas nas cinco edições do projeto de extensão aqui denominado de MIKUATIAMIRÎ, desde 2020, é coordenado por docentes lotados no Centro de Educação da UFRN (financiado pela PROEX/UFRN) e por lideranças indígenas dos territórios, Mendonça, Rio dos Índios e Caboclos do Assu do estado do Rio Grande do Norte e vem participando do processo de sistematização e publicação de materiais de apoio didático-pedagógico específicos, interculturais e alguns, bilíngues, produzidos por professores/as indígenas que atuam em escolas Indigenas das comunidades indígenas, mais pontualmente do Território Mendonça.

[1] Doutora em Educação, Pedagoga, docente do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo do Centro de Educação da UFRN vania.costa63@gmail.com .

[2] Mestre em Antropologia, Pedagogo, Gestor da Escola Municipal Indígena Saramandaia, Gestor do Departamento de Igualdade Racial, Diversidade e Povos Originários da Secretaria Municipal de Igualdade Racial e Povos Originários de Ceará-Mirim, Rn, caciquepotiguara@outlook.com

[3] Pedagoga, professora aposentada, Liderança indígena do Amarelão, sócia fundadora da Associação Comunitária de Amarelão e membro da Oprim, Organização de Professores Indígenas do Território Mendonça.E-mail neidecamposrn@gmail.com

[4] Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Licenciado em Sociologia no curso de Ciências Sociais - UFRN. Professor indígena Potiguara Ibirapi - SEEC-RN, diegoakanguasu@gmail.com

[5] Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, gean.fernandes440@gmail.com

A primeira edição do projeto de extensão desenvolveu-se ao longo do ano de 2020 o projeto resultou na publicação impressa de MIKÛATIAMIRÎ - pequeno livro sobre saberes linguísticos do povo Mendonça Potiguar (Andrade et al, 2021) com a publicação impressa de 400 exemplares para todas as escolas indígenas do RN. A segunda edição culminou na organização e publicação de ABAMA'ENDUASÁBA: Memórias dos povos indígenas do RN. Territórios: Mendonça, Caboclos do Assu e Rio dos Índios (Santos et al, 2021) e a publicação impressa de 150 exemplares. A produção e publicação de ABAMA'ENDUASÁBA amplia nossas parcerias ao trabalhar com um material inicialmente produzido no âmbito do Programa Saberes Indígenas da Escola coordenado pelo IFRN, campus Canguaretama. As duas publicações estão disponíveis em PDF. As edições seguintes levaram o projeto a identificar vários materiais já produzidos pelos/as professores/as indígenas, o que foi inicialmente mapeado e planilhado. Este resultado gerou a construção de um protótipo, em parceria com a SEDIS/UFRN para o registro em vídeo de vinte e um (21) materiais de apoio didático-pedagógicos - com o relato, por um/a dos/as autores/as, de seu processo de elaboração e de sua intencionalidade pedagógica - e em fotos ou em PDF, o que será disponibilizado em sistema de acervo da UFRN.

Nesse processo, a interação dialógica é um dos focos do projeto e um dos princípios da extensão universitária, mas constitui-se um desafio para que a diferença institucional, de lugares socio-culturais e de saberes não se reproduza em sobreposição hierárquica, o que um processo de vigia constante sobre a força que ainda está presente nos resquícios da nossa colonização e da poder social da universidade. Que extensão se realiza quando a Universidade assume o lugar de co-responsável, de co-laboradora, de co-gestora na relação que estabelece com a comunidade, com o estado, com os movimentos sociais, com os sujeitos? A opção por esta perspectiva assume que há conhecimentos produzidos nos diferentes espaços (territórios) desta relação e a metodologia é fundamental nesse processo.

Aspectos metodológicos da experiência

Em todas as edições do projeto de extensão MIKUATIAMIRÎ, a metodologia tem se ancorado na importância da interação entre os participantes, o que tem se configurado da seguinte forma: a) reuniões quinzenais (via google meet) do grupo que faz parte da coordenação do projeto - docentes e estudantes da universidade, professores/as e lideranças

indígenas - para fins de planejamento, acompanhamento e avaliação contínua de todas as ações; b) reuniões periódicas (via google meet) para fins de estudo com a participação do grupo que faz parte da coordenação do projeto - docentes e estudantes da universidade, professores/as e lideranças indígenas – e de todos os/as professores/as indígenas dos territórios envolvidos no projeto, além de estudantes de licenciaturas da UFRN interessados na temática; c) encontros ampliados – presenciais ou virtuais - com professores/as indígenas, autores/as do materiais, em momentos específicos para o trabalho reelaboração e de revisão do material a ser publicizado ou publicado.

Essa metodologia se ancora em um dos princpios da extensão universitária, a interação diálogica:

> "A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de "estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade", mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática"(FORPROEX, 2012 P.16)

Um olhar mais crítico para esta relação também foi objeto de uma das obras de Paulo Freire (FREIRE, 2017) - *Comunicação ou Extensão?* - primeira edição brasileira, 1979. "No movimento dialético de produção desse autor, em que denúncia e superação estão presentes, a linguagem e as relações dialógicas por meio dela estabelecidas são instrumentos fundamentais à constituição dos sujeitos sociais realizadores das circunstâncias históricas de que participam" (COSTA E AGUIAR, 2022 P.35).

Portanto, no processo de sistematização e de publicização dos materiais produzidos de forma coletiva, nascidos na sua relação direta com as comunidades de aprendizado, valorizou-se os processos de diálogo, escuta e reflexão. (COSTA E COSTA, 2023). A aprendizagem de práticas formativas de construção colaborativa, no empenho de co-construção de materiais de apoio didático-pedagógico, possibilitam também um processo de formação dos diferentes sujeitos, levando-os a refletir não somente sobre o material que será publicizado, mas também sobre as práticas de linguagem que envolvem sua construção. Esse movimento coaduna com a perspectiva de Freire, segundo a qual "quanto

mais o homem refletir sobre a realidade, sobre a situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto para intervir na realidade para mudá-la" (FREIRE, 1974[2018], p.39).

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A experiência com e no projeto de extensão MIKUTIAMIRÎ pode ser resumida em três dimensões: (i) uma relacionada aos materiais de apoio didático -pedagógico que estão sendo sistematizados e publicados e (ii) outra relacionada às interações vivenciadas e (iii) à luta política pela visibilidade e pelos direitos dos povos indígenas do RN. No que se refere à primeira dimensão, pode se afirmar que as parcerias são ampliadas, por exemplo, com o apoio do professor Eduardo de Almeida Navarro da USP; com a otimização e/ou complementação de materiais por meio da equipe multidisciplinar do projeto; os aprendizados como trabalho em equipe, a escuta ativa inicial, durante a pesquisa, tendo na maioria das vezes apenas a oralidade como fonte e transformar essa pesquisa oral em material didático, sistematizar a pesquisa oral sendo o mais fiel possível; sistematizar as pesquisas dos professores, transformando-as em material didático pedagógico de acordo com a realidade do educando, respeitando as especificidades de cada comunidade do Território Mendonça; os desafios dos processos de edição para que fiquem coerentes com a educação escolar indígena, principalmente diante dos desafios financeiros para execução.

No que se refere às interações dialógicas, o projeto entende que a concepção de extensão que o orienta e o desafia parte desse princípio, o que é uma exigência em se tratando de ações que envolvem a educação intercultural, o encontro entre diferentes. Pensar em interações socioculturais é pensar nas relações sociais entre sujeitos, na disposição para o diálogo, no esforço para uma escuta atenta.

Nessa dimensão também há um componente fundamental, o tempo disponível para os encontros e os trabalhos a serem realizados. As diferentes lógicas de vivência do tempo entre os participantes, em especial aquelas definidas pelos editais da universidade. Há que se aprofundar e criar outras lógicas para projetos dessa natureza, buscando romper com a lógica de tempo da universidade que acaba se sobrepondo ao tempo das comunidades indígenas.

Os professores/as indígenas pesquisadores/as autores/as dos materiais também se desafiam para encontrar disponibilidade de tempo, diante da carga horária extensa que têm, como professores/as polivalentes e muitas mulheres também como lideranças indígenas. Fazer, refazer, ler, reler tudo exige muita força de vontade pelos pesquisadores, para posteriormente levar o produto final para sala de aula e transformar a aprendizagem em diálogo com os saberes locais.

Questões como relações interculturais e intercientíficas desafiam o projeto por ser o foco das relações que estabelecidas, principalmente para buscar problematizar e buscar romper com uma perspectiva colonizadora da universidade que tem orientado muitas pesquisas realizadas."É importante considerar as relações profundamente desiguais de saber e poder que se estabeleceram historicamente entre os povos indígenas e a academia" (BANIWA, 2023 p. 181).

Fundamental, portanto, aprofundar e problematizar a compreensão da extensão universitária como um processo de interação dialógica (FORPROEX,2012) em diálogo sistemático com o conceito de confluência proposto por Antonio Bispo dos Santos, muito conhecido por Nego Bispo (SANTOS, 2015), a partir de experiências de produção de material de apoio didático-pedagógico realizadas com professores/as indígenas (COSTA, 2025).

Por fim, no que se refere à dimensão política de visibilidade e de fortalecimento na luta pelos direiros dos povos indígenas do RN, pode-se destacar: contribuindo com o processo de construção da Educação Escolar Indígena do RN; promovendo um espaço de diálogo e formação, de modo a contribuir para a garantia do direito à educação de qualidade, mais fundamentalmente, à Educação Escolar Indígena no RN, fortalecendo a formação inicial de graduandos da UFRN, formação continuada, de professores/as que atuam nessa modalidade educacional, bem como daqueles diretamente envolvidos com o projeto. Isso inclui a relação e o fortalecimento da formação de professores/as indígenas, bem como o apoio à luta por direitos dessa categoria profissional, materializado através da realização do Curso de Licenciatura em Educação Intercultural Indígena da UFRN - LICEII/UFRN, coordenado pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA/UFRN) e financiado com recursos do PARFOR/Equidade/Capes, principalmente, se considerarmos que boa parte dos/as professores/as autores/as dos materiais integram a

turma e o PPC do referido curso traz a curricularização da extensão como um de seus princípios e ações. Pode-se afirmar também que provoca uma agitação política na universidade o que pode viabilizar cursos de línguas indígenas na UFRN, visando atender as demandas atuais dos povos indígenas. Por fim, este projeto também tem o potencial de atender à Lei 11.645/2008, contribuindo com materiais didáticos para o ensino da temática de História e Cultura Indígena, principalmente se considerarmos que os materiais ficam disponiveis digitalmente.

Considerações finais

MIKUATIAMIRÎ tem se mostrado como um projeto de extensão com uma dimensão formativa muito grande para todos/as aqueles/as que dele participam diretamente e ao mesmo tempo tem possibilitado e provocado o aprofundamento da compreensao e dos desafios da extesnão universitária.

Como se pode observar pelo relato, várias dimensões têm sido contempaldas por ele: (i) uma dimensão formativa que envolve todos/as os/as que dele participam, principalmente aqueles/as que fazem parte da coordenação colegiada; uma dimensão pedagógica que se manifesta no processo de construção da Educação Escolar Indígena do Rio Grande do Norte com a sistematização e publicação de materiais de apoio didático-pedagógico específicos, interculturais e, alguns, bilíngues produzidos por professores/as indígenas que atuam em escolas de comunidades indígenas dos territórios envolvidos; (iii) uma dimensão dimensão extensionsista que se constrói em especial nas interações constitutivas das relações entre universidade e comunidades indígenas e, mais especificamente, de docentes e estudantes da universidade com docentes e lideranças indígenas o que exige um processo de cosntrução de novas relações a partir do reconhecimento de relações profundamente desiguais de saber e poder que se estabeleceram historicamente entre os povos indígenas e a academia. Projetos como este aqui relatado tem se desafiado a romper com este tipo de relação, refletindo sobre elas e permanentente revendo-as.

Referências

ANDRADE, D. O. de, COSTA, D. B. da, COSTA, V. A. MIKUATIAMIRI: pequeno livro sobre saberes linguísticos do povo Mendonça. Natal: Caule de Papiro, 2021. Disponível em: https://sites.google.com/view/mikuatiamiri/produ%C3%A7%C3%B5es Acesso em 08 de abril de 2025

BANIWA, G. Ética e pesquisa com povos indígenas. In: **Ética e pesquisa em Educação** (recurso eletrônico): subsidios. Volume 3. Comissão de Ética e pesquisa da ANPED. Rio de Janeiro, ANPED, 2023 (177-188)

COSTA, V.A. Projeto de Estágio Pós-Doutoral apresentado ao Programa de pós-graduação em Antropologia da Universidade de Brasília sob a supervisão do Prof. Dr. Gersem Baniwa. Natal, janeiro de 2025.

COSTA, V. A.; COSTA, D. B. da. Vivências e interações no projeto de extensão Mikûatiamiri. **REMATEC**, [S. l.], v. 18, n. 45, p. e2023009, 2023. Disponível em: https://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/548. Acesso em: 01 de abril de 2024.

COSTA, V. A.; AGUIAR, A. Relações entre universidade e escola no âmbito da extensão universitária como dimensão potencializadora dos estágios de formação de professores/as. In: COSTA, V.A.; DANTAS, J.; AGUIAR, A. **Universidade e escola : tessituras no âmbito dos estágios de formação docente em tempos de pandemia** [recurso eletrônico]. Natal: SEDIS-UFRN, 2022

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

SANTOS, A.B. dos. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. CNPq/,MCTI. Brasilía, 2015.

SANTOS, Alice Barbosa et al. **ABAMA'ENDUASÁBA: memórias dos povos indígenas do RN. Territórios: Mendonça, Caboclos do Assu e Rio dos Índios.** Organizado por Anderson Barbosa Santos, Maria Ivoneide Campos da Silva, Vânia Aparecida Costa. – Natal: Caule de Papiro, 2021. Disponível em: https://sites.google.com/view/mikuatiamiri/produ%C3%A7%C3%B5es . Acesso em 08 de abril de 2025

CURSO DE AGENTES POPULARES EM SAÚDE DOS POVOS DAS ÁGUAS: FORTALECENDO A VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE

Justino Pedro da Silva Neto[1]
Sara Rebeca da Silva Oliveira[2]
Aline de Sousa Furtado[3]
Janine Azevedo do Nascimento[4]
Gabriella Barreto Soares[5]
Danilo Fernandes Costa[6]

Palavras-chave: Educação Popular em Saúde. Pesca Artesanal. Políticas Públicas. Populações Vulneráveis.

Introdução

A população da pesca artesanal enfrenta um processo de vulnerabilização histórica, com questões relacionadas ao racismo, violência de gênero e injustiça socioambiental, que representam ameaças constantes. Esses desafios estão relacionados aos conflitos territoriais e à exploração do monocultivo de cana-de-açúcar e da matriz energética do petróleo. Este último, em 2019, foi responsável por um dos piores desastres ambientais no litoral brasileiro, afetando milhares de pessoas e toda a cadeia produtiva da pesca artesanal (Araújo; Ramalho e Melo, 2020; Nascimento et al., 2021).

A abordagem da saúde das comunidades tradicionais da pesca artesanal não pode ser dissociada do conceito de Vigilância Popular em Saúde, uma estratégia que fortalece a participação da comunidade na identificação de problemas de saúde, riscos ambientais e desafios enfrentados no acesso aos serviços de saúde (Meneses et al., 2023). Dessa forma, a relação entre saúde, meio ambiente e trabalho é central para compreender os desafios enfrentados pelos pescadores artesanais. A degradação ambiental, os conflitos territoriais e as mudanças climáticas afetam diretamente a subsistência dessas comunidades, resultando em impactos negativos sobre a saúde (Carneiro; Pessoa, 2020). Em algumas localidades,

[1] Graduando do curso de Medicina, jpsn@academico.ufpb.br
[2] Graduanda do curso de Medicina, sarabecao@gmail.com
[3] Graduanda do curso de Medicina, alinesousaf36@gmail.com
[4] Doutoranda em Antropologia, docente do DPS/CCM/UFPB, janinenascimento@hotmail.com
[5] Doutora em Odontologia Preventiva e Social pela FOA/UNESP, docente do DPS/CCM/UFPB, gabriella.barreto@yahoo.com.br
[6] Doutor em Ciências pela USP, docente do DPS/CCM/UFPB, danilofc06@gmail.com

estratégias de Vigilância Popular têm sido fundamentais para monitorar e denunciar condições precárias de trabalho e saúde, como observado nas comunidades pesqueiras durante a pandemia de COVID-19 (Trindade et al., 2021).

Nesse contexto, em parceria com o Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho (Lasat) da Fiocruz Pernambuco, o Grupo de Reflexão e Estudos em Trabalho, Ambiente e Saúde (GRETAS) da UFPB, junto com a UFBA e Fiocruz-CE construíram um projeto com apoio do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) para uma formação de lideranças da pesca artesanal e trabalhadores da saúde. Com isso, foi constituído pela equipe o projeto "Formação-ação em saúde e ambiente em territórios da pesca artesanal no litoral Nordestino", que propõe a execução do Curso Livre de Agentes Populares de Saúde dos Povos das Águas, com turmas ofertadas para lideranças comunitárias da pesca, marisqueiras, pescadores e pescadoras artesanais dos estados da Bahia, Ceará, Paraíba e Pernambuco.

A proposta deste trabalho é apresentar o relato de experiência no desenvolvimento do Curso de Formação dos Agente Populares em Saúde dos Povos das Águas na Paraíba na perspectiva dos discentes envolvidos nessa construção.

Aspectos metodológicos da experiência

A construção da matriz pedagógica do curso foi realizada de forma coletiva durante um encontro presencial na Fiocruz-PE, ocorrido em agosto de 2024. Participaram desse momento estudantes de graduação e pós-graduação, docentes, lideranças da pesca artesanal, além de gestores do Ministério da Saúde e do Ministério da Pesca dos quatro estados envolvidos no projeto. Esse planejamento participativo dos módulos foi fundamental para contemplar as singularidades das comunidades pesqueiras — previamente ouvidas — e garantir a inclusão de temas relevantes a serem discutidos ao longo da formação. Também foi realizado um alinhamento do grupo quanto ao referencial teórico da Educação Popular em Saúde, que orientaria os encontros e as práticas desenvolvidas durante todo o curso.

Após meses de construção da proposta pedagógica e de alinhamento com os facilitadores, o curso foi desenvolvido na modalidade presencial, com atividades teórico-práticas baseadas em metodologias alinhadas às perspectivas da Educação Popular.

A formação foi organizada em cinco módulos, cujas temáticas centrais foram: 1) Identidades, territórios e territorialidade dos povos das águas; 2) O Sistema Único de Saúde e os direitos dos povos das águas; 3) A sinergia entre saúde, ambiente e trabalho na vida de pescadoras e pescadores artesanais; 4) Vigilância popular em saúde e organização popular como estratégias de reexistência; 5) Encerramento do curso.

Na Paraíba, o curso foi realizado entre os dias 6 de dezembro de 2024 e 16 de fevereiro de 2025, no Polo EAD da UNICAP, sob coordenação do GRETAS, com a participação de docentes, discentes e convidados. Foram contemplados territórios do litoral paraibano — Bayeux, Renascer, Cabedelo, Jacarapé, Conde, Baía da Traição e Lucena — bem como comunidades da RESEX Acaú-Goiana, incluindo Carne de Vaca, São Lourenço, Tejucupapo, Baldo do Rio, Goiana, Acaú e Pitimbu.

No Módulo I os participantes compartilharam suas histórias de vida e relação com o mar, rios e mangues, construindo coletivamente a noção de território e identidade como povos das águas. A partir dessas trocas, surgiram propostas para valorizar práticas culturais locais, como materiais educativos e ações comunitárias de defesa ambiental e territorial.

Já no Módulo II o foco foi o acesso à saúde pública e os obstáculos enfrentados pelas comunidades. Por meio de rodas de conversa, discutiram-se barreiras territoriais, estruturais e simbólicas, como o racismo ambiental e as dificuldades de deslocamento. A apresentação da Rede de Atenção à Saúde estimulou propostas de intervenção, como a mobilização por parte dos cursistas para buscar melhorias no SUS em sua comunidade.

No Módulo III aprofundou-se a relação entre saúde física, mental e espiritual dos povos das águas diante das ameaças aos seus territórios e modos de vida. Houve apresentação de entrevistas comunitárias, exibição dos filmes “O mar que habita em mim” (Fiocruz/PE) e “Mulheres das Águas” (UFBA), além de uma oficina de cartografia, que ocorreu de modo transversal durante os módulos e nesta em específico, cada comunidade

identificou desafios territoriais, e propuseram soluções para os problemas, projetando uma proposta de intervenção possível para ser executada enquanto Agente Popular de Saúde.

Por fim, no Módulo IV debateu-se a organização popular em defesa da saúde, com destaque para a Vigilância Popular em Saúde e a comunicação comunitária. Os participantes apresentaram fotos e relatos do Foto-Voz, ilustrando os problemas locais. O módulo contou ainda com a participação de Severino Antônio dos Santos (Biu), que compartilhou importantes processos históricos do Conselho Pastoral dos Pescadores, representando o papel significativo e potente da articulação comunitária.

No último módulo os cursistas apresentaram as propostas de intervenção, na perspectiva da Vigilância Popular em Saúde, a partir da Cartografia Social de seus territórios, desenvolvida ao longo do curso. Esse espaço de trocas destacou-se pela ação crítica e reflexiva partilhada entre as lideranças dos territórios, junto às discussões que ressoaram entre os presentes com temáticas relacionados à saúde, aos conflitos socioambientais, ao trabalho com a pesca artesanal e ao território como um todo.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

O Curso de Agentes Populares de Saúde dos Povos das Águas foi realizado, com o objetivo de fortalecer os processos de organização comunitária e a vigilância popular em saúde nos territórios pesqueiros do litoral da Paraíba. A formação contou com a presença de lideranças comunitárias, marisqueiras e pescadoras(es) artesanais de diferentes localidades. Ao todo, foram realizadas 41 inscrições, mas se formaram 32 cursistas, sendo 25 mulheres e 6 homens, incluindo comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas.

Uma importante potencialidade do curso foi a heterogeneidade da composição dos educandos(as) e a representatividade. Havia representação de pescadores e marisqueiras da Paraíba e de Pernambuco (que fazem parte da RESEX), de comunidades mais perto da capital e mais distantes, de povos indígenas de diferentes idades e aldeias, de quilombolas, pessoas de diferentes níveis de escolaridade. Haviam aqueles que nunca estiveram em um espaço político de debate e os que estavam na luta há muito tempo. Toda essa diversidade de perspectivas agregou à discussão e à formação à medida em que eles aprendiam uns

com os outros, concordando ou discordando, e também traziam suas próprias visões para os temas sugeridos pelos(as) educadores(as).

Houve, portanto, intensa participação e entrosamento entre participantes, o que possibilitou a troca e a socialização de problemas e desafios relacionados não apenas às questões da pesca artesanal, mas a todo um universo de preocupações e pautas de lutas e superações nos diferentes territórios. Para além de preocupações sobre meio ambiente, saúde, conflitos territoriais, trabalho e aposentadoria, outros aportes foram destacados, tais como relações de gênero e machismo, preocupações e incertezas acerca do futuro da juventude, tendo inclusive destaque o papel da escola na formação das futuras gerações da pesca. Outro elemento enfatizado foi a questão do racismo e suas implicações na sociedade, de forma estrutural.

Durante o curso foi utilizada uma proposta didática que possibilitou a construção de um espaço de trocas de saberes e desenvolvimento coletivo de estratégias voltadas para a vigilância popular em saúde, implementando uma metodologia que dialoga diretamente com as realidades vivenciadas pelas populações destas comunidades, valorizando os saberes tradicionais e promovendo o fortalecimento das redes de articulação e resistência dessa população. Durante os módulos, houve um destaque no engajamento dos participantes em compreender e enfrentar desafios relacionados ao território, identificando estratégias de resistência diante as vulnerabilidades socioambientais enfrentadas.

Com o intuito de desenvolver processos e estratégias de vigilância popular em saúde com os povos das águas, o curso buscou estimular os participantes a analisarem criticamente os desafios socioambientais presentes em seus territórios, a estabelecerem redes de organização popular entre as comunidades e a construírem caminhos para a superação das vulnerabilidades enfrentadas. Tudo isso com o objetivo de promover a construção de territórios mais saudáveis e sustentáveis. Ao longo do processo, o curso mobilizou, organizou e formou lideranças comunitárias que passaram a atuar como Agentes Populares de Saúde dos Povos das Águas.

No campo das ações concretas, os projetos de intervenção elaborados pelos cursistas foram diversos e alinhados às realidades de cada comunidade. Utilizando

ferramentas como a cartografia social, o Foto-Voz e as oficinas de vigilância popular, os participantes identificaram problemas locais — como poluição, precariedade nos serviços de saúde, violência urbana, degradação ambiental e exclusão social — e propuseram estratégias para enfrentamento, divididas em encaminhamentos de curto, médio e longo prazo. Um exemplo é o da comunidade de Baldo do Rio, que mobilizou a ida de uma equipe do Cerest até a sede da colônia de pescadores, e a comunidade de São Lourenço, que conseguiu um dia de atendimentos em saúde bucal na sede da associação local.

Ademais, o curso também despertou nas comunidades o desejo de dar continuidade à formação, e também surgiram materiais como produtos do curso, como materiais educativos (cordéis produzidos durante os módulos) e produtos audiovisuais. Também surgiram propostas vindas do próprio grupo de pescadores, como a criação de um Observatório das Águas, e reuniões com as respectivas comunidades para repasse dos aprendizados do curso, além da transformação do grupo de WhatsApp em um grande grupo de mobilização coletiva. Essas ideias visam manter viva a articulação construída ao longo dos módulos e ampliar os efeitos da formação.

Para os estudantes universitários que compuseram a equipe pedagógica e técnica do curso, a experiência proporcionou um contato profundo com metodologias participativas, saberes populares e o cotidiano das comunidades pesqueiras. Foi evidenciado o desenvolvimento de habilidades como facilitação de oficinas, construção de materiais didáticos acessíveis (cartilhas, mapas, cordéis, facilitação gráfica), organização logística de eventos de formação e, não menos importante, a escuta ativa. A vivência também promoveu uma ampliação da consciência social, valorizando o papel da universidade pública como promotora de transformação social e ponte entre os saberes acadêmicos e populares. Além disso, a atuação conjunta em equipe interdisciplinar contribuiu para o amadurecimento acadêmico e político dos envolvidos, contribuindo também para melhorias na própria área de atuação futura, tendo em vista que a imensa maioria de participantes eram estudantes da área da saúde, em destaque para o curso de medicina.

Portanto, o Curso Livre de Agentes Populares de Saúde dos Povos das Águas foi muito mais que uma formação pontual. Foi uma ação política, pedagógica e afetiva que

impulsionou transformações pessoais e coletivas, reavivando o protagonismo das comunidades pesqueiras na luta por direitos e territórios saudáveis.

Considerações finais

A realização do Curso de Formação de Agentes Populares dos Povos das Águas evidenciou a potência da educação popular como instrumento de fortalecimento das lutas sociais e valorização dos saberes tradicionais. O curso se configurou como um espaço formativo plural, participativo e enraizado nos territórios, promovendo a escuta, o diálogo e a produção coletiva de conhecimento entre pescadores, marisqueiras, indígenas e quilombolas. A metodologia adotada, fundamentada nos princípios freirianos, favoreceu a articulação entre vivências comunitárias e reflexão crítica da realidade, contribuindo para o fortalecimento da identidade coletiva e da incidência política dos participantes.

Apesar dos desafios enfrentados — como limitações institucionais, logísticas e estruturais —, a experiência reafirma a importância de políticas públicas intersetoriais, territorializadas e com financiamento adequado, capazes de garantir o direito à formação continuada dos povos tradicionais. O curso revelou-se, assim, como uma prática educativa comprometida com a transformação social e ambiental nos territórios das águas.

Referências

ARAÚJO, M. E.; RAMALHO, C. W. N.; MELO, P. W. Pescadores artesanais, consumidores e meio ambiente: consequências imediatas do vazamento de petróleo no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00230319, 2020.

NASCIMENTO, R. et al. Comunidade pesqueira e quilombola conceição‑BA. Mares: **Revista de Geografia e Etnociências**, v. 3, n. 1, p. 89-99, 2021.

MENESES, M.N. et al. Práticas de vigilância popular em saúde no Brasil: revisão de escopo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 2553-2564, 2023

CARNEIRO, F.F.; PESSOA, V.M. Iniciativas de organização comunitária e Covid-19: esboços para uma vigilância popular da saúde e do ambiente. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, p. e00298130, 2020.

TRINDADE, A. A. M. et al. Vigilância popular da saúde nas comunidades pesqueiras tradicionais e ecologia dos saberes no enfrentamento à COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 6017-6026, 2021.

MAIS LIVROS, MENOS PRISÃO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA CADEIA

Adriana Beloti[1]
Antonio Carlos Aleixo[2]
Mateus dos Santos Batista[3]
Sara Pavlak Wrzesinski[4]
Vinicius Rodrigues Leite dos Santos[5]
Yasmin Karoline Sabec Galoro[6]

Palavras-chave: Remição pela leitura. Extensão universitária. Formação em Letras. Livros.

Introdução

Este trabalho apresenta relatos de experiências advindas do projeto de extensão universitária *Leituras etcetera*, desenvolvido por estudantes e professores do Curso de Graduação em Letras da Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Campo Mourão (Paraná, Brasil), junto à Penitenciária Estadual de Campo Mourão, no processo de correção de relatórios e resenhas de leitura de pessoas privadas de liberdade (PPL), concernentes ao Programa de Remição de Pena pela Leitura (RPL).

A remição pela leitura foi instituída no Estado do Paraná pela Lei n. 17329, de 8/10/2012, e objetiva "[...] oportunizar aos presos custodiados alfabetizados o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade crítica, por meio da leitura e da produção de relatórios de leitura e resenhas." (Paraná, 2012, s/p). No estabelecimento penal *locus* da ação, inaugurado em 9/12/2020, o projeto teve início no mês de junho de 2022, por iniciativa do gestor da unidade penal e da residente técnica (pedagoga) do Complexo Social de Campo Mourão, em parceria com dois professores do Curso de Letras. Em fevereiro de 2023, o projeto *Leituras etcetera* cumpriu, formalmente,

[1]Doutora em Letras, professora associada da Universidade Estadual do Paraná. E-mail: adriana.beloti@unespar.edu.br.
[2]Doutorando em Sociedade, Cultura e Fronteiras (Unioeste) e professor assistente da Universidade Estadual do Paraná. E-mail: carlos.aleixo@unespar.edu.br.
[3]Graduando em Letras na Universidade Estadual do Paraná. E-mail: jadem4747@gmail.com.
[4]Graduanda em Letras na Universidade Estadual do Paraná. E-mail:sarapavlak10@gmail.com.
[5]Graduando em Letras na Universidade Estadual do Paraná. E-mail:vinicius.rlsantos18@gmail.com.
[6]Graduanda em Letras na Universidade Estadual do Paraná. E-mail:ysabecgaloro@gmail.com.

as exigências da universidade e, então, formalizou a prática de correção dos textos relativos à leitura do livro pelas PPL, para remir parte das respectivas penas. Posteriormente, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Estadual do Paraná (CAAE:74535223.0.0000.9247), o projeto de pesquisa que, dentre outros objetos, dedica-se à investigação do material relativo à leitura e escrita vinculado ao Programa de remição.

Compreende-se a demanda advinda deste grupo social específico e singular, que se encontra na periferia do fluxo de equipamentos de leitura e cultura, como determinante para a prática institucionalizada da extensão universitária, como o principal diferencial, tanto nas ações quanto na formação dos estudantes de graduação que participam do projeto.

Aspectos metodológicos da experiência

O método da pesquisa é o descrito por Fals Borda (1981) – a investigação-ação, que parte daquilo que aparece empiricamente na vida dos grupos sociais e suas necessidades imediatas e pressupõe: 1. autenticidade e compromisso político com tais grupos; 2. abandono de teorias e verdades aplicáveis, abstratamente, a todos os contextos; 3. devolução sistemática das observações aos grupos envolvidos, sem linguagem rebuscada e incentivo – a partir de técnicas específicas – para que o próprio grupo tome conhecimento de suas dificuldades e necessidades; 4. retorno permanente (em forma de espiral) entre os agentes especializados – conhecimento científico já acumulado – e os sujeitos-agentes participantes do processo detentores de conhecimento popular. A partir deste movimento, do mais simples ao mais complexo, retorna-se, de forma organizada e, teoricamente, acumulada, aos novos pontos de partida.

Atualmente, participam do Programa RPL 63 pessoas em privação de liberdade, custodiadas na Penitenciária Estadual de Campo Mourão, distribuídas da seguinte forma: 9 da Fase I (estudaram até o Ensino Fundamental I); 30 da Fase II (cursaram até o Ensino Fundamental II); 24 da Fase III (22 que iniciaram/concluíram o Ensino Médio e 2 o Ensino Superior). Do Curso de Letras/Unespar, integram o projeto três professores e onze estudantes, que têm a atribuição, respectivamente, de ministrar a aula inicial e orientar as

correções dos textos e a produção de atividades, e de corrigir, mensalmente, as resenhas produzidas pelas PPL, direcionando a revisão e a reescrita do texto.

Na prática, o Programa RPL funciona da seguinte forma: 1. antes de ingressarem no programa, as pessoas privadas de liberdade participam de uma aula, ministrada pelos professores da Universidade, para conhecerem o texto resenha de leitura e aprenderem aspectos relacionados à produção, com vistas às formalidades do Programa estadual; 2. na sequência, os presos atendidos leem um livro/mês, escolhido entre os disponíveis no acervo da própria unidade; 3. transcorridos, em média, 20 dias, fazem o relatório de leitura ou resenha, de acordo com o grau de escolaridade, em sala de aula da unidade prisional, com supervisão de um funcionário interno e sem qualquer mediação; 4. os estudantes da graduação corrigem os textos, realizando apontamentos que visam a orientar uma revisão e reescrita da 2ª versão pelo participante, além de atestar, a partir da resenha, que o livro foi lido; 5. as PPL escrevem, diante dos apontamentos, a 2ª versão de sua resenha, que é validada e arquivada no sistema do DEPPEN-PR (Departamento de Polícia Penal do Paraná), a fim de remir a pena correspondente.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

Tradicionalmente, a extensão universitária sempre esteve associada à transferência de conhecimento produzido na universidade ou ao ensino de técnicas e manejos às pessoas da sociedade que não se encontravam no ensino superior. Sua origem europeia vinculava-se à necessidade de ensinar aos trabalhadores os resultados das novas ciências e descobertas do século XIX, ao mesmo tempo em que buscava aplacar conflitos sociais e, em oposição às também inéditas universidades populares, vinculadas às organizações de trabalhadores, mormente anarquistas (Melon, 1963; Rodriguez, 1982; Yaverovski, 2018).

No Brasil, a concepção e prática de transferência de conhecimento, assistência técnica ou assistencialismo foi questionada já nos anos de 1960, tanto pelas ações da UNE – União Nacional dos Estudantes, quanto pelas práticas e disseminação de ideias do educador popular Paulo Freire, mas, de fato, adquiriu força teórica e material a partir de

1987, com as discussões do FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras.

Entretanto, no interior do Brasil, onde, predominantemente o ensino superior ocorria – e ainda ocorre em certas regiões – por meio de Faculdades, com poucos cursos, quase sempre de licenciaturas ou as chamadas ciências sociais, as práticas de extensão universitária que consideravam as pessoas da comunidade externa, organizações e movimentos sociais como "sujeito" e não objeto – normalmente "público alvo" – sempre foram muito raras e, quase sempre, dependendo de ações planejadas a partir de professores ou estudantes vinculados à militância social externa à prática universitária.

Não bastasse a extensão universitária ser vista como uma concessão feita pela pesquisa e ensino – algo como caridade, filantropia –, quando propostas de extensão são direcionadas para grupos sociais discriminados, as dificuldades para sua realização são potencializadas e tendem a confundir-se com exotismo de seus autores. Quando se trata de atividades extensionistas dirigidas para pessoas ou grupos considerados "improdutivos" para a reprodução do capital, as dificuldades – principalmente no campo ideológico – são ainda mais impulsionadas.

No caso da atividade e das ações que estamos relatando, as mesmas acontecem numa das regiões do Brasil em que o discurso de que "bandido bom é bandido morto" é muito corrente, o que demanda maior planejamento, organização e alianças táticas para sua execução.

Dada a facilidade, é comum que cursos de licenciatura realizem extensão com formação continuada de professores ou com estudantes das escolas de educação básica. A demanda da Penitenciária Estadual de Campo Mourão, para que participássemos da implantação da remição pela leitura, exigiu que buscássemos estudantes com capacidade técnica básica para o trabalho com linguagem e, ao mesmo tempo, disposição política para se engajar em atividade que, tradicionalmente, não está no rol de práticas do curso de formação em Letras.

A maior dificuldade encontra-se nesse segundo ponto: o refluxo dos movimentos estudantis e do engajamento da juventude em práticas políticas consideradas progressistas aliado ao discurso predominante do "empreendedorismo" tem reforçado como positivos o individualismo, a competitividade e o engajamento apenas em práticas "lucrativas" ou

cosméticas – o fazer pelo fazer na universidade. Para vencer esses desafios, há necessidade, por parte dos professores proponentes do projeto, de relações educativas que superem a simples transmissão verticalizada do currículo. Avaliamos que o engajamento dos primeiros estudantes na proposta se deu em razão de tal prática.

Feito isso, a troca de experiências com os profissionais do presídio, convidados para relatarem as condições do sistema prisional, as visitas ao espaço físico onde se encontram as PPL e os primeiros contatos com os textos das resenhas, aliados às, nem sempre formais, avaliações permanentes, tem criado condições qualitativas de engajamento dos primeiros estudantes e estes – por meio de relatos da experiência – auxiliam no recrutamento dos demais.

A colocação desse tipo de proposta de extensão em movimento abre uma fenda no tradicional ciclo universidade-escola-universidade e tem permitido planejar outras atividades acadêmicas e elaboração de propostas de políticas públicas: o apoio aos diretores do presídio por uma unidade escolar própria; alteração na arquitetura dos presídios, para facilitar atividades educativas; elaboração específica de material didático próprio para pessoas com formação escolar defasada; ampliação do campo de objetos de pesquisa para estudantes da área de Letras.

Considerações finais

A concepção e execução de um projeto de extensão na perspectiva inversa da tradição universitária brasileira, quando os proponentes e motivadores da proposta encontram-se no polo geralmente marginalizado pelo centro de elaboração do pensamento dominante, tende a produzir uma dinâmica que pode tanto se esgotar em pouco tempo, quanto tornar-se política permanente.

Podemos associar projetos de extensão com objetivos de educação popular cujos efeitos se voltam também para a universidade à “dialética da manifestação” (Bourdieu, 1996), quando uma atividade inaugura algo idêntico a um manifesto que torna o “não visto”, visível e o escondido, desvelado. Tal qual um manifesto, projetos de extensão de características não tradicionais da universidade brasileira, além de afetar os cursos

superiores de onde saem seus proponentes, tendem a criar identidade própria e permanentes disputas sociais no interior das instituições de estado.

No caso do projeto que descrevemos acima, os relatos dos participantes e a postura política que assumem no cotidiano, especialmente os futuros professores da área de Letras, asseguram a elevação de um plano estandartizado da tradição universitária para outro, de capacidades agudas de interferência nos espaços que ocuparão após a formação superior.

Referências

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. Trad. Sergio Miceli et al. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FALS BORDA, O. La ciencia y elpueblo. In: GROSSI, F. V.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. de (Orgs.). **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.

MELON FERNANDEZ, S. **Un capitulo en la história de la Universidad de Oviedo** (1883-1910). Oviedo: Instituto de Estudios Asturianos, 1990.

PARANÁ. **Lei n. 117329/2012**: Institui o projeto “remição pela leitura” no âmbito dos estabelecimentos penais do Estado do Paraná. Palácio do Governo, Curitiba, 2012.

RODRIGUEZ, S. Las Universidades Populares. **Los Cuadernos del Norte: Revista cultural de la Caja de Ahorros de Asturias**, año 3, n. 11, p. 66-69, 1982. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/revista/19532/V/3. Acesso em 08 jul 2024.

YAVEROVSKY. A. M. Universidades populares: la búsqueda de la genealogía propia. **De Signos Y Sentidos**, n. 19, p. 29–50, ano. Disponível em: https://doi.org/10.14409/ss.v0i19.7873. Acesso em: 05 jul. 2024.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E REALIDADE BRASILEIRA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

João Victor Araújo do Nascimento[1]
Sara Albuquerque Freitas[2]
José Carlos da Silva[3]
Pedro José Santos Carneiro Cruz[4]

Palavras-chave: Educação. Popular. Formação. Saúde.

Introdução

Esse relato descreve a experiência de participação no Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira, iniciativa que surgiu em maio de 2021, devido aos desafios impostos pela pandemia de covid-19 e ao contexto de retrocessos sociais, políticos, culturais e econômicos no Brasil durante a época. Vinculado ao Programa de Extensão e Pesquisa Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Observatório configura-se como um espaço de diálogo, formação e mobilização em torno das práticas populares em saúde, reunindo participantes de todas as regiões do país — entre profissionais da saúde, estudantes, lideranças comunitárias e representantes de movimentos sociais —, os encontros têm focado em contribuir com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e da participação social nos territórios, onde efetivamente se produz saúde.

Aspectos metodológicos da experiência

A experiência relatada foi construída a partir de participação direta nos encontros remotos promovidos pelo Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira, esses encontros são acessados por todos que se inscrevem no projeto do observatório via formulário online. Uma semana antes do encontro, todos os participantes recebem e-mails informando sobre o dia em que o evento irá ocorrer, o tema que será abordado no encontro, quem estará participando do diálogo como convidado(a) e o link de

[1] Informações sobre maior titulação, formação, atuação profissional e/ou vínculo institucional e e-mail.
[2] Informações sobre maior titulação, formação, atuação profissional e/ou vínculo institucional e e-mail.
[3] Informações sobre maior titulação, formação, atuação profissional e/ou vínculo institucional e e-mail.
[4] Informações sobre maior titulação, formação, atuação profissional e/ou vínculo institucional e e-mail.

acesso que é feito tanto em formato de reunião pelo Google Meet, como em formato de livestream pelo YouTube.

As reuniões reúnem participantes de diferentes regiões do país e ocorrem com frequência periódica bimestral no período da noite das 18:30 às 20:30 e elas se iniciam com um momento de acolhimento usando músicas, uma fala breve, uma meditação ou outras técnicas de acolhimento e cuidado. O primeiro e maior momento da reunião é a fala da pessoa convidada, que esboça seus pensamentos, suas visões e suas experiências sobre o tema abordado com o público que ao finalizar, se abre para ouvir comentários e tirar dúvidas que possam surgir durante a fala, sendo esse o segundo momento da reunião.

Durante os encontros, os autores participam das discussões, interagem com os demais envolvidos e realizam anotações e reflexões sobre os conteúdos abordados e as metodologias utilizadas. Além da vivência prática, foram realizadas observações sistemáticas dos encontros disponibilizados no canal do PINAB no YouTube, com posterior análise dos registros e reflexões produzidas a partir da escuta atenta das falas, das trocas de experiências e da construção coletiva do conhecimento. A metodologia da experiência esteve fundamentada nos princípios da Educação Popular, especialmente no diálogo horizontal, na valorização dos saberes populares e na escuta sensível. Essa abordagem permitiu aos autores refletir criticamente sobre o papel formativo e organizativo do Observatório e os impactos dessa vivência em sua trajetória como educadora popular e participante ativa dos processos de fortalecimento do SUS.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A participação no Observatório evidenciou diversas potencialidades, como o fortalecimento das práticas colaborativas, a criação de redes de apoio entre diferentes territórios e a ampliação do repertório teórico-prático dos participantes. Os encontros foram marcados pela diversidade de experiências compartilhadas e pela sensibilidade no trato com os temas abordados, criando um ambiente propício à construção coletiva do saber. Entre os principais temas debatidos nas reuniões, destacam-se:

"Direitos, diversidade e lutas sociais das travestis e transsexuais no cuidado em saúde: diálogo com a educação popular", "Tragédias anunciadas: acolhimento e escuta dos educadores populares no contexto de desastres ambientais.", "A gestão do trabalho e a gestão da educação na saúde e os desafios para reconstruir o SUS e a democracia no Brasil", "Soberania Alimentar e Nutricional e os Territórios Saudáveis e Sustentáveis na

reconstrução da Nação e da Democracia Brasileira", "Desafios atuais da construção da integralidade no SUS: contribuições sobre a amorosidade no pensamento de Hanna Arendt e Paulo Freire" e "Epidemiologia e Educação Popular e Saúde: aproximações na construção dos territórios saudáveis e sustentáveis"

Apesar das conquistas, alguns desafios se mostraram presentes, como a dificuldade de acesso à internet por parte de alguns participantes, a manutenção do engajamento ao longo do tempo e a necessidade de maior institucionalização de espaços de formação permanente como este. Como principais aprendizados, destacam-se o valor da escuta qualificada, a importância da formação crítica e o reconhecimento do território como espaço central de cuidado em saúde e de transformação social.

Considerações finais

O Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira evidencia-se como uma experiência inovadora e potente no fortalecimento da Educação Popular em Saúde (EPS) e na construção de sujeitos protagonistas em seus territórios. Ao articular espaços de diálogo e formação com abrangência nacional, a iniciativa reafirma o compromisso com uma saúde pública mais justa, equitativa e democrática, valorizando os saberes populares e a participação social como elementos centrais do cuidado e da transformação da realidade. A partir de uma metodologia qualitativa, ancorada na análise dos encontros promovidos pelo Observatório, foi possível identificar contribuições significativas para a formação técnica e política de educadores populares e para a consolidação do SUS como um projeto coletivo de nação.

As potencialidades dessa iniciativa se expressam na articulação entre saberes, no fortalecimento de redes colaborativas e no incentivo à reflexão crítica sobre a conjuntura brasileira e suas implicações para a saúde pública. Contudo, os desafios também são latentes, como a necessidade de reconhecimento institucional, a valorização dos saberes populares e a superação das desigualdades regionais e estruturais. Os aprendizados construídos ao longo do percurso reforçam a importância da escuta ativa, da horizontalidade nas relações e do compromisso ético com a transformação social. Assim, o Observatório se consolida como um espaço de resistência, formação e cuidado, reafirmando a Educação Popular em Saúde como um caminho potente para a construção coletiva de um país mais justo e solidário.

Diálogos entre as práticas de cuidado e a ecologia integral - contribuições da Educação Popular em Saúde

Bruno Santiago da Silva Salomão[1]
Caio de Souza Coelho[2]
Ana Carolina Bezerra Silva[3]
Rosemere de Barros de Oliveira[4]
Alex Simões de Mello[5]
Frances Valéria Costa e Silva[6]

Palavras-chave: Ecologia integral. Práticas de cuidado. Cuidado centrado na vida. Educação popular em saúde.

Introdução

O presente relato de experiência apresenta um recorte das ações extensionistas e suas implicações com a pesquisa participante, desenvolvidas pelo projeto de extensão "Práticas Cuidadoras e a Educação Popular em Saúde: diálogos com a ecologia integral", vinculado ao Departamento de Enfermagem de Saúde Pública, da Faculdade de Enfermagem - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no que tange o enfrentamento dos desafios na produção do cuidado integral a grupos populacionais específicos na Atenção Primária à Saúde (APS) de uma região de saúde na cidade do Rio de Janeiro.

[1] Estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: brunosalomao050@gmail.com
[2] Estudante de graduação em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: caiocoelhorj@hotmail.com
[3] Estudante de graduação em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: anacarolinaenfermagemuerj@gmail.com
[4] Estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: rosemerefseso@gmail.com
[5] Doutor. Enfermeiro. Professor adjunto da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: axmello@gmail.com
[6] Doutora. Enfermeira. Professora Associada da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail:francesvcs@gmail.com

A construção coletiva de estratégias voltadas a incorporação da integralidade na produção do cuidado para os territórios de atuação da APS, tem se fortalecido pela oferta de cuidados por equipes multiprofissionais, que lançando mão do trabalho colaborativo, buscam ampliar o olhar aproximando-se dos modos de vida da população. No entanto, pela natureza complexa do trabalho em saúde, inúmeros desafios têm sido enfrentados para atender tais necessidades, sobretudo a fragmentação do cuidado, com ações que buscam eliminar ou controlar sinais e sintomas, numa perspectiva queixa-conduta (Bohusch et al, 2021). Essa é uma orientação centrada na doença, que negligencia as dimensões da saúde e proporciona baixa resolutividade.

Embora, muitas vezes invisibilizadas, há experiências de cuidado sob uma lógica não hegemônica, articuladas aos saberes populares, (re)criando perspectivas, com base em conhecimentos ancestrais, oriundas de comunidades tradicionais, resistindo as narrativas, fatos e a própria história (Paro, Lemões, Pekelman, 2020). Nesse sentido, o caminho que fortalece novas iniciativas e se alinha ao momento crítico de crise planetária, onde a vida na Terra tem sido ameaçada por diferentes frentes e ataques, precisa ser mais explorado. Assim, cabe trazer a práxis de uma consciência ecológica, em que se destaca a percepção da integralidade entre corpo, mente e espírito, possibilitando a integração com o ambiente e a sociedade. Essa consciência é essencial à produção de uma cultura de cuidado centrada na vida, para si e para os outros (Bôlla, Milioli, Reichow, 2013).

Nessa perspectiva, a 'ecologia integral' pode subsidiar esta intenção, analisando e interpretando aquilo que o ser humano precisa para ter saúde, sem que os sinais de adoecimento sejam o fio condutor do processo de cuidar. Seu conceito surge da compreensão sobre a interação dinâmica da natureza, da sociedade e da humanidade, não somente pelos níveis biológico e climático, mas também alcançando os níveis econômico, geopolítico e cultural (Cervi, Hahn, 2017).

Desse modo, a tomada de consciência sobre o cuidado integral traz à tona uma provocação sensível a solidariedade, extrapolando a consciência de apenas conhecer a realidade e seus fenômenos, mas uma consciência responsável pelo cuidado da vida integral, integrada e sistêmica, comum a humanidade, sem se limitar às regras mercadológicas (Bôlla, Milioli, Reichow, 2013). Essa é uma perspectiva que se alinha à proposta da Educação Popular em Saúde (EPS), quando o saber cuidar de modo integral depende de um

aprofundamento corresponsável, dialógico, comprometido, afetuoso e sensível à vida. Saber cuidar não é apenas criar uma consciência racional, mas estar aberto a auto mudança, a transformação de si mesmo e do coletivo (Freire, 1987). Também se trata de uma consciência ético-moral, de cuidados com o outro, pela afetividade e proteção (Cervi, Hahn, 2017).

Diante desse contexto, busca-se com esse trabalho refletir sobre as experiências de intervenção na produção do cuidado na APS carioca, a partir do diálogo entre as práticas de cuidado a grupos populacionais específicos e a ecologia integral, mediada pela Educação Popular em Saúde.

Aspectos metodológicos da experiência

Trata-se de um relato de experiências sobre os desafios enfrentados por estudantes de graduação e residência em enfermagem, no cenário de ensino prático na APS, em uma região de saúde da cidade do Rio de Janeiro. Tal cenário se caracteriza pela presença de territórios peculiares, que no contexto urbano se inserem no bojo da atenção prestada por equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), sob a mesma lógica de cuidado. Dentre os grupos populacionais de interesse peculiar que se avizinham a mesma adscrição na unidade básica de saúde podemos destacar uma comunidade indígena, um dos mais antigos redutos de prostituição do Brasil, e uma concentração crescente de moradores em situação de rua.

A unidade de saúde conta com nove equipes da ESF, uma de Consultório na Rua e uma de especialidades (e-multi), responsável por um território urbano, denso e marcado por contrastes e peculiaridades. Nesse espaço, identificado como uma unidade-escola, são recebidos estudantes de graduação de diferentes cursos, bem como residentes de medicina e enfermagem, que no contexto do trabalho, desenvolvem ações de ensino, pesquisa e extensão.

Parte considerável dessa formação tem sido desenvolvida em parceria com a UERJ. Dentro desse escopo, olhamos para algumas experiências de enfrentamento dos desafios na produção compartilhada do cuidado, numa interlocução entre o ensino, a pesquisa, a extensão e o serviço, mediada pela EPS, por iniciativa do referido projeto de extensão, numa proposta conjunta e participativa.

De modo geral, o projeto de extensão busca auxiliar no mapeamento e reconhecimento das práticas de cuidado, tanto aquelas ofertadas pela equipe, quanto as de caráter popular, de manejo pela população. Em diálogo com a pesquisa, organiza-se espaços de compartilhamento em oficinas, utilizando rodas de conversas, círculos de cultura, world café, para além de dinâmicas de grupo em reuniões de trabalho. O ensino, nessa teia, se articula permanentemente numa tessitura interdisciplinar e interprofissional gerando robustez ao processo.

Dessa maneira, as atividades desenvolvidas ao longo do projeto tiveram como foco a promoção da atenção integral e da tomada de consciência sobre a ecologia de cuidados no ambiente de saúde, por meio de práticas fundamentadas na educação popular. A metodologia adotada esteve alicerçada nos princípios freirianos, valorizando o diálogo, a escuta ativa e a construção coletiva do saber, a partir da realidade concreta da comunidade. Essa abordagem reconhece os sujeitos envolvidos como protagonistas do processo educativo e de cuidado, respeitando suas trajetórias, saberes e contextos de vida.

As ações foram planejadas com base em metodologias ativas e participativas, promovendo o envolvimento direto de estudantes, professores, trabalhadores e profissionais da saúde, bem como usuários do serviço e moradores do território adscrito. O uso de atividades lúdicas e sensíveis, num meio de diversidades, permitiu a criação de uma atmosfera crítica e reflexiva, favorecendo o fortalecimento dos vínculos comunitários e o sentimento de pertencimento. Além disso, os participantes foram incentivados a (re)conhecer suas singularidades, limites e potencialidades, assumindo papel de protagonistas no processo de transformação da realidade.

O cuidado integral tem sido discutido de forma ampliada, extrapolando o campo da saúde e abrangendo aspectos subjetivos, relacionais e sociais, integrando-se à perspectiva ecológica e à promoção da saúde. Assim, a unidade de saúde se configurou como um espaço ecológico de cuidado, educação e transformação social, reafirmando seu potencial enquanto território de vida, afeto e resistência.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

Este projeto, que integra práticas de saúde, educação e ecologia, busca promover a transformação social e enfrentar as necessidades singulares dos territórios por meio de uma abordagem dialógica e colaborativa, articulando a materialização da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, pela intenção de qualificar a formação e os serviços no Sistema Único de Saúde (SUS).

A potencialidade desse projeto se destaca na interação dialógica, que fomenta a construção de uma massa crítica a partir da troca de saberes entre os participantes, e na interdisciplinaridade, que integra diferentes áreas do conhecimento para oferecer soluções mais holísticas, que busca aumentar a resolutividade. O impacto social é uma de suas diretrizes, com foco na sensibilização dos envolvidos e na criação de um futuro sustentável, fundamentado na preservação da ancestralidade e na prática de um cuidado ecológico (Cervi, Hahn, 2017).

O processo de revisitar a atenção à saúde, construído junto aos trabalhadores e usuários da unidade de saúde, tem possibilitado ampliar o olhar sobre o cuidado, de forma a reconhecer suas nuances, singularidades e aplicabilidade a cada segmento populacional, ressignificando as práticas e reconhecendo suas identidades. Um conjunto de recomendações e atitudes têm sido propostas e, gradativamente, incorporadas ao serviço, tanto quanto servido de orientador ao percurso formativo dos estudantes que ali passam.

Essa proposta, intencionalmente, tem excedido o campo da saúde e abrangendo aspectos que envolvem a dimensão comunicacional, política, social, econômica, cultural, geográfica, dentre outras, integrando-se pela perspectiva ecológica à promoção da saúde. Assim, a unidade de saúde tem se configurado, na perspectiva dos estudantes, como um espaço ecológico de cuidado, pedagógico, de transformação social e enfrentamento às iniquidades, potencializador de lutas e resistências (Cordeiro, Figueiredo, 2018).

Entretanto, o projeto enfrenta desafios consideráveis, como a sobrecarga dos trabalhadores da saúde num modelo de atenção produtivista (Teston et al., 2018), que recai sobre o cenário de aprendizado, impactando fortemente na formação dos estudantes e na oferta de cuidados aos usuários. Outra vertente que pode ser vista como desafio, é a escassez de recursos e a falta de infraestrutura adequada dificultando a implementação plena das ações propostas, especialmente as que exigem colaboração interprofissional e interdisciplinar

(Ceccim, 2018). A complexidade do cuidado e a necessidade de integrar diferentes saberes também impõem desafios contínuos, organicamente.

As ações extensionistas advindas do projeto, de certa forma, buscam relativizar tais desafios, mostrando que ora avançam-se as discussões e novas consciências são tomadas, de modo a possibilitar a construção de estratégias de enfrentamento, mas que ora a proposta se inviabiliza por forças contrárias, que insistem em permanecer sem mudanças. É como num caminho acidentado, que por vezes precisamos parar, retirar os obstáculos, sacudir a poeira e retornar a trilha. São tempos de ação e reflexão que precisam saber o melhor momento para atuar (Freire, 1987).

Diante disso, numa permanente busca pelo equilíbrio entre as incertezas e o enfrentamento, o projeto tem proporcionado importantes aprendizados. Podemos destacar que a EPS tem tido papel muito importante na constante indução de reflexões críticas sobre as práticas pedagógicas e de saúde, para além da valorização de um cuidado integral que considere as dimensões emocionais e sociais dos participantes (Cordeiro, Figueiredo, 2018).

A colaboração entre diferentes áreas do conhecimento tem se mostrado crucial para a adaptação do projeto às realidades locais e para a construção de soluções inovadoras (Ceccim, 2018). A experiência revela que, em um cenário desafiador como o da APS carioca, é fundamental desenvolver resiliência e adaptar as abordagens pedagógicas e de cuidado para atender às novas demandas de saúde da comunidade.

O presente projeto evidenciou uma abordagem inovadora ao integrar saúde, educação e ecologia, promovendo um cuidado centrado na vida e no processo educativo transformador. A utilização de práticas dialógicas e a valorização do saber popular, alinhadas à perspectiva da ecologia integral, foram essenciais para fortalecer a consciência ecológica, ampliando a compreensão sobre as múltiplas dimensões do cuidado.

Considerações finais

A metodologia empregada nos encontros criou um ambiente de aprendizagem participativa e reflexiva, permitindo que os participantes se vissem como protagonistas na transformação de suas realidades. Essa abordagem sensível ao contexto de cada indivíduo

possibilitou a construção de um cuidado que ultrapassa as práticas tradicionais de saúde, incorporando aspectos subjetivos, sociais e culturais das comunidades.

O aprendizado adquirido com as ações desse projeto têm sido fundamentais para o fortalecimento da APS, de práticas dialógicas e compartilhadas, da valorização das singularidades, e apoia a novas iniciativas. A experiência destaca a relevância de um cuidado integral que abarque todas as dimensões do ser humano e a necessidade de um processo pedagógico contínuo e adaptável aos contextos locais. A colaboração entre diferentes áreas do conhecimento mostrou-se essencial para o desenvolvimento de soluções mais inclusivas e eficazes, capazes de atender às demandas emergentes das comunidades.

Referências

BOHUSCH, G.; ACIOLI, S.; RAFAEL, R. M. R.; MELLO, A. S.; ROZA, J.; SILVA, H. C. A. Weakening of nurses practice delivering same day-access in primary care. **Rev Gaúcha Enferm**. 42, 2021; e20200314.

BÔLLA, K. D. S.; MILIOLI, G.; REICHOW, J. R. C. Perspectivas da Complexa Relação entre Saúde e Ambiente. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.10, n.2, p. 310-333, 2013.

CECCIM, R. B. Connections and boundaries of interprofessionality: form and formation. **Interface (Botucatu)**. 2018; 22 (Supl. 2):1739-49.

CERVI, J. R.; HAHN, N. B. O Cuidado e a Ecologia Integral. **Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v.12, n.27, p. 149-172, 2017.

CORDEIRO, D. S. A.; FIGUEIREDO, J. B A. Em busca de uma atuação para a sensibilização em Ecologia Integral. **Revista Espaço Acadêmico**. n.207, 2018. p. 37-49.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

PARO, C. A.; LEMÕES, M. A. M.; PEKELMAN, R. Educação Popular e a (re)construção de práticas cuidadoras. In: PARO, C. A.; LEMÕES, M. A. M.; PEKELMAN, R. (orgs). **Coletânea Educação Popular em Saúde** – Volume 2: Educação Popular e a (re)construção de práticas cuidadoras. [internet] – João Pessoa-PB: Editora do CCTA, 2020. p. 15-28.

TESTON, L. M.; MENDES, A.; CARNUT, L. JUNQUEIRA, V. Avaliação no SUS: uma crítica à ideologia do produtivismo no capitalismo contemporâneo. **Saúde debate,** 42 (spe3), 2018.

EXTENSÃO QUE TRANSFORMA

Danielle Freire Paoloni/a[1]
Lívia Letícia Zanier Gomes/a[2]
Gislaine Fernandes/a[3]

Palavras-chave: Extensão. Transformação. Formação.

Introdução

A extensão universitária desempenha um papel fundamental na articulação entre ensino, pesquisa e sociedade, promovendo a democratização do conhecimento e a transformação social. No Brasil, a Política Nacional de Extensão Universitária (BRASIL, 2012) estabelece diretrizes que reforçam sua importância como um dos pilares do ensino superior, enfatizando a necessidade de integração entre as instituições acadêmicas e as demandas sociais. Nesse contexto, o *Programa Extensão que Transforma*, desenvolvido pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), surge como uma iniciativa inovadora voltada à promoção do desenvolvimento sustentável, à aplicação do conhecimento acadêmico em benefício da sociedade e ao fortalecimento da cidadania.

Este manuscrito tem como objetivo analisar as potencialidades, desafios e aprendizados dessa experiência extensionista, à luz da literatura sobre o tema. A reflexão proposta busca compreender de que maneira o programa contribui para a consolidação da extensão universitária como um mecanismo de impacto social e ambiental, além de apontar caminhos para o aprimoramento das suas ações.

A justificativa para a escolha desse tema está na crescente necessidade de modelos extensionistas que integrem inovação social, sustentabilidade e envolvimento comunitário.

[1] [1] Doutora, Nutricionista, Professora EBTT IFTM, danielle@iftm.edu.br.
[2] [2] Doutora, Letras, Professora EBTT IFTM, livia@iftm.edu.br.
[3] [3] Doutora, Engenheira Química, Professora EBTT, gislaine@iftm.edu.br.

Em um cenário de desafios globais, como as mudanças climáticas e a desigualdade socioeconômica, a extensão universitária se torna uma ferramenta essencial para promover soluções locais com impacto duradouro. Assim, compreender os resultados e desafios do *Programa Extensão que Transforma* pode oferecer subsídios para fortalecer políticas institucionais e inspirar novas práticas dentro e fora do ambiente acadêmico.

Aspectos metodológicos da experiência

A experiência do *Programa Extensão que Transforma* foi estruturada a partir de uma abordagem metodológica baseada na articulação entre o IFTM, o setor público e a sociedade civil. O programa seguiu um planejamento estratégico voltado à sustentabilidade, inovação social e qualificação profissional, com etapas bem definidas para a execução das ações.

O primeiro passo para a implementação do projeto foi a formalização de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) e a Receita Federal. Esse acordo possibilitou que as instituições recebessem itens apreendidos, viabilizando sua utilização em atividades educativas e de capacitação profissional.

Em seguida, foi elaborado e publicado um edital de chamamento público com o objetivo de cadastrar entidades interessadas em receber os itens apreendidos. Para garantir a transparência e a regularidade do processo, as instituições beneficiadas deveriam possuir registro no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)**,** assegurando que os materiais fossem destinados a organizações que atuam diretamente na promoção da inclusão social.

Com a definição das entidades participantes, o programa estruturou um conjunto de ações formativas e de capacitação para o reaproveitamento dos produtos apreendidos. Essas ações foram divididas em dois eixos principais:

1. Reutilização de vestuários apreendidos**:**
    - Oferta de cursos sobre descaracterização, customização, bordado e reaproveitamento de peças de vestuário**.**
    - Capacitação de beneficiários das entidades cadastradas, promovendo geração de renda e qualificação profissional.

2. Transformação de bebidas e perfumes apreendidos em novos produtos**:**
    - Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) foram oferecidos para ensinar técnicas de transformação dos produtos, incluindo:
        - Produção de geleia de vinho e queijo curado no vinho**.**
        - Fabricação de álcool gel perfumado, aromatizadores de ambiente e difusores**.**

As atividades foram conduzidas em diferentes unidades do IFTM, contando com a participação de professores, técnicos, estudantes, beneficiários das instituições cadastradas e comunidade. Durante a realização das formações, foram empregadas metodologias ativas de ensino, priorizando a aprendizagem prática e a troca de saberes entre os participantes.

O período de execução do projeto abrangeu desde a formalização do acordo com a Receita Federal até a efetivação das capacitações, garantindo que os beneficiários pudessem aplicar os conhecimentos adquiridos na geração de renda e no fortalecimento da economia circular.

Essa abordagem metodológica permitiu não apenas o reaproveitamento de itens apreendidos, mas também a criação de oportunidades para a capacitação profissional e o desenvolvimento sustentável, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao compromisso social do IFTM.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A extensão universitária é reconhecida como um dos pilares fundamentais do ensino superior, promovendo a interação entre a instituição acadêmica e a sociedade, conforme preconizado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012). O *Programa Extensão que Transforma* do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) exemplifica essa conexão ao estruturar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, inovação social e inclusão comunitária. A partir da análise dessa experiência, é possível identificar suas principais potencialidades, desafios e aprendizados.

O programa apresenta diversas potencialidades que o consolidam como um modelo inovador de extensão universitária. Em primeiro lugar, ele se alinha diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 11 (Cidades Sustentáveis) e 12 (Consumo e Produção Sustentáveis), promovendo ações concretas de reaproveitamento de materiais e conscientização ambiental.

Além disso, o programa estabelece um espaço institucional de articulação contínua, permitindo que os conhecimentos gerados no IFTM sejam aplicados na solução de problemas reais. Esse aspecto é reforçado por autores como Freire (1983), que destaca a importância do diálogo entre universidade e sociedade para uma educação transformadora.

Outro fator positivo é a interdisciplinaridade das ações. Ao envolver diferentes áreas do conhecimento, o *Programa Extensão que Transforma* estimula a colaboração entre professores, estudantes e agentes comunitários, ampliando as possibilidades de inovação e impacto social. Esse modelo está alinhado à visão de Stoecker (2016), que enfatiza a necessidade de integrar ensino, pesquisa e extensão para gerar mudanças estruturais nas comunidades.

Apesar de suas potencialidades, o programa enfrenta desafios significativos. Um dos principais entraves está na garantia de financiamento contínuo para suas ações. Embora conte com fontes diversas, como orçamento institucional e parcerias público-privadas, a sustentabilidade financeira das iniciativas ainda depende da captação eficiente de recursos, o que requer estratégias mais robustas de fomento.

Outro desafio relevante é a burocracia na submissão e aprovação de projetos, que pode gerar dificuldades para os extensionistas na execução das atividades. Essa questão é frequentemente discutida na literatura sobre extensão universitária, com autores como Ribeiro et al. (2020) apontando a necessidade de maior flexibilização nos trâmites administrativos para potencializar o impacto das ações extensionistas.

Por fim, há o desafio do engajamento contínuo da comunidade acadêmica. Embora o programa incentive a participação de estudantes e professores, a manutenção desse envolvimento ao longo do tempo requer estratégias inovadoras, como maior integração da extensão no currículo dos cursos, conforme proposto pela Política Nacional de Extensão Universitária (BRASIL, 2012).

A experiência do *Programa Extensão que Transforma* trouxe aprendizados valiosos para a gestão e execução de ações de impacto social. Entre os principais insights, destaca-se a importância da construção de redes colaborativas entre a instituição e a sociedade. Parcerias com ONGs, cooperativas e empresas locais têm se mostrado essenciais para ampliar o alcance das atividades e fortalecer a cultura de extensão dentro do IFTM.

Outro aprendizado fundamental é a necessidade de monitoramento e avaliação contínua das ações. O estabelecimento de indicadores de impacto social, ambiental e econômico permite não apenas demonstrar os resultados das iniciativas, mas também aprimorá-las constantemente, como recomendado por Bringle e Hatcher (1996) em suas pesquisas sobre avaliação de impacto na extensão universitária.

Além disso, a curricularização da extensão surge como uma estratégia promissora para consolidar o programa dentro da estrutura acadêmica. A experiência demonstra que integrar atividades extensionistas às disciplinas regulares contribui para uma formação mais crítica e cidadã dos estudantes, preparando-os para atuar em contextos diversos com uma visão mais ampla de responsabilidade social.

Considerações finais

A experiência do *Programa Extensão que Transforma* demonstra o potencial da extensão universitária como ferramenta de impacto social, econômico e ambiental. Ao articular ensino, pesquisa e ações comunitárias, o programa conseguiu transformar um problema – a apreensão de mercadorias pela Receita Federal – em uma oportunidade de inovação social e desenvolvimento sustentável.

Os resultados alcançados evidenciam que a extensão vai além da simples transmissão de conhecimento; ela possibilita a construção coletiva de soluções para desafios reais, beneficiando tanto a comunidade acadêmica quanto os grupos sociais envolvidos. A formação profissional oferecida por meio dos cursos de descaracterização e customização de vestuários, assim como a capacitação para o aproveitamento de bebidas e perfumes apreendidos, reforça o compromisso do IFTM com a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade e a promoção da economia circular.

No entanto, a experiência também revelou desafios importantes, como a necessidade de estratégias mais eficazes para a captação de recursos, a simplificação dos trâmites burocráticos e o fortalecimento do engajamento contínuo da comunidade acadêmica. Superar esses desafios passa por uma maior institucionalização da extensão dentro do currículo acadêmico.

Além disso, o monitoramento e a avaliação contínua do impacto dessas iniciativas são fundamentais para a melhoria das atividades extensionistas. A criação de indicadores específicos para medir os efeitos sociais, ambientais e econômicos do programa pode contribuir para a ampliação do seu alcance e replicação em outras instituições.

Por fim, a experiência do *Programa Extensão que Transforma* reafirma a importância da extensão universitária como um dos pilares essenciais da educação superior, alinhada às demandas da sociedade e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Seu legado reside não apenas na transformação de produtos apreendidos, mas principalmente na transformação de vidas, oferecendo novas perspectivas para os beneficiários e consolidando o papel do IFTM como um agente ativo na promoção do desenvolvimento sustentável e da cidadania.

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Ministério da Educação, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14370-politica-nacional-de-extensao-universitaria&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRINGLE, R. G.; HATCHER, J. A. **Implementing service learning in higher education**. *Journal of Higher Education*, v. 67, n. 2, p. 221-239, 1996.

FORPROEX. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. *Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira*. 2012. Disponível em: http://www.forproex.org.br. Acesso em: 15 mar. 2025.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RIBEIRO, M. C.; SANTOS, L. R.; MELO, P. C. **Extensão universitária e inovação social: desafios e perspectivas**. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 11, n. 1, p. 35-50, 2020.

STOECKER, R. **Liberating service learning and the rest of higher education civic engagement**. Philadelphia: Temple University Press, 2016.

CASA PROJETOS SOCIAIS

Flávio Pereira Diniz[1]
Adriana Régia Marques de Souza[2]

Palavras-chave: Projetos Sociais. Incubadora Social. Políticas de Extensão. Associativismo. Cooperativismo.

Introdução

A Casa Projetos Sociais é um espaço vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFG (PROEC), criado para abrigar diferentes projetos sociais e culturais da universidade, com ênfase no projeto Incubadora Social da UFG. Seu objetivo é desenvolver, em rede integrada por eixos temáticos de caráter inter e multidisciplinar, ações de extensão, ensino, pesquisa e cultura, destinadas a populações em situação de vulnerabilidade social.

Inaugurada em 2012, a Casa Projetos Sociais (CPS) definiu um espaço físico para a Incubadora Social da UFG, que já realizava atividades desde 2007. Este projeto recebeu apoio financeiro do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC) e inicialmente atendeu três grupos: a Associação dos Catadores Ordem e Progresso (ACOP), a Associação de Materiais Recicláveis Beija Flor e um terceiro grupo do entorno da UFG que formou a Cooperativa Ambiental. A Incubadora Social da UFG tornou-se uma referência em ações de extensão no campo do Cooperativismo Popular e Economia Solidária, ampliando seu alcance por meio de parcerias com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), além de assessorar 20 cooperativas em 12 municípios goianos.

Compreendemos a extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa, propondo uma relação dialógica e transformadora com diversos

[1] Mestre em Sociologia (UFG), Ciências Sociais (UFG), Técnico em Assuntos Educacionais, Coordenador do Programa Casa Projetos Sociais, e-mail: flaviodiniz@ufg.br.
[2] Doutora em Energia Nuclear na Agricultura e Meio Ambiente (CENA), Engenheira Química (UEMG), Pró-Reitora Adjunta de Extensão e Cultura e Diretora de Extensão na Universidade Federal de Goiás (UFG), e-mail: adriana_regia_souza@ufg.br.

setores da sociedade. A concepção de extensão que adotamos se baseia na tipologia elaborada por Reis (1996), que organiza as ações de extensão em duas linhas: a) eventual inorgânica e b) processual orgânica. Segundo Reis:

> A linha de ação *eventista-inorgânica* tem como característica a prestação de serviços ou na realização de eventos, isolados ou desvinculados do contexto ou do processo ensino aprendizagem e de produção de conhecimento da universidade. A linha de ação *processual-orgânica* tem como característica o desenvolvimento de ações de caráter permanente, imbricados ou inerentes ao processo formativo (ensino) e à produção de conhecimento (pesquisa) da universidade, em parceria político-pedagógica com a sociedade civil ou política, numa dimensão mutuamente oxigenante e mutuamente transformante (REIS, 1996, p. 41, grifos do autor).

Reis (1996) apresenta as duas vertentes cronologicamente, destacando os principais acontecimentos que caracterizaram períodos do século XX. De forma resumida, podemos afirmar que o tipo de ação eventual inorgânica predominou até meados da década de 1960. A partir da década de 1970, já é possível identificar a inserção do tipo de ação processual orgânica. Somente na década de 1990 podemos considerar a preponderância do tipo de ação processual orgânica. A diferença entre as vertentes reside na relação entre universidade e sociedade: enquanto a primeira é caracterizada por contatos descontínuos e episódicos, a segunda é contínua e processual. Outra diferença importante está na relação com o ensino e a pesquisa: na primeira vertente, esse vínculo praticamente inexiste, enquanto na segunda é imprescindível.

Aliado a essa perspectiva, é fundamental destacar a contribuição de Paulo Freire (1975 e 2005). A concepção de dialogicidade, juntamente com a revisão do conceito de extensão — considerando mais adequado o termo comunicação entre conhecimentos (acadêmico e popular) — são elementos essenciais para o êxito de ações extensionistas pautadas na emancipação e transformação social, cultural, econômica e ambiental. Nesse contexto, o programa Casa Projetos Sociais propõe uma abordagem multidisciplinar, observando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pautada no diálogo com diferentes setores da sociedade e priorizando ações de interesse público voltadas para populações em situação de vulnerabilidade social.

Aspectos metodológicos da experiência

Uma breve aproximação histórica em direção aos métodos utilizados em extensão nos leva ao contato com as chamadas pesquisas de intervenção social. Duas abordagens, em especial, influenciaram as metodologias participativas utilizadas em projetos de extensão: a pesquisa participante e a pesquisa-ação.

As metodologias participativas em extensão estão relacionadas às práticas de pesquisa de intervenção social que se desenvolveram a partir da segunda metade do século XX. No contexto da pesquisa de intervenção social com caráter participativo, podemos identificar três tradições: europeia, norte-americana e latino-americana. No caso brasileiro, encontramos experiências de pesquisa participante e pesquisa-ação (BRANDÃO, 1983, 1999 e 2006; THIOLLENT, 2007) que influenciaram sobremaneira as práticas de extensão. De acordo com Brandão (2006), a pesquisa participante agrega quatro propósitos: 1) objetivo prático (conhecimento das questões sociais a serem trabalhadas); 2) predisposição educativa (estratégia dialógica de aprendizagem e formação política); 3) dispositivo para criação de uma ciência popular (implantação de processos para a construção de saber popular); e 4) empoderamento dos movimentos sociais populares (processos de formação visando a transformação social emancipatória). O objetivo da pesquisa participante vai além da busca por melhorias pontuais, inserindo-se na luta por mudanças estruturais significativas.

O Programa "Casa Projetos Sociais" propõe uma abordagem que considera uma perspectiva participativa e transformadora da realidade social. A partir da experiência inovadora da "Incubadora Social da UFG", busca-se aprofundar as metodologias participativas utilizadas nesse projeto ao longo dos anos, ampliando as ações da Casa Projetos Sociais além do cooperativismo, sem perder de vista o interesse público, a relação com as políticas sociais e o diálogo com os setores prioritários para o desenvolvimento de ações extensionistas de forma contínua e processual.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A Casa Projetos Sociais UFG tem como objetivo o desenvolvimento, em rede integrada por eixos temáticos, de caráter inter e multidisciplinar, de ações de extensão, ensino, pesquisa e cultura, destinadas às populações em condições de vulnerabilidade social. Entende-se por formato de rede, a integração de ações de extensão e/ou cultura,

devidamente cadastradas e aprovadas no sistema de cadastro de ações de extensão da UFG, capazes de mobilizar e motivar o público beneficiário das atividades.

Dessa forma, almeja-se alcançar determinados objetivos específicos, tais como: a) articulação de ações que possibilitem a participação da UFG no processo de inclusão social das populações em condições de vulnerabilidade social; b) possibilitar condições para a concretização da função social da universidade, compreendida como ação de extensão, voltadas às demandas da sociedade, prioritariamente aos grupos sociais excluídos e empreendimentos que solucionem problemas sociais, promovendo a interação entre comunidade e universidade; c) fortalecer o associativismo e o cooperativismo popular como meio para organização de comunidades e grupos socialmente excluídos, bem como na geração de trabalho e renda na perspectiva da construção da cidadania; d) articular atividades de pesquisa, ensino e extensão, difundindo o conhecimento sobre a economia solidária e empreendedorismo social; e) fornecer a capacitação técnica para a implantação da autogestão dos grupos, promovendo o desenvolvimento do espírito solidário; f) apoiar e fortalecer a criação de redes de cooperação entre os empreendimentos solidários, fóruns, movimentos sociais e instituições de apoio à economia solidária e de empreendedorismo social; g) difundir no ambiente institucional, os saberes científicos, técnicos e populares existentes entre as pessoas envolvidas nos diferentes programas e projetos.

Os resultados pretendidos ao longo do processo de reestruturação da Casa Projetos Sociais podem ser assim dispostos: a) construção de uma chamada pública para ocupação do espaço; b) execução de ação de resgate da memória do Projeto Incubadora Social UFG (site, entrevistas e exposição); c) projeto Incubadora Social UFG reestruturado; d) parceria com o Pólo de Tecnologias Sociais e Sustentabilidade da UFG formalizada; e) Casa Projetos Sociais instituída formalmente por meio de resolução do Conselho Universitário da UFG (CONSUNI).

Considerações finais

Ao longo de seus 13 anos de existência, a Casa Projetos Sociais (CPS) enfrenta diferentes desafios para a continuidade de suas atividades: financiamento, estrutura e políticas. A suspensão do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc) a partir de 2016, afetou diretamente a Incubadora Social da UFG, principal projeto da CPS nesse período recente.

O momento é de reconstrução e reinvenção a partir dos objetivos originais da proposta: uma articulação fecunda entre diferentes ações de extensão da universidade, concatenadas às políticas sociais prioritárias para a inclusão social.

Nesse sentido, a parceria com o Pólo de Tecnologias Sociais Sustentáveis (PTSS) tem se demonstrado bastante profícua. O projeto Cozinha Escola Popular, a ser implantado nas dependências da CPS, é resultado dessa parceria. Com previsão de funcionamento pleno a partir de maio de 2025, a Cozinha Escola Popular é uma ação de extensão do Centro de Profissionalização de Cooperativas Populares (CENPROCOOP), coordenado pelo Prof. Carlos Hoelzer, pertencente ao PTSS. Tem como objetivo implementar uma Cozinha Escola para formação em gastronomia básica visando a segurança alimentar e nutricional dos membros das cooperativas de reciclagem de Goiânia e a incubação de cooperativas no setor de alimentos.

Concomitantemente, temos o projeto Música na Casa Projetos Sociais UFG, coordenado pela Profa. Flávia Cruvinel (Escola de Música e Artes Cênicas - EMAC), em desenvolvimento na CPS desde 2019. Esta ação de extensão e cultura visa implantar uma metodologia de Ensino Coletivo de Instrumento Musical - Aulas Coletivas de Violão e Percussão, atendendo a população do entorno do Campus Samambaia da UFG. Entre seus objetivos, destaca-se: democratização do acesso à educação musical partindo do pressuposto que a música é necessária para a formação integral do ser humano e promoção da inclusão e a emancipação social do sujeito-educando, proporcionando o acesso a conhecimentos, valores e práticas musicais.

Em conclusão, é preciso destacar a viabilidade da Casa Projetos Sociais, sua pertinência no campo da extensão popular e as possibilidades de construção de alternativas viáveis para a superação das condições de desigualdade social. Seja no campo da cultura, da construção de tecnologias sociais sustentáveis, do associativismo e cooperativismo (no campo ou na cidade), a “Casa”, como muitos costumam chamar, já demonstrou seu potencial e vem se reinventando a cada dia. Um dos maiores desafios está na luta pela garantia dos direitos individuais e coletivos na perspectiva do fortalecimento da democracia brasileira.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs). Pesquisa participante: a partilha do saber. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

REIS, Renato Hilário dos. Histórico, tipologias e proposições sobre a extensão universitária no Brasil. Linhas Críticas. Brasília, v. 2, n. 2, p. 41-47, 1996.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2007.

AFORMAÇÃO DO (A) EDUCADOR (A) POPULAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSAÇÃO PENSAMENTO EDUCACIOONAL DE PAULO FREIRE

Verônica Pessôa da Silva[1]
Francisco das Chagas Galvão de Lima[2]

RESUMO: O presente trabalho coloca em tela as ações desenvolvidas no Projeto de Extensão desenvolvido no Campus III da Universidade Estadual da Paraíba teve como objetivo principal Promover espaços formativos articulando as dimensões prática e teórica, destinados a professores e profissionais das licenciaturas do Centro de Humanidades e de escolas públicas da região do Brejo Paraibano, acerca vida, obra e legado e contribuições de Paulo Freire para o pensamento pedagógico brasileiro na contemporaneidade e como tais contribuições permitem repensar a escola e sua relação com comunidade tendo o pensamento freireano como proposta pedagógica viável para a qualificação da escola pública. As atividades foram realizadas na modalidade presencial, com encontros quinzenais, tomando como referência o conjunto de sete livros base de autoria de Paulo Freire, publicados em ordem cronológica. Além das obras foram utilizados materiais de caráter complementar, como artigos, vídeos e entrevistas, entre outros, que possibilitaram evidenciar o saber-fazer cunhado por Freire na análise de categorias como inacabamento, inédito viável, experiência, ação, reflexão, práxis, conscientização, empoderamento, política, cultura, identidade, domesticação, oprimido, opressor, diálogo e saberes. Dentre as principais obras estudadas destacamos: Educação como Prática da Liberdade (1965), Pedagogia do Oprimido (1968), Cartas à Guiné-Bissau (1975), Educação e Mudança (1979), A Importância do Ato de Ler (1982), Pedagogia da Esperança (1992) e Política e Educação (1993). Os resultados reforçaram a importância do estudo e do conhecimento do legado freireano para uma docência alicerçada na perspectiva da educação popular, cuja atuação esteja comprometida com processos de transformação social capazes de tornar homens e mulheres sujeitos de sua história.

Palavras-chave: Extensão. Educação Popular. Paulo Freire. Pedagogia.

Introdução

Paulo Freire, figura ímpar no cenário educacional mundial, aclamado como patrono da educação brasileira, um reconhecimento de sua profunda e duradoura influência no contexto pedagógico nacional. A magnitude de seu legado transcende as fronteiras acadêmicas, reverberando intensamente no debate educacional e social do Brasil contemporâneo.

[1] Doutora em Educação (UFPB), Professora Associada da Universidade Estadual da Paraíba (Campus III), veronicapessoa@servidor.uepb.edu.br.
[2] Doutor em Educação (UFPB), Professor do Centro Universitário FAVENI - UNIFAVENI, francisco.lima@unifaveni.com.br.

A visibilidade do legado freireano ganhou um novo impulso a partir das jornadas de julho de 2016, um período de intensa mobilização social que levou às ruas um contingente significativo de pessoas, representando diversas organizações e grupos sociais unidos pelo compromisso com a equidade social e a defesa de direitos fundamentais – sejam eles econômicos, de gênero, ou relativos à luta contra a discriminação étnica, cultural e de orientação sexual. Esses anseios por justiça e igualdade, que hoje se delineiam de forma marcante na política educacional brasileira, encontraram eco nas categorias centrais do pensamento de Paulo Freire.

Nessa conjuntura, observou-se um ressurgimento de modos de participação popular que carregam fortes traços das categorias conceituais forjadas por Freire, tais como a **participação**, a **práxis**, a **emancipação**, a **solidariedade** e o **diálogo**. Essas categorias revelam a persistente atualidade do pensamento freireano, demonstrando que, quando aliado à educação, ele se configura como uma proposta pedagógica de construção social coletiva, conforme assinalam Streck e Esteban (2013). A capacidade do pensamento de Freire de iluminar e inspirar movimentos sociais em prol da justiça social sublinha sua relevância intrínseca para a compreensão e transformação da realidade brasileira.

Nesse sentido, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), através de seu Centro de Humanidades (CH), Campus III, em Guarabira, reconheceu a urgência de promover um espaço de diálogo e reflexão sobre a obra de Paulo Freire, a qual viabilizou a realização do Curso de Extensão que estruturou as ideias de Paulo Freire às das discussões da Educação Popular para a formação de professores, criando dentro do ambiente acadêmico, um espaço privilegiado de aprendizagem e de formação teórica e metodológica acerca do legado freireano, direcionado especialmente aos alunos dos cursos de licenciatura em Letras, História, Geografia, Pedagogia e Direito da referida instituição, pois a transversalidade do pensamento freireano, temcomprovada capacidade de dialogar com diferentes áreas do conhecimento, o que justifica sua pertinência para a formação de profissionais em diversas áreas das ciências humanas.

O Curso de Extensão da UEPB estruturou-se a partir da articulação das ideias de Paulo Freire com as discussões da Educação Popular, uma corrente pedagógica que historicamente bebeu da vasta produção freireana. Nesse sentido, o projeto destacou a atuação de diversos estudiosos que têm se dedicado a mapear e difundir os ideais e conceitos da Educação Popular e de Paulo Freire no Brasil, mencionando nomes como Brandão (1982, 2002), Garcia (1983), Gadotti (2007) e Streck (2006), entre outros. A

referência a esses autores sublinha a importância de uma tradição de estudos que mantém vivo o legado freireano e o aplica a diferentes contextos e desafios educacionais

Nesse contexto, o curso de extensão sobre Paulo Freire representou uma oportunidade concreta de aproximar a pesquisa e o ensino dos profissionais e estudantes da educação básica que atuam na região do Brejo Paraibano, tendo a cidade de Guarabira- PB como a cidade sede dessa importante iniciativa formativa.

Aspectos Metodológicos da Experiência

A compreensão do pensamento de Freire, no contexto atual, é apresentada como um desafio crucial, especialmente para os educadores e educadoras que atuam ou pretendem atuar no campo educacional. A centralidade da ideia da **práxis**, entendida como um projeto de educação libertadora "para e com o povo", é enfatizada como um elemento capaz de despertar para o princípio de uma ação humana que integra intrinsecamente a **conscientização** e a **emancipação** humanas. A práxis, na perspectiva freireana, não se limita à ação pela ação, mas implica uma reflexão crítica sobre a prática, visando à transformação da realidade.

Os círculos de diálogos aconteceram às quintas feiras, no final da tarde, nas dependências da Universidade Federal da Paraíba, perfazendo uma carga horária final de 80h. Cada obra foi lida de forma antecipada e discutida em módulos por professores mestres e doutores de diferentes áreas do conhecimento, tanto do Câmpus III da UEPB, Câmpus I da UFPB e Câmpus III da UFPB, como forma de assegurar uma formação multidisciplinar para os/as cursistas, cuja metodologia abarcou atividades em sala de aulas, exposições dialogadas e seminários temáticos. Os encontros formativos foram organizados e ministrados de forma articulada as principais ideias e categorias do pensamento freireano dentro do contexto da educação brasileira e sua relação com a atualidade.

O processo avaliativo se deu de forma processual e contínua e a produção final resultou na elaboração de uma atividade teórica ou prática acerca do pensamento freireano vinculado ao cotidiano das práticas educativas gestadas nas escolas públicas, associações, movimentos sociais e culturais dos quais cada cursista tenha curiosidade epistemológica ou esteja envolvido, permitindo o aperfeiçoamento das vivências.

É importante destacar que as ações deste projeto de extensão estiveram vinculadas às atividades desenvolvidas pelo Grupo de Estudo PELEJA – Pesquisas e

Estudos em Letramentos de Jovens e Adultos, coordenado pela autora principal desta experiência.

O público alvo foi constituído por estudantes, docentes, ativistas sociais de escolas públicas das redes de educação municipal e estadual da região do Brejo Paraibano. O Curso contou com a participação inicial de 50 estudantes dos cursos de licenciatura (Letras, História, Geografia e Pedagogia) da Universidade Estadual da Paraíba. As ações desenvolvidas resultaram na carga horária de 80h, possibilitando a vivência da extensão universitária e o aproveitamento da carga horária para o computo das atividades científicas e culturais.

A referência central para as discussões foi um conjunto de sete livros base de autoria de Paulo Freire, publicados em ordem cronológica: *Educação e Mudança*; *Educação como Prática de Liberdade*; *Pedagogia do Oprimido*; *Ação Cultural para a Liberdade*; *Conscientização: Teoria e prática da Libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*; *A Importância do Ato de Ler*; e *Pedagogia da Autonomia*. Além dessas obras fundamentais, foram utilizados materiais complementares, como artigos, vídeos e entrevistas, que possibilitaram a análise de categorias centrais do pensamento freireano, como **inacabamento**, **inédito viável**, **experiência**, **ação**, **reflexão**, **práxis**, **conscientização**, **empoderamento**, **política**, **cultura**, **identidade**, **domesticação**, **oprimido**, **opressor**, **diálogo** e **saberes**, categorias estas que permeiam toda a obra do autor.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

O resultado das discussões sobre os saberes contidos nas obras elencadas como leituras básicas para o curso de extensão perpassou todo o pensamento freireano e foram percebidas no contexto geral de suas obras, com conotações variadas. De forma mais detida, aprofundou-se a discussão sobre a validade e a relevância dos saberes dos sujeitos das classes populares inseridos nos espaços escolares formais, informais e não formais, com ênfase nas análises da relação entre “saber popular” e “saber de experiência feito”. Saberes esses já mapeados por Streck, Redin, Zitkoski (2010) e que expõe o legado escrito e iconográfico de sobre a questão do saber na obra de Freire.

Assim, na intenção de instituir compreensões a respeito da questão do saber, foram discutidas as ideias e as contribuições freireanas, sobretudo quanto às suas

formulações relativas ao caráter libertador e emancipatório da educação dos oprimidos. Assim, os estudantes puderam refletir como os elementos estruturantes da pedagogia freireana se fundam numa crítica à educação que tem como característica marcante uma perspectiva política que assume posição e defesa em prol dos interesses e dos direitos dos sujeitos das classes populares, dos “esfarrapados do mundo”, visando à transformação dessa condição social de desigualdade (Freire, 1987).

No livro Pedagogia do Oprimido, a reflexão levantada foi que a obra recomenda uma ação cultural pautada no diálogo como expressão mais forte da existência humana, cujo o diálogo é, pois, o elemento primordial nos processos educativos que sejam emancipatórios, regidos como prática de liberdade e de emancipação, além de problematizar a inter-relação entre ensinar e aprender, afirmando que "não há docência sem discência" (Freire, 2002, p. 23), pois "quem forma se forma e reforma ao formar, e quem é formado forma-se e forma ao ser formado" (Ibidem, p.25). Com isso, os estudantes puderam refletir que a aprendizagem decorrente do processo pedagógico transita por uma via de mão dupla, na qual os sujeitos envolvidos, respeitadas as devidas diferenças, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Assim, o respeito à autonomia e à dignidade dos sujeitos educandos, como imperativo ético, exige a abertura para a escuta, porquanto só ela poderá favorecer o movimento de vencer o autoritarismo da verticalidade nas relações de quem fala para os educandos, propondo uma horizontalidade que fala com eles (Streck, Redin, Zitkoski, 2010).

Um educador consciente disso estará mais atento a ouvir e, junto com os educandos, elaborar novas perguntas que alarguem o conhecimento que já detêm sobre a realidade dada. Para Freire, "é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache repousado no saber de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano" (Freire, 1996, p. 96). E assim, Freire reafirma que o papel da escola e da prática educativa, mais do que promover a “passagem” da "curiosidade ingênua" para "curiosidade epistemológica", é refinar e aprofundar as curiosidades a tal ponto de gerar outras e novas curiosidades. Só assim, para Freire, “satisfeita a curiosidade, a capacidade de inquietar-me e buscar continua de pé” (Ibidem, p. 98).

Para Freire, a curiosidade espontânea precisa ser considerada, respeitada e valorizada para que, aos poucos, vá se tornando, cada vez mais, metodicamente mais rigorosa e se transforma em curiosidade epistemológica. Portanto, a curiosidade epistemológica é construída pelo constante exercício da crítica nos movimentos que

compõem o ato de aprender, pois essa curiosidade “abrirá novas perspectivas para romper com o silêncio elitista que supõe reservado ao saber científico o uso refinado de uma curiosidade a serviço da vida e da sociabilidade humana” (GONÇALVES, 2013, p. 08).

Dessa feita, em Freire, a curiosidade é, pois, o elemento fundante inerente aos processos de criação que mobilizam a existência humana. O ato de observar, de inquirir, de mirar sob um horizonte de incertezas e buscar saídas para agir sobre ele e, com isso, transformá-lo, tem permitido aos homens e mulheres (re) criarem condições favoráveis a uma existência com dignidade. Assim, concluímos que o projeto de extensão contribuiu para análises evidenciam a importância e a necessidade de leituras e estudos aprofundados tanto sobre a produção bibliográfica quanto do pensamento político-pedagógico do pensador Paulo Freire.

Considerações Finais

As considerações finais do texto reforçam alcance do objetivo principal do projeto de extensão: promover espaços formativos articulando as dimensões prática e teórica. Os encontros quinzenais trabalharam as categorias e concepções educativas defendidas por Paulo Freire, explorando suas obras e exibindo vídeos sobre sua vida. As rodas de diálogo e discussões permitiram a troca de percepções sobre a temática estudada, articulando-a com o cotidiano escolar. A solicitação de resenhas e resumos das obras lidas incentivou a leitura e a busca por pontos de convergência entre as ideias freireanas e as experiências vividas pelos cursistas. Nesse sentido, concordamos com Freire (1987) que a distinção entre o saber de experiência feito e o saber narrado ou transmitido sublinha a importância da reflexão crítica sobre a própria prática pedagógica.

Dessa forma, o projeto de extensão demonstrou que as impressões iniciais sobre Paulo Freire se transformaram ao longo do curso, evidenciando a importância do estudo e do conhecimento de seu legado para uma docência alicerçada na perspectiva da educação popular, comprometida com processos de transformação social que capacitem homens e mulheres a se tornarem sujeitos de sua própria história. Para uma formação que se estrutura na perspectiva da Educação Popular, o conhecimento do pensamento educacional freireano é apresentado como um lugar de compromisso político e social fundamental.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

____. **A educação na cidad**e. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

____. **Cartas à Guiné-Bissau** – registros de uma experiência em processo. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

____. **Extensão ou comunicação?** 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

____. **Pedagogia do oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

____. FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1988.

_____. **Conscientização:** teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GONÇALVES, Luiz Gonzaga (Org.). **Paradigma indiciário:** diálogo aberto na Educação Popular. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2009.

_____. Conhecimento do mundo como sabedoria de vida na cultura popular: horizontes a partir da contribuição de Paulo Freire. In: LUCENA, Ricardo de Figueiredo; SOARES, Swamy de Paula Lima; CARLOS, Erenildo João (Orgs.). **Temas contemporâneos em Educação**. João Pessoa: Universitária / UFPB, 2009.

_____. **Formas inventivas de transitar pelo mundo:** uma contribuição dos saberes e práticas populares no Brasil. São Leopoldo, RS: mimeo, 2011.

_____. **A educação de Jovens e adultos e os saberes reservados ao silêncio.** João Pessoa: mimeo, 2013.

SILVA, Verônica Pessoa da. **No vai e vem da esperança:** um balanço dos processos migratórios a partir dos saberes e aprendizados populares no Nordeste brasileiro. Tese de Doutorado, PPGE/UFPB, 2013.

STRECK, Danilo R. ESTEBAN, Maria Teresa. **Educação Popular:** lugar de construção social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

STRECK, Danilo. A educação popular e a (re)construção do público. Há fogo sob as brasas? **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, vol. 11, no 32, maio/ago. 2006.

_____. **Territórios de resistência e criatividade:** reflexões sobre os lugares da Educação Popular. Currículo sem fronteiras, v.12, n.1, Jan/Abr de 2012, pp.185-198.

STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Assédio no ambiente de trabalho no SUS: um relato de experiência sobre desafios e enfrentamentos

Carla Denari Giuliani[1]
Mariana Ponce Pires[2]
Laura Pacheco Sousa Alves[3]
Raissa Carvalho Paiva[4]
Flávia Aparecida Silva[5]
Fernanda Nogueira Campos Rizzi[6]

Palavras-chave: Assédio no trabalho. Saúde mental. Equidade. Gestão em saúde. SUS.

Introdução

O assédio no ambiente de trabalho é uma problemática estrutural que afeta diferentes setores da sociedade, incluindo a área da saúde. No contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), onde as relações de trabalho são frequentemente atravessadas por hierarquias rígidas, sobrecarga de atividades e precarização das condições laborais, o assédio assume formas variadas e impacta diretamente a saúde mental dos profissionais. Além dos danos individuais às vítimas, essa violência institucional compromete a qualidade da assistência prestada à população, uma vez que profissionais submetidos a ambientes tóxicos podem apresentar esgotamento, absenteísmo e até abandono da carreira.

O assédio no SUS pode se manifestar de diversas maneiras, desde condutas abusivas explícitas, como ameaças e humilhações públicas, até formas mais sutis e naturalizadas,

[1] Enfermeira, Doutora em História e Cultura, Professora Associada I na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), MG, Brasil, Coordenadora e Fundadora do Laboratório Avançado em Estudos de Gênero (LGV) da Universidade Federal de Uberlândia. carla.giuliani@ufu.br
[2] Discente do curso de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista do PET Saúde Equidade. mariana.ponce@ufu.br
[3] Discente do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista do PET Saúde Equidade. laura.pacheco@ufu.br
[4] Discente do curso de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista do PET Saúde Equidade. @ufu.br
[5] Discente do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista do PET Saúde Equidade. @ufu.br
[6] Psicóloga, Docente adjunta da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, tutora do Pet Saúde Equidade. Fernanda.rizzi@ufu.br.

como a desvalorização profissional e a negação de direitos trabalhistas. Fatores como a disparidade de gênero nos cargos de gestão, a falta de canais seguros para denúncia e a ausência de capacitação das equipes para lidar com esses casos contribuem para a perpetuação do problema. Estudiosos da área da saúde e da sociologia do trabalho ressaltam que o enfrentamento do assédio não depende apenas de medidas punitivas, mas exige transformações institucionais profundas, que envolvem desde a reformulação das políticas internas até a criação de uma cultura organizacional voltada à proteção e ao respeito entre os trabalhadores (HIRIGOYEN, 1999).

Diante dessa realidade, a presente experiência busca compartilhar reflexões e aprendizados adquiridos durante uma ação de matriciamento conduzida pela equipe do PET-Saúde em um município de Minas Gerais. O objetivo foi mapear a ocorrência de assédio no ambiente de trabalho das unidades de saúde, avaliar as estratégias existentes para enfrentamento dessa violência e propor medidas para fortalecer a segurança e o bem-estar das profissionais. A partir da escuta ativa de gestoras da rede pública de saúde, bem como da análise documental das políticas institucionais, este relato pretende contribuir para o debate sobre a necessidade de aperfeiçoamento das estratégias de combate ao assédio e proteção das trabalhadoras no SUS.

Aspectos metodológicos da experiência

A ação foi realizada em um município de Minas Gerais, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, entre os meses de agosto e novembro de 2024. O processo metodológico envolveu um levantamento inicial das políticas institucionais vigentes, seguido de encontros estruturados com gestoras da rede pública de saúde. As participantes eram, em sua maioria, mulheres ocupando cargos de coordenação em Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSFs), com formação predominante em Psicologia e experiência profissional superior a cinco anos.

Os encontros ocorreram em formato de rodas de conversa, conduzidas de maneira dialógica e participativa, buscando criar um ambiente seguro para o compartilhamento de experiências. Nessas ocasiões, foram exploradas as percepções das gestoras sobre a presença do assédio no ambiente de trabalho, os desafios enfrentados na gestão desses

casos e os mecanismos institucionais disponíveis para denúncia e apoio às vítimas. Os relatos obtidos foram sistematizados e analisados qualitativamente, considerando categorias como impactos do assédio na saúde mental, barreiras institucionais para o enfrentamento do problema e necessidade de capacitação das equipes.

Além das discussões presenciais, foram realizadas consultas a documentos institucionais para verificar a existência de fluxos e diretrizes específicas para o enfrentamento do assédio na rede municipal de saúde. Essa triangulação de fontes – relatos das gestoras, análise documental e observação dos pesquisadores – permitiu uma compreensão ampliada da realidade enfrentada pelas profissionais e embasou a formulação de recomendações para o aprimoramento das políticas institucionais.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

Os resultados obtidos revelam desafios significativos para o enfrentamento do assédio no ambiente de trabalho no SUS. Um dos principais entraves identificados foi o desconhecimento dos procedimentos de denúncia. Muitas gestoras relataram insegurança sobre os fluxos institucionais e demonstraram receio em acionar mecanismos formais de queixa, seja por falta de clareza nas diretrizes, seja pelo medo de represálias. Esse dado reforça o que aponta a literatura sobre a subnotificação de casos de assédio em instituições públicas de saúde, evidenciando a necessidade de mecanismos mais acessíveis e confiáveis para acolhimento e encaminhamento das denúncias.

Outro fator relevante foi a carência de apoio institucional para lidar com essas situações. Em muitas ocasiões, as gestoras relataram que, mesmo reconhecendo a gravidade dos casos, não encontravam respaldo da administração para agir de forma efetiva. A ausência de uma cultura organizacional voltada à proteção das vítimas e à responsabilização dos agressores perpetua um ambiente de trabalho hostil e inseguro. Estudos sobre violência institucional no setor da saúde indicam que a falta de suporte adequado pode levar ao adoecimento psíquico das profissionais, contribuindo para o absenteísmo, a rotatividade de trabalhadores e a perda da qualidade na assistência prestada.

Os impactos na saúde mental das profissionais também foram um achado significativo deste estudo. Diversos relatos apontaram sofrimento psíquico, ansiedade e afastamentos do

trabalho devido a episódios de assédio. Essas evidências corroboram pesquisas que demonstram a correlação entre violência no ambiente de trabalho e o desenvolvimento de transtornos psicológicos em profissionais da saúde. O assédio institucional, quando não combatido, não apenas desestabiliza emocionalmente as vítimas, mas compromete a qualidade dos serviços prestados à população.

A necessidade de capacitação foi outra questão levantada pelas gestoras. Elas apontaram a carência de formações sobre legislação trabalhista, violência institucional e estratégias de enfrentamento, o que dificulta a implementação de ações preventivas e a mediação de conflitos. Nesse sentido, estudos demonstram que a formação contínua dos profissionais de saúde pode contribuir significativamente para a criação de ambientes laborais mais seguros e equitativos (HIRIGOYEN, 1999).

Além disso, verificou-se que o perfil das participantes influenciou a maneira como as experiências de assédio foram percebidas e enfrentadas. A predominância de mulheres cisgênero, brancas e com formação em Psicologia pode ter contribuído para uma visão mais estruturada sobre saúde mental, mas também revelou lacunas na abordagem interseccional do problema, especialmente no que diz respeito a profissionais de saúde de outras identidades e realidades sociais.

Diante desses desafios, torna-se evidente que a simples existência de diretrizes institucionais não é suficiente para garantir um ambiente de trabalho saudável e seguro. O enfrentamento do assédio requer a instrumentalização das equipes gestoras, o fortalecimento dos canais de denúncia e a adoção de políticas institucionais eficazes para proteção das trabalhadoras, conforme defendido por Minayo (2006, p. 53) em seus estudos sobre violência e saúde pública.

Considerações finais

A experiência conduzida pelo PET-Saúde-Equidade demonstrou a importância do diálogo sobre assédio no ambiente de trabalho, especialmente no contexto do SUS, onde as relações laborais são frequentemente atravessadas por desigualdades estruturais e dinâmicas de poder. A escuta ativa das gestoras e a análise das políticas institucionais evidenciaram lacunas significativas na forma como essa problemática é enfrentada,

reforçando a necessidade de intervenções mais eficazes e comprometidas com a proteção das trabalhadoras.

Embora a ação tenha sido um primeiro passo para fomentar a discussão, ainda há um longo caminho a percorrer na construção de um ambiente de trabalho mais seguro e equitativo. A persistência da subnotificação, o medo de represálias e a falta de respaldo institucional apontam para a urgência de mudanças estruturais que garantam não apenas a existência de diretrizes, mas também sua efetiva aplicação. Nesse sentido, recomenda-se a implementação de formações periódicas voltadas à conscientização e instrumentalização dos profissionais, o fortalecimento dos canais de denúncia e a criação de instâncias independentes de acolhimento e proteção às vítimas.

Além disso, a experiência evidenciou que a transformação desse cenário não pode ocorrer de maneira isolada, dependendo de um esforço coletivo entre gestoras, trabalhadoras da saúde, gestores públicos e instâncias governamentais. O enfrentamento do assédio no ambiente de saúde pública requer uma mudança cultural e institucional que valorize a segurança e o bem-estar de todas as profissionais. Para isso, é imprescindível o compromisso contínuo da gestão e das equipes em transformar os espaços de trabalho em lugares mais justos e saudáveis. Somente por meio de um trabalho conjunto e da implementação de políticas efetivas será possível construir um SUS mais seguro, onde todos os profissionais possam exercer suas funções com dignidade e respeito.

Referências

HIRIGOYEN, M.F. **Assédio moral*:* a violência perversa no cotidiano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MINAYO, M.C. de S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SILVA, J. M. P. da; FONSECA, R. M. G. S. da. Assédio moral no trabalho: uma experiência que adoece o trabalhador. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 13, n. 4, p. 535-542, out./dez. 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-07072004000400019. Acesso em: 31 mar. 2025.

Educação Popular, Mobilização e Formação: Experiências Educacionais e de Construção Coletiva do Conhecimento em cursos de extensão

Felipe Marques da Silva[1]
Kauanny Christyna Borges Nobre[2]
Andreia Soares de Araújo[3]
Danilo Fernandes Costa[4]
Pedro José Santos Carneiro Cruz[5]

Palavras-chave: Educação Popular. Movimentos Sociais. Educação Continuada. Formação em Saúde.

Introdução

A Educação Popular (EP) constitui um processo de formação e luta essencial para a construção da história da educação brasileira, pois fortalece processos de ensino e participação social (Ramos, 2020). Dentro dessa perspectiva, a Educação Popular em Saúde (EPS) aplica esses fundamentos ao campo da saúde, funcionando como uma abordagem teórico-metodológica e ético-política que orienta práticas e experiências no SUS. Sua importância está na criação de caminhos e alternativas concretas para os processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para a promoção e manutenção da saúde (Cruz et al., 2024). Esse processo ocorre de forma contínua, lidando com a saúde de maneira dinâmica, complexa e contraditória no dia a dia e no território. Assim, a EPS busca fortalecer a emancipação e o protagonismo das pessoas, tanto nos territórios quanto na educação universitária (Cruz et al., 2024; Paludo, 2015).

O Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) da UFPB, orientado pela EP, busca integrar os pilares da extensão, pesquisa e ensino em suas ações, com o intuito

[1] Graduando do Curso Superior em Fisioterapia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, fisio.felipemarques@gmail.com
[2] Graduanda do Curso Superior de Direito da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, annychristyna1@gmail.com
[3] Graduanda do Curso Superior em Fisioterapia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, andreiasoaresdearaujo@gmail.com
[4] Phd. Ciências da Saúde, docente do Curso Superior de Medicina da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, danilofc06@gmail.com
[5] Dr em Educação, Docente do Curso Superior de Medicina da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, pedrojosecruzpb@yahoo.com.br

de expandi-los e fortalecê-los na construção de uma universidade popular. Para isso, desenvolve ações formativas e reflexivas à luz da EP, ampliando o acesso a debates propositivos e fomentando espaços de diálogo e construção compartilhada do conhecimento, sempre considerando os diferentes contextos territoriais e de vida. Além disso, o grupo se empenha em engajar atores locais, promovendo sua participação ativa na atenção e no cuidado em saúde, ao mesmo tempo em que reforça valores de sustentabilidade, liberdade e empoderamento comunitário.

Nesse sentido, este resumo tem por objetivo relatar a experiência de três atividades de formação desenvolvidas pelo EXTELAR ao longo de 2024 e 2025 através dos seguintes cursos de extensão: "Formação em Saúde, Ambiente e Trabalho no Território e na Escola", "II Curso de Formação Educação Popular em Saúde no SUS: Fundamentos e Práticas" e "IV Curso de Movimentos Populares e Práticas Sociais na Construção da Emancipação Humana: Conhecimentos, Ideias e Práticas".

Aspectos metodológicos da experiência

O presente relato foi construído por co-participantes das experiências descritas, contando, para isso, com documentos escritos que registram tanto a proposição como o relatório das mesmas, conforme disponibilizado no ambiente do SIGAA/UFPB. Primordialmente, recorreu-se à própria memória dos pesquisadores, apoiada em anotações em diário de campo dos extensionistas, mas também se contemplou o acesso à dados e informações constantes no projeto que possibilitou o cadastro institucional de tais cursos de extensão no âmbito da UFPB, bem como o relatório descritivo dos mesmos. As formações foram desenvolvidas com base na perspectiva teórico-prática da Educação Popular (EP), com foco na criação de espaços que favorecessem a livre conversação e o diálogo de saberes. Dois cursos foram realizados online, enquanto um foi exclusivamente presencial. A seguir, detalharemos a metodologia empregada em cada um deles.

Formação em Saúde, Ambiente e Trabalho no Território e na Escola

O I Curso de Extensão "Formação em Saúde, Ambiente e Trabalho no Território e na Escola" foi realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Augusto dos Anjos, localizada no bairro Cristo Redentor, em João Pessoa-PB, dentro da área de atuação do Programa de Extensão e Pesquisa “Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica” (PINAB), vinculado ao Departamento de Promoção da

Saúde//CCMUFPB, e articulado ao EXTELAR, que coordenou o presente curso em comunhão com o PINAB.

Destinado a professores, cuidadores e outros trabalhadores da escola, o curso ocorreu de agosto de 2024 a fevereiro de 2025. A formação foi composta por encontros presenciais mensais, realizados às quintas-feiras. A programação foi estruturada em seis sessões ao longo de sete meses, com datas ajustadas conforme a disponibilidade dos trabalhadores da escola, em articulação com a direção da unidade de ensino. A metodologia combinou momentos de exposições dialogadas, rodas de conversa e espaços de cuidado.

Nos encontros expositivos, cada sessão iniciava com uma acolhida e uma apresentação de 20 minutos feita por um dos coordenadores do projeto, seguida de um espaço para diálogo, onde os participantes podiam compartilhar experiências e reflexões. Nos encontros estruturados como rodas de conversa, a troca de ideias era o ponto central, mediada por uma questão mobilizadora. Ao final de cada encontro, materiais de apoio, como vídeos, foram disponibilizados para aprofundamento dos temas abordados.

Dentre os temas discutidos, destacaram-se:

- **c**oncepção de saúde, com uma visão ampliada, integrando aspectos biológicos, psicológicos, sociais e espirituais; discussão sobre a saúde dos trabalhadores da educação, abordando temas como carga de trabalho, infraestrutura inadequada e riscos físicos e psicológicos; análise da influência do território na saúde dos educadores e estudantes, com ênfase na interação da escola com a comunidade e os desafios sociais e econômicos; exploração das interfaces entre território, ambiente e saúde, com foco nas relações interpessoais e no impacto do ambiente escolar na saúde mental dos professores; desenvolvimento de propostas de melhorias para a saúde dos educadores, por meio de atividades de acolhimento, discussão em grupos e síntese dos aprendizados.

Destaca-se ainda a realização de momento de acolhimento e cuidado com os trabalhadores da escola, onde os extensionistas ofertaram práticas integrativas de atenção à saúde e dinâmicas de relaxamento e autocuidado, o que foi avaliado como significativo e oportuno, especialmente ante a extenuante carga de trabalho a qual vivenciam educadores e cuidadores no ambiente escolar

Curso de Formação Educação Popular em Saúde no SUS: Fundamentos e Práticas

O presente curso foi realizado de outubro a dezembro de 2024 e teve como objetivo fortalecer a formação crítica e política de estudantes, trabalhadores(as) e atores sociais, com foco na perspectiva da Educação Popular e Promoção da Saúde. A metodologia adotada foi composta por 8 encontros, distribuídos entre 16 horas de atividades síncronas e 13 horas assíncronas. As atividades ocorreram por meio de plataformas online, como Google Meet, YouTube, WhatsApp, Classroom e e-mail, o que garantiu uma interação contínua entre os participantes e acesso aos materiais de apoio.

Durante os encontros, foram combinadas exposições dialogadas sobre temas como Saúde Mental, Cuidado e Autocuidado; Afrocentricidade e práticas ancestrais de cuidado; Dialética e pensamento crítico em saúde, com espaços de rodas de conversa entre os cursistas. Essas rodas tinham como objetivo discutir questões geradoras relacionadas aos tópicos abordados nas exposições, de forma prévia aos momentos de exposição dialogada, promovendo a problematização coletiva de tais questões e envidando oportunidades de intercâmbio de saberes e de experiências, bem como a reflexão crítica entre os participantes acerca das questões tratadas. Alguns encontros contaram com a participação de convidados, cujas contribuições enriqueceram o debate, além de possibilitarem uma maior interação por meio de aulas transmitidas ao vivo pelo YouTube.

Para a ampliação do aprendizado, os participantes foram convidados a produzir três atividades com as sínteses de seus principais aprendizados ao longo do curso, em produções que poderiam variar de audiovisuais até o uso da escrita. Asssim, as atividades síntese incluíram produções artísticas ou resumos, conforme a preferência de cada participante, e eram baseadas nos aprendizados adquiridos durante as aulas.

Movimentos Populares e Práticas Sociais na construção da emancipação humana: conhecimentos, ideias e práticas

Esta constituiu a quarta edição de curso realizado anteriormente em 2020, 2022 e 2023. No ano de 2024, realizado de maneira remota como nas ocasiões anteriores, o curso teve como objetivo socializar saberes a partir das experiências, conhecimentos e práticas das iniciativas de base popular e comunitária, além de possibilitar um maior reconhecimento de seus processos e concepções. O propósito do curso é visibilizar a riqueza pedagógica dos movimentos sociais e das práticas populares, estimulando e

fomentando transformações nos contextos dos participantes. Busca-se promover a aplicação do conhecimento de forma edificante, ampliando o protagonismo e a colaboração dos envolvidos em suas comunidades, com ênfase na Educação Popular (EP).

A metodologia foi estruturada em uma média de oito encontros semanais, garantindo uma imersão gradual e profunda nos temas abordados. Cada aula foi dividida em quatro momentos distintos, visando uma experiência enriquecedora para os participantes. O curso começava com um espaço de acolhimento, onde os participantes eram recebidos com músicas populares e convidados a compartilhar e interagir. Essa etapa visava criar um ambiente de confiança e preparação para a construção compartilhada do conhecimento. Em seguida, cada encontro seguia com uma vivência artístico-cultural coordenada por um dos participantes, revezando entre eles para garantir a diversidade. Através de músicas, poemas, danças e encenações, os participantes expressavam suas interpretações e reflexões sobre os temas do curso, estimulando a criatividade e o protagonismo. Após isso, um convidado, integrante de movimentos sociais ou protagonista de práticas comunitárias, compartilhava sua experiência, discorrendo sobre a identificação pessoal, o contexto histórico do movimento, os desafios, as lutas e as projeções futuras, com uma contribuição de aproximadamente 30 minutos. Por fim, os participantes tinham tempo para discutir, partilhar suas inquietações, dúvidas e aprendizados, fomentando o debate horizontal e facilitando a construção colaborativa do conhecimento.

O primeiro curso foi realizado no segundo semestre de 2020 (setembro a dezembro), o segundo de abril a julho de 2022, o terceiro de abril a junho de 2023 e o quarto de junho a julho de 2024. Os cursos contaram com a participação de atores de diversos movimentos e práticas, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Movimento LGBTQIAP+, Movimento Indígena, Movimento Negro, Movimento de Capoeira, Movimento de Marisqueiras, Movimento comunitário de fitoterapia, Grito dos Excluídos, Levante Popular da Juventude, Memorial das Ligas Camponesas da Paraíba, Articulação do Semi-Árido Brasileiro e o Polo da Borborema-PB.

Embora o curso tenha focado nas vivências dos movimentos e práticas sociais, também foram realizadas aulas teóricas, com apresentação de conceitos específicos da EP, promovendo debates e incentivando a leitura de materiais relacionados. Entre as temáticas

abordadas, destacam-se: Educação Popular, a construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis, e a memória e história de alguns protagonistas e educadores populares paraibanos.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A formação presencial realizada na escola contou, em média, com 17 participantes por encontro, enfrentando desafios como a conciliação da agenda dos professores e cuidadores, bem como o fato de chegarem, no final de expediente, cansados para a atividade.Apesar dessas dificuldades, os extensionistas consideraram tais fatores e buscaram dinamizar as ofertas pedagógicas. A iniciativa foi bem avaliada, na medida em que, para os participantes, configurou-se como um espaço de discussão sobre saúde e condições de trabalho. A troca de vivências entre os educadores e cuidadores revelou um sentimento comum de visibilização de suas demandas, sentimentos e vivências, o que não é muito comum na dinamica regular do ambiente escolar, reforçando a necessidade de ampliar os diálogos institucionais para a implementação de ações concretas de suporte.

No curso sobre Educação Popular em Saúde no SUS, a principal potencialidade observada foi a valorização dos saberes populares no cuidado em saúde. Ademais, a expressiva procura por esta formação, ultrapassando dois mil inscritos e com cerca de mil participantes na primeira aula, revelou a contribuição dessa iniciativa em responder a uma demanda social concreta de espaços de aprendizado, aprofundamento e articulação entre atores sociais que busquem empreender práticas educativas orientadas pela EPS nos serviços do SUS, nas escolas de educação básica, nos centros de assistência social e de cultura, nas universidades e nos movimentos sociais. O volume significativo de participantes, somado às fragilidades de alguns no domínio das ferramentas digitais, trouxe algumas dificuldades de comunicação e inserção nos ambientes de aprendizagem.A experiência também destacou como a interseção entre saúde e cultura pode fortalecer a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às especificidades locais.

O curso sobre Movimentos Populares registrou a participação de mais de cem pessoas, com ampla representatividade regional. Seu diferencial foi a articulação entre conhecimentos científicos e experiências dos movimentos sociais, consolidando-se como um espaço de intercâmbio e fortalecimento da Educação Popular. A experiência demonstrou a importância da construção coletiva do conhecimento e o papel da pedagogia

dos movimentos populares ser reforçada como esteio nas formações na promoção da reflexão crítica sobre a realidade sociopolítica brasileira.

As iniciativas também resultaram na produção de materiais acadêmicos e na apresentação de trabalhos em eventos científicos, contribuindo para a articulação entre extensão e pesquisa. Essas experiências reafirmam a Educação Popular como uma ferramenta essencial para a formação cidadã e a construção de territórios saudáveis e sustentáveis. Ademais, evidenciam que a consolidação de práticas emancipatórias requer não apenas espaços de diálogo, mas também a formulação de políticas institucionais que assegurem a continuidade e ampliação dessas formações.

Considerações finais:

Assim, as experiências formativas desenvolvidas reafirmam a Educação Popular como um caminho essencial para fortalecer a participação social e a construção de territórios mais justos e saudáveis. Apesar dos desafios, como a conciliação de agendas e a gestão das atividades, os cursos demonstraram grande potencial na mobilização e na articulação entre saberes acadêmicos e populares. A valorização do diálogo, da troca de experiências e do protagonismo comunitário reforça a importância dessas iniciativas para a formação crítica e emancipatória, contribuindo para a consolidação de práticas mais integradas e comprometidas com a transformação social.

Referências

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro et al. Educação popular em saúde: princípios, desafios e perspectivas na reconstrução crítica do país. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, [S.L.], v. 28, p. 1-20, 2024. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/interface.230550.

PALUDO, Conceição. Educação popular como resistência e emancipação humana. Cadernos Cedes, [S.L.], v. 35, n. 96, p. 219-238, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/cc0101-32622015723770.

RAMOS, Márcia Mara. Educação popular: instrumento de formação, luta e resistência no projeto educativo do mst. Fractal: Revista de Psicologia, [S.L.], p. 233-238, 1 jul. 2020. Pro Reitoria de Pesquisa, Pos Graduacao e Inovacao - UFF. http://dx.doi.org/10.22409/1984-0292/v32_i-esp/40984.

A DISCIPLINA "CUIDADO EM SAÚDE NA COMUNIDADE" COMO COMPONENTE CURRICULAR DO CURSO DE MEDICINA: RELATO DAS PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO PRIMEIRO PERÍODO

Jessica Silva Freire[1]
Samuele Cavalcante Souto[2]
Vike Regina Santana Santos[3]
Pedro Josè Santos Carneiro Cruz[4]

RESUMO

A formação médica no Brasil historicamente priorizou uma educação majoritariamente tecnicista, priorizando a especialização em detrimento da Atenção Primária à Saúde (APS). Como resultado, os estudantes mantiveram contato tardio e insuficiente com as realidades sociais e comunitárias. A disciplina "Cuidado em Saúde na Comunidade", componente curricular do curso de medicina da Universidade Federal da Paraíba, busca romper com esse modelo ao inserir os alunos, desde cedo, no território das comunidades atendidas pelo SUS. A estrutura da disciplina inclui eixos como territorialização, abordagem familiar e redes de apoio social. A metodologia combinou atividades teóricas e práticas. Apesar dos desafios, os estudantes puderam mapear equipamentos sociais, realizar visitas domiciliares e aplicar escuta ativa na comunidade. A experiência proporcionou uma visão ampla sobre os determinantes sociais da saúde, evidenciando tanto dificuldades estruturais quanto a força das redes de apoio locais. Ao final, os alunos desenvolveram habilidades importantes, reafirmando a importância da aproximação entre ensino, serviço e território para a formação de médicos mais preparados para atuar no SUS.

Palavras-chave: Saúde. Medicina. Comunidade. Cuidado. Estudantes.

1 Graduada em Nutrição, Graduanda do curso de medicina pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). jessica.freire.1000f@gmail.com.
2 Graduanda do curso de medicina pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). samuele.souto@academico.ufpb.br.
3 Graduanda do curso de medicina pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). vike.regina@academico.ufpb.br.
4 Professor do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). pedrojosecruzpb@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A formação médica no Brasil, historicamente, esteve pautada em um modelo tecnicista e hospitalocêntrico, onde o ensino se concentrava no desenvolvimento de habilidades clínicas e laboratoriais dentro de instituições de saúde de alta complexidade (Rocha; Calheiros; Wyszomirska, 2023). Esse modelo priorizou a especialização e o tratamento de doenças, relegando a prevenção, a promoção da saúde e a atenção primária a um papel secundário (Silva *et al*., 2021).

Como resultado, os estudantes de Medicina tiveram contato tardio e superficial com a Atenção Primária à Saúde (APS) e com as realidades das populações vulneráveis (Pinho *et al*., 2021), o que compromete a compreensão dos determinantes sociais da saúde e o desenvolvimento de uma postura profissional mais humanizada e voltada para o cuidado integral (Soares *et al*., 2024).

Diante desse contexto, componentes curriculares obrigatórios dos cursos de saúde, sobretudo medicina, que valorizam dimensões como, por exemplo, da territorialização e da abordagem comunitária na educação médica, permite que os estudantes interajam com a equipe da Atenção Primária, se aproximem da comunidade, identifiquem questões ambientais e de saúde e, assim, contribuam para a implementação de políticas públicas (Faria *et al*., 2022).

Desde a reforma curricular de 2006, o Curso de Medicina da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) passou por mudanças significativas, impulsionadas pelo movimento estudantil e pela extensão popular. A partir de 2007, com a primeira turma do novo currículo, a extensão passou a integrar formalmente a formação médica, sendo pioneira nesse aspecto. As atividades curriculares obrigatórias foram organizadas em eixos temáticos, incluindo a territorialização, que permite reconhecer o espaço e as condições de vida da população, fundamentais para o planejamento de intervenções (Sona; Ide; Ebling, 2021; Carvalho; Britto; Mariana, 2022).

Dessa forma, este relato busca apresentar as percepções dos estudantes sobre essa experiência, em particular sobre sua vivência no componente curricular “Cuidado em Saúde na Comunidade”, destacando os desafios, potencialidades e aprendizados adquiridos ao longo do período de imersão na comunidade. Ao relatar essas vivências, espera-se

contribuir para a reflexão sobre a importância da formação médica voltada para a realidade social e para a construção de profissionais mais sensíveis, críticos e comprometidos com a equidade e a humanização do cuidado em saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, de caráter qualitativo, do tipo relato de experiência, realizado a partir das vivencias de três estudantes do primeiro período do curso de medicina, no componente curricular "Cuidado em saúde na Comunidade, que é parte dos componentes obrigatórios do curso, ofertado pela Universidade Federal da Paraíba – Campus I, com carga horaria de 60 horas. Cumpre destacar que esse componente não constava na reforma curricular de 2006, anteriormente citada, na qual se instituiu o Módulo Horizontal, de cunho prático-integrativo, com diretrizes, atividades e eixos bastante próximos dos atuais. A proposta do componente ora relatado emerge no processo da reforma curricular de 2019/2020.

As atividades em campo foram realizadas, principalmente nas comunidades Jardim Itabaiana, Boa esperança e Pedra Branca, no bairro do Cristo Redentor, na cidade de João pessoa, PB, no território adscrito à Unidade de Saúde da Família Vila Saúde, no território adscrito à Unidade de Saúde da Família Vila Saúde. O componente curricular iniciou-se com atividades teóricas, como a exibição do filme *Piper* e reflexões com base em textos de Paulo Freire e outras obras sobre vivências em saúde. Foram abordados temas como vínculo, corresponsabilidade, família na Atenção Primária e vivências em Práticas Integrativas e Complementares (PICS). A territorialização seguiu um roteiro metodológico e articulou racionalidades médicas com Educação Popular. Após adiamento por questões de segurança, iniciou-se o reconhecimento territorial com visitas a instituições locais e registros em diários de campo.

Além disso, foi realizado um mapeamento das residências que seriam visitadas semanalmente pelos estudantes, ao longo de um período de dois meses, com vistas a interagirem, criarem vínculos e contribuírem com o processo de cuidado e luta social de moradores da comunidade. Durante o reconhecimento das instituições locais, os discentes tiveram como primeiro ponto de visitação a escola da região, que foi escolhida como ponto

encontro inicial para os estudantes, funcionando como espaço de alinhamento antes das visitas domiciliares.

Os estudantes registraram as condições estruturais do território e as visitas domiciliares foram realizadas por equipes compostas por dois a três estudantes, que acompanharam famílias em situação de vulnerabilidade social e/ou de saúde. Durante as visitas, foram aplicadas técnicas de escuta ativa e levantamento de históricos de saúde por meio de entrevistas semiestruturadas, registrando informações sobre histórico clínico e social, dificuldades de acesso ao sistema de saúde e redes de apoio comunitárias.

O acompanhamento dessas famílias foi realizado semanalmente, seguindo o calendário de aulas da UFPB, com a construção de planos de cuidado que envolviam tanto orientação do professor responsável sobre prevenção e promoção de saúde, quanto apoio na mediação de encaminhamentos dentro do SUS.

REFLETINDO COM A EXPERIÊNCIA: POTENCIALIDADES, DESAFIOS E APRENDIZADOS

A imersão na comunidade proporcionou uma visão ampla e aprofundada dos desafios enfrentados pelos moradores no acesso à saúde. Dentre as potencialidades observadas, destacou-se a existência de uma forte rede de apoio social, composta por iniciativas autônomas populares e institucionais no local. Exemplos disso foram as cooperativas comunitárias de alimentos, que atuam na produção de refeições para distribuição e os grupos de saúde comunitária, relaxamento e bem-viver, desenvolvidos por programas de extensão popular vinculados à UFPB, como o Programa de Extensão “Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB)”, que desempenha um papel essencial na promoção da saúde mental e física dos moradores participantes.

Nessa perspectiva, segundo Silva *et al*. (2024), estratégias de solidariedade e apoio mútuo fortalecem os laços comunitários e promovem a segurança emocional, evidenciando que a participação ativa da população pode compensar, em certa medida, a ausência de políticas públicas eficazes. Essa percepção foi reforçada pelas observações em campo e pelos relatos colhidos durante as visitas domiciliares, demonstrando como o engajamento coletivo é um recurso valioso para a promoção do bem-estar (Penteado; Edmundo, 2024).

Por outro lado, a análise das condições estruturais do território revelou desafios significativos, como precariedade habitacional, descarte inadequado de resíduos e um programa de saneamento básico desfasado. Nota-se que essas condições impactam diretamente a saúde da população, pois cria um ambiente propício a doenças infecciosas e amplia as desigualdades no acesso a serviços essenciais (Medeiros *et al*., 2024).

Além disso, muitos moradores relataram dificuldades de acesso à Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima, agravadas pela ausência de transporte adequado, especialmente para idosos e pessoas com doenças crônicas. Esse cenário reforça a necessidade de políticas que garantam equidade no acesso aos serviços, conforme discutido Medeiros *et al*. (2024).

Diante desses desafios, a experiência trouxe aprendizados essenciais para os estudantes, permitindo o desenvolvimento de habilidades como empatia, escuta ativa e compreensão da integralidade do cuidado. Um exemplo marcante foi o acompanhamento de uma moradora em recuperação pós-cirúrgica, cuja saúde emocional estava comprometida pelo isolamento social e a falta de contato com amigos da comunidade.

Sendo assim, foi realizado um reencontro da mesma com sua melhor amiga, que possibilitou melhora no quadro emocional e uma interação social extremamente valiosa, visto que o fortalecimento dos vínculos comunitários e o estímulo a redes de apoio para sua recuperação demonstrou, na prática, a importância das relações interpessoais no cuidado em saúde (Lopes; Ribeiro; Oliveira, 2023).

Dessa forma, a oportunidade de cursar componente curricular tão importante, já no primeiro período do curso de medicina e as consequentes visitas domiciliares, se consolidaram como uma ferramenta potente para a compreensão dos determinantes sociais da saúde na comunidade e proporcionou uma experiencia que servirá como base para um formação crítica e humanizada, reafirmando o compromisso da formação médica com equidade e humanização no SUS (Faria *et al*., 2022; Soares *et al*. 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O componente curricular "Cuidado em Saúde na Comunidade" destacou a importância da formação médica voltada para a Atenção Primária e da inserção precoce

dos estudantes no território. A vivência possibilitou identificar desafios estruturais e sociais que afetam a saúde, assim como reconhecer redes de apoio e potencialidades locais. As dificuldades de acesso e os impactos socioeconômicos evidenciaram a necessidade de políticas públicas mais justas. Ao integrar teoria e prática desde o início, a experiência fortaleceu o compromisso dos futuros médicos com a humanização, a integralidade do cuidado e os princípios do SUS.

REFERÊNCIAS

Carvalho, L. B., Britto, L.; Mariana, N. Guia para o acadêmico de medicina: fatores para se atentar no processo de territorialização. **Revista Interdisciplinar Pensamento Científico**, v. 7, n. 3, 2022.

Faria, K. M. S. de, Tameirão, I. N. V., Tavares, L. C., Soares, I. M., Santos, L. L. dos, Lima, L. B., Santos, D. F. Prática de territorialização realizada por estudantes de medicina no bairro Rio Grande de Diamantina-MG: um relato de experiência. **Revista Saúde e Meio Ambiente**, [s.*l.*], v. 14, n. 1, p. 130-142, 2022.

Ferreira, M. M. D. S., Maid, L. C., Costa, S. D. M., Caldeira, A. P. FERREIRA, Matheus Mendes dos Santos *et al*. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de medicina no Brasil: mudanças no processo de formação. **Jornal de Políticas Educacionais**, [s.*l.*], v. 17, 2023.

Lopes, R. L. B., Ribeiro, L. C., & Oliveira, D. M. D. A saúde promovida por redes sociais e comunitárias de mulheres de baixa renda. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.*l.*], v. 39, p. 1-11 , 2023.

FREIRE, P. Pacientes impacientes: Paulo Freire. Apresentação de Ricardo B. Ceccim. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de Educação Popular e Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. p. 32-45. Disponível em: https://sites.uepg.br/let/wp-content/uploads/2017/04/Pacientes-impacientes-Paulo-Freire.pdf. Acesso em: 05 de abr. 2025.

Martins, P. G., Brito, R. S., dos Santos, P. D. C. M., Laverde, C. R., Oliveira, N. F. de., Pilger, C. Conhecimento popular e utilização das práticas integrativas e complementares na perspectiva das enfermeiras/Popular knowledge and use of integrative and complementary practices at the perspective of nurse. **Journal of Nursing and Health**, [s.*l.*], v. 11, n. 2, 2021.

Medeiros, T. M. de. *et al.* Desafios da universalidade no SUS: avaliação do acesso e qualidade dos serviços de saúde no Brasil. **Caderno Pedagógico**, , [s.*l.*], v. 21, n. 6, 2024.

Nonato, L. O. F. *et al*. Estratégias de gerenciamento na Atenção Primária à Saúde em territórios de vulnerabilidade social expostos à violência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 54, 2020.

Silva, A. L. F. da., Morais, S. G. de., Lima, M. G. N., Sousa, E. O. de., Silva, L. C. da., Conceição, L. F. M. da., Sousa, E. M. de. Educação popular na unidade básica de saúde: relato de experiência. **Research, Society and Development**, [s.*l.*],v. 10, n. 17, p. 1-8, 2021.

Silva, M. A. da; Azevêdo, A. V. S.. dos. Mulheres em projetos comunitários: redes sociais significativas e a promoção da saúde. **Estudos de Psicologia (Natal)**, [s.*l.*], v. 25, n. 4, p. 436-448, 2024.

Soares, M. F. N., Trovão, C. A. M., Pinto, J. H. D., Barral, A. B. C. R., Rodrigues, H. G., Mameluque, P., & Dias, R. F. N. C. A iniciação dos estudantes de Medicina nas unidades básicas de saúde: percepções docentes. **Revista Multidisciplinar**, [s.*l.*] v. 37, n. 3, p. 1-6, 2024.

Sona, L., Ide, A. A., & Ebling, S. B. D. SONA, Lincoln; IDE, Ayumi Aoyagui; EBLING, Sandra Betris Diniz. A relevância da territorialização como diferencial na formação médica e na atenção primária à saúde. **Medicina (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 54, n. 3, 2021.

Rocha, M. N. T. D., Calheiros, D. D. S., & Wyszomirska, R. M. D. A. F. Formação inicial do médico que atua na atenção primária à saúde mental. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 01-08, 2023.

Penteado, P. A., & Edmundo, K. M. Relações familiares, saúde da família e ferramentas de apoio. **Revista Brasileira de Terapia Familiar**, [s.*l.*], v. 12, n. 1, 2024.

Pinho, B. S. de., Paula, P. A. B. de., Amorim, M. M. A., Cavalcante, R. B., Oliveira, Y., Serejo, J. J., Oliveira Pio, L. M. de. A medicina de família e comunidade na perspectiva dos discentes e docentes das universidades públicas do estado de Minas Gerais. **Brazilian Journal of Development**, [s.*l.*], v. 7, n. 5, p. 1-18, 2021.

PIPER. Direção: Alan Barillaro. Produção: Marc Sondheimer. [S.l.]: Pixar Animation Studios, 2016. 1 curta-metragem (6 min). Colorido. Sonoro.

Vasconcelos, E. M.; Frota, L. H. ; Simon, E. **Perplexidade na universidade*:* vivências nos cursos de saúde**. São Paulo: Hucitec, 2006.

Educação em Saúde para a Equidade: Capacitação de Profissionais da Atenção Primária sobre a Saúde da População LGBTQIAPN+

João Victor de Sousa[1]
Ana Luiza Borges Teofilo Silva[2]
Sofia Capanema Bretas[3]
Gabriella Paula de Oliveira Neri[4]
Gustavo Antonio Raimondi[5]
Heitor Bernardes Pereira Delfino[6]

Palavras-chave: Saúde LGBTQIAPN+. Atenção Primária à Saúde. Minorias sexuais e de gênero. Educação Popular em Saúde. Cuidado Integral.

Introdução

No Brasil, o direito à saúde está garantido na Constituição Federal de 1988 para todos os cidadãos brasileiros (Brasil, 1988). Entretanto, a realidade da sociedade brasileira revela que o acesso à saúde é desigual e que existem diversas barreiras que impedem pessoas pertencentes a comunidade LGBTQIAPN+ de usufruírem desse direito tão necessário. Frente a isso, sabe-se que:

> atitudes homofóbicas profundamente enraizadas, muitas vezes combinadas com uma falta de proteção jurídica adequada contra a discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero, expõem muitas pessoas LGBT, de todas as idades e em todas as regiões do mundo, a violações evidentes de seus direitos humanos (ONU , p. 7, 2013).

[1] Discente do Curso de Medicina, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: joaovictorsousa@ufu.br.
[2] Discente do Curso de Medicina, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: ana.teofilo@ufu.br
[3] Discente do Curso de Jornalismo, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: sofiabretas@ufu.br
[4] Mestre em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (UFU). Enfermeira da Atenção Primária à Saúde - Secretaria Municipal de Saúde. Araguari, Minas Gerais, Brasil. E-mail: gabriellaneri@gmail.com
[5] Doutor em Saúde Coletiva (UNICAMP). Professor Adjunto do Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: gustavo_raimondi@ufu.br
[6] Doutor em Medicina/Clínica Médica (FMRP/USP). Professor Adjunto do Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: heitor.delfino@ufu.br

Posto isso, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi instituída pelo Ministério da Saúde com o objetivo de enfrentar as iniquidades em saúde desta população, geradas pelas discriminações e pelos preconceitos que vulnerabilizam esses cidadãos. Ademais, visa garantir equidade, universalidade e integralidade no Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2013).

Nesse cenário, o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde Equidade), vinculado à Universidade Federal de Uberlândia e à Prefeitura Municipal de Araguari-MG, desenvolveu uma capacitação teórico-prática com o objetivo de qualificar os profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) para o atendimento integral de pessoas LGBTQIAPN+. Assim, visou também mitigar as discriminações e melhorar o acesso à saúde para todos.

Portanto, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência da capacitação teórico-prática e demonstrar a importância da Educação Popular em Saúde como ferramenta na luta contra as iniquidades.

Aspectos metodológicos da experiência

A priori, é importante salientar sobre a capacitação inicial dos integrantes do PET-Saúde Equidade, constituído por tutores (docentes), preceptores (profissionais da área da saúde) e discentes de diferentes cursos (cursos da área da saúde e das ciências humanas). Para isso, foram realizadas discussões em grupo sobre a temática principal - saúde da população LGBTQIAPN+ - e leituras com materiais especializados que guiaram os debates e sedimentaram os conhecimentos do grupo.

Com o conhecimento adquirido, os petianos desenvolveram uma capacitação teórico-prática sobre “Saúde da População LGBTQIAPN+”, para os profissionais da APS, - que foi realizada nas Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF) do município de Araguari-MG.

Posto isso, as atividades da capacitação serão descritas neste relato em três etapas. A primeira consistiu na exposição de informações pelos discentes do grupo PET, sendo elas: história da luta pelos direitos LGBT, dados de violência e em saúde, significado das bandeiras do orgulho, letramento da sigla LGBTQIAPN+, identidade de gênero, orientação

sexual, sexo biológico, expressão de gênero, direitos assegurados pelas leis, uso do nome social e outros. Nesse momento, além de propagar conhecimentos importantes, os estudantes focaram também na sensibilização dos profissionais quanto à temática.

A segunda etapa consistiu no debate entre os participantes. Durante toda a capacitação, os petianos salientaram a importância dos profissionais questionarem e sancionarem suas dúvidas quanto ao assunto complexo e sensível. Ademais, foi possível durante as capacitações nas UBSF promover rodas de conversas, nas quais os trabalhadores compartilharam suas experiências de vida e suas dificuldades.

Por fim, na terceira etapa foi realizada uma dinâmica interativa que tinha o objetivo de explorar como o preconceito e a discriminação impoem barreiras sociais no dia a dia. Para isso, cada participante teria uma identidade específica (exemplos: mulher trans ou homem heterossexual) e precisaria pensar como seria sua vida nesse papel. Depois disso, todos foram dispostos em uma linha reta que foi o ponto inicial da atividade. Em seguida, precisaram decidir se em determinadas ações cotidianas (exemplo: caminhar na rua de mãos dadas com o/a parceiro/a) o seu personagem sofreria ou não preconceitos (permaneceria parado ou caminharia para frente, respectivamente). Assim, a partir das caminhadas dos integrantes, foi possível debater sobre as dificuldades encontradas pelas minorias, ao longo da vida.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A princípio, é possível relacionar a capacitação teórico-prática com os conceitos fundamentais da Educação Popular em Saúde (EPS). Frente a isso, as atividades em Araguari-MG promoveram uma integração entre os integrantes do PET-Saúde (principalmente discentes) com os profissionais da APS e permitiram o desenvolvimento de ações de educação em saúde emancipadoras e participativas, culminando na conscientização da importância de um cuidado integral, humanizado e multidisciplinar para a população LGBTQIAPN+ (Brasil, 2007).

Outrossim, os debates promovidos durante as capacitações permitiram ricas trocas de conhecimentos, ou seja, uma construção compartilhada de saberes que é uma ferramenta

essencial no enfrentamento das iniquidades e no compromisso com um fazer em saúde emancipatório dos sujeitos sociais (Brito et al., 2024).

Em relação a dinâmica interativa, o principal objetivo foi gerar reflexão e demonstrar como o preconceito e a discriminação são determinantes sociais que interferem diretamente no bem-estar social dos indivíduos LGBTQIAPN+. Apesar da maioria dos trabalhadores da APS compreenderem que existem diversas barreiras que impedem o desenvolvimento desses cidadãos, alguns profissionais caminharam ao longo da dinâmica com o discurso da meritocracia. Esses poucos acreditam que "basta ser capaz" para alcançar espaços privilegiados na sociedade, mesmo em um contexto preconceituoso.

Frente a isso, o discurso da meritocracia foi um obstáculo na compreensão das barreiras que impedem o acesso aos direitos de pessoas LGBTQIAPN+. Ademais, foi um desafio encontrado na capacitação pelos petianos que usufruíram do debate para quebrar certos estigmas meritocráticos e conscientizar as equipes da APS. Nesse cenário, cabe a reflexão de Lima (2024):

> A educação e a avaliação das diversidades constituem tarefas difíceis e complexas, especialmente em contextos onde domina a racionalidade técnica, a padronização e a seleção, transformando as diversidades em desigualdades e instituindo o ideal meritocrático como forma de governo pelas e para as desigualdades justificadas. Nesse contexto, torna-se crucial reinventar a pedagogia democrática, revitalizando a pedagogia.

Por fim, cabe uma reflexão sobre a formação universitária dos discentes do PET-Saúde Equidade. As capacitações realizadas no cenário prático contribuem para a construção de um pensamento crítico e humano dos estudantes. Ademais, colabora com futuros profissionais comprometidos com os princípios do SUS e que reconhecem a importância de considerar as diversas esferas constituintes do indivíduo em sociedade no cuidado, proporcionando uma atenção singular, acolhedora e horizontal (Brito et al., 2024).

Considerações finais

A capacitação teórico-prática proporcionou uma reflexão crítica aos profissionais ao expor informações necessárias e ao debater assuntos complexos e sensíveis, visando a

quebra de estigmas e a sensibilização dos mesmos. Com isso, apesar de seus pré-conceitos, os trabalhadores compreenderam a importância de um cuidado integral para a população LGBTQIAPN+, em prol da equidade em saúde.

Além disso, contribuiu para a formação acadêmica multidisciplinar dos integrantes do PET-Saúde Equidade, compromissados com os princípios do SUS, e a integração ensino-serviço-comunidade, em consonância com a EPS.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Nascidos livres e iguais:** orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos. Brasília, DF: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de educação popular e saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. - Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRITO, P. N. A. et al.. O que se tem discutido sobre Educação Popular em Saúde nos últimos anos: uma revisão narrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 6, p. e12542023, jun. 2024.

LIMA, L. C.. A educação como direito num mundo desigual. **Educação & Sociedade**, v. 45, p. e290145, 2024.

INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: EXPERIÊNCIA DO PET-SAÚDE EQUIDADE COM A POPULAÇÃO CIGANA

Ana Luiza Borges Teofilo Silva[1]
João Victor de Sousa[2]
Tiago Aparecido Lima Santos[3]
Gabriella Paula de Oliveira Neri[4]
Gustavo Antonio Raimondi[5]
Heitor Bernardes Pereira Delfino[6]

Palavras-chave: Equidade. População cigana. Atenção Primária à Saúde. Capacitação.

Introdução

A saúde integral é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a responsabilidade do Estado na promoção, proteção e recuperação da saúde por meio de políticas sociais e econômicas. Esse princípio é reforçado por documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta de Ottawa (1986), que reconhecem a saúde como um pilar essencial para a dignidade humana e a qualidade de vida das populações. Para assegurar esse direito, foi instituído o Sistema Único de Saúde (SUS) pela Lei nº 8.080/1990, com o objetivo de garantir o acesso

[1] Discente do Curso de Graduação em Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: ana.teofilo@ufu.br
[2] Discente do Curso de Graduação em Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: joaovictorsousa@ufu.br.
[3] Discente do Curso de Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: limatiagoap@gmail.com
[4] Mestre em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (UFU). Enfermeira da Atenção Primária à Saúde - Secretaria Municipal de Saúde. Araguari, Minas Gerais, Brasil. E-mail: gabriellaneri@gmail.com
[5] Doutor em Saúde Coletiva (UNICAMP). Professor Adjunto do Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: gustavo_raimondi@ufu.br
[6] Doutor em Medicina/Clínica Médica (FMRP/USP). Professor Adjunto do Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: heitor.delfino@ufu.br

universal e equitativo aos serviços de saúde, considerando as necessidades individuais e coletivas da população (Buss et al., 2006).

Entretanto, apesar dos avanços promovidos pelo SUS, a equidade no acesso à saúde ainda não se concretiza de forma efetiva para todos os grupos sociais. Populações historicamente marginalizadas, como os povos ciganos, continuam enfrentando barreiras significativas, seja por falta de reconhecimento de suas necessidades específicas ou pela ausência de políticas públicas direcionadas a essa comunidade (Gusmão et al., 2015). Estima-se que cerca de 500 mil ciganos vivem no Brasil, caracterizando-se por uma diversidade cultural marcante e por práticas sociais próprias, como a eleição de líderes comunitários responsáveis por intermediar as relações do grupo com instituições externas (Monteiro, 2010).

A trajetória desse povo remonta ao norte da Índia, com uma diáspora que os levou à Europa e, posteriormente, ao Brasil, onde sua presença já era registrada em documentos oficiais desde 1574. No entanto, ao longo dos séculos, os ciganos têm sido alvo de preconceito e exclusão, fatores que se refletem no acesso restrito aos serviços de saúde. Um dos desafios mais evidentes é a resistência cultural em relação aos atendimentos médicos, como a recusa de mulheres ciganas em serem examinadas por profissionais do sexo masculino e a menor adesão dos homens aos cuidados preventivos (Medeiros, 2011). Além disso, a ausência de moradia fixa dificulta o acompanhamento contínuo pela Atenção Primária à Saúde (APS), agravando a vulnerabilidade desse grupo (Lopes, 2014; Lima, 2016).

Para enfrentar essas desigualdades, foi criada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Povos Ciganos, que busca garantir um atendimento mais inclusivo, respeitando as especificidades culturais dessa população e combatendo práticas discriminatórias que, muitas vezes, são reproduzidas dentro do próprio sistema de saúde (Brasil, 2015). No entanto, a falta de preparo dos profissionais da APS para lidar com essa diversidade cultural ainda representa um obstáculo à efetivação dessas diretrizes. O desconhecimento sobre as tradições ciganas e a ausência de sensibilização quanto ao relativismo cultural contribuem para o distanciamento entre essa população e os serviços de saúde, perpetuando desigualdades e reforçando estereótipos negativos (BRASIL, 2022).

Diante desse cenário, iniciativas como o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET)-Saúde Equidade têm se mostrado estratégicas ao oferecer formação qualificada para profissionais do SUS, capacitando-os para um atendimento mais humanizado e culturalmente adequado. A metodologia do Arco de Maguerez, utilizada nesse contexto, permite a formulação de estratégias baseadas na realidade local das Unidades Básicas de Saúde (UBS), estimulando o diálogo, o trabalho em equipe e a tomada de decisões embasadas na equidade e na inclusão social (Santos, 2020). O programa tem como objetivo principal promover a integração ensino-serviço-comunidade, preparando os profissionais de saúde para lidar com populações em situação de vulnerabilidade, como a comunidade cigana. Além disso, busca fomentar o desenvolvimento de práticas baseadas na equidade, fortalecer o compromisso com a saúde pública e incentivar a construção coletiva do conhecimento entre acadêmicos, profissionais e usuários da APS. Esse processo fortalece o compromisso com os princípios do SUS, garantindo que a universalidade, a integralidade e a equidade sejam efetivamente aplicadas na atenção à saúde de populações historicamente marginalizadas (Da Silva et al., 2020).

Portanto, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência vivenciada em atividades que envolveram um grupo do PET-Saúde Equidade, a população cigana e profissionais da APS de um municípios de pequeno porte de Minas Gerais, bem como elucidar a importância da Educação Popular em Saúde (EPS) como ferramenta na luta contra as iniquidades.

Aspectos metodológicos da experiência

Inicialmente, foram realizadas atividades de aprendizagem, com estudo prévio da temática “Saúde do Povo Cigano”, revisão de referências científicas e normativas sobre equidade em saúde e populações vulneráveis, além da análise da Política Nacional de Atenção à Saúde do Povo Cigano (Brasil, 2015) pela equipe do PET-Saúde Equidade, constituído por tutores (docentes), preceptores (profissionais da área da saúde) e discentes de diferentes cursos (cursos da área da saúde e das ciências humanas). Essa etapa teórica subsidiou as discussões em grupo e a formulação de estratégias para a capacitação dos profissionais da APS.

A segunda etapa consistiu na observação da realidade, fundamentada no Arco de Maguerez, uma metodologia ativa que propicia a resolução de problemáticas por meio da análise crítica da realidade (Santos, 2020). Nessa observação foram identificados os desafios enfrentados pela comunidade cigana no acesso aos serviços de saúde, com ênfase nas barreiras socioculturais e estruturais. A partir dessa análise, foram destacados os principais fatores que influenciam essa problemática, incluindo a falta de conhecimento sobre as especificidades dessa população por parte dos profissionais de saúde e a existência de estereótipos que impactam negativamente a qualidade do atendimento.

Com base nesses achados, elaborou-se uma proposta de intervenção, que envolveu a capacitação dos trabalhadores da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) Amanhece do município de Araguari-MG e ações *in loco* junto à comunidade cigana. A capacitação visou sensibilizar os profissionais da UBSF sobre a importância de um atendimento mais humanizado e culturalmente sensível. Além disso, foram promovidas visitas às cabanas da comunidade cigana, proporcionando um diálogo qualificado e ações direcionadas às suas demandas específicas.

Por fim, consolidou-se a experiência por meio do retorno dos achados e da troca de percepções entre os profissionais da UBSF e o grupo PET-Saúde Equidade. Os relatos colhidos durante as visitas foram compartilhados com os trabalhadores que participaram da capacitação inicial, permitindo uma reflexão coletiva sobre os desafios e avanços na assistência aos ciganos residentes na localidade. Esse processo também contribuiu para o aprimoramento contínuo das práticas em saúde voltadas a esse grupo, fortalecendo a construção de um modelo de atendimento mais inclusivo e equitativo.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

É fundamental iniciar a reflexão abordando o caráter formativo e interdisciplinar do PET-Saúde Equidade. Nesse contexto, as discussões em grupo entre estudantes de diferentes cursos das áreas da saúde (Enfermagem, Medicina e Nutrição) e de ciências

humanas (Ciências Sociais e Jornalismo), com os docentes e preceptores da área da saúde sobre a saúde da população cigana possibilitaram a construção coletiva do conhecimento, ampliando perspectivas e transcendendo os limites específicos de cada graduação. Além de promover uma troca enriquecedora de saberes, essa interação reforçou a importância da atuação multi e interprofissional no cuidado integral dos pacientes e no fortalecimento do compromisso com o SUS (Grzybowski; Levandowski; Costa, 2017).

Ademais, a EPS enfatiza a construção compartilhada do conhecimento, incentivando a participação ativa dos envolvidos no processo de aprendizado. Esse princípio se refletiu nas atividades de capacitação, que buscaram promover o conhecimento por meio do diálogo e da interação com os trabalhadores da saúde. Sob essa ótica, os principais desafios para a realização das capacitações envolvem a superação das barreiras impostas pelo estigma, que frequentemente dificultam a construção de um ambiente de aprendizado aberto e receptivo (Brito et al., 2024).

A análise das atividades desenvolvidas evidencia a importância da criação de espaços que estimulem a sensibilização e a reflexão crítica entre os profissionais de saúde. A experiência demonstrou que a superação de estereótipos não ocorre de forma imediata, mas exige um processo contínuo de aprendizado e aprimoramento. O principal aprendizado extraído dessa experiência é que temas delicados devem ser abordados com paciência e sensibilidade, pois, ainda que o impacto inicial seja sutil, transformar a realidade de uma única pessoa já justifica todo o esforço empreendido. Nesse sentido, o diálogo se mostrou um recurso essencial para abordar temas sensíveis, como preconceitos e barreiras culturais, promovendo um atendimento mais equitativo e humanizado.

Considerações finais

O acesso aos cuidados em saúde da população cigana envolve desafios complexos, resultantes da interseção de diversas formas de exclusão social, como o preconceito cultural, a vulnerabilidade socioeconômica, o analfabetismo, o machismo, a intolerância religiosa e o etnocentrismo ainda presentes na sociedade. Diante disso, capacitações voltadas à sensibilização dos profissionais de saúde sobre as necessidades da população cigana e a conscientização dessa população sobre seus direitos, tornam-se ferramentas

essenciais para a promoção da equidade, oportunizando espaços de trocas entre profissionais e usuários, fortalecendo o diálogo e a construção de um atendimento mais inclusivo. Nesse contexto, o PET-Saúde Equidade, por meio da integração ensino-serviço-comunidade, desempenha um papel crucial ao incorporar esses princípios em suas ações. Ao fomentar a troca de saberes e a construção coletiva do conhecimento, a iniciativa contribui para a formulação de práticas mais sensíveis e inclusivas, promovendo um cuidado em saúde que respeita e valoriza a diversidade cultural.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Cigana. Brasília**, DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. **Guia orientador para a atenção integral à saúde do povo cigano** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.

BRITO, P. N. A.; SANTANA, E. L. P. de; MORAES, O. A.; SILVA, J. C. da; CRUZ, P. J. S. C. **O que se tem discutido sobre Educação Popular em Saúde nos últimos anos: uma revisão narrativa da literatura**. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 29, n. 6, p. e12542023, jun. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232024296.12542023. Acesso em: 5 dez. 2024.

BUSS, T. S.; CECÍLIA, M.; BOEHS, A. E.; et al. **Promoção à saúde: trajetória histórica de suas concepções.** *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 15, n. 2, p. 352–358, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/W4mZfM69hZRxdMjtSqcQpSN/. Acesso em: 5 dez. 2024.

DA SILVA, L. A. R.; et al. **O Arco de Maguerez como metodologia ativa na formação continuada em saúde.** *Interfaces Científicas - Educação*, v. 8, n. 3, p. 41-54, 2020.

GROSSMANN, B. **Entre visibilidade e invisibilidade: A diáspora cigana**. *Revista USP*, São Paulo, n. 117, p. 219-226, 2018.

GRZYBOWSKI, L. S.; LEVANDOWSKI, D. C.; COSTA, E. L. N. **O que aprendi com o PET? Repercussões da inserção no SUS para a formação profissional.** *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 41, n. 4, p. 505-514, 2017.

MEDEIROS, C. M. de. **Uma análise da cultura cigana e sua influência no processo de saúde e adoecimento: contribuições para a Estratégia Saúde da Família.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Orientadora: Prof.ª Efigênia Ferreira e Ferreira.

MONTEIRO, S. **O Brasil Cigano e o SUS**. *Rede HumanizaSUS*, 18 jan. 2010. Disponível em: https://redehumanizasus.net/9092-o-brasil-cigano-o-sus/. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, T. T. **O Arco de Maguerez e a Aprendizagem Baseada em Projetos na Educação em Saúde**. *Revista Educação Pública*, v. 20, n. 7, 18 fev. 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/7/o-arco-de-maguerez-e-a-aprendizagem-baseada-em-projetos-na-educacao-em-saude.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The Ottawa charter for health promotion**. Geneva: WHO, 1986.

INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: EXPERIÊNCIA DO PET-SAÚDE EQUIDADE COM A POPULAÇÃO CIGANA

Ana Luiza Borges Teofilo Silva[1]
João Victor de Sousa[2]
Tiago Aparecido Lima Santos[3]
Gabriella Paula de Oliveira Neri[4]
Gustavo Antonio Raimondi[5]
Heitor Bernardes Pereira Delfino[6]

Palavras-chave: Equidade. População cigana. Atenção Primária à Saúde. Capacitação.

Introdução

A saúde integral é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a responsabilidade do Estado na promoção, proteção e recuperação da saúde por meio de políticas sociais e econômicas. Esse princípio é reforçado por documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta de Ottawa (1986), que reconhecem a saúde como um pilar essencial para a dignidade humana e a qualidade de vida das populações. Para assegurar esse direito, foi instituído o Sistema Único de Saúde (SUS) pela Lei nº 8.080/1990, com o objetivo de garantir o acesso

[1] Discente do Curso de Graduação em Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: ana.teofilo@ufu.br
[2] Discente do Curso de Graduação em Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: joaovictorsousa@ufu.br.
[3] Discente do Curso de Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: limatiagoap@gmail.com
[4] Mestre em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (UFU). Enfermeira da Atenção Primária à Saúde - Secretaria Municipal de Saúde. Araguari, Minas Gerais, Brasil. E-mail: gabriellaneri@gmail.com
[5] Doutor em Saúde Coletiva (UNICAMP). Professor Adjunto do Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: gustavo_raimondi@ufu.br
[6] Doutor em Medicina/Clínica Médica (FMRP/USP). Professor Adjunto do Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: heitor.delfino@ufu.br

universal e equitativo aos serviços de saúde, considerando as necessidades individuais e coletivas da população (Buss et al., 2006).

Entretanto, apesar dos avanços promovidos pelo SUS, a equidade no acesso à saúde ainda não se concretiza de forma efetiva para todos os grupos sociais. Populações historicamente marginalizadas, como os povos ciganos, continuam enfrentando barreiras significativas, seja por falta de reconhecimento de suas necessidades específicas ou pela ausência de políticas públicas direcionadas a essa comunidade (Gusmão et al., 2015). Estima-se que cerca de 500 mil ciganos vivem no Brasil, caracterizando-se por uma diversidade cultural marcante e por práticas sociais próprias, como a eleição de líderes comunitários responsáveis por intermediar as relações do grupo com instituições externas (Monteiro, 2010).

A trajetória desse povo remonta ao norte da Índia, com uma diáspora que os levou à Europa e, posteriormente, ao Brasil, onde sua presença já era registrada em documentos oficiais desde 1574. No entanto, ao longo dos séculos, os ciganos têm sido alvo de preconceito e exclusão, fatores que se refletem no acesso restrito aos serviços de saúde. Um dos desafios mais evidentes é a resistência cultural em relação aos atendimentos médicos, como a recusa de mulheres ciganas em serem examinadas por profissionais do sexo masculino e a menor adesão dos homens aos cuidados preventivos (Medeiros, 2011). Além disso, a ausência de moradia fixa dificulta o acompanhamento contínuo pela Atenção Primária à Saúde (APS), agravando a vulnerabilidade desse grupo (Lopes, 2014; Lima, 2016).

Para enfrentar essas desigualdades, foi criada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Povos Ciganos, que busca garantir um atendimento mais inclusivo, respeitando as especificidades culturais dessa população e combatendo práticas discriminatórias que, muitas vezes, são reproduzidas dentro do próprio sistema de saúde (Brasil, 2015). No entanto, a falta de preparo dos profissionais da APS para lidar com essa diversidade cultural ainda representa um obstáculo à efetivação dessas diretrizes. O desconhecimento sobre as tradições ciganas e a ausência de sensibilização quanto ao relativismo cultural contribuem para o distanciamento entre essa população e os serviços de saúde, perpetuando desigualdades e reforçando estereótipos negativos (BRASIL, 2022).

Diante desse cenário, iniciativas como o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET)-Saúde Equidade têm se mostrado estratégicas ao oferecer formação qualificada para profissionais do SUS, capacitando-os para um atendimento mais humanizado e culturalmente adequado. A metodologia do Arco de Maguerez, utilizada nesse contexto, permite a formulação de estratégias baseadas na realidade local das Unidades Básicas de Saúde (UBS), estimulando o diálogo, o trabalho em equipe e a tomada de decisões embasadas na equidade e na inclusão social (Santos, 2020). O programa tem como objetivo principal promover a integração ensino-serviço-comunidade, preparando os profissionais de saúde para lidar com populações em situação de vulnerabilidade, como a comunidade cigana. Além disso, busca fomentar o desenvolvimento de práticas baseadas na equidade, fortalecer o compromisso com a saúde pública e incentivar a construção coletiva do conhecimento entre acadêmicos, profissionais e usuários da APS. Esse processo fortalece o compromisso com os princípios do SUS, garantindo que a universalidade, a integralidade e a equidade sejam efetivamente aplicadas na atenção à saúde de populações historicamente marginalizadas (Da Silva et al., 2020).

Portanto, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência vivenciada em atividades que envolveram um grupo do PET-Saúde Equidade, a população cigana e profissionais da APS de um municípios de pequeno porte de Minas Gerais, bem como elucidar a importância da Educação Popular em Saúde (EPS) como ferramenta na luta contra as iniquidades.

Aspectos metodológicos da experiência

Inicialmente, foram realizadas atividades de aprendizagem, com estudo prévio da temática “Saúde do Povo Cigano”, revisão de referências científicas e normativas sobre equidade em saúde e populações vulneráveis, além da análise da Política Nacional de Atenção à Saúde do Povo Cigano (Brasil, 2015) pela equipe do PET-Saúde Equidade, constituído por tutores (docentes), preceptores (profissionais da área da saúde) e discentes de diferentes cursos (cursos da área da saúde e das ciências humanas). Essa etapa teórica subsidiou as discussões em grupo e a formulação de estratégias para a capacitação dos profissionais da APS.

A segunda etapa consistiu na observação da realidade, fundamentada no Arco de Maguerez, uma metodologia ativa que propicia a resolução de problemáticas por meio da análise crítica da realidade (Santos, 2020). Nessa observação foram identificados os desafios enfrentados pela comunidade cigana no acesso aos serviços de saúde, com ênfase nas barreiras socioculturais e estruturais. A partir dessa análise, foram destacados os principais fatores que influenciam essa problemática, incluindo a falta de conhecimento sobre as especificidades dessa população por parte dos profissionais de saúde e a existência de estereótipos que impactam negativamente a qualidade do atendimento.

Com base nesses achados, elaborou-se uma proposta de intervenção, que envolveu a capacitação dos trabalhadores da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) Amanhece do município de Araguari-MG e ações *in loco* junto à comunidade cigana. A capacitação visou sensibilizar os profissionais da UBSF sobre a importância de um atendimento mais humanizado e culturalmente sensível. Além disso, foram promovidas visitas às cabanas da comunidade cigana, proporcionando um diálogo qualificado e ações direcionadas às suas demandas específicas.

Por fim, consolidou-se a experiência por meio do retorno dos achados e da troca de percepções entre os profissionais da UBSF e o grupo PET-Saúde Equidade. Os relatos colhidos durante as visitas foram compartilhados com os trabalhadores que participaram da capacitação inicial, permitindo uma reflexão coletiva sobre os desafios e avanços na assistência aos ciganos residentes na localidade. Esse processo também contribuiu para o aprimoramento contínuo das práticas em saúde voltadas a esse grupo, fortalecendo a construção de um modelo de atendimento mais inclusivo e equitativo.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

É fundamental iniciar a reflexão abordando o caráter formativo e interdisciplinar do PET-Saúde Equidade. Nesse contexto, as discussões em grupo entre estudantes de diferentes cursos das áreas da saúde (Enfermagem, Medicina e Nutrição) e de ciências

humanas (Ciências Sociais e Jornalismo), com os docentes e preceptores da área da saúde sobre a saúde da população cigana possibilitaram a construção coletiva do conhecimento, ampliando perspectivas e transcendendo os limites específicos de cada graduação. Além de promover uma troca enriquecedora de saberes, essa interação reforçou a importância da atuação multi e interprofissional no cuidado integral dos pacientes e no fortalecimento do compromisso com o SUS (Grzybowski; Levandowski; Costa, 2017).

Ademais, a EPS enfatiza a construção compartilhada do conhecimento, incentivando a participação ativa dos envolvidos no processo de aprendizado. Esse princípio se refletiu nas atividades de capacitação, que buscaram promover o conhecimento por meio do diálogo e da interação com os trabalhadores da saúde. Sob essa ótica, os principais desafios para a realização das capacitações envolvem a superação das barreiras impostas pelo estigma, que frequentemente dificultam a construção de um ambiente de aprendizado aberto e receptivo (Brito et al., 2024).

A análise das atividades desenvolvidas evidencia a importância da criação de espaços que estimulem a sensibilização e a reflexão crítica entre os profissionais de saúde. A experiência demonstrou que a superação de estereótipos não ocorre de forma imediata, mas exige um processo contínuo de aprendizado e aprimoramento. O principal aprendizado extraído dessa experiência é que temas delicados devem ser abordados com paciência e sensibilidade, pois, ainda que o impacto inicial seja sutil, transformar a realidade de uma única pessoa já justifica todo o esforço empreendido. Nesse sentido, o diálogo se mostrou um recurso essencial para abordar temas sensíveis, como preconceitos e barreiras culturais, promovendo um atendimento mais equitativo e humanizado.

Considerações finais

O acesso aos cuidados em saúde da população cigana envolve desafios complexos, resultantes da interseção de diversas formas de exclusão social, como o preconceito cultural, a vulnerabilidade socioeconômica, o analfabetismo, o machismo, a intolerância religiosa e o etnocentrismo ainda presentes na sociedade. Diante disso, capacitações voltadas à sensibilização dos profissionais de saúde sobre as necessidades da população cigana e a conscientização dessa população sobre seus direitos, tornam-se ferramentas

essenciais para a promoção da equidade, oportunizando espaços de trocas entre profissionais e usuários, fortalecendo o diálogo e a construção de um atendimento mais inclusivo. Nesse contexto, o PET-Saúde Equidade, por meio da integração ensino-serviço-comunidade, desempenha um papel crucial ao incorporar esses princípios em suas ações. Ao fomentar a troca de saberes e a construção coletiva do conhecimento, a iniciativa contribui para a formulação de práticas mais sensíveis e inclusivas, promovendo um cuidado em saúde que respeita e valoriza a diversidade cultural.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Cigana. Brasília**, DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. **Guia orientador para a atenção integral à saúde do povo cigano** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.

BRITO, P. N. A.; SANTANA, E. L. P. de; MORAES, O. A.; SILVA, J. C. da; CRUZ, P. J. S. C. **O que se tem discutido sobre Educação Popular em Saúde nos últimos anos: uma revisão narrativa da literatura**. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 29, n. 6, p. e12542023, jun. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232024296.12542023. Acesso em: 5 dez. 2024.

BUSS, T. S.; CECÍLIA, M.; BOEHS, A. E.; et al. **Promoção à saúde: trajetória histórica de suas concepções.** *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 15, n. 2, p. 352–358, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/W4mZfM69hZRxdMjtSqcQpSN/. Acesso em: 5 dez. 2024.

DA SILVA, L. A. R.; et al. **O Arco de Maguerez como metodologia ativa na formação continuada em saúde.** *Interfaces Científicas - Educação*, v. 8, n. 3, p. 41-54, 2020.

GROSSMANN, B. **Entre visibilidade e invisibilidade: A diáspora cigana**. *Revista USP*, São Paulo, n. 117, p. 219-226, 2018.

GRZYBOWSKI, L. S.; LEVANDOWSKI, D. C.; COSTA, E. L. N. **O que aprendi com o PET? Repercussões da inserção no SUS para a formação profissional.** *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 41, n. 4, p. 505-514, 2017.

MEDEIROS, C. M. de. **Uma análise da cultura cigana e sua influência no processo de saúde e adoecimento: contribuições para a Estratégia Saúde da Família.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Orientadora: Prof.ª Efigênia Ferreira e Ferreira.

MONTEIRO, S. **O Brasil Cigano e o SUS**. *Rede HumanizaSUS*, 18 jan. 2010. Disponível em: https://redehumanizasus.net/9092-o-brasil-cigano-o-sus/. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, T. T. **O Arco de Maguerez e a Aprendizagem Baseada em Projetos na Educação em Saúde**. *Revista Educação Pública*, v. 20, n. 7, 18 fev. 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/7/o-arco-de-maguerez-e-a-aprendizagem-baseada-em-projetos-na-educacao-em-saude.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The Ottawa charter for health promotion**. Geneva: WHO, 1986.

JANELA ABERTA NA EXPOSIÇÃO ‘ARTE QUE CURA’: PERCURSOS NA PROMOÇÃO DE SAÚDE

Suhelen Neves Aguiar Cruz[1]
Laura Paz de Araújo Silva[2]
Beatriz Sacco Gomes Agostinho[3]
Zaeth Aguiar do Nascimento[4]
Gisela Oliveira Araújo Uchôa[5]
Henrique Jorge Pontes Sampaio[6]

Palavras-chave: Saúde Mental. Arte. Economia Solidária.

Introdução

"Janela Aberta: arte, cultura e geração de renda em Saúde Mental" é um projeto de extensão vinculado ao departamento de Psicologia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). As ações do projeto partem de uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão, de forma a interseccionalizar teoria e prática. Para isso, conta com uma equipe multidisciplinar vinculada à UFPB, Residência Multiprofissional em Saúde Mental (RESMEN) e trabalhadores da rede de saúde mental.

O projeto associa-se ao Centro de Atenção Psicossocial Gutemberg Botelho (CAPS III Gutemberg Botelho), no Bairro dos Estados, e estabeleceu uma parceria com a Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFPB (INCUBES), que tem fornecido apoio fundamental às atividades pensadas na extensão, principalmente no campo da Economia Solidária.

O projeto parte das ideias e práticas da luta antimanicomial, respaldadas, fundamentalmente, pela Lei 10.216/2001, que legitima os direitos de cidadania dos

[1] Graduanda em Psicologia pela UFPB, suhelen.neves@hotmail.com.
[2] Graduanda em Psicologia pela UFPB, laurapazaraujo@gmail.com.
[3] Graduanda em Psicologia pela UFPB, beatriz.sacco.gomes.agostinho@academico.ufpb.br.
[4] Doutora em Letras pela UFPB, Graduação em Psicologia pela UFRN, Docente do curso de Psicologia, zaethanascimento@gmail.com.
[5] Especialista em Saúde Mental, Graduada em Psicologia, Psicóloga, gizaraújo@gmail.com.
[6] Mestre em Sociologia, Graduação em História, Técnico e Pesquisador da Incubes/NUPLAR/UFPB, hensampaio@gmail.com.

usuários de serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), propondo uma lógica contracorrente às tendências desumanizantes e segregacionistas dos tratamentos voltados à saúde mental desde então. A Reforma Psiquiátrica trouxe inúmeros avanços ao campo, contudo o sofrimento psíquico continua sendo visto através de uma perspectiva estigmatizante e incapacitante, de forma que, sem os meios concretos suficientes para a efetivação dos direitos garantidos pelas normas e leis, os desafios para superar a marginalização desses sujeitos, persistem (Brasil, 2005).

Diante disso, a extensão surge com o intuito de abordar arte, cultura e geração de renda enquanto ferramentas de luta, protagonismo e emancipação, voltando-se aos usuários do serviço da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em questão. A abordagem desses aspectos tem como pano de fundo as oficinas, que desempenham uma função organizativa, na medida em que se compreende as atividades artísticas enquanto ferramentas de emancipação e intervenção político-cultural (Guerra, 2008). Além disso, a extensão opera na lógica da incubação, de forma a acompanhar de perto os processos de desenvolvimento dos grupos que surgem nas oficinas orientadas pela perspectiva da economia solidária (Singer, 2005).

Os objetivos do projeto são colaborar com a ampliação da circulação dos sujeitos adultos em sofrimento psíquico atendidos no CAPS, através da divulgação das suas produções artísticas, e outras ações específicas que auxiliem no processo; contribuir para a formação dos discentes, por meio da sua inserção em atividades extramuros da universidade, permitindo integrá-los ao funcionamento das equipes multiprofissionais, bem como articular-se aos coletivos artísticos formados pelos usuários do serviço; enriquecer a prática dos docentes envolvidos, de forma que a articulação com profissionais de áreas diversas oportuniza novas formas de conhecimento e atuação. Dentre as ações desenvolvidas pela extensão durante as vigências, articulando os objetivos e os componentes envolvidos, está o acompanhamento do coletivo Bem Me Quero Empoderada Social.

A Bem Me Quero Empoderada Social é uma iniciativa de economia solidária que estabeleceu-se a partir de oficinas de pintura voltadas às mulheres, que aconteciam no CAPS. A partir da articulação entre usuárias e trabalhadoras, a ideia de um grupo que transformasse as pinturas em um produto, cuja venda representasse uma fonte de renda às

usuárias e uma forma de divulgá-las enquanto artistas, concretizou-se. Hoje, elas constituem um grupo independente que comercializa *ecobags* com estampas autorais e únicas, trazendo à cena da cidade de João Pessoa/PB a potencialidade da arte e geração de renda para movimentação política, cultural e social.

Em 2024, a extensão teve a oportunidade de participar da construção da exposição "Bem Me Quero: 'Arte que Cura'", na Fundação Casa José Américo. É sobre essa experiência que o presente relato pretende se debruçar, com o objetivo de demonstrar os efeitos que essa conquista alcançou tanto a respeito do alcance da Bem Me Quero, quanto para o enriquecimento da formação dos extensionistas.

Aspectos metodológicos da experiência

A exposição Bem Me Quero: Arte que Cura, realizada a partir do financiamento do Edital Lei Paulo Gustavo, aconteceu no espaço Fundação Casa José Américo localizado no bairro Cabo Branco, no período de agosto a setembro de 2024. Durante a vigência do edital, a Bem Me Quero propôs tanto realizar as oficinas de arte com as mulheres presentes no coletivo, quanto conceber essa exposição como finalização de toda experiência vivida neste período.

À vista disso, o projeto de extensão Janela Aberta esteve presente acompanhando todas as etapas desse processo, tendo como reflexo a produção de um espaço de resistência e fortalecimento da cultura a partir da criação pela via da pintura. As extensionistas acompanhavam as oficinas que aconteciam semanalmente no ateliê do coletivo, bem como colaboravam nos processos de autogestão do grupo, a exemplo das assembleias, produção de portfólios e construção da imagem do empreendimento.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

O coletivo Bem Me Quero apresenta, a partir da exposição, ao público, uma arte que transcende a simples representação estética, revelando um processo criativo imerso nas experiências vividas nas oficinas. Em sua essência, as obras desafiam a convencionalidade ao abraçar uma estética de arte livre e abstrata, na qual a combinação de cores e formas não se submete a normas ou estilos rígidos, mas explora a liberdade criativa de uma forma intuitiva e profunda. Um exemplo é uma tela que apresenta lágrimas coloridas,

representando uma dualidade nas noções de tristeza e alegria. Além disso, as cores vibrantes, dominantes nas telas, funcionam como um elemento que transborda o afeto, incorporando as relações e sentimentos compartilhados nas oficinas. Nesse sentido, as obras não são apenas objetos de contemplação, mas expressões genuínas de um processo coletivo, instigando o olhar do visitante a questionar e refletir sobre o papel da arte na construção de subjetividades e na materialização das vivências em coletivo.

Compartilhar as obras no espaço da exposição assume o papel de narrar a história do coletivo, indo além do discurso e se tornando um espaço de vivência e expressão. Mais do que contar uma trajetória, a exposição fortaleceu o sentimento de pertencimento das artistas, reafirmando sua autonomia e identidade dentro do grupo. Dessa forma, o trabalho artístico em conjunto se revelou como uma prática de cooperação e solidariedade, onde a economia solidária e o cooperativismo se sustentam na troca de afeto e experiências (Veronense, 2023). Esse processo mostrou que a arte não é apenas um meio de expressão individual, mas também uma ferramenta de fortalecimento coletivo e participação social.

É a partir da colaboração da extensão com a realização da exposição, que foi perceptível o protagonismo estudantil nesse processo. De modo que os extensionistas compuseram junto ao coletivo para auxiliar na efetivação do evento por meio de preceitos de cooperação. Assim, a assessoria partiu desde o auxílio nas assembleias para que fosse possível, em coletivo, que essas mulheres falassem sobre seu trabalho e a possibilidade de renda a partir da precificação de suas obras. Tais ações são preconizadas a partir da lógica de acompanhar o grupo nesse processo de autogestão, visando uma inserção na sociedade por meio de outro modelo de produção (Tapia; Probst, 2018). De tal forma que, nesse meandro, a vivência como extensionistas permitiu aprendizados em relação a composição do coletivo, percebendo seus impasses, sua comunicação e formas de decisão estabelecidas. Foi possível, assim, aprender com aquelas mulheres sobre suas vivências, como inventam a partir de sua singularidade e colaboram uma com as outras.

O aprendizado partiu, então, de uma reorientação do papel da universidade enquanto extensão. A participação das extensionistas, nesses momentos, não foi apenas um movimento de ensino ou seguindo a lógica de “passar” um saber para aquele coletivo. Mas há um desvio desse sentido, para que seja possível a comunicação e o contato de diferentes campos de conhecimento de forma transversal, sem hierarquia. O princípio da

transversalidade, preconizada na Política Nacional de Humanização (PNH), foi a direção adotada, de modo a facilitar o processo de produção de saúde naquele coletivo por meio de um espaço democrático de participação e pactuação das decisões (Brasil, 2010). Assim, o aprendizado é sempre coletivo, na qual a extensão, na lógica de incubação, pode compor com o grupo buscando a emancipação do mesmo.

O exercício da cidadania dos usuários dos serviços de saúde mental implica novos modelos de clínica, que envolvem a autonomia e protagonismo do sujeito na (re)construção dos seus territórios existenciais (Lima; Yasui, 2014), e interdisciplinaridade - a discussão acerca da loucura não deve estar restrita a área da psicologia somente (Guerra, 2008). No entanto, essas novas formas da clínica na saúde mental e a ocupação de espaços no cenário da arte e cultura popular, são recebidos com resistências. Estas podem ser demonstradas pelos avanços manicomiais em formas de tratamento e financiamento destinados a equipamentos voltados à lógica de contenção e institucionalização, como as comunidades terapêuticas (Cruz *et al*, 2020; Ramos; Boarini, 2015). Esse movimento de retrocesso desvaloriza os serviços substitutivos que compõem a RAPS como um todo, passando por cima dos princípios da atenção psicossocial do SUS (CRUZ *et al*, 2020); além disso, reduz as potencialidades dos usuários enquanto agentes de seu próprio cuidado e agentes também na participação política, social e cultural.

A existência de um dispositivo como a Bem Me Quero revela que os esforços da luta antimanicomial persistem, apesar dos desafios. Ademais, o aspecto da Economia Solidária do grupo também denuncia os desafios a serem contornados, pois enquanto maneira alternativa de inserção no mundo do trabalho e participação social e cultural na comunidade, a economia solidária, frente ao modos capitalistas, se desenvolve com dificuldades (Singer, 2005). Como suscitado por Singer (2005, p. 11), “A matriz comum de ambos [economia solidária e movimento antimanicomial] é uma sociedade que fabrica pobres e loucos de modo casual e inconsciente.”.

Considerações finais

A vivência da exposição e assessoria com a Bem Me Quero, desde o início do edital da Lei Paulo Gustavo até a abertura da exposição, provocou a reflexão sobre a construção do coletivo enquanto gerador de arte, cultura e economia para as artistas

acompanhadas. Esse processo evidenciou a importância da colaboração e do fortalecimento de redes, promovendo não apenas a valorização da produção artística, mas também o reconhecimento do papel da arte como ferramenta de transformação social.

A extensão popular, ao trabalhar com temas que atravessam a vida, como arte, geração de renda e, no nosso caso específico, a saúde mental, possibilita aos estudantes uma compreensão mais ampla do contexto social de sua comunidade. Essa abordagem fomenta um aprendizado crítico e sensível às realidades diversas, contribuindo para a formação de profissionais mais comprometidos com a coletividade e atentos às demandas sociais.

Dessa forma, o Janela Aberta, enquanto provedor de um espaço de partilha entre extensionistas e a Bem Me Quero, assume um papel essencial na construção de pontes entre a academia e a comunidade. Através do diálogo, da experimentação e da troca de saberes, busca não apenas alcançar a equidade, mas também construir caminhos que integrem arte, bem-estar e justiça social, compondo com a vida de maneira mais consciente e solidária.

Referências

ALMEIDA, N. C. de. Economia solidária e saúde mental. *In*: ALMEIDA, N. C. de. **Dá para fazer!: Guia Prático de Economia Solidária e Saúde Mental**. 1. ed. [*S. l.*]: WalPrint Gráfica e Editora e Bel Coronel Design e Comunicação, 2017. cap. 2, p. 8-19.

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 23, p. 2067-2074, 2018. DOI 10.1590/1413-81232018236.07082018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/tDnNtj6kYPQyvtXt4JfLvDF/abstract/?lang=pt.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 336/GM**. Brasília, 2002. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Portaria%20GM%20336-2002.pdf .

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho.** Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS.** 4. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

CRUZ, N. F. DE O.; GONÇALVES, R. W.; DELGADO, P. G. G. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Trabalho, Educação e Saúde**, [*s. l.*], v. 18, ed. 3, . DOI 10.1590/1981-7746-sol00285. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/j6rLVysBzMQYyFxZ6hgQqBH/?format=pdf&lang=pt.

GUERRA, A. M. C. Oficinas em saúde mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática. *In*: COSTA, C. M; FIGUEIREDO, A. F. (org.). **Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania**. [*S. l.*]: Contra Capa, 2008. p. 23-58.

LIMA, E. M. F. de A.; YASUI, S. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde Debate**, [*s. l.*], v. 38, p. 593-606, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/QbbzS8wB6xFWrmKHPKCNRMb/abstract/?lang=pt#.

VERONENSE, M. V. Economia solidária e produção de arte/cultura como potência de promoção de saúde mental. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, v. 13, n. 3, p. 99-115, 2023.

TAPIA, L. L.; PROBST, C. G. Ações de assessoria para romper o assistencialismo em empreendimentos de economia solidária, caracterizados pela autogestão. **Salão do Conhecimento**, *[S. l.]*, v. 4, n. 4, 2018. Disponível em: https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/9695.

Relato de experiência

DIÁLOGO ENTRE COMUNIDADE E UNIVERSIDADE NO DELINEAMENTO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO POPULAR

Maria Beatriz Guimarães[1]
Micilane Pereira de Araújo[2]
Adriana Falangola Benjamin Bezerra[3]
Roberta de Moraes Rocha[4]

Palavras-chave: Vigilância em saúde. Participação social. Populações vulneráveis. Saúde coletiva.

Introdução

Em 2019, a Área Acadêmica de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) deu início a um projeto de extensão e pesquisa no âmbito da participação social e da educação popular em saúde, com o objetivo de criar espaços de participação social, por meio de fóruns de ouvidoria coletiva, promovendo a interação entre as lideranças comunitárias, as redes sociais de apoio à saúde, diferentes setores da máquina pública e a comunidade acadêmica. O projeto "Ouvidoria Coletiva na Atenção Básica: uma experiência em Roda de Fogo, Recife, PE" – motivado, principalmente, por estudantes da UFPE, moradores desta comunidade - findou suas atividades em 2021, deixando percursos ainda em aberto, o que nos suscitou a necessidade de criar possibilidades no campo da pesquisa e extensão no sentido de retomar esta iniciativa e aprofundar a compreensão dos desafios colocados pela comunidade à época, interrompidos pelo tempo de duração da pesquisa.

[1] Doutora em Saúde Coletiva – IMS/UERJ, Cientista Social, Professora Associada da Área Acadêmica e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro de Ciências Médicas/UFPE. beatriz.guimaraes@ufpe.br.
[2] Mestre em Educação- UFPE, Licenciatura em Letras, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura – UFAL. lane.araujo@fale.ufal.br.
[3] Doutora em Nutrição em Saúde Pública, Nutricionista. Professora Titular no Centro de Ciências Médicas/UFPE. adriana.bbezerra@ufpe.br
[4] Doutora em Ciências Econômicas - PIMES. Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco-CAA, Núcleo de Gestão. roberta.mrocha@ufpe.br

Com base nos relatórios gerados neste primeiro projeto, foi possível identificar três questões que se sobressaíram nos encontros promovidos pelos fóruns: descarte e coleta do lixo, violência e uso de drogas, desemprego e insegurança alimentar (Guimarães, Araújo, 2023). Segundo a observação das autoras, as precárias condições de saneamento básico, o descarte inadequado de lixo e seu ineficiente sistema de coleta levavam a comunidade a conviver com ratos, baratas e mosquitos, potenciais causadores de inúmeras doenças. A violência e o uso de drogas na comunidade poderiam ser percebidos durante o dia e à noite nos espaços públicos, inclusive nas imediações das escolas, fato que provocava um sentido de preocupação e insegurança dos moradores, principalmente dos pais em relação à formação das suas crianças e adolescentes, além de impedir a população de frequentar os poucos equipamentos públicos disponíveis na comunidade. Por fim, a questão do desemprego também se configurou como um dos fatores relevantes para o surgimento da depressão e da ansiedade, pontos levantados, principalmente, pelos participantes da assistência social e da saúde coletiva.

Assim, diante do aproveitamento e engajamento da comunidade na primeira experiência do projeto, mesmo diante de um período de crise na saúde em decorrência da pandemia da COVID-19, no ano de 2024, foi planejado um segundo projeto para a comunidade pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (CCM/Recife) que se uniu em parceria com os PPGs em Gestão e Economia da Saúde (CCSA/Recife), Direitos Humanos (CAC/Recife) e Economia (CAA/Caruaru). Portanto, o Projeto de Extensão e Pesquisa, intitulado “Vigilância em saúde em territórios vulnerabilizados” é o objeto deste relato de experiência, o qual será desenvolvido até o ano de 2027. Participam do projeto alunos de pós-graduação, de graduação e professores dos diferentes programas. Tal projeto foi aprovado pelo edital n. 16/2023 da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG) da UFPE no âmbito do Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (PROEXT-PG), Portaria Conjunta CAPES/SESU Nº 1, de 8 de novembro de 2023.

Desta vez, procuramos nos orientar com o propósito de promover ações de vigilância em saúde que visem à redução das desigualdades neste território em particular, centrando nossas ações na compreensão, de forma integrada, dos seus problemas, para ampliar a atuação das redes de apoio e estender as capacidades de criar coletivamente alternativas de

maior bem-estar da população. Dessa forma, trabalhar com a parceria dos programas de pós-graduação elencados acima poderá nos fornecer dados e alternativas para debater temas como meio ambiente, direitos humanos, saúde e economia, dando sequência àquelas questões colocadas ainda no primeiro projeto.

A este respeito, é importante destacar o caráter transversal do projeto, que se reflete tanto na diversidade das formações de sua equipe quanto nos objetivos e na metodologia adotada, os quais enfatizam a participação popular na construção e avaliação do projeto. Além disso, vale ressaltar seu significativo impacto educacional, ao integrar extensão e pesquisa, o que certamente repercutirá no ensino-aprendizagem dos envolvidos.

A proposta fundamenta-se na vigilância popular em saúde, a partir da sociedade civil, que se caracteriza pelo protagonismo popular em defesa da vida, produção de dados de forma participativa, com boa articulação entre a academia e o SUS (Carneiro et al., 2024).

Tanto quanto o trabalho iniciado em 2019, este novo projeto pretende mobilizar respostas às questões colocadas durante o seu percurso, e, por meio de atividades educativas e de participação democrática, se apresentar como mais um esforço de resistência para enfrentar as atuais condições político-sociais de desvalorização e de desmonte das instituições democráticas, cujas iniciativas levam, sobretudo, ao desrespeito às diferenças, à desmobilização política e às práticas negacionistas. As universidades, sobretudo as públicas, têm uma importante tarefa a desempenhar nesse aspecto, em que os projetos de extensão e pesquisa se apresentam como um dos lugares adequados de interlocução entre a academia e a sociedade.

Aspectos metodológicos da experiência

O projeto está baseado na metodologia da pesquisa-ação (Thiollent, 2018) com o aporte teórico-conceitual da educação popular em saúde (Freire, 1987) e da extensão popular. Assim, o pressuposto metodológico adotado busca abrir espaços de fala e negociação da comunidade envolvida, para dirimir ações que facilitem o acesso às políticas de saúde e bem-estar da população, como também promover ações educativas visando à melhor relação da comunidade com o meio ambiente, com a educação em saúde, direitos humanos, economia e a educação para o trabalho. Nesse sentido, baseando-se em Freire

(1987), destacamos a importância da valorização da autonomia dos agentes envolvidos nas ações do projeto, a partir do qual o sujeito é visto como um transformador da sua realidade.

Este trabalho, que iniciou em março de 2024, com reuniões da equipe de professores e na divulgação entre os graduandos e pós-graduandos, teve como pauta inicial o planejamento em torno de objetivos, metas, atividades, responsabilidades e os resultados que projetávamos alcançar. Em seguida, para que pudéssemos envolver a comunidade em torno dos preceitos da Educação Popular, oferecemos uma oficina de "Educação Popular em Saúde", realizada numa escola municipal da região, que contou com a participação dos docentes e discentes, lideranças comunitárias, ONGs, profissionais de saúde, educação e assistência social que atuam na comunidade de Roda de Fogo. Como resultado da Oficina houve um consenso de que deveríamos ouvir os membros da comunidade numa roda de diálogo para entender suas demandas e implementar ações que refletissem as reais necessidades da comunidade.

A reunião com as lideranças comunitárias aconteceu em seguida numa escola local. Nela, foi nos sugerido que, se queríamos atingir a comunidade, a melhor forma seria realizar um trabalho nas escolas, pois abrange crianças, adolescentes, jovens, pais, professores e funcionários. O caminho estava traçado: realizar atividades de educação não-formal (Libâneo, 1992) em saúde, meio ambiente, direitos humanos e economia nas escolas, sendo esse um dos objetivos específicos previstos no projeto. Após reunião com as diretoras de escolas da região, ficou decidido que as atividades iriam se concentrar na Escola Profa. Fontainha de Abreu, com alunos do 6º ao 9º ano (média de 11 a 14 anos), por entender que esse espaço agrega, um bom contingente de alunos, além da equipe pedagógica, os pais/responsáveis e outros funcionários da escola, também moradores do local.

Diversas reuniões com a equipe do projeto têm sido realizadas ao longo desse período, abril/2024 - março/2025. A concepção das atividades na escola tem sido debatida entre todos, mas com um importante protagonismo dos alunos extensionistas na criação e elaboração das atividades. Até o momento, realizamos uma oficina com o intuito de compreender como os alunos de uma turma do 9° ano da escola veem o seu próprio território, o caminho que percorrem entre suas casas e a escola, e o que o território oferece a eles. A dinâmica dessa atividade foi desenvolvida de forma lúdica, através do desenho, em que cada

um teve um momento de reflexão e livre expressão para ressaltar espontaneamente a sua visão do território do qual faz parte. Após esse momento, os alunos foram convidados a falarem sobre o que produziram sem qualquer censura, e por meio dessa socialização pontuaram os aspectos positivos e negativos no seu território, além do que eles poderiam fazer para mudar/transformar o ambiente em que vivem.

Conforme o planejamento, o projeto desenvolverá oficinas mensais abordando as temáticas sugeridas pela comunidade. Todo trabalho está sendo registrado em ata, fotografias, gravações de áudio e posteriormente, será divulgado nos meios científicos.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

Por ser um movimento que parte da universidade para a sociedade, a pesquisa e a extensão universitárias se configuram como importantes instrumentos educativos para estudantes e professores, na medida em que estes são colocados frente a uma realidade concreta da vida cotidiana, e, ainda, elas fortalecem a autonomia política dos setores da população excluídos de direitos e luta contra o tradicional assistencialismo (Guimarães, Araújo, 2023). Alinhada com os pressupostos teóricos da Educação Popular, pensamos que a universidade passa a ser "compreendida como um campo estratégico vital para a construção de cidadania" (Melo Neto, 2017, p. 163) e o fortalecimento das forças democráticas. Dessa forma, ambas, pesquisa e extensão, são potencialmente capazes de incrementar o nível de ação política, fundamental para a construção de sujeitos críticos e pensantes (Pontual, 2016), sobretudo no contexto atual, em que avançam as forças conservadoras no mundo e no Brasil, ameaçando as instituições públicas, entre elas, as universidades.

Ao colocarmos professores e estudantes universitários, de graduação e pós-graduação, em contato com alunos de escola pública reforçamos para esses alunos o importante papel da educação na formação de sujeitos ativos e reflexivos, com potencial para implementar ações que visam transformações sociais em prol de melhor bem-estar e redução das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, esse mesmo movimento provoca nos estudantes universitários vivências pedagógicas humanísticas que os colocam em contato

com sujeitos que vivenciam realidades bem diferentes das que são usualmente encontradas no universo acadêmico.

As atividades de educação não-formal, baseadas na educação popular freiriana, que estão sendo implementadas pelo projeto nas escolas têm a importante contribuição de permitir que as vozes das camadas mais empobrecidas da sociedade sejam ouvidas. Pois sabemos, como apontaram Guimarães e Araújo (2023), que há uma necessidade de fortalecer essas vozes, que estão invisibilizadas na sociedade, com o intuito de seguirem e se firmarem com autonomia, ressoando por todos os espaços de poder. Assim, a extensão popular em saúde tem:

> [...] nas contribuições de Paulo Freire e na concepção latino-americana de educação popular, os fundamentos orientadores de suas práticas. Muitas dessas iniciativas extensionistas têm se vinculado conceitualmente à proposta designada de "extensão popular", que não se caracteriza como uma "identidade", mas que se coloca como uma abordagem crítica perante os modelos dominantes de extensão, na qualidade de movimento contra-hegemônico (Cruz e Vasconcelos, 2017, apud Araújo e Cruz, 2022, p. 4).

Apesar das potencialidades que a experiência em foco possui, os desafios são muitos, devido, especialmente, à cultura de subvalorização que a sociedade como um todo e as próprias classes populares empreendem a si mesmas, no sentido de desacreditarem do potencial dos sujeitos para o alcance de uma vida próspera calcada na educação, na autonomia e na participação política e social.

Considerações finais

A experiência que ora relatamos ainda está em curso. Optamos por trilhar um percurso inicial com reuniões junto às lideranças comunitárias e profissionais que atuam na região para identificarmos qual o melhor caminho a seguir, no sentido de alcançarmos o nosso objetivo. Portanto, o caminho percorrido pelo projeto foi sendo traçado a partir das sugestões dos integrantes da própria comunidade, até chegarmos à proposta de trabalhar nas escolas. As oficinas nas escolas estão apenas começando e ainda há um longo percurso a trilhar, com desafios que serão colocados a cada passo que formos avançando. A proposta de promovermos ações de vigilância popular em saúde no território terá continuidade por

meio da percepção de diferentes atores sociais, sendo eles, além dos alunos e da equipe pedagógica, os pais/responsáveis e outros funcionários da escola, também moradores do local. Por fim, consideramos fundamental todo esse trajeto percorrido até agora, pois envolveu de forma efetiva a comunidade, os alunos extensionistas e os professores.

São essas ideias e perspectivas em mente que orientam o nosso trabalho, uma vez que é um dos importantes papéis da universidade, especialmente as públicas, contribuir para o desenvolvimento da dimensão existencial dos sujeitos, por meio da realização de ações humanísticas que têm o potencial de implementar algum tipo de transformação social.

Referências

ARAÚJO, R.S.de; CRUZ, P.J.S.C. Reflexões epistemológicas sobre a extensão universitária: contribuições ao diálogo de saberes. **Linhas Críticas**, v. 28, e36816, 2022.

CARNEIRO, F.F.; DIÓGENES, S.S.; XAVIER, A.M.; ARAÚJO, R.F.; CAVALCANTE, A.S.M.; TEIXEIRA, A.C.A. Vigilância popular em saúde: luta emancipatória pela vida ante o agronegócio na Chapada do Apodi-CE. **Saúde Debate** | Rio de Janeiro, v. 48, n. Especial 1, e8715, Ago 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1987.

GUIMARÃES, M.B.; ARAÚJO, M.P.de. Participação social e educação popular em saúde: espaços possíveis de diálogo na forma de uma ouvidoria coletiva. **Interface** (Botucatu). v. 27, e230197, 2023.

LIBÂNEO, J.C. Os significados da educação, modalidades de prática educativa e a organização do sistema educacional. **Revista Inter-Ação**, v. 16, n. 1/2, p. 67-90, 1992.

MELO NETO, J.F. Extensão Universitária: bases ontológicas. *In*: PRADO, E.V., VASCONCELOS, E.M., TÓFOLI, A.M.M.A., CARNEIRO, D.G.B., CRUZ, P.J.S.C., SARMENTO, D.S. *et al.* (Orgs.). **Caderno de extensão popular**: textos de referência para a extensão universitária. Projeto VEPOP-SUS Vivências de extensão em Educação Popular e saúde no SUS. João Pessoa: Editora do CCTA; 2017. p. 153-74.

PONTUAL P.C. Educação popular e participação social: construindo uma visão emancipatória de educação ao longo da vida. **Cocar**, v.10, n. 20, p.9-26, 2016.

THIOLLENT, M**. Metodologia da Pesquisa-ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MOBILIZAR, RESISTIR E AFETAR: PRÁXIS JURÍDICO-POLÍTICA DO GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO LOUCURA E CIDADANIA NA PARAÍBA

Clara Lacerda Chaves[1]
Beatriz Sousa Albuquerque[2]
Emanuela Braga Costa Santos[3]
Fábio Venancio de Souza Santos Filho[4]
Ludmila Cerqueira Correia[5]
Maria Mikelly Lucena Freires[6]

Palavras-chave: Luta Antimanicomial. Assessoria Jurídica Popular. Extensão Universitária.

Introdução

O presente resumo concerne às ações do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania (LouCid), vinculado ao Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (DCJ/UFPB), realizadas entre fevereiro de 2024 e fevereiro de 2025. O grupo atua desde 2012, em conformidade com os princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira (RPb) e da Luta Antimanicomial questionando o instituto da medida de segurança e o funcionamento dos serviços de saúde mental asilares, reprodutores e fomentadores de práticas de encarceramento.

O grupo visa promover, por meio de uma abordagem interdisciplinar, a educação jurídica popular focada na transformação da lógica manicomial no cuidado em saúde mental, além de fortalecer os mecanismos de garantia de direitos das pessoas com deficiência psicossocial na Paraíba.

[1]Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Extensionista bolsista do LouCid/UFPB. clara.chaves@academico.ufpb.br
[2] Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ex-extensionista bolsista do LouCid/UFPB. beatrizalbuuquerque@gmail.com
[3] Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Extensionista voluntária do LouCid/UFPB. manubragc@gmail.com.
[4] Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Extensionista voluntário e Pesquisador-CNPQ do LouCid/UFPB. fabio.venancio@academico.ufpb.
[5] Docente do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (DCJ/UFPB), coordenadora do LouCid/UFPB desde 2012. ludmila.correia@academico.ufpb.br.
[6] Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Extensionista voluntária do LouCid/UFPB. mmlf@academico.ufpb.br

atuação deste grupo destinou-se à orientação sobre direitos através de atividades de formação interdisciplinar em direitos humanos e saúde mental. Teve como objetivos o fortalecimento da RPb, a promoção do diálogo e da articulação entre os agentes envolvidos na atenção psicossocial, e, sobretudo, a construção de um conhecimento jurídico destituído da estrutura formalista e inacessível da tradição jurídica.

Entre as ações realizadas, a mobilização jurídico-política do grupo concentrou-se, principalmente, em: i) praticar a Assessoria Jurídica Popular (AJP) em parceria com o Coletivo Antimanicomial em defesa da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de João Pessoa-PB (Coletivo); ii) integrar os extensionistas em atividades da sociedade civil organizada, reivindicando os direitos das pessoas com deficiência psicossocial no contexto das disputas políticas da capital pessoense e em âmbito nacional; e iii) participar das atividades coletivas sobre a proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, especialmente em uma audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Diante do exposto, este relato tem como objetivo abordar criticamente as tensões inerentes às disputas jurídicas, políticas e culturais entre o modelo manicomial e o paradigma social dos serviços de cuidado em liberdade. Também se busca refletir sobre como uma ação de extensão popular universitária contribuiu, a partir da práxis antimanicomial, no contexto da desinstitucionalização das pessoas encarceradas no manicômio judiciário da Paraíba.

Portanto, a atuação do grupo procede como ferramenta para a consolidação de um espaço acadêmico legítimo e institucionalizado capaz de discutir a dimensão jurídico-política da RPb, bem como busca a garantia material dos direitos humanos formalmente previstos para as pessoas com transtornos mentais (Correia; Lima; Alves, 2007).

Aspectos metodológicos da experiência

As ferramentas metodológicas utilizadas na extensão estão intrinsecamente correlacionadas às percepções cognoscíveis e subjetivas dos extensionistas durante as ações exercidas no curso temporal delimitado, levando em consideração a metodologia participativa e a educação popular adotadas pelo LouCid.

Em 2023, com a articulação de entidades apoiadoras da RPb, como o Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região; o Movimento dos Usuários, Familiares e Amigos da RAPS; a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras e Pesquisadoras(es), entre outras, foi formado um coletivo antimanicomial. Nesse contexto, o LouCid se posiciona como uma ferramenta de mobilização jurídico-política por meio da prática da AJP.

Dessa forma, o grupo conseguiu seguir facilitando a comunicação entre usuários, familiares, trabalhadores, residentes em saúde mental, discentes e docentes dos cursos de graduação em Direito, Serviço Social, Psicologia, Terapia Ocupacional e áreas correlatas. Isso foi possível ao utilizar as ferramentas da escuta ativa, da educação popular universitária e o Direito Achado na Rua (Sousa Júnior; Lyra Filho, 1987), contribuindo para a manutenção e reintegração das entidades membros do Coletivo.

Desde maio de 2023, a política de saúde mental em João Pessoa tem enfrentado uma série de desmontes, evidenciados pelas perseguições a trabalhadores, usuários e familiares dos serviços, além das condições precárias e superlotação nesses espaços.

Os limites impostos pela prefeitura aos espaços de cuidado em saúde mental, marcados pela negligência, estigmatização e violências institucionais, orientaram a escolha metodológica do projeto, que se concentra estrategicamente nas disputas políticas, sociais e jurídicas para garantir a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência psicossocial e o fortalecimento da RAPS em João Pessoa. Ou seja, apesar da impossibilidade de atuar fisicamente nesses locais, surgiu a urgência de encontrar outras formas de presença nos serviços, além dos seus muros.

Assim, a metodologia participativa adotada nas atividades desempenhadas durante o período de fevereiro de 2024 a fevereiro de 2025 é decisiva no processo de fomento ao pensamento crítico, tanto entre os membros do grupo quanto nos coletivos que apoiamos. Nesse sentido, o processo coletivo de troca de conhecimentos torna-se fundamental para estimular a reivindicação de direitos no elo mais vulnerável.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A experiência *loucidiana* na prática da extensão popular universitária revela que a teia de conhecimentos elaborada por meio da interdisciplinaridade, a conexão com os demais pilares (ensino e pesquisa) e o afeto coletivo gerado pela interação entre extensionistas e comunidade são elementos essenciais para o reconhecimento das

potencialidades e desafios ao longo da trajetória do grupo, além de proporcionar uma reflexão sobre os aprendizados adquiridos no recorte de atuação aqui apresentado.

A AJP é desempenhada pelo LouCid em prol das pautas da política antimanicomial, a partir das discussões suscitadas no Coletivo. Nos últimos anos, as denúncias de violações de direitos humanos dentro dos serviços, oriundas dos(as) usuários(as) e seus familiares, afloraram debates acerca do desmonte, arquitetado pela gestão municipal, das políticas de saúde mental na capital, que resulta, por consequência, na má qualidade dos serviços, estruturas precárias e superlotação nos serviços, como também em perseguições a trabalhadores, usuários e familiares.

O espaço de atuação do LouCid encontra certos percalços, haja vista a temática sensível e as barreiras implementadas pela gestão municipal pessoense, que impede o exercício de atividades do projeto em alguns serviços da RAPS, como por exemplo, nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Em razão disso, a mobilização jurídico-política do LouCid se faz presente nos momentos de denúncias e cobrança aos órgãos competentes, como: a Secretaria Municipal de Saúde (SMS/JP), a Secretaria de Estado de Saúde (SES/PB), a Câmara de Vereadores e a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB). O objetivo é assegurar condições mínimas para a oferta do serviço à população, ao mesmo tempo em que tornamos pública a precarização da RAPS em João Pessoa, por meio de divulgações nas redes sociais.

A extensão popular universitária consiste na educação como ferramenta para a discussão da realidade social, sendo o resultado da junção entre o conhecimento prático e o fortalecimento do movimento que busca derrubar a barreira que separa a comunidade do saber tecnicista (Melo Neto, 2014).

A integração dos extensionistas aos atos da sociedade civil, atuando em defesa dos direitos das pessoas com deficiência psicossocial nos contextos das disputas políticas de João Pessoa, torna ainda mais tangível o trabalho realizado pelo grupo ao longo dos seus 12 anos de atuação.

Diante da precarização dos serviços de saúde mental identificada pelo grupo e seus/suas parceiros(as)/colaboradores(as), durante o último processo eleitoral de 2024, o LouCid elaborou e publicou uma nota dirigida aos candidatos a prefeito e a vice-prefeito de João Pessoa. A nota, fundamentada nas normativas regulamentadoras da RAPS,

destacava as inconsistências entre o que é previsto pela legislação e a realidade dos serviços, além de buscar dialogar e cobrar do governo eleito uma postura sobre a administração dos serviços de saúde mental do município.

Fora do âmbito municipal, vê-se um movimento legislativo no Brasil que busca reacender ideias manicomiais ultrapassadas, como é o caso do conjunto de projetos de lei (PL's) recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados e atualmente em trâmite no Senado Federal. Esses PL's pretendem modificar a Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216/2001), subvertendo os princípios basilares que sustentam essa normativa.

Vale mencionar que a Lei da Reforma Psiquiátrica foi construída a partir de intensos debates sociais, políticos e acadêmicos, com o objetivo de romper com um modelo de exclusão e opressão. Em um contexto no qual o Brasil foi condenado internacionalmente pela morte de Damião Ximenes em uma clínica psiquiátrica, a lei foi criada para reformular a lógica de tratamento das pessoas com deficiência no país. Assim, o Brasil teve que assumir compromissos tanto com a promoção quanto com a proteção dos direitos desse grupo socialmente vulnerabilizado.

A luta antimanicomial precisa ser constante nos espaços que fomentam práticas de encarceramento. Mesmo diante dos desafios, a resistência desse movimento tem o poder de alcançar conquistas tanto dentro quanto fora do território nacional.

Considerações finais

As experiências de extensão a partir das atividades do LouCid ultrapassam a vivência na universidade pública e, por meio do processo de compartilhamento e troca de saberes com usuários, familiares e trabalhadores, viabilizam uma formação crítica e compromissada com o objetivo político dos discentes e docentes que compõem o grupo.

Se por um lado a gestão municipal de saúde de João Pessoa cria obstáculos para a efetivação da emancipação dos usuários da RAPS, impedindo ações de formação política dentro das dependências dos serviços, por outro lado, o LouCid tem utilizado a educação popular, voltada à garantia de direitos humanos, e atuando conforme os princípios do paradigma do Direito Achado na Rua (Sousa Júnior; Lyra Filho, 1987). Dessa forma, o grupo busca mobilizar e fomentar a possibilidade de transformação social por meio de articulações externas aos muros dos serviços.

Além disso, as mobilizações promovidas pelo LouCid revelam a força motriz das organizações sociais na reconstrução dos paradigmas do cuidado em saúde mental. A mudança na maneira de compreender a loucura amplia o senso crítico em relação às práticas punitivas contra pessoas com deficiência psicossocial em conflito com a lei, sendo especialmente necessária na transição da ideologia manicomial para uma abordagem de assistência social que não envolva instituições prisionais (Davis, 2018, p. 37).

Uma vez imersos na prática da educação popular é possível propiciar, por meio do diálogo e reflexões, as bases para a reconstrução de um sistema notadamente manicomial. Como afirma Freire (2023), "Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará". Assim, discutir as práticas asilares, a perseguição dentro das instituições estatais e as tentativas de desmonte promovidas pelo poder público serve como ferramenta para combater a lógica manicomial.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer a importância das ações desenvolvidas pelo LouCid, pois a prática da educação popular e a mobilização social são essenciais para a efetivação do cuidado em liberdade. Além disso, essas ações buscam garantir que as instituições sociais, jurídicas e políticas não se baseiem em conceitos teórico-científicos asilares ultrapassados, que sustentam a manicomialização da loucura e dificultam o fortalecimento do cuidado em saúde mental fora das instituições.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em 14 mar. 2025

CORREIA, Ludmila Cerqueira. LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira; ALVES, Vânia Sampaio. **Direito das pessoas com transtorno mental autoras de delito.** Rio de Janeiro, SCIELO: 2007.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Brasil: Derechos de las personas privadas de libertad con discapacidades psicosociales**. YouTube, 06 de março de 2025. 1h38min18s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0ZPEpbl8Fgw. Acesso em: 13 mar. 2025.

DAVIS, Angela. **A Liberdade é uma Luta Constante.** São Paulo: Boitempo, 2018.

CORREIA, Ludmila Cerqueira. **Educação jurídica popular e extensão universitária: reflexões a partir da perspectiva descolonial**. In: SANT'ANA E SILVA JUNIOR, Nelson Gomes de; TANNUSS, Rebecka Wanderley (Org.). **Educação de jovens e adultos privados de liberdade: ensaios interdisciplinares**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019, p. 144-164.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Popular.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; LYRA FILHO, Roberto. **O Direito Achado na Rua: Concepção e Prática**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 85. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

MOBILIZAR, RESISTIR E AFETAR: PRÁXIS JURÍDICO-POLÍTICA DO GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO LOUCURA E CIDADANIA NA PARAÍBA

Clara Lacerda Chaves[1]
Beatriz Sousa Albuquerque[2]
Emanuela Braga Costa Santos[3]
Fábio Venancio de Souza Santos Filho[4]
Ludmila Cerqueira Correia[5]
Maria Mikelly Lucena Freires[6]

Palavras-chave: Luta Antimanicomial. Assessoria Jurídica Popular. Extensão Universitária.

Introdução

O presente resumo concerne às ações do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania (LouCid), vinculado ao Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (DCJ/UFPB), realizadas entre fevereiro de 2024 e fevereiro de 2025. O grupo atua desde 2012, em conformidade com os princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira (RPb) e da Luta Antimanicomial questionando o instituto da medida de segurança e o funcionamento dos serviços de saúde mental asilares, reprodutores e fomentadores de práticas de encarceramento.

O grupo visa promover, por meio de uma abordagem interdisciplinar, a educação jurídica popular focada na transformação da lógica manicomial no cuidado em saúde mental, além de fortalecer os mecanismos de garantia de direitos das pessoas com deficiência psicossocial na Paraíba.

[1]Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Extensionista bolsista do LouCid/UFPB. clara.chaves@academico.ufpb.br
[2] Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ex-extensionista bolsista do LouCid/UFPB. beatrizalbuuquerque@gmail.com
[3] Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Extensionista voluntária do LouCid/UFPB. manubragc@gmail.com.
[4] Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Extensionista voluntário e Pesquisador-CNPQ do LouCid/UFPB. fabio.venancio@academico.ufpb.
[5] Docente do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (DCJ/UFPB), coordenadora do LouCid/UFPB desde 2012. ludmila.correia@academico.ufpb.br.
[6] Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Extensionista voluntária do LouCid/UFPB. mmlf@academico.ufpb.br

atuação deste grupo destinou-se à orientação sobre direitos através de atividades de formação interdisciplinar em direitos humanos e saúde mental. Teve como objetivos o fortalecimento da RPb, a promoção do diálogo e da articulação entre os agentes envolvidos na atenção psicossocial, e, sobretudo, a construção de um conhecimento jurídico destituído da estrutura formalista e inacessível da tradição jurídica.

Entre as ações realizadas, a mobilização jurídico-política do grupo concentrou-se, principalmente, em: i) praticar a Assessoria Jurídica Popular (AJP) em parceria com o Coletivo Antimanicomial em defesa da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de João Pessoa-PB (Coletivo); ii) integrar os extensionistas em atividades da sociedade civil organizada, reivindicando os direitos das pessoas com deficiência psicossocial no contexto das disputas políticas da capital pessoense e em âmbito nacional; e iii) participar das atividades coletivas sobre a proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, especialmente em uma audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Diante do exposto, este relato tem como objetivo abordar criticamente as tensões inerentes às disputas jurídicas, políticas e culturais entre o modelo manicomial e o paradigma social dos serviços de cuidado em liberdade. Também se busca refletir sobre como uma ação de extensão popular universitária contribuiu, a partir da práxis antimanicomial, no contexto da desinstitucionalização das pessoas encarceradas no manicômio judiciário da Paraíba.

Portanto, a atuação do grupo procede como ferramenta para a consolidação de um espaço acadêmico legítimo e institucionalizado capaz de discutir a dimensão jurídico-política da RPb, bem como busca a garantia material dos direitos humanos formalmente previstos para as pessoas com transtornos mentais (Correia; Lima; Alves, 2007).

Aspectos metodológicos da experiência

As ferramentas metodológicas utilizadas na extensão estão intrinsecamente correlacionadas às percepções cognoscíveis e subjetivas dos extensionistas durante as ações exercidas no curso temporal delimitado, levando em consideração a metodologia participativa e a educação popular adotadas pelo LouCid.

Em 2023, com a articulação de entidades apoiadoras da RPb, como o Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região; o Movimento dos Usuários, Familiares e Amigos da RAPS; a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras e Pesquisadoras(es), entre outras, foi formado um coletivo antimanicomial. Nesse contexto, o LouCid se posiciona como uma ferramenta de mobilização jurídico-política por meio da prática da AJP.

Dessa forma, o grupo conseguiu seguir facilitando a comunicação entre usuários, familiares, trabalhadores, residentes em saúde mental, discentes e docentes dos cursos de graduação em Direito, Serviço Social, Psicologia, Terapia Ocupacional e áreas correlatas. Isso foi possível ao utilizar as ferramentas da escuta ativa, da educação popular universitária e o Direito Achado na Rua (Sousa Júnior; Lyra Filho, 1987), contribuindo para a manutenção e reintegração das entidades membros do Coletivo.

Desde maio de 2023, a política de saúde mental em João Pessoa tem enfrentado uma série de desmontes, evidenciados pelas perseguições a trabalhadores, usuários e familiares dos serviços, além das condições precárias e superlotação nesses espaços.

Os limites impostos pela prefeitura aos espaços de cuidado em saúde mental, marcados pela negligência, estigmatização e violências institucionais, orientaram a escolha metodológica do projeto, que se concentra estrategicamente nas disputas políticas, sociais e jurídicas para garantir a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência psicossocial e o fortalecimento da RAPS em João Pessoa. Ou seja, apesar da impossibilidade de atuar fisicamente nesses locais, surgiu a urgência de encontrar outras formas de presença nos serviços, além dos seus muros.

Assim, a metodologia participativa adotada nas atividades desempenhadas durante o período de fevereiro de 2024 a fevereiro de 2025 é decisiva no processo de fomento ao pensamento crítico, tanto entre os membros do grupo quanto nos coletivos que apoiamos. Nesse sentido, o processo coletivo de troca de conhecimentos torna-se fundamental para estimular a reivindicação de direitos no elo mais vulnerável.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A experiência *loucidiana* na prática da extensão popular universitária revela que a teia de conhecimentos elaborada por meio da interdisciplinaridade, a conexão com os demais pilares (ensino e pesquisa) e o afeto coletivo gerado pela interação entre extensionistas e comunidade são elementos essenciais para o reconhecimento das

potencialidades e desafios ao longo da trajetória do grupo, além de proporcionar uma reflexão sobre os aprendizados adquiridos no recorte de atuação aqui apresentado.

A AJP é desempenhada pelo LouCid em prol das pautas da política antimanicomial, a partir das discussões suscitadas no Coletivo. Nos últimos anos, as denúncias de violações de direitos humanos dentro dos serviços, oriundas dos(as) usuários(as) e seus familiares, afloraram debates acerca do desmonte, arquitetado pela gestão municipal, das políticas de saúde mental na capital, que resulta, por consequência, na má qualidade dos serviços, estruturas precárias e superlotação nos serviços, como também em perseguições a trabalhadores, usuários e familiares.

O espaço de atuação do LouCid encontra certos percalços, haja vista a temática sensível e as barreiras implementadas pela gestão municipal pessoense, que impede o exercício de atividades do projeto em alguns serviços da RAPS, como por exemplo, nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Em razão disso, a mobilização jurídico-política do LouCid se faz presente nos momentos de denúncias e cobrança aos órgãos competentes, como: a Secretaria Municipal de Saúde (SMS/JP), a Secretaria de Estado de Saúde (SES/PB), a Câmara de Vereadores e a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB). O objetivo é assegurar condições mínimas para a oferta do serviço à população, ao mesmo tempo em que tornamos pública a precarização da RAPS em João Pessoa, por meio de divulgações nas redes sociais.

A extensão popular universitária consiste na educação como ferramenta para a discussão da realidade social, sendo o resultado da junção entre o conhecimento prático e o fortalecimento do movimento que busca derrubar a barreira que separa a comunidade do saber tecnicista (Melo Neto, 2014).

A integração dos extensionistas aos atos da sociedade civil, atuando em defesa dos direitos das pessoas com deficiência psicossocial nos contextos das disputas políticas de João Pessoa, torna ainda mais tangível o trabalho realizado pelo grupo ao longo dos seus 12 anos de atuação.

Diante da precarização dos serviços de saúde mental identificada pelo grupo e seus/suas parceiros(as)/colaboradores(as), durante o último processo eleitoral de 2024, o LouCid elaborou e publicou uma nota dirigida aos candidatos a prefeito e a vice-prefeito de João Pessoa. A nota, fundamentada nas normativas regulamentadoras da RAPS,

destacava as inconsistências entre o que é previsto pela legislação e a realidade dos serviços, além de buscar dialogar e cobrar do governo eleito uma postura sobre a administração dos serviços de saúde mental do município.

Fora do âmbito municipal, vê-se um movimento legislativo no Brasil que busca reacender ideias manicomiais ultrapassadas, como é o caso do conjunto de projetos de lei (PL's) recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados e atualmente em trâmite no Senado Federal. Esses PL's pretendem modificar a Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216/2001), subvertendo os princípios basilares que sustentam essa normativa.

Vale mencionar que a Lei da Reforma Psiquiátrica foi construída a partir de intensos debates sociais, políticos e acadêmicos, com o objetivo de romper com um modelo de exclusão e opressão. Em um contexto no qual o Brasil foi condenado internacionalmente pela morte de Damião Ximenes em uma clínica psiquiátrica, a lei foi criada para reformular a lógica de tratamento das pessoas com deficiência no país. Assim, o Brasil teve que assumir compromissos tanto com a promoção quanto com a proteção dos direitos desse grupo socialmente vulnerabilizado.

A luta antimanicomial precisa ser constante nos espaços que fomentam práticas de encarceramento. Mesmo diante dos desafios, a resistência desse movimento tem o poder de alcançar conquistas tanto dentro quanto fora do território nacional.

Considerações finais

As experiências de extensão a partir das atividades do LouCid ultrapassam a vivência na universidade pública e, por meio do processo de compartilhamento e troca de saberes com usuários, familiares e trabalhadores, viabilizam uma formação crítica e compromissada com o objetivo político dos discentes e docentes que compõem o grupo.

Se por um lado a gestão municipal de saúde de João Pessoa cria obstáculos para a efetivação da emancipação dos usuários da RAPS, impedindo ações de formação política dentro das dependências dos serviços, por outro lado, o LouCid tem utilizado a educação popular, voltada à garantia de direitos humanos, e atuando conforme os princípios do paradigma do Direito Achado na Rua (Sousa Júnior; Lyra Filho, 1987). Dessa forma, o grupo busca mobilizar e fomentar a possibilidade de transformação social por meio de articulações externas aos muros dos serviços.

Além disso, as mobilizações promovidas pelo LouCid revelam a força motriz das organizações sociais na reconstrução dos paradigmas do cuidado em saúde mental. A mudança na maneira de compreender a loucura amplia o senso crítico em relação às práticas punitivas contra pessoas com deficiência psicossocial em conflito com a lei, sendo especialmente necessária na transição da ideologia manicomial para uma abordagem de assistência social que não envolva instituições prisionais (Davis, 2018, p. 37).

Uma vez imersos na prática da educação popular é possível propiciar, por meio do diálogo e reflexões, as bases para a reconstrução de um sistema notadamente manicomial. Como afirma Freire (2023), "Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará". Assim, discutir as práticas asilares, a perseguição dentro das instituições estatais e as tentativas de desmonte promovidas pelo poder público serve como ferramenta para combater a lógica manicomial.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer a importância das ações desenvolvidas pelo LouCid, pois a prática da educação popular e a mobilização social são essenciais para a efetivação do cuidado em liberdade. Além disso, essas ações buscam garantir que as instituições sociais, jurídicas e políticas não se baseiem em conceitos teórico-científicos asilares ultrapassados, que sustentam a manicomialização da loucura e dificultam o fortalecimento do cuidado em saúde mental fora das instituições.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 abr. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em 14 mar. 2025

CORREIA, Ludmila Cerqueira. LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira; ALVES, Vânia Sampaio. **Direito das pessoas com transtorno mental autoras de delito.** Rio de Janeiro, SCIELO: 2007.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Brasil: Derechos de las personas privadas de libertad con discapacidades psicosociales**. YouTube, 06 de março de 2025. 1h38min18s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0ZPEpbl8Fgw. Acesso em: 13 mar. 2025.

DAVIS, Angela. **A Liberdade é uma Luta Constante.** São Paulo: Boitempo, 2018.

CORREIA, Ludmila Cerqueira. **Educação jurídica popular e extensão universitária: reflexões a partir da perspectiva descolonial**. In: SANT'ANA E SILVA JUNIOR, Nelson Gomes de; TANNUSS, Rebecka Wanderley (Org.). **Educação de jovens e adultos privados de liberdade: ensaios interdisciplinares**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019, p. 144-164.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Popular.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; LYRA FILHO, Roberto. **O Direito Achado na Rua: Concepção e Prática**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 85. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

ESTABELECENDO PONTES E AMPLIANDO A CONSCIÊNCIA AMBIENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA DO PROJETO FLORESCER NA COMUNIDADE ARATU

Diego da Silva Sousa[1]
Thialisom Arruda Matias[2]
Juliana Lovo[3]

Palavras-chave: Botânica. Educação popular. João Pessoa. Sustentabilidade

Introdução

A crise da biodiversidade é uma preocupação global e diversos países têm assumido compromissos para alcançar metas que visam reduzir essa perda. No Brasil, a situação é especialmente alarmante na região Nordeste, onde o crescimento do mercado imobiliário tem impulsionado grandes investimentos que ameaçam a retirada de grandes áreas de remanescentes de Mata Atlântica. Segundo o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, João Pessoa na Paraíba ainda carece de planejamento urbano adequado e voltado para a sustentabilidade. Além disso, a escassa arborização urbana é bastante desigual, sendo mais presente em áreas economicamente favorecidas (MMA, 2018, ISC & SDSN, 2021).

Neste contexto, a comunidade Aratu localizada na região sul de João Pessoa no bairro Mangabeira VIII está em processo de regularização fundiária e, apesar de ainda possuir ruas sem asfalto, já apresenta características de arborização semelhantes aos bairros mais antigos com arborização bastante incipiente, pouco variada e predominantemente composta por espécies exóticas com apenas algumas frutíferas, plantadas pelos próprios moradores. Diante disso, o projeto Florescer Aratu desenvolvido com o apoio da Universidade Federal da Paraíba surgiu com o intuito principal de trabalhar a educação ambiental com a comunidade local através de atividades envolvendo principalmente as plantas que ali ocorrem, buscando estimular e/ou despertar o interesse e a curiosidade por esses seres vivos.

[1] Discente do curso de Ciências Biológicas da UFPB, extensionista, diego.silva2@academico.ufpb.br

[2] Mestrando em Ecologia e Monitoramento Ambiental, extensionista, tam@academico.ufpb.br

[3] Doutora em biologia vegetal USP, docente do DSE/CCEN/UFPB, lovo.juliana@dse.ufpb.br

O projeto almeja, em última instância, contribuir tanto para ampliar a consciência ambiental de todos os envolvidos, como aumentar a cobertura vegetal na comunidade (como o incentivo ao plantio e cuidados com espécies nativas), fomentando a construção de ambientes urbanos mais saudáveis. As atividades são desenvolvidas através da sensibilização e também da troca de saberes entre academia e sociedade valorizando o conhecimento popular.

Neste contexto, a comunidade Aratu localizada na região sul de João Pessoa no bairro Mangabeira VIII está em processo de regularização fundiária e, apesar de ainda possuir ruas sem asfalto, já apresenta características de arborização semelhantes aos bairros mais antigos com arborização bastante incipiente, pouco variada e predominantemente composta por espécies exóticas com apenas algumas frutíferas, plantadas pelos próprios moradores. Diante disso, o projeto Florescer Aratu desenvolvido com o apoio da Universidade Federal da Paraíba surgiu com o intuito principal de trabalhar a educação ambiental com a comunidade local através de atividades envolvendo principalmente as plantas que ali ocorrem, buscando estimular e/ou despertar o interesse e a curiosidade por esses seres vivos.

O projeto almeja, em última instância, contribuir tanto para ampliar a consciência ambiental de todos os envolvidos, como aumentar a cobertura vegetal na comunidade (como o incentivo ao plantio e cuidados com espécies nativas), fomentando a construção de ambientes urbanos mais saudáveis. As atividades são desenvolvidas através da sensibilização e também da troca de saberes entre academia e sociedade valorizando o conhecimento popular.

O projeto se fundamenta na extensão universitária como instrumento de transformação social, que busca construir conhecimentos sólidos a partir das interações entre a comunidade externa e acadêmica. Buscando por meio de atividades periódicas diversas, incluindo jogos, atividades artísticas, entre outras, desenvolver saberes relacionados ao funcionamento integrado dos ecossistemas. Com isso, espera-se que cada integrante (internos e externos) reconheça tanto as plantas como a si próprios como parte do mesmo ecossistema. Com isso, o projeto, alinha-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS's) propostas pela ONU em 2015, em particular com os objetivos 11-Cidades e comunidades sustentáveis, 13-Ação contra a mudança global do clima e 15-Promoção, recuperação e uso sustentável da vida terrestre.

Em vista disso, o presente trabalho tem o intuito de relatar as atividades realizadas pelo projeto no "Florescer Aratu", apoiado pela Universidade Federal da Paraíba, Campus I João

Pessoa, na Comunidade Aratu. O contato entre as instituições de educação superior e a comunidade, tende a ser construtiva para ambos, e possibilita que todos os envolvidos se percebam como peças fundamentais no processo de alteração do meio ambiente a qual estão inseridos.

Aspectos metodológicos da experiência

O Projeto foi realizado em parceria com a Associação Amigas Solidárias, localizado na Comunidade Aratu, e teve como público-alvo cerca de 20 a 50 crianças e adolescentes de 4 a 14 anos, que frequentaram o espaço da Associação no contraturno escolar. Apesar do tema central ser a botânica, no decorrer do projeto, outras demandas vindas da comunidade resultaram na incorporação de outras temáticas.

As atividades desenvolvidas foram delimitadas por dois grupos de metodologias, sendo as oficinas de instrumentalização e capacitação e as atividades lúdicas, para ambas foram confeccionadas juntamente a recursos didáticos com o intuito de promover o aprendizado e as interações sociais, unindo também os conhecimentos científicos e populares para discutir os temas trabalhados.

Com o início em agosto de 2023, o projeto atua na comunidade em seu segundo ano, e durante esse período, foram desenvolvidas atividades com os temas: características das plantas no nosso dia a dia, importância dos nomes próprios e identidade, plantio de mudas de árvores e suculentas, oficinas de confecção de vasos de plantas, caracterização do bioma da caatinga e ecologia e dengue: aspectos biológicos e prevenção.

Durante a atuação do Florescer na comunidade foi de suma importância a confluência com outros dois projetos que possuíam objetivos e métodos alinhados aos projetos “Educa Aratu” e “Esperançar Saúde”. Com isso, grande parte das atividades foram desenvolvidas pelos três projetos atuando de forma interdisciplinar nas atividades conjuntas e contemplando as temáticas: meio ambiente, saúde e educação. O projeto Florescer com a temática do meio ambiente composto por discente do curso de licenciatura e bacharelado em ciências biológicas e engenharia ambiental; O projeto “Esperançar Saúde” trouxe a temática da saúde dos discentes de medicina, nutrição, fisioterapia e terapia ocupacional; e o Projeto “Educa Aratu” atuou agregando conhecimentos da área da educação com discentes dos cursos de pedagogia, ciências da religião e dança.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

As crianças e adolescentes ao longo do desenvolvimento do projeto trabalharam com

bastante entusiasmo as habilidades motoras, com desenhos, recorte e colagem dos materiais, e também a escrita. Com o tempo, as crianças e adolescentes desenvolveram mais autonomia principalmente nas produções manuais que envolvem o estímulo à criatividade e na resolução de problemas apresentados. Vale ressaltar também que as crianças possuem um bom aporte conceitual e prático, respondendo muito bem quando estimuladas.

Um aspecto importante foi o estreitamento contínuo nas relações, podendo ser observado na recepção dos extensionistas na comunidade e na abertura de diálogos. Foi importante notar como a presença dos discentes que compõem os projetos alterava o comportamento das crianças, tanto na relação com as outras crianças quanto nas suas questões individuais.

O trabalho integrado interdisciplinar promoveu debates complexos e muito importantes dentro do ambiente da comunidade, e proporcionou que o tema inicial do projeto Florescer, "educação ambiental" se ganhasse um horizonte mais amplo, relacionando a saúde e qualidade de vida às práticas de meio ambiente. Finalmente, foi possível trabalhar letramento e alfabetização científica juntamente com questões que transcorrem no dia a dia das crianças, proporcionando a construção de conhecimentos significativos também por estarem ancorados em vivências do cotidiano local.

A comunidade Aratu ocupa um espaço de lutas constantes que transpassam debates somente no âmbito de política ambiental. Segundo Hogan e Marandola (2006), em especial cidades grandes, as principais áreas de degradação ambiental coincidem também com as áreas de degradação social, sendo os grupos sociais mais vulneráveis socialmente também aqueles que se expõem a riscos ambientais mais regularmente.

Perante essa realidade, várias outras questões inesperadas surgiram e interferiram no percurso do projeto, por exemplo, a ocorrência de acidentes, de certa forma frequentes na comunidade, como enchentes e perdas materiais de diversas famílias, deixando visível o descuido e ausência do Estado nesses espaços. Ao mesmo tempo, várias famílias não possuem acesso à água potável em diversos períodos do ano, afetando também a presença das crianças frequentadoras da associação.

Uma outra problemática que impactou o desenvolver do projeto foi a insegurança alimentar dos alunos ali presentes, que acabava por afetar sua disposição para as atividades propostas. A oferta de um lanche durante o período de atividades teve um impacto positivo nesse quesito, mesmo atuando de forma mais pontual e resultou na participação de um maior número de alunos. Diante disso, as áreas periféricas são os espaços em que possuem maior

alerta quanto à insegurança alimentar, isso se atrela pela oferta de alimentos frescos e saudáveis a um preço acessível, também associado à disponibilidade de mercadoria pelos mercados e vendas locais. (Tavares *et al*. 2025)

Considerações finais

Os ambientes de educação informal possuem suma importância por contribuir para a formação profissional dos extensionistas, e também para a universidade, permitindo que a academia atue facilitador na redução da desigualdade, exercendo seu papel social. Em relação à comunidade, cria-se uma ponte de possibilidades para que pessoas em situações periféricas possam se enxergar nesses lugares, ampliar seu reconhecimento como cidadãos e como participante ativo das mudanças sociais. Assim, a colaboração casual entre os diversos elementos que compuseram essa experiência de extensão universitária, principalmente na confluência e integração dos três projetos no ambiente de comunidade, evidenciou os enormes ganhos proporcionados pela diversidade de olhares de um projeto inter e transdisciplinar.

Referências

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2006.

TAVARES, S. R.; NAGIB, G.; WOJCIECHOWSKI, M. J. Consumo alimentar na periferia da metrópole em fragmentação: diferenças e desigualdades em São Paulo (SP). Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. V. 27, E202506, 2025 DOI: http:// doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202506.

ICS & SDSN, 2021. O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR). Rede Instituto Cidades Sustentáveis e Soluções para o Desenvolvimento Sustentável: São Paulo e Paris.


V SENAPOP 2025

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, SUSTENTABILIDADE E INTERSETORIALIDADE: EXPERIÊNCIAS COM INDÍGENAS WARAO REFUGIADOS EM JOÃO PESSOA-PB

Mariana de Sousa Dantas Rodrigues[1]
Thaís Munholi Raccioni[2]
Thiago de Souza Santos[3]
Maurício de Oliveira da Silva[4]
Ana Luísa Pontes Cordeiro[5]
Ana Maria Silva Andrade[6]

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional. Sustentabilidade. Intersetorialidade. Indígenas. Refugiados.

Introdução

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo de conhecimento e prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (Brasil, 2012).

As ações de EAN são norteadas pelas premissas da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) que, em consonância com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), atua em cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no intuito de melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, especialmente no Sistema Único de Saúde (SUS), cuja intersetorialidade fortalece a atenção nutricional (Bortolini *et al.*, 2021).

A SAN é fundamental para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) que menciona o direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente e sem restrição a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e

[1]Doutora em Enfermagem, Enfermeira e Nutricionista, Professora Adjunta do curso de Nutrição e Enfermagem do Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, marisdantasenf@gmail.com
[2]Mestranda em Saúde Coletiva, Terapeuta Ocupacional, Técnica de nível superior do Centro Estadual de Migrantes e Refugiados - CERMIR. thaism.raccioni@gmail.com
[3]Mestre em psicologia da saúde pela UEPB. Psicólogo do Centro Estadual de Referência de Migrantes e Refugiados - CERMIR. thiagosantospsi8@gmail.com
[4]Acadêmico de Nutrição, Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, mosilva0710@gmail.com
[5]Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, analuisapontes8@gmail.com
[6]Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, comsilvaandrade4@gmail.com

suficientes, e contemplam as dimensões físicas, mentais, sociais e culturais, individuais e coletivas (Brasil, 2014). Nesse contexto, é imprescindível considerar as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, em especial, os povos originários.

Enfatiza-se que, no âmbito da saúde, a vulnerabilidade está associada aos aspectos multidimensionais e heterogêneos, individuais e coletivos, que acarretam maior suscetibilidade às doenças nos segmentos populacionais mais expostos (Ayres; Paiva; França Júnior, 2012), que podem enfrentar maior violação de direitos e são mais vulneráveis aos problemas de saúde.

Nesse sentido, ao pensar no caráter multidimensional da vulnerabilidade, delimita-se neste trabalho o povo Warao, indígenas, migrantes e refugiados. A condição de refúgio, decorrente de um processo migratório forçado, aponta contornos para a vulnerabilidade que um povo originário pode apresentar ao se deslocar para o contexto urbano em outro país. Embora o refúgio seja motivado por melhores condições de vida, o que ocorre é a intensificação de desigualdades e violações de direitos. Assim, a insegurança alimentar e nutricional e suas repercussões, ocupam um lugar de destaque ao considerar as vulnerabilidades que povos migrantes, refugiados e indígenas vivenciam (Barcelos *et al.*, 2023; Raccioni *et al.*, 2024).

Nessa perspectiva, torna-se necessário dialogar com a realidade social de diferentes grupos. A formação acadêmica na educação de nível superior deve engajar educadores e educandos para a construção de um saber-fazer crítico e a curricularização da extensão possibilita a valorização das experiências estudantis junto com os sujeitos nos territórios, seus problemas e as dinâmicas cotidianas (Rizzolo; Santos; Cruz, 2024). Assim, é premente a realização de ações extensionistas com populações indígenas.

Diante do exposto, cabe enfatizar as ações de EAN ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no que se refere a parcerias e intersetorialidade, como disposto no ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), que visa a cooperação entre diferentes atores da sociedade, incluindo governos, setor privado, organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas (Organização das Nações Unidas, 2015).

Com isso, o presente trabalho tem como objetivo: descrever as experiências intersetoriais para ações de Educação Alimentar e Nutricional com indígenas refugiados Warao em João Pessoa-PB.

Aspectos metodológicos da experiência

O presente trabalho possui caráter descritivo e refere-se a um relato de experiência sobre as articulações de Educação Alimentar e Nutricional com indígenas refugiados Warao em João Pessoa-PB. Este relato descreve as vivências de quatro membros de um projeto de extensão do curso de Bacharelado em Nutrição de uma Instituição de Ensino Superior (IES), localizada em João Pessoa, Paraíba, Brasil, sendo: uma docente e três graduandos dos cursos de saúde, Nutrição e Enfermagem e dois trabalhadores do Centro Estadual de Referência de Migrantes e Refugiados (CERMIR).

Com característica multidisciplinar, o projeto denominado "Educação Alimentar e Nutricional com populações vulneráveis" utiliza estratégias educativas baseadas na Educação Popular em Saúde, alinhadas aos ODS propostos pelas Nações Unidas.

No segundo semestre de 2024, as atividades iniciais do projeto foram direcionadas para os povos originários e ocorreram no período entre agosto e dezembro de 2024, por meio de articulações intersetoriais com profissionais capacitados na área de direitos humanos.

Os sujeitos envolvidos compreenderam: 19 extensionistas; quatro representantes da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH); seis educadores sociais; três intermediadores culturais (indígenas Warao), vinculados ao CERMIR.

As atividades intersetoriais compreenderam: parcerias entre órgãos governamentais do setor público e IES de um grupo educacional privado; e três encontros realizados em espaços distintos no referido município, cujos participantes foram representantes da instituição de ensino e dos órgãos governamentais.

A primeira reunião ocorreu em setembro de 2024, no Espaço Cultural José Lins do Rego e foi composta por 15 participantes, sendo cinco membros de cada setor: trabalhadores vinculados à SEDH, educadores sociais e interculturais do CERMIR e extensionistas do projeto em tela. O intuito dessa articulação foi apresentar os atores envolvidos nas ações de promoção de nutrição e saúde da comunidade indígena Warao refugiada vivendo em abrigos em João Pessoa-PB; e incluir propostas colaborativas para assegurar a Segurança Alimentar e Nutricional, considerando múltiplas facetas sociopolíticas, étnicas e interculturais.

As principais estratégias discutidas incluíram: qualificar todos os envolvidos nas ações intersetoriais; estabelecer protocolos prioritários para o monitoramento da alimentação indígena, bem como dos riscos e agravos nutricionais, especialmente das crianças na primeira infância; promover uma assistência etnicamente sensível. As propostas também

buscaram ampliar a colaboração ativa com as equipes de Saúde da Família e a construção de metodologias diferenciadas eficazes e mecanismos de corresponsabilização dos atores envolvidos nas diferentes esferas de atuação, para a garantia do DHAA entre os indígenas refugiados.

A segunda reunião foi realizada na IES parceira, no início de outubro de 2024 e constituiu uma roda de conversa sobre os refugiados venezuelanos Warao e as interfaces do processo de migração forçada, mediada pela equipe técnica multiprofissional do CERMIR, composta por cinco trabalhadores, sendo um indígena Warao, que também atua como intermediador cultural. Destaca-se que o papel do intermediador cultural, além da tradução e interpretação, é construir pontes culturais, onde a partir do diálogo intercultural, todos os sujeitos intercambiam saberes e trocas e assim as transformações são movidas, em múltiplas direções. Na roda, o saber é circular e como diz Nego Bispo, o ciclo da aprendizagem é "começo, meio e começo" (Itaú Cultural, 2024).

A terceira reunião ocorreu na sede do CERMIR no intuito de avaliar os desdobramentos das oficinas de saúde e alimentação realizadas em um abrigo indígena e definir novas estratégias. O foco da oficina girou em torno das experiências alimentares, do acesso e consumo de água, e dos cuidados com a saúde.

Ademais, a comunicação entre os atores envolvidos se deu em grupos de *WhatsApp*. Também foram realizadas oficinas temáticas, rodas de conversa, produção de relatórios, registros de diário de campo e fotografias, garantindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), instituída no Brasil. Os materiais utilizados foram: computador, projetor multimídias, celular, bloco de anotações, cartolinas coloridas, caneta hidrocor, caneta esferográfica, pincel para quadro branco, papel A4, impressora, artigos científicos sobre o tema, publicações do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, entre outras.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

As potencialidades dessas experiências configuram o caráter inovador das articulações extensionistas do projeto em tela, pois além de contemplar o ODS 4 (Educação de Qualidade) pela oportunidade para uma educação inclusiva e de qualidade, apresenta associação com o ODS 10 (Redução das desigualdades) ao abranger ações direcionadas ao combate às desigualdades sociais.

No que diz respeito aos sujeitos envolvidos, por se tratar de indígenas em situação de refúgio, existem muitos desafios que perpassam desde o conhecimento sobre seus aspectos históricos, econômicos, políticos, étnicos, culturais, biopsicossociais, espirituais, até a compreensão dos direitos humanos para sobrevivência no território brasileiro, cujas políticas públicas incidem diretamente nos modos de viver dessas populações. A preservação da identidade do povo Warão revela-se uma tarefa complexa. Até que seus direitos sejam plenamente consumados, muitos outros direitos acabam sendo transgredidos.

Salienta-se que, os Warao são indígenas que vivem no delta do rio Orinoco, localizado na Venezuela e são conhecidos como "povos das águas", ribeirinhos, que vivem em áreas fluviais e zonas úmidas. As principais atividades que realizam são: pesca, agricultura, extrativismo e artesanato. No século XX, seus modos de vida foram transformados em decorrência da exploração petrolífera e pela degradação ambiental no território de origem levando-os ao deslocamento por vários locais da Venezuela e outros países como o Brasil, configurando uma estratégia de sobrevivência (Agência da Organização das Nações Unidades para Refugiados, 2021).

Sob o ponto de vista acadêmico, houveram intensas expectativas sobre a aproximação com o povo Warao que, mesmo sendo uma experiência valiosa de aprendizados, também foi cercada de desafios, relacionados à acessibilidade física e social e às barreiras de comunicação que, muitas vezes se tornava um grande esforço coletivo para traduzir as necessidades daqueles indivíduos. O processo resultante das interações para abordagens educativas de EAN com os indígenas Warao, propiciou uma maior atenção às singularidades dos mesmos e o desenvolvimento da criatividade do educando.

Na experiência referente às oficinas cada palavra e relato, ressoava como um eco das terras distantes da Venezuela e dos novos desafios enfrentados no Brasil. Coube ao grupo condutor da oficina, sentar-se à mesa para circular as memórias, as histórias que emergiram nos encontros com os indígenas. Percebeu-se a alimentação como simbologia de uma cultura que se mantém viva na memória de quem migra, que se agarra ao sabor do passado enquanto tenta entender a realidade do presente. A comida é um fio que conecta gerações, é memória materializada que transcende o ato de se alimentar. Foi a partir desse fio que o processo da oficina se desenrolou, amarrando questões de identidade e de sobrevivência.

Nas trocas interculturais, aspectos sobre adaptação alimentar e o impacto do consumo de alimentos ultraprocessados sugere uma porta aberta para repensar hábitos e buscar

alternativas que preservem a saúde e o bem-estar. A experiência foi muito mais que uma oficina, pois representou um encontro que estreitou laços entre a comunidade, os estudantes, os profissionais do CERMIR e a professora. Foi avaliando que o encontro com a comunidade indígena Warao se desdobrou como um tecido de histórias e vivências entrelaçadas, onde a troca cultural tornou-se não apenas um exercício de diálogo, mas uma forma de entender as profundezas da memória e da identidade desse povo.

Em suma, esses espaços de convivência e trocas forneceram elementos preciosos para a criação de ações mais sensíveis às especificidades culturais da população, buscando caminhos mais adequados às suas necessidades e respeitando sua vivência, sua identidade e suas histórias.

Considerações finais

No âmbito sustentável, as ações de EAN com indígenas refugiados, embasadas pelo diálogo, integração de diferentes saberes e construção coletiva de reflexões e estratégias para a resolução de dilemas éticos, corroboram para a valorização da cultura indígena, mesmo diante de um cenário de desigualdades e de ameaças ao processo emancipatório desses povos, em contexto de diáspora e busca da sobrevivência no território brasileiro.

No âmbito intersetorial, a partir da relação multidirecional entre academia, comunidade e políticas públicas, as experiências foram firmadas sob a potência transformadora das trocas.

No âmbito acadêmico, tais vivências denotam benefícios para aprendizagem ativa, crítica e reflexiva, capazes de fortalecer a educação como ferramenta de transformação social. A implementação de projetos educacionais sustentáveis facilita a construção de currículos diversificados e culturalmente relevantes para atender às necessidades locais e globais das populações.

Referências

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. ACNUR. **Os Warao no Brasil:** Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2ª edição, ISBN 978-65-89222-11-8.

AYRES, J.R.; PAIVA, V.; FRANÇA-JÚNIOR, I. Conceitos e práticas de prevenção: da história natural da doença ao quadro de vulnerabilidade e direitos humanos. *In:* PAIVA,

V.; AYRES, J.R.; BUCHALLA, C.M. (org.). **Vulnerabilidade e direitos humanos - prevenção e promoção da saúde:** da doença à cidadania. Curitiba: Juruá, p. 77-94, 2012.

BARCELOS, T. DO N. DE . *et al.*. Migração forçada, refúgio, alimentação e nutrição: uma revisão integrativa da literatura na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. Physis: **Revista de Saúde Coletiva,** v. 33, p. e33026, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/YVmCYNtYSxpyxgwnHJXvgTf/ . Acesso em: 08 abr. 2025.

BORTOLINI, G.A. *et al.* Evolução das ações de nutrição na atenção primária à saúde nos 20 anos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Brasil. **Cad Saude Public,** n.37, e00152620, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/G6SZVPtwGjmBgmBd7JGX3SR/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno teórico. Educação alimentar e nutricional:** o direito humano a alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/cadernoteorico_ean.pdf. Acesso em: 11 jul. 2024.

ITAÚ CULTURAL. Trajetórias - Nêgo Bispo. Publicado em 20 fev. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Tqt9BnrolFg. Acesso em: 2 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo:** a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Resolução A/RES/70/1, adotada pela Assembleia Geral em 25 de setembro de 2015. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/X6fCx5KZxNwsx69xttRBpPy/. Acesso em: 03 mar. 2025.

RACCIONI, Thaís Munholi *et al.*. **Violências, direitos humanos e intersetorialidade junto ao povo Warao em João Pessoa/PB**. In: Anais do Simpósio Interdisciplinar sobre Violências (SISV). Anais. João Pessoa (PB) UFPB, Campus I, CE/CCSA, 2024. Disponível em: https://www.even3.com.br/ebook/sisv2024/935659-VIOLENCIAS-DIREITOS-HUMANOS-E-INTERSETORIALIDADE-JUNTO-AO-POVO-WARAO-EM-JOAO-PESSOAPB. Acesso em: 02 abr. 2025

RIZZOLO, A.; SANTOS, L.A.; CRUZ, P.J.S. C.. Diálogos entre educação popular e educação alimentar e nutricional: reflexões a partir das trajetórias de três docentes universitários. **Cienc saúde Coletiv [online].**, v.29, n.6, p. e12272023, jun. 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/ZkW45kDSpwpN75R8c47PbgF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 jul. 2024.

O PROJETO AGRICULTORAS URBANAS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL E COMBATE À FOME

Pollyana Faccio Moreira[1]
Caio Gomes da Silva[2]
Mariza Souza Dias[3]
Marluce Silva Sousa[4]

Palavras-chave: Agroecologia. Segurança Alimentar. Agricultura Urbana. Extensão Popular.

Contextualização:

O projeto Agricultoras Urbanas nasceu no Instituto Federal de Goiás - Campus Jataí, a partir da necessidade de regenerar espaços urbanos ociosos os transformando em fontes de alimento e dignidade. Em 2023, essa semente encontrou terreno fértil ao estabelecer parceria com o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar Camponesa (NEAAF) da Universidade Federal de Jataí, unindo forças institucionais que prevalecem até o presente momento.

O projeto possibilitou a seleção de bolsistas e voluntários para a transição agroecológica em hortas urbanas de diversas instituições do município de Jataí (GO) e região. O projeto, para além das hortas, arquitetou uma rede de transformação nos territórios, por meio da produção de alimentos e do auxílio a alimentação de pessoas em vulnerabilidade em Jataí. O que começou como uma iniciativa local se expandiu, mostrando a versatilidade da agricultura urbana como instrumento de mudança social.

Como resultado deste projeto, foram construídos diversos materiais pedagógicos, técnicos, oficinas e audiovisuais. Neste artigo apresentamos o vídeo que contém resultados do projeto, especificamente da articulação entre a horta no presídio masculino de Jataí e o Banco

1 Graduanda em Zootecnia na Universidade Federal de Jataí. pollyana.moreira@discente.ufj.edu.br
2 Graduando em Medicina Veterinária na Universidade Federal de Jataí. caio.silva@discente.ufj.edu.br
3 Doutora em Geografia. TAE na Universidade Federal de Jataí. marizadias@ufj.edu.br
4 Doutora em Geografia. Professora no Instituto Federal de Goiás - Campus Jataí. marluce.sousa@ifg.edu.br

de Alimentos, os quais são atores no projeto. O vídeo foi premiado pela ANDIFES na ação “Universidades Federais Contra a Fome”.

Refletindo com a experiência:

O projeto “Agricultoras Urbanas” é realizado a partir de condução e transição agroecológica em hortas urbanas de Jataí e região, as quais estão localizadas em escolas, universidades, presídios, comunidade de idosos e no Banco de Alimentos de Jataí.

Nas escolas públicas de Jataí, crianças e adolescentes passaram a acompanhar todo o ciclo de produção dos alimentos, desde o plantio da semente até a colheita, a qual é destinada a alimentação escolar. Professores relatam que as hortas se tornaram laboratórios vivos, onde conceitos de ciências, matemática e até artes ganharam novos significados.

No Condomínio Vila Vida, residência social para idosos, os espaços ganharam nova vida a partir da produção de alimentos frescos e ervas medicinais sem agrotóxicos, se tornando também em experiências de terapia ocupacional e convivência. Muitos idosos, redescobriram habilidades adormecidas, enquanto compartilhavam seus saberes com os jovens extensionistas.

A horta do sistema prisional masculino de Jataí é um local no qual os reeducandos ocupam o tempo, aprendem novas competências e ainda possibilita a remição de pena. O projeto qualificou a produção desta horta a partir da agroecologia e articulou a distribuição das hortaliças para o Banco de Alimentos, que por sua vez faz a redistribuição para as instituições que atendem pessoas em vulnerabilidade. No Banco de Alimentos, o projeto também proporcionou a criação de uma casa de vegetação onde são produzidas mudas para as hortas.

Em Julho de 2024, foi lançado o V Concurso Audiovisual da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), cujo tema foi “Universidades Federais Contra a Fome”, no qual fomos premiados nacionalmente com o terceiro lugar.

O vídeo foi construído a partir das experiências no projeto, especificamente pelos estudantes, que conduziram todos o processo criativo: roteiro, imagens, gravações e edição. Essa produção audiovisual captura apenas parte dessa jornada, que continua a se expandir e inspirar novas iniciativas. O vídeo pode ser encontrado no endereço: https://www.andifes.org.br/2024/11/27/confira-os-ganhadores-concurso-de-audiovisual-da-andifes-2024/

TECITURAS COLETIVAS DE REDES DE SOLIDARIEDADE E EMANCIPAÇÃO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

Luiza Utikava[1]
Lucas da Silva Conceição [2]
Ana Carolina Andrade Farias[3]
Débora Costa Mendonça[4]
Maria Lidiany Tributino de Sousa[5]

Palavras-chave: Educação Popular em Saúde. Movimentos Sociais. Extensão Popular. Participação. Emancipação.

Contextualização:

Durante a pandemia de COVID-19 em 2020, o Brasil teve como desafios, não apenas os efeitos diretos do vírus, mas também o agravamento de desigualdades a partir das políticas neoliberais desenvolvidas pelo governo. Negacionismo científico, insegurança alimentar, fome, desemprego e negligência por parte do estado no enfrentamento à crise caracterizaram o momento histórico.

Como resposta, coletivos populares buscaram a promoção do cuidado entre si, do povo pelo povo, através da construção de redes de solidariedade ativa e mediando os saberes pela educação popular em saúde. Foram articuladas cozinhas solidárias para a distribuição de alimentos, produção e distribuição de máscaras, além da atuação de lideranças populares em saúde que de forma voluntária, a partir dos conhecimentos tradicionais e populares, buscaram organizar a população e produzir cuidado politizado com discussão de garantia de direitos, ficando conhecidos como Agentes Populares de Saúde. Neste sentido, destacou-se a iniciativa Mãos Fraternas, na cidade de Recife, com

[1] Graduanda, discente do curso de Psicologia da UFPB, luiza.utikava@academico.ufpb.br
[2] Graduando, discente do curso de Psicologia da UFPB, lucas.lk2814@gmail.com.
[3] Graduanda, discente do curso de Psicologia da UFPB., ana.carolina9@academico.ufpb.br.
[4] Coordenadora Nacional do Projeto Mãos Solidárias, Militante do MST/PB, mendoncadeb@gmail.com.
[5] Doutora em Saúde Coletiva, psicóloga, docente do curso de Psicologia da UFPB, maria.tributino@academico.ufpb.br.

ações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento Mãos Solidárias, à época representado pela Brigada Popular Solidária Dom Hélder.

É a partir deste contexto, que se insere o Projeto de Extensão O Povo Cuidando do Povo, vinculado ao Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba. Em 2022, o projeto participou da formação de 150 agentes populares em diferentes assentamentos do estado, em parceria com o Setorial de Saúde do MST e a Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP-PB). Atualmente, tem atuado em duas frentes: o apoio ao Programa de Formação de Agentes Educadores Populares de Saúde (AgpopSUS) e as ações do Mãos Solidárias.

O programa, vinculado ao Ministério da Saúde por meio da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), expressa o esforço pelo resgate e pela reconstrução de políticas estruturantes do Sistema Único de Saúde (SUS), em especial as Políticas Nacionais de Educação Permanente, de Educação Popular em Saúde e as de Promoção da Equidade. Articulado junto aos movimentos sociais, busca a implementação do artigo 198 da Constituição Federal de 1988, que descreve, no seu item III, a Participação da Comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde.

O Projeto de Extensão tem acompanhado, junto ao MST, duas turmas de educandos em quatro assentamentos no litoral norte da Paraíba. Esses territórios são caracterizados por histórias de luta e resistência contra os latifúndios, mas também pela negação de direitos como educação, saúde e segurança. A consolidação das turmas tem se mostrado como mais uma forma de resistência com o retorno aos saberes populares em saúde como plantas medicinais, rezadeiras e parteiras, além do fortalecimento de iniciativas comunitárias de combate à fome e promoção da alimentação saudável sem veneno.

A formação está dividida em 6 eixos com 1 encontro mensal, dois eixos já foram integralizados. No primeiro encontro, buscou-se a caracterização do que é ser agente, destacando os princípios da autonomia, solidariedade ativa e coletividade. No segundo, buscou-se a caracterização dos territórios com o incentivo à investigação dos dispositivos do SUS existentes, principais agravos e principais potencialidades em saúde observados.

As atividades, para além de momentos de formação, também tem se estruturado enquanto espaços de integração da comunidade, onde dificuldades e desejos são

compartilhados e debatidos, soluções são pensadas e encaminhadas, fortalecendo o SUS, efetivando seus princípios e rompendo o ciclo de marginalização das comunidades.

Em paralelo, o Mãos Solidárias fortaleceu-se na área urbana da capital paraibana através da Brigada Popular Paula Oliveira Adissi, como parte da nacionalização do movimento. Nesse contexto, o projeto já reuniu uma média de 80 participantes na Grande João Pessoa, em sua maioria, estudantes e professores universitários, contando com a presença de três extensões universitárias, dentre elas o projeto O Povo Cuidando do Povo, além de membros de outros movimentos populares.

Com essa proposta, na segunda metade de 2024, a Brigada Popular iniciou sua atuação pela aproximação de algumas comunidades de João Pessoa através de atividades que serviram como uma abertura para a criação de vínculos. Em outubro, foi organizada uma ação de dia das crianças que contou com a inauguração de uma geladeira literária, atividades lúdicas, lanche e a distribuição de mudas para os moradores. Durante o evento, os brigadistas atuaram junto com lideranças da ocupação, utilizando o espaço para a realização das atividades, o que favoreceu a troca entre os que estavam chegando e os que já estavam lá. A ideia da ação não era a ação por si só, mas a possibilidade de construir em conjunto com a comunidade um movimento que permanecesse para além daquele momento.

Na mesma linha, foi realizado um cinedebate no mês da Consciência Negra, também como uma forma de estabelecer um vínculo. Na ação, os brigadistas ocuparam a casa da associação de moradores junto com lideranças da comunidade para a preparação de um jantar que seria distribuído após a discussão. Durante o cinedebate, foi discutido o lugar da mulher negra na periferia e a realidade específica da comunidade, o que permitiu a aproximação da Brigada com o território.

Após esses momentos, foram mantidos diálogos com as duas comunidades, que se mostraram abertas à proposta do movimento. A partir disso, foi pensada a organização da primeira cozinha solidária de João Pessoa que pretendia chegar a esses territórios. Assim com a Campanha do Natal Sem Fome, ocorreu uma ceia coletiva que marcou a inauguração da Cozinha Josué de Castro que atualmente funciona todas as terças-feiras com a participação de moradores das comunidades na distribuição das marmitas.

Refletindo com a experiência:

A partir das experiências vivenciadas, ficaram evidentes as potencialidades promovidas a partir do encontro com e da comunidade. As rodas de conversa funcionaram como um espaço de vazão para os conflitos vivenciados, com compartilhamento de experiências, desafios e construção coletiva de soluções.

A formação dos Agentes Populares nos assentamentos da Paraíba, atualmente, tem ocorrido através da mobilização dos educandos e educadores em conjunto com o MST. Durante os módulos iniciais do curso, não houve verba de custeamento da turma, situação que foi superada através da resistência dos militantes para garantir que a formação acontecesse dentro dos territórios. Nesse sentido, os agentes, desde seu surgimento, são resistência de um modelo de saúde que se constroi através do coletivo, do saber popular em saúde e da compreensão das necessidades de saúde local. Com a organicidade e militância, apesar dos desafios enfrentados, os agentes reafirmam que saúde faz parte de um projeto de bem viver coletivo que, historicamente, para as populações periféricas urbanas e rurais, é garantido através da luta, da solidariedade e construção coletiva.

O acesso a espaços de saúde para a população do campo, em diversos contextos são atravessados por dificuldades, como a distância para os dispositivos e falta de acesso à transportes. Nesse cenário, investir na educação popular é ampliar o acesso da população a possibilidades de saúde enraizadas nos saberes populares e na luta pelo SUS. Os agentes são, também, mobilizadores sociais que participam do Controle Social, a fim de esperançar e conquistar o acesso do povo aos equipamentos e políticas de saúde.

Apesar do Mãos Solidárias ter se estabelecido no meio urbano a partir das Cozinhas Solidárias, seu objetivo foi muito além disso. As marmitas foram, além de uma ação de combate à fome, um espaço de construção de outras formas de organizar a sociedade para além dos modelos capitalistas e neoliberais. Destarte, a cozinha abre portas para a transformação política das periferias a partir da criação de vínculos e redes de solidariedade popular, em defesa da reforma agrária e da emancipação através das lutas urbanas no país.

Em ambas as comunidades, o diálogo estabeleceu-se identificando potencialidades e fragilidades tanto da comunidade quanto da Brigada, de modo que fossem traçadas estratégias conjuntas de transformação da realidade. Por meio da cozinha, o movimento

pôde inserir turmas de alfabetização nas comunidades, além de acolher e cooperar com demandas específicas de cada território. Assim as cozinhas operaram como um dispositivo de criação de vínculo e mapeamento das forças que atravessam as comunidades e na construção de uma rede de solidariedade que permite repensar os moldes hegemônicos crescentes no país.

Foram construídas estratégias que provocassem reflexões e mudanças nas realidades de opressão vividas dentro dessa comunidades. Dessa maneira, a educação popular possibilita espaço para a construção coletiva e crítica da vida individual e social das classes populares no qual se constroem formas de agir, pensar e sentir coletivamente e onde se elaboram coletivamente projetos de transformação social.

Destacamos como desafios sobretudo o que foge da lógica hegemônica, quando se propõe uma construção coletiva em um sistema individualista e neoliberal que caracteriza o Brasil atualmente. Foi um processo de muita discussão compreender o lugar dos extensionistas e membros dos movimentos sociais, enquanto um grupo crescente, que está chegando nos territórios para que houvesse uma forma de agir sólida que não fosse pela via da imposição e do salvador branco. Assim, foi preciso construir uma forma de pensar para além do binário eles-nós, para que ao entrar nas comunidades, a ação fosse em conjunto e não separada.

Além disso, o fazer popular dentro de um sistema capitalista acarreta dificuldades estruturais, como a falta de serviços de saúde em territórios do MST, a falta de apoio financeiro para manter as cozinhas solidárias e as turmas de educação popular em saúde, as pressões contra os territórios ocupados, por parte da elite, entre outros. Desse modo, as ações dependem de um potencial de criação paralela à falta de direitos básicos da população, o que denominou-se em coletivo como “pedagogia do fazimento”, isto é, a ação e reavaliação constante como uma aposta em novas realidades, muitas vezes com pouca estrutura e grandes possibilidades de falha.

Os aprendizados ocorreram no sentido de compreender o propósito da educação popular, no contexto nacional, enquanto um fazer revolucionário, que pode transformar realidades apesar das forças contrárias. O saber popular, embora marginalizado, ainda é o que está trazendo políticas públicas para as periferias, condições básicas de existência e espiritualidade.

CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS: REFLEXÕES SOBRE A EXTENSÃO ESPERANÇAR NA COMUNIDADE DO ARATU

Aline de Sousa Furtado[1]
Ícaro Barreto da Silva Menezes[2]
Lucas Antônio de Souza Ribeiro de Mendonça[3]
Daniel Figueiras Alves[4]
Gabriella Barreto Soares[5]

Palavras-chave: Educação em Saúde. Participação Comunitária. Promoção da Saúde. Redes Comunitárias. Desenvolvimento Sustentável.

Introdução

A desigualdade social nas periferias brasileiras é um grande desafio na busca por um país mais justo. Embora iniciativas da comunidade estejam em constante movimento, a efetivação de políticas públicas que enfrentam desigualdades têm se mostrado insuficiente. Diante disso, o projeto de extensão "Esperançar Aratu", da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), estabeleceu uma parceria com a comunidade do Aratu, em João Pessoa, com o objetivo de construir Territórios Saudáveis e Sustentáveis, promovendo a saúde de forma emancipatória e ampliada.

Por meio de uma abordagem norteada pela Educação Popular em Saúde (EPS), o projeto visa proporcionar desenvolvimento integral do ser humano, pautado na gestão democrática e planejamento participativo. As ações de promoção à saúde não se limitam ao cuidado imediato, buscam criar uma consciência crítica e formar agentes capazes de intervir de forma transformadora no território.

O Aratu é uma área de ocupação dentro da cidade João Pessoa, uma comunidade que existe e resiste há mais de 18 anos. O lugar é dividido em duas áreas, EMBRAPA e CEHAP, abrigando aproximadamente 6.000 pessoas, que enfrentam um alto nível de vulnerabilidade e problemáticas graves como a falta de água, de regularização fundiária, da energia elétrica, saneamento básico e de todos os equipamentos sociais indispensáveis para garantia da cidadania. Mesmo dividindo espaço com o desenvolvimento que uma capital ostenta, o Aratu segue sendo invisibilizado e negligenciado, como todas as periferias brasileiras, o direito à

[5] Doutora em Odontologia Preventiva e Social FOA-UNESP, docente do DPS/CCM/UFPB, gabriella.barreto@yahoo.com.br
[4] Doutor em Educação Unicamp, docente do DME/CE/UFPB, danielfigalves@gmail.com
[3] Discente do curso de Medicina da UFPB, extensionista voluntário, lucas.mendonca@academico.ufpb.br
[2] Discente do curso de Medicina da UFPB, extensionista voluntário, icaro.menezes@academico.ufpb.br
[1] Discente do curso de Medicina da UFPB, extensionista bolsista, alinesousaf36@gmail.com

educação, ao lazer, à alimentação e à moradia são utopias, e consequentemente, o direito à saúde também.

As periferias, embora marcadas por muitas carências estruturais, são espaços potentes, onde iniciativas culturais e sociais florescem. O Esperançar Aratu atua nessas lacunas, promovendo articulação entre ciência, serviços de saúde e moradores, fortalecendo o vínculo entre comunidade e Estado, despertando a mobilização pelos direitos constitucionais (Silveira; Fernandes; Pellegrini, 2014).

Diante disso, a universidade deve assumir seu papel enquanto ferramenta de construção social e devolver à comunidade não apenas profissionais formados, mas agentes de transformação, e a extensão é uma excelente forma de garantir isso.

Frente a esses pressupostos, o objetivo deste trabalho foi descrever as atividades de promoção da saúde, com base na educação popular, do projeto de extensão Esperançar Saúde, do campus I da Universidade Federal da Paraíba, desenvolvido na Comunidade do Aratu. E se torna relevante por contribuir com a construção do diálogo entre instituições de ensino, serviços de saúde e comunidade, bem como com a formação e inserção dos moradores enquanto agentes no processo saúde-doença e protagonistas na construção do território saudável.

Aspectos metodológicos da experiência

O Projeto Esperançar surgiu com a proposta de construir territórios saudáveis e sustentáveis a partir de uma promoção da saúde crítica, emancipatória e libertadora, fundamentada em processos educativos que consideram todas as dimensões do ser humano. Desde sua origem, adotou uma metodologia participativa e democrática, com planejamento conjunto com a comunidade, articulando ações de cuidado, educação em saúde, formação e reflexão crítica voltadas à transformação social.

Ao longo de seus quase três anos de atuação na comunidade Aratu, o projeto desenvolveu estratégias metodológicas específicas para cada ciclo. A princípio, no ano 1, o projeto de extensão começou a trabalhar com grupos coletivos identificados por meio do processo de territorialização, realizado pelos discentes junto com a comunidade. O grupo de crianças e suas famílias, beneficiados pelo projeto Amigas solidárias, e o grupo de mulheres e catadores de reciclagem no projeto Mulheres do Amanhã.

Esse delineamento proporcionou uma maior abrangência no número de pessoas a serem envolvidas pela ação de extensão e incorporação de temas transversais como educação, segurança alimentar, raça, gênero e cultura, acolhendo a complexidade das abordagens sistêmicas, ecossistêmicas e ecossociais que se articulam em prol da produção do cuidado, considerando a intersetorialidade e participação popular como referenciais fundantes da ideia de território saudável e promoção da saúde.

A atuação também foi fortalecida por parcerias intersetoriais, como a Unidade de Saúde da Família Verdes Mares, representada pela agente comunitária de saúde, a Unipê (Centro Universitário de João Pessoa) e a EMLUR (Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana), evidenciando a importância da gestão compartilhada na construção da saúde coletiva. As ações foram sustentadas pela perspectiva de redes, conforme discutido por Sônia Fleury (2005), que as compreende como processos mobilizadores, de base solidária, que possibilitam novas formas de organização social e gestão interinstitucional.

De acordo com a autora, mediante uma visão societária, as redes são tidos como processos mobilizadores que geram conexões solidárias e privilegiam a gestão interorganizacional. Nesse sentido, a articulação das ações se deu de diferentes maneiras e em diferentes espaços de atuação, contando com o apoio dos parceiros já citados para compor essa rede a partir sistematização das narrativas levantadas e leitura da realidade em suas múltiplas dimensões e encaminhamento das discussões para realização das ações de intervenção propriamente ditas.

No segundo ano, o projeto estruturou-se em três frentes: (1) cuidado e construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis, com atividades registradas em portfólio e redes sociais; (2) articulação intersetorial com projetos de extensão parceiros como Educa Aratu e Florescer Aratu, além da colaboração com o programa do Governo Federal Periferia Viva; e (3) produção científica voltada à sistematização das experiências no território.

A frente articuladora foi extremamente importante, a começar pela parceria com os projetos de extensão Educa Aratu e Florescer Aratu. Esta articulação foi eficaz e funcional, pois a integração e interdisciplinaridade nas ações conjuntas tiveram grande potencial dentro das atividades de extensão. O Esperançar trouxe a perspectiva dos discentes da área da saúde, nos cursos de medicina, fisioterapia, nutrição e terapia ocupacional. O Educa, agrega o conhecimento da área da educação, com alunos nos cursos de ciências da religião, pedagogia

e dança. Já o Florescer, contempla a área de meio ambiente e também licenciatura, com os alunos do curso de ciências biológicas.

Uma segunda articulação importante foi com o Periferia Viva, programa da Secretaria Nacional das Periferias (SNP) - Governo Federal, que busca resolver desafios significativos da infraestrutura urbana. Inicialmente, somaram muito na luta pela regularização fundiária no Aratu, questão que afeta diretamente a qualidade de vida e saúde dos moradores da comunidade. A chegada do Periferia Viva segue sendo uma grande esperança de que as problemáticas de infraestrutura urbana serão enfrentadas pelo Estado.

Em seu terceiro ano, os grupos em destaque foram o de crianças e adolescentes, e as atividades se organizaram em três eixos: (1) intervenções diretas na comunidade; (2) formação e valorização da Educação Popular em Saúde na UFPB; e (3) articulações institucionais visando à continuidade das ações no território. A integração com a construção da nova Unidade de Saúde da Família no Aratu e o fortalecimento de redes locais reafirmam o papel do Esperançar como espaço de articulação entre ensino, serviço e comunidade.

Ao todo, entre 2022 e 2024, foram desenvolvidas 78 atividades, das quais 33 foram ações de intervenção no território, 23 reuniões de planejamento e encontros de formação e 22 atividades complementares. A extensão abrangeu áreas como educação ambiental, saúde da criança, da mulher e também saúde mental, além de práticas integrativas, educação sexual, mobilização social, arte e cultura. As ações, realizadas quinzenalmente, incluíram oficinas, rodas de conversa, e atividades práticas que dialogam com demandas reais da comunidade e foram organizadas por grupos de trabalho formados por discentes, com apoio logístico e estrutural das lideranças locais e a comunidade, que cederam espaços e atuaram como guias no processo desde a territorialização.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

O Projeto de Extensão Esperançar percebe todos os dias que a coletividade é a grande força motriz do desenvolvimento, e o coletivo é formado pelos indivíduos; portanto, as crenças, costumes e identidades socialmente compartilhadas influenciam o processo de significação de informações sobre a saúde, e também as consequentes mudanças de atitudes e comportamentos. Foi por isso que o Esperançar se dedicou com afinco a entender os indivíduos e suas necessidades na comunidade do Aratu, pois sem essa perspectiva, os

objetivos traçados seriam apenas mais um critério a se cumprir. Desse modo, estabelecemos vínculos importantes e estratégicos para efetivar o cuidado (Peres; Rodrigues; Silva, 2021).

Como resultado da lógica capitalista e processos de invisibilização, as periferias encontram na participação popular a força que materializa a coletividade.

> Assim, quando os seres conscientes querem, refletem e agem para derrubar as "situações-limite" que os e as deixaram a si e a quase todos e todas limitados a ser menos; o "inédito viável" não é mais ele mesmo, mas a concretização dele no que tinha antes de inviável. Portanto, na realidade são essas barreiras, essas "situações-limite" que mesmo não impedindo, depois de "percebidos-destacados", a alguns e algumas de sonhar o sonho, vêm proibindo à maioria a realização da humanização e a concretização do SER MAIS (Freire, 1992, p. 191).

Diante disso, uma das principais conquistas dessa vivência foi experienciar a potência da participação popular na figura das lideranças comunitárias. No contexto brasileiro, os processos participativos carregam uma tensão significativa: embora a Constituição de 1988 tenha aberto caminhos para o fortalecimento da democracia e impulsionado a emergência dos movimentos sociais, esses mesmos sujeitos coletivos ainda enfrentam resistência e deslegitimação por parte de setores hegemônicos tradicionais.

Ainda assim, são justamente as mobilizações sociais que denunciam as desigualdades históricas e impulsionam a renovação e o avanço das políticas públicas, como acontece no Aratu. Por isso, a participação social se configura como um campo estratégico e necessário de análise crítica e produção científica, e ter conseguido respeitosamente viabilizar a aproximação entre as lideranças comunitárias do território fez grande diferença na experiência com a extensão.

Ademais, a união entre as áreas da saúde, educação e meio ambiente fortaleceu e evidenciou a importância do trabalho interdisciplinar na construção de um conceito ampliado de saúde, favorecendo a ampliação do olhar crítico de cada discente participante. Para além disso, conhecer o território e presenciar a chegada da política pública na comunidade é uma aprendizado indescritível, pois ao longo desses quase três anos acompanhamos a luta das lideranças comunitárias em busca de seus direitos. Aprendemos na prática a importância e influência da participação popular na implementação de políticas públicas; os conceitos de Educação Popular em Saúde, Promoção da Saúde e importância da Atenção Primária à Saúde foram demonstrados com muito mais propriedade do que em qualquer sala de aula.

No entanto, conforme aponta Sawaia (2003), a psicologia sócio-histórica entende que os vínculos sociais são formados em estreita relação com o contexto político em que estão inseridos. Em uma sociedade marcada pela pobreza e pela violência, as relações de poder e as desigualdades se consolidam como normas sociais, influenciando inclusive a esfera dos afetos e gerando tanto conexões quanto rupturas no campo ético e político. E deste lugar surgiram as principais dificuldades.

Nesse sentido, a fofoca assume um papel central nas dinâmicas comunitárias. Segundo Elias e Scotson (2000), ela revela normas, valores e relações locais, funcionando tanto como elogio quanto crítica. Atua como mecanismo de afirmação de ideias dominantes e de controle social, influenciando diretamente os vínculos, que podem ser fortalecidos ou fragilizados — neste caso, com impactos negativos nas relações entre os membros da comunidade. Em muitos momentos, as relações entre as lideranças foram prejudicadas por ela e pela ideia de protagonismo em detrimento do bem da comunidade.

Além disso, a presença marcante do assistencialismo e da politicagem influenciando as relações dentro do território foram obstáculos importantes. As disputas políticas nas periferias já deveria ter tomado o centro de debates, tendo em vista a influência desta dinâmica na vida dos moradores, que por muitas vezes, tornam-se reféns em situações que remetem aos tempos do voto de cabresto. São regras ditadas, acordos selados e lados escolhidos não por discernimento político, mas por barganha e falsas promessas.

Territórios periféricos, frequentemente associados à marginalidade, concentram graves problemas urbanos, sociais e ambientais, como falta de infraestrutura, moradia, saúde, educação e segurança alimentar. Nesses espaços, marcados pela interdependência de múltiplas carências, a ausência do Estado favorece o crescimento de atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, que atende majoritariamente à cidade formal, mantida por políticas higienistas e excludentes (Silveira; Fernandes; Pellegrini, 2014). A presença silenciosa do tráfico também impõe dificuldades às ações de extensão, pois sua centralização de poder controlar a gestão de seus territórios, numa exacerbação do uso de mecanismos de comando passivo agressivos ou até mesmo violentos que estimulam a tessitura de novos regimes, moralidades e comportamentos, o que afasta e prejudica a atuação de lideranças comunitárias sérias e comprometidas com a comunidade.

Por fim, o que começou com a ideia de promoção da saúde terminou com a certeza que de esse conceito foi redimensionado, mas a garantia da saúde, de forma ampliada, emancipatória e participativa, é, e deve continuar sendo um direito inegociável. Dos dias cheios de atravessamentos e aprendizados, foram registrados momentos marcantes e transformadores, pois no Aratu o aprendizado foi muito mais do que acadêmico, foi sobre a vida, amor, esperança e o poder do contato e da escuta. É a extensão deixando de ser apenas uma ferramenta acadêmica e tornando-se uma experiência enriquecedora para a vida através do afeto.

Considerações finais

Concluímos com certeza de ganhos para a comunidade e discentes, o aprendizado compartilhado gerou construções profundas e momentos cheios de atravessamentos.

Houveram desafios, como a vulnerabilidade social das famílias, a presença do assistencialismo, conflitos entre lideranças e politicagem. Mas articulamos um processo de proteção e ação social, otimizando os serviços na Atenção Primária em Saúde. Trabalhamos a autonomia dos moradores enquanto agentes no processo saúde-doença e protagonistas na construção de territórios saudáveis e sustentáveis.

Assim, a integração entre os discentes e a comunidade, contribuiu para a qualidade da formação dos extensionistas, desenvolvendo habilidades para execução dos conhecimentos em saúde pública e promovendo a união entre os pilares do tripé universitário, envolvendo ações de pesquisa, ensino e extensão.

Referências

CARMEN BEATRIZ SILVEIRA; TANIA MARIA FERNANDES; BÁRBARA PELEGRINI. **Cidades saudáveis? Alguns olhares sobre o tema.** [s.l.] Editora FIOCRUZ, 2014.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia Da Esperança : Um Reencontro Com a Pedagogia Do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FENNER, A. L. D., KNIERIM, G. S., SILVEIRA, M., et al. **Formação-ação: uma contribuição para a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis (TSS)**. Fundação Oswaldo Cruz, 2021.

FLEURY, S. A seguridade social e os dilemas da inclusão social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 449-470, 2005.

PERES, F.; RODRIGUES, K. M.; SILVA, T. L. E. **Literacia em Saúde**. SP: SciELO - Editora FIOCRUZ, 2021.

SAWAIA, B. B. **Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades**. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE/Pusp, 2003. p. 39-50.

PROJETO DE EXTENSÃO POPULAR NA INCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS: PREPARAÇÃO PARA O ENEM

Adelmo Ferreira Silva[1]
Inaldo Nóbrega de Sousa Filho[2]
Jaciele Fragoso da Costa[3]

Palavras-chave: Inclusão. Educação. Escola.

Contextualização:

Tendo em vista a quantidade de estudantes oriundos da rede pública de ensino que posteriormente irão prestar seleções e vestibulares, como por exemplo o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sendo este, considerado um processo excludente, pois, muitos desses candidatos possuem oportunidades muito distintas, seja de natureza econômica, social e/ou cultural. Dessa forma, o projeto de extensão intitulado como "Cursinho preparatório pro- ENEM 2024 do Campus III da UFPB, surge como potencial meio de transformação de vida para estudantes oriundos da rede pública de Ensino de aproximadamente 20 municípios circunvizinhos ao Campus III da Universidade Federal da Paraíba no Município de Bananeiras - PB. O projeto buscou oportunizar que estudantes de baixa renda e oriundos de escolas públicas, que possuem dificuldades em ter acesso à cursinhos preparatórios pagos, possam se preparar para a realização do ENEM. Ministrou-se um curso intensivo para esses estudantes oferecendo atividades específicas e complementares ao ensino médio, por eixo de conhecimento contextualizado para o exame nacional subdividido por áreas: Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Língua Estrangeira Moderna; Matemática e suas Tecnologias. Portanto, o projeto contribuiu diretamente para o desenvolvimento dos estudantes envolvidos, como também para os bolsistas.

[1] Discente em Licenciatura em Ciências Agrárias - UFPB e adelmo.silvas@academico.ufpb.br
[2] Discente em Licenciatura em Ciências Agrárias - UFPB e insf@academico.ufpb.br
[3] Discente em Licenciatura em Pedagogia - UFPB e jaciele.costa@academico.ufpb.br

Refletindo com a experiência:

O projeto trouxe uma nova perspectiva na preparação de um exame que exige muito, a prova traz consigo todos os assuntos estudados no decorrer de sua vida estudantil dos cursistas, por isso, o apoio e tutoria fornecidos pelo projeto, possibilitou uma preparação crítica e cidadã. Além da melhoria dos índices dos cursistas no ENEM, o cursinho tem como objetivo uma formação cidadã, crítica e criativa, fundamental para a cidadania e a resolução de problemas complexos que são apresentados constantemente na vida em sociedade. Também é possível ressaltar a experiência vivenciada pelos bolsistas envolvidos na ação. Uma experiência na docência, sobretudo para os licenciandos envolvidos, é de grande importância para as carreiras profissionais dos bolsistas. Estas experiências são importantes para os bolsistas e cursistas pois promovem uma troca de saberes e uma evolução de forma coletiva e positiva para todos os envolvidos. Ações como essa fortalecem o vínculo entre a universidade e a sociedade, evidenciando a função social e a importância da universidade para as camadas populares dos municípios circunvizinhos a Bananeiras - PB incentivando jovens e adultos a ingressarem na vida acadêmica, por meio de uma formação crítica.

CLUBE DO LIVRO E O REFLEXO NA ESCRITA ACADÊMICA

Vanessa Leandro de Siqueira Silva[1]
Ana Paula Araújo Mota[2]
João Batista Araújo da Silva Júnior [3]

Palavras-chave: Clube do livro. Escrita acadêmica. Estudantes. Universidade.

Contextualização:

A extensão está diretamente associada à Universidade junto ao ensino e à pesquisa, constitui-se em ações estratégicas de construção e compartilhamento de conhecimentos. Nesta direção, o clube do livro é uma ação importante que reflete diretamente na leitura e escrita acadêmica na Universidade, pois os estudantes desenvolvem habilidades de estudos, enriquecem o vocabulário, o que reflete diretamente na escrita acadêmica. O objetivo deste trabalho é apresentar as ações do clube do livro e a importância da leitura para a escrita acadêmica.

As ações do clube do livro consistem em disponibilizar exemplares de diferentes gêneros literários para os estudantes e comunidade acadêmica nos intervalos das aulas. Estudantes vinculados ao projeto organizaram um calendário para disponibilizar livros que foram adquiridos através de doação, após a leitura do livro o estudante realiza a devolução do livro para o projeto, e realizam a cada 30 dias o encontro do clube que compartilha as experiências de leitura e como elas colaboram para ressignificar suas ações cotidianas e contribuem para escrita acadêmica. Os encontros são finalizados com um lanche compartilhado.

[1] Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Estadual do Ceará (UECE). e-mail: vanessa.leandro@aluno.uece.br.
[2] Mestra em Educação e docente da Universidade Estadual do Ceará (UECE). e-mail: paula.mota@uece.br.
[3] Pós-Doutor em Química inorgânica e docente da Universidade Estadual do Ceará. e-mail: joao.batista@uece.br.

Vale ressaltar que o clube do livro tem se tornado uma ação de permanência estudantil, tendo em vista que muitos estudantes mudam de município para cursar o ensino superior e encontram no grupo o apoio de colegas para conseguirem permanecer na Universidade.

Refletindo com a experiência:

A leitura é um elemento essencial para a escrita acadêmica, uma vez que, a leitura possibilita ao estudante a aprender e desenvolver seus conhecimentos pela prática da leitura e desenvolver a escrita. (Pereira; Braga; 2019).

Mesmo existindo na Universidade grupos para incentivar e propagar leituras, esta ação é desafiadora, pois os estudantes se encontram com muitas atividades profissionais e pessoais, dificultando, muitas vezes, a participação desses momentos.

Consideramos que mesmo com desafios, os resultados são positivos, pois os estudantes sinalizam gostarem destes momentos de compartilhar as leituras, e tem escrito e participado de eventos tanto na instituição como em outros Estados.

Referências

PEREIRA, Fabiane Aparecida; BRAGA, Sandro. A escrita na formação de professores de língua portuguesa. **Scripta,** [S.L], Belo Horizonte, v. 23, n. 48, p. 27-40, 2 °quadrimestre de 2019. DOI: https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2019v23n48p165-178.
Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/19734. Acesso em: 14 março. 2025.

IMAGENS E SABERES - FORMAÇÃO DOS AGENTES POPULARES EM SAÚDE DOS POVOS DAS ÁGUAS

Maria Canaan Pires Fialho[1]
Justino Pedro da Silva Neto[2]
Laura Lujan Ausilio Diniz[3]
Sara Rebeca da Silva Oliveira[4]
Lucas Costa Nunes[5]
Daniel Figueiras Alves[6]

Palavras-chave: Educação Popular em Saúde. Pesca Artesanal. Políticas Públicas. Populações Vulneráveis. Agentes Populares de Saúde.

Contextualização: Este relato a partir da experiência tem como objetivo apresentar o vídeo com as percepções das lideranças das comunidades tradicionais da pesca artesanal na Paraíba e Pernambuco sobre a formação do Curso de Formação dos Agentes Populares de Saúde dos Povos das Águas. O curso foi desenvolvido em quatros estados nordestinos (BA, CE, PB e PE) em parceria com a Fiocruz de Pernambuco, Fiocruz do Ceará, UFBA e Grupo de Reflexão e Estudos em Trabalho Ambiente e Saúde (GRETAS) da UFPB, com apoio do Ministério da Pesca Artesanal e CNPQ, com uma experiência pautada na Educação Popular. Os encontros foram realizados no polo EaD UNICAP de João Pessoa entre os meses de dezembro de 2024 e fevereiro de 2025. O Curso teve como motivação principal a necessidade de fortalecer, junto às lideranças, pescadores e pescadoras, marisqueiras, catadoras e catadores de caranguejo, a estratégias comunitárias de organização e resistência frente às múltiplas ameaças socioambientais que comprometem os modos de vida e a saúde desses povos. Justifica-se, portanto, a relevância da experiência na promoção do protagonismo popular e no desenvolvimento de instrumentos formativos capazes de fomentar ações críticas e transformadoras nos territórios.

[1] Graduada em Ciências Sociais UnB, Pesquisadora Bolsista CNPq, canaanfialho@gmail.com
[2] Graduando do curso de Medicina, jpsn@academico.ufpb.br
[3] Graduanda em Ciências das Religiões, Pesquisadora Bolsista do CNPq, lujan.ufpb@gmail.com
[4] Graduanda do curso de Medicina, sarabecao@gmail.com.
[5] Graduando do curso de Medicina, lucascostanunes.educ@gmail.com
[6] Doutor em Educação Unicamp, docente do DME/CE/UFPB, danielfigalves@gmail.com

Refletindo com a experiência: O vídeo apresenta o olhar da coordenação geral do projeto até os educandos (as) e suas reflexões sobre a importância do curso para o desenvolvimento de ações de vigilância popular em saúde junto com pescadores artesanais dos seus territórios. No decorrer dos cinco módulos foram utilizadas rodas de conversa, oficinas participativas, exibição de filmes, atividades de cartografia social e dinâmicas visuais como a técnica da foto-voz, abordando temas como a interrelação entre saúde, trabalho e ambiente; racismo ambiental; justiça ambiental; vigilância popular em saúde; e estratégias de comunicação popular. A experiência demonstrou a importância da formação de Agentes Populares de Saúde dos Povos das Águas para a defesa de territórios saudáveis e sustentáveis. O processo formativo possibilitou o reconhecimento, por parte dos agentes, de seu papel político e social na mobilização comunitária, na produção de conhecimento local e na incidência política por direitos e justiça socioambiental. Dentre as potencialidades identificadas, destacam-se o fortalecimento de redes comunitárias, a valorização dos saberes ancestrais, a ampliação da consciência crítica e o estímulo à atuação coletiva na formulação de estratégias locais de cuidado e enfrentamento de vulnerabilidades. Entre os principais desafios, apontam-se as limitações logísticas e de recursos, as distâncias geográficas entre as comunidades e as dificuldades enfrentadas diariamente pelos participantes no combate às violações de direitos. Ainda assim, os aprendizados coletivos proporcionaram subsídios para a continuidade da mobilização nos territórios da pesca artesanal. Além disso, para os discentes envolvidos na construção dessa formação, a experiência representou uma oportunidade de protagonismo desde a elaboração da proposta metodológica do curso. Esse processo possibilitou o aprofundamento em metodologias participativas, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, além do engajamento e da construção de vínculos com as lideranças das comunidades tradicionais da pesca e suas lutas. Tudo isso contribuiu para uma transformação no modo de pensar dos estudantes, fortalecendo uma postura crítica e comprometida com a justiça socioambiental.

NA ENCRUZILHADA DO COMBATE À LGBTFOBIA NA ESCOLA PÚBLICA: PROTAGONISMO LGBTQIA+ E UMA ALIANÇA PARA TRANS FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Guilherme Runge[1]
Vlad Rosa Moraes Menezes[2]

Resumo:
O presente artigo reúne as experiências educacionais desenvolvidas sob a temática de reafirmação do orgulho e do combate à lgbtfobia em uma escola pública da educação básica. As vivências relatadas ocorreram no período entre os anos de 2023, 2024 e 2025 dentro de uma pesquisa de mestrado profissional em ensino de história (RUNGE, 2025). Nesse período da pesquisa foram produzidos quatro programas de rádio com a pauta de reafirmação do orgulho e do combate à lgbtfobia dentro da escola. Além dessas produções realizadas com caráter de protagonismo LGBTQIA+ e estudantil, o trabalho foi complementado com uma formação voltada para os professores da escola coordenada e apresentada por uma travesti. Os resultados dessa intervenção provocaram efeitos importantes para uma trans formação de professores e ao mesmo tempo veio à tona uma manifestação transfóbica que foi multiplicada em luta e solidariedade como forma de combate à lgbtfobia e às diversas opressões interseccionadas. Em relação aos aspectos éticos envolvendo seres humanos, os/as estudantes voluntários/as, os/as profissionais envolvidos/as e suas respectivas imagens e som estão vinculados à pesquisa "Rádio Comunitária e Interseccionalidade na Encruzilhada do Ensino de História em Cachoeirinha/RS", que possui aprovação ética pelo sistema CEP/CONEP, com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética sob número 74758623.4.0000.5347.

Palavras-chave: Orgulho LGBTQIA+; Escola Pública; Pedagogia das Encruzilhadas.

Introdução

O espaço escolar, conforme OLIVEIRA (2020), é um lugar caracterizado pelo controle de corpos e pela produção de subjetividades e se orienta a partir de duas formas de segregação e preconceito, o racismo e a homofobia. Dessa maneira, a homofobia, assim como o racismo, faz parte da cultura escolar e está presente de forma naturalizada na linguagem adotada pelos próprios estudantes que utilizam cotidianamente expressões homofóbicas, por exemplo. Em virtude disso, não foi à toa que a questão do orgulho e do combate à homofobia tenha sido um dos temas que exigiu maior investimento de tempo e dedicação dos programas de rádio relacionados à referida pesquisa.

---

[1] Mestre em Ensino de História pelo Profhistória da UFRGS (2025). Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia (2016). Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). Licenciado em História pelo Centro Universitário Internacional (2022). Atualmente é professor de Geografia e de História nas redes municipais de Cachoeirinha e de Gravataí no Rio Grande do Sul.

[2] Mestranda em Saúde Coletiva/UFRGS, pós-graduada em Fisioterapia Pélvica pela UniRedentor, Graduada em fisioterapia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Transativista no Coletivo Onças Pintadas, Coordenadora de Advocacy e Políticas Públicas na Rede Inclusivah!

Faltava apenas uma porta de entrada que fosse “justificável” para demarcar território nesse tema porque o que impera na realidade escolar infelizmente é a cultura homofóbica, da transfobia, na verdade da lgbtfobia para sermos mais abrangente. As preocupações imediatas eram o sofrimento e a opressão cotidiana contra estudantes LGBTQIA+, pois eles existem, não são anormais, mas a cultura escolar continua os classificando pela infrequência ou pela necessidade de pressionar as famílias para que sejam laudados por algum CID que os rotule de qualquer transtorno.

Em 2022 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgava pela primeira vez o resultado da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) que inclui a Orientação Sexual Autoidentificada da População Adulta (IBGE, 2019) com levantamento feito através da pergunta *“Qual é a sua orientação sexual?”*. Dessa maneira, foi dentro das habilidades relacionadas à dinâmica demográfica e à população que esse conteúdo esteve inserido na disciplina de Geografia, por exemplo. É importante registrar que a atividade se limitava a análise dos dados resultantes desse levantamento na população adulta brasileira. De qualquer forma foi um prato cheio porque veio à tona uma série de dúvidas, curiosidades dos estudantes e ao mesmo tempo manifestações lgbtfóbicas.

De modo geral, foram utilizados materiais do Projeto Escola Sem Homofobia (HILGEMBERG; ANDRADE, 2023) para dar consequência às aulas. A história do Projeto Escola Sem Homofobia tem seus antecedentes em 2004, circunstância em que o governo federal lançou o programa Brasil sem Homofobia com o objetivo de combater a violência e o preconceito contra a população LGBT. Uma parte do material enfatizava a formação de educadores para tratar questões relacionadas ao gênero e à sexualidade. Nascia aí o projeto Escola sem Homofobia.

Por meio de um convênio firmado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foi elaborado o material que seria distribuído às instituições de todo o país. Entretanto, uma polêmica impediu sua circulação. Em 2011, quando estava pronto para ser impresso, setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional iniciaram uma campanha contra o projeto. Nas acusações feitas, o material foi pejorativamente chamado de "kit gay" e, infelizmente, o governo na época cedeu à pressão e suspendeu o projeto.

A tentativa de cerceamento e censura, no entanto, não ficou somente no âmbito do passado, mas deixou marcas presentes a partir do ambiente de medo e certo “pânico moral” que essas questões trazem para dentro da cultura escolar. Na prática concreta da referida pesquisa, por exemplo, por diversas vezes os materiais deixados para cópia na escola não

foram reproduzidos por receio da equipe diretiva. No entanto, na prática foram ignoradas todas essas atitudes de cerceamento e as cópias dos materiais utilizados nas aulas foram providenciados fora da escola como meio de subverter a censura e garantir a pesquisa.

Metodologia e Desenvolvimento

Enfrentadas essas dificuldades iniciais, passamos ao relato sobre os quatro programas de rádio desenvolvidos pelos estudantes com a temática do orgulho e da necessidade de combate às práticas de lgbtfobia dentro da escola[3]. Dentre esses programas foram realizadas uma entrevista em caráter de roda de conversa na escola com profissionais do Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS Infanto Juvenil e três programas no estúdio de rádio, sendo uma entrevista com uma professora lésbica e dois programas produzidos e apresentados pelos próprios estudantes autoidentificados como LGBTQIA+.

Como referencial teórico metodológico a pesquisa adotou as interseccionalidade como práxis críticas (COLLINS, BILGE, 2020) na incorporação de estudantes voluntários para garantir um perfil que contemplasse a diversidade de questões envolvendo raça, gênero, classe, orientação sexual, capacidade, origem e religiosidade. Essa diversidade foi colocada em debate entre os jovens a partir da Pedagogia das Encruzilhadas (Rufino, 2019) em que o educador assume a identidade de um professor-Exu (Pereira, 2021) responsável por mobilizar os diferentes pontos de vista em prol de uma educação libertadora (FREIRE, 2001)

Entrevista sobre o Dia do Orgulho[4]

A Revolta de Stonewall é bastante simbólica para fazer memória e celebrar um marco do que veio a ser conhecido na história como o Dia do Orgulho. Quem vai contar essa história é Liane Susan Müller, historiadora, professora e militante lésbica. Recentemente ela havia participado do projeto desenvolvido pelo Centro de Referência da História LGBTQI+ no RS da UFRGS (CLOSE, 2022), tendo reconhecida a sua trajetória. O fato de entrevistar alguém

[3] Disponível em https://radionaencruza.my.canva.site/#programas Acesso em 07 de Abril de 2025.

[4] Disponível em Entrevista sobre o Dia do Orgulho - Rádio#na#Encruzilhada | Podcast on Spotify https://open.spotify.com/episode/0NBnxA5Pe2iDVRjTmRdq4A?si=a2e58c2d59e847b8&nd=1&dlsi=4fddde9b2f2a495b Acesso em 08 de Abril de 2025.

que fosse autoridade na luta LGBTQIA+ foi uma sugestão dos estudantes que eram voluntários da pesquisa naquela ocasião. Considerando que não tínhamos uma pessoa adulta na escola que fosse referência para essa discussão, trouxemos uma convidada de fora da escola.

Liane contou a história do episódio ocorrido em 28 de junho de 1969 nos Estados Unidos que ficou conhecido como A Revolta de Stonewall "*A partir daquela noite surgiu a ideia do orgulho. Tenha orgulho de quem você é".* Stonewall era um bar em Nova Iorque frequentado por jovens gays e pessoas trans pobres, negras e latinas, que sofria constantes batidas policiais. A rebelião foi uma resposta a uma dessas batidas e se tornou um símbolo da luta que seguiu durante dias e foi celebrada a cada ano dando origem aos protestos do Dia do Orgulho. Neste momento a pergunta dos estudantes no estúdio foi se a comunidade LGBTQIA+ ainda era considerada ilegal após os protestos. *"Legal ou ilegal a polícia faz o que ela bem entende"* - respondeu Liane, ressaltando que foi a importância da resistência a longo prazo que foi garantindo e consolidando alguns direitos, entre elas toda a luta pelos direitos civis fazendo referência à luta antirracista. Inclusive, foi com referência na questão racial que Liane fez o seu mestrado a partir dos seus estudos sobre a Irmandade do Rosário em Porto Alegre.

Ao ser perguntada sobre como se tornou historiadora, conta que quando criança ficou impressionada ao ver em uma revista a imagem da tumba de Tutankhamon, faraó da décima oitava dinastia da história egípcia. O ingresso na faculdade de História, no entanto, se deu somente mais tarde e foi nesse contexto no início da década de 90 que participou do NUANCES - Grupo pela Livre Expressão Sexual pautando a questão lésbica. Relata que em 1997 foi a primeira parada Gay de Porto Alegre e que depois passou a ser chamada de Parada Livre. *"Na primeira parada tinha uma faixa que era carregada por três mulheres e eu era uma delas"*. - relata.

Ao final da entrevista, é ressaltado que no Brasil é crime a discriminação por identidade de gênero e orientação sexual que passou a ser enquadrada na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989). Em suas considerações finais, Liane destaca porque é importante debater esse assunto na escola (RUNGE, 2025):

> *"...a questão de gênero não está ligada especificamente a discussões bobas sobre homens e mulheres, mas está ligada à proteção da aluna, da menina, da mulher contra violência. Contra o abuso especialmente em casa porque no meio escolar a gente se depara com isso o tempo inteiro. De uma certa forma isso tem a ver com a pauta LGBT na medida em que muitas crianças LGBT também sofrem esse abuso. Ou simplesmente*

> *porque são LGBTs daí as pessoas acham que, sempre tem a ideia de que uma pessoa LGBT tende a se tornar um adulto promíscuo. Mas tambem há aqueles que usam como medida corretiva o estupro. Há violência contra jovens e crianças LGBTs que passam por determinadas situações que tão dentro do chamado estupro corretivo. Então isso sem contar com a peça fundamental que é a liberdade das pessoas, o direito das pessoas de serem quem elas quiserem ser. Ninguém, absolutamente ninguém é dono da verdade. Essa visão religiosa que é imposta à sociedade ela não pode se sobrepor ao direito individual de cada cidadão poder exercer a sua vida, a sua sexualidade, o seu pensamento, óbvio que desde que pautado pela ética civilizatória, mas não pode se sobrepor ao direito das pessoas de serem quem elas são…" (p. 114)*

Participaram dessa entrevista no estúdio de rádio cerca de seis estudantes voluntários. Na rápida avaliação feita junto aos jovens após o programa, o assunto deveria continuar, mas de que forma? A história sobre o dia do orgulho, por exemplo, havia sido trabalhada previamente com as turmas do nono ano antes dessa entrevista. Considerando que a conversa relacionava à questão da violência e até mesmo ao abuso que sofrido pelas crianças e adolescentes, foi acolhida a ideia de convidar profissionais do CAPS - Centro de Atenção Psicossocial que atendem o público infanto juvenil.

Saúde Mental na escola e os primeiros impactos da pesquisa em 2023

Ser LGBTQIA+ é normal e se há algo que devemos combater é o preconceito. Esse era o objetivo movido especialmente nessa relação com os profissionais de saúde mental para a atividade com os jovens. No entanto, houveram outras demandas levantadas e as questões de sexualidade não necessariamente foram o centro das preocupações dos jovens naquele momento. A entrevista[5] de duas profissionais do CAPS foi agendada para ocorrer dentro da escola, sendo uma psicóloga e uma técnica de enfermagem. Até a data da entrevista foi solicitado aos jovens das turmas de nono ano para irem elaborando perguntas não identificadas sobre as suas dúvidas relacionadas às questões de saúde mental e sexualidade. As perguntas semelhantes foram agrupadas em questões comuns que estavam relacionadas muito mais sobre saúde mental no geral do que sexualidade.

---

[5] Entrevista disponível em Saúde Mental e Sexualidade - Rádio#na#Encruzilhada | Podcast on Spotify https://open.spotify.com/episode/5eaReFRoA22E7yi72fddfv?si=ec0b2ad866844806&nd=1&dlsi=aac47417b4b94b26 Acesso em 08 de Abril de 2025.

De qualquer forma, apesar do caráter da atividade não ter contemplado apenas as questões de sexualidade, para os jovens foi um grande momento de participação e envolvimento com a entrevista pois, presencialmente participaram entre 15 a 20 adolescentes de três turmas do nono ano estiveram naquela roda de conversa. As poucas questões específicas sobre sexualidade foram agrupadas em uma única pergunta: **"Como a saúde mental enxerga as questões relacionadas à diversidade e o combate à homofobia dentro da escola?"**.

Não iremos descrever aqui a longa resposta que está publicada no áudio dessa entrevista no spotify e no site, mas ressaltar que, o maior valor dessas duas atividades realizadas em 2023, tanto a entrevista sobre o dia do orgulho quanto a roda de conversa sobre saúde mental e sexualidade, é o impacto que provocaram na cultura escolar. Deixaremos aqui descrito, por exemplo, o testemunho da orientadora educacional da escola após escutar as famílias de dois estudantes do nono ano que se formaram em 2023 e eram voluntários da pesquisa, sendo um gay e outro evangélico, além de reforçar o papel das entrevistas na positivação das experiências negras (RUNGE, 2025):

> *"A mãe do menino F. esteve na minha sala para relatar o quanto o projeto rádio tinha feito bem para o menino. Que ele se sentiu muito acolhido, mais forte, mais seguro de quem ele é e que o projeto rádio tinha sido fundamental para que ele pudesse se sentir acolhido e poder expor as suas opiniões entre os colegas sem ter nenhum tipo de julgamento. Ela contou que ele estava muito bem, muito forte emocionalmente, muito feliz. Que ele era uma criança que infelizmente anteriormente ele tinha alguns pensamentos suicidas. Eu tinha muito contato com essa mãe porque anteriormente eu tinha percebido algumas situações nele que me deixaram preocupadas. Eu acabei tendo um contato bem grande com essa mãe e ela veio me dar esse retorno que o que fez o menino melhorar foi o projeto rádio. E agora me recordo também do aluno J. Ele também ficou muito mais forte e a família do J. que tu te lembras que era uma família bem religiosa, que eles abriram mais a mente, o diálogo e a conversa em casa. Isso é a fala do pai com relação ao projeto rádio porque a família também ouvia em casa e abriram algumas discussões que não se tinham, que eram tabus. Eu lembro também da fala de alguns alunos que eles não tinham a dimensão das vivências dos profissionais da escola e a partir das entrevistas passaram a vê-los como gente." (pgs. 115 e 116)*

Resultados e discussão

Foi durante o mês de junho de 2024, a partir de uma sequência didática relacionada ao mês do orgulho, que alguns jovens do oitavo ano provocaram a necessidade de que fosse feito um programa de rádio sobre o assunto. Uma adolescente trans do nono ano perguntava insistentemente: *"Sor, quando é que nós vamos fazer o podcast?"*. A partir de então foi proposto que esses estudantes do oitavo e do nono ano se reunissem para a organização desse

programa através de um planejamento coletivo em que os jovens pautavam as questões fundamentais.

O primeiro programa[6] realizado contou com a participação de seis estudantes que se identificam como LGBTQIA+ que organizaram no estúdio de rádio uma espécie de debate para comentar a enquete realizada em sala de aula nas turmas de oitavo e nono ano sobre homofobia no ambiente escolar. Duas perguntas foram disparadoras da enquete em sala de aula que resultou no debate ao vivo na rádio: 1) VOCÊS PERCEBEM QUE EXISTE HOMOFOBIA OU O USO DE EXPRESSÕES HOMOFÓBICAS NO AMBIENTE ESCOLAR?; 2) QUAIS SUGESTÕES VOCÊS DARIAM PARA O COMBATE À HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR E PARA TERMOS UMA ESCOLA QUE RESPEITE A DIVERSIDADE E OS DIREITOS HUMANOS?

A atividade foi realizada em aulas nas duas turmas de oitavo e de nono ano. As respostas eram anônimas e houve somente três respostas de estudantes que não identificavam a existência da homofobia sobre a questão 1, mas a esmagadora maioria respondeu que sim com os seguintes comentários de como percebem a homofobia na escola (RUNGE, 2025):

> *"Por meio de agressões verbais, físicas, isolamento e exclusão; Vejo alunos na minha sala praticarem isso; Colegas fazem bastante isso; "Fazem piadas homofóbicas com pessoas da sala; Ocorre em vários lugares do ambiente escolar; Existe uma grande parte de pessoas que são homofóbicas ou usam expressões homofóbicas; É algo que está no mundo todo; No recreio ficam se xingando; Ouvimos bastantes xingamentos contendo esse crime; Quando os alunos se ofendem chamando o outro de bicha ou veado; É utilizado como ofensa; Ano passado um amigo foi empurrado e foi motivo de chacota por ter pintado as unhas, sendo chamado de "gay" e "viado"; Tem bastante expressões homofóbicas , assim como tem racismo e bullying."* (p. 117)

Em relação às sugestões na questão 2 para o combate à homofobia no ambiente escolar, foram apresentadas as seguintes ideias (RUNGE, 2025):

> *"Falar positivamente sobre a diversidade sexual; assegurar-se de que a família e a comunidade próxima entendem o que é a homofobia; trabalhar a importância de extinguir esse fenômeno; Todos que praticam a homofobia devem ser punidos; Respeitar as pessoas nas diferenças; Levar bilhete para casa para os responsáveis assinarem e caso continuem chamar os responsáveis; Punição aos alunos e alerta aos responsáveis; Falar mais sobre o assunto para não cometermos erros com as pessoas homossexuais e incentivarmos as pessoas a serem respeitosas com os homossexuais; Ter*

[6] Disponível em Reafirmando o Orgulho I - Rádio#na#Encruzilhada | Podcast on Spotify https://open.spotify.com/episode/352Saye7JxpiQwhXGfTZhv?si=b50e614c8d2e4516&nd=1&dlsi=9338b6af645341b5 Acesso em 07 de Abril de 2025.

> *mais respeito nas escolas sobre os direitos humanos e aconselhar a quem desrespeita a não repetir esse ato; Defesa pessoal das pessoas LGBT; Deveria ter aulas específicas nessa área, acho que seria interessante para ensinar a educação com palestras, etc.; Ordem, respeito e compreensão; Expulsar, chamar a guarda municipal.; Puxar mais nas aulas sobre as consequências que podem ter se você cometer esse crime.; Alertar aos pais sobre o comportamento dos seus filhos.; Dar mais apoio aos homossexuais. Mais vigilância nos corredores. Mais respeito aos homossexuais.; Poderiam resolver isso com palestras, lições de moral e incentivar a convencer de que isso é errado.; Começar a se colocar no lugar do outro, pois ninguém tem o direito de julgar ao próximo.; Instalar câmeras de vigilância.; Fazer cartazes, trabalhos e debates." (p. 118)*

Ao apresentar o resultado dessas duas questões no estúdio de rádio no programa ao vivo, os estudantes organizaram uma introdução apresentando o significado da sigla LGBTQIA+ e explicando o que representa a homofobia e por que ela é considerada um crime. Após isso, os estudantes no estúdio leram as respostas que apareceram para cada uma das perguntas e fizeram os seus comentários provocando um debate entre eles no programa ao vivo.

Em forma de conclusão do relato desse programa, reproduzimos as considerações finais desses estudantes em sua despedida dos ouvintes (RUNGE, 2025):

> *"Lembrando que a intenção da rádio é ajudar as pessoas LGBT a se sentirem melhor com elas mesmas e terem autoconhecimento sobre si. E ajudar elas a quem se sente menosprezado ou se sente sozinha ou se sente mal acolhida. Pra ela entender que também tem gente que se sente assim e a gente se juntar a gente pode ter uma comunidade melhor." (Luiza, 16 anos); "Acho que o programa de hoje foi extremamente importante porque ajuda a gente a ter voz" (Rafaela, 14 anos); "Foram ditas muitas coisas importantes aqui. Acredito que o próximo vai ser melhor ainda" (Vitor, 14 anos); "Eu acho que esse programa foi muito importante para as pessoas perceberem que as ações que elas fazem erradas, algumas coisas que elas dizem são totalmente erradas que elas acham. Acho que foi importante tanto para os adultos, pessoas mais velhas, adolescentes perceberem que sim algumas ações que eles fazem são totalmente erradas." (Nicoly, 14 anos); "O programa de hoje foi bem bom e bem interessante e que ajudou muitas pessoas inclusive eu a pensar um pouco sobre a homofobia". (Paula, 15 anos); "Eu acho que o programa de hoje, eu acho não, eu tenho certeza que foi um dos mais importantes pra rádio. Tem que também deixar essas pessoas que estão escutando a rádio se conscientizarem sobre o assunto né, que tem que ser bem discutido. Eu acho que é bem importante falarem sobre isso em todo o lugar". (Pedro, 14 anos). (pgs. 118 e 119)*

Reafirmando o orgulho

O segundo programa[7] apresentado pelos jovens foi resultado de pelo menos umas quatro semanas de preparação porque eles e elas se preocuparam em envolver as dúvidas dos colegas a respeito do assunto. Nesse sentido, foi pensada e criada uma caixa de dúvidas para

[7] Disponível em Reafirmando o Orgulho II - Rádio#na#Encruzilhada | Podcast on Spotify https://open.spotify.com/episode/71BfcLhqCNyPThZZUP72xa?si=d7aa0f30b04247c0&nd=1&dlsi=a4b03d7cdd504b50 Acesso em 07 de Abril de 2025.

que os estudantes pudessem colocar suas dúvidas e manifestações. Inicialmente foi proposto a esses seis adolescentes de duas turmas diferentes que eles se reunissem durante as aulas para irem organizando a decoração da caixa que seria usada para coleta das dúvidas e opiniões.

A atividade ganhou o nome de "LGBT+ FORA DA CAIXA - REAFIRMANDO O ORGULHO E COMBATENDO A HOMOFOBIA NA ESCOLA". O levantamento das dúvidas e opiniões junto aos estudantes das duas turmas de oitavo e nono ano foi feito pelos voluntários do programa de rádio. Após esse levantamento, os voluntários se reuniram algumas vezes no período de duas semanas na biblioteca da escola.

Tudo que os estudantes escreveram foi classificado em quatro tipos para ser comentado e debatido pelos voluntários no programa ao vivo: manifestações de apoio, manifestações homofóbicas, dúvidas iniciais e outras questões. O programa intercalava blocos em que eram lidas as dúvidas e respondidas, assim como as manifestações de apoio. As manifestações homofóbicas foram trazidas no sentido de desconstrução desses argumentos que apareciam, mas sem dar espaço para o preconceito.

Da mesma maneira, em forma de conclusão do relato desse último programa sobre a temática LGBTQIA+ dentro da pesquisa, reproduzimos a seguir uma das considerações finais de um desses estudantes que de sintetiza o propósito da experiência (Runge, 2025):

> *"Bom, eu acho que foi muito bom a gente poder ter um lugar na rádio pra gente poder falar o que a gente quer. Fazer as nossas pautas e também eu acho que foi muito legal. Espero que esse programa influencie bastante pessoas e também, sei lá, influencie as pessoas a respeitar o próximo e não ficar aplicando o ódio na sociedade." (Pedro, 14 anos)" (p.120)*

Considerações finais

Depois de chegarmos até aqui com importantes resultados no sentido de acolhimento e empoderamento desses jovens LGBTQIA+ dentro da escola, precisávamos de um momento para discutir essas questões entre os profissionais. Estamos nos referindo a todos/as profissionais que trabalham na escola e não somente professores/as porque na prática todos/as cumprem uma função educativa. As formações ocorrem em caráter mensal na última sexta-feira do mês e foi no mês de outubro de 2024 que esteve na escola uma travesti, autoridade nas questões LGBTQIA+ e que hoje escreve este artigo. A atividade foi divulgada internamente no grupo da escola com a denominação "Palestra: Reafirmando o Orgulho e

Combatendo a Homofobia na Escola", ocorreu nos turnos da manhã e da tarde, na qual foram abordados os conceitos de identidade de gênero, orientação sexual, expressão de gênero, características biológicas, interseccionalidade, LGBTfobia e cisheteronorma. Além de apontar o percurso histórico dos avanços que a população LGBTQIA+ conquistou, bem como dados que apontam a desigualdade e as violências sofridas por estudantes LGBTQIA+ no ambiente escolar.

Para tanto, é imprescindível compreender o contexto social e histórico em que nos inserimos, particularmente a partir do ano de 2023, marcado, logo em seus primeiros dias, por um episódio de natureza antidemocrática, caracterizado por ações violentas dirigidas contra os poderes constituídos. Ainda nesse mesmo ano, conforme levantamento realizado pelo jornal *Folha de São Paulo*, verificou-se a proposição de, em média, ao menos um projeto de lei com teor antitrans por dia. Essas iniciativas legislativas buscam institucionalizar a LGBTfobia sob distintas abordagens, com ênfase na transfobia. Observa-se, assim, o avanço de uma agenda antigênero impulsionada por setores da extrema direita, articulada a partir de uma retórica explicitamente antitrans. Essa agenda visa impor restrições significativas às identidades de gênero dissidentes, chegando, em determinados casos, à tentativa de sua criminalização. Tais agentes políticos têm instrumentalizado a transfobia como estratégia de construção simbólica da pessoa trans como uma suposta ameaça ao Estado, à família e, mais recentemente, a mulheres e crianças cisgêneras. Essa tática revela-se como um recurso recorrente da extrema direita para desestabilizar governos progressistas e justificar a negação de direitos à população trans (ANTRA, 2023).

Como reflexo desse cenário sociopolítico, o ambiente educacional também tem sido alvo de ataques, com estudantes trans enfrentando diversas formas de violência em instituições de ensino fundamental, médio e superior em diferentes regiões do país. A ausência de apoio institucional e social figura como fator central para a evasão escolar entre essa população. Segundo levantamento da RedeTrans, realizado em parceria com organizações da sociedade civil, 82% das mulheres trans e travestis abandonam o ensino médio entre os 14 e 18 anos.

No entanto, no dia seguinte à realização da atividade formativa na escola, nos deparamos com uma publicação transfóbica no facebook feita por uma servidora pública que estava presente na atividade. Naquele momento a equipe escolar foi comunicada que tal

publicação se enquadra como crime de transfobia e que as devidas providências estavam sendo tomadas. Três dias depois da formação, um pedido de informação é solicitado por um parlamentar da Câmara de Vereadores de Cachoeirinha endereçado à Secretaria Municipal de Educação sobre *"...os requisitos e qualificações exigidos para que um convidado possa palestrar para professores e alunos da rede pública municipal. Esta informação é de grande importância para fins de transparência e para garantir que as palestras promovidas na nossa rede atendam aos padrões de qualidade e relevância educacional."* Diante dessa situação, percebeu-se o incômodo de alguns com o desenvolvimento da presente pesquisa, no entanto, a reação teve como alvo naquele momento a palestrante, uma travesti.

No mês seguinte, na semana do dia da consciência negra, outras mulheres negras que participaram como entrevistadas e um estudante negro venezuelano sofreram com perseguições e omissões. Fato que aponta como a discriminação e o preconceito agem de forma articulada na segregação de corpos dissidentes no ambiente escolar. No entanto, o principal pesquisador, um homem branco-heterossexual-cisgênero e, de certo modo, amparado pela retaguarda de sindicalista, estava ciente de todos os privilégios porque em nenhum momento sofreu qualquer ameaça ou perseguição, mas de forma alguma poderia compactuar com qualquer injustiça que estava em curso.

Esse quadro revela, com clareza, a urgência na implementação de políticas públicas e práticas pedagógicas que assegurem ambientes educacionais seguros e inclusivos, respeitando as identidades de gênero e orientações sexuais de todos os estudantes. Essas medidas devem contemplar, inclusive, o direito à autodeterminação de gênero, reconhecido juridicamente no Brasil desde 2018, por meio da decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275. O fortalecimento de pautas antigênero e antitrans, alimentado pelo desfinanciamento de políticas públicas destinadas à população trans e pela ascensão de discursos conservadores, tem enfraquecido a capacidade de articulação e resposta das organizações trans.

Casos de violência e violações de direitos humanos contra crianças e adolescentes trans têm se intensificado, particularmente em espaços digitais e escolares, sendo notáveis as dificuldades de acesso à retificação de registro civil, à saúde e à permanência educacional. Esse contexto ficou evidente na resistência manifestada por parte da equipe escolar em discutir a LGBTfobia, bem como em lidar com a presença, naquele espaço, de uma travesti

ocupando o lugar de educadora — figura que contraria expectativas estigmatizantes que a relegariam ao anonimato das ruas ou às páginas policiais do país que figura a mais de uma década ser o que mais matam pessoas trans no mundo.

Referências

AVELAR, Dani. Brasil tem um novo projeto de lei antitrans por dia, e o "efeito Nikolas" preocupa. Folha de São Paulo, São Paulo, mar 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/brasil-tem-um-novo-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa.shtml

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025.

BORGES, Bianca. Os muros da escola: os desafios de jovem transgêneros para sobreviverem aos pátios e as salas de aula no Brasil. Tab UOL, São Paulo, jul 2018. Disponível em: https://tab.uol.com.br/edicao/trans-escola/

CLOSE - Centro de Referência da História LGBTQI+ no RS | UFRGS Porto Alegre/RS - Brasil. 2022. Disponível em https://www.ufrgs.br/close Acesso em 08 de Abril de 2025.

COLLINS, Patricia Hill Interseccionalidade [recurso eletrônico] / Patricia Hill Collins, Sirma

Bilge ; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf Acesso em: 07 de Abril de 2025.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HILGEMBERG, Larissa Priscila Bredow; ANDRADE, Ana Paula. "Projeto Escola Sem Homofobia e a Invenção do "Kit Gay"", Ambivalências, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 21, p. 80–104, 2023. DOI: 10.21665/2318-3888.

IBGE. Orientação Sexual Autoidentificada da População Adulta, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101934 Acessado em 07 de Abril de 2025.

OLIVEIRA, Megg Raiara Gomes de. O diabo em forma de gente: (r)existências de Gays Afeminados, Viados e Bichas Pretas na Educação. Editora Devires, 2020.

PEREIRA, Linconly Jesus Alencar. Exu nas Escolas: Uma Proposta Educacional Antirracista. Editora Cooperativa. 1. ed. Contagem, MG/Brasil: Editora Escola Cidadã, 2021.

RUFINO, Luis. Exu e a Pedagogia das encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

RUNGE, Guilherme. Rádio Comunitária e Interseccionalidade na Encruzilhada do Ensino de História em Cachoeirinha/RS. Porto Alegre, 2025, 240 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

_____. Rádio na Encruzilhada. Data de apresentação: 31/01/2025; Emissora: Rádio Comunitária Integração 87.9FM de Cachoeirinha/RS. Disponível em: https://radionaencruza.my.canva.site/ Acesso em: 28 de Março de 2025.

GRUPO DE RELAXAMENTO E BEM VIVER: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO SUS

Daiana de Paiva Gomes[1]
Ana Beatriz de Freitas Formiga[2]
João Victor Araújo do Nascimento[3]
Nicole Oliveira Peruzzatto[4]
Pedro José Santos Carneiro Cruz[5]

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde. Educação Popular em Saúde. Promoção da Saúde. Práticas Integrativas em Saúde.

Introdução

A Educação Popular (EP) pode ser compreendida a partir de Calado (2021, p. 60) como um processo formador permanente, protagonizado por sujeitos da classe trabalhadora e seus aliados, continuamente inspirados pela utopia em constante "construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária e culturalmente diversa", apoiada por dinâmicas, posturas, práticas e procedimentos direcionados ao mesmo horizonte.

Na área da saúde, a EP foi historicamente incorporada às práticas do profissionais buscando romper com a tradição autoritária e normatizadora entre os serviços de saúde e a população, valorizando a diversidade dos grupos sociais, a intercomunicação entre diversos

[1] Mestranda em Educação, Nutricionista, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), daianagomes741@gmail.com.
[2] Estudante de graduação em medicina na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), anabfformiga@icloud.com
[3] Estudante de graduação em nutrição na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), membro voluntário no projeto de pesquisa e extensão Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB) e bolsista no Extelar. jvadn3@academico.ufpb.br.
[4] Estudante de graduação em enfermagem na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
[5] Professor do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Departamento de Promoção da Saúde.

sujeitos, o compromisso com as classes populares e os seus saberes (Vasconcelos, 2001). A essa intersecção dá-se o nome de Educação Popular em Saúde (EPS).

A EPS caracteriza-se como um conjunto de ações e práticas que visam intensificar a participação popular no Sistema Único de Saúde (SUS), contribuir para a promoção da saúde, superar a abordagem verticalizada de saúde e produzir uma relação emancipatória de saúde (Amaral; Pontes; Silva, 2014). No âmbito do SUS, a Atenção Primária à Saúde (APS) é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de estrategias de promoção da saúde a partir da EPS (Silva; Lorena, 2024).

Entretanto, as práticas dos profissionais de saúde ainda são majoritariamente focadas no profissional de saúde e nos conhecimentos técnicos científicos, distanciando-se da perspectiva da promoção da saúde como um processo integral, da articulação das práticas com as dinâmicas comunitárias e com as determinações sociais do processo saúde-doença (Araújo *et al*., 2021).

Diante do exposto, este trabalho busca relatar a experiência de EPS desenvolvida pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão "Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica" (PINAB), ancorado institucionalmente no Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio do Grupo de Relaxamento e Bem Viver no território da Comunidade Boa Esperança em João Pessoa. Refletindo a partir da sua relação com moradores e lideranças comunitárias, caminhos e possibilidades de ambientes comunitários dialógicos, solidários, reflexivos e integrais de promoção da saúde.

Aspectos metodológicos da experiência

O presente artigo tem como objetivo descrever as experiências vivenciadas em um dos grupos comunitários promovidos pelo programa PINAB, que se fundamenta na educação popular e visa sua aplicação por meio das práticas educativas desenvolvidas em grupos comunitários na cidade de João Pessoa, na Paraíba.

Este estudo insere-se no campo qualitativo, com caráter descritivo, configurando-se como um relato de experiência. O processo de construção do trabalho envolveu a participação ativa de extensionistas dos níveis de graduação e pós-graduação, integrantes do grupo, em conjunto com docentes e lideranças comunitárias. A operacionalização das ações deu-se a partir do conjunto de experiências de campo vividas pelos estudantes,

registros das atividades em diário de campo e reflexões coletivas mediadas pelo coordenador do projeto.

Os encontros do Grupo de Relaxamento e Bem Viver acontecem semanalmente, no salão comunitário da Igreja São Pedro, localizada na comunidade Boa Esperança, no bairro Cristo Redentor, em parceria com a equipe de saúde da Unidade de Saúde da Família Vila Saúde. O público participante é composto majoritariamente por moradores da comunidade, especialmente adultos e idosos que buscam um cuidado em saúde integral, incluindo práticas não exclusivamente farmacológicas voltadas à prevenção e promoção da saúde.

Os procedimentos metodológicos envolvem a realização de práticas de cuidado e de educação popular em saúde, como rodas de conversa, meditação guiada, ventosaterapia, auriculoterapia, massagem e escalda-pés, conduzidas de forma coletiva. Além dessas práticas, o grupo utiliza recursos artísticos e manuais, como o tradicional “fuxico”, com o intuito de valorizar e estimular os saberes ancestrais da comunidade.

Semanalmente, cada encontro inicia com a oferta de práticas de cuidado para as participantes, incluindo práticas integrativas e populares de saúde, conforme anteriormente citado. Em seguida, organiza-se uma roda de conversa, onde se coloca em pauta temas e questões caras para as pessoas participantes e relevantes no sentido da saúde e da realidade social das mesmas; os assuntos são sempre sugeridos pelas participantes, e podem variar desde temas relacionados ao bem viver, a saúde individual, ao cotidiano familiar, até mesmo questões de ordem pessoal e emocional que as pessoas desejem partilhar. O espaço da roda de conversa constitui-se em um dos espaços centrais do grupo, na medida em que envida a oportunidade de cada morador e moradora participante partilhar suas vivências, inquietações, curiosidades, dúvidas e experiências em saúde, em geral, ou mesmo questões familiares e comunitárias que estejam gerando aflição e ansiedade. A roda é mediada no sentido de viabilizar a possibilidade de acolhimento às necessidades de partilha e desabafo das pessoas, bem como de mediação de conexões de apoio social e comunitário, pela oportunidade de cada participante, ao acolher a vivência da pessoa que trouxe o tema, também trazer suas perspectivas e ofertar novos olhares e dimensões, que ajudam a pessoa a ampliar o olhar. Quando oportuno, trazem-se temas relativos à organização e a luta comunitária e as políticas públicas, e se problematiza aspectos da realidade na perspectiva de melhor compreensão da mesma e visualização de estratégias de luta, enfrentamento e superação das dificuldades locais.

Assim, nesse processo, observa-se que o grupo prioriza, de forma significativa, o tecer de laços e vínculos humanistas que reforçam as conexões, intercâmbios e redes de apoio e solidariedade na comunidade, envidando mais oportunidades para que as pessoas e os grupos sociais territorializados fortaleçam suas buscas e encontrem mais suporte no enfrentamento e superação dos problemas cotidianos.

Como instrumentos de registro das observações e interações ocorridas durante os encontros, são elaboradas atas por meio do Google Forms, além de registros fotográficos atualizados mensalmente nas redes sociais do projeto, como o Instagram e o blog do PINAB. Mensalmente, são realizados encontros de planejamento coletivo, nos quais são sugeridos temas e dinâmicas a serem desenvolvidos com o grupo, de acordo com as necessidades e interesses manifestados pelos próprios participantes.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

O Grupo de Relaxamento e Bem Viver representa uma estratégia de cuidado integral à saúde importante ao promover um espaço de escuta, partilha e acolhimento com as moradoras da comunidade Boa Esperança. Suas potencialidades se manifestam na criação de vínculos de confiança, apoio mútuo e reciprocidade, no fortalecimento no sentimento de pertencimento e na valorização dos saberes locais, integrando práticas corporais, rodas de conversa e técnicas de relaxamento, o grupo contribui para o bem estar físico e mental das participantes, facilitando processos de emancipação e cuidado de si e do coletivo.

Entre os principais desafios enfrentados estão a continuidade das atividades em contextos de instabilidade social, especialmente quanto a violência no bairro, e certa escassez no fluxo de novas participações. Além disso, é necessário lidar com a desvalorização das práticas integrativas de saúde e do conhecimento popular por parte de alguns setores institucionais da saúde. Ainda assim, os aprendizados que emergem da vivência no grupo são profundos, entre eles a importância do cuidado compartilhado, da escuta sensível e do diálogo horizontal. O grupo reafirma a EP como um caminho para promover saúde com dignidade, respeito e participação social ativa.

Considerações finais

O Grupo de Relaxamento e Bem Viver é composto de experiências ricas e transformadoras na área da promoção da saúde integral. Isso se tornou possível não só por meio das diversas práticas voltadas ao bem-estar do grupo participante, mas também pelo método de escuta ativa, pelo acolhimento mútuo e pela criação de vínculos afetivos com a comunidade. A valorização dos saberes locais e das vivências individuais de cada participante permitiu o fortalecimento do grupo e, com isso, do cuidado como prática coletiva.

Apesar dos desafios vivenciados, a vivência no grupo demonstra que é possível construir espaços de cuidado e transformação. A abordagem horizontal e humana, ao ser abordada pelo grupo, reforça a integralidade em saúde e como é vital reconhecer o protagonismo das pessoas em seus processos de saúde individuais e da comunidade.

Referências

AMARAL, M. C. S.; PONTES, A. G. V.; SILVA, J. V. O ensino de Educação Popular em Saúde para o SUS: experiência de articulação entre graduandos de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde. **Interface**. 2014; 18(2):1547-58. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/fKscDdzzLn9BK7JQgYB8GHh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 04 abr. 2025.

ARAÚJO, R. S.; CRUZ, P. J. S. C.; VASCONCELOS, A. C. C. P.; PEREIRA, E. A. A. L.; NASCIMENTO, B. G. S.; MELO, C. T. Educação Popular na Atenção Arimária à Saúde: sistematização de experiências com grupos comunitários de promoção da saúde. **Revista Conexão UEPG.** v. 17. e17.15270.003. Disponível em:https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/download/15270/209209214025/209209233438. Acesso em: 04 abr. 2025.

CALADO, A. J. F. Educação Popular como Processo Humanizador: quais protagonistas? *In*: CALADO, A. J. F. **Educação popular**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021. p. 54-72.

SILVA, A.; LORENA, S. Vivências de preceptores da atenção primária acerca da prática da educação popular em saúde. **Revista de Atenção à Saúde**. v. 22. e20249597. 2024. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/download/9597/4234/36027#:~:text=forma%2C%20os%20profissionais%20que%20atuam%20na%20APS,o%20que%20corrobora%20com%20o%20exposto%20por. Acesso em: 04 abr. 2025.

VASCONCELOS, E. M.. Redefinindo as práticas de Saúde a partir de experiências de Educação Popular nos serviços de saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.

5, n. 8, p. 121–126, fev. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/mmg5QNvPyfBtgXwHvvNFwWb/?lang=pt. Acesso em: 04 abr. 2025.

EDUCAÇÃO POPULAR, PRÁTICAS INTEGRATIVAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO GRUPO DE SAÚDE COMUNITÁRIA A PARTIR DE UMA ABORDAGEM PARTICIPATIVA

Autor/a[1] discente bolsista: Maria Eduarda Carneiro Rodrigues
Co-Autor/a[2] discente voluntário: Antonio Marcos Silva Pereira
Autor Orientador: Pedro José Santos Carneiro Cruz

Palavras-chave: Práticas Integrativas e Complementares. Educação Popular em Saúde. Cuidado Integral.

Introdução

O presente relato irá enfocar a experiência do Grupo de Saúde Comunitária e Práticas Integrativas, conforme desenvolvida no âmbito do projeto de extensão universitária "Educação Popular, Práticas Integrativas e Promoção da Saúde na Atenção Básica", vinculado ao Programa de Pesquisa e Extensão Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB). O projeto é institucionalmente ligado ao Departamento de Promoção da Saúde (DPS), do Centro de Ciências Médicas (CCM), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Com participação ativa de lideranças comunitárias e educadoras populares locais na sua organização, o Grupo realiza suas ações desde 2021, tendo como território de atuação as comunidades Jardim Itabaiana, Boa Esperança e Pedra Branca, localizadas no bairro do Cristo Redentor, em João Pessoa-PB. O público envolvido nas atividades inclui moradores dessas comunidades, estudantes extensionistas de cursos da área da saúde, docentes orientadores e profissionais da atenção básica. A proposta tem como objetivo promover

[1] [1] Informações sobre maior titulação, formação, atuação profissional e/ou vínculo institucional e e-mail.
[2] [2] Informações sobre maior titulação, formação, atuação profissional e/ou vínculo institucional e e-mail.

espaços de cuidado coletivo e de educação popular em saúde, com apoio das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), por meio de metodologias participativas, rodas de conversa e vivências terapêuticas. Essa atuação busca fortalecer o vínculo entre universidade, serviço de saúde e comunidade, além de estimular o cuidado integral e humanizado, respeitando os saberes e as necessidades locais.

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) são abordagens terapêuticas voltadas à prevenção de doenças e à recuperação da saúde, priorizando uma escuta acolhedora, o fortalecimento do vínculo terapêutico e a conexão do indivíduo com o ambiente e a coletividade. Reconhecidas e incorporadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), essas práticas visam promover o bem-estar por meio de alternativas terapêuticas que podem ser utilizadas isoladamente ou em associação com tratamentos convencionais. Um dos fatores que contribuem para a crescente adesão às PICS é a busca por formas de cuidado menos invasivas e com menos efeitos colaterais, em comparação aos tratamentos farmacológicos tradicionais (Lopes, 2019; Telesi Júnior, 2016).

As PICS englobam estratégias de cuidado que estimulam os processos naturais do corpo, oferecendo recursos terapêuticos eficazes e seguros, centrados no ser humano em sua totalidade. Ao valorizarem a escuta sensível e a construção de vínculos, essas práticas propiciam uma integração mais profunda entre o indivíduo, o meio em que vive e as dimensões sociais e emocionais que o cercam (Telesi Júnior, 2016).

Nesse contexto, o referido projeto de extensão busca proporcionar um espaço de diálogo e cuidado coletivo com as comunidades envolvidas, promovendo o intercâmbio de saberes entre profissionais, estudantes e moradores, e fortalecendo a construção de um cuidado integral e humanizado, alinhado aos princípios das PICS e às diretrizes da saúde pública brasileira.

Aspectos metodológicos da experiência

As ações desenvolvidas pelo projeto se basearam na abordagem da Educação Popular em Saúde, utilizando metodologias participativas que colocam os sujeitos como protagonistas do cuidado. Dentre as principais estratégias adotadas, destacam-se as rodas de conversa,

realizadas semanalmente com temas variados, definidos de forma conjunta com os participantes. Esses momentos se configuram como espaços de troca e escuta, possibilitando tanto a transmissão de saberes em saúde quanto o compartilhamento de vivências pessoais, fortalecendo os vínculos e promovendo o cuidado coletivo.

Além das rodas, foram desenvolvidas práticas integrativas como meditação guiada e outras terapias que estimulam o bem-estar físico e emocional, sempre priorizando a horizontalidade nas relações e o respeito aos saberes populares. Os encontros ocorreram em espaços comunitários acessíveis e contaram com a participação ativa da população local, com apoio de lideranças da comunidade.

Os estudantes extensionistas, sob orientação docente, atuaram no planejamento e execução das atividades, promovendo uma vivência prática no território e desenvolvendo habilidades de escuta, sensibilidade e cuidado. Como instrumentos metodológicos, foram utilizados registros reflexivos, observação participante e diálogo constante, favorecendo a construção conjunta de ações voltadas à promoção da saúde e à valorização do contexto social e cultural das comunidades envolvidas.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

Os resultados observados ao longo do desenvolvimento do projeto de extensão evidenciam o potencial do Grupo como espaço comunitário de cuidado, acolhimento e construção coletiva do saber em saúde. As práticas desenvolvidas, como: rodas de conversa, meditação guiada e outras vivências conduzidas pelos estudantes extensionistas promovem o bem-estar dos participantes, o fortalecimento de vínculos e o acesso a formas alternativas e complementares de cuidado, favorecendo uma abordagem integral da saúde.

A participação ativa dos moradores, especialmente das comunidades Jardim Itabaiana, onde o Grupo é realizado, demonstra o acolhimento e o reconhecimento da iniciativa como espaço legítimo de escuta e partilha. A diversidade dos temas abordados e das práticas ofertadas permite que os encontros semanais se tornem momentos significativos

para os participantes, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a valorização dos saberes populares.

Para os estudantes envolvidos, a vivência com a realidade do território e com os princípios da educação popular em saúde vem sendo um fator decisivo para o desenvolvimento de uma formação crítica, humanista e empática. O contato direto com a realidade social da comunidade e com os desafios do cuidado em saúde despertou maior engajamento dos extensionistas, que passaram a construir vínculos mais sólidos com os participantes e a compreender a complexidade do cuidado de forma ampliada.

O projeto tem se consolidado como um espaço de cuidado compartilhado, onde os momentos vivenciados nas práticas contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, da autonomia dos sujeitos e da construção coletiva do cuidado em saúde. Além disso, a integração entre universidade, serviço de saúde e comunidade reafirma o papel transformador da extensão universitária, especialmente quando orientada por princípios como escuta ativa, participação popular e valorização do contexto local.

A ação de extensão desenvolvida junto às comunidades tem um impacto significativo ao promover o cuidado em saúde de forma coletiva, dialógica e sensível às necessidades locais. Em nosso modo de compreender, o Grupo formado ao longo do projeto consolidou-se como um espaço de escuta ativa, pertencimento e troca de saberes, fortalecendo os vínculos entre universidade, serviço de saúde e comunidade.

Considerações finais

A participação ativa dos moradores vem sendo essencial para a construção de uma forte rede de apoio social local, onde o conhecimento popular e as práticas integrativas são valorizadas como formas legítimas de cuidado. Essa experiência não apenas contribui para a promoção da saúde e do bem-estar dos participantes, mas também proporcionou aos estudantes extensionistas um processo formativo rico, pautado na vivência prática, na empatia e no compromisso social.

O projeto, ao articular ensino, pesquisa e extensão, reafirma o papel do PINAB enquanto espaço de promoção da educação popular em saúde, integrando o saber técnico-científico com os saberes populares de forma humanizada. Sua atuação contribui para

transformações concretas no território, incentivando o protagonismo comunitário e fortalecendo o cuidado integral como prática cotidiana e coletiva.

Referências

LOPES, Palmira Sérgio. Práticas populares de cuidado, ação comunitária e promoção da saúde: experiências e reflexões [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019. Disponível em: https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/praticas-populares-de-cuida-do-acao-comunitaria-e-promocao-da-saude/livro-palmirasergiolopes.pdf. Acesso em: 04 abr. 2025.

TELESI JÚNIOR, Eduardo. Práticas integrativas e complementares em saúde: uma nova eficácia para o SUS. Estudos Avançados, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 99-112, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30860008.

O MATRICIAMENTO COMO FORMA DE GARANTIA DA CONTINUIDADE DO TRABALHO NA ATENÇÃO BÁSICA

Andressa Purificação dos Anjos[1]
Rute Nunes Vieira Medeiros[2]

Palavras-chave: Racismo. SUS. Profissionais.

Introdução

A coleta e o preenchimento do quesito raça/cor no Sistema Único de Saúde (SUS) se tornou obrigatório para todos os profissionais de saúde a partir do advento da portaria de nº 344, de 17 de fevereiro de 2019. No contexto da Atenção Básica, esse instrumento é utilizado principalmente no momento de cadastro dos usuários e no preenchimento das fichas de notificação de doenças ou agravos em saúde, sendo extremamente importante para se compreender qual e como é o perfil da população que está sendo atendida em determinada Unidade Básica de Saúde (UBS), bem como em toda Rede de Atenção à Saúde (RAS).

Apesar da obrigatoriedade dos profissionais dos postos de saúde realizarem a coleta e o preenchimento do quesito raça/cor com os usuários, ainda existe nos dias atuais uma lacuna na sua execução, onde muitos não entendem a relevância dessa função, como também não conseguem enxergar sua aplicabilidade no SUS e os seus benefícios para saúde da população negra e desenvolvimento de políticas públicas, fazendo com que esse trabalho seja elaborado muitas vezes de forma tecnicizada, sem a noção de sensibilidade que ele solicita (SILVEIRA *et al*., 2021).

[1]Residente de Saúde Coletiva pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, médica veterinária, andressa.purificacao1122@gmail.com
[2]Pós-graduanda pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, sanitarista, gerente de território do município de Camaragibe, rute.nunesv@ufpe.br

O objetivo deste relato de experiência foi realizar um matriciamento sobre a coleta e o preenchimento do quesito raça/cor na Atenção Primária à Saúde (APS), com direcionamento desta proposta para os profissionais que compõem a Equipe de Saúde da Família. A importância do desenvolvimento desse tema no contexto da Atenção Básica, com o escopo que compõem essa rede, se dá pelo fato de que, apesar de ser uma ação corriqueira desenvolvida no processo de trabalho, muitas vezes ela não é feita da forma correta e não se tem a noção da sua real contribuição para o SUS.

Aspectos metodológicos da experiência

O relato de experiência descrito foi desenvolvido na Unidade Básica de Saúde de Areeiro, no município de Camaragibe, no estado de Pernambuco, no dia 20 de fevereiro de 2025, com duração de 3 horas. Essa proposta foi produzida para capacitar os profissionais que compõem a Equipe de Saúde da Família, formada por seis agentes comunitários de saúde, uma técnica de enfermagem, uma médica e uma enfermeira, que por sua vez, vivenciam diversas atividades que necessitam da realização da coleta e preenchimento do campo raça/cor.

Para o desenvolvimento desse momento com os trabalhadores, foi produzido um folder contendo informações sobre o que é a coleta e o preenchimento do quesito raça/cor no âmbito da APS, abordando também como ele deve ser realizado, qual seus entraves e os aspectos importantes que norteiam esse instrumento. Esse material serviu para conduzir e orientar as discussões que foram produzidas a partir da sua leitura, onde os profissionais tinham direito de fala e de fomentar o debate.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A realização desse matriciamento com os profissionais, permitiu que a discussão sobre o tema fosse feita de uma forma mais aprofundada, dando ênfase de fato à significância que esse instrumento tem para o SUS. Muitos deles alegaram que as grandes quantidades de demanda em relação ao trabalho, os fazem muitas vezes desenvolver algumas atividades de forma mais mecanizada, sem compreender o que se está fazendo e

porquê. Nesse contexto, o apoio matricial oferecido para esses trabalhadores ocupa um espaço essencial, pois permite que a oferta do serviço de saúde direcionada para os usuários seja reorganizada e melhorada, ao mesmo passo que possibilita que esse reajuste seja feito através da comunicação entre setores, fortalecendo ainda mais o elo entre eles. (MEDEIROS, 2015).

Esse momento também possibilitou que os profissionais fizessem uma reflexão sobre a situação de saúde da população negra no Brasil e em Pernambuco, e em como o racismo e suas estruturas impedem que essas pessoas acessem os serviços de saúde de forma íntegra, colaborando para a perpetuação das diversas iniquidades vivenciadas por estes. Considerando que quase 80% da população brasileira que é SUS dependente se autodeclara negra, é muito importante que os trabalhadores desses espaços estejam atentos, cientes e capacitados para entender essa realidade e desenvolver suas atividades diárias pensando também nesse contexto (SILVA, 2023).

A maioria dos profissionais da UBS de Areeiro se autodeclarava negro, o que fez com que o debate fosse ainda mais ampliado e eles acabassem relatando suas experências pessoais frente a situações de racismo que vivenciaram ao longo das suas vidas. Isso demonstra o quanto é importante que os gestores encontrem maneiras de oferecer para esses trabalhadores apoio psicossocial com escuta qualificada, uma vez que pessoas pretas e pardas experienciam sofrimentos psíquicos que podem interferir diretamente no desenvolvimento das suas atividades no âmbito profissional (FERREIRA; NUNES, 2023).

Figura 1- Matriciamento da coleta e preenchimento do quesito raça/cor na UBS de Areeiro.



Fonte: imagem pessoal (2025).

Considerações finais

Diante disso, fica claro o quanto é importante estar revisitando os processos de trabalho através do matriciamento, possibilitando que os setores se reestruturem e passem a oferecer um serviço de saúde de forma mais qualificada. No caso da coleta e preenchimento do quesito raça/cor, esse apoio matricial foi essencial pois permitiu que a equipe pudesse perceber a sua finalidade dentro do SUS, podendo assim executar esse trabalho de forma mais consciente e segura quanto aos aspectos que rodeiam esse instrumento de saúde.

A partir dessas discussões os profissionais da UBS de Areeiro puderam refletir também sobre como foi estabelecido os aspectos relacionados à saúde da população negra, e em como esses entraves se refletem nos dias atuais, colocando essas pessoas em situações de intensa vulnerabilidade que as prejudicam em diversos sentidos. Para além disso, muitos puderam pensar sobre a sua própria existência enquanto pessoas pretas e pardas e compartilhar os seus atravessamentos frente a discriminação racial, chamando ainda mais atenção para o fato de que se é preciso cuidar e amparar esses trabalhadores que também estão expostos as diversas iniquidades produzidas pelo racismo.

Referências

FERREIRA, C. A. A.; NUNES, S. C. Fatores de adoecimento emocional e racismo. **Revista da ABPN**. v. 16, p. 1409-1433, set. 2023.

MEDEIROS, R. H. A. Uma noção de matriciamento que merece ser resgatada para o encontro colaborativo entre equipes de saúde e serviços do SUS. **Physis Revista de Saúde Coletiva**. v. 25, p. 1165-1184, out- dez. 2015.

SILVA, J. B. J. **O trabalho dos profissionais de saúde e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)**: desafios e potencialidades. 2023. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Saúde). Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

SILVEIRA, R.; ROSA, R.; FOGAÇA, J.; SANTOS, L.; NARDI, H.; ALVES, M, BAIRROS, F. Reflexões sobre a coleta do quesito raça/cor na Atenção Básica (SUS) no Sul do Brasil. **Saúde Soc**. v. 30. p. 01-12, mar. 2021.

Template de relato de experiência

PESQUISA COM MULHERES PERIFÉRICAS: FORMAÇÃO POPULAR E REFLEXÃO SOBRE CONTEXTOS COLETIVOS

Andreane Pereira Moreira/a[1]
Terezinha de Jesus Lima e Silva[2]

Resumo

A presente experiência, parte de um projeto implementado de novembro de 2021 à julho de 2024, vinculada ao ISC/UFBA, denominado: Construindo Comunidades Saudáveis nas Favelas Urbanas de Salvador. Esse recorte se refere a uma das áreas abarcadas pelo projeto, localizada em Pau da Lima, numa localidade conhecida como Baixa de Santa Rita. Nesse território, após um processo de imersão na comunidade com mobilizações semanais por parte da equipe de ciências sociais, foi realizada a identificação de lideranças locais e aplicação de questionários aplicados aos mesmos. No processo de análise de dados foi identificada as demandas e começamos o processo de construção das atividades coletivas que se realizariam quinzenalmente, cujo objetivo consistiu na formação de grupos autônomos no intuito de promoção da emancipação política dos moradores. Desse modo, adotamos uma proposta metodológica denominada: Tenda Freireana.

Palavras-chave: Educação Popular. Mulheres. Emancipação. Cidadania.

Introdução

A entrada no campo foi marcada por muitos desafios, desde a comunidade está situada em um fundo de vale, local de difícil acesso e sem saneamento básico. Além de nos depararmos com uma comunidade desacreditada de processos que falavam em melhoria devido a utilização do território para fins eleitoreiros, como também exploração acadêmica sem resultado objetivo à comunidade. A proposta da Tenda Freireana foi pensada no

[1] [1] Doutoranda em Educação e Contemporaneidade PPGEDUC/ Universidade Do Estado Bahia-UNEB, Assistente Social, Pesquisadora no referido Projeto; andreanemoreira@gmail.com.

[2] [2] Assistente social, Coordenadora de áreas do Projeto Construindo Comunidades saudáveis nas favelas Urbanas de Salvador; terezinhajlima85@gmail.com.

sentido de estarmos no território de forma que pudéssemos ser vistas à distância e que as pessoas pudesses entrar e sair quando quisessem.

Inicialmente a proposta foi a de promover a socialização de toda equipe lotada no Vale 1, na Baixa de Santa Rita, no bairro de Pau da Lima, juntamente com os moradores da região. A Tenda Freireana era um toldo de aproximadamente 25m² que foi alocado na localidade. Essa proposta pautada nos princípios de participação utilizou o instrumental do toldo com a ideia de promover atividades juntamente com a população. Sendo ainda, uma abordagem que apresentada sem fronteiras, devido ao espaço estar em região de confluência, o que possibilitaria a presença/participação de todas as pessoas que manifestassem o desejo de participar.

O Objetivo consistiu em facilitar e promover a comunicação, o engajamento e a troca de saberes entre a comunidade do Pau da Lima e a Universidade através do Projeto Construindo Comunidades Saudáveis em Favelas Urbanas de Salvador, com foco na implementação de grupo comunitário autônomo e que promovam discussões sobre as potencialidades locais de forma contínua, bem como os desafios a serem superados em seus territórios.

Devido à incursão semanal empreendida pela equipe a proposta das atividades e discussões iniciais foram baseadas em evidências e falas surgidas da própria comunidade. À medida que novas temáticas foram surgindo, no porta a porta ou na própria tenda freireana, novas ações foram sendo implementadas, considerando as potencialidades e demandas trazidas pela comunidade tanto nas rodas de conversa quanto nas atividades culturais. Ademais, foi implementada também, brincadeiras com as crianças, (mosaico, pintura criativa, etc), no intuito de atender a demanda já apresentada pelos moradores, como também favorecer a participação das mães ou responsáveis.

Aspectos metodológicos da experiência

A partir das atividades implementadas no território, a cada quinze dias estabelecíamos atividades a serem realizadas com a comunidade, inicialmente de forma tímida e com um número reduzido de pessoas. Aos poucos as mulheres foram chegando nas atividades da Tenda Freireana, devido também às atividades que eram direcionas às crianças.

De início realizamos dinâmicas no intuito de quebrar o gelo, incentivar a fala, a participação de tod@s. Os vínculos estabelecidos nas mobilizações semanais realizadas semanalmente no porta a porta também foram ações decisivas para que em pouco tempo tivéssemos um grupo significativo participando ativamente nas atividades. Em determinado momento a comunidade foi incentivada a partir de uma reflexão a criarem um nome para o grupo que já estava em curso, e numa dinâmica em que tod@s puderam escolher/votar o nome do grupo: GCU – Grupo Comunidade Unida, com direito até a música/paródia que algumas semanas depois consagrou o grupo:

Grupo comunidade unida já chegou
Grupo comunidade unida já chegou
A galera reunindo
A Baixa de Santa Rita tá fortalecendo
Diga ai comunidade o que cê vai fazer?
Vou chamar meu vizinho pra fortalecer
Diga ai comunidade o que cê vai fazer?
Vou chamar meu vizinho pra fortalecer!

Dentre as metodologias adotadas foram desenvolvidas a cartografia ambiental, cartografia social e cartografia dos sonhos, com o objetivo de mapear as demandas e as potencialidades existentes no território.

Esses encontros possibilitaram o alcance dos seguintes achados: Participação maciça de mulheres; temáticas recorrentes e de aspectos subjetivos nas rodas de conversa para além da necessidade de intervenção do projeto; Violências e ausências aparecem como principal obstáculo para o engajamento e compreensão da coletividade no que tange a educação popular.

Desse modo foi identificado temáticas que mais apareciam nas rodas de conversas, feito uma consulta na mobilização porta a porta no intuito de verificar a veracidade das observações realizadas e a possibilidade de que essas mulheres pudessem participar de um grupo de pesquisa com as mulheres da Baixa de Santa Rita. Feito isso, foi realizada a apresentação na roda de conversa na Tenda Freireana que foi assim sistematizado:

- Explicitação acerca do papel da pesquisa para a universidade e instituição ao qual pertencia o projeto; informação da importância da participação dos/das moradores/as dentro do trabalho construído.
- Apresentação dos temas levantados a partir das mobilizações e das interações surgidas nas rodas de conversa.
- Exposição de cada temática e problemas elencados, escritos em papel metro, de modo a ser visualizado por todos/as, a fim de que pudessem refletir, sobre qual dos temas mais lhes chamam a atenção, ou os aproximavam, a fim de maneira participativa opinar/decidir/ alterar acerca dos mesmos.
- Descrever as reações/opiniões, e sinalizar junto ao grupo o próximo passo dessa construção que será a escolha dos objetivos.

Os temas foram assim classificados: 1: A interseccionalidade nas memórias das mulheres da Baixa de Santa Rita e a relação saúde e meio ambiente. 2: A manifestação das doenças psíquicas como interlocutoras/delatoras da realidade vivida na Baixa de Santa Rita 3: A insegurança alimentar como entrave à chamada à 'libertação'“, entre os moradores(as) da Baixa de Santa Rita/São Marcos.

Nos comentários acerca das temáticas os seguintes argumentos foram expostos:

- “Adoecimento mental e/ou dependência química provocados ou apresentados pelo ambiente tóxico familiar”. hortência
- “Todos esses temas são importantes e precisam ser conversados” cravo
- “Todas essas situações interferem na saúde mesmo” (referente ao tema 1). rosa
- É muita gente com problemas com alcoolismo e doença mental... flor

Desse momento em diante, havia sido formado um grupo composto apenas de mulheres que se reuniam em sábados quinzenais alterados, no intuito de construirmos a pesquisa de base qualitativa com as mulheres da Baixa de Santa Rita.

No primeiro dia marcado para o encontro desse grupo compareceram sete mulheres, que se intercalavam e havia em cada encontro um maior ou menor número devido às atividades laborais, domésticos e outros afazeres pessoais. As reuniões aconteciam no espaço da capela da igreja, por ser um local fechado, o que possibilitaria uma maior privacidade para tratar dos assuntos que fossem surgindo em suas narrativas.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A partir das atividades desenvolvidas com as mulheres que demonstraram interesse em participar da pesquisa qualitativa, empreendemos um movimento de escutas de suas narrativas partindo das temáticas surgidas nas rodas de conversas, para posterior avanço metodológico coletivo.

Aliado a essas trocas e estabelecimento ainda mais profundo de vínculo, construímos um grupo de mulheres pesquisadoras (sem distinção de escolaridade ou titulação), todas engajadas em, a partir das demandas e potencialidades pessoais proporcionarem a si e a todas, identificação, vínculo e compromisso pela superação de elementos próprios da sociedade de base patriarcal, castradores e adoecedores a que nós mulheres, somos constantemente submetidas.

As participantes foram informadas com relação ao TCLE, e em seguida prosseguimos com as anotações em diários de campo, registros gravados mediante autorização.

Os encontros eram sempre regados a conversas e informações de modo que pudessem compreender e participar ativamente da pesquisa. Em um dos encontros, foi apresentada formas de sistematização da pesquisa, apresentados via notbook, neste encontro foi realizada uma mostra do documentário apresentando: conceito, tipos, estrutura, plano/roteiro, tomando como referência o arquivo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=otz8OXMUisQ.

Foi apresentado também a sistematização de pesquisa através de murais, abordando: tipos, escolha de imagens e construção coletiva. A apresentação de um artigo científico com elementos de texto narrativo com a fala de mulheres em contextos de periferia e educação popular, trabalhando estrutura e abordagem foi apresentado de forma impressa, disponível em: http://200.187.16.144:8080/jspui/handle/bv2julho/1060. Além da amostragem de rodas de conversa realizadas no âmbito da universidade, enfocando composição de mesa e temáticas onde elas poderiam partilhar suas experiências de vida.

No momento estamos na etapa de sistematização das narrativas das mulheres da Baixa de santa Rita, cujos relatos trazem histórias de resistências e potencialidades, demonstradas a partir do engajamento nas atividades com foco em educação popular,

reverberando a passagem da intransitividade, para uma transitividade ingênua caminhando para uma transitividade crítica capaz de refletir sobre os processos de subalternização, invisibilização e violências as quais, via de regra estão submetidas e buscar a luz dos direitos estabelecidos transformação da realidade (Freire, 1967).

> Não podendo ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável. Por isso, falo da educação ou da formação. Nunca do puro treinamento. Por isso, não só falo e defendo mas vivo uma prática educativa radical, ou das razões de ser dos fatos. E compreendendo facilmente como uma tal prática não pode ser aceita, pelo contrário, tem de ser recusada, por quem tem, na maior ou menor permanência do status quo, a defesa de seus interesses. Ou por quem, atrelado aos interesses dos poderosos, a eles ou a elas serve. Mas, porque, reconhecendo os limites da educação, formal e informal, reconheço também a sua força, assim como porque constato a possibilidade que têm os seres humanos de assumir tarefas históricas, que volto a escrever sobre certos compromissos e deveres que não podemos deixar de contrair se nossa opção é progressista [...] o nosso testemunho, pelo contrário, se somos progressistas, se sonhamos com uma sociedade menos agressiva, menos injusta, menos violenta, mais humana, deve ser o de quem, dizendo não a qualquer possibilidade em face dos fatos, defende a capacidade do ser humano de avaliar, de comparar, de escolher, de decidir e, finalmente, de intervir no mundo (Freire, 2019, p. 66, 67).

Destarte, o objetivo principal dessa obra é através dessa produção conjunta realizar o lançamento pelas próprias mulheres no espaço da universidade. O título trabalhado é: Memórias, vivências, potencialidades e experiências na Baixa de Santa Rita. Essa narrativa ainda em processo de trabalho traz categorias fundamentais como: Memórias, Vivências, Experiência, Saúde, Violências, Famílias, Comunidade, Território; Alimentação, Educação e Trabalho. Portanto, trata-se de um Estudo qualitativo em coprodução, escolha das temáticas e formas de sistematização realizadas coletivamente.

Considerações finais

Participar dessa experiência tem sido algo surpreendente, compreender os fatores que atravessam uma comunidade estática por anos a fios de opressão e negação e direitos, e através de metodologias de educação popular incitar a necessidade do “SER MAIS”, é transformador.

Perceber a sabedoria que essas mulheres carregam e que não viam como tal, a percepção dos passos percorridos e dos muitos que ainda nos aguardam funcionam como uma mola propulsora para a luta contra um sistema opressor e violento, principalmente contra mulheres em sua maioria negras e periféricas.

Consideramos que A educação popular, aparece não apenas como um processo educativo, mas como uma prática de acolhimento e transformação social, buscando, na medida do possível, sanar as rupturas causadas pelas violências e fortalecer as mulheres em suas trajetórias de resistência e emancipação.

Referências

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE E CIDADANIA: UMA REFLEXÃO DE BASE COMUNITÁRIA

Risia Raphaely do Rêgo Barros Melo[1]
Vitória Alexandra da Silva Gregório[2]
Cibelle Nogueira de Oliveira[3]
Gabriella Barreto Soares[4]

Palavras-chave: Organização Social. Educação em Saúde. Participação Comunitária. Promoção da Saúde.

Introdução

Os processos de saúde e doença são compreendidos e manifestados de acordo com os diferentes modos de vida das comunidades, que se expressam por meio de suas culturas, práticas e formas de organização. Entender essas particularidades é essencial para as ações desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como para sua articulação com outras políticas públicas e com os usuários que recorrem aos seus serviços (Câmara et al., 2012; Pontes; Rigotto; Silva, 2018).

Diante desta prerrogativa, foi estruturado um grupo de convivência constituído pela comunidade de Jardim São Paulo em Recife/PE, por trabalhadores da Estratégia Saúde da Família e discentes do curso de Enfermagem e da Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O grupo é considerado um ambiente de interação social que visa promover relacionamentos e o fortalecimento de laços entre as pessoas as quais possuem interesses, culturas, características e vivências em comum ou distintas na comunidade. Este espaço tem a intenção de unir, compartilhar e contribuir através das experiências vividas pelos comunitários, por meio de diálogos, saberes populares e realidades de vida.

Ao considerar a coletividade e o protagonismo das pessoas na promoção da saúde, é possível discutir as relações de bem-estar em diversos aspectos da vida, como os familiares, sociais, ambientais e econômicos (Maia; Siqueira; Rozendo, 2017). Ademais, esses locais também podem ter a finalidade de praticar a solidariedade e instigar empoderamento e

[1] Doutoranda em Saúde da Família da RENASF/UFPB, enfermeira da Estratégia Saúde da Família em Recife/PE, risiabarros.rm@gmail.com.
[2] Residente em Saúde da Família do CCS/UFPE, vitoria.gregorio@ufpe.br.
[3] Discente do curso de Enfermagem da UFPE, cibelle.nogueira@ufpe.br.
[4] Doutora em Odontologia Preventiva e Social FOA-UNESP, docente do DPS/CCM/UFPB, gabriella.barreto@yahoo.com.br.

inclusão social, abordagem norteada pela Educação Popular em Saúde (EPS) em conjunto e harmonia com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Um dos principais focos desta ferramenta de promoção à saúde é oportunizar um meio de aprendizado mútuo, com a construção de relações saudáveis para melhorar a qualidade de vida e os relacionamentos interpessoais, tanto entre os usuários do SUS como os profissionais que nele atuam, para que possam falar e refletir sobre suas realidades individuais e coletivas sem julgamento e preconceitos.

Os trabalhadores que participam da organização desses espaços constroem diariamente o vínculo, confiança, respeito e escuta ativa para promover melhor interação e participação dos comunitários. Desta forma, esta atmosfera de elo e colaboração proporciona que as pessoas sintam-se mais seguras, podendo demonstrar suas vulnerabilidades e receios sem medo de compartilhar com o coletivo.

Dentro desta atividade a participação popular é essencial, porque ela é a base da construção do ambiente e das dinâmicas do grupo. Isto é, cada integrante tem o direito e a oportunidade de expor suas vivências acerca da sua visão de mundo, no intuito de provocar a inquietação de defender seus princípios e valores, os quais estão intimamente ligados ao que rege a coletividade e a organização social.

A organização social está intimamente ligada aos processos de organização dos diversos grupos da população que conformam a sociedade, independentemente dos fins para os quais se unem. Trata-se da colaboração de um grupo de convivência, pois ela envolve a forma como as pessoas se apoiam para atingir objetivos comuns e, ao mesmo tempo, gerenciar suas interações, recursos e responsabilidades dentro de um contexto coletivo. Ou seja, esta é uma maneira que os indivíduos encontram para moldar e articular o funcionamento da sociedade em contextos sociais, econômicos e sanitários, dentre outros.

Organização social em saúde é considerada um recurso da comunidade, sendo os grupos sociais para melhorar e influenciar as práticas e políticas de saúde. Compreende a participação ativa das pessoas que fazem parte da comunidade, pois elas expressam as suas necessidades em saúde e podem auxiliar por meio da fala as possíveis soluções para melhoria e qualidade de vida da saúde individual e coletiva.

Frente ao exposto, este trabalho teve o objetivo de descrever as atividades de promoção da saúde, com base na educação popular, do grupo de convivência desenvolvido na comunidade de Jardim São Paulo, em Recife/PE.

Aspectos metodológicos da experiência

O grupo de convivência é realizado na comunidade de Jardim São Paulo, sob a responsabilidade sanitária de uma equipe da Unidade de Saúde da Família Jardim São Paulo, Distrito Sanitário V, da cidade do Recife, Pernambuco.

Trata-se de um bairro com aproximadamente 31.648 habitantes, na região sudoeste de Recife/PE. É cortado pelo canal Guarulhos, e sofre frequentemente com os grandes alagamentos em tempos de chuvas.

O grupo surgiu como proposição da Residência Multiprofissional em Saúde da Família. Teve início em setembro de 2024, com a apresentação e esclarecimentos da proposta. O objetivo principal é promover ações de convivência entre os comunitários e trabalhadores da saúde, por meio de atividades educativas. Nele as pessoas trazem consigo saberes e experiências de vida para serem compartilhadas em grupo.

Os encontros acontecem mensalmente e a temática do mês seguinte é elaborada pelos comunitários no término de cada encontro. As ideias são discutidas em equipe durante as reuniões semanais e com a liderança comunitária. Posteriormente são elaborados os planejamentos de atividades intervenções para o coletivo.

Até o momento, foram realizados 5 encontros que tiveram como temas: saúde e música, autocuidado, organização social e uso de plantas medicinais na comunidade. Desenvolveu-se neste período uma oficina de forró com apresentação e monitoria de instrumentos musicais, apresentação de banda marcial com integrantes da comunidade e feira de plantas medicinais.

Todas as programações contaram com a participação efetiva da comunidade e reflexões produtivas quanto a valorização do empoderamento e organização social, destacando-se a abordagem da vulnerabilização social, os problemas sanitários, políticas de saúde, participação popular nas políticas públicas, problemas de infraestrutura antes, durante e após enchentes, a importância da Unidade de Saúde da Família e a coparticipação e corresponsabilidade da comunidade com o cuidado em saúde.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A materialização da proposta ainda é infante. No decorrer dos encontros, a comunidade tem compreendido a intenção de mobilizá-los para algo além de um mero encontro para educação em saúde. Nas primeiras reuniões ouvia-se relatos de surpresa quanto à dinâmica utilizada e a motivação de apropriação de práticas médico centradas. Percebeu-se claramente o quanto esperava-se pelas orientações salvadoras dos profissionais da saúde.

A educação em saúde desempenha papel crucial em todas as ações. Ela cria uma rede de apoio e incentivo através das orientações compartilhadas. Quando há acesso à informação, as pessoas tornam-se mais confiantes para reflexão e tomada de decisões sobre sua saúde, integrando a prática da corresponsabilidade com seu bem-estar e de outros.

Ao analisar políticas publicadas entre 2004 e 2017 que norteiam a operacionalização do cuidado em saúde na Atenção Primária, Fittipaldi, O'dwyer e Henriques (2021), ressaltam a observância da recomendação do envolvimento de todos os atores nas etapas do processo educativo, visando participação e fortalecimento da sociedade autônoma por meio do protagonismo e corresponsabilização, com exceção da Política Nacional de Atenção Básica de 2017. Os autores destacam ainda o contexto político, que apresentava propostas progressistas e compromissos com as questões sociais, com maior visibilidade às classes populares e minorias; e aponta preocupações com retrocessos e mudanças de prioridades de alguns governos.

No geral, os processos educacionais coletivos realizados na APS são restritivos, baseados em saberes técnicos, sem considerar as subjetividades e a participação popular como integrantes do cuidado em saúde. Chama-se atenção também para a intencionalidade das ações, visto que a educação em saúde pode ser medicalizante e funcionar como poderoso instrumento de domesticação, instituidor de vulnerabilidade social (Fittipaldi, O'dwyer e Henriques, 2021; Sevalho, 2018).

A experiência relatada pretende corroborar com Cruz, *et al.* (2024), ao afirmar que "Participar é verbo que se conjuga e se aprende em ação". Seja nas Unidades de saúde, seja nas entranhas da comunidade. Todas as situações em que pessoas (trabalhador e/ou comunitário) se encontram são oportunidades para reflexão crítica e promoção da autonomia de modo dinâmico e participativo, no entanto, a abordagem comunitária parece ser o principal meio para fortalecimento de vínculos, incentivo à vigilância em saúde e à produção do cuidado coletivo.

Por meio das grupalidades no território, se produz sociabilidades, alcança-se a vida das pessoas, suas subjetividades e suas redes de apoio social (Contatore; Malfitano; Barros, 2018; Freire, 2017). Desta forma, os participantes do grupo de convivência têm ampliado seus olhares para possibilidades diversas, que agregam o saber técnico à dinâmica natural da vida. Os discentes que têm acompanhado as práticas, têm a oportunidade desde a academia de experienciar movimentos de respeito e construção coletiva do saber. E a comunidade tem entendido a cada encontro o quão resiliente, criativa e colaborativa pode ser para o cuidado coletivo.

Considerações finais

Compreende-se que a educação popular em saúde precisa ser considerada para que haja efetividade no fazer consciente de todas as pessoas e em todas as camadas sociais. As grupalidades instigam o fazer juntos com amorosidade e respeito, promovendo autonomia e cuidado.

O diálogo entre instituições de ensino, serviços de saúde e comunidade é fundamental para a formação de cidadãos e para a construção de uma sociedade mais justa e saudável.

O grupo de convivência em Jardim São Paulo, mesmo que de modo incipiente, tem investido numa estratégia para comunicação e vigilância de base comunitária com a finalidade de obter território saudável e sustentável.

Referências

CÂMARA, A. M.C. S.et al. Percepção do processo saúde-doença: significados e valores da educação em saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 36, n. 11, p.40-50, 2012.

CONTATORE, A. O; MALFITANO, A. P. S; BARROS, N. F. Cuidados em saúde: sociabilidades cuidadoras e subjetividades emancipadoras. **Psicol Soc**., v. 30, 2018.

CRUZ, P. J. S. C. et al. Educação popular em saúde: princípios, desafios e perspectivas na reconstrução crítica do país. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 28, 2024.

FITTIPALDI, A. L. de M.; O'DWYER, G.; HENRIQUES, P. Educação em saúde na atenção primária: as abordagens e estratégias contempladas nas políticas públicas de saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**, v. 25 [Acessado 7 Setembro 2024], 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 55a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2017.

MAIA, Z. M. G.; SIQUEIRA, E. S.; ROZENDO, C. Desenvolvimento local e Qualidade de vida na percepção de agricultoras no Assentamento Mulunguzinho em Mossoró-RN. **Polis**, v. 16, n. 46, p. 295-319, 2017.

PONTES, A. G. V.; RIGOTTO, R. M.; SILVA, J. V. Necessidades de saúde de camponeses em conflito ambiental frente à instalação de Perímetros Irrigados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 5, p. 1375-1386, 2018.

SEVALHO, G. O conceito de vulnerabilidade e a educação em saúde fundamentada em Paulo Freire. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, n. 64, p. 177–188, 2018.

CIRCULARIDADE DE SABERES: UMA TRAJETÓRIA NA EDUCAÇÃO DE CAMPO A PARTIR DO PROJETO EDUCA ARATU

Fernanda Vitória de Paula Silva[1]
Mateus Braz de Sena[2]
Gláucia Gonçalves Torres[3]
Aline de Sousa Furtado[4]
Daniel Figueiras Alves[5]

Palavras-chave: Educação Popular. Território. Comunidade. Populações Vulneráveis. Arte-Educação.

Introdução

O texto relata as experiências vivenciadas por extensionistas de diversos cursos de licenciatura da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no âmbito do projeto Educa Aratu (CE/UFPB), desenvolvido na comunidade Aratu, em João Pessoa. A iniciativa buscou implementar uma abordagem pedagógica baseada na Arte-Educação, utilizando práticas artísticas e culturais para estimular a leitura, promover a fruição estética e desenvolver o pensamento crítico dos participantes. As metodologias e os processos artístico-pedagógicos, elaborados pela equipe extensionista, refletiram os anseios e expectativas da comunidade - especialmente das crianças. O projeto preocupou-se em desenvolver atividades formativas e de estímulo, construídas a partir do diálogo entre a equipe de extensão e as lideranças locais. Os planejamentos e reuniões pedagógicas partiram da territorialidade, valorizando os saberes locais e as singularidades da comunidade para construir processos educativos práticos e significativos. Embora não exclusivamente por sua atuação, o projeto fomentou – especialmente a partir do engajamento dos extensionistas e das boas relações estabelecidas com o território – o fortalecimento do vínculo entre universidade e comunidade. Além disso, evidenciou o potencial da arte como ferramenta de transformação social, integrando educação, cultura e identidade comunitária.

As atividades tiveram início em agosto de 2023, trabalhando com parcerias de

[1] Discente do curso de Dança da UFPB, extensionista bolsista, fernanda.paula@academico.ufpb.br
[2] Discente do curso de Ciências das Religiões da UFPB, extensionista voluntário, mateusguy61@gmail.com
[3] Discente do curso de Pedagogia da UFPB, extensionista voluntária, gglaucia542@gmail.com
[4] Discente do curso de Medicina da UFPB, extensionista voluntária, alinesousaf36@gmail.com
[5] Doutor em Educação Unicamp, docente do DME/CE/UFPB, danielfigalves@gmail.com

escolas e associações voltadas ao público infanto-juvenil da comunidade do Aratu. O projeto foi marcado pelo intenso envolvimento com lideranças da comunidade especialmente com a "Associação Amigas Solidárias", mantidas por Liliane Pereira e Sara de Souza - as Amigas Solidárias. O projeto atuou em regime de contraturno escolar - de modo a incentivar a permanência de crianças e adolescentes na escola (motivação original do projeto). Inicialmente, tinha como proposta o reforço escolar e a realização de atividades para desenvolvimento dos processos de alfabetização e letramento científico e artístico; contudo, tendo em vista as demandas apresentadas pela comunidade - o universo de vulnerabilidade social, o projeto passa a atuar em diversas outras frentes: participação em festividades da comunidade, produção de brinquedos e jogos, teatro, dança, diversidade cultural e religiosa.

O projeto foi adquirindo determinados contornos a partir do envolvimento com o território e a autonomia da equipe, composta por licenciandos/as de Dança, Pedagogia e Ciências das Religiões. Além é claro da participação de um conjunto de discentes da Medicina, Terapia Ocupacional e Fisioterapia. É importante destacar a intrínseca relação entre o Educa com outros dois projetos de extensão, realizados no mesmo território e na mesma Associação: Esperançar Aratu (CCM/UFPB) e Florescer Aratu (CCEN/UFPB). Ao longo da primeira edição do projeto Educa Aratu, foram estabelecidas parcerias entre as equipes dos dois projetos mencionados, com intensa troca de experiências e trabalho coletivo. Havia momentos, inclusive, em que não era mais possível fazer distinções entre os limites de atuação desses projetos, dado o caráter de coletividade e horizontalidade. A ideia e motivação central foi a de atender, da melhor maneira, a comunidade e estimular crianças e jovens não apenas a permanecer na escola, no caso do Educa, tampouco ater-se às questões de saúde, no caso do Esperançar, ou ainda planejamento e ações de plantio de árvores, no caso do Florescer. O Aratu exigia das equipes uma relação de cuidados e acolhimento, além de permanentes esforços para o pleno desenvolvimento e formação integral de crianças e adolescentes.

[1] Discente do curso de Dança da UFPB, extensionista bolsista, fernanda.paula@academico.ufpb.br
[2] Discente do curso de Ciências das Religiões da UFPB, extensionista voluntário, mateusguy61@gmail.com
[3] Discente do curso de Pedagogia da UFPB, extensionista voluntária, gglaucia542@gmail.com
[4] Discente do curso de Medicina da UFPB, extensionista voluntária, alinesousaf36@gmail.com
[5] Doutor em Educação Unicamp, docente do DME/CE/UFPB, danielfigalves@gmail.com

Aspectos metodológicos da experiência

Logo no primeiro contato da equipe extensionista com a comunidade houve profundo interesse em ingressar no território e em sua comunidade, com o intuito de

conhecer os espaços da Associação e sua relação com o Aratu, além de contribuir com suas demandas. Conversamos com as Amigas Solidárias sobre como as atividades eram planejadas e quais dificuldades existiam no reforço escolar. Nesse diálogo, pudemos compreender o funcionamento da Associação e sua contribuição para os moradores. Também nos foi relatada a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, que enfrentavam situações de violência e falta de amparo. A partir dessa perspectiva, planejamos atividades, ações, aulas e dinâmicas que incluíssem fruição estética e espiritualidade, sempre voltadas para a valorização da identidade cultural e artística da comunidade.

O projeto iniciou sua cooperação poucas semanas antes do feriado de sete de setembro, mas outras datas celebrativas foram colocadas em ações. Pensou-se em criar exercícios artísticos e de alfabetização, correlacionadas à Abordagem Triangular (Ana Mae Barbosa) e pela Educação Popular (Paulo Freire). As atividades foram idealizadas a partir de uma instrumentalização dessas teorias, nas reuniões de planejamento, foi possível estruturar os eixos (leitura, contextualização e fazer artístico) que Ana Mae corrobora, acreditando que o conhecimento não se é transmitido através de imposições, mas sim de análises e construções. Pensando em uma possibilidade mais compreensiva das propostas para que as crianças e adolescentes ficassem confortáveis, foram levadas atividades baseadas na lógica da Confluência de saberes (Antônio Bispo) e Cultura de paz (Roberta Izzo).

Conforme as referências teóricas propostas, foi possível instrumentalizar as aulas a partir da noção de “território usado” (Milton Santos). A atividade de territorialização foi uma introdução para o desfile realizado em comemoração ao Dia da Independência do Brasil. Conversamos com as crianças a respeito de melhorias que gostariam que fossem feitas em suas ruas a partir da cantiga popular: “Se essa rua fosse minha”, confeccionamos instrumentos musicais com materiais recicláveis e finalizamos as atividades com uma grande ciranda no pôr do sol. O desfile teve uma significativa aprovação pela sociedade, além de possibilitar uma grande visibilidade por parte do poder público, muitos estudantes usaram no desfile instrumentos criados através da reciclagem, o qual é o principal meio de recurso financeiro que a população possui. Ocorreram ações artístico-pedagógicas pensadas para outras comemorações ou conscientização, como Dia das Crianças, Mês da Consciência Negra e o Natal. No ano seguinte, temas como diversidade religiosa e cultural, e manifestações populares foram abordados com uma proposta lúdica, tendo como materiais metodológicos o quadrinho, “A turma do Pererê: As manias do tininim em Festa na aldeia” (Ziraldo Alves) e o livro “A cor da ternura” (Geni Guimarães). Essas referências foram escolhidas para que os estudantes pudessem relacionar com símbolos presentes nas suas

vidas e com atividades feitas antes na Associação. Maio foi o mês das mães e os alunos confeccionaram cartas e cartazes com mensagens e colagens. O semestre foi encerrado com uma festa junina no dia 12 de julho, com pescaria, jogos corporais, jogo de memória, karaokê e concurso de rei e rainha do milho.

Durante o período entre 2023 e 2025, conforme mencionados, auxiliamos também em atividades propostas pelos outros projetos Florescer Aratu e Esperançar Aratu, inserindo brincadeiras com movimentos corporais e noções sobre espacialidade, respeito com o corpo do outro, interação e criatividade, ao final de cada aula, chamávamos os estudantes para fazer cirandas como referência ao livro "Metodologia da Arte" (Bernadete Zagonel, 2013).

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

O trabalho com crianças e adolescentes deve ser gradual, reconhecendo que nem sempre será fácil a adesão e compreensão às atividades propostas. A nossa didática foi nutrir uma potencialidade dos estudantes e isso foi percebido a cada aula. O deslocamento para a comunidade, o clima e o tempo, foram umas das principais dificuldades encontradas pela equipe na execução do projeto, tendo o calendário acadêmico, datas desencontradas com os planejamentos e responsabilidades que as lideranças da Associação tinham.

Com a chegada do ano eleitoral em 2024 e a aproximação do pleito municipal, a associação ganhou mais visibilidade e com isso houveram outros desencontros de datas para execução de atividades. Foram identificadas algumas dificuldades das crianças e adolescentes em relação a conteúdos fundamentais da educação básica, como, por exemplo, leitura e interpretação de texto. Observamos que o Plano Nacional de Educação não alcançou efetivamente os mais vulneráveis e que há um atraso em relação aos conteúdos, habilidades e competências descritas pela Base Nacional Comum Curricular.

As experiências acumuladas durante esse período, transformaram a nossa perspectiva entre a diferença do trabalho de campo e do ensino horizontal em comparação a uma escola de ensino básico. Estar à frente das atividades nos deu um senso de responsabilidade de extrema importância, nos exigindo o dobro de atenção em como dirigir um conteúdo e como os alunos se sentiam durante aquele tempo. Na função de docente, o desafio foi tentar interpretar, a partir do projeto, os múltiplos conceitos e ideias sobre as histórias da região que os circunda, e as histórias de outros lugares. Esse diálogo foi enriquecido pela escuta ativa entre alunos/coordenadoras/extensionistas, entendendo também a condição sócio habitual. Era prioridade pensar na fragilidade das realidades e nas experiências individuais e coletivas para uma melhor oferta de aula. Manter uma boa relação entre as atividades e brincadeiras foi essencial, estimulando a autonomia para que eles e elas

aprendessem de forma lúdica, e se sentissem confortáveis enquanto compreendiam o mundo ao seu redor.

Considerações finais

Em suma, o trabalho não se limitou às atividades realizadas somente na associação Amigas Solidárias, ele se estende para a nossa vida como docente, colocando-nos em posições de reinvenção e criatividade, auxiliando a vida das crianças e adolescentes, e impactando a comunidade de forma ampla e contínua. As atividades desenvolvidas não promoveram apenas o desenvolvimento pessoal, mas também o coletivo, podendo influenciar na experiência na instituição escolar. Os teóricos utilizados como referência foram fundamentais para o auxílio e debates entre os extensionistas e o coordenador. Sobre o emprego de teóricos, cabe aqui um adendo: eles somente compareceram quando convocados pelo exercício da prática, isto é: a realidade do território determinada a operação intelectual e referencial teórico a ser absorvido e devolvido à comunidade.

Por fim, o aprendizado mútuo reforçou a importância de uma educação horizontal defendida por Paulo Freire, que vai além dos limites convencionais, inteirando a comunidade e promovendo mais um ambiente de acolhimento e crescimento. As atividades têm resultados que permeiam o cotidiano das aulas e na construção das relações, e o senso de pertencimento e colaborações têm resultados que permeiam o cotidiano das aulas e na construção das relações e o senso de pertencimento e colaborações. A experiência extensionista no Aratu foi determinante para a ampliação de horizontes sociais. A aposta na comunidade, pela solução de problemas e envolvimento da comunidade, parte dela e deve ser exercida mediante participação coletiva. As aprendizagens foram muitas e demasiadamente profundas, a prática enriquece a teoria e a teoria é baseada nas demandas da comunidade. Por fim, vale ressaltar que tais aprendizagens não foram apenas direcionadas às crianças e adolescentes, mas englobam todas as dimensões da formação, especialmente relacionadas à capacitação e qualificação da docência entre a equipe de licenciandos/as.

Referências

BARBOSA, A. M.; CUNHA, F. P. **Abordagem Triangular do Ensino das Artes e Culturas Visuais**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Leitura da imagem e contextualização na arte/educação no Brasil**. Revista GEARTE, v. 9, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DE QUEIROZ, T. A. N. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. *In*: **Para Onde!?**, v. 8, n. 2, p. 154-161, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUSARI, M. F. R.; FERRAZ, M. H. **Metodologia do Ensino da Arte: fundamentos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha. 2002.

ZAGONEL, B.; DÓRIA, L. F.; ONUKI, G.; DIAZ, M. **Metodologia do ensino de arte**. Curitiba: IBPEX, 2011.

O PROGRAMA PROEXT-PG UNB: PESQUISA, EXTENSÃO FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Alexandre Pilati[1]

Palavras-chave: Extensão Universitária. Gestão da Extensão. Pesquisa e Território. Inserção curricular da Extensão na Pós-Graduação. Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade.

Contextualização:

Esta comunicação visa apresentar o **PROEXT-PG UnB**, uma ação de extensão em andamento na Universidade de Brasília – UnB, que, desenvolvida na modalidade "Programa", reúne vinte e sete projetos de extensão em diversas áreas do conhecimento, concebidos a partir de diversos Programas de Pós-Graduação – PPGs da instituição. Tendo sido proposto em ação conjunta dos Decanatos de Pós-Graduação e de Extensão da UnB, o Programa foi contemplado no Edital PROEXT-PG da CAPES (Portaria Conjunta nº 1, de 8 de Novembro de 2023).

A proposta de extensão da UnB aprovada pela CAPES registrou-se institucionalmente no SIGAA- UnB módulo extensão, em novembro de 2024, como **PROEXT-PG UnB - Pesquisa, extensão, formação e transformação social**, com a finalidade principal de criar uma rede de projetos para o desenvolvimento de pesquisa e inserção social divididos em três áreas estratégicas. O programa está baseado em dois pilares. O primeiro deles é estimular a colaboração entre Programas de Pós-graduação (PPGs) - com diferentes níveis de excelência - para o desenvolvimento de projetos de extensão baseados em parcerias com a sociedade. O segundo pilar é disseminar o conhecimento com impacto social produzido na pós-graduação da UnB, através da ação integrada, interdisciplinar e colaborativa entre coordenadores e membros dos projetos. Assim, a UnB criou edital específico para seleção de projetos (cf.: https://dex.unb.br/parcerias/dexdpg/category/424-programa-de-extensao-da-educacao-superior-na-pos-graduacao-2024). O Edital selecionou

[1] Professor do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, atuou como Diretor Técnico de Extensão da Universidade de Brasília de 2018 a 2024. É o coordenador institucional do PROEXT-PG-UnB e membro do Grupo de Pesquisa "Insurgências: laboratório de investigações em extensão e direitos humanos". E-mail: alexandrepilati@unb.br

ao todo 27 projetos de extensão, envolvendo 52 Programas de Pós-Graduação da UnB, avaliados em três etapas a fim de conferir a sua convergência com os objetivos da chamada da CAPES e especialmente com as diretrizes básicas do extensionismo: a) Interação dialógica; b) Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; c) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; d) Impacto na formação do estudante; e) Impacto na transformação social.

Todos os projetos que integram o PROEXT-PG UnB possuem parceria com pelo menos um PPG de área diferente do proponente, o que garantiu um alcance significativo de mais de 54 PPGs em toda a universidade (cerca de 50% do total). Além disso as propostas também mantêm parcerias externas e caracterizam-se por apresentar potencial de impacto social transformador. Todos os projetos selecionados demonstraram convergência com os objetivos da PORTARIA CONJUNTA CAPES/SESU Nº 1, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023 e o resultado definitivo da seleção foi publicado em outubro de 2024.

Os principais objetivos do Programa são: a) estimular e promover ações de extensão no âmbito da Pós-Graduação da UnB através de projetos que articulam dois ou mais PPGs, em parceria com organizações da sociedade civil e do setor produtivo; b) oportunizar a disseminação do conhecimento socialmente referenciado com vistas à transformação social; c) realizar uma série continuada de seminários para divulgação de trabalhos acadêmicos (TCCs, dissertações, teses e artigos) que tenham relevância e aplicabilidade social ou sejam oriundas de experiências e metodologias extensionistas; d) estimular a organização mais de programas de extensão para a realização de projetos de ação contínua em articulação com a sociedade a fim de colaborar com o desenvolvimento de políticas públicas de impacto relevante. Os Projetos agruparam-se em três grandes áreas estratégicas do conhecimento, de acordo com a sua vocação e tipo de impacto no território: Meio ambiente e território (8 projetos ao todo); Educação, Cultura e Comunicação (14 projetos ao todo); Saúde (5 projetos ao todo). As equipes de todos eles são interdisciplinares e interprofissionais, caracterizadas pela transversalidade, envolvendo docentes, pesquisadores experientes e em formação (da iniciação científica ao pós-doutorado) e participantes da comunidade externa. Ao todo, mais de 150 pesquisadores compõem a equipe do Programa na UnB.

Os projetos serão estimulados continuamente a desenvolverem estratégias de mobilização junto à sociedade a partir de dois eixos. O primeiro eixo considerará as parcerias internas e externas já existentes, tendo em vista a avaliação prévia dessas interações nos 27 projetos que integram o PROEXT-PG UnB. Nesse sentido, a realização de seminários internos e abertos ao público ao longo da vigência do Programa será fundamental para aproximar esses atores de forma sistemática e contínua. O segundo eixo diz respeito às parcerias potenciais, que demandam esforço dialógico de aproximação da UnB com a comunidade externa, a fim de estabelecer pontes de trabalho colaborativo e transformador, voltadas às necessidades reais dos territórios. Assim, os integrantes do PROEXT-PG UnB serão estimulados a desenvolverem ferramentas de comunicação e diálogo com movimentos sociais, instituições públicas e privadas, além de outros atores acadêmicos, para o estabelecimento de uma rede de colaboração que poderá ser percebida concretamente no "Catálogo de parcerias" empreendidas pelos projetos, o qual estará presente no Portal do PROEXT-PG UnB. Também poderão ser utilizadas, para a ampliação do escopo de parcerias, a Rede de Polos de Extensão da UnB (https://dex.unb.br/polosextensao) e a Rede de Casas Universitárias de Cultura (https://ddc.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&layout=&id=290#:~:text=As%20Casas%20Universit%C3%A1rias%20de%20Cultura,comunidades%20geral%2C%20local%2C%20nacional%20e), que são aparelhos de extensão voltados à promoção de ações de vinculação social nas mais diversas áreas do conhecimento. Além disso, utilizam-se ferramentas tecnológicas de interação social, tais como redes sociais e outras.

A articulação entre os PPGs que estão representados pelos 27 projetos se dá pelo acompanhamento contínuo da Coordenação Geral do PROEXT-PG UnB e da equipe de bolsistas, que será composta em 2025, tendo sido a UnB contemplada com 7 bolsas de iniciação à extensão na Edital Conjunto CAPES/SESU, n. 03/2024. Esta equipe ficará responsável por, ao longo de 2025 e 2026, promover encontros regulares, seminários, planos de ação conjunta, a fim de que as parcerias internas já existentes se fortaleçam e outras ainda não existentes possam se constituir, reforçando o princípio de interdisciplinaridade e interprofissionalidade tão essencial para a atividade extensionista. A partir de um primeiro movimento de acolhida dos projetos está sendo realizado um esforço de levantamento de

"mapa de problemas" pelo conjunto das 27 ações integrantes do PROEXT-PG UnB, em diálogo com movimentos sociais, territórios e comunidades. Diagnosticado o conjunto de problemas mais relevantes desse primeiro mapa, os projetos serão convidados a estabelecer planos de ação colaborativa, para que possam contribuir uns com os outros na abordagem das questões mais prementes, cuja abordagem se constitui como objetivo central de cada um. A partir daí, torna-se possível constituir um planejamento a partir de problemas abordados conjuntamente e de objetivos partilhados, para além daqueles específicos de cada projeto. Daí a função essencial do conceito de "Programa" como modalidade extensionista, que tem, entre os seus princípios básicos, o de criação de redes cooperativas de trabalho com foco na solução interdisciplinar e interprofissional de problemas reais e vinculação estreita com as comunidades e territórios.

O PROEXT-PG UnB, em seu primeiro ano de vigência, estabeleceu-se como um espaço destacado, internamente à instituição, para discussão sobre a importância de qualificar a produção do conhecimento, a pesquisa e a inovação com o desenvolvimento consciente de processos extensionistas de vinculação com a sociedade. Também se configura como um bastante exitoso caso de desenvolvimento de processo de gestão universitária da extensão, pautado na modalidade Programa e inspirado em outras iniciativas do Decanato de Extensão da UnB, desenvolvidas entre os anos de 2018 e 2024. Tal modelo de gestão oportuniza maior longevidade das ações, coletivização da gestão, participação democrática da comunidade e impacto na formação discente.

Refletindo com a experiência:

Até o momento, ao longo do ano de 2024, foram realizadas as seguintes ações: a) Organização de Edital (https://dex.unb.br/parcerias/dexdpg/category/424-programa-de-extensao-da-educacao-superior-na-pos-graduacao-2024); b) Realização de ciclos de oficinas para orientação sobre metodologias extensionistas de articulação com o território, a sociedade civil, o setor produtivo e o Estado; c) Preparação e composição das equipes dos projetos e submissão de propostas; d) Seleção das propostas aprovadas e composição do Programa de Extensão no SIGAA- UnB – Módulo Extensão; e) Primeiro seminário interno para apresentação de perspectivas dos projetos aprovados e vinculados ao programa; f)

Criação do Portifólio de Projetos do PROEXT-PG UnB; g) Início do desenvolvimento do site do Programa, cujo protótipo já está disponível no endereço: https://www.proext-pg-unb.com.br/.

Até o momento, alcançaram-se os seguintes resultados: a) Proposição de 27 projetos de extensão em articulação com a participação de pelo menos 54 PPGs da UnB; b) Articulação com outras Instituições de Ensino Superior, setor produtivo e sociedade civil para a composição das equipes do projetos e planejamentos de ações; c) realizações de eventos (p. ex. na Semana Universitária, de 4 a 8 de novembro de 2024) e participação de integrantes das equipes em eventos acadêmicos nacionais e internacionais; d) Aquisição de materiais e serviços para viabilizar o início das ações de trabalho com a comunidade.

Entre outros, são resultados esperados do PROEXT-PG UnB: a) Gerar produtos bibliográficos, científicos e de inovação no âmbito de cada projeto; b) Impactar qualitativamente a formação de pesquisadores em nível de graduação, mestrado e doutorado, a partir da vinculação social extensionista; c) Estabelecer parcerias de longo prazo com a comunidade externa e garantir maior impacto territorial da UnB no DF e região; d) Estimular o uso de laboratórios multiusuários da UnB para o desenvolvimento de pesquisas com viés dialógico interdisciplinar e interprofissional; e) Desenvolvimento de tecnologias (incluindo sociais) de alcance efetivo especialmente considerando populações mais vulneráveis do DF e região.

Uma das principais estratégias para fomentar, em termos globais, e registrar os resultados de forma concreta, gerando a possibilidade de apuração métrica concreta dos resultados do PROEXT-PG UnB será a criação e alimentação de um portal na Internet onde serão disponibilizados materiais provenientes das pesquisas e ações extensionistas dos 27 projetos. O portal abrigará os seguintes repositórios: 1) Catálogo de Parcerias - apresentação de todas as parcerias firmadas com resumo das ações já desenvolvidas ou por desenvolver. 2) Espelho para Políticas Públicas - apresentação de resultados com impacto social que podem se converter em políticas públicas voltadas à solução de problemas reais da sociedade. 3) Biblioteca de Produtos Acadêmicos - apresentação de teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos científicos, livros etc. produzidos ao longo da vigência do programa. 4) Banco de metodologias extensionistas - apresentação de

metodologias extensionistas com impacto que poderá gerar resultados positivos e inovadores em processos de formação e desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas. A participação dos bolsistas será fundamental para a criação, alimentação e controle do Portal, a fim de que os resultados possam ser devidamente aproveitados pela comunidade acadêmica para futuras pesquisas e para a sociedade externa, como forma de referência para ações de impacto social.

Os maiores desafios do PROEXT-PG UnB relacionam-se com a necessária mudança de cultura institucional relativa aos processos de ensino, pesquisa e extensão. Em geral essa cultura é marcada por uma baixa articulação entre tais áreas-fim da Universidade brasileira, o que se reflete também no relativo isolamento de seus processos de gestão. Com isso, reforça-se uma cultura do isolacionismo e do individualismo, que é preciso superar através do estímulo do desenvolvimento de processos extensionistas, os quais devem ser entendidos como fundamentais tanto para a produção do conhecimento quanto para a formação dos estudantes. Além disso, é preciso superar uma noção de extensão que é vinculada à prestação de serviços ou à mera "divulgação científica" e bem como confrontar uma visão de pesquisa que se desenvolve sem a participação dialógica da sociedade. Uma mudança de cultura como essa envolve a superação de modelos de ensino superior arcaicos e elitistas, bancários por excelência, que precisam ser banidos para dar vez à construção de uma universidade efetivamente popular, desde os aspectos epistemológicos aos metodológicos. Ao tempo que se reconhece a importância do PROEXT-PG UnB para a crítica e o enfrentamento de tais modelos, verifica-se a dificuldade em alcançar esses objetivos quando o contato com o território e seus sujeitos vai se tornando essencial para a caracterização extensionista dos processos, pois desenvolver a pesquisa junto com a comunidade externa definitivamente não é trivial na universidade hoje. Entretanto, espera-se que essa geração de pesquisadores formada em uma iniciativa que articula Programas de Pós-Graduação e Projetos de Extensão possa compreender a importância da extensão para que se consiga efetivamente contribuir para se ver construída uma universidade voltada para os interesses populares e cada vez menos encastelada e presa aos seus próprios dilemas elitistas.

O desenvolvimento do PROEXT-PG UnB enfrenta esses desafios abraçando a concepção de que a extensão é o que se faz ao construir uma práxis universitária com viés

emancipador, em conjunto com a sociedade, e com a autonomia e a energia política que caracteriza as ações que nos fazem vislumbrar o historicamente novo.

EXPERIÊNCIAS DE LEITURA E ESCRITA EM TURMAS MULTIANUAIS NA EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO

Lucicléa Teixeira Lins[1]
Maria José Lopes da Silva[2]
Lívia Tertuliano de Brito[3]
Hellen Freire Nascimento[4]

Palavras-chave: Educação do Campo. Consciência Fonológica. Turmas Multianuais. Estratégias de leitura.

Introdução

Este trabalho objetiva relatar as experiências de alfabetização no projeto de extensão, intitulado "Leitura e escrita como possibilidade de fortalecimento de aprendizagem nas escolas do campo", desenvolvido atendendo a uma demanda solicitada por uma escola do campo, localizada na zona rural de Solânea-PB. A escola atende turmas do maternal ao 5° ano, contudo, nossas ações de alfabetização, cujo objetivo é de fortalecer a leitura e a escrita alinhada com as práticas campesinas, foram direcionadas às turmas multianuais de 1°/2° e 3°/4° anos.

As ações realizadas na referida escola, ocorreram no ano de 2024, atendendo aproximadamente cerca de 19 crianças. Nas turmas de 1°/ 2° anos, totaliza-se 11 crianças, já na de 3°/ 4° anos, 8 crianças. Para realizar as atividades de leitura e escrita, inicialmente buscamos compreender as fragilidades encontradas em sala de aula. Para isso, partimos de uma conversa prévia com as professoras atuantes, e, alinhamos nossas ações com o plano de aula diário para que não houvesse atraso no conteúdo exigido pelo sistema de ensino.

O projeto de extensão atuou para fortalecer a leitura e a escrita das crianças, buscando aproximá-las da realidade vivida. Para tanto, foi necessário realizar uma atividade diagnóstica e ela consistiu em observar o desenvolvimento da turma ao decorrer do dia, e uma atividade de escrita para compreender os níveis de leitura e escrita de forma individual. Partindo disso, foi possível planejar atividades contextualizadas, lúdicas e de maior interação com a turma.

[1] Professora do Departamento de Educação, CCHSA-Campus III/UFPB, luciclea.lins@academico.ufpb.br
[2] Graduanda em Pedagogia, CCHSA-Campus III/UFPB, maria.lopes3@academico.ufpb.br
[3] Graduanda em Pedagogia, CCHSA-Campus III/UFPB, liviatertuliano4@gmail.com
[4] Graduanda em pedagogia, CCHSA-Campus III/UFPB, hellenzinhahfn01@gmail.com

Aspectos metodológicos e descritivos da experiência

A metodologia utilizada no projeto se caracteriza dentro de uma abordagem qualitativa, participativa e dialógica em que seus procedimentos metodológicos foram pensados de acordo com as especificidades de cada turma, traçando estratégias de leituras com obras de literatura infantil que contemplasse as experiências presentes no cotidiano, facilitando assim, a melhor compreensão e aproximação do texto. Para cada atividade planejada, buscamos trabalhar com as estratégias de leitura de Renata Junqueira e Cyntia Graziella Girrioto, (2011). Sendo essas estratégias, de conhecimento prévio, conexão, inferência, visualização, pergunta ao texto, sumarização e síntese.

As estratégias de leituras utilizadas foram fundamentais para o desenvolvimento das leituras propostas. Considerando que, cada uma delas ao longo das atividades proporciona maior interação entre as crianças, bem como direciona nossas ações para a realidade das mesmas, pois por meio das estratégias é possível aproximar-se das experiências, tendo em vista que há diálogo entre o texto e a criança. Por essa razão, é importância a utilização de obras literárias que evidenciem a realidade das crianças (conhecimento prévio). Desta maneira, o trabalho de leitura e escrita perpassa a alfabetização, ampliando-se para a compreensão de mundo, valorização da identidade e pertencimento.

Sendo assim, planejamos para a turma multianual de 1° e 2° anos, ações que complementasse as necessidades de aprendizagens das crianças, para isso, trabalhamos com a obra literária “A casa dos animais”, as sete estratégias de leituras e desenvolvemos uma atividade diagnóstica para identificar as possíveis hipóteses de escritas para a partir daí, elaborar atividades que completem tais demandas, objetivando o progresso da escrita dos estudantes para um nível de escrita alfabético. Sendo assim, nesse processo de identificação das hipóteses percebemos níveis de escrita híbridas (entre duas hipóteses), alfabética, silábica com e sem valor sonoro e ortográfico.

As ações de leitura tiveram como base a perspectiva interacionista dialógica em que o leitor interage com o texto e o autor construindo significados em suas experiências discursivas em interação com o texto. Silva (1999) destaca que a dinâmica discursiva permite ao leitor recriar referências de realidades, influenciando tanto a interpretação do texto quanto as suas próprias vivências.

Em outro momento, trabalhamos com a obra literária “Voa João”. Iniciamos com a leitura coletiva da obra, desenvolvendo inicialmente a estratégia de conhecimento prévio, partindo disso, as crianças passaram a considerar hipóteses a respeito da obra. Ao longo da leitura, outras estratégias foram se aplicando, como a de perguntas ao texto, que fazia com que as crianças questionassem situações presentes na obra, e relacionassem com algo visto ou vivido por elas. Momento após a leitura, trabalhamos e refletimos sobre a obra, as crianças foram ao quadro e depararam-se com cenas presentes na história já contada, e para desenvolver a escrita, inicialmente foi pedido para que descrevessem a cena escolhida.

No segundo momento foi direcionado a escrita, e foi possível perceber que as crianças encontram-se silábicas alfabética, mas que necessitam de uma mediação para identificar a sílaba por meio do som que a mesma reproduz, considerando a individualidade de cada criança, traçamos meios de orientá-las no processo de alfabetização.

Em virtude do dia 21 de setembro, o dia da árvore, assistimos e refletimos sobre o curta: A Maior Flor do Mundo de José Saramago, logo após, nos direcionamos ao quadro, em que havia balões com frases referentes ao dia 21. Esse momento foi intermediado tanto por nós quanto pela professora responsável pela turma. Partindo das frases encontradas nos balões, discutimos a importância das árvores e os cuidados que se deve ter para preservar o território em que se vive. Tratamos das árvores frutíferas, e para isso, inicialmente perguntamos às crianças quais árvores frutíferas elas conheciam. Cada criança indicou as árvores que conheciam ou avistava no caminho para casa, após esse momento, utilizamos uma atividade impressa, a qual tinha a estrutura de uma árvore para que as crianças identificasse e classificasse e por fim, apontasse o fruto e o nome de sua árvores. Por exemplo: Limão, e em seguida, Limoeiro.

Para as turmas de 3° e 4° anos, tendo como base as teorias de Ferreiro e Teberosky (1986), indica que a referida atividade escrita se caracteriza na hipótese silábica com valor sonoro. Por exemplo, ao escrever "jacaré" como "AAE", a criança percebe a sonoridade da palavra, mas não a representa de forma convencional. A escrita de "amigo" como "AIU" e "Bob" como "OI" revela uma tentativa de simplificação, em que ela prioriza a sonoridade em detrimento da ortografia correta. Essa análise evidencia que a criança está em um processo de construção do conhecimento sobre a escrita, buscando compreender as

relações sonoras e gráficas. Desse modo, faz-se fundamental esse diagnóstico inicial para o planejamento de atividades que dialoguem com as necessidades de aprendizagens das crianças, além de identificar em qual nível a escrita se encontra.

Com a leitura da obra literária "A Horta do Mundinho" da autora Ingrid Biesemeyer de modo coletivo, para isso utilizamos o livro físico. Durante a leitura foi possível constatar que uma criança apesar de não ler fluentemente as palavras, elas reconhece, as letras e junta sílabas apresentando dificuldades sobretudo em sílabas com três letras. Consta-se também que há dificuldade na leitura das palavras com sílabas complexas pela concepção tradicional. Solicitamos uma ficha de atividade simples para constatar o nível de escrita de cada estudantes, e através dessa ficha averiguamos que a criança que não consegue ler, também não consegue escrever sem auxílio docente. Um grupo de três alunos encontra-se no nível de escrita alfabética, cujo nível permite escrever uma letra para cada fonema, apresentando ainda erros ortográficos na escrita de sílabas com três letras.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados.

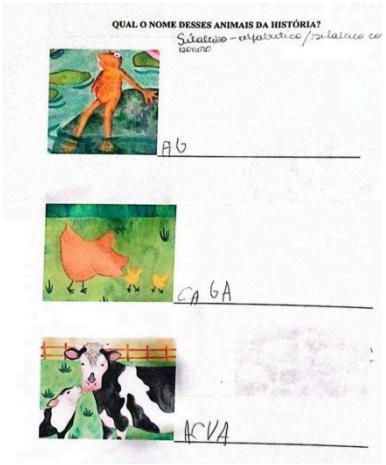
A contextualização do campo por meio da literatura aproxima de forma lúdica e interativa as crianças da realidade vivida, gerando pertencimento enquanto aguça o imaginário e fortalece a identidade campesina. E o seu uso no cotidiano, torna-se um facilitador integral no processo de ensino e aprendizagem da criança. Cabendo ao professor instigar a leitura coletiva, a qual propiciará melhor envolvimento com o mundo letrado, criando suas hipóteses com obras de seus interesses. Para Rego (1999):

> (...) num contato diário com atividades de leitura e de escrita, a alfabetização será transformada num processo ameno e descontraído, evitando-se as atuais rupturas existentes, na prática pedagógica entre a preparação para a alfabetização e a alfabetização propriamente dita". (REGO, 1999, p. 60)

Sendo assim, é pertinente o uso da literatura na educação infantil, e se tratando da educação do campo, é um meio de aproximar da realidade, bem como a de experienciar outras vivências, pois por meio da literatura, é possível despertar o imaginário da crianças, fazendo com que o mundo letrado proporcione conhecer novas culturas, identidades, lugares, cabendo apenas ao imaginário do leitor.

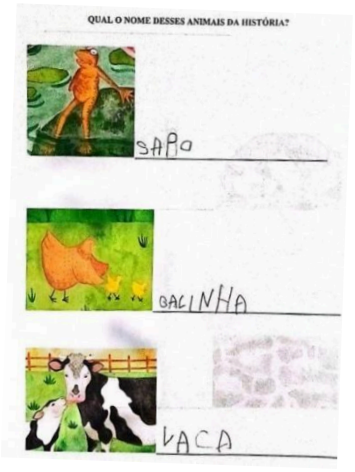
Desta forma, o processo de leitura e escrita é importante para o desenvolvimento das crianças e com a forma que ela se relaciona com o mundo ao longo dos anos. No que diz respeito ao desenvolvimento psicogenético da primeira escrita (**Imagem 1:**), a criança apresenta uma possível hipótese híbrida entre os níveis silábico com valor sonoro e alfabético. Apresenta valor sonoro, quando registra a escrita de SAPO como "AO", para a galinha "CAGA" corresponde ao valor sonoro da vogal inicial A e da sílaba CA para escrever possivelmente a última sílaba da palavra: "NHA". Em sua segunda escrita (**Imagem 2**), a criança já apresenta uma hipóteses alfabética, sistematizando e reconhecendo os sons de cada letra, pois registra todas as palavras com seus sons correspondentes: para GALINHA escreve GALINHA. Na 3° ação (**Imagem 3**) a criança apresenta uma escrita em hipótese ortográfica, representando todos os fonemas das palavras. Vejamos as atividades escritas:

Imagem 1: Atividade diagnóstica de escrita



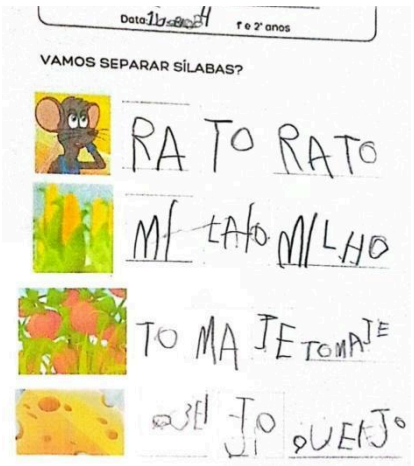
Fonte: dados do Projeto(2024)

Imagem 2: Processo de escrita durante as ações (2° ação)



Fonte: dados do Projeto (2024)

Imagem 3: Processo de escrita durante as ações (3° ação)

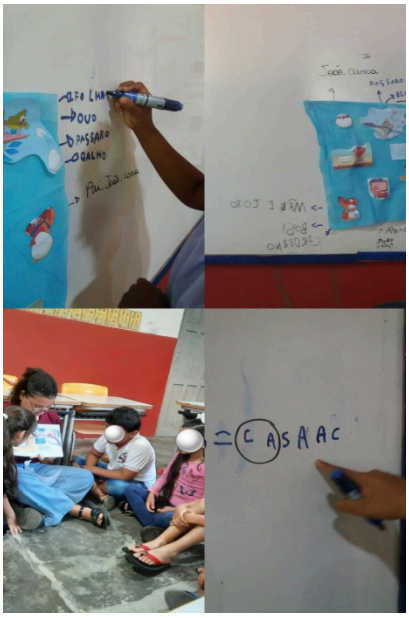


Fonte: dados do Projeto (2024)

Diante do trabalho realizado, percebe-se o papel fundamental do docente em avaliar continuamente as necessidades de aprendizagem das crianças. Durante esse processo, é fundamental considerar os modos de compreensão do estudante: o que ele diz, explica e demonstra. Além da avaliação, a mediação do professor nas atividades coletivas e individuais por meio de questionamentos, explicações, confrontos e demonstrações tendo

como objetivo o conhecimento em desenvolvimento do estudante. Essa abordagem contribui para a internalização e reconstrução da linguagem escrita, bem como para o aprimoramento da leitura, promovendo a aquisição de habilidades autônomas. No contexto deste trabalho, o foco está na compreensão da leitura e da escrita como ferramentas essenciais para o desenvolvimento da escrita da turma. Vejamos as atividade de escrita realizadas com as turmas de 1° e 2° anos:

Imagem 4: Atividade de escrita e leitura



Fonte: dados do projeto (2024)

Imagem 5: Ação relacionada ao dia da árvore



Fonte: dados do projeto (2024)

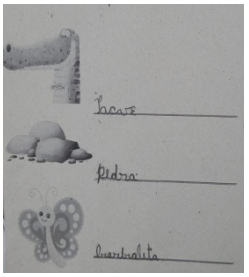
Atividades de escrita desenvolvida com a turma multianual de 3° e 4° anos:

Imagem 6: Atividade escrita (nível silábico com valor sonoro)



Fonte: dados do projeto (2024)

Imagem 7: Escrita em nível alfabético



Fonte: dados do projeto (2024)

Imagem 8: Exercício de escrita

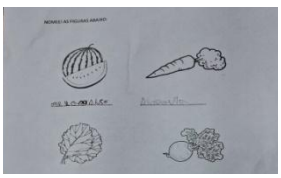


Imagem 9: Estudante registra escrita no quadro

Fonte:dados do projeto (2024)



Fonte: dados do projeto (2024)

Considerações finais

Consideramos a relevância do trabalho de extensão realizado, que por sua vez, obteve como resultado a fluência na leitura, a participação e compreensão da obra lida. Bem como, corroborou para a escrita alfabética, interação e valorização da cultura campesina por meio da literatura e fortalecimento da formação leitora. As práticas realizadas nas turmas multianuais apontam a relevância de metodologias pedagógicas que valorizem e incorporem a cultura campesina no processo de alfabetização.

A utilização de contação de histórias e a exploração de textos literários juntamente com as estratégias de leitura, possibilitaram o desenvolvimento da consciência fonológica das crianças, criando um ambiente de aprendizagem colaborativo e interativo. Os avanços observados nas hipóteses de escrita, apresentam a evolução das crianças de níveis silábicos para alfabeticos, assim, refletem uma maior compreensão da conexão entre oralidade e escrita.

Referências

A Maior Flor do Mundo. [S. l.: *s. n.*], 2010. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo canal

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo**, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf. Acesso em: 28. de mar. 2025.

BELLINGHAUSEN, INGRID BIESEMEYER.**A horta do Mundinho**.RHJ EDITORA,2010.

BRASIL.. **Resolução CNE/CEB 1/2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. .** MEC: Brasília -DF,. 2002.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

GUIZELIM SIMÕES, C.G. JUNQUEIRA DE SOUZA, R. **Estratégias de leitura: uma alternativa para o início da educação literária.** Álabe 4, dezembro, 2011.

REGO, Lúcia Lins Brownw. Literatura infantil: Uma Nova Pespectiva da Alfabetização na Pré- Escola. p. 60. São Paulo: FTD, 1999.

RuiLourenço. Disponível em: https://youtu.be/YUJ7cDSuS1U?si=_gL1U81L5B94Skcp . Acesso em: 21 de set. de 2024.

SILVA, Ezequiel Theodoro. Concepções de leitura e suas consequências no ensino. Perspectiva, [S. l.], v. 17, n. 31, p. 11–20, 1999.

UCHÔA, Karliane da Silva. **A casa dos animais**. Fortaleza: SEDUC, 2018.

Voa, João / MultiRio. – Rio de Janeiro : MultiRio, 2015.24 p. : il. – (Coleção Que medo!; n.3).Disponível em:https://multirio.rio.rj.gov.br/media/PDF/pdf_1914.pdf

1° ENCONTRO PARA TROCA DE SABERES: ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA, SIDROLÂNDIA, MATO GROSSO DO SUL, BRASIL.

Christian Souza Barboza/a[1]
João Gabriel de Matos Pinheiro /a[2]
Ana Clara Teodoro Ostemberg /a[3]
Maria Luiza Martins Lopes/a[4]
Ary Rufino da Silva Junior /a[5]

Palavras-chave: Extensão popular; Metodologias participativas; Matriz SWOT adaptada; Universidade e sociedade.

Introdução

No âmbito da Educação Popular, diversos autores (Souza & Faleiro, 2018; Streck, 2015; Gohn, 2014) têm desenvolvido reflexões críticas sobre os fundamentos teórico-metodológicos da Extensão Popular. Esses estudos convergem ao apontar três eixos estruturantes dessa abordagem a horizontalidade nas relações entre universidade e comunidade, que pressupõe o reconhecimento mútuo dos atores envolvidos como produtores de conhecimento, a adoção de metodologias participativas que valorizem os saberes locais e as experiências cotidianas como fontes válidas de conhecimento e o compromisso político-pedagógico com a transformação das estruturas sociais injustas, superando assim a falsa neutralidade que historicamente marcou a atuação das instituições acadêmicas.

No contexto específico dos assentamentos rurais brasileiros, a aplicação desses princípios adquire contornos particulares que demandam uma análise à luz dos estudos sobre reforma agrária e educação do campo. Fernandes (2008) demonstra como a questão agrária

[1] [1] Doutor em engenharia civil, professor adjunto – UFGD. christianbarboza@ufgd.edu.br
[2] [2] Acadêmico do curso de Engenharia Civil - UFGD. joao.pinheiro086@academico.ufgd.edu.br
[3] [3] Acadêmico do curso de Engenharia Civil - UFGD. ana.ostemberg045@academico.ufgd.edu.br
[4] [4] Acadêmico do curso de Engenharia Civil - UFGD. maria.lopes062@academico.ufgd.edu.br
[5] [5] Acadêmico do curso de Engenharia Civil - UFGD. ary.junior063@academico.ufgd.edu.br

no Brasil está profundamente ligada à processos históricos de concentração fundiária e com a hegemonia do modelo do agronegócio, criando condições estruturais de marginalização dos trabalhadores rurais. Nesse cenário, Stédile (2005) destaca o papel dos movimentos sociais, particularmente do MST, não apenas enquanto agentes de reivindicação por acesso à terra, mas como sujeitos coletivos que constroem alternativas concretas de organização produtiva baseadas nos princípios da agroecologia e da economia solidária.

A produção acadêmica sobre educação do campo (Caldart, 2012; Molina, 2013; Arroyo, 2012) avança nessa discussão ao demonstrar como as práticas educativas em contextos rurais devem partir das necessidades concretas e das especificidades culturais dos sujeitos do campo. Esses autores criticam o modelo educacional "urbanocêntrico" que historicamente orientou as políticas públicas, propondo em seu lugar uma educação que valorize os saberes agrícolas tradicionais, articule formação técnica e politização e esteja organicamente vinculada aos processos de luta pela terra.

No que concerne às metodologias participativas aplicáveis a esses contextos. A matriz SWOT, originalmente desenvolvida para análise organizacional, tem sido adaptada com sucesso para processos de planejamento participativo em comunidades rurais. Quando ressignificada à luz dos princípios da Educação Popular, essa ferramenta permite mapear coletivamente potencialidades e vulnerabilidades a partir da perspectiva dos próprios sujeitos, identificar demandas prioritárias mediante processos decisórios democráticos e formular estratégias de ação contextualizadas (TORO, 2005; VIEIRA et al., 2016; FORTUNA, 2000) oferece importantes contribuições. Complementarmente, técnicas como a "Teia de Aranha" cumprem função pedagógica essencial ao criar espaços dialógicos iniciais que favorecem a construção de vínculos de confiança entre os participantes - condição fundamental para o êxito de qualquer processo participativo (TORO, 2005).

A relação entre universidade e movimentos sociais rurais, contudo, permanece marcada por tensões e contradições. Santos (2007) demonstra como a estrutura institucional das universidades brasileiras, moldada por valores elitistas e por uma lógica produtivista, frequentemente atua como barreira à efetiva integração com os movimentos populares. Esse diagnóstico é corroborado por estudos de caso (MOLINA, 2013; GOHN, 2014) que apontam a predominância de ações extensionistas pontuais e descontínuas, com limitada capacidade

de incidência nas realidades locais. Superar essas limitações exige, conforme argumenta Streck (2015), a construção de uma nova cultura acadêmica que supere o caráter episódico das intervenções, garantindo continuidade e aprofundamento das ações, assegure a participação efetiva da comunidade em todas as etapas do processo, desde o planejamento até a avaliação e articule de forma orgânica as atividades de ensino, pesquisa e extensão, rompendo com a compartimentalização que caracteriza o modelo universitário tradicional.

A experiência desenvolvida no Assentamento Geraldo Garcia, objeto deste relato, insere-se nesse debate teórico, com o objetivo de se aplicar os princípios da Extensão Popular em diálogo com as demandas concretas de uma comunidade rural organizada propondo a integração de conhecimentos científicos e saberes populares.

Aspectos metodológicos da experiência

A ação de extensão foi desenvolvida no Assentamento Geraldo Garcia, localizado no município de Sidrolândia, Mato Grosso do Sul, Brasil, região caracterizada por intensos conflitos agrários e pela hegemonia do modelo do agronegócio. O assentamento, constituído através de processo de reforma agrária, abriga aproximadamente 282 famílias que desenvolvem agricultura familiar em lotes de pequeno porte, enfrentando desafios típicos desses contextos, como acesso limitado a recursos produtivos e políticas públicas (REDAÇÃO/ REGIÃO NEWS, 2023).

Participaram da atividade 09 integrantes do grupo ESTRUTURAR[6], composto por estudantes de graduação e professores da UFGD, além de 21 assentados, com representação equilibrada entre homens e mulheres, com idades variando entre 19 a 68 anos (Figura 1). A ação ocorreu em 01 de março de 2025, com duração de 08 horas, inserindo-se em um processo mais amplo que incluiu encontros de planejamento e organização do evento pela equipe do projeto.

A metodologia adotada seguiu os princípios da pesquisa-ação participativa, organizando-se em três etapas principais. Na fase preparatória, realizou-se levantamento documental sobre o assentamento e conversas online com lideranças para construção coletiva da atividade, adaptando-se instrumentos de análise às necessidades locais.

[6] Projeto de pesquisa e extensão universitária vinculado ao curso de engenharia civil da UFGD

No encontro, a dinâmica inicial de "Teia de Aranha" foi adotada para a construção de vínculos entre participantes, criando um ambiente propício para o diálogo através de sua abordagem lúdica e horizontal (Figura 1).

FIGURA 1 – Dinâmica “teia de aranhas”



Fonte: Autores (2025)

O núcleo da intervenção consistiu na aplicação adaptada da matriz SWOT, com os participantes divididos em quatro grupos heterogêneos que discutiram eixos temáticos previamente definidos pelo grupo e sorteados antes das discussões em grupo. Cada grupo trabalhou com quatro questionamentos fundamentais: aspectos facilitadores, obstáculos, necessidades e elementos dispensáveis em relação aos temas sorteados. As discussões foram registradas em painéis coletivos e posteriormente socializadas em roda de conversa, garantindo a transversalidade das análises.

Os recursos utilizados incluíram materiais didáticos acessíveis (cartolinas, post-its, canetas coloridas) e instrumentos de registro (câmeras e celulares). A infraestrutura do espaço foi feita pelos assentados, em espaço comum dentro da propriedade do Sr. Manoel Soares de Oliveira Junior, assentado e liderança local. O local e organização se mostrou adequado para as atividades propostas.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A experiência permitiu identificar importantes potencialidades no diálogo entre universidade e movimentos sociais rurais, confirmando pressupostos teóricos da Extensão Popular (FREIRE, 2014; GOHN, 2014).

A metodologia participativa, baseada na adaptação da matriz SWOT (Quadro 1) e na dinâmica da "Teia de Aranha", demonstrou ser eficaz para Fortalecer a organização comunitária – A abordagem horizontal facilitou a expressão de demandas coletivas, reforçando a importância dos movimentos sociais (MST) como espaços de resistência e construção de alternativas (STÉDILE, 2005).

QUADRO 1 – Panorama local construído a partir do método de matriz SWOT adaptada

	Preciso	Não preciso
Ajuda	Movimentos sociais, como o MST; Articulação e apoio de outros movimentos; Ampliação do crédito habitacional; Fortalecimento da coletividade; Organização dos movimentos sociais; Apoio de órgãos e entidades públicas, incluindo oferta de cursos preparatórios; Desenvolvimento e aplicação de tecnologias; Investimento em pesquisa e ensino; Ampliação da divulgação das iniciativas, promovendo maior conscientização; Incentivos governamentais;	Práticas de corrupção; Uso de agrotóxicos; Utilização de ferramentas manuais;
Atrapalha	Não ter recursos financeiros; Não ter a Propriedades de terra; Não ter suporte institucional e comunitário; Não ter reforma e revoluções agrárias; Não ter disponibilidade de mão de obra; Excessiva burocratização na contratação de mão de obra;	Sistema capitalista e Predominância do individualismo; Dificuldade no acesso a ferramentas e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) essenciais; Restrição e seletividade no acesso a créditos governamentais para pequenos agricultores; Monopólio e hegemonia do agronegócio e sua influência cultural; Influências climáticas; Opressão estatal financiado pelas grandes empresas;

Fonte: Autores (2025)

Produzir diagnósticos contextualizados – A categorização das necessidades em "Preciso/Não Preciso" e "Ajuda/Atrapalha" gerou um mapeamento claro das prioridades locais útil para futuras intervenções. Integrar saberes acadêmicos e populares – A troca de conhecimentos sobre técnicas agrícolas, acesso a políticas públicas e desafios climáticos evidenciou a complementaridade entre diferentes formas de saber (BRANDÃO E FAGUNDES, 2016).

Apesar dos avanços, a experiência revelou obstáculos que dialogam com a literatura crítica sobre extensão universitária (SANTOS, 2007; MOLINA, 2013), tais como a dificuldade de envolver todos os segmentos do assentamento e o tempo insuficiente para aprofundar temas complexos, como o acesso a crédito rural ou a transição agroecológica, aspectos que deverão ser reconsiderados em futuras intervenções.

Tensão entre demandas imediatas e transformação estrutural – Parte das reivindicações focava em soluções pontuais (ex.: maquinário), enquanto outras apontavam para mudanças sistêmicas (ex.: reforma agrária), revelando o desafio de articular lutas locais com projetos políticos amplos.

A experiência permitiu extrair lições relevantes para ações futuras: Continuidade do processo – Como alerta Streck (2015), intervenções pontuais têm impacto limitado. Percebeu-se a necessidade de um plano de acompanhamento com oficinas temáticas e específicas (ex.: construção de estufas agrícolas), assim como, a articulação com órgãos públicos para encaminhamento das demandas.

Considerações finais

A experiência reforçou o potencial da Extensão Popular como prática dialógica e transformadora, capaz de produzir análises críticas sobre realidades agrárias. No entanto, também evidenciou a necessidade de as universidades repensarem seus modelos de intervenção, garantindo maior organicidade com os movimentos sociais. Os resultados aqui sistematizados oferecem subsídios tanto para novas ações no Assentamento Geraldo Garcia quanto para projetos extensionistas em contextos similares.

Agradecimentos

Agradecemos à Itaipú Parquetec, Itapú Binacional e a UFGD pelo fomento das ações e apoio logístico.

Referências

ARROYO, M. G. Educação básica e movimento social do campo. São Paulo: **Expressão Popular**, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, p. 89-106, 2016.

CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 4. ed. São Paulo: **Expressão Popular**, 2012.

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: **Vozes**, 2008.

FORTUNA, C. M. **Matriz SWOT na gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FREIRE, Paulo. P**edagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

GOHN, M. G. Educação não formal e cultura política. 7. ed. São Paulo: **Cortez**, 2014.

MOLINA, M. C. Educação do campo e pesquisa. Brasília: **MDA**, 2013.

REDAÇÃO/ REGIÃO NEWS. **Sala da cidadania vai ajudar assentados do Santa Lucia e Geraldo Garcia a regularizar conta de luz**. Região news, 2023. Disponível em: < https://www.regiaonews.com.br/sidrolandia-ms/sala-da-cidadania-vai-ajudar-assentados-do-santa-lucia-e-geraldo-garcia-a-regularizar-conta-de-luz >. Acesso em: 28 de mar. de 2025.

SANTOS, B. S. A universidade no século XXI. 3. ed. São Paulo: **Cortez**, 2007.

SOUZA, J.; FALEIRO, W. **Extensão popular: teoria e prática**. Cuiabá: EdUFMT, 2018.

STÉDILE, J. P. A questão agrária no Brasil. 6. ed. São Paulo: **Expressão Popular**, 2005.

STRECK, D. R. **Educação popular e extensão universitária**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

TORO, J. B. Teia de relações comunitárias. Bogotá: **Fundação Social**, 2005.

VIEIRA, P. F. et al. **Metodologias participativas no campo**. Florianópolis: Insular, 2016.

A EXTENSÃO POPULAR NO FORTALECIMENTO DOS GRUPOS DE MULHERES CAMPONESAS DO SERIDÓ POTIGUAR

Leandro Vieira Cavalcante[1]
Maria Flávia Dantas da Cruz[2]
Anelisse da Silva Pinheiro[3]
Emily Kadidja de Medeiros[4]
Mylena Ália de Araújo[5]
Thiago Mateus Ferreira de Assis[6]

Resumo:
A extensão popular caracteriza-se por seu caráter dialógico e por seus esforços com a transformação social dos sujeitos envolvidos nas práticas extensionistas, em especial com grupos invisibilizados e/ou vulnerabilizados. Portanto, são notáveis os esforços executados por projetos de extensão pautados na perspectiva popular ancorados em metodologias participativas e na reflexão crítica acerca da realidade. Nesse sentido, objetiva-se apresentar as contribuições de um projeto de extensão para o fortalecimento de grupos de mulheres camponesas. Intitulado "Transição Agroecológica e Economia Solidária no Seridó Potiguar", o projeto em debate é executado desde 2023 pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR), vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A partir da parceria estabelecida com a Cáritas Diocesana de Caicó e 10 grupos de mulheres dos municípios Lagoa Nova e Bodó, localizados no Seridó Potiguar, as ações executadas no âmbito da extensão tiveram como objetivo principal promover atividades que contribuíssem com o trabalho das camponesas, com foco na transição agroecológica e na economia solidária. A partir de distintas ações realizadas, verificou-se a potencialidade da extensão popular no fortalecimento dos grupos de mulheres.

Palavras-chave: Extensão universitária. Extensão popular. Mulheres camponesas. Grupos de mulheres. Seridó.

[1] Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR). leandro.cavalcante@ufrn.br
[2] Mestranda em Geografia. Graduada em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR). flavia.dantas.127@ufrn.edu.br
[3] Mestranda em Geografia. Graduada em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR). anelissepnhr1@gmail.com
[4] Mestranda em Geografia. Graduada em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR). emilykadidjademedeiros@gmail.com
[5] Graduada em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR). mylena.araujo.706@ufrn.edu.br
[6] Mestrando em Geografia. Graduado em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR). thiago.ferreira.140@ufrn.edu.br

Introdução

A extensão popular caracteriza-se por seu caráter dialógico e por seus esforços com a transformação social dos sujeitos envolvidos nas práticas extensionistas, em especial com grupos invisibilizados e/ou vulnerabilizados. Cruz *et al.* (2021) defendem que a extensão popular se trata de uma "prática social" pautada no diálogo e na colaboração. Nesse mesmo sentido, Melo Neto (2014) afirma que essa modalidade de extensão é um "trabalho social útil", diante de suas aplicações ancoradas na transformação social (Cruz, 2011; Benicá; Campos, 2017; Falcão, 2018). Portanto, são notáveis os esforços executados por projetos de extensão mobilizados pela perspectiva popular que engloba metodologias participativas e instrumentos de reflexão crítica acerca da realidade.

Diante dessa perspectiva, o projeto de extensão "Transição Agroecológica e Economia Solidária no Seridó Potiguar" teve como objetivo principal promover ações junto a grupos de mulheres, em temáticas como tecnologias sociais, produção agrícola e economia solidária. O mesmo foi inserido no âmbito do Programa de Extensão Ações para a Inovação Social e Consolidação de Iniciativas de Economia Solidária – InovaEcoSol, da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Executado desde 2023, esse projeto de extensão foi realizado pela equipe de docentes e discentes do Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR), vinculado ao Departamento de Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó da UFRN, campus Caicó, o qual tem realizado diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco na região do Seridó.

No Seridó Potiguar, em específico nos municípios de Lagoa Nova e Bodó, registra-se a ocorrência de 10 grupos de mulheres que se dedicam ao trabalho no campo sob a perspectiva da transição agroecológica e da economia solidária, de modo a desencadear processos de inclusão social e produtiva e, ao mesmo tempo, igualdade de gênero. A partir da utilização de tecnologias sociais hídricas, da produção orgânica e agroecológica nos quintais produtivos, da confecção de artesanatos e de produtos como doces e bolos, da comercialização em feiras de agricultura familiar e economia solidária, da organização comunitária, entre outros, tais grupos de mulheres revelam outras formas de ser e estar enquanto trabalhadoras rurais.

Esses grupos de mulheres são acompanhados por organizações da sociedade civil que cumprem o papel de disseminar tecnologias sociais, de garantir o acesso à políticas públicas,

de mobilizar encontros, formações e debates, de viabilizar a realização de intercâmbios e feiras de agricultura familiar e economia solidária, dentre outras atividades. Como exemplo dessas organizações, destaca-se a Cáritas Diocesana de Caicó, que atua no desenvolvimento de projetos de agroecologia, economia solidária e convivência com o semiárido na região, de modo particular com grupos de mulheres camponesas. Atualmente, a Cáritas desenvolve uma série de projetos com as mulheres, os quais subsidiaram as ações de extensão do SEMIAR.

Desse modo, o projeto de extensão ora relatado teve como objetivo principal promover ações que contribuíssem com o trabalho das mulheres camponesas do Seridó, com foco na transição agroecológica e na economia solidária, mediante articulação com os grupos de mulheres que atuam baseadas no uso de tecnologias sociais e no desenvolvimento de ações pautadas na convivência com o semiárido. A partir da parceria estabelecida com a Cáritas e os 10 grupos de mulheres de Lagoa Nova e Bodó, uma série de atividades extensionistas foram realizadas entre 2023 e 2024, de modo a contribuir com a promoção de melhores condições de vida para as mulheres do campo.

Aporte teórico do projeto de extensão

O projeto em tela dialoga com cinco eixos teóricos centrais que, interligados, dizem respeito ao conjunto de relações que se dão no desenrolar dos processos sociais e produtivos abarcados pelo presente projeto de extensão. Cada um desses eixos teóricos centrais pode ser interpretado à luz de diferentes teorias, mas possuem em comum o compromisso de explicar a realidade objetiva comum aos territórios camponeses do Seridó Potiguar. Tais eixos teóricos evidenciam as seguintes noções e categorias: convivência com o semiárido; transição agroecológica; mulheres camponesas; tecnologias sociais; economia solidária. Tais categorias permeiam a centralidade das ações pautadas na extensão popular.

Por convivência com o Semiárido entende-se um conjunto de relações e processos que dizem respeito a novas formas de ser, estar, viver, produzir, sonhar e se relacionar no Semiárido (Silva, 2003; Malvezzi, 2007; Carvalho, 2012). Isso é possível mediante a inserção e disseminação de políticas públicas, tecnologias sociais, financiamentos, garantia de acesso à saúde e educação, assistência social, inclusão produtiva, agroecologia e economia solidária, associativismo e cooperativismo, justiça ambiental, acesso à terra e à água, segurança e

soberania alimentar e nutricional, dentre outros (Conti e Schroeder, 2013; Santos *et. al*, 2016; Esmeraldo *et.al*, 2017). Estudos demonstram que as ações tomadas considerando os preceitos da Convivência com o Semiárido vêm melhorando significativamente as condições de vida da população rural da região.

Diretamente associado à convivência com o Semiárido estão as tecnologias sociais, em particular as hídricas, mas não somente. As tecnologias sociais são entendidas enquanto instrumentos que desempenham relevante papel social, por serem de baixo custo, replicáveis e utilizadas para os mais diversos fins (Malvezzi, 2007; Esmeraldo, 2017). No âmbito do Semiárido, elas foram potencialmente difundidas a partir de políticas públicas responsáveis pela construção de milhares de cisternas de placa, cisternas enxurrada e cisternas calçadão por toda a região, que asseguram soberania e segurança hídrica para as famílias. Além dessas, canteiros e quintais produtivos, casas de sementes, apiários, bioáguas, biodigestores, barragens subterrâneas e feiras agroecológicas, dentre outras, também são exemplos de tecnologias sociais difundidas no Semiárido.

Por sua vez, a transição agroecológica diz respeito a um conjunto de processos e práticas que trazem consigo ferramentas teóricas e metodológicas que pressupõem, de forma holística e sistêmica, seis principais dimensões da sustentabilidade, a saber: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética (Caporal e Costabeber, 2002), necessários para implementar um sistema que seja, efetivamente, agroecológico. Essas dimensões evidenciam o papel do manejo sustentável dos agroecossistemas e o respeito aos sujeitos envolvidos nos sistemas produtivos, de modo a desenvolver uma agricultura efetivamente sustentável que contribua com o fortalecimento da agricultura familiar, a conservação ambiental, a geração de renda, a produção de alimentos saudáveis e a soberania alimentar (Altieri, 2004, 2012; Caporal e Azevedo, 2011).

A igualdade de gênero, a valorização do trabalho feminino e o combate à toda forma de violência contra as mulheres também são dimensões fundantes da agroecologia (Cardoso e Rodrigues, 2009; Ferreira e Mattos, 2017). Silliprandi (2015, p. 335) assegura que a agroecologia “não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para a ação emancipatória dos camponeses se não se ocupar também, teórica e praticamente, do enfrentamento às questões da subordinação das mulheres agricultoras”. Nesse sentido, o debate sobre as relações que permeiam o universo das Mulheres Camponesas (Neves e Medeiros,

2013) é central para compreender sua inserção no fortalecimento da agroecologia e da economia solidária, bem como da convivência com o Semiárido.

Em muitos casos, a inclusão social e produtiva das mulheres camponesas que elaboram suas práticas produtivas por meio da transição agroecológica dá-se a partir de experiências centradas na economia solidária, entendida enquanto uma estratégia de desenvolvimento fundamentada na organização coletiva dos trabalhadores a fim de reduzir as desigualdades e promover uma partilha justa dos bens econômicos socialmente produzidos (Singer, 2002, 2008; Diniz, 2019). Isso é possível através da realização de feiras agroecológicas, de agricultura familiar e de economia solidária, da difusão de circuitos curtos de comercialização, do associativismo e cooperativismo, de intercâmbios e trocas de saberes e experiências, do estabelecimento de vínculos com os consumidores etc.

Diante do exposto, considera-se fundamental uma abordagem sistêmica e interrelacional que dialogue, ao mesmo tempo, com as concepções de convivência com o semiárido, transição agroecológica, mulheres camponesas, tecnologias sociais e economia solidária, de modo a ser possível evidenciar o trabalho das mulheres do Seridó Potiguar, o qual reforça o sentido da coletividade e da organicidade camponesa a partir de suas próprias práticas e experiências historicamente construídas enquanto sujeitos sociais portadoras de direitos. Essa concepção teórica, alinhada aos preceitos da extensão popular, permite avançar na perspectiva de contribuir com os grupos de mulheres contemplados pelas distintas ações de extensão realizadas pelo Grupo SEMIAR, as quais serão apresentadas na sequência.

Metodologia

A metodologia de desenvolvimento do projeto de extensão popular consistiu num conjunto de diferentes atividades que permitiram evidenciar o trabalho das mulheres do Seridó Potiguar, a partir da sistematização de suas práticas e seus entendimentos acerca da transição agroecológica e da economia solidária. No decorrer do projeto, foram evidenciados os sentidos, os aprendizados, os fazeres, os saberes, as histórias, as dificuldades, as demandas, dentre outras dimensões, das mulheres camponesas, de modo a cooperar com as ações de transição agroecológica e de economia solidária.

A metodologia esteve centrada no diálogo de saberes, no registro e na sistematização das práticas das mulheres camponesas organizadas nos grupos de mulheres de Lagoa Nova e Bodó, a partir da centralidade exercida na transição agroecológica e na economia solidária. Fez-se uso dos instrumentais de metodologias qualitativas e participativas, como rodas de conversa, entrevistas em profundidade, intercâmbios, vivências nas comunidades, registros em foto e vídeo, oficinas temáticas, dentre outras possibilidades dialogadas no decorrer do processo. Metodologias semelhantes já foram adotadas por Cardoso e Rodrigues (2009), Silliprandi (2015), Ferreira e Mattos (2017), para citar somente algumas.

Em especial, recorreu-se aos princípios da extensão popular, crítica e dialógica, que respeita a diversidade de saberes e fazeres dos sujeitos e pauta as ações extensionistas nas demandas apresentadas pelos grupos de mulheres, distanciando-se de uma extensão assistencialista e evocando a necessidade de refletir criticamente acerca da realidade observada nos territórios. Nesses termos, para Melo Neto (2014, p. 8), "pode-se falar da extensão popular como expressão daquele tipo de projeto que contribua com a organização das pessoas e da própria universidade", na perspectiva da aprendizagem mútua "que seja crítica enquanto propositiva e promotora de ações".

O público-alvo do projeto de extensão considerou as participantes dos 10 grupos de mulheres camponesas dos municípios de Lagoa Nova e Bodó que atuam na perspectiva da transição agroecológica e da economia solidária. Em 2024, um total de 169 mulheres participavam de tais grupos (Quadro 1), as quais foram diretamente inseridas nas ações de extensão. Considerou-se também o engajamento de estudantes dos cursos de graduação e de pós-graduação orientados e acompanhados pelo professor coordenador do projeto, que participaram de diversas atividades; além de demais interessados(as) em ampliar os conhecimentos acerca da transição agroecológica e da economia solidária, como agricultores, comunicadores, gestores públicos e trabalhadores em geral.

Quadro 1: Sistematização das informações acerca dos grupos de mulheres dos municípios de Lagoa Nova e Bodó.

Nome do grupo	Município	Comunidade	Quantidade de componentes	Ano de criação
Flores de Macambira	Lagoa Nova	Comunidade Quilombola Macambira	23	2021

Flores do Campo	Bodó	Comunidade Quilombola Macambira	18	2021
Florescer da Serra	Lagoa Nova	São Francisco	14	2019
Flores de Xique-Xique	Bodó	Gameleira	11	2022
Mulheres Renovadas	Bodó	Comunidade Quilombola Macambira	24	2016
Mulheres Criativas	Lagoa Nova	Buraco de Lagoa	12	2023
Mulheres Vitoriosas	Lagoa Nova	Assentamento José Milanez	22	2021
Mulheres de Maria	Lagoa Nova	Comunidade Quilombola Macambira	29	2022
Mãe Maria	Bodó	Serra do Meio	9	2021
Sabores e Delicias do Umarizeiro	Lagoa Nova	Umarizeiro	7	2016

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Resultados e discussão

Entre 2023 e 2024 foram realizadas uma série de atividades que estiveram diretamente vinculadas ao projeto de extensão “Transição Agroecológica e Economia Solidária no Seridó Potiguar”, contemplando também ações de ensino e de pesquisa executadas pelo SEMIAR em parceria com a Cáritas Diocesana de Caicó. Inicialmente, todos os 10 grupos de mulheres de Lagoa Nova e Bodó foram visitados e houve rodas de conversa para conhecer a realidade dos territórios e sistematizar as potencialidades e limitações dos coletivos, de modo que pudessem ser traçadas estratégias que contribuíssem com suas demandas.

Dentre as atividades realizadas, destacamos aquelas que alcançaram um maior número de mulheres e que evidenciaram a potencialidade das ações de extensão quanto à contribuição com o trabalho dos grupos de mulheres e com a atuação da Cáritas. Tais atividades foram: i) produção de documentário; ii) elaboração de cartilhas temáticas; iii) realização de feiras de agricultura familiar; iv) realização de curso formativo; v) organização de encontro de

agricultoras. Essas ações serão descritas brevemente na sequência, embora não contemplem todas as atividades realizadas.

A produção do documentário "Canteiros do Bem-Viver: Semeando a Resistência no Semiárido" teve como objetivo compartilhar os relatos das mulheres beneficiadas com tecnologias sociais de convivência com o semiárido, em especial um canteiro econômico implementado pela Cáritas Diocesana de Caicó, por meio do qual as mulheres produzem hortaliças com base na transição agroecológica e na economia solidária (Figura 1). Foram realizados lançamentos do documentário em praça pública em Lagoa Nova, durante a Feira do Agricultor, e em Caicó, durante a Exposição Agropecuária, alcançando um grande público. Ademais, o documentário está disponível no canal do SEMIAR no *YouTube*[7] e tem contribuído com o processo formativo das mulheres beneficiárias da tecnologia social canteiro econômico. Um segundo documentário está previsto para ser lançado em 2025.

Figura 1 – Cartaz de divulgação do documentário "Canteiros do Bem-Viver".



Fonte: Divulgação SEMIAR (2024).

[7] O documentário está disponível no seguinte endereço: https://www.youtube.com/watch?v=6JAF0epQVbU

A elaboração de cartilhas temáticas foi outra demanda apresentada pela Cáritas de modo a contribuir com a sistematização dos saberes e fazeres dos grupos de mulheres, bem como fomentar as atividades formativas realizadas com as mulheres. Foram elaboradas duas cartilhas. Uma com foco na apresentação das tecnologias sociais agroecológicas (Figura 2A) implementadas pela Cáritas e utilizadas pelos grupos de mulheres, a saber: canteiro econômico, bioágua, biodigestor, fogão ecológico e galinheiro. E outra cartilha com informações sobre economia solidária (Figura 2B), numa linguagem acessível para consulta das mulheres. As cartilhas serão publicadas em *e-book* e, depois de impressas, serão distribuídas gratuitamente a todas as mulheres dos grupos e demais pessoas interessadas.

Figura 2 - Capa das cartilhas elaboradas com o projeto de extensão.



Fonte: Divulgação SEMIAR (2024).

Outra atividade relevante foi a realização de três feiras de agricultura familiar e economia solidária. Tais feiras ocorreram no campus da UFRN em Caicó e contaram com a participação dos grupos de mulheres de Lagoa Nova e Bodó, contemplando também agricultoras e artesãs de Currais Novos, Acari e Caicó. Realizadas em outubro de 2023 e em outubro e dezembro de 2024 (Figura 3), as feiras foram uma oportunidade de as mulheres comercializarem e divulgarem seus produtos, contribuindo com a geração de renda e com as

vivências em economia solidária por meio da participação em circuitos curtos de comercialização, com foco em feiras universitárias.

Figura 3 – Registro da III Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária do Seridó, realizada no campus da UFRN em Caicó.



Fonte: Divulgação SEMIAR (2024).

Partindo de outra demanda diretamente apresentada pela Cáritas e pelos próprios grupos, realizou-se também um curso formativo voltado exclusivamente para a economia solidária. Dividido em quatro módulos, o curso “Gênero e Economia Solidária” abordou os fundamentos da economia solidária, a gestão de empreendimentos solidários, o papel das mulheres na economia solidária, dentre outras temáticas. Com uma carga horária de 32 horas, cerca de 300 mulheres participaram do curso (Figura 4), que reuniu mulheres agricultoras e artesãs de cinco municípios do Seridó. Com palestras temáticas e atividades práticas, as ações do curso foram realizadas em 2024 no Centro Pastoral Dom Wagner (em Caicó) e junto aos grupos de mulheres em suas comunidades e coletivos.

Figura 4 – Registros do curso “Gênero e Economia Solidária”.



Fonte: Divulgação SEMIAR (2024).

Por fim, outra relevante ação de extensão realizada pelo SEMIAR foi a organização de dois encontros de agricultoras e agricultores familiares, que reuniu trabalhadores rurais de distintos municípios do Seridó Potiguar. Os encontros ocorreram em outubro de 2023 e de 2024 (Figura 5) e contaram com a participação de 162 e 144 pessoas, respectivamente. Durante os encontros, debateu-se o protagonismo das mulheres camponesas na produção de alimentos e territórios saudáveis, bem como evidenciou-se as potencialidades da agricultura familiar na região seridoense. Organizado em parceria com a Cáritas e os sindicatos de trabalhadores rurais, o Encontro de Agricultoras e Agricultores Familiares do Seridó, mesmo com apenas duas edições realizadas, já é o principal fórum de debates acerca dessa temática na região, com perspectivas de continuidade.

Figura 5 – Registro das participações durante o II Encontro de Agricultoras e Agricultores Familiares do Seridó.



Fonte: Divulgação SEMIAR (2024).

Para além das ações brevemente descritas, há outras igualmente importantes direta ou indiretamente relacionadas ao projeto de extensão, tais como: participação em mobilizações políticas em defesa das mulheres rurais, como a Marcha das Margaridas do Seridó; realização de atividades de divulgação científica e comunicação popular nas redes sociais[8], em portais de notícias e em programas de rádio e de televisão; organização de encontros para discutir as problemáticas das comunidades, a exemplo dos impactos da energia eólica; redação e publicação de trabalhos acadêmicos sistematizando os resultados do projeto de extensão; realização de aulas de campo com estudantes de graduação e pós-graduação nas comunidades camponesas, visibilizando o trabalho e as experiências vivenciadas pelas mulheres.

Considerações finais

A partir das atividades já realizadas, percebe-se a importância do projeto de extensão brevemente apresentado no sentido de cooperar com a difusão das práticas agroecológicas e das experiências de economia solidária realizadas pelos grupos de mulheres camponesas contempladas com as ações extensionistas. Desse modo, reafirmam-se os esforços no sentido de dar visibilidade ao trabalho das mulheres camponesas do Seridó, a fim de contribuir com as

[8] Com destaque para o perfil do SEMIAR no Instagram, centrado na realização de ações de divulgação científica e comunicação popular, o qual pode ser acessado em: https://www.instagram.com/semiar.ufrn/

experiências voltadas para o fortalecimento da transição agroecológica e da economia solidária na região, a partir das ações de extensão realizadas pelo Grupo SEMIAR.

Com isso, observa-se o fortalecimento da atuação dos grupos organizados de mulheres do Seridó, sendo possível evidenciar o papel da extensão popular na promoção de saberes que ultrapassam os muros da universidade e que possuem ampla capilaridade entre os mais diversos setores da sociedade, em particular as mulheres camponesas. Isso posto, verificam-se, na prática, os princípios de transformação social da extensão popular, de modo a reafirmar o seu compromisso social mediante a ampliação e a qualificação de ações extensionistas pautadas no diálogo e no intercâmbio de saberes entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

Referências

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 13, n. 16, p. 22-32, 2010.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BENINCÁ, D.; CAMPOS, F. S. Extensão popular: uma proposta transformadora para a educação superior. **Dialogia**, São Paulo, n. 27, p. 145-156, 2017.

CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (Org.). **Princípios e perspectivas da agroecologia.** Curitiba: IFPR, 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CARDOSO, E. M.; RODRIGUES, V. S. Mulheres construindo a agroecologia no Brasil. **Revista Agriculturas,** Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 12-16, 2009.

CARVALHO, L. D. **Natureza, território e convivência**: novas territorialidades no semiárido brasileiro. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Org.). **Convivência com o Semiárido brasileiro**: autonomia e protagonismo social. Brasília: Instituto Ambiental Brasil Sustentável, 2013.

CRUZ, P. J. S. C. Extensão popular: a reinvenção da universidade. *In*: VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (Org.). **Educação popular na formação universitária**: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec, 2011. p. 40-61.

CRUZ, P. J. S. C.; ARAÚJO, R. S.; MELO, C. T.; RODRIGUES, A. F. S. Extensão popular: bases teórico-metodológicas. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 2, p. 69-85, 2021.

DINIZ, S. C. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 963-985, 2019.

ESMERALDO, G. G. S. L.; CAJADO, D. M.; ABRANTES, K. K. J.; AIRES, K. S. **Políticas públicas para os povos do semiárido**: avanços e desafios. Fortaleza: SDA, 2017.

FALCÃO, E. F. **Extensão popular**: caminhos para a emancipação. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

FERREIRA, A. P. L.; MATTOS, L. C. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 38-43, 2017.

MALVEZZI, R. **Semi-árido**: uma visão holística. Brasília: CONFEA, 2007.

MELO NETO, J. F. **Extensão popular.** 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Org). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Qualidade, 2013.

SANTOS, A. P. S.; CUNHA, A. R. B. A.; DENIS, A. A. C.; MARIN, A. M. P. (Org.). **Vivências e práticas para a coabitação no semiárido brasileiro**: ensaios e reflexões. Campina Grande: INSA, 2016.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia solidária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

SILLIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, R. M. A. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 339-360, 2003.

EXTENSÃO POPULAR COM GRUPOS DE MULHERES: DIALOGICIDADE A PARTIR DO CURSO "GÊNERO E ECONOMIA SOLIDÁRIA"

Anelisse da Silva Pinheiro[1]
Leandro Vieira Cavalcante[2]
Maria Flávia Dantas da Cruz[3]
Emily Kadidja de Medeiros[4]
Brenda Stéfanie Bezerra[5]
Mylena Ália de Araújo[6]

Resumo:
A partir de uma atividade de extensão popular, demonstra-se como práticas extensionistas pautadas no diálogo de saberes e na construção compartilhada de conhecimentos contribuem com o processo formativo de grupos de mulheres. Mediante a realização do curso de extensão "Gênero e Economia Solidária", foi possível abarcar 306 mulheres camponesas e artesãs que compõem 22 grupos, coletivos e empreendimentos solidários de distintos municípios da região do Seridó Potiguar, incidindo na formação acerca do papel das mulheres para a economia solidária. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é apresentar os princípios que orientaram a realização do curso, bem como seus principais resultados, com foco na dialogicidade proporcionada pelas mulheres participantes. O curso foi realizado pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR), vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em parceria com a Cáritas Diocesana de Caicó e o Fórum de Mulheres da Economia Solidária do Seridó. Com base na dialogicidade, o curso proporcionou novas perspectivas sobre o papel das mulheres camponesas e artesãs para a construção e o fortalecimento da economia solidária.

Palavras-chave: Extensão Popular. Grupos de Mulheres. Economia Solidária. Gênero.

[1] Mestranda em Geografia. Graduada em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR). anelissepnhr1@gmail.com
[2] Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR). leandro.cavalcante@ufrn.br
[3] Mestranda em Geografia. Graduada em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR). flavia.dantas.127@ufrn.edu.br
[4] Mestranda em Geografia. Graduada em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR). emilykadidjademedeiros@gmail.com
[5] Mestre em Geografia. Graduada em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR). brenda.bezerra.706@ufrn.edu.br
[6] Graduada em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR). mylena.araujo.706@ufrn.edu.br

Introdução

As mulheres do Seridó, no interior do Rio Grande do Norte, estão organizadas em fóruns, associações, grupos e sindicatos, como forma de garantia de melhores condições de vida para elas próprias e suas famílias. Dentre essas articulações, destacamos a Diretoria de Mulheres do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Caicó, o Fórum de Mulheres da Economia Solidária do Seridó e a Associação de Mulheres da Feira da Diversidade do Seridó, que são importantes espaços de luta por direitos das mulheres da região.

O Fórum de Mulheres da Economia Solidária do Seridó, por exemplo, foi fundado em 2015 e reúne cerca de 30 grupos de mulheres de toda a região, somando em torno de 600 mulheres, as quais trabalham com transição agroecológica, artesanato e economia solidária. Já a Associação de Mulheres da Feira da Diversidade do Seridó foi reestruturada em 2013 para viabilizar com que as agricultoras acessassem políticas públicas e conseguissem um espaço para a comercialização de sua produção em Caicó.

Em comum a esses coletivos, está a promoção da economia solidária, que assume uma centralidade em virtude de possibilitar com que as mulheres consigam autonomia financeira em solidariedade com outras mulheres, a partir do trabalho coletivo e compartilhado umas com as outras. Por meio de estratégias próprias da economia solidária, as mulheres passaram a acessar mercados e insumos, bem como ocupar espaços de poder que lhes foram historicamente negados (Nobre, 2003; Neves e Medeiros, 2013; Abreu e Oliveira, 2011; Faria, 2011).

Apesar da importância central da economia solidária para as mulheres camponesas do Seridó, um estudo recente elaborado por Santos (2023) constatou que cerca de 95% das mulheres que integram a Associação de Mulheres da Feira da Diversidade do Seridó nunca participaram de qualquer formação, curso ou capacitação acerca da economia solidária. Santos (2023) também observou que as mulheres possuem limitações para explicar, com suas próprias palavras, as características da economia solidária, apesar de vivenciarem diariamente seus princípios.

Diante dessa constatação, e considerando a importância da economia solidária para as mulheres agricultoras e artesãs do Seridó, o Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do

Semiárido (SEMIAR), vinculado ao Departamento de Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em parceria com a Cáritas Diocesana de Caicó[7] e o Fórum de Mulheres da Economia Solidária do Seridó, propuseram a realização de um curso de extensão cujo público-alvo foi justamente essas mulheres, face a necessidade de maior aprofundamento na temática.

Nesse sentido, o presente trabalho objetiva apresentar a dialogicidade promovida com a realização do curso de extensão "Gênero e Economia Solidária" (Figura 1), ocorrido entre setembro e outubro de 2024, em Caicó/RN. O curso destinou-se particularmente para as mulheres que integram coletivos de camponesas e de artesãs, de distintos municípios da região do Seridó Potiguar. Tratou-se de uma ação de extensão pautada em princípios da educação popular, configurando-se como uma prática de extensão popular realizada em diálogo com organizações sociais e os grupos de mulheres camponesas e artesãs.

Figura 1 - Card de divulgação do curso Gênero e Economia Solidária



Fonte: Divulgação SEMIAR (2024).

[7] A Cáritas Diocesana de Caicó é uma entidade de promoção e atuação social da Diocese de Caicó, constituída em 1950, que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário, na busca pela construção de uma sociedade mais justa, igualitária e plural (CÁRITAS, 2025).

Metodologia

O curso “Gênero e Economia Solidária” foi realizado entre os dias 4 de setembro e 16 de outubro de 2024. Os encontros ocorreram a cada 15 dias, totalizando 4 encontros, nos turnos da manhã e da tarde. As atividades se concentraram no Centro Pastoral Dom Wagner, em Caicó/RN, a partir de esforços da Cáritas Diocesana de Caicó que arcou com os custos de alimentação e transporte das participantes. Tratou-se de um curso destinado exclusivamente para mulheres camponesas e artesãs do Seridó Potiguar, que atuam em grupos e coletivos de economia solidária. O curso contou com a participação total de 306 mulheres, advindas dos municípios de Caicó, Currais Novos, Acari, Lagoa Nova, Bodó e Parelhas, no Seridó Potiguar. Juntas, essas mulheres compõem 22 grupos, coletivos e empreendimentos solidários que atuam na região seridoense.

Trata-se de uma proposta de curso de extensão popular executada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR), o qual tem realizado diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco particular no Seridó Potiguar. Todavia, tal curso partiu de uma demanda advinda dos próprios coletivos de mulheres, organizadas na Cáritas Diocesana de Caicó, no Sindicato de Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Caicó, no Fórum de Mulheres da Economia Solidária do Seridó e na Associação de Mulheres da Feira da Diversidade do Seridó, que se somaram como parceiras do curso. A atividade contou com o aporte financeiro da Pró-Reitoria de Extensão e com o apoio do Centro de Ensino Superior do Seridó, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que viabilizou a realização das atividades.

As atividades do curso se concentraram em dois momentos principais. Em determinados momentos, denominados de “encontros formativos”, eram realizadas exposições sobre as temáticas relacionadas à economia solidária, seguidas de oficinas práticas centradas na educação popular. Já em outros momentos, chamados de “atividades multiplicadoras”, as mulheres que participaram dos encontros formativos discutiam as temáticas com seus grupos, em suas comunidades, e respondiam questões geradoras que eram discutidas ou apresentadas nos encontros seguintes. Com essa metodologia, foi possível viabilizar a participação das 306 mulheres que estiveram presentes nos encontros formativos e/ou nos encontros para debater as atividades multiplicadoras.

Resultados e discussões

Durante o curso foi possível evidenciar e discutir o quanto o papel das mulheres é central para garantir que haja melhores oportunidades de vida no campo e na cidade, sem violência e desigualdade de gênero, com uma justa divisão do trabalho e dos rendimentos advindos com a produção camponesa. Através do envolvimento com a economia solidária, as mulheres participantes do curso têm experimentado novas formas de inclusão social e produtiva, bem como conquistado espaços políticos de empoderamento e autonomia, visto que a experiência adquirida por meio da economia solidária não versa apenas sobre a produção em si, mas sobre toda a estrutura social na qual as mulheres estão inseridas.

Para Silliprandi (2015, p. 26), ao se organizarem e se colocarem na cena pública, as mulheres "refazem a própria história e a dos movimentos a que pertencem, ao mesmo tempo que vão se construindo como novos sujeitos, reconfigurando as relações pessoais e familiares e reelaborando o discurso desses movimentos". Segundo a autora, as mulheres diretamente envolvidas em processos de economia solidária estão transformando não só seus espaços de vivência e atuação política, mas também as pessoas com quem se relacionam, de modo a promover uma verdadeira revolução social no campo. Isso é mais evidente ainda no Seridó, onde o trabalho das mulheres, muitas das vezes, é invisibilizado e não reconhecido como fundamental para a promoção da cidadania.

Ficou evidente durante o curso, a partir dos debates realizados, que a inclusão social e produtiva das mulheres parte de experiências centradas na economia solidária, entendida enquanto uma estratégia de desenvolvimento fundamentada na organização coletiva dos trabalhadores a fim de reduzir as desigualdades e promover uma partilha justa dos bens econômicos socialmente produzidos (Singer, 2002, 2008; Kraychete, 2007; Kraychete e Carvalho, 2012; Diniz, 2019). Isso é possível através da realização de feiras agroecológicas, de agricultura familiar e de artesanato, da difusão de circuitos curtos de comercialização, do associativismo e cooperativismo, de intercâmbios e trocas de saberes e experiências, do estabelecimento de vínculos com os consumidores etc.

De acordo com Silva e Silva (2022, p. 56), a economia solidária "expressa um conjunto diverso de estratégias econômicas alternativas orientadas por racionalidades de cooperação, reciprocidade e autogestão". Para os autores, são inúmeras as experiências

realizadas por organizações associativas cooperativas que buscam fortalecer o desenvolvimento comunitário, “por meio de sua própria organização autônoma, resultando em diversas iniciativas de financiamento solidário e redes de produção, comercialização e consumo justo e consciente”.

Partindo dessas premissas, no primeiro dia do curso, realizado em 04 de setembro, ocorreu a Conferência Territorial de Economia Solidária do Seridó, atividade preparatória para a Conferência Estadual de Economia Solidária. O encontro contou com cerca de 140 participantes, de diversos municípios da região; estiveram presentes as mulheres e os homens de empreendimentos solidários, instituições de apoio e fomento e gestores públicos. O encontro se iniciou com uma mística de apresentação dos empreendimentos e instituições presentes (Figura 2). Posteriormente, houve a palestra do professor Roberto Marinho (UFRN), intitulada “Fundamentos da Economia Solidária”, seguido por questões e debates. Em seguida, realizou-se a leitura do regimento da conferência e a divisão dos grupos de trabalho. Reunidos, cinco grupos discutiram as problemáticas e propuseram propostas no âmbito do fortalecimento da economia solidária. Após o almoço, debateu-se as proposições, que foram incorporadas ao documento final.

Figura 2 - Registro do primeiro dia do curso.



Fonte: Divulgação SEMIAR (2024).

No segundo dia do curso (Figura 3), realizado em 18 de setembro, o encontro formativo contou com cerca de 70 mulheres participantes, representantes de 22 grupos e empreendimentos solidários do Seridó. O encontro teve início com uma saudação aos grupos

presentes, com a apresentação de todas as mulheres. Em seguida, apresentou-se o grupo SEMIAR e a proposta do curso. Posteriormente, houve a palestra de Fernanda Soares, da Subcoordenadoria de Economia Solidária da Secretaria de Estadual do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, que abordou as principais noções e princípios da economia solidária, intercalado por questões realizadas pelas mulheres participantes, que participaram ativamente do debate.

Figura 3 - Registro do segundo dia do curso.



Fonte: Divulgação SEMIAR (2024).

Ainda no segundo dia, após o almoço, houve a exposição de Ailma Firmino, do Fórum Estadual de Economia Solidária, que tratou sobre o papel das mulheres na economia solidária. Para motivar a participação das mulheres no debate, utilizou-se a metodologia de júri simulado (Figura 4). Para tanto, as mulheres participantes foram divididas em dois grandes grupos: um que atuaria defendendo a economia solidária e outro que defenderia a economia capitalista. Houve as apresentações das defesas de ambos os lados e, ao final, o coletivo decidiu o veredito e demarcou a vitória da economia solidária. Tal metodologia proporcionou um acalorado debate entre as participantes, que puderam expor seus argumentos em defesa da economia solidária. Por fim, houve a apresentação das atividades multiplicadoras e o encerramento do encontro.

Figura 4 - Registro da realização do júri simulado.



Fonte: Divulgação SEMIAR (2024).

No terceiro dia do curso, realizado em 07 de outubro, o encontro contou com cerca de 75 mulheres participantes, de 22 grupos e empreendimentos solidários do Seridó. O encontro teve início com uma apresentação de três iniciativas de Economia Solidária observadas no Seridó, a saber: Feira das Mulheres do Seridó, em Currais Novos; Feira da Diversidade das Mulheres, em Caicó; e Fórum de Mulheres de Economia Solidária do Seridó. Na segunda parte da oficina, enquanto metodologia de educação popular, montou-se uma grande linha do tempo dos coletivos e grupos de Economia Solidária do Seridó, a partir dos relatos das próprias mulheres, onde evidenciou-se a diversidade dos grupos, a história compartilhada coletivamente, os principais marcos temporais e as conquistas recentes. Após o almoço, contou-se com a colaboração da Empresa Júnior de Contabilidade (CAJU), que ministrou uma oficina prática sobre precificação, quando as mulheres de empreendimentos solidários aplicaram seus conhecimentos acerca dos preços dos produtos.

No terceiro e último dia do curso (Figura 5), realizado em 16 de outubro, 144 pessoas participaram do encontro, com representações de diversos municípios do Seridó. O encontro foi dividido em dois momentos principais. Na parte da manhã realizou-se o II Encontro de Agricultoras e Agricultores Familiares do Seridó, bem como uma feira de economia solidária, organizada pelas próprias mulheres. Após a mística de abertura, quatro agricultoras partilharam suas experiências no campo, com foco nos principais desafios e nas conquistas. Na sequência, a professora Cimone Rozendo (da UFRN) fez uma exposição sobre alimentação saudável e sementes crioulas. Na parte da tarde, deu-se a finalização do curso

de Gênero e Economia Solidária, com a apresentação da autoavaliação de todos os grupos presentes, seguido da avaliação do curso e do encerramento.

Figura 5 - Registro do terceiro dia do curso.



Fonte: Divulgação SEMIAR (2024).

Diante de todas as atividades e encontros realizados, o último momento do curso, antes da entrega dos certificados de participação (tanto para as mulheres que estiveram presentes nos encontros formativos, quanto para as mulheres que participaram dos debates das atividades multiplicadoras), versou sobre a avaliação da ação extensionista pelas mulheres. Cada uma das mulheres presentes resumiu em uma palavra o que o curso havia significado para elas, resultando em uma nuvem de palavras (Figura 6) repleta de sentidos e de afetos, que refletem a potencialidade dessa ação de extensão para a vida das mulheres e para o fortalecimento dos grupos de economia solidária. Uma das mulheres finalizou dizendo: “saímos daqui profundamente felizes”.

Figura 6 - Nuvem de palavras da avaliação do curso.



Fonte: Elaborado pelos autores através do ChatGPT (2025).

Para além do que foi apresentado anteriormente, dois aspectos chamaram atenção durante a realização do curso. O primeiro versa sobre a dialogicidade, considerando o papel da comunicação e do diálogo para prover uma educação verdadeiramente transformadora, como nos ensina Freire (1980). O diálogo está na base da extensão popular (Melo Neto, 2014), entendida por Cruz *et al.* (2021, p. 70) como "o caminho mobilizador da colaboração", que ocorre na medida em que há trocas horizontais entre os diferentes sujeitos que levam à construção compartilhada de saberes. Isso foi notável durante os momentos formativos do curso, havendo um "diálogo intercultural crítico" entre as mulheres, os formadores convidados e a equipe organizadora da ação.

Principalmente através de debates e oficinas mediadas por práticas de educação popular, as mulheres puderam participar ativamente da construção compartilhada de saberes sobre a economia solidária, elaborando, elas próprias, conceitos e noções básicas que orientam as ações pautadas sobre a temática. As oficinas práticas, a exemplo da construção de linha do tempo, da elaboração do júri simulado, da atividade de precificação, da autoavaliação dos grupos, dentre outras, contribuíram para a produção de entendimentos outros acerca da economia solidária e de seus princípios. Diante dessas ações, foi possível estabelecer uma "relação dialógica e intercultural crítica", de modo a não reforçar o uso da

“institucionalidade e da formalidade do conhecimento científico para anulação e silenciamento de outros sujeitos, epistemes e narrativas” (Cruz *et al*, 2021, p. 81).

Outro aspecto bastante relevante durante o curso foi a implementação da metodologia de “atividades multiplicadoras”. Tais atividades eram repassadas ao final de cada encontro para serem discutidas em grupo, nas comunidades das mulheres. Pensou-se nessa estratégia como uma forma de “multiplicar” os saberes compartilhados durante os momentos formativos, em que nem todas as mulheres puderam participar, visto que eram realizados em outro município, impossibilitando a plena participação de todas. Para suplantar essa limitação, as representantes de cada grupo que estiveram nos encontros se comprometeram a repassar para as demais o que foi discutido, além de responderem, coletivamente, questões geradoras preparadas para motivar o debate entre as mulheres. No encontro seguinte, as respostas das mulheres eram discutidas coletivamente entre todos os grupos presentes, impulsionando o diálogo de saberes.

Considerações finais

Considerando a importância da economia solidária para as mulheres agricultoras do Seridó, realizou-se um curso de extensão cujo público-alvo central foram justamente essas mulheres, com destaque para camponesas e artesãs que integram grupos e coletivos, face a necessidade de maior aprofundamento na temática e maior conhecimento sobre suas práticas sociais e produtivas, para que pudessem partilhar saberes e informações que lhes fossem úteis em suas vidas cotidianas. O curso “Gênero e Economia Solidária” partiu de uma demanda das próprias mulheres, mediante assessoria da Cáritas Diocesana de Caicó em parceria com o Grupo de Pesquisa Territórios do Semiárido, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Balizado em práticas da educação popular e diante das contribuições teóricas e metodológicas da extensão popular, as mulheres camponesas e artesãs que participaram do curso puderam aprofundar seus conhecimentos sobre economia solidária, a partir do diálogo de saberes, da troca de experiências e da valorização de suas práticas. Isso proporciona, por um lado, a universidade estar aberta para as demandas e os anseios de um grupo social que nem sempre é reconhecido e valorizado, e por outro lado, as organizações sociais e os

coletivos de mulheres perceberem a potência formativa que emerge de projetos de extensão popular compromissados com a transformação social.

Com base na dialogicidade e na construção compartilhada de saberes, o curso proporcionou novas perspectivas sobre o papel das mulheres camponesas e artesãs no fortalecimento da economia solidária, bem como na defesa de seus direitos enquanto mulheres trabalhadoras que contribuem com a geração de renda para si e para suas famílias. Ficou evidente, ao longo do curso, a motivação e o engajamento das mulheres em partilharem suas experiências e aprenderem novos conhecimentos, reforçando a força do trabalho coletivo e da união das mulheres para a construção de um mundo mais justo e com melhores oportunidades de vida, em particular para as mulheres.

Referências

ABREU, S. A.; OLIVEIRA, A. L. M. Contribuições teóricas e práticas da economia feminista à economia solidária. **CODAS**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 25-40, 2020.

CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ. **A Cáritas.** Disponível em: https://caritascaico.org.br/. Acesso em: 01 mar. 2025.

COSTA, J. C. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação! **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 19-27, 2011.

CRUZ, P. J. S. C.; ARAÚJO, R. S.; MELO, C. T.; RODRIGUES, A. F. S. Extensão popular: bases teórico-metodológicas. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 2, p. 69-85, 2021.

DINIZ, S. C. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 963-985, 2019.

FARIA, N. Mulheres rurais na economia solidária. *In:* BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: MDA, 2011. p. 37-54.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

KRAYCHETE, G. Economia popular solidária: paisagens e miragens. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 228, p. 1-10, 2007.

KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P. (Org.). **Economia popular solidária**: indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012.

MELO NETO, J. F. **Extensão popular.** 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Org). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niteroi: Qualidade, 2013.

NOBRE, M. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 205-211.

SANTOS, A. L. B. **Gênero e economia solidária na Feira da Diversidade do Seridó**. 2023. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2023.

SILLIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, R. M. A.; SILVA, R. B. Políticas públicas de economia solidária na América Latina: dilemas e perspectivas. **Sociedade e Território**, Natal, v. 34, n. 1, p. 52–70, 2022.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

INTERCÂMBIO DE MULHERES CAMPONESAS: COMPARTILHANDO PRÁTICAS, SABERES E ESPERANÇA

Maria Flávia Dantas da Cruz[1]
Anelisse da Silva Pinheiro[2]
Leandro Vieira Cavalcante[3]

Resumo:
O intercâmbio trata-se de uma prática social pautada na realização de vivências em contextos espaciais distintos daqueles cotidianamente vivenciados pelos sujeitos participantes. O diálogo de saberes e a construção compartilhada de saberes estão na base do processo formativo dos intercâmbios. Aborda-se essa atividade desde a perspectiva da extensão popular, de modo que favorece a colaboração e a solidariedade entre os sujeitos participantes. Foi nesse sentido que o Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em parceria com a Cáritas Diocesana de Caicó, propuseram a realização de um intercâmbio com mulheres camponesas. Tal intercâmbio ocorreu entre os dias 18 e 20 de fevereiro de 2025 e proporcionou com que mulheres da Serra de Santana (RN) pudessem conhecer experiências de convivência com o semiárido, agroecologia e economia solidária na Chapada do Apodi (CE). Desse modo, objetiva-se apresentar uma análise qualitativa da atividade extensionista do intercâmbio, entendido aqui como uma prática de extensão popular, descrevendo os principais resultados decorrentes dessa atividade e refletindo acerca das suas potencialidades para o processo formativo das mulheres camponesas.

Palavras-chave: Intercâmbio. Mulheres. Extensão Popular. Diálogo de Saberes.

Introdução

O intercâmbio trata-se de uma prática social pautada na realização de vivências em contextos espaciais distintos daqueles cotidianamente vivenciados pelos sujeitos participantes, onde são apresentadas experiências que podem contribuir com a realização de práticas que fazem parte da realidade das pessoas envolvidas na atividade. Os intercâmbios estão pautados num diálogo horizontal entre os sujeitos, havendo trocas significativas de experiências e saberes, tratando-se de uma metodologia participativa comumente adotada por organizações da sociedade civil e movimentos sociais em seus processos formativos.

Nesses termos, o diálogo de saberes e a construção compartilhada de saberes estão na base do processo formativo dos intercâmbios, numa perspectiva essencialmente freiriana

[1] Mestranda em Geografia. Graduada em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR). flavia.dantas.127@ufrn.edu.br
[2] Mestranda em Geografia. Graduada em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR). anelissepnhr1@gmail.com
[3] Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR). leandro.cavalcante@ufrn.br

pautada na horizontalidade e na dialogicidade (Freire, 1980). Tais processos refletem a práxis emancipatória da extensão popular, que preza pela dialogicidade e pela participação ativa nas ações propostas, com foco no comunitário e no engajamento social. As trocas e os diálogos que se estabelecem durante os intercâmbios refletem os princípios basilares da extensão popular (Melo Neto, 2014; Cruz *et al.*, 2021), favorecendo a colaboração e a solidariedade entre os sujeitos participantes.

Foi nesse sentido que o Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (SEMIAR), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em parceria com a Cáritas Diocesana de Caicó, propuseram a realização de um intercâmbio com mulheres camponesas. Tal intercâmbio ocorreu entre os dias 18 e 20 de fevereiro de 2025 e proporcionou com que mulheres da Serra de Santana (RN) pudessem conhecer experiências de convivência com o semiárido, agroecologia e economia solidária na Chapada do Apodi (CE). Para tanto, contou-se com o apoio da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, enquanto organização social que recebeu o intercâmbio, em parceria com a Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana e demais organizações envolvidas.

Ressalta-se que tal intercâmbio está inserido no bojo das atividades realizadas no âmbito do projeto de extensão “Transição Agroecológica e Economia Solidária no Seridó Potiguar”, executado desde 2023 pelo Grupo SEMIAR, com foco na realização de ações extensionistas voltadas para a formação popular dos grupos de mulheres camponesas que atuam na região do Seridó Potiguar. Ademais, a atividade do intercâmbio contou com aporte financeiro do Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT), executado na UFRN pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o qual busca o fortalecimento das atividades de extensão no âmbito da pós-graduação.

Diante desse contexto, objetiva-se apresentar uma análise qualitativa da atividade extensionista do intercâmbio, entendido aqui como uma prática de extensão popular. Para tanto, é realizada uma apresentação da metodologia executada durante a atividade, descrevendo o público-alvo e seus objetivos. Posteriormente, são anunciadas perspectivas teóricas acerca das intencionalidades do intercâmbio, com foco nos chamados intercâmbios agroecológicos, ao passo que são descritas atividades realizadas no decorrer das vivências e práticas que ocorreram no percurso proposto com as visitas nas comunidades, de modo a refletir acerca das suas potencialidades para o processo formativo das mulheres camponesas.

Metodologia

A Chapada do Apodi, no Ceará, vem sendo historicamente constituída como lócus da reprodução do capital através da territorialização do agronegócio, com destaque para a fruticultura irrigada e, mais recentemente, o cultivo de grãos e do algodão transgênico (Sousa e Cavalcante, 2024). A porção desse território que compreende o município de Tabuleiro do Norte foi a área escolhida para a realização do intercâmbio. A realidade observada nesse território é "fundamental para a compreensão da injustiça ambiental no Semiárido brasileiro, bem como para a apreensão do papel da convivência nesse contexto" (Sousa, 2023, p. 23). Nesse aspecto, as comunidades visitadas durante a realização do intercâmbio são territórios imersos em conflitos ambientais que veem nas dimensões da convivência com o Semiárido um modo de resistência à expansão do agronegócio, sendo elas: Santo Antônio dos Alves, Santo Estevão, Baixa do Juazeiro, Currais de Cima e Currais de Baixo.

Nas comunidades Santo Antônio dos Alves, Santo Estevão e Currais de Cima, foram visitados quintais produtivos que possuem tecnologias sociais agroecológicas que fomentam a transição agroecológica a partir do uso adequado dos recursos naturais e de formas de cultivos que respeitem à terra e os princípios da agroecologia. Na comunidade Baixa do Juazeiro, foi experienciado um momento de troca de saberes sobre sementes crioulas, a partir da visita à Casa de Sementes Antônio Rodrigues dos Santos. Já em Currais de Baixo, visitou-se uma escola de formação camponesa e um parque ecológico.

No tocante aos sujeitos envolvidos no intercâmbio, as participantes foram camponesas pertencentes a grupos de mulheres assessorados pela Cáritas Diocesana de Caicó[4], organização social que executa projetos voltados à implementação de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido, visando a transição agroecológica a partir da produção sustentável em quintais produtivos. As participantes do intercâmbio residem nos municípios de Bodó e Lagoa Nova, em comunidades rurais da Serra de Santana, no interior do Rio Grande do Norte. Na ocasião, vivenciaram a experiência camponesas dos seguintes grupos de mulheres, a saber: Flores de Macambira, Flores do Campo, Florescer da Serra, Flores de Xique-Xique, Mulheres

[4] A Cáritas Diocesana de Caicó é uma entidade de promoção e atuação social da Diocese de Caicó, constituída em 1950, que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário, na busca pela construção de uma sociedade mais justa, igualitária e plural (CÁRITAS, 2025).

Criativas, Mulheres Vitoriosas, Mãe Maria e Sabores e Delícias do Umarizeiro, totalizando 15 participantes, além de representantes da Cáritas Diocesana de Caicó e do grupo SEMIAR.

A Serra de Santana, onde residem as participantes do intercâmbio, é um território que vem observando a expansão da territorialização do capital a partir da energia eólica. No cenário de instalação e operação dos complexos dos aerogeradores, as comunidades rurais e as mulheres camponesas vêm sendo imersas em conflitos ambientais a partir do choque do modo de vida camponês com a apropriação do território para a operação dos empreendimentos energéticos. Nesse contexto, a formação dos grupos de mulheres e a utilização das tecnologias sociais agroecológicas, que fomentam a produção orgânica a partir do processo de transição, é uma forma de resistência e reexistência que as mulheres camponesas se utilizam para propagar no território a convivência com o Semiárido, apesar dos impactos e dos conflitos existentes.

Diante do contexto de conflito ambiental a qual as comunidades da Chapada do Apodi/CE, no município de Tabuleiro do Norte, e as mulheres camponesas das comunidades rurais e quilombolas da Serra de Santana/RN, em particular dos municípios de Bodó e Lagoa Nova estão imersas, evidencia-se a importância da realização do intercâmbio para fomentar a promoção da troca de experiências e saberes, para além do compartilhamento de informações sobre manejo agroecológico, mas, como uma forma de resistência à expansão do capital.

A respeito dos procedimentos básicos para a realização de intercâmbios, adaptou-se algumas etapas evidenciadas por Zanelli (2015) para a realidade do intercâmbio vivenciado pelas mulheres camponesas da Serra de Santana no território da Chapada do Apodi, a saber: momento de abertura; apresentação dos participantes e dos grupos e organizações envolvidas; história do território; visita à propriedade anfitriã para conhecer as tecnologias sociais agroecológicas; visita à quintais produtivos das comunidades circunvizinhas; troca de sementes; visita à escola e parque ecológico; partilha de conhecimentos e encerramento.

Resultados e discussão

Os intercâmbios, conforme Zanelli (2015, p. 103), constituem um “conjunto de metodologias que articula diversos procedimentos técnicos”, objetivando “a problematização das questões vivenciadas pelos agricultores” na “busca coletiva pela superação do problema”. Nesse aspecto, os intercâmbios possibilitam a:

> [...] criação de laços de solidariedade e luta política que exercitam um olhar conjunto e popular a respeito do território. Também buscam dar visibilidade às denúncias e aos anúncios, aos conflitos sociais e ambientais, às experiências de resistência e de autonomia, de valorização da cultura regional e popular, de organização que marcam os locais por onde as rotas passam e ao final se encontram num local de culminância (Abrasco, 2018, p. 334).

No tocante aos intercâmbios agroecológicos, estes assumem os "agroecossistemas de cada família agricultora como território de produção de conhecimento e busca estimular a troca de saberes" (Amorim *et. al*, 2018, p. 2). Os intercâmbios agroecológicos apresentam-se como experiências extremamente importantes para as mulheres camponesas, uma vez que são nesses momentos que as participantes "entram em contato com outras experiências, vêem similaridades e diferenças com suas próprias, comparam, questionam ao grupo e a si mesmas" a partir da valorização da troca de conhecimentos (Maronhas *et. al*, 2011, p. 2), a partir de um processo essencialmente dialógico e horizontal (Feire, 1980).

No cenário da Chapada do Apodi e da Serra de Santana, territórios imersos em conflitos ambientais ocasionados pela expansão do agronegócio e das energias renováveis, respectivamente, o intercâmbio possui notável relevância para as participantes. Refletindo acerca da importância dos intercâmbios para as mulheres em situação de conflito ambiental, Paim, Furtado e Faustino (2024, p. 41), asseguram que "os encontros possibilitam a aproximação entre organizações e movimentos, entre distintos conhecimentos, experiências e realidades" de modo a contribuir com a superação das "estratégias de ocultamento, invisibilização e silenciamento das mulheres que o patriarcado promove", ao impactar diretamente o corpo-território dessas mulheres. Para as referidas autoras, os "intercâmbios representam ainda uma prática feminina de busca por soluções em diálogo", através do compartilhamento das denúncias das injustiças e dos anúncios das resistências.

Zanelli (2015) aponta que a intenção dos envolvidos na realização dos intercâmbios é aproximar a realidade da comunidade com as participantes, de maneira que seja possível criar um ambiente propício de troca de conhecimentos e experiências. Nesse caso, há alguns procedimentos e temas a serem trabalhados durante a realização dos intercâmbios agroecológicos, são eles: manejo e conservação dos recursos naturais, criação animal, uso de biofertilizantes e caldas naturais, resgate, variedade e manejo de sementes crioulas, segurança e soberania alimentar, formas de cultivo, comercialização e beneficiamento da produção (Zanelli, 2015). Tais temas foram também discutidos no intercâmbio ora apresentado.

Entre os dias 18 e 20 de fevereiro, durante a realização do intercâmbio, foram realizadas algumas atividades. O início se deu no dia 18, com um momento de abertura, possibilitando que as mulheres camponesas da Serra de Santana pudessem conhecer as agricultoras e agricultores da Chapada do Apodi, bem como, todos os envolvidos na realização da ação, como integrantes do grupo SEMIAR e da Cáritas Caicó. Esse momento inicial foi mediado por uma agente da Cáritas de Limoeiro do Norte, que possui larga experiência em atividades desempenhadas no território da Chapada do Apodi.

Durante esse momento, além de uma troca inicial, também foi possível aprender um pouco sobre a grande história de luta e resistência dos povos da Chapada do Apodi frente aos grandes empreendimentos do agronegócio. Esse momento inicial foi organizado em forma de roda de conversa, como mostra a Figura 1. A escolha metodológica da roda de conversa se deu pela sua importância em priorizar discussões em torno de uma temática, a qual possibilita maior intercâmbio de informações e fluidez entre os discursos dos participantes, conforme nos relata Méllo *et al.* (2007).

Figura 1. Roda de conversa entre camponesas da Chapada do Apodi e as camponesas da Serra de Santana.



Fonte: Acervo dos autores - Cáritas/Semiar (2025).

Durante a realização da roda de conversa, nos foi apresentado o histórico de expropriação e invasão das terras, bem como a resistência e poder das comunidades frente ao avanço do capital. Em muitos momentos dessa conversa, diversas mulheres da Serra de Santana tiverem a oportunidade de comparar o seu território com o território do intercâmbio, fazendo

uma análise de como os processos de expropriação das empresas são parecidos, embora sejam de ramos diferentes. Num diálogo horizontal, ambos os grupos puderam se conhecer um pouco melhor, a partir da partilha de suas vivências.

Para além das limitações e opressões vivenciadas pelo capital, foi possível que as mulheres conhecessem uma nova forma de comercializar os produtos da agricultura familiar, a partir de um projeto de economia solidária intitulado “CSA: Meu Quintal em Sua Mesa”, que é uma experiência de comercialização de alimentos em cestas, com agricultores de Tabuleiro do Norte e Limoeiro do Norte, a partir da atuação da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Essa iniciativa mobiliza as comunidades a produzirem e venderem de forma solidária, garantindo comida de qualidade e sem veneno para os consumidores.

Logo após a roda de conversa, tivemos a primeira visita aos quintais agroecológicos. O primeiro quintal a ser visitado foi o do João Vandir, que é um agricultor experimental da comunidade Santo Antônio dos Alves. Em seu quintal foi possível visualizar e experienciar muitas tecnologias sociais, como: pocilga, bioágua familiar, meliponário, biodigestor, casa de vegetação, horta autoirrigável, cisternas de primeira e segunda água, aquaponia, plantação de palma forrageira e quintal produtivo. As tecnologias sociais supracitadas podem ser visualizadas na Figura 2. Nessa primeira visita, muitas mulheres já conseguiram visualizar novas tecnologias sociais que não estão presentes na região da Serra de Santana, mas possuem a mesma finalidade: viabilizar água para a produção. Nesse aspecto, destaca-se a integração das tecnologias sociais do quintal visitado, que propicia melhor aplicabilidade a partir da interligação dos seus respectivos objetivos, evitando um consumo excessivo de água.

Figura 2. Tecnologias sociais presentes no quintal agroecológico de João Vandir.



Fonte: Acervo dos autores - Cáritas/Semiar (2025).

Na noite do primeiro dia, foi possível reunir todas as mulheres e alguns moradores das comunidades circunvizinhas para a realização de uma noite cultural, a fim de aprofundar as trocas e as experiências dos dois territórios. Nessa noite, tivemos a exibição de alguns documentários. Objetivando a apresentação da realidade da agricultura familiar do Seridó e a resistência das mulheres do campo, foi apresentado o curta "Com Vocês Ando Melhor"[5], produzido na zona rural de Caicó, que tem como protagonista Eliete, uma mulher camponesa. Para trazer mais da história da Chapada do Apodi, assistimos o curta "Apodi Livre: Mulheres, Quintais e Agroecologia"[6], que mostra a luta contra o agronegócio e a resistência dos camponeses, bem como o orgulho com a aprovação da Lei Estadual nº 16.820/2019, intitulada de Zé Maria do Tomé, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos. Essa noite cultural proporcionou uma importante partilha de conhecimentos e sentimentos.

Na fala de uma das participantes, destaca-se a importância das temáticas exibidas através das produções audiovisuais expostas.

[5] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yLKJOYG6rHQ
[6] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0ZtUmAAsVDo

> Foi muito emocionante para mim [...] Acho que caiu até uma lágrima ontem, porque aquele vídeo (Com Vocês Ando Melhor) eu me lembrei da minha família, eles são agricultores [...] Aquele vídeo ontem me inspirou muito, muito mesmo. Não vejo a hora de chegar em casa e contar tudo para a minha mãe, tudo que eu vivi aqui (Relato de uma das participantes do intercâmbio).

No dia seguinte, foram realizadas visitas em quintais produtivos de outras comunidades rurais da zona rural de Tabuleiro do Norte, na comunidade Santo Estevão e na comunidade Currais de Cima. Na ocasião da visita aos dois quintais de Santo Estevão, catalogou-se uma variedade de tecnologias sociais, a saber: cisterna de placas, casa de vegetação, aquaponia, galinheiro, bioágua familiar, plantação de palma forrageira, cisterna calçadão, meliponário e horta autoirrigável suspensa, dentre outras. Ademais, em ambos os quintais, destaca-se a produção orgânica de cultivos voltados à alimentação da família e da comercialização para a CSA Meu Quintal em sua Cesta.

Em um dos quintais da comunidade Santo Estevão, destaca-se a importância do manejo feminino no território, visto que a agricultora responsável cuida sozinha do espaço. Nesse aspecto, a anfitriã da visita nos relatou a importância do seu quintal como um espaço terapêutico e oportunizador de renda extra através da comercialização dos produtos cultivados no quintal. Moronhas *et al.* (2011) destaca que as mulheres camponesas e as técnicas empregadas em seus quintais contam e registram histórias que são passos relevantes para a construção da agroecologia.

Ademais, Moronhas *et al.* (2011, p. 4) afirma que o processo de transição agroecológica é oportunizado pelas camponesas, uma vez que são as mulheres que são responsáveis pela "alimentação e saúde da família, em nível mais amplo, pela sustentabilidade da vida humana". Isso torna-se evidente nas falas expostas pela agricultora responsável pelo quintal na comunidade Santo Estevão. A camponesa relata a dificuldade de produzir através de princípios agroecológicos, já que a disseminação de agrotóxicos se tornou comum na localidade, a partir da expansão do agronegócio. Entretanto, apesar do fácil acesso aos venenos, a camponesa insiste em cultivar a terra através do manejo agroecológico, utilizando-se apenas de adubos e defensivos naturais para manutenção do quintal.

Na terceira ocasião, foi visitado um quintal na comunidade dos Currais de Cima. O quintal também possui protagonismo feminino no tocante ao seu manejo e cuidado. A agricultora responsável pelo espaço possui uma diversidade de espécies ornamentais e a

produção de pitayas. O diferencial do quintal da camponesa é a produção de plantas voltadas ao paisagismo domiciliar, como rosas do deserto, cactáceas, suculentas, jiboias etc. Ademais, a produção de pitayas durante a safra garante um complemento na renda familiar através da comercialização das frutas. O quintal da camponesa e a conquista da renda própria fazem parte de um processo de autonomia e empoderamento feminino que demonstra a resiliência da mulher agricultora em inovar para agregar da esfera produtiva familiar (Moronhas *et al.*, 2011).

O segundo dia de intercâmbio contou ainda com a visita à casa de sementes da comunidade Baixa do Juazeiro, observada na Figura 3. O momento da visita na casa de sementes ocorreu em formato de roda de conversa e oportunizou a troca de sementes entre as participantes do intercâmbio e os agricultores da comunidade, bem como o câmbio de conhecimentos sobre sementes crioulas e a importância das mesmas para o fortalecimento da agricultura familiar. Santos *et al.* (2024) reforçam que a visita a casa de sementes em intercâmbios é de extrema relevância para agricultores e agricultoras, uma vez que são elas que garantem autonomia, são portadoras de cultura e ancestralidade, além de se apresentarem como meios de resiliência frente às mudanças climáticas.

Figura 3. Visita à casa de sementes da comunidade Baixa do Juazeiro.



Fonte: Acervo dos autores - Cáritas/Semiar (2025).

Ainda no segundo dia de intercâmbio, após a visita a casa de sementes, as mulheres tiveram a oportunidade de conhecer a Escola de Formação Camponesa (Figura 4). Essa instituição não segue os mesmos moldes das escolas tradicionais, é uma instituição que valoriza as vivências no campo, a agricultura familiar, a agroecologia e a educação contextualizada. Essa oportunidade de conhecer uma escola de formação camponesa foi muito elogiada pelas mulheres, já que é uma educação pensada em manter os jovens no campo, possibilitando educação de qualidade e conhecimentos necessários para que esses educandos possam permanecer em suas comunidades.

Figura 4. Visita à Escola de Formação Camponesa.



Fonte: Acervo dos autores - Cáritas/Semiar (2025).

Para finalizar as atividades propostas no território da Chapada do Apodi, foi realizada uma trilha no Parque Ecológico, em que na ocasião as mulheres puderam ter um momento de partilha junto à natureza, quando foi possível banhar-se nas nascentes, cachoeiras e olhos d'água. A visita foi um momento de reconhecimento do local e de vivências sobre o lugar, face à (re)conexão com a natureza e a mata nativa da Caatinga. Como atividade final do intercâmbio, foi realizada uma avaliação entre as participantes e as instituições promotoras da atividade,

através de uma roda de conversa que ocorreu na sombra de uma grande oiticica, na área do parque ecológico (Figura 5).

Figura 5. Roda de conversa no Parque Ecológico.



Fonte: Acervo dos autores - Cáritas/Semiar (2025).

Notou-se que o intercâmbio de mulheres desempenha uma importância não só para aquelas mulheres que estiveram presentes na atividade, como também para as companheiras dos grupos, pela possibilidade de transmitir o conhecimento adquirido com as demais participantes nos seus respectivos núcleos coletivos. A sensibilização e motivação na adoção das tecnologias sociais das comunidades visitadas, implementadas pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, foi outro ponto positivo apontado durante a avaliação. O relato de uma das camponesas da Serra de Santana demonstra a incitação na promoção da realização de mudanças em seus quintais, a partir do que foi visto nos territórios explorados:

> Um outro ponto é a questão dos quintais, que teve muitas coisas boas nos quintais [...] a gente pode adaptar na nossa casa mesmo, mesmo que não seja um projeto grande, mas a gente começa fazendo pequenas coisas. Algumas mudanças nos nossos quintais, isso já serviu de inspiração (Relato de uma das participantes do intercâmbio no momento de avaliação final).

O intercâmbio não apenas promoveu a sensibilização das participantes, como também contribuiu na união de agricultores e agricultoras, instituições acadêmicas e organizações sociais, como uma estratégia eficaz para impulsionar a construção de territórios sustentáveis e

saudáveis, com impactos duradouros nos sujeitos envolvidos (Laranja *et al.*, 2024). Os relatos a seguir revelam que as experiências compartilhadas fortaleceram a capacidade das camponesas de "enfrentar os desafios contemporâneos da agricultura familiar e promover um futuro mais sustentável e justo" (Laranja *et al.*, 2024, p. 11).

> O sentimento que eu tenho é que nem tudo está perdido. Foi plantado aqui no coração de cada um de nós uma semente, que a gente vai tentar, querer e vai fazer multiplicar em nossas realidades (Relato de uma das participantes do intercâmbio no momento de avaliação final).

> [...] cada local tem um problema. E cada comunidade, estando unida, ela busca a solução. Então, a gente tem que sempre não se calar diante de determinadas situações. A gente tem voz, tem vez, tem força por fazer parte de grupos. Não é só um. Fazer parte da sociedade, seja na igreja, seja lá, a família. Então, a gente tem que realmente buscar soluções para os problemas das nossas comunidades, do local onde a gente vive. E assim, é aprendizado, muito aprendizado a gente tem. E aqui, principalmente, a gente viu a luta (Relato de uma das participantes do intercâmbio no momento de avaliação final).

Diante do exposto dos relatos, bem como na avaliação realizada pelas mulheres, o intercâmbio apresentou-se como um valioso espaço de troca de saberes e conhecimentos (Santos *et al.*, 2024), promovendo avanços técnicos e sociais tanto nas instituições promotoras da atividade, quanto para os sujeitos envolvidos (Laranja *et al.*, 2024). O intercâmbio apresentou-se como um espaço pleno de múltiplas aprendizagens, onde a horizontalidade, a partilha e a dialogicidade marcaram a realização de todas as atividades, fortalecendo a resistência das comunidades e a esperança de dias melhores.

Considerações finais

A experiência de intercâmbio apresenta diversas potencialidades para a promoção do fortalecimento de laços entre organizações, instituições e comunidades rurais. Ademais, a troca de experiências e saberes potencializa práticas sustentáveis que visam o bem viver e encorajam a luta nos territórios acometidos pela territorialização de grandes empreendimentos do capital. Nesse aspecto, torna-se de suma relevância estimular a realização dessa atividade, a fim de ressaltar a importância da agroecologia, da convivência com o Semiárido e da luta camponesa. Nesses termos, ressalta-se a potencialidade dessa experiência de extensão popular no processo

formativo das mulheres camponesas, movidas pela coletividade, pela dialogicidade e pelo fortalecimento da esperança.

Referências

ABRASCO - Grupo Temático de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Histórias e desafios na construção coletiva de uma ciência engajada para a transformação social. *In*: RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (Org.). Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 303-344.

CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ. **A Cáritas.** Disponível em: https://caritascaico.org.br/. Acesso em: 01 mar. 2025.

CRUZ, P. J. S. C.; ARAÚJO, R. S.; MELO, C. T.; RODRIGUES, A. F. S. Extensão popular: bases teórico-metodológicas. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 2, p. 69-85, 2021.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LARANJA, R. L. B.; MORAES, R. S.; FREITAS, M. M.; SILVA, J. J.; NOBRE, H. G. Intercâmbio de saberes e práticas em sistemas produtivos sustentáveis: fortalecimento da agroecologia na Baixada Cuiabana. *In:* SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL, IX, **Anais…** Campo Grande, 2024.

MARONHAS, M. E. S.; CARDOSO, E. M.; SCHOTTZ, V. R.; MATTOS, O. Intercâmbio e sistematização de experiências agroecológicas de mulheres. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, VII, **Anais…** Fortaleza, 2011.

MELO NETO, J. F. **Extensão popular.** 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MÉLLO, R. P.; SILVA, A. A.; LIMA, M. L. C.; PAOLO, A. F. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 19, p. 26-32, 2007.

PAIM, E. S.; FURTADO, F. P.; FAUSTINO, C. Contribuições políticas e epistemológicas de mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas. *In:* PAIM, E. S.; FURTADO, F. P. (Org.). **Mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2024. p. 19-45.

SANTOS, C. R.; CARDOSO, I. M.; FERNANDES, G. B.; JESUS, T. M.; MOURA, E. A.S.; FERNANDES, T. E. Intercâmbios Agroecológicos promovem trocas de conhecimentos, experiências e sementes crioulas. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, XII, **Anais…** Rio de Janeiro, 2024.

SOUSA, J. A. **Agronegócio e injustiça ambiental na Chapada do Apodi (CE):** a convivência precária com o Semiárido na fronteira do capital. 2023. 223f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2023.

SOUSA, J. A.; CAVALCANTE, L. V. Cartografia social da injustiça ambiental na Chapada do Apodi, Ceará. **Mercator**, Fortaleza, v. 23, p. 1-15, 2024.

ZANELLI, F. V. **Educação do campo e territorialização de saberes:** contribuições dos intercâmbios agroecológicos. 2015. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

CONVERSA DE MULHER? UMA EXPERIÊNCIA DIALÓGICA ACERCA DO FEMINISMO NA CONTEMPORANEIDADE

Mileni Fernanda Miranda da Silva Nascimento[1]
Abinalda Barboza Gomes de Morais[2]
Elíude Dias Gondim[3]
Ingrid Maria de Lima Nascimento[4]
Mikaelle Maria do Nascimento[5]
Volmir José Brutscher (Orientador)[6]

Palavras-chave: Vivência Extensionista. Movimentos Sociais. Feminismo. Igualdade de Gênero.

Introdução

Compreender o papel dos movimentos sociais na atualidade é fundamental para a promoção da justiça social, a defesa dos direitos humanos e a ampliação das participações democráticas, uma vez que eles atuam como importantes agentes de mudanças, que mobilizam a sociedade civil para enfrentar as desigualdades, denunciar os abusos de poder e exigir políticas públicas mais eficazes.

Entre os invisibilizados sócio historicamente representado pelos movimentos sociais, no recorte proposto para este trabalho, deve-se mencionar o movimento social feminino, que, desempenhando um papel crucial na luta pela igualdade de gênero e na promoção dos direitos das mulheres, oferece condições para que as mulheres se organizem, discutam suas experiências e articulem demandas de ordem social, política e econômica.

[1]Mestranda em educação-PPGE-UPE, graduada em pedagogia pela Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte - mileni.silva@upe.br.
[2]Graduada em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte - abinalda.gomes@upe.br
[3]Especialista em Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa, Literatura e Artes (FAVENI), graduada em Letras Português- Espanhol e Pedagogia pela Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte- eliude.dias@upe.br
[4]Graduada em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte- ingrid.ascimento@upe.br .
[5]Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Maurício de Nassau, graduanda em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte- mikaelle.nascimento@upe.br .
[6]Doutor em Educação e Professor da Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte – volmir.brutscher@upe.br

Assim, o presente trabalho relata as experiências advindas do desenvolvimento de uma atividade proposta na disciplina Vivência Extensionista VI: Educação e Movimentos Sociais, componente curricular obrigatório do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte (UPE- CMN).

Tomando como eixo as vivências e atuações da Associação de Mulheres de Nazaré da Mata (AMUNAM), organização não governamental que desenvolve atividades culturais (maracatu, ciranda, confecção de golas, coco de roda) voltadas para o enfrentamento da violência doméstica e a inserção e o fortalecimento da participação feminina em espaços onde a violência e a desigualdade de gênero ainda prevalecem; objetivou-se promover a conscientização e o empoderamento das mulheres nazarenas, difundindo o movimento social feminista e suas implicações na contemporaneidade.

Para isso, fundamentando-se em autores como Heise (1994), Alcântara (2016) e Ghon (2014) foi realizada uma roda de diálogos sobre feminismo e os direitos das mulheres, momento que articulou o espaço acadêmico ao movimento feminista local (AMUNAM), solidificando um diálogo entre espaços que fortalecem as ações voltadas para a promoção da igualdade feminina dentro do município.

Em face disso, o presente relato traz dados qualitativos referentes à temática e evidencia o impacto da atividade no fortalecimento da consciência crítica das mulheres participantes sobre os direitos femininos e o feminismo.

Aspectos metodológicos da experiência

Seguindo as classificações metodológicas propostas por Godoy (1995), o presente trabalho adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório. A coleta de dados deu-se a partir da revisão bibliográfica sobre o tema e a aplicação de uma entrevista estruturada online com a coordenação da AMUNAM.

Com o objetivo de conhecer e contribuir para a dinâmica da organização, realizamos, no dia 10 de junho de 2024, uma visita às dependências da associação. Durante esse primeiro contato, foi realizada a aplicação de uma entrevista semiestruturada, composta por cinco perguntas abertas, instrumento que permitiu um olhar mais aprofundado sobre as respostas

fornecidas, proporcionando posicionamentos mais genuínos e detalhados, que poderiam ser facilmente ignorados caso fossem utilizadas perguntas fechadas.

A fim de atender às necessidades expostas na entrevista, após a análise dos dados coletados, optou-se por executar como projeto de intervenção uma roda de conversa intitulada Mulheres em movimento: Diálogos acerca do feminismo na contemporaneidade.

A ação, realizada no dia 16/07/2024, contou com a participação da professora Drª. Patrícia Formiga, professora adjunta da Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

Como previsto, no dia 16/07/2024 a roda de conversa foi executada. Contando com a participação de dezessete mulheres e coordenada pela prof.ª. Drª. Patrícia Formiga, o momento foi iniciado com a exibição do curta " O sonho impossível?"(*The Impossible Dream*), animação criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de promover a igualdade de gênero e destacar o papel crucial das mulheres na sociedade.

A partir da análise do enredo e da personagem feminina principal, as mulheres compreenderam e apontaram semelhanças entre a obra ficcional e a realidade enfrentadas por elas diariamente. Com ajuda de um aparelho audiovisual, a professora organizou sua fala a partir de três eixos.

No primeiro momento, intitulado "Construção da desigualdade de gênero e toda sua violência" discutiu-se a necessidade de desnaturalizar imagens e discursos que subalternizam a figura feminina. Compreendendo que a imagem da mulher como ser restrito a espaços domésticos e complementar/inferior é histórica e socialmente construída. As participantes, muitas pela primeira vez, conheceram e esclareceram termos como: sexismo, gênero e violência sexual.

Fig.1. Roda de Conversa na AMUNAM: Reflexões sobre Gênero



Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Dando continuidade à palestra, a professora Formiga elucidou a complexidade da violência de gênero, definindo-a como qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica perpetrada contra indivíduos em razão de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Neste contexto, a docente apresentou os diversos tipos de violência, detalhando suas manifestações e impactos nas vítimas e destacou que, historicamente, as mulheres têm sido as principais vítimas dessas formas de violência, resultado de relações desiguais de poder que se perpetuam ao longo do tempo. Nesse sentido, como afirma Heise (1994) é preciso salientar que a violência é "um fenômeno extremamente complexo, com raízes profundas nas relações de poder baseadas no gênero, na sexualidade, no auto identidade e nas instituições sociais" (p. 47-48).

Nesta perspectiva observa-se como as normas sociais e as estruturas de poder contribuem para perpetuar a violência de gênero, enfatizando a necessidade de mudanças estruturais e culturais para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. Contudo, como salienta Gohn (2014), para que as mulheres consigam o fortalecimento identitário é necessário que o processo democrático avance no nosso país, isto é:

> Ser mão de obra de processos informais de trabalho para geração de renda ou ter cartões e certidões para receber benefícios das políticas de "proteção social" não são vias nem caminhos que levem à emancipação das mulheres, nem lhes possibilitam se constituírem como movimentos sociais transformadores na sociedade (Gohn , 2014, p. 160).

Durante essa etapa da roda de diálogo, as participantes tiveram a oportunidade de compartilhar experiências pessoais de violência de gênero, descrevendo as situações vividas e as estratégias adotadas para enfrentar e resistir a essas agressões. Esses depoimentos proporcionaram um momento de reflexão e solidariedade, destacando a importância do apoio mútuo e da troca de experiências para a construção de uma resposta coletiva e eficaz contra a violência de gênero.

Em seguida, a professora Formiga introduziu o segundo eixo de sua fala, intitulado "Caminhos para a Mudança"**.** Nesta seção, Formiga destacou diversas reformas legais e políticas públicas que têm sido implementadas para combater a violência de gênero. Ela apresentou um cenário dos avanços jurídicos, ressaltando a importância de cada conquista ao longo do tempo. Essas medidas foram abordadas como um marco significativo na luta

contra a violência de gênero. No diálogo, ressaltou-se que cada direito conquistado é fruto de longas batalhas e esforços contínuos de ativistas, organizações não-governamentais e movimentos sociais. A partir disso, enfatizou-se que a luta pela igualdade de gênero é contínua e requer vigilância constante para proteger e expandir os direitos conquistados. Ela encorajou as participantes a se envolverem ativamente na promoção de mudanças e na defesa dos direitos das mulheres, reforçando a importância de uma resposta coletiva e solidária para enfrentar a violência de gênero.

Outro ponto destacado foi a independência econômica das mulheres, que desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de gênero e na proteção contra a violência. Quando as mulheres têm acesso a recursos financeiros e oportunidades econômicas, elas ganham autonomia para tomar decisões que afetam suas vidas e de suas famílias. Isso não apenas fortalece sua posição na sociedade, mas também as protege contra formas de violência, ao aumentar sua capacidade de buscar apoio e sair de situações abusivas. Foi destacada também a importância da educação financeira para as mulheres. Através dela, as mulheres podem aprender a gerenciar melhor seus recursos, planejar seu futuro financeiro e tomar decisões econômicas mais informadas. Isso não só fortalece sua independência econômica, mas também contribui para sua capacidade de enfrentar desafios financeiros.

Fig.2. Depoimentos de experiências de violência de gênero pela participante.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

O terceiro eixo de reflexão de Formiga, foi sobre o papel da educação, foi enfatizado o papel crucial na abordagem das questões relacionadas à violação dos direitos das mulheres

e à violência de gênero. Estes problemas são enraizados em construções sociais e culturais profundamente arraigadas, historicamente marcadas pela hierarquia e subordinação entre os gêneros. A educação, portanto, assume um papel fundamental ao desafiar e desconstruir essa cultura machista. Ao promover uma educação que valorize a igualdade de gênero, ela não apenas empodera as mulheres, mas também educa toda a sociedade sobre a importância de relações baseadas no respeito mútuo. Isso não se limita apenas às salas de aula, mas também permeia as interações sociais, familiares e institucionais, criando um ambiente propício para a transformação cultural. Nessa ocasião, uma participante ressaltou a importância de ensinar seu filho a respeitar as mulheres e a ser um bom companheiro.

Com base no diálogo construído ao longo da roda de conversa, torna-se evidente que o encontro foi um espaço potente de escuta, partilha e conscientização. A fala da participante que mencionou a importância de educar seu filho para o respeito às mulheres, evidencia o impacto formativo do momento vivenciado. Esse relato demonstra que, para além da teoria apresentada, as reflexões geraram implicações práticas no cotidiano das participantes, sinalizando um processo de ressignificação de valores e posturas.

Considerações finais

Como um movimento social, o movimento feminino se faz na coletividade e na articulação de espaços e pessoas. Neste sentido, a organização e a educação, seja ela formal ou não, cumpre um papel de extrema relevância para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

A partir da roda de diálogos, proporcionou-se um espaço crucial para discussões construtivas, esclarecimento e promoção de mudanças de percepção na sociedade local, pois além de reconhecer a importância do movimento feminino na luta pela igualdade de gênero e pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, valorizou-se o papel do movimento cultural na preservação e promoção da identidade e diversidade cultural nazarena.

Por fim, é necessário pontuar que, embora não conhecessem os termos e principais marcos sinalizados, as mulheres participaram ativamente da discussão proposta, exemplificando através de relatos pessoais de como o machismo, a violência e a desigualdade de gênero fizeram parte de suas vidas, conforme mencionado anteriormente.

Referências

ALCÂNTARA, L. M. de. (2016). **Ciberativismo e a Dimensão Comunicativa dos Movimentos Sociais: repertórios, organização e difusão.** 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n34p315 Acesso em: 17 jul. 2024.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. RAE - **Revista de Administração de Empresas,** [S. l.], v. 35, n. 3, p. 20–29, 1995. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38200. Acesso em: 2 mar. 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 2014, 131-166.

HEISE, Lori L., 1994. **Violence Against Women: The Hidden Health Burden. Relatório. Preparado para o Banco Mundial.** (Mimeo.) (Manuscrito publicado sob o mesmo título, na série World Bank Discussion Papers 255, Washington, D.C.: World Bank, 1994).

ONU. **O sonho impossível?** YouTube. 15 de mai. de 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dKSdDQqkmlM Acessado em: 15 de jul. de 2024

ANAIS V SENAPOP - 2025

EIXO TEMÁTICO 2: TEORIAS EM EXTENSÃO POPULAR E O DESAFIO DEMOCRÁTICO

NADA DE NÓS SEM NÓS: ESCOLA DE REDUÇÃO DE DANOS PARAHYBA

Francismara Gomes de Sousa[1]

Janaína da Silva Goes[2]

Palavras-chave: Educação Popular. Emancipação. Redução de Danos. Território

Introdução

> "Observei e ouvi, buscando entender a história de meu próprio tempo...Não nos desarmemos, mesmo em tempos insatisfatórios. A injustiça social ainda precisa ser denunciada e combatida. O mundo não vai melhorar sozinho." (Hobsbawn)

As práticas de fortalecimento das mobilizações populares, se manifestam enquanto práxis que garantem o fomento do direito à saúde através da auto-organização dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, a partir da formação ético política de frequentadores dos Centros de Atenção Psicossocial[3] (CAPS) em João Pessoa, a Escola de Redução de Danos da Parahyba, se apresenta enquanto estratégia de formação de pessoas com problemas no campo do uso de álcool e outras drogas, a partir de estratégias de Redução de Danos (RD) conforme preconizadas pela Portaria n° 1028 do Ministério da Saúde que: "determina ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência" (Brasil, 2005).

Portanto, ancorados nos princípios basilares da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), que dispõe sobre os direitos das pessoas com sofrimento mental, as práticas de fortalecimento do território compõem a redução de danos sociais, por meio do estabelecimento de ações

[1] Mestra em Direitos Humanos Cidadania e Políticas Públicas (UFPB), terapeuta ocupacional, coordenadora da Escola de Redução de Danos Parahyba.maras719@gmail.com

[2] Mestra em farmácia, terapeuta ocupacional e coordenadora pedagógica da Escola de Redução de Danos Parahyba.janainadasilvagoes0@gmail.com

[3] Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Outras Drogas é um dispositivo para tratar problemáticas decorrentes do uso de substâncias psicoativas (Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011).

educativas que aproximem a comunidade das pessoas usuárias dos serviços substitutivos, minimizando os estigmas a elas atrelados.

Assim, o presente relato objetiva partilhar a experiência de um coletivo autônomo, formado a partir de encontros que visam potencializar práticas que garantam o respeito às liberdades individuais e aos Direitos Humanos, na perspectiva de (re)conhecer a dimensão subjetiva que as substâncias psicoativas assumem na vida dos sujeitos, além da (re)tomada do fortalecimento das mobilizações populares dos usuários do SUS, com representatividade nos espaços de construção de políticas públicas e organização popular, na perspectiva de ampliação de vozes silenciadas e descredenciadas por seus trajetos de vida.

Aspectos metodológicos da experiência

> "Sempre recusei os fatalismos. Prefiro a rebeldia que me confirma como gente e que jamais deixou de provar que o ser humano é maior do que os mecanicismos que o minimizam"
> (Paulo Freire)

A formação é pautada a partir das premissas da Educação Popular, objetivando práticas dialógicas enquanto ferramentas de construção e partilha dos saberes. São abordadas questões contemporâneas do uso de drogas, além da teorização e prática das estratégias de Redução de Danos nos territórios, compondo as intervenções em saúde para pessoas com problemáticas relativas ao consumo prejudicial de substâncias psicoativas. Enquanto proposta metodológica formativa, a parceria com a Residência Multiprofissional em Saúde Mental (RESMEN) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), facilita o processo de certificação dos participantes, fortalecendo a importância da aproximação da academia enquanto dispositivo colaborativo na formação comunitária.

Portanto, a Escola de Redução de Danos Parahyba, busca capacitar usuários(as) da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para atuarem enquanto redutores (as) de danos, assim como, promover a autonomia no seu autocuidado diário e ampliar as possibilidades de vida, retomando o lugar histórico das pessoas que fazem uso de Substâncias Psicoativas (SPA´S) enquanto promotoras do cuidado em saúde de outros sujeitos, através das práticas de RD uma perspectiva de construção de autonomia: "para isto, contudo, é preciso que creiamos nos homens oprimidos. Que os vejamos como capazes de pensar certo também" (Freire, 2020, p. 73).

Assim, os encontros formativos realizados semanalmente, são organizados de acordo com um plano de curso construído de forma coletiva, que objetiva abordar temáticas que atravessam o cotidiano destas pessoas, com perspectiva de discussão das interseccionalidades enquanto marcadoras das exclusões dos grupos menos privilegiados, além de experiências profissionais que facilitem o percurso prático dos cuidados em saúde.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

Diante das diversas questões que se apresentam enquanto desafios desta construção coletiva, destacam-se, principalmente as referentes à manutenção do projeto, que não conta com financiamento de iniciativas públicas e/ou privadas. Para além das questões estruturais, existem aquelas de natureza subjetiva que associam a Redução de Danos a uma prática que remete à apologia ao uso de substâncias psicoativas, o que condiciona a criação de novas estratégias para a sensibilização sobre essas práticas de cuidado. Ressalta-se que, até o momento, foram formadas duas turmas, que continuam frequentando as atividades, fortalecendo, assim, o processo de educação permanente.



Figura 01: Ações no território

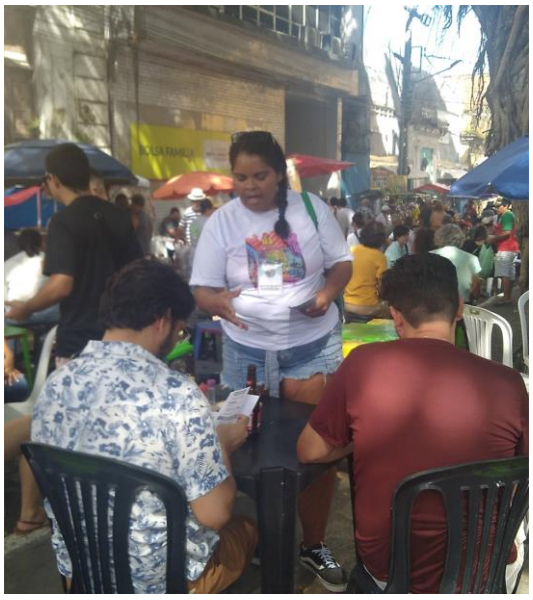


Figura 01: Ações no território

No decorrer destas formações, fortaleceram-se as práticas de educar em e para os Direitos Humanos exigindo um olhar lançado para a leitura dos contextos em que grupos vulnerabilizados estão inseridos. Para Carbonari (2021) os elementos que constituem os cotidianos dos sujeitos devem estar inseridos neste constructo de experiências.

Assim, caminha-se para o fortalecimento de uma pedagogia que não limite existências, mas que se indigne, se rebele, se faça presente, encontre o povo, fale para o povo, mova-se com ele e, nas reinvenções cotidianas, permita que estes se assumam como (re)criadores da própria história por meio de travessias que se façam autônomas, solidárias e que acreditem nas capacidades do 'ser mais' e na vida de inéditos viáveis.



Figura 3: Redução de Danos e território



Figura 4: Arte, cultura e saúde mental

Portanto, nestes enlaces, podemos considerar que os processos que constroem a Educação Popular acontecem nas formas como os sujeitos lidam com o cotidiano, nas trocas de experiências e nas relações que estabelecem com o mundo, para, de alguma forma, manter-

se

perante as iniquidades. Tais construções, permitem ainda, ampliar o processo de circulação em territórios e experienciá-los sob uma nova ótica, mobilizados para mudança do olhar sobre estes, demarcando uma outra posição no mundo.

Essas práticas emancipatórias e reflexivas, permitem a partilha das narrativas das suas próprias condições, impactando positivamente nas estratégias de ampliação de possibilidades de reintegração social e garantia de direitos, nestas trajetórias atravessadas por inúmeras segregações.

Narrar as situações vividas permite ao ser humano um lugar de pertencimento, atrelando sentido ao seu lugar no mundo, tornando-o sujeito da história, criando nestas relações entre passado e presente, expectativa para o futuro (Souza, 2017).



Figura 5: Certificação da segunda turma

Formar educadores/as populares é ampliar a força do fomento aos processos identitários de sujeitos que se posicionam no mundo e estão imersos em movimentos fraternos de resistências e lutas por minimização de injustiças.

A Radicalidade das lutas por mudanças no mundo, se dá na diminuição das fronteiras perversas em que vivem os explorados, “quando aderindo realmente aos sonhos de justiça, luto pela mudança radical do mundo e não apenas espero que ela chegue, porque se disse que chegará” (Freire, 2009, p. 138).



Figura 6: Experienciando o território.



Figura 7: Ações em eventos culturais

Considerações finais

> “Os cientistas dizem que somos feitos de átomos, mas um passarinho me contou que somos feitos de histórias" (Eduardo Galeano)

É no chão das ruas que as massas se manifestam, que as mobilizações populares ecoam vozes pela luta de grupos historicamente marginalizados. Para que os movimentos organizados se fortaleçam, é necessária a construção de uma cultura pautada em perspectivas libertadoras, nas quais os sujeitos consigam refletir sobre os processos de segregação pelos quais são afetados. É necessário que as classes oprimidas se sintam fortalecidas através de práticas

dialógicas e de fortalecimento de vínculos entre pares, no desenvolvimento de uma práxis que se coloque presente no cotidiano e atue para pensar com a coletividade, considerando o experienciar singular de vida e com estas, construir uma nova cultura de luta por Direitos Humanos.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1028, de 1º de julho de 2005**. Institui as diretrizes para o programa de redução de danos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jul. 2005. Seção 1, p. 25.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011.** Aprova a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e estabelece os critérios para sua organização e funcionamento. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2011. Seção 1, p. 75.

CARBONARI, Paulo César. **Democracia e direitos humanos**: aprendizagens para a educação em direitos humanos. Revista Interamericana de Direitos Humanos, Bauru, v. 9, n. 2, p. 35-45, 2021.

FREIRE, Paulo. **Direitos Humanos e educação libertadora**. 2 ª. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Paz e Terra, p. 351, 2020.

_____. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 39 ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 74 ª ed., Rio de Janeiro-São Paulo: Paz e Terra, p. 256, 2020.

SOUZA NETO, João Clemente de; BARBOSA, Orlando Coelho; LOPES, Leandro Alves. População em situação de rua, expressão da desigualdade social. **RIDH**, v. 10, n. 1, p. 17-39, Bauru, 2022.

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E A PROMOÇÃO DO CUIDADO EM UM GRUPO DE MÃES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Isadora Mayza de Andrade Moura[1]
Laura Natália Freitas Cavalcante Tenório[2]
Yasmin Maria Sátiro Cruz Tavares[3]
Maria Dos Milagres Linhares Maia[4]
Stéphanie Araújo de Andrade[5]
Daniella de Souza Barbosa[6]

Resumo:
Articulado ao Programa de Extensão "Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica", este projeto atua no contexto da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência, na Associação Pestalozzi da Paraíba, através da promoção de processos formativos orientados pela concepção da Educação Popular em Saúde direcionados às mães de pessoas com deficiência, a fim de solucionar problemas existentes, de interesse e necessidade dessas mulheres, ampliando a relação delas com a Universidade. Seu objetivo central consiste no aprimoramento e inserção, na Associação Pestalozzi da Paraíba, de práticas de cuidado em saúde integrais, humanizadas e participativas, com ênfase na dimensão da qualidade de vida mobilizadora dessas mães para o enfrentamento solidário e coletivo das determinações sociais do processo saúde/doença delas mesmas e de seus filhos/as com deficiência, com ênfase no fortalecimento de seu protagonismo como mulheres. Metodologicamente, pauta suas ações de maneira articulada ao reconhecimento e valorização das práticas integrativas, complementares e populares de saúde dessas mulheres em seus saberes e fazeres, na medida em que será fomentado um agir coletivo em saúde que incluirá práticas sociais libertadoras e solidárias, a fim de enfrentar as barreiras decorrentes da exclusão imposta a tais famílias. Este projeto de extensão popular espera movimentar experiências e trabalhos com práticas de saúde direcionadas ao diálogo, à criatividade, ao vínculo afetivo, à criticidade e ao compromisso com as mães de um segmento social e historicamente excluído: o de pessoas com deficiência e suas famílias.

Palavras-chave: Cuidado em Saúde. Educação Popular em Saúde. Pessoas com Deficiência. Saúde da Mulher. Movimentos Sociais.

[1] Graduanda em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba, isadora.moura@academico.ufpb.br.
[2] Graduanda em Fisioterapia pela Universidade Federal da Paraíba, laura.cavalcante@academico.ufpb.br.
[3] Graduanda em Fisioterapia pela Universidade Federal da Paraíba, Ycr@academico.ufpb.br.
[4] Graduanda em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba, maria.linhares@academico.ufpb.br.
[5] Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Paraíba, Nutricionista, stephanienutricionista1505@gmail.com.
[6] Doutora em Educação, Fisioterapeuta, Professora Adjunta do DPS/CCM/UFPB, daniella.souza.barbosa@academico.ufpb.br.

Introdução

O Brasil criou a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência em 2008, com o propósito de reabilitá-las na sua capacidade funcional e no seu desempenho humano, de modo a contribuir para a sua inclusão plena em todas as esferas de vida social, além de proteger a sua saúde e prevenir agravos. Para o alcance desse propósito se torna imprescindível a criação de ambientes favoráveis à saúde delas e a possibilidade do bem viver, tanto por parte deste grupo, quanto dos seus cuidadores, que normalmente, são as mães, visto que, culturalmente, dentro de uma sociedade patriarcal, tem cabido preferencialmente às mulheres o cuidado dos filhos, em particular, os que apresentam adoecimento crônico ou algum tipo de deficiência (Brasil, 2008).

Portanto, a maior oferta de atenção e prestação de cuidado é uma responsabilidade majoritariamente assumida pela mãe, evidenciando um desafio para a família, visto que potencializa as dificuldades financeiras, visto que esta mulher se isola no ambiente doméstico e perde oportunidades de geração de emprego e renda, ocasionando também insatisfação conjugal e sentimentos como desesperança, fadiga, medo e culpa, afetando a qualidade de vida das mulheres cuidadoras, bem como a sua capacidade de prestar cuidados. Desta forma, torna-se corriqueiro encontrar estas mulheres, com transtornos mentais, principalmente os relacionados ao estresse (Baldini, 2021; Ranehov, 2018).

Pesquisas realizadas com mães de crianças com deficiência evidenciam uma realidade distante do que preconiza a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, pois estas mulheres enfrentam diversos obstáculos na busca de atenção à saúde de seus filhos, percorrendo itinerários terapêuticos árduos ou inexistentes. Esta busca por um atendimento de saúde digno, humano e sensível constitui uma verdadeira via crucis, o que é determinante no processo de adoecimento, principalmente o mental, destas mães/cuidadoras (Caminha, 2008).

Quando é trazido ao centro da discussão o cuidado à criança com deficiência, na maioria dos casos, quem acaba por se fazer presente nesses movimentos de produção de cuidado é a mulher, não obstante atravessada pelas dinâmicas de execução do cuidado impostas pelo patriarcado, enquanto estrutura macrossocial que constroi relações desiguais de gênero. Titânides alquebradas, não existem, no SUS, uma rede de cuidados direcionados a estas mães, que, minimamente, não conseguem mais se reconhecer como mulheres.

Quando se fala no cuidado à saúde da mulher, sempre se reporta a sua vida reprodutiva, como no caso da criação da Rede Cegonha, não existindo políticas públicas de saúde capazes de discutir outras necessidades de saúde da mulher para além do seu ciclo gravídico-puerperal. Temas como climatério, menopausa, sexualidade e transtornos mentais relacionados ao trabalho ou mesmo à maternidade são negligenciados dentro do SUS. Nesse sentido, os serviços de saúde são campos de relações socioafetivas entre diversas pessoas e estas constroem movimentos micropolíticos que além de produzir o cuidado, também disputam diferentes formas de compreendê-lo e operá-lo. Estes atores colocam no jogo dessas relações suas trajetórias de vida, suas concepções de saúde e as maneiras de construí-las.

A existência de outras formas de compreender e intervir na saúde, a exemplo dos saberes populares, nos leva a perceber a importância do diálogo entre as pessoas que participam das disputas dos planos de cuidado dentro do SUS (Carvalho, 2009). Quando se reconhece o saber dessas pessoas, é aberta a possibilidade de aprender com elas sobre como constroem e operam seus modos de andar pela vida e como estes se relacionam com suas estratégias de cuidado de si e do outro, além de construir um modelo de atenção afetivo e efetivo capaz de resolver suas demandas de saúde para além do seu ciclo gravídico-puerperal.

Atualmente, considera-se que a participação popular no SUS requer novos modelos de referência para se efetivar a saúde como direito humano universal, integral e equitativo - na perspectiva social inclusiva - tendo em vista que no atual contexto sanitário brasileiro, os processos de participação popular e controle social estão em um cenário de retomada democrática de união e reconstrução. Para tanto, a Educação Popular em Saúde (EPS) representa um importante mecanismo indutor de participação comunitária e deve se transformar em mais saúde para a população. Da mesma forma, deverá se constituir em instrumento teórico-metodológico para a construção de autonomia e cidadania das pessoas, na medida em que contribui para a criação de uma nova consciência sanitária sobre as políticas públicas de saúde por parte dos usuários do SUS (NERY et al, 2012), visto que proporciona “o despertar e o crescimento da capacidade de analisar criticamente seus contextos de vida e saúde” (Silva; Pereira, p. 126, 2020).

É sabido também que por meio de suas entidades representativas - como a Associação Pestalozzi da Paraíba - a população é convocada a participar - desde o processo de formulação até o controle social - das políticas de saúde no SUS, nos âmbitos local, estadual e federal, em

espaços colegiados instituídos pelo poder público como os conselhos e as conferências de saúde. E ainda, como afirma Pedrosa (2007), a EPS mobiliza processos emancipatórios, abrindo a alteridade entre indivíduos e movimentos na luta por direitos humanos. Além disso, trabalha com a problematização da realidade como um dispositivo de crítica social das situações vivenciadas pelas pessoas, grupos e movimentos, permitindo a visão de questões e situações que estejam invisíveis e das ideologias naturalizadas como realidade, favorecendo a libertação de pensamentos e de atos de mudança social. Portanto, dá um sentido para a vida das pessoas.

Segundo Paulo Freire (1980), a Educação Popular constitui uma concepção de processo educacional que se associa à formação de pessoas na perspectiva da libertação política e conscientização social, sendo voltada para a geração de um processo de mudança na consciência dos indivíduos e orientada para a transformação deles próprios e do meio social onde vivem. Sob esse ponto de vista, ressalta-se a importância dessa prática educacional popular no campo da saúde, objetivando abrir caminhos para a emancipação individual e coletiva destas mulheres - como proposto neste Projeto - mas também, para a humanização das práticas em saúde, sendo a Educação Popular em Saúde consolidada no âmbito do SUS a partir da publicação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (Brasil, 2013), notadamente ao apontar a necessidade de difusão e de aprimoramento de práticas político-pedagógicas que viabilizem a promoção, prevenção e recuperação da saúde mediante o diálogo, valorização dos saberes populares e incentivo à autonomia de cada indivíduo, possibilitando sua atuação no cuidado de si e do outro.

Enfim, a Educação Popular freireana implica uma concepção da ação social, seja na saúde, seja em outros espaços sociais, na qual a prioridade está em concretizar uma práxis pedagógica que envolva a aceitação do novo, a rejeição da discriminação e a reflexão crítica sobre a prática, sem abrir mão do científico, da competência, da criticidade, do respeito aos saberes das pessoas e do comprometimento com os grupos populares em situação de vulnerabilidade. Dentre os processos pautados na ótica da Educação Popular em Saúde, destaca-se o desenvolvimento de espaços mediados pelo diálogo, abertos para uma nova cultura participativa, que acolhe e legitima a contribuição do saber popular ao lado do saber técnico-científico, os quais poderão contribuir também para o desejado reencantamento popular pelo SUS (Bonetti et al, 2014). Assim, tornam-se tão necessários os espaços de

diálogos problematizadores que tomem a Educação Popular em Saúde como processo permanente de pensar a militância em saúde no SUS ao se propor uma reflexão sobre as pessoas em suas relações com o mundo e se desfazendo de uma vida social abstrata, na medida em que as experiências sociais passam a ser produzidas e vividas de um modo autoconsciente (Freire, 2001).

Tendo em vista o exposto, o objetivo geral do projeto é fomentar processos formativos orientados pela concepção da Educação Popular em Saúde direcionados a um Grupo de Mães de pessoas com deficiência vinculadas à Associação Pestalozzi da Paraíba. Mais especificamente, realizar o mapeamento dos equipamentos públicos comunitários urbanos destinados aos serviços públicos de saúde, cultura, assistência social e de lazer no entorno do território da Associação Pestalozzi da Paraíba; produzir uma rede de cuidado local, envolvendo as protagonistas da Associação Pestalozzi com outros movimentos, grupos e projetos sociais locais; desenvolver rodas de conversa e oficinas de autocuidado compartilhada com as mães e outros atores sociais de acordo com suas demandas de saúde; ofertar atendimentos individuais para acompanhamento clínico dessas mulheres; incentivar a formação discente por meio de processos formativos e pela sistematização e divulgação de suas experiências em formato de materiais didáticos, pedagógicos, participação em eventos científicos, elaboração de livros, capítulos de livro, artigos científicos e/ou relatórios.

Justificativa

Sabe-se que o cuidado às pessoas com deficiência é historicamente reduzido à reabilitação física, intelectual e sensorial, negligenciando aspectos sociais, econômicos e emocionais fundamentais para sua qualidade de vida. Essa abordagem fragmentada desconsidera o impacto da vulnerabilidade socioeconômica, da dificuldade de acesso a serviços e do esgotamento físico e mental dos principais responsáveis pelo cuidado: as mães. Essas mulheres enfrentam desafios diários que incluem a sobrecarga de trabalho não remunerado, a falta de suporte para conciliar o cuidado com outras atividades e o isolamento social. Muitas vezes, suas próprias necessidades de saúde, lazer e formação são relegadas a segundo plano, o que pode comprometer não apenas seu bem-estar, mas também a qualidade do cuidado oferecido aos filhos. Apesar da crescente valorização das políticas de inclusão, as mães-cuidadoras permanecem invisibilizadas nos debates sobre assistência social e saúde

pública. A ausência de iniciativas que promovam sua autonomia e participação social perpetua um ciclo de dependência e marginalização, sendo essencial que sejam desenvolvidas estratégias para fortalecê-las, oferecendo espaços de acolhimento, aprendizado e troca de experiências. Esse contexto reforça a necessidade de iniciativas que ampliem o olhar sobre o cuidado, considerando não apenas a pessoa com deficiência, mas também quem se dedica integralmente a ela.

Essas mães assumem a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado dos filhos, muitas vezes sem rede de apoio familiar ou comunitária, o que pode levar ao desgaste físico e emocional, além de dificuldades econômicas decorrentes da impossibilidade de conciliar a maternidade com um emprego formal. Visto isso, a proposta do projeto é criar um espaço de acolhimento e formação, onde essas mulheres possam compartilhar suas experiências, adquirir novos conhecimentos e fortalecer sua autoestima e resiliência, por meio de atividades interdisciplinares que integram diferentes áreas do conhecimento e promovem práticas de cuidado voltadas tanto para a saúde das mães quanto para a qualidade do atendimento aos filhos.

Nesse sentido, este projeto busca suprir essa lacuna ao adotar um modelo de atuação baseado na Educação Popular, promovendo processos formativos que valorizam os saberes das mães-cuidadoras e incentivam sua emancipação. A parceria entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Associação Pestalozzi da Paraíba fortalece essa proposta ao possibilitar uma construção coletiva do conhecimento, unindo teoria e prática em um ambiente de aprendizado mútuo. A iniciativa também se articula ao Programa de Extensão “Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica” (PINAB), ampliando seu impacto para outras associações e incentivando transformações sociais mais abrangentes.

Além de capacitar as mães-cuidadoras e oferecer suporte para a melhoria de sua qualidade de vida, o projeto contribui diretamente para a formação acadêmica dos estudantes da UFPB. A experiência prática no contexto do SUS proporciona uma vivência interdisciplinar e humanizada, alinhando-se às diretrizes curriculares da área da saúde. A interação direta com as mães e seus desafios cotidianos possibilita que os estudantes desenvolvam uma compreensão mais ampla sobre a saúde coletiva, a equidade no acesso aos serviços e a importância de práticas integrativas e complementares no cuidado. Além de contribuir para a formação acadêmica, o projeto fortalece o vínculo entre a UFPB e a

comunidade, consolidando parcerias estratégicas com organizações da sociedade civil, como a Associação Pestalozzi da Paraíba.

Nesse sentido, a extensão universitária desempenha um papel fundamental ao aproximar o conhecimento acadêmico das necessidades reais da comunidade. Ao mesmo tempo, a pesquisa desenvolvida no projeto contribui para a sistematização e disseminação de saberes, gerando inovações em práticas de cuidado e fortalecendo a inclusão social. Esse modelo universitário, que integra ensino, pesquisa e extensão, forma profissionais capacitados, éticos e comprometidos com a promoção da equidade no SUS. A ampliação das atividades da UFPB na Associação Pestalozzi representa um avanço significativo na extensão universitária, possibilitando um impacto social duradouro. Os estudantes, ao interagirem com o Grupo de Mães da Pestalozzi, vivenciam uma formação mais holística e humanizada, aprendendo diretamente com as experiências dessas mulheres, o que favorece a construção de uma visão crítica sobre a realidade do SUS e a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e acessíveis.

As atividades promovidas pelo projeto geram benefícios concretos tanto para as mães quanto para os estudantes envolvidos. Passeios estratégicos, como visitas ao Zoológico da Bica e Jardim Botânico, foram planejados para que o grupo ocupasse os espaços da cidade, bem como para proporcionar momentos de lazer e contato com a natureza, reduzindo o estresse, fortalecendo vínculos e estimulando a socialização. Além disso, sessões de alongamento ao ar livre na praia do Cabo Branco, visitas à Estação Ciência, Espaço Cultural e museus possibilitaram experiências culturais e educativas enriquecedoras. Juntamente a isso, a implementação de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), como auriculoterapia, massagem e meditação, ajudou no equilíbrio físico e emocional das mães. Ademais, as rodas de conversa incentivaram a troca de experiências e o fortalecimento da rede de apoio entre elas. As anamneses interdisciplinares realizadas por estudantes e profissionais de Enfermagem, Medicina, Nutrição e Fisioterapia permitiram avaliações clínicas ampliadas e contribuíram para o desenvolvimento de novas abordagens de cuidado. Dessa forma, o projeto cumpre sua missão de promover a inclusão, a saúde e a autonomia das mães-cuidadoras, ao mesmo tempo em que aprimora a formação dos estudantes e fortalece a atuação da universidade na sociedade. Com um olhar sensível para as necessidades dessas

mulheres, a iniciativa representa um passo importante para a construção de um SUS mais humanizado e de uma sociedade mais justa e equitativa.

Metodologia

O projeto atua junto à Associação Pestalozzi da Paraíba, sediada no bairro do Cristo Redentor, João Pessoa - PB. A Pestalozzi atende pessoas com deficiência intelectual, TEA, deficiência física e com múltiplas deficiências, sem restrições de idade. A instituição faz parte do projeto ofertando seu espaço físico, de atividades colaborativas entre os extensionistas populares e os trabalhadores, e viabilizando transporte para os passeios que estão no cronograma, o qual é ofertado pela Secretaria de Desenvolvimento e Cultura (SEDEC) da Prefeitura Municipal de João Pessoa, parceira da Associação. Outra instituição a ser mencionada é a Universidade Federal da Paraíba, que está à frente desse projeto, disponibilizando seus docentes e discentes, além dos espaços físicos.

O projeto atende 10 mães de pessoas com deficiência, cujos filhos/as são atendidos/as pela Associação. A metodologia envolve ações de EPS baseada na troca de saberes das mulheres participantes, logo seu impacto é ampliado, contemplando também os demais envolvidos, o que totaliza 19 pessoas. A produção de materiais didáticos e a participação em eventos e criação científica também são realizados, auxiliando os discentes em seu desenvolvimento profissional, além de fomentar materiais de estudo para a sociedade. Outra atividade consiste em uma rede de cuidados local e atividades externas mensais, que possibilitem a troca de saberes e visitas a estabelecimentos estratégicos que promovem o conhecimento emancipatório e uma maior autonomia ao ocupar espaços sociais. Além disso, dinâmicas e oficinas em grupo realizadas na própria Associação, com apoio dos seus profissionais, mães e extensionistas, objetivam a construção compartilhada do cuidado para empoderamento feminino. São incluídas atividades como: rodas de diálogo, práticas de autocuidado e oficinas de qualificação promovendo reflexões críticas para uma saúde e cuidado integrais.

As ações com o grupo são realizadas nas sextas-feiras, construídas de forma a proporcionar um diálogo e troca dos conhecimentos trabalhados em cada momento, com foco na perspectiva freiriana. Os atendimentos individuais oferecem um cuidado e

acompanhamento clínico a essas mulheres, através de consultas com os extensionistas graduados na área da saúde, assim como sob supervisão do corpo docente e dos profissionais de saúde da Associação. Nesse sentido, foram ofertadas consultas de nutrição, enfermagem, medicina e fisioterapia durante 3 semanas. O público-alvo é avaliado ao iniciar as atividades da vigência atual do projeto, e ao final desta, verificando se a EPS trouxe mudanças significativas na saúde dessas mulheres. São ofertados cuidados com práticas integrativas e complementares, como terapia comunitária integrativa, meditação, massagem, e resiliência. Estas ocorrem por meio de terapeutas convidados e/ou através dos próprios extensionistas, que estejam habilitados.

A população do projeto inclui: 2 docentes integrantes do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba no Campus I; 1 discente de graduação bolsista; 5 discentes de graduação voluntários, que podem advir dos centros de ciências médicas, da saúde, humanas, letras e artes, de ciências sociais, jurídicas, exatas e da natureza, como também da educação; 2 alunos de pós-graduação colaboradores. Membros externos podem compor a equipe, quando necessário abordar algum tema específico ou trabalhar alguma prática integrativa e complementar. Podem entrar como colaboradores: terapeutas dos centros de PICS de João Pessoa, docentes da UFPB ou de outros centros de ensino, mães da comunidade atendida, entre outros.

A avaliação e monitoramento da ação e da equipe tem como objetivo verificar se o extensionista popular está conseguindo apreender os objetivos previstos nas diretrizes da Extensão Universitária na UFPB e no plano de ação do projeto. O monitoramento é expresso com relação a sua frequência, assiduidade, responsabilidade e desempenho nas atividades. O monitoramento da comunidade será a partir do preenchimento de uma planilha capaz de avaliar todas as ações do Projeto e verificar qualquer evento que impacte nos resultados esperados, possibilitando correções. Esse processo também conta com encontros virtuais e/ou presenciais dos extensionistas e docentes, que irão pontuar se cada objetivo proposto para as ações foram alcançados, e o que será necessário mudar ou adaptar, conforme as necessidades.

Para a divulgação do projeto, é realizado o registro e divulgação sistemática na internet, (redes sociais do PINAB, da Assessoria de Extensão do CCM, da própria Pestalozzi, bem como através do WhatsApp e Instagram), de forma semanal, contendo as informações a respeito das atividades e as hashtags da PROEX. Esta ferramenta também é empregada para

divulgar processos seletivos, transmissões ao vivo, cursos, dentre outras iniciativas de extensão/ensino/pesquisa de interesse para o projeto e o PINAB. Essa proposta atua no período de um ano, no apoio e desenvolvimento de rodas de conversa e de cuidado com ênfase na EPS na Pestalozzi através de três frentes de ação: promoção de processos voltados à compreensão do cuidar de si para cuidar do outro abrangendo: mães de pessoas com deficiência, extensionistas populares e trabalhadores/reabilitadores da Associação; promoção e construção compartilhada do cuidado, tais como vivências, atividades manuais, passeios e práticas de autocuidado com vistas ao resgate da autonomia, empoderamento feminino e fomento aos modelos de cuidado ontológico. Além disso, é realizada a identificação de ações e serviços disponíveis na rede de atenção para estas mulheres em busca do fortalecimento do seu autocuidado. Na primeira frente de ação, foram destacadas as rodas de diálogo na perspectiva freiriana. Seu eixo temático são as necessidades de cuidado apresentadas, em que os diálogos serão construídos coletivamente em um processo dialógico de expressões do cuidar semanal.

A metodologia é do tipo participativa, baseada na EPS, tendo como base os “círculos de cultura” freirianos. Neste sentido, surgem reflexões a partir de suas experiências de vida em um momento de socialização do aprendizado no grupo, com a ampliação do diálogo entre os envolvidos, incluindo, eventualmente, a presença de convidados, além dos discentes, trabalhadores da Pestalozzi e docentes da UFPB. Os facilitadores externos serão convidados de acordo com a sua experiência teórico-prática no campo temático do projeto, sendo eles: militantes de movimentos de EPS; professores universitários dos campos da Saúde Coletiva e/ou Educação Popular; estudantes da UFPB ligados a movimentos populares de saúde e/ou à extensão popular. Com relação à segunda frente de ação, há a promoção de vivências com músicas, oficinas, além de oferta e vivências de PICS, tais como terapia comunitária integrativa, espaço de escuta e partilha, resiliência e pensamento sistêmico, auriculoterapia e outras práticas de cuidado complementares ao modelo convencional que sejam recomendadas pelo Ministério da Saúde. Os passeios são vistos como possibilidade terapêutica de ampliação das redes de apoio dessas mães e vivência de experiências culturais, artísticas e de lazer. Sobre a terceira frente de ação, têm destaque o mapeamento e diagnóstico situacional no território do bairro do Cristo Redentor de potenciais espaços de cuidado, sendo propostas reuniões com estes serviços para estabelecer vínculos e trabalhos colaborativos. Em caso de

ausência destes espaços, haverá reuniões com as mães a fim de levantar possibilidades de cuidado, apoio e parcerias com outros equipamentos sociais que possam ofertar o cuidado efetivo a estas mulheres. Na metodologia do Projeto, é valorizada a concepção interdisciplinar e interprofissional pautada na indissociabilidade das ações de extensão popular com o ensino e a pesquisa, sendo este pressuposto evidenciado pelas atividades de planejamento e de gestão colegiada das três frentes dessa extensão popular, por meio de reuniões semanais com duração de 2h em um processo de educação permanente de seus atores sociais com os demais participantes extensionistas.

Resultados e discussão

O projeto realizou 25 encontros, na Associação Pestalozzi Paraíba, com as mães de pessoas com deficiência, através da realização de rodas de conversa. Os encontros abordaram os grandes temas: autoconhecimento e autoestima, para auxiliar as mães a entenderem melhor seus sentimentos e a terem uma visão melhor sobre si mesmas, e independência parental, a fim de auxiliá-las a compartilharem o processo de cuidado com outras pessoas, tendo mais tempo para si.

Ademais, foram realizadas dinâmicas, como: dinâmica da pérola, que auxilia na ressignificação de momentos negativos; e a tenda do conto, com a associação entre alimentos e memórias afetivas. A cada encontro concretizado, as participantes e os extensionistas traziam suas percepções a respeito do que foi comentado. A primeira dinâmica lança mão de uma metáfora para trazer reflexões sobre crescimento, reforçando a importância da dor/sofrimento para esse processo, bem como facilitando uma escuta sensível, acolhimento e compartilhamento de histórias de vida. A última atividade mencionada, por sua vez, é bastante relevante para ser trabalhada no processo educativo, pois confere um aprendizado coletivo e significativo para todos os envolvidos, além de fomentar a socialização e comunicação. Ademais, a tenda do conto traz uma metodologia inovadora e dinâmica, uma vez que sempre será diferente a cada realização, ainda que com o mesmo público. Assim, proporciona a emocionante elevação do diálogo, que se nutre de “amor, de humanidade, de esperança, de fé, de confiança” (Freire, 1997, p.68).

Foram realizadas também visitas a pontos turísticos pessoenses, como o Museu do Artesanato Paraibano, o Espaço Cultural São Francisco, a Fundação Casa José Américo e o

Espaço Cultural José Lins do Rêgo, a fim de ampliar as bagagens culturais das mães. Algumas dessas mulheres, embora vivessem em João Pessoa há muitos anos, relataram que nunca haviam visitado tais locais, ou que foram apenas quando solteiras, o que evidencia a barreira imposta à condição de mãe de pessoa com deficiência. Também foram fornecidas ilhas de cuidado, nas quais foram divulgados conhecimentos acerca da hipertensão e diabetes, além da aferição da pressão arterial. O projeto submeteu um trabalho para o Congresso Paraibano de Saúde da Mulher, o qual está em processo de análise, sob o título "Percepções e Vivências de Mães de Pessoas com Deficiência Acerca do Climatério: um Relato de Experiência". Outrossim, um trabalho foi submetido ao XVIII Congresso Latinoamericano de Medicina Social e Saúde Coletiva, intitulado "Percepções e Vivências de Mães de Pessoas com Deficiência Acerca do Climatério: um Relato de Experiência", o qual está sendo analisado.

Considerações finais

Este projeto trouxe benefícios aos docentes, pois propiciou que participassem ativamente das atividades propostas, mediando pedagogicamente o trabalho da extensão, ajudando-os a desenvolver um processo de ensino no qual o estudante é o protagonista. Para a sociedade, o projeto foi capaz de integrar o tripé universitário com as necessidades da comunidade externa, o que reforça o potencial dele para o processo de transformação dos indivíduos e do seu entorno. Já os discentes tiveram a oportunidade de participar de formações teóricas, abrangendo temas da Saúde Coletiva e da EPS, os quais podem contribuir em suas perspectivas de inserção profissional. Também participaram de eventos na área e escreveram artigos científicos. Como perspectiva futura, tem-se o aprimoramento de nossas ações, como a realização de mais encontros, o desenvolvimento de oficinas de artesanato e de práticas integrativas de cuidado e a submissão de mais artigos sobre a experiência do nosso projeto.

Referências

BALDINI, P. R. et al. Efeito da mutualidade parental na qualidade de vida de mães de crianças com necessidades especiais de saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem,** v. 29, p. e3423, 21 maio. 2021.

BONETTI, O. P.; CHAGAS, R. A. das; SIQUEIRA, T. C. A. A educação popular em saúde na gestão participativa do SUS: construindo uma política. In: **Caderno de educação popular em saúde**, v. II. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. p. 16-24.

BRASIL. Ministério da Saúde. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). **Portaria n. 2716, de 19 de novembro de 2013.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência.** Brasília: MS; 2008.

CAMINHA, L. L. **Cuidados prestados por profissionais de saúde aos pais de recém-nascidos com deficiência.** 2008. Monografia (Graduação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.

CARVALHO, L. C. **A disputa de planos de cuidado na atenção domiciliar.** 2009. Dissertação (Mestrado em Clínica Médica) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 27 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

NERY, V. A. S.; NERY, I. G.; NERY, W. G. Educação popular em saúde: um instrumento para a construção da cidadania. **C&D-Revista Eletrônica da Fainor,** Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, p. 114-129, 2012.

RANEHOV, L.; HÅKANSSON, C. Mothers' experiences of their work as healthcare assistants for their chronic disabled child. **Scandinavian Journal of Occupational Therapy,** v. 26, n. 2, p. 121–134, 8 jul. 2018.

SILVA, F. M. DE P.; PEREIRA, A. K. A. DE M. O processo de formação para a prática de educação popular em saúde. **Revista de Educação Popular,** p. 123-143, 13 jul. 2020.

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO CAMPO DA EDUCAÇÃO POPULAR: construindo uma escola pública de qualidade para todos e todas

Júnia Tuelher Fraga[1]

Resumo:
O presente relato foi embasado na pesquisa de mestrado intitulada DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: um estudo à luz da educação problematizadora, realizada no período de 2022 a 2024, em que teve como tema as dificuldades de aprendizagem apresentadas por estudantes do 6º ano de uma escola do interior de Minas Gerais. Contou com auxílio financeiro do Projeto Trilhas de Futuro – Educadores, da SEE/MG; vinculou-se ao Grupo de Pesquisa Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas – FORDAPP; à Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Escolas de Educação Básica – RECEPE; e ao projeto intitulado "Educação na diversidade para a cidadania: um estudo de processos educativos e formativos escolares e não escolares". O objetivo desta pesquisa foi compreender as origens das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes e, através de uma pesquisa documental, complementada pela pesquisa de campo, compreender as relações de tais dificuldades, as possíveis interferências do contexto social dos discentes e como é a organização curricular das instituições de ensino frente a essas dificuldades, para que havendo o referido compreendimento, fossem produzidas estratégias pedagógicas a fim de minimizar as deficiências apresentadas, visando um processo de construção dos saberes de forma efetiva por todos os estudantes que compõem a rede pública de ensino desta instituição. A metodologia utilizada foi calcada no método fenomenológico, de abordagem qualitativa, com finalidade exploratória, realizada por meio da pesquisa documental e da pesquisa de campo, valendo-se da aplicação de formulários. Foram analisados o Projeto Político Pedagógico da escola, o plano de aula dos professores, assim como os resultados das avaliações internas e externas dos estudantes. Os formulários foram aplicados através de questões abertas via *Google Forms*. Ao todo, foram entrevistados 18 professores, 2 pedagogos e a diretora da escola em questão. A pesquisa de campo foi autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa, cujo o número do parecer é 6.179.748 e o número do CAAE 70805123.5.0000.5145. A análise dos resultados foi realizada através da relação entre os dados obtidos e os aportes teóricos que fundamentaram esse estudo. Os resultados alcançados subsidiaram e fundamentaram a elaboração do produto final fruto deste estudo, sendo este, uma trilha pedagógica que objetiva contribuir com a prática docente a fim de que, através de um processo reflexivo por parte dos interlocutores, proporcionar que as práticas pedagógicas sejam resistência frente a um sistema opressor, minimizando assim, as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, oferecendo a todos uma educação que garanta os princípios da equidade, para que todo o processo educacional seja realmente eficaz na emancipação e transformação de sujeitos sociais. Este relatório de pesquisa tem como objetivo disseminar as discussões e resultados do processo de pesquisa em questão com vistas a contribuir com as reflexões inerentes ao campo da educação popular e suas proposições na valorização da diversidade no que tange a educação pública brasileira.

Palavras-chave: Dificuldades de aprendizagem, estratégias pedagógicas, emancipação humana, resistência propositiva popular.

[1] Doutoranda em educação pela Universidade de Uberaba, mestre em educação pela Universidade de Uberaba (2024), coordenadora pedagógica da rede municipal de educação de Durandé, vice-diretora da Escola Estadual Quinca Franco. junia.fraga@educacao.mg.gov.br

Introdução

As escolas públicas brasileiras recebem uma diversidade de sujeitos oriundos de diferentes classes sociais e culturais advindas dos diversos contextos que habitam. Dentro dessa diversidade, existe uma grande parcela que encontra dificuldades durante o processo de aprendizagem, que os fazem, por muitas vezes, protagonizar o que é denominado fracasso escolar.

A organização da educação básica brasileira acontece em etapas, e observa-se frequentemente, que as crianças e adolescentes ao realizar a transição do ensino fundamental I para o ensino fundamental II, encontram ainda mais dificuldades, fazendo com que as barreiras encontradas se tornem subsídios para um fracasso escolar futuro.

O presente relato está embasado na pesquisa de mestrado intitulada DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: um estudo à luz da educação problematizadora, em que este estudo surgiu através da observação e constatação do alto índice de estudantes que apresentam baixo rendimento em seu percurso escolar, sendo essa, uma realidade apurada através do cotidiano das instituições de ensino e dos resultados apresentados pela escola que protagoniza esta pesquisa.

Desta forma, o objeto proposto para esse processo investigativo da pesquisa em questão foram as dificuldades de aprendizagem discente apresentadas por alunos do 6º ano de uma escola pública da rede estadual de Minas Gerais.

Tendo o fator diversidade como uma das principais características da educação pública em nosso país, é observável que há uma parte considerável de estudantes que apresentam dificuldades em relação a construção do conhecimento, desta forma, o rendimento dos mesmos é comprometido acarretando prejuízos para toda a sua formação enquanto sujeitos sociais, e em uma perspectiva futura, afetando direta e indiretamente, todo o contexto do qual o cidadão fará parte. Entendendo que a vivência humana está no entrelaçamento de suas relações contextuais, vale destacar o que enfatiza Paulo Freire sob as situações sociais as quais somos submetidos

> A sua grande luta vem sendo, através dos tempos, a de superar os fatores que o fazem acomodado ou ajustado. É a luta por sua humanização, ameaçada constantemente pela

> opressão que o esmaga, quase sempre até sendo feita — e isso é o mais doloroso — em nome de sua própria libertação. (FREIRE, 2011, p.42.)

Para Pereira et al (2021, p.4)

> Apesar do empenho das instituições de ensino, em oferecer uma educação de qualidade para todos, ainda existem muitas dificuldades e obstáculos em torno da temática, principalmente quando o aluno possui dificuldades de aprendizagem mais acentuadas, traz a reflexão de que com intervenções adequadas, pode-se obter êxito no campo da aprendizagem.

Refletir sobre as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes requer um pensar crítico sobre vários aspectos que permeiam o cotidiano escolar. Aspectos estes que provém de contextos externos e internos e que refletem incisivamente no desenvolvimento escolar de cada discente. A educação, na vida dos sujeitos, tem o efeito transformador e emancipador. Partindo dessa assertiva, entende-se o quanto são prejudicados aqueles que, por consequência das dificuldades encontradas no decorrer de seu processo de construção do conhecimento, tornam-se protagonistas do fracasso escolar, tendo, por sua vez, dificuldades em encontrar no processo educacional, um aliado transformador de sua identidade social.

Para o desenvolvimento deste estudo, a produção do estado do conhecimento subsidiou e direcionou as ações inerentes ao processo desta pesquisa. Através da análise de dissertações, teses e artigos sobre o tema em questão foi possível elencar que as práticas pedagógicas adotadas não alcançam de forma total, a diversidade característica dos estudantes que compõem o público da instituição de ensino em questão. Ao analisar criteriosamente sobre as discussões acadêmicas realizadas até o presente momento foi possível aferir que, para as instituições de ensino e corpo docente, os estudantes são os responsáveis por apresentarem as dificuldades no processo de construção do conhecimento. Nos estudos revisados, foi possível compreender que há uma delegação de responsabilidades em que, professores e equipe pedagógica se eximem das mesmas, enquanto os estudantes se sentem incapazes e complexados pelo peso que carregam sendo convencidos de seu “fracasso”. Dentro destas concepções, os estudos analisados também afirmam que é necessário rever as práticas pedagógicas, pois as mesmas não atendem as necessidades dos estudantes

Destarte, o estudo em que este relato está embasado, justificou-se, pois, ao compreender as principais dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos discentes do 6º ano da instituição de ensino em questão, e o que a escola faz frente as dificuldades apresentadas, tornou-se possível tecer reflexões que, ao alcançar o corpo docente, pode minimizar os efeitos negativos que tais dificuldades acarretam na vida dos estudantes através do processo reflexivo das questões que subsidiam as práticas pedagógicas. A compreensão das raízes do problema, ofereceu fundamentos para a construção reflexiva da prática pedagógica a fim de que possa auxiliar positivamente a instituição escolar e todos os agentes envolvidos no processo educacional, a romper com as barreiras que impedem a construção do conhecimento emancipador de sujeitos aptos a transformar efetivamente a sua realidade e a realidade daqueles que o cercam.

Sendo assim, o principal objetivo da pesquisa de mestrado foi compreender as origens das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes e, através de uma pesquisa documental, complementada pela pesquisa de campo, compreender as relações de tais dificuldades, ao contexto social dos discentes, assim como analisar a organização curricular das instituições de ensino frente a essas dificuldades. No mesmo viés, o objetivo deste artigo é disseminar as discussões e resultados oriundos do processo de pesquisa em questão a fim de compartilhar com os interlocutores as reflexões realizadas no decorrer de todo o processo.

Para fundamentar teoricamente esse estudo foram escolhidos autores e obras que afirmam que a educação tem potencial transformador e emancipador de sujeitos sociais. Desta forma, Paulo Freire um dos maiores pedagogos do mundo, contribui incisivamente sobre o tema dissertado. Para pesquisar sobre dificuldade de aprendizagem atualmente, faz-se necessário pesquisar sobre as raízes da mesma, desta forma, entendendo a diversidade de aprendizes que a escola abrange, é imprescindível fundamentar este estudo em um viés de pensamento que compreenda que a escola, sendo parte da estrutura social, pode se apresentar como um agente segregador e contribuinte para o fracasso escolar dos estudantes que estão à margem da sociedade. Sendo toda a obra freiriana uma forte literatura pedagógica, reflexiva e construtiva acerca das mazelas educacionais, as obras Pedagogia do Oprimido (1968), Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa (1996) e Pedagogia da Esperança: um

reencontro com a Pedagogia do Oprimido (1992) foram clássicos fundamentais no embasamento teórico deste estudo.

Nesse viés de pensamento estão Maria Helena Souza Patto, em sua obra pedagógica intitulada A produção do fracasso escolar – História de submissão e rebeldia (1990), e também a obra Que sabe quem erra? Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar (2013) escrita por Maria Teresa Esteban, em que a autora enfatiza o caráter excludente e discriminatório das escolas públicas, também contribuíram para o entrelaçamento das ideais e para a construção das reflexões apresentadas neste trabalho.

Outro autor que muito contribui com o tema abordado neste estudo é Moacir Gadotti. Na obra Concepção dialética da educação (1983), Gadotti discorre, principalmente, do pensamento crítico de que a escola é um espaço de reprodução da ideologia dominante, fazendo com que as novas gerações se adaptem ao modelo de sociedade já existente, sendo ela dominadora e excludente.

Desta forma, na perspectiva de Freire, Pato e Gadotti, infere-se que o fracasso escolar está extremamente ligado a teoria da classe dominante, disseminando implicitamente que o processo de construção da aprendizagem, seu sucesso ou seu fracasso é fruto exclusivamente do educando, tendo, na maioria das vezes o seu "sucesso" ou a sua "culpa" atribuída as suas condições sociais, legitimando ainda na contemporaneidade o caráter ideológico e dominante originário do processo de colonização que vivemos em nosso contexto histórico.

Sobre essa abordagem, o artigo Colonialismo e Colonialidade na educação: da denúncia ao anúncio da resistência propositiva popular (2021), escrito por Gercina Santana Novais e pelo orientador da pesquisa DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: um estudo à luz da educação problematizadora, Tiago Zanquêta de Souza, enriqueceu e embasou o pensamento reflexivo sobre o processo de colonização que dá origem a colonialidade vivida ainda nos tempos atuais. Segundo Souza e Novais (2021), os currículos e as legislações que regem a educação são disseminadoras de ideologias dominantes que são segregadoras e não contribuem para a emancipação e libertação dos sujeitos, baluartes da pedagogia freiriana. Além deste artigo, Souza possui obras que auxiliam na reflexão sobre o processo educacional, suas facetas e interrogações existentes na contemporaneidade e que, portanto, foram referências neste estudo.

Metodologia

O processo de pesquisa foi calcado na fenomenologia “husserliana” uma vez que buscou, através de todo movimento que abrangeu o ato inerente ao estudo, descrever e interpretar os fenômenos perceptíveis através da experiência humana que se faz viva no processo de crescimento dos estudantes. Tendo a fenomenologia como método de pesquisa, no processo de compreensão dos fenômenos humanos, possibilitou a reflexão dos resultados encontrados uma vez que são frutos das vivências cotidianas, da troca relacional que caracteriza os seres sociais que somos.

A abordagem da pesquisa se faz qualitativa uma vez que “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.11). Vale ressaltar que tal abordagem tem finalidade exploratória, uma vez que a questão inicial direcionadora do estudo vem das experiências do sujeito pesquisador atreladas aos resultados observados dentro do contexto da instituição escolar. Segundo Ludke e André (1986, p. 21) “Podem existir inicialmente, algumas questões ou pontos críticos que vão sendo explicitados, reformulados ou abandonados, na medida em que se mostrem mais ou menos relevantes na situação estudada”

Como parte importante da metodologia de pesquisa, foi realizada uma análise documental a fim de enriquecer e complementar os dados obtidos. Segundo Ludke e André (1986, p.38) constitui “uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Sendo assim, foram analisados o Projeto Político Pedagógico da escola, o plano de aula dos professores, assim como os resultados das avaliações internas e externas dos estudantes.

A pesquisa de campo, sendo também parte importante do método investigativo, consistiu na aplicação de formulários aos professores, pedagogos e gestores que atuam na instituição de ensino na qual será realizado todo o processo. Ao todo responderam ao

questionário 18 professores, 2 pedagogos e a diretora da escola em questão. A pesquisa calcada no método fenomenológico, de abordagem qualitativa, com finalidade exploratória, realizada por meio da pesquisa documental e da pesquisa de campo, valeu-se da aplicação de entrevistas com professores/as do 6º ano de uma escola estadual do estado de Minas Gerais.

A análise dos dados obtidos ocorreu a partir das concepções de Ludke e André (1986, p.45) em que para as autoras "analisar os dados qualitativos significa "trabalhar" todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis". Além dessa afirmação, os autores enfatizam que "a tarefa de análise implica, em um primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes" (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 45)

Bogdan e Bilklen (1982) recomendam que o pesquisador iniciante lance mão de uma série de estratégias, para não correr o risco de terminar a coleta com um amontoado de informações difusas e irrelevantes.

Portanto, de acordo com a visão dos autores citados, após todo trabalho de coleta, foram adotados procedimentos a fim de significar as informações obtidas em todo o processo de pesquisa e conseguir relacionar a prática da pesquisa de campo e documental realizada, aos estudos teóricos que subsidiaram o referencial utilizado para este estudo e assim, houve a teorização dos achados a fim de contribuir efetivamente com a comunidade acadêmica e com o público a que esta pesquisa se direciona.

Obtendo os cuidados éticos que a pesquisa exige e após a classificação e organização de dados realizou-se um processo de refinamento complexo que ocorre quando o pesquisar vai reportar aquilo que encontrou durante o processo investigativo. Sendo pertinente apresentar os dados de forma clara e coerente, como também "rever suas ideias iniciais, repensá-las, reavaliá-las, e novas ideias então podem surgir nesse processo" (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 49).

Neste estudo, através do levantamento dos dados colhidos em todo o processo

investigativo, complementado pelo referencial teórico, forma elencadas assertivas sobre a situação pesquisada que auxiliam professores e professoras a refletir criticamente sobre suas práticas pedagógicas no cotidiano escolar.

Concluindo, o método de análise consistiu no apuramento dos dados obtidos no processo investigativo de coleta, tendo como direcionamento estratégias que objetivam verificar o que realmente contribui efetivamente para os resultados. Feito essa apuração, foi realizada a relação com as bases teóricas que sustentaram a pesquisa a fim de contribuir com a comunidade acadêmica e embasar a produção do produto final fruto deste estudo, sendo este, uma trilha pedagógica que objetiva contribuir com a prática pedagógica docente a fim de, através do pensamento crítico reflexivo, minimizar as principais dificuldades de aprendizagem dos estudantes, oferecendo a todos uma educação que garanta os princípios da equidade.

Resultados e discussão

Durante o processo de pesquisa foi constatado que as dificuldades de aprendizagem são fruto de um processo de colonização que está presente na contemporaneidade que origina a dominação de uma determinada classe social sob diversas outras conhecidas como classes populares. Desta forma, há uma organização social de privilégios a uma determinada cultura, a um determinado saber que descaracteriza como ilegítimos todos os outros provenientes da vasta pluralidade cultural advinda da grande massa popular existente no país. Para cumprimento desse interesse dominador há a presença de um currículo não flexível, que concretiza dentro da instituição de ensino, a sobreposição da cultura elitista como forma de perpetuação do sistema opressor.

Compreender que as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes são, na verdade, a concretização da cultura hegemônica dentro das salas de aula foi uma compreensão árdua, resultado de análises e reflexões de todos os instrumentos utilizados e das vivências que possibilitaram a materialização deste estudo. Embora tenha sido árduo, a característica que mais sobressai neste processo é a característica de libertação. Compreender que os sujeitos agem, na maioria das vezes, por estarem envolvidos em uma teia dominadora, é emancipador no sentido da consciência que é necessário encontrar formas de resistir.

“Ensinar não é transferir conhecimento” (FREIRE, 2004, p. 21). Com as aparentes modificações no sistema educacional que vem surgindo ano após ano, essa uma das frases mais utilizadas por aqueles que defendem que o conhecimento não é algo transferível, e sim algo a ser construído pelos indivíduos. Desta forma

> É preciso insistir: este saber necessário ao professor – que ensinar não é transferir conhecimento – não apenas precisa de ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa de ser constantemente testemunhado, vivido. (FREIRE, 2004, p. 21).

Pesquisar sobre dificuldades de aprendizagem exigiu trilhar um caminho denso e contínuo em favor da análise que o processo propôs de refletir sobre o tema de forma problematizadora, crítica e reflexiva. A ação de analisar e compreender as produções científicas realizadas sobre o tema proporcionou o entendimento de algo que inverte a temática quando se trata da dualidade existente na relação entre professor x estudante. Neste viés, o estado do conhecimento construído para este estudo enfatizou que as dificuldades, na verdade, são dificuldades inerentes ao ato de ensinar e, portanto, o termo dificuldades de ensinagem.

Para Bíscaro (2001, p. 3)

> Os procedimentos pedagógicos adotados pelas professoras são algo vivo, que faz parte do cotidiano da sala de aula, mas, também, revelam o grande desafio que as docentes enfrentam nas escolas para tentar minimizar as dificuldades de aprendizagem, levando em conta o desempenho diferenciado dos seus alunos.

Conforme o exposto, tendo o currículo o aspecto de dominação de uma classe sob todas as outras, sendo formulado para garantir que os saberes escolares sejam aqueles voltados para uma classe restrita, os professores sendo direcionados por essa ferramenta excludente tornam-se, automaticamente, agentes opressores, sendo essa, uma ação inconsciente, pois, estando imersos em um sistema excludente e segregador, ao agir de forma que contribua para a perpetuação do sistema, é para eles a ordem natural das coisas.

O percurso feito para a concretização do presente estudo apontou para um lugar onde há a necessidade de ação reflexiva diante das constatações realizadas sobre o tema da pesquisa, sendo que, esse lugar constata que analisar e refletir sobre as dificuldades de aprendizagem

ultrapassa as barreiras exclusivamente educacionais indo para uma condição estrutural de uma sociedade marcada pela hierarquia entre classes.

> A escola não é somente um lugar de isolamento em que se vai experimentar, sobre uma grande parte da população infantil, métodos e técnicas avalizados pelo professor, enquanto "especialista competente", ou melhor, declarado como tal por autoridades legitimadoras de seus saberes e poderes; é também uma instituição social que emerge enfrentando outras formas de socialização e de transmissão de saberes, as quais se verão relegadas e desqualificadas por sua instauração. (VARELA e URIA, 1999, p.9).

Diante de todo o exposto, viu-se que as instituições escolares foram criadas para atender a interesses de uma sociedade que necessita manter a divisão de classes reforçando a relação de poder de um grupo em relação a outro, ou seja, a relação opressor x oprimido, tão enfatizada por Freire (2005). Sendo perceptível, portanto, que

> A educação do menino trabalhador não tem pois como objetivo principal ensiná-lo a mandar, senão a obedecer, não pretende fazer dele um homem instruído e culto, senão inculcar-lhe a virtude da obediência e a submissão à autoridade e à cultura legítima. Mas além disso, e como no século XIX as intenções ocultam-se menos que no presente, pode-se ler com frequência que "custam menos as escolas do que as rebeliões" com o que ficam suficientemente explicitados os benefícios que as instituições educativas de pobres trazem às classes no poder. (VARELA e URIA, 199, p. 13).

Através desta concepção de escola como reprodutora das desigualdades sociais, foi possível inferir através da análise documental, que mesmo tendo uma instituição de ensino que se diz acolhedora com vistas a preparar os estudantes para a vida social, objetivando seu crescimento global, os documentos que subsidiam a prática docente estão enraizados na prática de opressão, mesmo que nas entrelinhas de suas intenções. O caráter opressor confirmou-se através da análise da pesquisa de campo, em que, assim como nos documentos, a ação docente é baseada no que vem determinado pelo currículo, sendo este um instrumento implícito de manipulação, em que “professores e alunos, tronaram-se mais orientados por um controle externo, uma vez que este determinou a organização da totalidade do ensino por meio do estabelecimento de uma ordem sequenciada” (SACRISTAN, 2013, p. 18). Ordem essa que busca manter as relações de poder existente em nossa sociedade.

A estagnação a que foi verificada na análise da pesquisa de campo, subsidiada por uma estrutura social fortemente construída, e as ações decorrentes dela, sejam configuradas de forma explicita ou implícita, devem ser o primeiro passo de reflexão. Pois, o currículo como sendo o pilar principal vem fazendo o papel de controle social dentro das ações escolares. A não contestação do mesmo configura uma estagnação de pensamento e ações que fazem com que os interesses da classe dominante se perpetuem de forma controladora cumprindo a necessidade de manutenção da hierarquia existente desde o início de nossa história.

Como afirma Streck (2017), é necessário passar pelo processo de descolonização, ou seja, compreender que vivemos em uma sociedade controladora o que faz com que, mesmo de forma inconsciente, sejamos sujeitos opressores dentro de um sistema sedutor que nos condiciona impedindo, por vezes, de refletir criticamente sobre a realidade que nos cerceia. Desta forma "é preciso vigiar, resistir e propor, pois saltam aos olhos as evidências da onda neoconservadora, capaz de destruir conquistas sociais e direitos humanos e ampliar a regulação das várias dimensões da vida das pessoas." (NOVAIS e SOUZA, 2022, p. 39).

Como forma de resistir frente as ações de dominação que incidem de forma imperativa sobre a vida dos sujeitos, a Resistência Propositiva Popular, ocupa um lugar de enfrentamento ao que vem sendo perpassado de gerações e gerações. É fato que a categoria resistência não é simples, uma vez que exige uma consciência ampla e uma visão macro do que impede a prosperidade de todos. Para Novais e Souza (2022, p. 46)

> A insegurança, a incerteza, a dúvida, o nervosismo e a ansiedade representam o medo que pode configurar alienação, ou seja, o medo que paralisa diante do futuro. Um medo de correr o risco da aventura de criar, sem o qual não há criação. Um medo que estimula o formalismo, que limita a vontade de transformar, de primar pela liberdade.

É esse medo que impede que professores e gestão pedagógica busquem outras alternativas que vão além do currículo para auxiliar estudantes que apresentam dificuldades em compreender o que é proposto porque o que é proposto não foi pensado para eles. Apesar da dificuldade de pensar diferente, faz-se urgente a ação de adequar o sistema de escolarização. "É, por isso, adequado falar de pedagogias como reconhecimento da pluralidade e diversidade de práticas educativas. Isso representa uma necessária crítica e tentativa de superação de

interpretações totalizantes da realidade e das práticas às quais sempre somos seduzidos." (STRECK, 2017, p. 190).

Destarte, a Resistência Propositiva Popular protagoniza uma ação importante e necessária diante das incertezas que as classes populares vivem diante de uma sociedade que massifica e oprime toda forma de pensar e ser diferente daquilo e daqueles que são privilegiados. "Dessa forma, é necessária a ousadia, intimamente ligada à coragem de arriscar, de passar pela experiência da resistência propositiva popular, o que permitirá que o sonho se torne realidade: a realização da libertação, da alteridade, da emancipação e da autonomia." (NOVAIS e SOUZA, 2022, p. 46).

É necessário, portanto, pensar nesta possibilidade como forma de combate, de enfrentamento e de avivamento da pluralidade cultural e então, reformulação de práticas educativas que busquem a relação horizontal educando/educador e educador/educando (FREIRE, 2005) onde a hegemonia de saberes se desconfigura dando lugar a troca advinda da valorização do outro.

Considerações finais

A conclusão do processo de pesquisa elucida que a origem das dificuldades de aprendizagem está na organização secular da estrutura social que divide as classes de forma opressora, com princípios do neoliberalismo e neocolonialismo. Sendo a escola um espaço social, essa divisão também ocorre na instituição de ensino, em que a organização curricular congrega para a continuação dos princípios de dominação e opressão. Portanto, as dificuldades de aprendizagem são decorrentes da não valorização da diversidade de saberes e por consequência disso, observou-se que, na verdade, as dificuldades são de ensinagem, uma vez que professores e equipe pedagógica não conseguem lidar com a diversidade que caracteriza a educação popular. Considera-se diversidade todo o tipo de público que diverge daquele que é o socialmente prestigiado dentro da perspectiva dominante.

É na/pela libertação e emancipação humana que a resistência propositiva popular surge. Parte do objetivo geral deste estudo foi buscar alternativas para minimizar os efeitos negativos que as dificuldades de aprendizagem, que se tornaram dificuldades de ensinagem, acarretam na vida dos sujeitos. Entendendo que as dificuldades são fruto de uma relação secular de poder, foi possível inferir que para minimizar tais efeitos é preciso que haja a resistência frente ao sistema. Lutar contra as "situações limite" eleva os sujeitos a um posicionamento reflexivo, crítico e prático diante das injustiças que são cometidas todos os dias por uma prática que busca, a todo custo, a manutenção do poder. Injustiças essas, que dentro da sala de aula, se configuram através da nivelação da aprendizagem a um só saber, e todos aqueles que se encontram abaixo desse nivelamento são rotulados, desacreditados e fadados a um fracasso não só escolar, mas a um fracasso social, pois estar abaixo desse nivelamento o reduz a um futuro na condição oprimida de "ser menos".

As análises dos documentos e dos questionários respondidos pelos participantes da pesquisa revelaram uma prática pedagógica perpetuadora de ações opressoras. Tendo como base o currículo, viu-se ações segregadoras e excludentes, mesmo que de forma implícita e inconsciente. E é sobre essa inconsciência de prática dominadora que este estudo objetiva suscitar a necessidade do despertar para a importância da resistência como forma de combate a todos os atos que descaracterizam os saberes construídos através da experiência social que todos os grupos possuem, em sua essência como seres humanos diversos.

Por fim, é possível considerar que o objetivo proposto foi alcançado, afinal foram compreendidas as raízes das dificuldades de aprendizagem, raízes essas que estão firmadas em uma estrutura forte, opressora, excludente. Foi cumprido também o objetivo de encontrar caminhos para enfrentar o que, hegemonicamente, é considerado como dificuldade de aprendizagem, especialmente por considerar que as dificuldades são de ensinagem, pelos/as professores, o que suscita uma outra possibilidade de formação inicial e continuada, que se dê por meio de um currículo não universalista e contra hegemônico. Afinal, resistir é luta, é conscientização, é práxis emancipadora.

A finalização da pesquisa revelou a necessidade latente de trilhar um caminho necessário. Já trilhado por muitos, que também enxergaram a importância da educação na vida

dos sujeitos, e deixaram seus vestígios de resistência para que, os próximos possam chegar a um lugar que eleve o ser humano a sua própria prática libertadora, sempre na perspectiva do “ser mais”.

Referências

BÍSCARO, I. Dificuldades de aprendizagem ou dificuldades no processo ensinoaprendizagem?: um estudo de caso. 2001. Dissertação. (Mestrado) - Centro das Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001. 124 p.
BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto – Portugal. Porto Editora, 1994.

ESTEBAN, Maria Teresa. O que sabe quem erra? Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. 3ª Ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 42.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo . Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE. Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório.10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios. 2015.

PEREIRA, V.A; JESUS, D.S DE; CATARINO, E.M; PEREIRA, T. C. B. Dificuldades de aprendizagem no contexto escolar: possibilidades e desafios. Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais, Luziânia, v.2 n.2, p. 27-36, 2021.
SACRISTÁN, José Gimeno. Saberes e Incertezas do Currículo. Porto Alegre: Penso, 2013

SOUZA, Debora Elianne Rodrigues de. Uma compreensão da representatividade de famílias no contexto escolar: um estudo fenomenológico. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2015.

SOUZA, Tiago Zanquêta de.; NOVAIS, Gercina Santana. Colonialismo e colonialidade na educação: da denúncia ao anúncio da resistência propositiva popular. Debates em Educação. Maceió. Vol. 13, Nº. 31, Ano 2021, p.527-550. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10544

STRECK, D. R. Descolonizar a participação: Pautas Para a Pedagogia latino-americana. Educar Em Revista, p. 189–202, 1 set. 2017.

VARELA, Julia., ALVAREZ-URIA, Fernando. A Maquinaria escolar. Teoria & Educação. São Paulo, n. 6, p. 68-96, 1992.

TECITURAS COLETIVAS DE REDES DE SOLIDARIEDADE E EMANCIPAÇÃO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

Luiza Utikava[1]
Lucas da Silva Conceição [2]
Ana Carolina Andrade Farias[3]
Débora Costa Mendonça[4]
Maria Lidiany Tributino de Sousa[5]

Palavras-chave: Educação Popular em Saúde. Movimentos Sociais. Extensão Popular. Participação. Emancipação.

Contextualização:

Durante a pandemia de COVID-19 em 2020, o Brasil teve como desafios, não apenas os efeitos diretos do vírus, mas também o agravamento de desigualdades a partir das políticas neoliberais desenvolvidas pelo governo. Negacionismo científico, insegurança alimentar, fome, desemprego e negligência por parte do estado no enfrentamento à crise caracterizaram o momento histórico.

Como resposta, coletivos populares buscaram a promoção do cuidado entre si, do povo pelo povo, através da construção de redes de solidariedade ativa e mediando os saberes pela educação popular em saúde. Foram articuladas cozinhas solidárias para a distribuição de alimentos, produção e distribuição de máscaras, além da atuação de lideranças populares em saúde que de forma voluntária, a partir dos conhecimentos tradicionais e populares, buscaram organizar a população e produzir cuidado politizado com discussão de garantia de direitos, ficando conhecidos como Agentes Populares de Saúde. Neste sentido, destacou-se a iniciativa Mãos Fraternas, na cidade de Recife, com

[1] Graduanda, discente do curso de Psicologia da UFPB, luiza.utikava@academico.ufpb.br
[2] Graduando, discente do curso de Psicologia da UFPB, lucas.lk2814@gmail.com.
[3] Graduanda, discente do curso de Psicologia da UFPB., ana.carolina9@academico.ufpb.br.
[4] Coordenadora Nacional do Projeto Mãos Solidárias, Militante do MST/PB, mendoncadeb@gmail.com.
[5] Doutora em Saúde Coletiva, psicóloga, docente do curso de Psicologia da UFPB, maria.tributino@academico.ufpb.br.

ações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento Mãos Solidárias, à época representado pela Brigada Popular Solidária Dom Hélder.

É a partir deste contexto, que se insere o Projeto de Extensão O Povo Cuidando do Povo, vinculado ao Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba. Em 2022, o projeto participou da formação de 150 agentes populares em diferentes assentamentos do estado, em parceria com o Setorial de Saúde do MST e a Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP-PB). Atualmente, tem atuado em duas frentes: o apoio ao Programa de Formação de Agentes Educadores Populares de Saúde (AgpopSUS) e as ações do Mãos Solidárias.

O programa, vinculado ao Ministério da Saúde por meio da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), expressa o esforço pelo resgate e pela reconstrução de políticas estruturantes do Sistema Único de Saúde (SUS), em especial as Políticas Nacionais de Educação Permanente, de Educação Popular em Saúde e as de Promoção da Equidade. Articulado junto aos movimentos sociais, busca a implementação do artigo 198 da Constituição Federal de 1988, que descreve, no seu item III, a Participação da Comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde.

O Projeto de Extensão tem acompanhado, junto ao MST, duas turmas de educandos em quatro assentamentos no litoral norte da Paraíba. Esses territórios são caracterizados por histórias de luta e resistência contra os latifúndios, mas também pela negação de direitos como educação, saúde e segurança. A consolidação das turmas tem se mostrado como mais uma forma de resistência com o retorno aos saberes populares em saúde como plantas medicinais, rezadeiras e parteiras, além do fortalecimento de iniciativas comunitárias de combate à fome e promoção da alimentação saudável sem veneno.

A formação está dividida em 6 eixos com 1 encontro mensal, dois eixos já foram integralizados. No primeiro encontro, buscou-se a caracterização do que é ser agente, destacando os princípios da autonomia, solidariedade ativa e coletividade. No segundo, buscou-se a caracterização dos territórios com o incentivo à investigação dos dispositivos do SUS existentes, principais agravos e principais potencialidades em saúde observados.

As atividades, para além de momentos de formação, também tem se estruturado enquanto espaços de integração da comunidade, onde dificuldades e desejos são

compartilhados e debatidos, soluções são pensadas e encaminhadas, fortalecendo o SUS, efetivando seus princípios e rompendo o ciclo de marginalização das comunidades.

Em paralelo, o Mãos Solidárias fortaleceu-se na área urbana da capital paraibana através da Brigada Popular Paula Oliveira Adissi, como parte da nacionalização do movimento. Nesse contexto, o projeto já reuniu uma média de 80 participantes na Grande João Pessoa, em sua maioria, estudantes e professores universitários, contando com a presença de três extensões universitárias, dentre elas o projeto O Povo Cuidando do Povo, além de membros de outros movimentos populares.

Com essa proposta, na segunda metade de 2024, a Brigada Popular iniciou sua atuação pela aproximação de algumas comunidades de João Pessoa através de atividades que serviram como uma abertura para a criação de vínculos. Em outubro, foi organizada uma ação de dia das crianças que contou com a inauguração de uma geladeira literária, atividades lúdicas, lanche e a distribuição de mudas para os moradores. Durante o evento, os brigadistas atuaram junto com lideranças da ocupação, utilizando o espaço para a realização das atividades, o que favoreceu a troca entre os que estavam chegando e os que já estavam lá. A ideia da ação não era a ação por si só, mas a possibilidade de construir em conjunto com a comunidade um movimento que permanecesse para além daquele momento.

Na mesma linha, foi realizado um cinedebate no mês da Consciência Negra, também como uma forma de estabelecer um vínculo. Na ação, os brigadistas ocuparam a casa da associação de moradores junto com lideranças da comunidade para a preparação de um jantar que seria distribuído após a discussão. Durante o cinedebate, foi discutido o lugar da mulher negra na periferia e a realidade específica da comunidade, o que permitiu a aproximação da Brigada com o território.

Após esses momentos, foram mantidos diálogos com as duas comunidades, que se mostraram abertas à proposta do movimento. A partir disso, foi pensada a organização da primeira cozinha solidária de João Pessoa que pretendia chegar a esses territórios. Assim com a Campanha do Natal Sem Fome, ocorreu uma ceia coletiva que marcou a inauguração da Cozinha Josué de Castro que atualmente funciona todas as terças-feiras com a participação de moradores das comunidades na distribuição das marmitas.

Refletindo com a experiência:

A partir das experiências vivenciadas, ficaram evidentes as potencialidades promovidas a partir do encontro com e da comunidade. As rodas de conversa funcionaram como um espaço de vazão para os conflitos vivenciados, com compartilhamento de experiências, desafios e construção coletiva de soluções.

A formação dos Agentes Populares nos assentamentos da Paraíba, atualmente, tem ocorrido através da mobilização dos educandos e educadores em conjunto com o MST. Durante os módulos iniciais do curso, não houve verba de custeamento da turma, situação que foi superada através da resistência dos militantes para garantir que a formação acontecesse dentro dos territórios. Nesse sentido, os agentes, desde seu surgimento, são resistência de um modelo de saúde que se constroi através do coletivo, do saber popular em saúde e da compreensão das necessidades de saúde local. Com a organicidade e militância, apesar dos desafios enfrentados, os agentes reafirmam que saúde faz parte de um projeto de bem viver coletivo que, historicamente, para as populações periféricas urbanas e rurais, é garantido através da luta, da solidariedade e construção coletiva.

O acesso a espaços de saúde para a população do campo, em diversos contextos são atravessados por dificuldades, como a distância para os dispositivos e falta de acesso à transportes. Nesse cenário, investir na educação popular é ampliar o acesso da população a possibilidades de saúde enraizadas nos saberes populares e na luta pelo SUS. Os agentes são, também, mobilizadores sociais que participam do Controle Social, a fim de esperançar e conquistar o acesso do povo aos equipamentos e políticas de saúde.

Apesar do Mãos Solidárias ter se estabelecido no meio urbano a partir das Cozinhas Solidárias, seu objetivo foi muito além disso. As marmitas foram, além de uma ação de combate à fome, um espaço de construção de outras formas de organizar a sociedade para além dos modelos capitalistas e neoliberais. Destarte, a cozinha abre portas para a transformação política das periferias a partir da criação de vínculos e redes de solidariedade popular, em defesa da reforma agrária e da emancipação através das lutas urbanas no país.

Em ambas as comunidades, o diálogo estabeleceu-se identificando potencialidades e fragilidades tanto da comunidade quanto da Brigada, de modo que fossem traçadas estratégias conjuntas de transformação da realidade. Por meio da cozinha, o movimento

pôde inserir turmas de alfabetização nas comunidades, além de acolher e cooperar com demandas específicas de cada território. Assim as cozinhas operaram como um dispositivo de criação de vínculo e mapeamento das forças que atravessam as comunidades e na construção de uma rede de solidariedade que permite repensar os moldes hegemônicos crescentes no país.

Foram construídas estratégias que provocassem reflexões e mudanças nas realidades de opressão vividas dentro dessa comunidades. Dessa maneira, a educação popular possibilita espaço para a construção coletiva e crítica da vida individual e social das classes populares no qual se constroem formas de agir, pensar e sentir coletivamente e onde se elaboram coletivamente projetos de transformação social.

Destacamos como desafios sobretudo o que foge da lógica hegemônica, quando se propõe uma construção coletiva em um sistema individualista e neoliberal que caracteriza o Brasil atualmente. Foi um processo de muita discussão compreender o lugar dos extensionistas e membros dos movimentos sociais, enquanto um grupo crescente, que está chegando nos territórios para que houvesse uma forma de agir sólida que não fosse pela via da imposição e do salvador branco. Assim, foi preciso construir uma forma de pensar para além do binário eles-nós, para que ao entrar nas comunidades, a ação fosse em conjunto e não separada.

Além disso, o fazer popular dentro de um sistema capitalista acarreta dificuldades estruturais, como a falta de serviços de saúde em territórios do MST, a falta de apoio financeiro para manter as cozinhas solidárias e as turmas de educação popular em saúde, as pressões contra os territórios ocupados, por parte da elite, entre outros. Desse modo, as ações dependem de um potencial de criação paralela à falta de direitos básicos da população, o que denominou-se em coletivo como “pedagogia do fazimento”, isto é, a ação e reavaliação constante como uma aposta em novas realidades, muitas vezes com pouca estrutura e grandes possibilidades de falha.

Os aprendizados ocorreram no sentido de compreender o propósito da educação popular, no contexto nacional, enquanto um fazer revolucionário, que pode transformar realidades apesar das forças contrárias. O saber popular, embora marginalizado, ainda é o que está trazendo políticas públicas para as periferias, condições básicas de existência e espiritualidade.

A UNIÃO ENTRE PESQUISA E A EXTENSÃO PARA O FORTALECIMENTO DE UMA INICIATIVA DE FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO EM NATAL, RN

Luiz Henrique Aparecido Silvestre[1]
Maria Emília Bezerra Rodrigues[2]
Washington José de Sousa[3]

Resumo:

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) são uma estratégia de financiamento coletivo voltada para a inclusão financeira e este relato apresenta os resultados de uma pesquisa-ação desenvolvida pela Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS/UFRN) em parceria com o Fundo Rotativo de Amigos radicado na zona norte de Natal, RN. O relato apresenta a trajetória do fundo, analisando seu crescimento financeiro, os desafios de gestão e os impactos sociais da iniciativa. Desde sua criação, o patrimônio acumulado cresceu significativamente, impulsionado por elementos que caracterizam o capital social, taxa de juros praticadas e facilidade de acesso. Observou-se que o modelo do fundo prioriza encontros mensais presenciais, regularidade no pagamento e laços de confiança e reciprocidade, que garantem a total adimplência. Desafios na gestão foram identificados, levando à implementação de melhorias, como a padronização dos formulários, digitalização e conferência dos registros de 53 reuniões. Os resultados demonstram que o fundo rotativo solidário pode ser instrumento eficaz de inclusão financeira e fortalecimento comunitário, destacando-se a importância da governança participativa e da transparência na gestão. Além disso, o estudo reforça a necessidade de adaptação contínua das práticas organizativas para garantir a sustentabilidade do fundo e ampliar seu impacto social.

Palavras-chave: Fundo Rotativo Solidário. Microfinanças. Economia Solidária. Pesquisa-Ação.

Introdução

Os fundos rotativos solidários (FRS) fazem parte de um arcabouço de estratégias denominadas Finanças Solidárias, que englobam também os bancos comunitários e as cooperativas de crédito solidário, cumprindo atividades designadas como microcrédito, fornecimento de crédito com condições que são mais adaptadas à realidade dos apoiadores e que não oferecidas setor bancário tradicional. Faz, também, parte das microfinanças, segmento de serviços financeiros diversos (microcrédito, microsseguros, micropoupanças, entre outros) de pequena escala para negócios e famílias (Barreto, 2016).

Este modo de relacionamento remonta aos períodos pré-capitalistas, objeto de estudo de Polanyi (2021), que destacou que, em tempos pregressos ao capitalismo, a economia estava imiscuída (*embedded*) nas relações sociais, sendo a segunda predominantemente subordinada

[1] Mestre e Doutorando em Administração na UFRN, bacharel em Administração, docente da UFVJM, e-mail: luiz.silvestre@ufvjm.edu.br
[2] Graduanda em Administração,, bolsista de IC do Pibic/ CNPQ, email:maria.rodrigues.710@ufrn.edu.br
[3] Doutor em Educação, bacharel em Administração, docente do PPGA/UFRN e coordenador da Oasis, email: washington.sousa@ufrn.br

à 

primeira. O autor identifica formas de integração que são expressos pelos princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade, que, com o advento da sociedade de mercado, o Estado transforma, de maneira compulsória, trabalho, terra e dinheiro em mercadoria, pautado no lógica do auto-interesse e da acumulação.

Van Bastelaer (1999) afirma que as associações de poupança e crédito rotativos são respostas de um grupo socialmente à exclusão do mercado de crédito e uma e uma maneira de cristalizar relações sociais em um sistema informal de crédito interno, cujas primeiros registros históricos remontam aos séculos XII ou XIII, no Japão. Van Bastelaer aponta que essas associações representam diversificação em relação aos grupos de poupança, sendo que estes são constituidos por individuos que, regular ou irregularmente, depositam e o valor é devolvido a todos no final de um ciclo, não havendo o empréstimo rotativo.

Singer (2002) aponta que quando a renda das famílias é baixa demais para que possa amealhar reservas suficientes para enfrentar adversidades, precisam de empréstimos para sobreviver a periódicas crises econômicas, a intempéries meteorológicas, a perdas de colheitas, a epidemias etc. Quanto estão marginalizados do sistema financeiro convencional, seja por documentação e/ou garantias exigidas, ficam periodicamente à mercê dos agiotas, que aproveitam o ensejo para transformar uma emergência num laço perpétuo de dependência e exploração, mediante dívidas que nunca se resgatam e sempre se expandem por efeito dos juros não pagos. Adicionalmente, mesmo que consigam acessar o sistema de crédito convencional, as taxas de juros praticadas podem gerar um ciclo de rolagem de dívida que comprometerá uma parcela cada vez maior da renda familiar.

Quando da disseminação dos fundos rotativos solidários, no início do século XXI, as justificativas se centravam na dificuldade de acesso e exclusão financeira de populações pobres. No entanto, passadas duas décadas, hoje o cenário é diferente. Ainda pouco explorado na literatura é o impacto da inclusão financeira via serviços digitais para a população mais pobre e a sua real capacidade de promover oportunidades reais de melhoria das condições de vida dessa população, e não o seu empobrecimento.

A bibliografia sobre o tema destaca o capital capital social como elemento central que sustenta a ação coletiva. O capital é um tipo de recurso que contempla a confiança, as normas e redes que podem aumentar a eficiência da sociedade ao facilitar ações coordenadas

para a realização de objetivos que seriam inalcançáveis sem ele (Putnam, 1997). Quando mobilizado, reduz a incerteza quanto a atitude de outros, diminui comportamentos egoístas e amplia as possibilidades de cooperação e alcance de objetivos que envolvam ação coletiva, como manejo de recursos naturais, redução do crime e acesso a crédito, sendo este último caso um exemplo icônico é o Grameen Bank, criado pelo economista e professor bengalês Muhammad Yunus, sendo o banco pioneiro no oferecimento de microcrédito (Yunus, 2011).

O acesso a crédito para as camadas mais pobres foi ampliada com a emergência das Fintechs que, segundo Banco Central do Brasil , são empresas que introduzem inovações nos mercados financeiros por meio do uso intenso de tecnologia, com potencial para criar novos modelos de negócios (BCB, 2025). Apoiadas pela disseminação do acesso a internet e smartphones, as Fintechs foram regulamentadas pela Resolução nº 4.656 de 26 de abril de 2018 do Conselho Monetário Nacional. Veronese e Bertrand (2023) estudaram o potencial disruptivo das Fintechs que, com a tecnologia da informação, possibilitaram a inclusão financeira por oferecer produtos mais simples e/ou encontrando novas maneiras de atender clientes considerados menos atrativos. Mas a conclusão dos autores é que a profusão destas empresas não geraram competição no setor de crédito, mas sim uma cooperação com o oligopólio estabelecido pois as taxas de juros mensais e anuais são mais altas ou ficam na média daquelas oferecidas pelas instituições bancárias tradicionais que comparadas entre as modalidades mais comuns: crédito rotativo de cartão de crédito, empréstimos não consignados e empréstimos consignados.

Ou seja, se a inclusão financeira e o acesso ao crédito hoje é maior que no início do século, o custo do dinheiro é alto. Segundo relatório da PWC (2024) sobre as Fintechs no Brasil, as taxas de juros aplicadas, em 2023, foram: 242% ao ano (a.a.) para o cartão de crédito rotativo; para microcrédito foi de 84% a.a., 61% a.a para cartão de crédito parcelado e crédito pessoal não consignado de 20% a.a. Segundo relatório, a taxa média do crédito pessoal aplicado pelas Fintechs, em 2023, foi de 68,4% a.a., superior à média de 54,2% registrados pelo BC, sendo que a explicação as menores garantias exigidas, aumentando o risco de suas operações. De maneira geral, o alto custo de capital no Brasil depende, essencialmente, da taxa básica de juros da economia e também da concorrência do setor. Ou seja, mesmo com a entrada das Fintechs, a estratégia de acumulação do capital continua a mesma: altas taxas de juros.

Diferentemente do sistema financeiro convencional, no qual um empréstimo/financiamento é solicitado por um cliente que fará pagamentos, ajustados a taxas de juros do mercado, mediante um contrato e apresentação de garantias, no FRS ocorrem empréstimos/financiamento individuais ou coletivos e a sua devolução é voluntária. O modelo mais comum é o fundo monetário (fundos não monetários envolvem a circulação de produtos como animais, sementes…), no qual valores são concedidos para um indivíduo, família ou coletivo, que adquire máquinas, equipamentos ou insumos e, após um período de produção, realiza a devolução em dinheiro. Neste caso diz-se que é um fundo financeiro/monetário. Já em um fundo não monetário há a cessão de produtos, como é o caso de sementes e animais, e a restituição também é feita em produtos.O financiamento, em geral, é o investimento em alguma atividade produtiva no qual o indivíduo compromete-se com a devolução voluntária diante do grupo dos participantes. A não devolução do valor devido não implica penalidade burocrática com ações judiciais, mas a sanção do grupo quando há quebra proposital do compromisso assumido (Barreto, 2016).

Segundo estudo de Barreto (2016), que utilizou dados sistematizados pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e Ministério da Integração Nacional, entre 2011 e 2012 havia 584 experiência de FRS no Brasil, atendendo aproximadamente 330 mil pessoas, sendo que o diagnóstico foi encerrado sem um mapeamento completo pudesse ser realizado. Contatou-se que 64% das experiências estavam no nordeste brasileiro, especialmente no semiárido, principalmente no meio rural. Contatou-se também que, de modo geral, o número de financiamentos de empreendimentos familiares é maior que o de empreendimentos coletivos. As devoluções ocorrem quase na sua totalidade, ou seja, a inadimplência é muito baixa pois existe alto comprometimento dos envolvidos

Este trabalho apresenta os resultados e os aprendizados construídos a partir do intercâmbio de conhecimentos entre a Oasis e o grupo de amigos que participam de atividades em uma associação de Idosos situada na zona norte de Natal (RN), que criaram, com investimentos mensais próprios, um Fundo Rotativo Solidário que podem atender despesas de curto prazo, como compras de gás, remédios, combustível, até investimentos que exigem prazo e montantes maiores, com devolução voluntária, sustentado pelos laços de confiança e solidariedade de seus membros. Neste trabalho não será especificado o nome da associação e,

na 

maior parte dos casos, será utilizado o termo grupo para mencionar a organização informal do fundo, remetendo assim ao grupo de amigos.

No fundo rotativo dos amigos deste caso, os tomadores de empréstimos são os proprietários do fundo, ou seja, são os que aportam recursos e também desfrutam de suas vantagens: se por um lado pagam juros, estes serão distribuídos entre os amigos na forma de ganhos coletivos. Estão assim num sutil equilíbrio na definição da taxa: nem tão baixa a ponto de ter perdas reais (avaliado de forma subjetiva) já que também esperam retorno futuro quando da retirada, mas nem tão alta em detrimento dos tomadores de empréstimos, já que o objetivo é possibilitar o acesso ao crédito em condições mais favoráveis que àquelas oferecidas pelo mercado convencional.

O primeiro contato entre a equipe da Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias (Oasis) e a Associação de Idosos ocorreu em 2017, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, organizada pela Oasis e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nesta oportunidade discutiu-se sobre economia solidária e apresentada a tecnologia social do fundo rotativo solidário.

A OASIS é uma organização vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) fundada em 2006 e, desde 2009, exerce a função de incubadora de organizações emergentes no campo da economia solidária. Sua missão é promover o letramento e a iniciação científica por meio da extensão universitária, buscando integrar o conhecimento acadêmico com as práticas sociais. Nesse contexto, a OASIS desenvolve projetos na temática da economia solidária, educação alimentar e agricultura familiar através de feiras de ciências, hortas comunitárias e apoio à trabalhos como o desenvolvido no fundo rotativo, com o objetivo de incentivar e apoiar o fortalecimento dessas iniciativas.

Em função de laços históricos, em 2024 houve um novo contato entre os dois grupos que solicitou apoio frente ao crescimento da iniciativa e a necessidade identificada pelo grupo de aprimorar a gestão em função da complexidade adquirida. A iniciativa é ainda mais relevante pois é a única conhecida, com estas caracteristicas, no Rio Grande do Norte: fundo formado integralmente com capital investido pelos próprios membros e gerenciado por eles mesmos (sem uma estrutura de apoio de entidades de assessoria).

O objetivo deste trabalho é apresentar a experiência de pesquisa-extensão desenvolvida no âmbito da parceria entre a Oasis e o Fundo Rotativo entre Amigos da zona norte de Natal, Rio Grande do Norte. Especificamente:

- Caracterizar a organização do fundo rotativo solidário e as mudanças ocorridas;
- Sistematizar os dados fundo rotativo solidário, visando consolidá-lo e difundí-lo;
- Caracterizar o processo de desenvolvimento e implementação de melhorias;
- Fortalecer os laços entre os participantes pela melhoria dos processos de gestão social;
- Divulgar e estimular a formação de iniciativas similares;

Metodologia

Pautado no fortalecimento das iniciativas que buscam superar as restrições impostas e na valorização do saber-fazer adotou-se a pesquisa-ação a serviço do conjunto da sociedade, articulando ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa-ação é uma metodologia participativa que incorpora a abordagem da ecologia de saberes proposta por Santos (2009), visando a construção de sociedades e comunidades sustentáveis, que demanda da universidade uma atuação integradora de suas funções, de seu corpo acadêmico, dos atores sociais. A pesquisa-ação situa os sujeitos envolvidos (universidade e comunidade) no processo educativo, para investigação, construção de conhecimentos, interações e mudanças pessoais e sociais, dentro de situações e problemas sociais, mesmo quando se trata de questões aparentemente técnicas, numa perspectiva da ecologia de saberes (Thiollent e Colette, 2020).

Na pesquisa-ação proposta numa perspectiva emancipadora, vários pontos de vista são comparados, dando lugar à triangulação dos dados e possíveis interpretações dos significados, e o aprendizado conjunto (pesquisadores e membros das situações) com base nas experiências compartilhadas (Thiollent e Colette, 2020). Esta diversidade de pontos de vista foram necessárias para que se pudesse entender o motivo pelos quais estavam fazendo daquela maneira e também para proposição e avaliação das melhorias. Como a pesquisa-ação se mostra adequada pelo seu caráter prático, em estreita associação com uma ação ou solução de um problema coletivo, para a equipe universitária não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios acadêmicos, mas, mas de desempenhar um papel ativo na realidade dos fatos observados (Thiollent, 2005).

Diferentes fontes e técnicas de coleta de dados foram utilizadas nesta pesquisa: observação

não-participante, registros físicos e a pesquisa-ação para tratar de um problema específico. A primeira reunião entre a equipe universitária e os amigos ocorreu em julho de 2024, e visou a mútua apresentação entre a equipe universitária e os amigos, a observação do rito da reunião e alinhamento de expectativas. Já na primeira reunião observou-se a existência de registros detalhados, feitos em diversas fichas, sendo parte arquivada enquanto outras (cadernetas individuais) permaneciam em posse individual, . Esta riqueza material reafirma a caracterização deste grupo como um caso pois, além das características únicas ressaltadas anteriormente, a existência e o acesso a registros históricos possibilita uma análise multidimensional. Os registros (fichas) são atualizados durante as reuniões e, em comum acordo, optou-se por copiá-los digitalmente para que os originais se mantivessem preservados e sob os cuidados do grupo de amigos, já que se trata de material de conteúdo sensível e, até então, o único histórico das transações, o que de imediato já atendeu a uma expectativa do grupo, que era a digitalização, preservando os dados.

Após a primeira reunião começou-se a traçar uma proposta metodológica. Adotou-se a observação não-participante, buscando apreender aparências, eventos e comportamentos, na qual o pesquisador-extensionista atua apenas como espectador atento que, apoiado num roteiro de observação, registra ocorrências que interessam à pesquisa (Godoy, 1995). A equipe universitária, visando preservar a dinâmica do grupo, esclareceu que nas primeiras reuniões o objetivo era conhecer a dinâmica do grupo e fortalecimento dos laços, já que se tratava de propor melhorias e mudanças no que estava sendo feito, e também a apuração exata de valores monetários, o que gera o risco de conflitos. Nas reuniões, a equipe atentou-se para os discursos, o rito, temas debatidos, sentimentos demonstrados, a distribuição de papéis e tarefas, lideranças, conflitos e materiais gerados. Todos estes elementos foram fundamentais para uma aproximação exitosa e com menor impacto na dinâmica do grupo.

Desde o início desta parceria (julho de 2024) até março de 2025, foram realizadas 13 participações em reuniões que, com o passar do tempo e estreitamento das relações, também incluíram conversas individuais e desenvolvimento de propostas de melhorias na organização do grupo.

Assim, a observação não-participante foi uma característica marcante nos primeiros 6 meses de interação entre a equipe de pesquisadores-extensionistas e o grupo de amigos, havendo um esforço de sensibilização já que parte da equipe estava realizando suas primeiras

atividades de extensão, cabendo ao grupo ajudar-nos nessa capacitação dos universitários em campo, contornando assim a expectativa por contribuições imediatas. Assim, buscou-se estabelecer uma relação horizontal, partindo da compreensão mais profunda sobre o que está sendo feito pelo grupo e do contexto envolvido antes de propor modificações. Sempre que a equipe universitária era questionada durante este momento de observação, a prioridade era destacar pontos positivos (como o faço de haver registros históricos de todas as reuniões) e, quando questionados sobre o que poderia ser melhorado, eram discutidos aspectos aspectos mais simples, como a falta de espaço adequado nas fichas, que gerava dificuldade na leitura dos dados (apresentados na seção Resultados e Discussão).

Resultados e discussão

A) Caracterização do Fundo Rotativo Solidário

O Fundo Rotativo Solidário dos Amigos, apesar do nome, é formado em sua maioria por mulheres (10 mulheres e 2 homens) e foi constituído por pessoas que participavam de atividades promovidas pela associação de idosos, mas que tem participação de pessoas de outras faixas etárias (neste caso, parentes), e também agrega artesãs e artesãos que ofertam seus produtos na sede da associação. Desse público, metade são aposentados.

Como o fundo foi criado em 2017, a primeira saída ocorreu em 2020, gerando então o primeiro desafio: a apuração do valor a ser distribuído e a decisão sobre recomeçar ou não. Não há registros sobre a movimentação financeira daquele período, mas foi apurado que houve uma divisão entre os 13 participantes, sendo que 12 decidiram recomeçar. Há de se ressaltar que as movimentações, naquele período, foram menores já que o objetivo era atender necessidades de menor monta, o que facilitou a apuração do valor, e que as reuniões eram semanais.

Os 13 remanescentes constituíram o novo fundo, sendo estabelecida a contribuição individual mensal de R$ 5,00, além de R$ 1,00 para a caixinha de eventos (para custear confraternização de final de ano) e R$ 1,00 para multa em caso de ausência à reuniões. Com reuniões mensais sempre às segundas quartas-feiras de cada mês (data escolhida por ser após o dia 10, popularmente compreendido como dia de recebimento de salários), são sempre presenciais, e os membros colaboram com uma taxa fixa mensal, que aumenta o patrimônio do fundo, com a possibilidade de também realizar uma contribuição especial, variável. Ambas

as 

contribuições aumentam o montante disponível para empréstimo. A contribuição para eventos, que vai para uma “caixinha”, foi concebida para custear eventos comemorativos, mas que tem atendido a empréstimos mais rápidos e de menor valor, que devem ser pagos, impreterivelmente, até a reunião seguinte, sem juros.

B) Crescimento do Fundo e Movimentações Financeiras

A análise dos registros revelou um crescimento do patrimônio: em 2020, o patrimônio acumulado era de R$ 617,00, em 2021 saltou para R$3.252,50; em 2022, alcançou R$7.030,10; em 2023, para R$11.074,95 e em 2024 chegou a R$16.292,00. Este crescimento se deve aos constantes depósitos e também a taxa de juros praticadas, que era de 10% durante boa parte da série histórica. Mesmo com esta taxa, o grupo ainda assim considerava o empréstimo atrativo pela facilidade de acesso e também por ser inferior aos juros cobrados no crédito rotativo oferecido por instituições formais.

Os empréstimos concedidos pelo fundo também apresentaram crescimento considerável. Em 2020, o valor total sacado foi de R$1.100 diluídos em 8 empréstimos realizados. Em 2021, foram realizados 20 empréstimos, totalizando R$1.540. No ano de 2022, o número de empréstimos foi de 12, somando R$3.300. Em 2023, houve um aumento para 24 empréstimos, com um total de R$3.150 subsídios. Em 2024, os empréstimos aumentaram ainda mais, atingindo 36 operações e um montante de R$5.685,75. Já em 2025, até fevereiro, foram realizados 5 empréstimos, totalizando R$6.079,50. Em relação aos juros cobrados sobre os empréstimos, a taxa manteve-se estável em 10% entre 2020 e 2023 e, em 2024, houve uma redução para 5%

C) Funcionamento das Reuniões e Dinâmica Social

Um primeiro desafio para a equipe universitário foi entender a predileção por reuniões e pela movimentação de dinheiro em espécie, por dois motivos: a vida universitária sofreu modificações substanciais durante e após a pandemia, com a relativa normalização de reuniões e eventos virtuais, e ii) a emergência e popularização do PIX em 2020, apresentado como instrumento de inclusão financeira e facilitação de transações eletrônicas (BCB, 2024) .

Neste sentido, Barreto (2016), em pesquisa que antecede a implementação do PIX, ressalta que era o meio mais comum o ressarcimento em espécie. Percebe-se que a estratégia

fundo rotativo de não usar o PIX está intimamente relacionada com o fortalecimento do capital social, tal como identificado por Van Bastelaer (1999) que examinou como este reduz o custo de informações imperfeitas que são congênitas às Microfinanças. Segundo autor, as principais fontes de capital social para o Grameen Bank são o relacionamento contínuo, o que ratifica as informações coletadas com os membros do grupo, que é a necessidade de reuniões presenciais, sempre na segunda quarta-feira do mês, data esta escolhida por ocorrer, geralmente, após o dia 10 que comumente é entendido como dia de recebimento para os assalariados. A adesão ao PIX, pode, mesmo que realizado durante as reuniões presenciais, ser um elemento que distancie, paulatinamente, os membros, reduzindo o capital social, já que poderia ser feito à distância.

A disciplina de pagamentos também foi um elemento identificado em campo, sendo reforçado o compromisso com as reuniões, que em apenas uma oportunidade não ocorreu na segunda semana. A reunião é, impreterivelmente, o momento em que todos pagam a parcela de seus empréstimos, sendo que nenhuma inadimplência foi registrada. A disciplina com o pagamento também é reforçado com os empréstimos mais rápidos, feitos com os recursos da "caixinha', já que foi reforçado, durante as reuniões, que se pegar emprestado, desta fonte, na semana da reunião, o tomador terá que restituir o fundo na reunião daquela semana.

Se os empréstimos de curtíssimo prazo, menores, não geram juros e devem ser pagos em 30 dias ou menos, os empréstimos maiores podem ser divididos em, no máximo, 6 parcelas, Dowla (2006) aponta que prazos curtos são comuns em programas de microfinanças de Bangladesh, caracterizando-os como um instrumento de de suavização de renda e não de investimento que, assim, cria um relacionamento contínuo e fortalece o capital social.

O compromisso com o crédito é observado no caso de ausência, o que exige justificativa e também compreensão principalmente nos casos de pessoas que estão trabalhando no horário, verificou-se que o dinheiro é enviado para a reunião, o que reforça o compromisso com a pontualidade. Seibel e Torres (1999) observaram também que as normas de comparecimento regular em reuniões e a insistência no reembolso pontual nas Filipinas foram fatores que aumentaram o sucesso de iniciativas que buscaram replicar a experiência do Grameen Bank,

As conexões fortes e o relacionamento próximo também são elementos presentes. O fundo rotativo entre amigos foi formado por um subgrupo que já participava de atividades na

associação de idosos e também de parentesco entre os participantes. Atualmente há atividades físicas, palestras, atividades de produção e comercialização solidária das quais participam e que também funcionam na associação, o que torna o contato ainda mais frequente. Na literatura, Karlan (2007) estudou os bancos de vila criados pela FINCA no Peru e observou que a presença de conexões sociais mais fortes com seus colegas de grupo (ou seja, morando mais perto ou sendo de uma cultura semelhante) proporciona maior taxa de poupança e também de pagamento.

Observa-se que a reunião é forjada para ser um momento de encontro, de convivência, e não apenas de pagamentos e recebimentos. Antes de seu início há um clima descontraído e termina com lanche. Esta descontração pode trazer problema de registros durante a reunião, pois conversas atravessam os acertos que estão sendo feitos, gerando erros nas anotações.

Observou-se que as tarefas são dividas entre, basicamente, 4 pessoas que as executam simultaneamente durante a reunião: uma realiza a coleta das contribuições mensais, confecciona as notas promissórias e faz anotações nas cadernetas individuais. Cabe a uma segunda pessoa apurar as parcelas que devem ser pagas, receber os pagamentos das parcelas dos empréstimos e realizar novos empréstimos. A uma terceira está a gestão da caixinha e a quarta realiza a consolidação das informações sobre as operações realizadas, lendo em voz alta o que foi apurado no dia. A separação de tarefas, além de não gerar sobrecarga, é uma forma de distribuir a responsabilidade sobre o manuseio do dinheiro e dos registros, gerando corresponsabilidade na gestão. Dowla (2006), ao estudar filiais do Grameen Bank em Bagladesh, identificou a divisão no manuseio dos registros e do dinheiro e o caracteriza como um fator que impede a apropriação indébita e confere um senso de propriedade aos membros.

Se é inegociável a divisão de tarefas devido aos benefícios gerados, discute-se a possibilidade de melhorar esta divisão, preferencialmente criados momentos distintos na reunião: i) coleta das contribuições, ii) recebimento dos empréstimos, iii) novos empréstimos e, iv) consolidação. Tal proposta deve ser discutida pois a reunião, por ser realizada durante a tarde de um dia de semana, não pode ser muito extensa.

Se a divisão de tarefas aumenta o comprometimento, a corresponsabilidade e a transparência, uma prática chamou a atenção: todo o valor arrecadado no dia (em contribuições e pagamentos de parcelas) é emprestado, ficando o mínimo possível no caixa.

Tal prática tem dois efeitos: o primeiro é que não há interesse em deixar o dinheiro parado, ou seja, é necessário que as pessoas se beneficiem de um recurso considerado de baixo custo. O segundo efeito é a transparência: não há dinheiro centralizado nas mãos de uma pessoa, ele está sempre circulando e, a cada reunião, todos sabem a quantidade de dinheiro na mesa que, consequentemente, será fragmentado em empréstimos.

Se o empréstimo de todo o valor arrecadado inibe a desconfiança caso o valor ficasse centralizado, por outro lado percebeu-se uma fragilidade nos registros que, em função do montante já acumulado, gerará dificuldades na apuração das cotas individuais, problema este que já estava sendo percebido e que gerou o contato com a equipe da Oasis.

D) Artefatos

Primeiramente é importante ressaltar que a existência de registros de todas as 53 reuniões, em excelente estado de conservação, e implementados de maneira autônoma pelo grupo, é um ponto forte. Observou-se também tentativas de melhorar os registros ao longo desse período, dadas as mudanças implementadas nos formulários. Mas ainda assim, fragilidades foram encontradas e soluções estão em implementação para aprimorar os registros. Se há um sentimento de que, em função das estratégias adotadas, não há como haver desvios, por outro a mesma sensação não se verifica quanto aos registros, não que alguém esteja sendo beneficiado, mas a questão é se o valor dos saldos realmente reflete o montante que está em circulação. Tratamos deste problema a seguir.

Inicialmente os depósitos e empréstimos eram registrados em apenas uma folha e nas cadernetas individuais. Percebe-se que o modelo adotado inicialmente não foi elaborado para o contexto do grupo: o valor registrado nem sempre refletia o cabeçalho da coluna, os espaços das linhas e colunas eram pequenas, o que se tornava um problema ainda maior quando ocorriam erros e rasuras, com várias anotações nas margens do formulário. O grupo, autonomamente, tentou melhorar os registros, criando seu próprio formulário, com colunas adaptadas, mas ainda permanecia único, mantendo os problemas com rasuras e espaço suficiente para registro dos valores de forma legível. Anotações feitas a mão passam a ser anexadas a esta folha, porém sem um padrão que permitisse a identificação precisa dos acontecimentos ali registrados. Frente a estes problemas, propostas de mudanças foram feitas: apresentou-se, para o grupo, os problemas identificados para a recuperação das

informações e, num processo de coleta de sugestões, melhorias estão sendo implementadas: i) respeitando a divisão de trabalho implementada e já analisada anteriormente, a necessidade de se ter 4 formulários, um para cada função exercida na reunião; ii) aumento dos espaços para inserção dos valores; iii) os formulários desenvolvidos contemplam todas as anotações, que antes eram feitas erraticamente; iv) cada formulário tem saldos que são transferidos para outros formulários, possibilitando a conferência de valores durante a reunião. Assim, os formulários em implementação e que já estão recebendo novas sugestões de melhorias, feitas pelo grupo de amigos, respeitam a divisão de tarefas e mantém a prática do preenchimento manual.

Foi aventada a possibilidade de informatização do processo utilizando planilhas eletrônicas, o que evitaria erros ocasionados por operações aritméticas que foram encontrados e também por uma questão de legibilidade dos números. Tocar neste ponto exigiu da equipe um grande cuidado pois o grupo implementou mecanismos que evitam o desvio de recurso porém as anotações poderiam comprometer este sentimento, já que erros comuns na apuração de saldos e rasuras dificultavam ao grupo, naquele momento, saber exatamente o montante que possuíam. O patrimônio total era simples de ser apurado: bastava saber quais parcelas estavam em aberto, o que era facilmente conferido nas notas promissórias. No entanto, as anotações das cadernetas e formulários não coincidiam e acumulavam erros de anos e a apresentação destes dados corrigidos exigiu compreensão por parte dos membros do grupo sobre os erros aos quais o modelo atual de registro poderia levar.

Uma primeira proposta foi o desenvolvimento de uma planilha eletrônica que apura saldos, os confronta e consolida dados após cada reunião mas que, no entanto, sua utilização durante a reunião não é viável devido aos recursos informáticos disponíveis e pela velocidade com a qual os registros são feitos, devendo assim priorizar o protagonismo do grupo. Assim, o uso da planilha será feita após as reuniões, na qual os dados colhidos em papel serão transferidos, saldos conferidos para, na emergência de erros, serem apresentados na reunião seguinte. Inicialmente este trabalho será feito pela equipe de extensão que tem acompanhado as reuniões presenciais.

Um ponto que fragilizava o grupo era o regimento do fundo, pois seu conteúdo não refletia o que estava em prática e, portanto, não servia como referencial para balizar as discussões e sanar conflitos. O regimento existente era o da constituição do fundo e que as

modificações eram anotadas pelos próprios membros em suas cópias dos membros, gerando diferenças de conteúdo. Percebeu-se que também não havia um documento único, de referência, onde eram registradas as mudanças e, por isto, o primeiro passo foi digitalizar e discutir, em reunião, o seu conteúdo e realizar atualizações em um documento de referência. Taxas de juros praticadas, modalidades de contribuição, número de parcelas e empréstimos por pessoa, critérios para distribuição do montante em caso de dissolução do grupo, informações básicas que não constavam ou estavam desatualizadas, gerando conflitos.

Junto com a discussão do regimento ventilou-se a questão da adesão de novos membros, o que também não estava previsto. Dowla (2006) observa que o tamanho do grupo no desempenho dos programas de microfinanças ainda está sujeita a debate na literatura, mas aqueles com maior sucesso possuem homogeneidade principalmente em termos de localização, gênero e níveis de renda e parentesco. A opção do grupo foi o de não aceitar novos membros pois o grupo já se conhece e tem montante poupado relativamente alto, e considera que a trajetória conjunta, de aumento gradativo dos empréstimos, tem um papel de fortalecer os laços. A opção do grupo, por sua vez, foi o de realizar a sistematização de sua trajetória e compartilhar sua experiência com outros grupos.

Considerações finais

A realização da pesquisa-ação no âmbito parceria entre Oasis e o grupo de amigos que criaram o fundo rotativo solidário se mostrou proveitosa tanto para a comunidade universitária, que teve a acesso a uma experiência considerada única no estado e de compará-la com a literatura sobre o tema, ao passo que construíram, junto com os atores envolvidos, um diálogo para identificação de possíveis melhorias e condições para implementá-las, dentro das condições e limites locais.

A experiência tem sido exitosa pois as melhorias em implementação tem sido bem recebidas e recebem críticas do grupo, visando aperfeiçoamentos, o que só é possível em função da relação de confiança construída ao longo do tempo, dada a postura adotada pela equipe de observar e valorizar o que estava sendo feito, e também do grupo de amigos que teve a disposição de explicar sempre que necessário e de compreender que as soluções não seriam dadas exclusivamente pela equipe, mas construídas e testadas durante a parceria.

Referências

BARRETO, S. S. **Os fundos rotativos solidários no Brasil:** uma perspectiva a partir do mapeamento dos fundos de 2011-2012. IPEA, 2016.

BCB Banco Central do Brasil. **Fintechs.** Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/fintechs. Acesso em: 18 fev. 2025.

BCB Banco Central do Brasil. **Banco Central lança versão 2024 do Relatório de Economia Bancária.** Disponível em: https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20425/noticia. Acesso em: 3 mar. 2025.,

DOWLA, Asif. In credit we trust: Building social capital by Grameen Bank in Bangladesh. **The Journal of Socio-Economics**, v. 35, n. 1, p. 102-122, 2006.

GODOY, A. S.. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20–29, maio 1995.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação:** as origens políticas e econômicas de nossa época. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto,2021, 412 p.

PUTNAM, R. D. 1997. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.

PWC. **Crescimento movido a flexibilidade e resiliência**. PRICEWATERHOUSECOOPERS, 2023. Disponível em: . Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-72.

SEIBEL, Hans Dieter and Torres, Dolores (1999) "Are Grameen Replications Sustainable, and Do They Reach the Poor?: The Case of CARD Rural Bank in the Philippines," **Journal of Microfinance** / ESR Review: Vol. 1: Iss. 1, Article 7.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária** / Paul Singer – 1ª ed. –. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

THIOLLENT, Michel Jean Marie; COLETTE, Maria Madalena. Pesquisa-ação, universidade e sociedade. **Revista Mbote**, v. 1, n. 1, p. 042-066, 2020.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 14 edição. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

VAN BASTELAER, Thierry, Imperfect Information, Social Capital and the Poor's Access to Credit (October 1999). **IRIS Center Working Paper** No. 234.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática, 2011. 343p.

KARLAN , Dean S. Social Connections and Group Banking, **The Economic Journal**, Volume 117, Issue 517, February 2007

SABERES POPULARES E EPISTEMOLOGIAS HEGEMÔNICAS: UMA ANÁLISE DA ANCESTRALIDADE NO CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

Rebeca Nayla Viturino dos Santos

Resumo:

A atual estrutura curricular educacional é composta por um projeto de educação que aniquila os saberes ancestrais étnicos/raciais, atravessados por um sistema de exclusão que advém do apagamento sobre quem pode produzir conhecimento e quais são os saberes validados perante o ensino e a sociedade. Com isso, a presente pesquisa busca teorizar sobre possibilidades de educação mais democrática que valorize os diferentes cenários culturais da diversidade Brasileira. Tal estrutura curricular, metodológica e filosófica precisa ser embasada na historicidade dos sujeitos socialmente, economicamente, politicamente e subjetivamente excluídos. Entende-se que mesmo que diferentes pessoas possam compreender situações sociais e teorizar sobre as mesmas, quem possui argumentos de autoridade sobre essas situações são os grupos que possuem experiências com essas realidades. Com isso foi feito um levantamento teórico sobre autoras e autores que abordem as diferentes possibilidades de atuação e prática acerca do tema abordado, teorizar sobre a produção desses conhecimentos nos permite não só uma reparação histórica como visibilizar sujeitos que são invisibilizados por toda história de vida e educacional.

Palavras-chave: Palavra. Palavra. Palavra. Palavra. Palavra. Saber Ancestral. Saber Popular. Cultura e Educação.

Introdução

No Brasil, a contextualização educacional se dá pela imposição da historicidade e cultura do colonizador, suas metodologias não foram condizentes com a realidade do nosso país desde a época das invasões até os dias de hoje. Os apagamentos desses conhecimentos surgem inicialmente como invisibilidade, depois como proibição e hoje em dia é excluído por falta de legitimação e uso nas estruturas de base educacional até a universidade.

A problemática dessa questão gira em torno de um certo tipo de saber que continua sendo reproduzido por uma elite intelectual branca, “O epistemicídio, isto é o apagamento sistêmico de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos ``. (RIBEIRO, 2019.p 61). Que por sua vez não é reconhecido academicamente e desvalorizado pedagogicamente no currículo escolar Brasileiro.

Ao tangermos sobre o sistema educacional brasileiro e suas formas de atuações, principalmente no sistema básico de saúdo é bastante notório como se configura os processos de invisibilidade dos intelectuais negros e negras, das influências dos conhecimentos perpassados pela oralidade de xamãs, das formas ritualísticas de fazendeiros e agricultores que cuidam de suas terras e famílias com ensinamentos que são passados de gerações em gerações garantindo a sobrevivência dos parentes.

Tais práticas populares não são consideradas científicas por não fazerem parte das diretrizes educacionais, esses procedimentos são vivos e ativos na vida de sujeitos que por muitas vezes não são reconhecido socialmente como detentores de conhecimentos e por isso são excluídos socialmente e racialmente.

Segundo Hooks (2013), é preciso problematizar a valorização de um “certo tipo de saber” propondo uma educação transgressora de espaço seguro. Desta forma, é inexorável transformar a pedagogia educacional para alcançarmos o desenvolvimento de uma consciência de si e do meio (sejam eles oprimidos ou opressores), através da possibilidade de ressignificar o que é o saber e superar essas práticas para que a educação escolar se torne inclusiva.

Visto que há uma exclusão pela racialidade que é conferida pela relação de poder, Freire (1987), explana sobre o contexto em que se divide os povos entre opressores e oprimidos. Os que oprimem são considerados cidadãos, colonizadores, branquitude e classe econômica mais

alta, já os oprimidos são reconhecidos como: não cidadãos, negros, marginalizados, estigmatizados e os de classe baixa economicamente.

De igual forma, frente a narrativa colonizadora, a construção do saber popular é apagada junto a subjetividade dos povos originários, de parteiras, rezadeiras e agricultores no processo violento de permanência nas margens, sendo aniquilados no âmbito sócio-espacial, compondo o grupo de subalternos com seus saberes invisibilizados, segundo Carneiro (2014), é a educação colonizadora que gera o epistemicídio, segue sua afirmação:

> Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidia no escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio [...] (CARNEIRO, 2014).

A falta de reflexão diante dessas questões constitui no sistema de discriminação racial que por sua vez não é percebido dentro dos espaços educacionais e é quase que inexistente socialmente. Segundo Hooks (2013), para repensar soluções para tal realidade se faz pertinente retira-la da invisibilidade, onde precisa-se questionar tal idealização sobre um sujeito universal, o branco colonizador através de uma pedagogia crítica e feminista com novas possibilidades de dar aula para diferentes alunos.

É de responsabilidade governamental a reparação histórica da exclusão do multiculturalismo dos saberes no âmbito educacional escolar, com a instituição da lei de políticas públicas nº 11.645, de 10 março de 2008, a inserção do estudo da cultura e historicidade Afro-Brasileira e dos povos indígenas é urgente. “Não se pode mais

sustentar o discurso de desenvolvimento, que, com suas raízes coloniais justifica visões excludentes" (ACOSTA, 2015, p. 34). Mesmo em face da norma, as condições de igualdade material e metodológica ainda não se configuram como realidade.

Como educação popular destaca-se as metodologias de rodas de conversas que é um movimento circular caracterizado pelas raízes das tradições indígenas que se multiplicam atravessando gerações e se tornando cultural, seus conhecimentos sobre cuidados pessoais, rituais espiritualistas, os costumes agrícolas, hábitos alimentares, as estruturas de sobrevivência como a caça e a pesca, bem como as habilidades medicinais focadas na natureza.

A justificativa da pesquisa dá-se na importância de compreender a diversidade educacional dos grupos populares e os conhecimentos ancestrais, encontra-se a relevância de legitimar esses saberes como conhecimentos científicos nas práticas pedagógicas de educação repensando os processos de colonialidade, busca-se compreender como essas práticas ocorrem em sala de aula, podendo ser avaliadas e revistas as concepções metodológicas e pedagógicas no ensino básico de educação da rede pública.

Metodologia

A pesquisa em andamento caracteriza-se como um estudo descritivo-exploratório, estruturado em duas etapas metodológicas interdependentes. A primeira etapa consiste em uma pesquisa bibliográfica contínua, desenvolvida ao longo de todo o processo investigativo. Para a construção da fundamentação teórica, são mobilizadas fontes como livros, artigos científicos, teses, dissertações e análises históricas, bem como materiais disponíveis em plataformas digitais. O estudo se ancora em categorias fundamentais para a compreensão da Extensão Popular, como Saber Ancestral, Saber Popular, Cultura e Educação, buscando articular essas dimensões no diálogo com práticas de resistência e a construção de "inéditos viáveis".

A segunda etapa, a ser desenvolvida futuramente em um contexto de pesquisa de campo, utilizará o método hipotético-dedutivo com os temas envolvidos. Nessa fase, serão aplicados procedimentos metodológicos qualitativos, incluindo entrevistas semiestruturadas e rodas de conversas.

O percurso metodológico proposto busca integrar teoria e prática, respeitando os princípios da Extensão Popular ao possibilitar que os sujeitos envolvidos se reconheçam como protagonistas no compartilhamento e na ressignificação de saberes. Como produto dessa experiência, pretende-se consolidar os aprendizados e reflexões por meio da produção de um livro que não apenas registra as vivências e experiências individuais e coletivas, mas também contribui para a ampliação da percepção crítica dos participantes sobre si e sobre a realidade social na qual estão inseridas.

Resultados e discussão

No Brasil, existe uma concepção de que a educação por si pode nos livrar da ignorância, da desigualdade e é objeto de salvação, mas precisamos questionar que tipo de educação estamos falando, já que no modelo hodierno podemos mencionar que essa prática advém de um liberalismo perverso de falsa inclusão que gera uma nova forma de exclusão.

Sobretudo de direitos, pois se contrapõe às prerrogativas em face dos grupos dominantes. “Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania. José Mujica disse que transformamos pessoas em consumidores, e não em cidadãos” (KRENAK, 2017, p. 24). É percebido que na prática temos um grupo em menor quantidade que detém privilégios sob uma quantidade maior de pessoas colocadas como espécie de sub-humanidade.

Contudo, percebemos que ter um conhecimento científico é necessário para as vias de debate e conquista de lugares de fala, territorialização e aquilombamento na luta antirracista, Precisamos de uma narrativa contra hegemônica que possa revolucionar essas práticas dominadoras, podendo ser reestruturadas através das rodas de conversas com os movimentos circulares culturais, educacionais, ritualísticos e tradicionais dos grupos excluídos.

É preciso problematizar a educação, já que ela por si mesma não é suficiente para o verdadeiro processo de emancipação enquanto cidadania. “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentiras, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história.” (ADICHIE, 2019, p. 14). De modo que a própria busca pelo conhecimento também pode criar práticas educativas escolares que não negligenciam a história e reconhecimento identitário de diversos grupos subalternizados.

A exclusão retratada acima é marcada pelo apagamento encontrado na narrativa abordada por Kilomba (2019) “porque lembro de ter parado de escrever por mais de um mês. Eu me tornei temporariamente sem voz. Fui claramente excluída (white-cut) e estive esperando ser escuramente incluída (black-in)”. Por via democrática se faz necessário rever o projeto de educação aniquiladora da cultura ancestral na estrutura curricular desde a base educacional.

Ao refletirmos sobre exclusão é importante pensarmos que a compreensão desse contexto necessita vir de quem vive tal realidade, não podemos esperar que outras pessoas tenham a voz de falar pelo o povo que já vive às margens, gente que precisa ocupar o centro e por isso precisa falar, ser ouvida e validada. Reconstruir a produção de saberes é aceitar que algo deve mudar, que os conceitos precisam ser revistos e as diferentes realidades precisam vir à tona para integrar a diversidade de conhecimento e cultura existente no Brasil.

A inserção dos saberes populares podem advir das mudanças na democracia brasileira. “A consolidação do processo de democratização, em nosso país, terá que passar necessariamente pela desnaturalização das formas com que são encaradas as práticas discriminatórias e, portanto, geradoras de processos de exclusão” (WANDERLEY, 2001, P.25). Para que as metodologias raciais sejam incluídas no contexto escolar e os/as/es alunos/as/es sejam emancipados da educação colonizadora podendo se reconhecer nos contextos educacionais.

Ao retratar o governo como um dos responsáveis por essas exclusões, é abordado junto a ele a classe dominante por configurar uma educação que silencia as pessoas negras, racializadas, povos originários e marginalizadas ao mesmo tempo em que acende as pessoas brancas e dominantes pelo colonialismo educacional e institucional.

É importante traçarmos um paralelo com a leitura da frase do antropólogo e político brasileiro Darcy Ribeiro (2019) “A crise na educação brasileira não é uma crise, é um projeto” o que se "constitui" como crise é na verdade um projeto que alimenta o aniquilamento da cultura e a perpetuação de seus saberes populares.

Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão

social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. (Sposatti apud Wanderley, 2001, p. 20).

O conceito de Epistemicídio utilizado no projeto fundamentado por Sueli Carneiro (2005) aqui se faz necessário ao entendermos como as/os sujeitas/os étnicos-raciais são desqualificados em suas produções de conhecimento, podendo juntar-se aos povos originários, marginalizados e tudo/todos aqueles que não sejam beneficiados com o colonialismo.

A principal tendência da educação popular atualmente está em práticas com referências nos grupos populares, o resgate da ancestralidade e uma pedagogia transgressora. Isso quer dizer que para encontrarmos esses saberes precisamos observar como esses grupos se originam, se constituem, se relacionam, se movimentam e no que acreditam.

Nas formas de educação popular que permeiam a tessitura cultural, dentro dessas experiências de trocas, encontramos elementos que integram saberes e ancestralidade pelos quais acontecem transmissões de conhecimento. Percebemos que esses saberes fazem parte de uma herança que circula de geração em geração, se (re)constrói, dialoga e se multiplica com o passar dos anos por meio de uma vivência diária fundamentada pela cultura popular (Santos e Lage, 2019. P. 219).

Dentre as culturas populares remos os saberes indígenas, em que, por exemplo, na aldeia os anciãos/as ensinam às crianças o saber da tribo: “Tudo que se sabe aos poucos se adquire por viver muitas e diferentes situações de trocas entre pessoas, com o corpo, com a consciência, com o corpo-e-a-consciência”. (BRANDÃO, 2002 p. 07). Entende-se por cultura a história de populações que transcorre por gerações através da oralidade de maneira interna a cada grupo, de forma material e imaterial em suas características de manifestações artísticas, tipos de saberes, medicinas, idiomas, entre outros.

Estudar as configurações culturais faz parte do empenho de quem trabalha e estuda esse âmbito. Santos e Lage (2013, p. 213), discorrem sobre “(...) educação fundamentada em saberes populares e ancestralidade. Fazem parte de uma herança que circula de geração em geração (...)”. Esse modelo educacional integra os saberes do cotidiano na diversidade dos grupos subalternizados, com essa circunstância faz-se necessário reconhecer esses conhecimentos

O círculo é um elemento notável na estética da cultura afro-indigena-brasileira, como: rodas de samba, rodas de capoeira, jongo, maculelê entre outros. As religiões de matrizes africanas são praticadas em círculo como por exemplo, o candomblé e a umbanda onde os estudos dos seus saberes religiosos são refletidos em formato de rodas de conversas.

As rodas de conversas "são estratégias político-libertadoras, que favorecem a emancipação humana, política e social de coletivos historicamente excluídos". (BEDIN e PINO, 2016, p. 1414). Desse modo, alinhada com nosso arcabouço teórico, ela se aproxima como a metodologia que mais se alinha para se atingir os objetivos almejados, dar visibilidade à fala e conhecimentos populares a partir das experiências pessoais dos integrantes da roda no espaço escolar.

Para além de formas de transmissão de conhecimento é preciso pensar a educação como via de acesso a transgressões de lugares, de hábitos, de empatia, de solidariedade, de respeito e acessibilidade. Só é possível pensar práticas democráticas quando tais ações constituem a realidade cotidiana de estudantes que veem nas diferentes possibilidades de salas de aulas os diferentes modos de se fazer educação.

Considerações finais

Diante do que foi exposto conclui-se que, a ciência institucionalizada trazem à tona conhecimentos que por vezes não condiz com a realidade do povo Brasileiro, filhos que estudam na escola sobre a cultura do colonizador enquanto por vezes os conhecimentos dos pais agricultoras, dos familiares indígenas, das avós parteiras, rezadeiras sequer são apresentados em sala de aula seja em aspectos objetivos e/ou subjetivos.

Dentre as várias manifestações culturais dos povos subalternizados temos como expressão cultural as batalhas de rap, estilo musical de origem Jamaicana que surge na década de 60 e nos anos 70 se torna batalhas de rap/rima nos Estados Unidos. Trazem hoje em dia uma significância na identidade no negro, dos periféricos, dos sujeitos que nascem e crescem com um lugares quase que predestinados ao olhar social.

De tal modo os movimentos circulares são utilizados por benzedeiras e rezadeiras na cabeça dos sujeitos que buscam o benzimento e por parteiras como forma de cuidado e preparo

na barriga das gestantes. Esse movimento representa mais que um símbolo, mas a proximidade entre a teoria e a prática, entre uma geração e outra, entre a cultura de um povo e seus ritos, entre o conhecimento da própria realidade e de seu povo.

Os saberes dos subalternos não estruturam a pedagogia escolar Brasileira, ainda que seus ancestrais mantenham essa cultura em casa nas escolas são quase inexistentes, pois, pouco se fala desses saberes e não se utilizam dessas filosofias para articular normas escolares, para desmistificar crenças religiosas no combate ao racismo e nem desfrutam dos cuidados medicinais da natureza que são passados de geração em geração no leito familiar.

É preciso combater crenças e estigmas que a educação colonizadora inseriu “goela abaixo”” nos povos originários e escravizados que foram trazidos para o Brasil com a obrigação de manter crenças, valores, hábitos, e normas que se constituíram no parâmetro do colonizador. Uma educação que se sustenta nas relações de poderes, em diálogos superficiais sem práticas reais, que acredita “no dia do índio” mas não debatem seus direitos, que acredita no “ dia da consciência negra” mas não exercita suas culturas não é uma educação democratizada.

Diante disso, entende-se que há cultura nos grupos marginalizados, há conhecimento em diferentes áreas, povos e de diferentes formas. O que se torna preocupante é em qual lugar esses coletivos são postos, como há sofrimento na ausência do reconhecimento de suas identidades, de suas ciências, modo de vida e crenças. A reparação histórica é urgente.

Referências

ACOSTA, A. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo. Editora: Elefante, 2015.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BEDIN, E.; DEL PINO, J. C. **Rodas de conversa na universidade**: formação docente tecnológica em ciências: metodologias de cunho interdisciplinar. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FORMACIÓN DE PROFESORES DE CIÊNCIAS, 7., 2016, Bogotá. Memórias... Bogotá: Facultad de Ciencia y Tecnología/Universidad Pedagógica Nacional, 2016. p. 1414-1415.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.
BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. 339 f. (Doutorado em Filosofia da Educação) – FE/USP, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, S. Epistemicídio. Geledés, São Paulo, 4 set. 2014. Disponível em: https://www.geledes.org.br/epistemicidio/. Acesso em: 01 maio 2024.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas/Fundação Biblioteca Nacional, 20118.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Freire, P. (2002). **Educação como prática da liberdade.** São Paulo: Paz e Terra.
HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo. Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação:** episódios de racismo cotidiano.Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São ´Paulo: Companhia das letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral.** São Paulo: Companhia das letras, 2022.

RIBEIRO,D. **Sobre o óbvio.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RIBEIRO,Djamila. **O que é lugar de fala?** 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO,Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Milton. Cidade mutiladas. In: LENER, Júlio (Ed). **O Preconceito.** São Paulo: IMESP, 1996/1997, p. 133-144.

SANTOS, O. A. C. R. dos; LAGE. A. C. **Educação e saberes populares: ancestralidade de mestras e mestres da oralidade.** Revista de Educação Popular, Uberlândia, MG, v. 18, n. 1, p. 209-221, 2019. DOI: 10.14393/rep-v18n12019-46165. Disponível em: <http://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/46165>. Acesso em: 24 maio. 2024.

WANDERLEY. M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. IN. SAWAIA, B (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis: Vozes, 2001. P. 16-27. _____

CONHECIMENTO POPULAR E PRÁTICAS DE SAÚDE: O USO DE PLANTAS MEDICINAIS POR RAIZEIROS DE CARUARU

Janaina Karin de Lima Campos[1]
Isabela Nunes de Barros[2]
Iasmine Andreza Basilio dos Santos Alves[3]
Amanda Soares de Vasconcelos[4]

Resumo: O uso de plantas medicinais como prática terapêutica remonta às civilizações antigas e continua relevante devido ao seu impacto social, cultural e econômico. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 80% da população dos países em desenvolvimento utilizam conhecimentos tradicionais em saúde, principalmente pelo uso de plantas medicinais. No Brasil, esse saber é especialmente significativo, pois o país abriga cerca de 20% da biodiversidade mundial. Com a pandemia de COVID-19, as infecções das vias respiratórias (IVAS) ganharam destaque devido à sua alta morbimortalidade, especialmente em populações vulneráveis, como crianças e idosos. Nesse contexto, esta pesquisa investigou o conhecimento tradicional dos raizeiros da Feira de Caruaru sobre plantas medicinais utilizadas no tratamento das IVAS, além de avaliar a veracidade científica dessas indicações. Os raizeiros demonstraram amplo conhecimento sobre plantas medicinais, mas, em alguns momentos, minimizam riscos e interações medicamentosas, ressaltando a necessidade de um diálogo estruturado entre saberes populares e acadêmicos. A transmissão oral desse conhecimento, majoritariamente entre mulheres e no núcleo familiar, torna-o vulnerável à perda, agravada pela baixa escolaridade dos entrevistados, o que dificulta iniciativas educativas. Além disso, houve resistência na assinatura do TCLE, evidenciando desconfiança em processos formais e barreiras ao reconhecimento institucional desse saber. Dessa forma, torna-se fundamental fortalecer ações que promovam a integração entre academia e medicina tradicional, por meio de projetos de Educação Popular em Saúde, garantindo a valorização e segurança no uso de plantas medicinais.

Palavras-chave: Conhecimento Popular. Plantas Medicinais. Extensão Popular. Terapias Complementares.

[1] Doutora, Biomédica, Docente do curso de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, janaina.klcampos@ufpe.br.
[2] Graduanda do curso de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, isabela.barros@ufpe.br
[3] Doutora, Biomédica, Docente do curso de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, iasmine.alves@ufpe.br.
[4] Doutora, Biomédica, Docente do curso de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, amanda.svasconcelos@ufpe.br.

Introdução

O uso de plantas para fins medicinais é uma prática ancestral, documentada ao longo da história em diversas culturas e civilizações. Evidências arqueológicas indicam que, há milhares de anos, as plantas eram empregadas com propósitos terapêuticos, transmitindo-se esse conhecimento de geração em geração (Leonti & Verpoorte, 2017). Uma planta é considerada medicinal quando contém substâncias bioativas capazes de aliviar ou tratar enfermidades. No entanto, sua eficácia depende do conhecimento adequado sobre sua identificação, métodos de cultivo, colheita e preparo, garantindo segurança e aproveitamento máximo de seus compostos ativos (Pedroso et al., 2021; ANVISA, 2022).

O saber tradicional, no Brasil, sobre o uso de ervas medicinais tem raízes no conhecimento empírico e resulta de uma fusão entre as práticas indígenas e as influências das culturas africana e europeia (Giraldi & Hanazaki, 2010). Podemos descrevê-los como os saberes da terra, em que vários elementos integram uma educação fundamentada em saberes populares e ancestralidade. Fazem parte de uma herança que circula de geração em geração, se (re)constroi, dialoga e multiplica-se com passar dos anos por meio de uma vivência diária.

Além disso, as plantas medicinais representam uma alternativa terapêutica de baixo custo, promovendo maior acessibilidade à saúde, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica (BRASIL, 2016). A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que cerca de 80% da população em países em desenvolvimento faz uso da medicina tradicional, e 85% dessas pessoas recorrem a plantas medicinais como forma de tratamento (BRASIL, 2016). No Brasil, país detentor de aproximadamente 20% da biodiversidade global, esse conhecimento possui relevância ainda maior, sendo incorporado a políticas públicas como a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), instituída em 2006, e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), criado em 2008, que visam regulamentar e fomentar o uso racional dessas terapias (BRASIL, 2006; BRASIL, 2016; Pedroso et al., 2021).

As Infecções Agudas das Vias Aéreas Superiores (IVAS) – como o resfriado comum, a rinossinusite e a otite média aguda – são patologias que acometem o trato respiratório superior, causadas por vírus e bactérias que provocam inflamação, e constituem um desafio

significativo para a saúde pública. Essas doenças afetam, com maior gravidade, indivíduos com sistema imunológico fragilizado, incluindo crianças, idosos e pessoas imunossuprimidas (Clementi et al., 2021; Shahan et al., 2019). Sua alta incidência é notável: enquanto adultos apresentam de 2 a 5 episódios por ano, crianças podem sofrer de 7 a 10 ocorrências anuais (Chang, 2002 apud Murgia et al., 2020).

Diante desse contexto, as plantas medicinais despontam como uma alternativa terapêutica complementar para o controle de diversas infecções e inflamações, uma vez que diversas espécies possuem propriedades anti-inflamatórias e antimicrobianas (Bayan et al., 2014; Aboubakr et al., 2016; Batiha et al., 2020; Shahzad et al., 2020). Metabólitos bioativos presentes nas diferentes espécies, como alcaloides, flavonoides, compostos fenólicos e esteroides, desempenham um papel fundamental nesses efeitos, pois inibem a liberação de mediadores inflamatórios, como interleucinas e fator de necrose tumoral-alfa (TNF-α), proporcionando alívio aos sintomas apresentados pelos usuários (Yatoo et al., 2018). Além de sua eficácia, o uso dessas plantas representa uma opção acessível, especialmente em comparação com medicamentos sintéticos, que costumam ter alto custo. Outro aspecto relevante é a menor incidência de efeitos adversos associados ao uso de ervas medicinais no tratamento da inflamação (Al-khayri et al., 2022).

Apesar da ampla utilização das plantas medicinais no manejo de diversas enfermidades, ainda há escassez de estudos científicos que validem seu uso como alternativa terapêutica complementar, particularmente no que se refere ao conhecimento tradicional dos raizeiros. O recente contexto pandêmico da COVID-19 reforçou a importância das doenças respiratórias, que, além de sua alta prevalência, apresentam potencial de complicações graves, sobretudo em crianças e idosos. Infecções inicialmente restritas ao trato respiratório superior podem progredir para as vias inferiores, aumentando o risco de pneumonias (Ruuskanen et al., 2010 apud Clementi et al., 2021). Essas infecções respiratórias são responsáveis por cerca de 20% da mortalidade infantil global em menores de cinco anos (Pinzón-Rondón et al., 2015).

Diante dessa realidade, esta pesquisa teve como objetivo analisar o conhecimento tradicional dos raizeiros de Caruaru sobre as plantas medicinais utilizadas no tratamento das IVAS, considerando sua relevância na prática terapêutica popular. Como objetivos secundários, pretendeu-se avaliar a base científica das espécies indicadas pelos herbolários e fomentar o

reconhecimento desse saber tradicional como um recurso terapêutico acessível e complementar aos tratamentos convencionais.

Metodologia

A pesquisa, de natureza descritiva e quantitativa do tipo transversal, foi realizada na Feira de Caruaru, Pernambuco, entre setembro de 2023 e março de 2024. Esse local foi escolhido pela representação cultural e comercial que possui no Nordeste e pela concentração de raizeiros que abriga. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com raizeiros que lá trabalham, sobre seu conhecimento acerca das plantas medicinais utilizadas no tratamento complementar das IVAS. Além disso, foi realizada uma revisão da literatura científica para avaliar a validade das informações coletadas. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo.

Resultados e discussão

A pesquisa encontrou a presença de 11 raizeiros e dentre estes, apenas 8 raizeiros concordaram em participar da pesquisa, em discordância com o abordado por Assunção (2010), que de 25 raizeiros conseguiu entrevistar 14 participantes. Esse dado, nos chama atenção para o decaimento no quantitativo de pessoas que estão envolvidas com esta transmissão do conhecimento tradicional, e desperta a seguinte reflexão: não seria um reflexo de uma sociedade que valoriza cada vez menos os saberes tradicionais? A dificuldade de transmissão oral, a urbanização crescente, a falta de políticas públicas que incentivem a preservação desse conhecimento e até a exigência de processos burocráticos para seu reconhecimento contribuem para essa perda. Será que daqui a algumas gerações ainda teremos raizeiros ou esse saber se tornará apenas uma memória?. Os que não aceitaram participar se mostraram resistentes ou desconfiados e dentre as causas pode-se destacar a crença de que os médicos indicam o uso da ervas ou de que os produtos, por serem naturais, não podem fazer mal e não precisam de estudos estudos que comprovem isso ou que as pessoas preferem as ervas aos medicamentos alopáticos (França *et al*, 2008).

Dentro desta transmissão de conhecimento, a evidência encontrada na pesquisa foi que a propagação de informação acontece predominantemente por meio oral, por pessoas do sexo

feminino, com idade média de 57 anos, e de experiência média como raizeiro de 27,6 anos (Tabela 1), sendo majoritariamente aprendida dentro do núcleo familiar. Esse fator reforça a vulnerabilidade desse saber, que pode se perder caso não sejam criadas estratégias para sua valorização e registro.

Tabela 1: Perfil sociodemográfico dos raizeiros da feira de Caruaru

SEXO	MÉDIA de IDADE	TEMPO MÉDIO DE EXPERIÊNCIA COMO RAIZEIRO	FONTE DE APRENDIZAGEM SOBRE AS PLANTAS MEDICINAIS
87,5% feminino	57 anos	27,6 anos	62,5% com terceiros (familiares)

Fonte: autoria própria, 2024



Figura 1: Distribuição percentual do nível de escolaridade do raizeiro

Além disso, há uma ausência de formação formal (Figura 1) e dificuldades ou a inexistência de habilidades de leitura e escrita entre os entrevistados, o que inclusive motivou adequação do discurso e do repasse das informações pela entrevistadora. Isto representa um desafio significativo para a implementação de campanhas educacionais e extensionistas que promovam o ensino e o diálogo sobre o uso de plantas medicinais. Essas limitações indicam a necessidade de políticas que tornem a capacitação acessível a esses profissionais sem descaracterizar a essência do conhecimento tradicional. Abaixo segue alguns dados encontrados na pesquisa que reforça a problemática citada acima.

Os raizeiros entrevistados demonstraram conhecimento sobre diversas plantas, conforme mostra a tabela 2, porém citaram de maneira generalista as propriedades terapêuticas, as quantidades e o modo de preparo, independente da apresentação a ser usada (chás, garrafadas, lambedores). Estas observações corroboram França e colaboradores (2008) que descreveram em seu estudo que os raizeiros têm conhecimento sobre o princípio ativo das ervas com as quais trabalham, mas, carecem de compreensão relacionada a indicação correta das plantas medicinais para o tratamento de determinadas patologias e as possíveis interações farmacológicas ou intoxicações. Com 57,14% de frequência citada pelos raizeiros, foi indicada na apresentação de chá, a cebola branca (*Allium cepa*), que tem sido usada como planta medicinal desde o período do antigo Egito e possui sim componentes curativos como citado, entretanto, vale ressaltar, que a fervura da cebola, bem como o descarte da sua pele seca diminui drasticamente a quantidade de flavonoides da erva, o que denota a importância do raizeiro orientar a forma de preparo e ingestão do produto para melhor benefício imunológico do consumidor.

Tabela 2: Frequência percentual das plantas medicinais indicadas pelos raizeiros para IVAS

NOME POPULAR DA PLANTA MEDICINAL	NOME CIENTÍFICO DA PLANTA MEDICINAL	FREQUÊNCIA DITA PELOS RAIZEIROS
Mastruz	*Dysphania ambrosioides*	71,42%
Cebola Branca	*Allium cepa*	57,14%
Tanchagem	*Plantago major*	42,86%
Romã	*Punica granatum*	42,86%
Gengibre	*Zingiber officinale*	42,86%
Hortelã-Grosso	*Coleus amboinicus*	42,86%
Eucalipto	*Eucalyptus*	42,86%
Quixaba/Quixabeira	*Sideroxylon obtusifolium*	28,60%
Alcaçuz	*Glycyrrhiza glabra*	28,60%
Agrião	*Nasturtium officinale*	28,60%
Açafrão	*Curcuma longa*	14,30%
Poejo	*Mentha pulegium*	14,30%
Alecrim	*Salvia rosmarinus*	14,30%
Alho	*Allium sativum*	14,30%
Angico	*Anadenanthera colubrina*	14,30%
Aroeira	*Schinus terebinthifolia*	14,30%
Barbatimão	*Stryphnodendron*	14,30%

Bucha Do Norte	*Luffa operculata*	14,30%
Caju Roxo	*Anacardium occidentale L.*	14,30%
Cumaru	*Dipteryx odorata*	14,30%
Jatobá	*Hymenaea courbaril*	14,30%
Jenipapo	*Genipa americana*	14,30%
Mangaba	*Xanthosoma Sagittifolium*	14,30%
Sabugueiro	*Sambucus*	14,30%

Fonte: autoria própria, 2024

França e colaboradores (2008) descrevem que 50% dos raizeiros entrevistados em seu estudo afirmaram a inofensividade dos fitoterápicos, e 50% confirmaram que várias plantas podem ser tóxicas. Foi possível perceber também que houve uma tendência à negação quando questionados sobre possíveis efeitos adversos e interações medicamentosas das plantas (tabela 3) indicadas, o que pode representar riscos para determinados grupos consumidores. A exemplo: a mastruz (*Chenopodium ambrosioides*) , indicada pelos raizeiros com 71,42% para tratamento de IVAS, e está associada à nefrotoxicidade, hepatotoxicidade, possui também efeito abortivo, além de poder desencadear convulsões e períodos de apneia, podendo, inclusive, ser fatal se ingerida em altas dosagens (Alonso-Castro et al., 2017; Pozzatti et al., 2015). Várias outras indicações nessa proposta apresentam algumas restrições na sua indicação e efeitos adversos: como o agrião (*Nasturtium officinale*), contraindicado para gestantes pois pode desencadear problemas no desenvolvimento fetal (Schoch et al., 2020; Wu et al., 2011).; o açafrão (*Curcuma longa L.*), pois pode estimular as contrações uterinas, aumentar o risco de sangramento e se encontra poucos estudos conclusivos sobre sua segurança durante a gravidez (BRASIL, 2021). Outras espécies foram citadas como não havendo reações adversas com o uso, como a *Punica granatum L (Romã)* (Wu; Tian, 2017) e *Plantago major* (tanchagem) (Najafian et al., 2018) , mas corrobora com os dados científicos encontrados. Essa constatação enfatiza a importância de um diálogo mais estruturado entre os saberes populares e acadêmicos, mediado por iniciativas de Extensão Popular que respeitem a cultura local sem desconsiderar a segurança dos usuários.

Tabela 3: Porcentagem de raizeiros quanto à orientação de contra indicações de uso de plantas medicinais

DESCONHECE CONTRAINDICAÇÕES	ALEGA QUE NÃO HÁ CONTRAINDICAÇÕES	ORIENTA QUANTO CONTRAINDICAÇÕES
28,60%	57,10%	14,30%

Fonte: autoria própria, 2024

Outro ponto encontrado que desafiou a continuidade da pesquisa foi a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com os entrevistados, que demonstraram resistência em fornecer informações pessoais, especialmente o CPF. Tal atitude pode ser atribuída ao medo de exposição ou até desconfiança em relação a processos formais de registro e pode indicar barreiras de acesso a políticas públicas de reconhecimento dos saberes tradicionais. De maneira similar, também houve resistência em obter assinatura de testemunhas do TCLE, o que reforça a complexidade das dinâmicas sociais envolvidas. A ausência de estudos científicos específicos sobre a resistência na assinatura do TCLE e na concessão de dados pessoais por comunidades tradicionais indica uma lacuna na literatura acadêmica. Esse cenário ressalta a importância de investigações futuras que explorem os fatores socioculturais e históricos que influenciam essa dinâmica.

Diante disso, há uma urgência em propor projetos de Extensão Popular que integrem os raizeiros ao meio acadêmico e ampliem seu acesso a informações científicas sobre segurança, eficácia e contra indicações das plantas que comercializam. Esses projetos podem fortalecer a autonomia dos raizeiros, contribuindo para a preservação do conhecimento geracional e para a promoção de práticas de saúde mais seguras e informadas para a população que consome as ervas medicinais.

Considerações finais

A prática de utilizar plantas medicinais é vista por muitos como uma alternativa terapêutica, e os raizeiros são considerados pelos adeptos dessa prática como “médicos” capazes de indicar as ervas certas para tratar diversos males. Seu conhecimento sobre o "poder de cura" das plantas vem principalmente das experiências e informações adquiridas empiricamente ao longo do tempo. Esse tipo de tratamento tem ganhado crescente adesão tanto da população

quanto de alguns profissionais de saúde. No entanto, os herbolários participantes deste estudo demonstraram bom entendimento sobre os princípios ativos das ervas, mas apresentaram deficiências na indicação correta dos fitoterápicos para o tratamento de determinadas doenças, o que sugere que esses profissionais necessitam de capacitação para padronizar corretamente os fitoterápicos, correlacionar os princípios ativos das plantas com as respectivas indicações terapêuticas e orientar os usuários sobre possíveis interações medicamentosas e riscos de intoxicação. Além disso, é fundamental que os herbolários ofereçam orientações claras sobre a preparação dos fitoterápicos, como também sobre a limpeza, o armazenamento, o tempo de vida útil das ervas e as contra-indicações dos produtos, a fim de minimizar a probabilidade de efeitos adversos. A pesquisa reafirma a relevância do conhecimento popular no cuidado com a saúde e sugere que iniciativas de Extensão Popular podem atuar como pontes para um diálogo mais efetivo entre os saberes tradicionais e os científicos, promovendo práticas mais seguras e acessíveis, que favoreçam o bem-estar das comunidades e contribuam para a reinterpretação das teorias de Extensão Popular.

Referências

AKRAM, M., HAMID, A., KHALIL, A., GHAFFAR, A., TAYABBA, N., SAEED, A., NAVEED A. Revisão sobre usos medicinais, farmacológicos, fitoquímicos e atividade imunomoduladora de plantas. **International Journal of Immunopathology and pharmacology** , v. 27, n. 3, p. 313-319, 2014. Disponível em: 10.1177/039463201402700301. Acesso em: 09 ago. 2024.

AL-KHAYRI, J. M., SAHANA, G. R., NAGELLA, P., JOSEPH, B. V., ALESSA, F. M., & AL-MSSALLEM, M. Q. (2022). Flavonoids as Potential Anti-Inflammatory Molecules: A Review. **Molecules (Basel, Switzerland)**, *27*(9), 2901. Disponível em: https://doi.org/10.3390/molecules27092901

ALONSO, J. Curcuma. In: ALONSO, J. **Tratado de Fitofarmácos e Nutracêuticos.** São Paulo: A C Farmacêutica, 2016. p. 364-373.

ALONSO-CASTRO, A. J.; DOMÍNGUEZ, F.; RUIZ-PADILLA, A. J.; CAMPOS-XOLALPA, N.; ZAPATA-MORALES, J. R.; CARRANZA-ALVAREZ, C.; MALDONADO-MIRANDA, J. J.. Medicinal Plants from North and Central America and the Caribbean Considered Toxic for Humans: the other side of the coin. **Evidence-Based Complementary And Alternative Medicine**, [S.L.], v. 2017, p. 1-28, 2017. Hindawi Limited. http://dx.doi.org/10.1155/2017/9439868. Acesso em: 07 jul. 2024.

ANDRADE, J. M.; FAUSTINO, C.; GARCIA, C.; LADEIRAS, D.; REIS, C. P.; RIJO, P. Rosmarinus officinalis L.: uma revisão atualizada de sua fitoquímica e atividade biológica. Ciência Futura OA, v. 4, n. 4, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.4155/fsoa-2017-0124. Acesso em: 24 jun. 2024.

ARUMUGAM, Greetha; SWAMY, Mallappa; SINNIAH, Uma. Plectranthus amboinicus (Lour.) Spreng: botanical, phytochemical, pharmacological and nutritional significance. **Molecules**, [S.L.], v. 21, n. 4, p. 369, 30 mar. 2016. MDPI AG. Disponível em: http://dx.doi.org/10.3390/molecules21040369. Acesso em: 12 ago. 2024.

ASGARY, Sedigheh; ZARFESHANY, Aida; JAVANMARD, Shaghayeghhaghjoo. Potent health effects of pomegranate. **Advanced Biomedical Research**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 100, 2014. Medknow.Disponível em: http://dx.doi.org/10.4103/2277-9175.129371. Acesso em: 09 ago. 2024.

BARBOUR EK, YAGHI RH, JABER LS, SHAIB HA, HARAKEH S. Segurança e atividade antiviral do óleo essencial contra os vírus da gripe aviária e da doença de Newcastle. **Intern. J. Appl. Res. Vet. Med.** 2010; 8 (1):60–64. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/269936443_Safety_and_Antiviral_Activity_of_essential_oil_Against_Avian_Influenza_and_New_Castle_Disease_Viruses> . Acesso em: 24 jul. 2024.

BRAHIM, Malika Ait Sidi; FADLI, Mariam; HASSANI, Lahcen; BOULAY, Brahim; MARKOUK, Mohamed; BEKKOUCHE, Khalid; ABBAD, Abdelaziz; ALI, Mustapha Ait; LARHSINI, Mustapha. Chenopodium ambrosioides var. ambrosioides used in Moroccan traditional medicine can enhance the antimicrobial activity of conventional antibiotics. **Industrial Crops And Products**, [S.L.], v. 71, p. 37-43, set. 2015. Elsevier BV. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.indcrop.2015.03.067. Acesso em: 09 jul. 2024.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira. 2. ed. Brasília: ANVISA, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/farmacopeia/formulario-fitoterapico. Acesso em: 06 jun. 2024.

BEZERRA, J. W. A.; COSTA, A. R.; FREITAS, M. A.; RODRIGUES, F. C.; SOUZA, M. A.; SILVA, A. R. P.; SANTOS, A. T. L.; LINHARES, K. V. A.; COUTINHO, H. D. M.; SILVA, J. R.L.. Chemical composition, antimicrobial, modulator and antioxidant activity of essential oil of Dysphania ambrosioides (L.) Mosyakin & Clemants. **Comparative Immunology, Microbiology And Infectious Diseases**, [S.L.], v. 65, p. 58-64, ago. 2019. Elsevier BV. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.cimid.2019.04.010. Acesso em: 12 ago. 2024.

CLEMENTI, Nicola et al. Viral respiratory pathogens and lung injury. **Clinical microbiology reviews**, v. 34, n. 3, p. 10.1128/cmr. 00103-20, 2021.Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33789928/. Acesso em: 12 ago. 2024.

DIETZ, Birgit M.; HAJIRAHIMKHAN, Atieh; DUNLAP, Tareisha L.; BOLTON, Judy L.. Botanicals and Their Bioactive Phytochemicals for Women's Health. **Pharmacological Reviews**, [S.L.], v. 68, n. 4, p. 1026-1073, 27 set. 2016. American Society for Pharmacology & Experimental Therapeutics (ASPET). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1124/pr.115.010843. Acesso em: 12 ago. 2024.

FRANÇA, ISX; SOUZA, JA; BAPTISTA, RS; BRITTO, VRS. Medicina Popular: benefícios e malefícios das plantas medicinais. Rev Bras Enferm, Brasília 2008 Rev Bras Enferm, Brasília 2008 mar-abr; 61(2): 201-8.

FIGUEIREDO, F.J.; LIMA, V.L.A.G.. Antioxidant activity of anthocyanins from quixabeira (Sideroxylon obtusifolium) fruits. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 473-479, set. 2015. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1983-084x/14_005. Acesso em: 12 ago. 2024.

GHASEMIAN, Mona; OWLIA, Sina; OWLIA, Mohammad Bagher. Review of Anti-Inflammatory Herbal Medicines. **Advances In Pharmacological Sciences**, [S.L.], v. 2016, p. 1-11, 2016. Wiley. Disponível em:http://dx.doi.org/10.1155/2016/9130979. Acesso em: 12 ago. 2024.

GOMES, EG de O.; MORAES, MSB de; PESSÔA FILHO, AT; OLIVEIRA, EJD; SILVA, TA da; SILVA, GR da; SILVA, GA da; NASCIMENTO, JWA do .; CONCEIÇÃO, DC de O. Caracterização e atividade biológica de Chenopodium ambrosioides L. Pesquisa, **Sociedade e Desenvolvimento** , *[S. [1]* , v. 11, n. 4, pág. e24111427268, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i4.27268. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27268. Acesso em: 9 jul. 2024.

HOCH, C. C.; SHOYKHET, M.; WEISER, T.; GRIESBAUM, L.; PETRY, J.; HACHANI, K.; MULTHOFF, G.; DEZFOULI, A. B.; WOLLENBERG, B. Isothiocyanates in medicine: a comprehensive review on phenylethyl-, allyl-, and benzyl-isothiocyanates. **Pharmacological Research**, [S. l.], v. 201, p. 107107, mar. 2024. Elsevier BV. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.phrs.2024.107107. Acesso em: 10 jun. 2024.

KLIMEK-SZCZYKUTOWICZ, M.; DZIURKA, M.; BLAŽEVIĆ, I.; ĐULOVIĆ, A.; GRANICA, S.; KORONA-GŁOWNIAK, I.; EKIERT, H.; SZOPA, A. Phytochemical and Biological Activity Studies on Nasturtium officinale (Watercress) Microshoot Cultures Grown in RITA® **Temporary Immersion Systems. Molecules**, [S. l.], v. 25, n. 22, p. 5257, 11 nov. 2020. MDPI AG. Disponível em: http://dx.doi.org/10.3390/molecules25225257. Acesso em: 10 jun. 2024.

KOKHDAN, E. P.; KHODABANDEHLOO, H.; GHAHREMANI, H.; DOUSTIMOTLAGH, A. H. A Narrative Review on Therapeutic Potentials of Watercress in Human Disorders. **Evidence-Based Complementary And Alternative Medicine**, [S. l.], v. 2021, p. 1-13, 7 maio 2021. Hindawi Limited. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1155/2021/5516450. Acesso em: 10 jun. 2024.

KUMAR, A.; SINGH, A. K.; KAUSHIK, M. S.; MISHRA, S. K.; RAJ, P.; SINGH, P. K.; PANDEY, K. D. Interaction of turmeric (Curcuma longa L.) with beneficial microbes: a review. 3 **Biotech**, v. 7, p. 1-8, 2017. DOI: 10.1007/s13205-017-0971-7. Epub 2017 Oct 3. PMID: 29038774; PMCID: PMC5624808. Disponível em: 10.1007/s13205-017-0971-7. Acesso em: 10 jun. 2024.

LEONTI, Marco; VERPOORTE, Robert. Traditional Mediterranean and European herbal medicines. **Journal of Ethnopharmacology,** [S.L.], v. 199, p. 161-167, mar. 2017. Disponível em: 10.1016/j.jep.2017.01.052. Acesso em: 10 ago. 2024.

LI, Xing; AO, Mingyue; ZHANG, Chunling; FAN, Shunming; CHEN, Zhimin; YU, Lingying. Zingiberis Rhizoma Recens: a review of its traditional uses, phytochemistry, pharmacology, and toxicology. **Evidence-Based Complementary And Alternative Medicine**, [S.L.], v. 2021, p. 1-20, 2 mar. 2021. Hindawi Limited. http://dx.doi.org/10.1155/2021/6668990. Acesso em: 12 jun. 2024.

MAREFATI, N.; GHORANI, V.; SHAKERI, F.; BOSKABADY, M.; KIANIAN, F.; REZAEE, R.; BOSKABADY, M. H.. A review of anti-inflammatory, antioxidant, and immunomodulatory effects of Allium cepa and its main constituents. **Pharmaceutical Biology**, [S.L.], v. 59, n. 1, p. 285-300, jan. 2021. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/13880209.2021.1874028. Acesso em: 10 jul. 2024.

MARCHI, J. P. et al. O AÇAFRÃO DA TERRA, E SEUS BENEFÍCIOS MEDICINAIS. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, [S. l.], v. 20, n. 3, 2016. DOI: https://doi.org/10.25110/arqsaude.v20i3.2016.5871. Disponível em: https://www.revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/5871. Acesso em: 5 jun. 2024.

MESRI, Mehdi; SABER, Seied Saeid Esmaeili; GODAZI, Mohammadreza; SHIRDEL, Aboulfazl Roustaei; MONTAZER, Reza; KOOHESTANI, Hamid Reza; BAGHCHEGHI, Nayereh; KARIMY, Mahmood; AZIZI, Nemat. The effects of combination of Zingiber officinale and Echinacea on alleviation of clinical symptoms and hospitalization rate of suspected COVID-19 outpatients: a randomized controlled trial. **Journal Of Complementary And Integrative Medicine**, [S.L.], v. 18, n. 4, p. 775-781, 31 mar. 2021. Walter de Gruyter GmbH. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1515/jcim-2020-0283. Acesso em: 12 ago. 2024.

MOGHADAMTOUSI, S. Z.; KADIR, H. A.; HASSANDARVISH, P.; TAJIK, H.; ABUBAKAR, S.; ZANDI, K. A review on antibacterial, antiviral, and antifungal activity of curcumin. **Biomed Res Int**, [S. l.], v. 2014, 2014. DOI: 10.1155/2014/186864. Epub 2014 Apr 29. PMID: 24877064; PMCID: PMC4022204. Acesso em: 01 jun. 2024.

NAJAFIAN, Younes; HAMEDI, Shokouh Sadat; FARSHCHI, Masoumeh Kaboli; FEYZABADI, Zohre. Plantago major in Traditional Persian Medicine and modern phytotherapy: a narrative review. **Electronic Physician**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 6390-6399, 25 fev. 2018. Knowledge Kingdom Publishing. http://dx.doi.org/10.19082/6390. Acesso em: 09 ago. 2024.

NIETO, G.; ROS, G.; CASTILLO, J.. Propriedades antioxidantes e antimicrobianas do alecrim (Rosmarinus officinalis, L.): uma revisão. Medicamentos, v. 5, n. 3, p. 98, 2018. DOI: 10.3390/medicines5030098. Acesso em: 24 jun. 2024.

NILANI, P.; DURAISAMY, B.; DHAMODARAN, P.; RAVICHANDRAN, S.; ELANGO, K. Effect of selected antiasthmatic plant constituents against micro organism causing upper respiratory tract infection. **Anc Sci Life**, v. 29, n. 3, p. 30-32, 2010. Jan;29(3):30-2. PMID: 22557357; PMCID: PMC3336283. Acesso em: 10 jun. 2024.

PEDROSO, Reginaldo dos Santos; ANDRADE, Géssica; PIRES, Regina Helena. Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1287531> Acesso em: 10 jun. 2024.

OLIVEIRA, Adriana Passos; RAITH, Melanie; KUSTER, Ricardo; ROCHA, Leandro; HAMBURGER, Matthias; POTTERAT, Olivier. Metabolite Profiling of the Leaves of the Brazilian Folk MedicineSideroxylon obtusifolium. **Planta Medica**, [S.L.], v. 78, n. 07, p. 703-710, 9 fev. 2012. Georg Thieme Verlag KG. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1055/s-0031-1298269. Acesso em: 13 ago. 2024.

OLIVEIRA-TINTINO, C. D.M.; TINTINO, S. R.; LIMAVERDE, P. W.; FIGUEREDO, F.G.; CAMPINA, F. F.; CUNHA, F. A.B.; COSTA, R.H.S.; PEREIRA, P. S; LIMA, L. F.; MATOS, Y. M.L.S.. Inhibition of the essential oil from Chenopodium ambrosioides L. and α-terpinene on the NorA efflux-pump of Staphylococcus aureus. **Food Chemistry**, [S.L.], v. 262, p. 72-77, out. 2018. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.foodchem.2018.04.040. Acesso em: 10 jun. 2024.

PANKNIN, T. M.; HOWE, C. L.; HAUER, M.; BUCCHIREDDIGARI, B.; ROSSI, A. M.; FUNK, J. L. Curcumin Supplementation and Human Disease: A Scoping Review of Clinical Trials. **Int J Mol Sci**, [S. l.], v. 24, n. 5, p. 4476, 24 fev. 2023. DOI: 10.3390/ijms24054476. PMID: 36901908; PMCID: PMC10003109. Acesso em: 01 jun. 2024.

PARASURAMAN, S.; DAVID, A. V. Anand; ARULMOLI, R.. Overviews of biological importance of quercetin: a bioactive flavonoid. **Pharmacognosy Reviews**, [S.L.], v. 10, n. 20, p. 84, 2016. EManuscript Technologies. http://dx.doi.org/10.4103/0973-7847.194044. Acesso em: 10 jul. 2024.

PASTORINO, G.; CORNARA, L.; SOARES, S.; RODRIGUES, F.; OLIVEIRA, B. P. P. Liquorice (Glycyrrhiza glabra): a phytochemical and pharmacological review. **Phytotherapy Research**, [S. l.], v. 32, n. 12, p. 2323-2339, 17 ago. 2018. Wiley. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1002/ptr.6178. Acesso em: 10 jun. 2024.

PINZÓN-RONDÓN, Ángela María; AGUILERA-OTALVARO, Paula; ZÁRATE-ARDILA, Carol; HOYOS-MARTÍNEZ, Alfonso. Acute respiratory infection in children from developing nations: a multi-level study. **Paediatrics And International Child Health**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 84-90, 2 abr. 2016. Maney Publishing. http://dx.doi.org/10.1179/2046905515y.0000000021. Acesso em: 9 jul. 2024.

POZZATTI, P. N., CASAGRANDE, F. P., VALENTIM, T. P., GAI, Z. T., PORFÍRIO, L. C.. Aspectos farmacológicos e terapêuticos da utilização da Erva-de-santa-maria (Chenopodium ambrosioides) em humanos e animais&l. **Pubvet**, *[S. l.]*, v. 4, n. 35, 2015. Disponível em: https://ojs.pubvet.com.br/index.php/revista/article/view/2458.. Acesso em: 9 jul. 2024.

SADATRASUL, Maryam Sadat; FIEZI, Neda; GHASEMIAN, Nasir; SHENAGARI, Mohammad; ESMAEILI, Saber; JAZAERI, Ehsan Ollah; ABDOLI, Asghar; JAMALI, Abbas. Oil-in-water emulsion formulated with eucalyptus leaves extract inhibit influenza virus binding and replication in vitro. **Aims Microbiology**, [S.L.], v. 3, n. 4, p. 899-907, 2017. American Institute of Mathematical Sciences (AIMS). Disponível em: http://dx.doi.org/10.3934/microbiol.2017.4.899. Acesso em: 25 jul. 2024.

SHAHAN B, BARSTOW C, MAHOWALD M. Respiratory Conditions: Upper Respiratory Tract Infections. **FP Essent.** 2019 Nov;486:11-18. PMID: 31710453. Acesso em: 10 jun. 2024.

SCHOCH, C. L. et al. NCBI Taxonomy: a comprehensive update on curation, resources and tools. Database (Oxford), v. 2020, baaa062, 2020. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/Taxonomy/Browser/wwwtax.cgi. Acesso em: 10 jun. 2024.

SHAKERINASAB, N.; MOTTAGHIPISHEH, J.; EFTEKHARI, M.; SADEGHI, H.; BAZARGANIPOUR, F.; ABBASI, R.; DOUSTIMOTLAGH, A. H.; IRITI, M. The hydroalcoholic extract of Nasturtium officinale reduces oxidative stress markers and increases total antioxidant capacity in patients with asthma. **Journal Of Ethnopharmacology**, [S. l.], v. 318, p. 116862, jan. 2024. Elsevier BV. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.jep.2023.116862. Acesso em: 06 jun. 2024.

SAMPAIO, Thaíse Pd; CARTAXO-FURTADO, Nathália Ao; MEDEIROS, Ana Cd de; ALVES, Harley s; ROSALEN, Pedro L; PEREIRA, Jozinete V. Antimicrobial Potential of Plant Extracts and Chemical Fractions of Sideroxylon obtusifolium (Roem. & Schult.) T.D. Penn on Oral Microorganisms. **The Journal Of Contemporary Dental Practice**, [S.L.], v. 18, n. 5, p. 392-398, 2017. Jaypee Brothers Medical Publishing. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5005/jp-journals-10024-2053. Acesso em: 13 jun. 2024.

SARGIN, Seyid Ahmet. Potential anti-influenza effective plants used in Turkish folk medicine: a review. **Journal Of Ethnopharmacology**, [S.L.], v. 265, p. 113319, jan. 2021. Elsevier BV. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.jep.2020.113319. Acesso em: 25 jul. 2024.

VANDINI, Silvia; BIAGI, Carlotta; FISCHER, Maximilian; LANARI, Marcello. Impact of Rhinovirus Infections in Children. **Viruses**, [S.L.], v. 11, n. 6, p. 521, 5 jun. 2019. MDPI AG. Disponível em: http://dx.doi.org/10.3390/v11060521.Acesso em: 25 jul. 2024.

WU, X.; SUBRAMANIAM, M.; GRYGO, S. B.; SUN, Z. et al. O receptor beta de estrogênio sensibiliza as células do câncer de mama às ações antiestrogênicas do endoxifeno. **Breast Cancer Research**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. R27, 10 mar. 2011. PMID: 21392396. Acesso em: 10 jun. 2024.

WU, Sheng; TIAN, Li. Diverse Phytochemicals and Bioactivities in the Ancient Fruit and Modern Functional Food Pomegranate (Punica granatum). **Molecules**, [S.L.], v. 22, n. 10, p. 1606, 25 set. 2017. MDPI AG. http://dx.doi.org/10.3390/molecules22101606. Acesso em: 10 ago. 2024.

YANG, R.; YUAN, B. C.; MA, Y. S.; ZHOU, S.; LIU, Y. The anti-inflammatory activity of licorice, a widely used Chinese herb. **Pharmaceutical Biology**, [S. l.], v. 55, n. 1, p. 5-18, 21 set. 2016. Informa UK Limited. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/13880209.2016.1225775. Acesso em: 10 jun. 2024.

YATOO, Mohd. I.; GOPALAKRISHNAN, Arumugam; SAXENA, Archana; PARRAY, Oveas R.; TUFANI, Noore A.; CHAKRABORTY, Sandip; TIWARI, Ruchi; DHAMA, Kuldeep; IQBAL, Hafiz M.N.. Anti-Inflammatory Drugs and Herbs with Special Emphasis on Herbal Medicines for Countering Inflammatory Diseases and Disorders - A Review. **Recent Patents On Inflammation & Allergy Drug Discovery**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 39-58, 21 ago. 2018. Bentham Science Publishers Ltd.. Disponível em: http://dx.doi.org/10.2174/1872213x12666180115153635. Acesso em: 10 jun. 2024.

PATRIMÔNIO CULTURAL POPULAR: CONTRIBUIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM CONTEXTOS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES

Maria Margareth de Lima[1]
Orlandil de Lima Moreira[2]
Kylma Danielle P. Coutinho[3]
Juliana França de Santana[4]

Resumo:

O artigo analisa as contribuições do projeto de extensão Educação Popular e Patrimônio Cultural: caminhos para a educação patrimonial para o fortalecimento da identidade cultural de comunidades populares. Vinculada ao PROBEX/2024-2025 e ao Observatório da Educação Popular da UFPB, a proposta surge do diálogo com os bairros Castelo Branco e Baixo Roger, em João Pessoa/PB, e com a Escola Centro de Assistência Social, em Olinda/PE. A investigação parte da seguinte problemática: de que maneira a articulação entre educação popular e educação patrimonial pode contribuir para a valorização da identidade cultural de sujeitos envolvidos em processos formativos escolares e não escolares? O objetivo é refletir sobre as práticas educativas realizadas no âmbito do projeto, que articula ensino, pesquisa e extensão a partir de vivências interdisciplinares. A metodologia adotada é qualitativa, com caráter exploratório e explicativo, ancorada na realidade das comunidades. A pesquisa de campo foi conduzida por Grupos de Trabalho Extensionistas (GT'e), que desenvolveram atividades como o mapeamento cultural participativo, a produção de um catálogo do patrimônio da Comunidade Santa Clara, oficinas lúdicas com crianças e cursos de formação voltados a professores da rede pública e estudantes de Pedagogia. Os dados e experiências obtidos indicam que o reconhecimento e a valorização dos saberes locais contribuem para a construção de uma educação patrimonial crítica, comprometida com a transformação social e com a ampliação do protagonismo comunitário.

Palavras-chave: Educação Popular. Patrimônio Cultural. Educação Patrimonial.

Introdução

[1] Doutora em Educação (UFPB); Mestrado em Educação (UFRN); Graduada em Educação Artística (UFRN); Professora do Departamento de Metodologia da Educação da UFPB e atua nas áreas de Arte-Educação, Educação Popular, Patrimônio Cultural e Educação Integral; margth.lima@gmail.com.
[2] Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Graduação em Sociologia (UFPB); Mestrado em Sociologia Rural (UFPB); Professor Titular (UFPB); orlandil.moreira@academico.ufpb.br.
[3] Graduanda em Pedagogia (UFPB); Professora da Educação Básica; Integra o projeto extensão Patrimônio Cultural e Educação Popular, caminhos para a educação patrimonial; kdpc@academico.ufpb.br.
[4] Mestra em Educação (UFPB); Graduação em Pedagogia - Educação do Campo (UFPB); Professora da rede pública municipal de ensino de Olinda (PE) e pesquisadora da Educação Popular; juliana.franca.santana@academico.ufpb.br.

A universidade pública, ao assumir o compromisso com a transformação da sociedade em direção à justiça, equidade e democracia, propõe projetos de extensão que articulam ensino, pesquisa e ação cidadã. É nesse contexto que o projeto intitulado Educação Popular e Patrimônio Cultural: caminhos para a educação patrimonial foi concebido, vinculado ao Programa de Bolsa de Extensão – PROBEX/2024-2025 e ao Observatório da Educação Popular da UFPB. A proposta surge do diálogo com as comunidades dos bairros Castelo Branco, Baixo Roger (João Pessoa/PB) e com a Escola Centro de Assistência Social, em Olinda/PE, atendendo a demandas concretas de sujeitos comunitários, educadores e gestores escolares.

A presente investigação parte da seguinte problemática: de que maneira a articulação entre educação popular e educação patrimonial pode contribuir para o fortalecimento da identidade cultural de comunidades populares a partir de processos formativos escolares e não escolares?

Com base nessa questão, o artigo tem como **objetivo geral** refletir sobre as contribuições do projeto de extensão *Educação Popular e Patrimônio Cultural: caminhos para a educação patrimonial* para o fortalecimento da identidade cultural de sujeitos envolvidos em experiências educativas desenvolvidas na Comunidade Santa Clara, via associação de moradores, escolas situadas no bairro Castelo Branco e um plano de ação organizado para ser desenvolvido no Baixo Roger (João Pessoa/PB).

A análise se ancora nas práticas formativas realizadas em espaços escolares e não escolares, articulando ensino, pesquisa e extensão a partir de vivências interdisciplinares que valorizam os saberes culturais locais.

Metodologia

No que diz respeito à organização metodológica, trata-se de uma pesquisa de campo que se inscreve na tradição da abordagem qualitativa, em consonância com sua fundamentação teórica.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória e explicativa. É exploratória porque busca levantar informações“sobre um determinado objeto estudado, delimitando assim o campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação do objeto” (Severino, 2007, p.

123). De forma complementar, é também explicativa, pois, além de levantar informações, busca relatar uma experiência investigativa, refletindo as etapas das ações pedagógicas realizadas com os sujeitos no campo de pesquisa – neste caso, as ações extensionistas do projeto em tela.

Nessa lógica, a investigação parte da realidade das comunidades, com ações desenvolvidas pelos Grupos de Trabalho Extensionistas (GT'e), abrangendo: planejamento, abordagem metodológica centrada em práticas pedagógicas experimentais, e análise dos resultados.

Entre as práticas realizadas, destacam-se: a produção de um catálogo do patrimônio cultural da Comunidade Santa Clara (resultante da pesquisa de campo e atualmente em fase de edição), oficina lúdica com crianças, e cursos de formação com professores da rede pública e estudantes de Pedagogia da UFPB, com foco na contextualização histórica dos territórios e na valorização de suas expressões culturais.

Resultados e discussão

A fundamentação teórica deste estudo dialoga com autores que compreendem a cultura como campo simbólico, social e educativo, indispensável à formação crítica e à construção da identidade cultural dos sujeitos. O modo como olhamos e vemos o mundo, compreendendo-o como um sistema simbólico que expressa a forma de viver de uma cultura, pode definir os fins do conhecimento que buscamos a cada momento (Lima, 2017). Essa concepção reforça a importância de uma educação enraizada na cultura dos sujeitos, como defendido por Paulo Freire (2011), para quem a prática educativa deve estar comprometida com a realidade, a historicidade e a cultura popular.

Carlos Rodrigues Brandão (1995) contribui ao afirmar que a cultura é o trabalho vivo da experiência social e a forma como os grupos sociais reproduzem suas condições de vida material, elaboram normas de convivência e conduta, além de atribuírem sentidos às suas experiências, traduzindo isso em sistemas de crenças, valores e identidades. Essa concepção encontra respaldo em Freire (1995) e Tolentino (2019), que denunciam a exclusão histórica dos grupos subalternizados das representações oficiais de patrimônio cultural em diferentes esferas de poder. Tolentino (2019) ressalta que, "de fato, as referências culturais desses grupos

não estão espelhadas na representação dos patrimônios culturais da nação e nem mesmo em nível estadual ou municipal" (Tolentino, 2019, p. 139).

Aí reside a necessidade de se compreender que uma sociedade só atinge a maturidade quando seu povo dialoga, experimenta, apreende e se torna partícipe das construções simbólicas de sua cultura. Para tanto, a educação como mediação cultural, na perspectiva da educação popular, mostra-se uma abordagem potente, pois integra a dimensão intersubjetiva do sujeito aos fenômenos da vida societária. Essa interdependência entre o individual e o coletivo visa à construção de processos de libertação, autonomia e conscientização dos sujeitos frente às suas experiências artístico-culturais e à transformação social (Lima, 2017).

Nesse sentido, a articulação entre educação patrimonial e educação popular fortalece os vínculos entre o patrimônio e os sujeitos em seus territórios. Assim, destacamos o patrimônio cultural da Comunidade Santa Clara, no Castelo Branco, e do bairro Roger, como expressão viva da cultura e da memória local, marcada por suas manifestações artísticas e culturais — escolas de samba, escolas de circo, quadrilhas juninas, Ala Ursa, Vaquejada de Pneus, grupos de esporte e lazer — que enfrentam limitações estruturais para serem socializadas de forma democrática.

Essa abordagem dialoga com a proposta de "arte para a reconstrução social" (Barbosa, 2008), com o conceito de "socialização da arte" de Canclini (1984), e com a noção freireana de transformação da sociedade (Freire, 1987). Ana Mae Barbosa (2002) afirma que, embora o conhecimento da cultura erudita seja importante, ele se torna externo se não estiver articulado às referências culturais da classe social dos sujeitos. Nesse sentido, a educação patrimonial popular exige uma pedagogia contra-hegemônica, que compreenda a identidade como princípio de pertencimento e transformação.

Brandão (2008) sugere, por exemplo, que currículos — escolares e não escolares — articulem Beethoven e Milton Nascimento, Villa-Lobos e Folias de Santos Reis, promovendo o diálogo entre culturas. Essa proposta amplia o reconhecimento da cultura como patrimônio vivo e em constante (re)construção. Para Barbosa (1998, p. 14), a identidade cultural é "a capacidade de reconhecer-se e construir a própria realidade." Freire (1996, p. 30) reforça que os conteúdos curriculares devem se associar à experiência social dos educandos, especialmente os das classes populares:

> Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deve associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante... Por que não estabelecer uma intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (Freire, 1996, p. 15).

Essa reflexão nos remete à necessidade de uma Educação Popular que defende uma educação cultural pautada na identidade, em meio à diversidade cultural. A multiculturalidade, afirmada por Freire (2000), em *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*, não se constitui pela justaposição de culturas, mas pela liberdade e pelo respeito à diferença. Implica na concretização da *unidade na diversidade*, que possibilita uma convivência pautada na liberdade conquistada e no direito assegurado de diferentes culturas coexistirem em um mesmo espaço social. Essa concepção é essencial para compreender o patrimônio como prática viva, marcada por memórias, lutas e resistências de sujeitos historicamente marginalizados.

Nesse escopo, o projeto realizou um mapeamento participativo com os moradores da Comunidade Santa Clara, com o objetivo de identificar referências do patrimônio cultural local. A partir dos relatos, foi possível destacar elementos significativos que integram o cotidiano e a memória coletiva da comunidade.

Entre as manifestações culturais citadas, destaca-se o **Ateliê de Romero**, responsável há mais de duas décadas pela produção de esculturas em cimento, com obras reconhecidas em diversos espaços da cidade de João Pessoa, como a Bica e o Farol de Cabo Branco. O trabalho artesanal, representado também por artistas como Romildo Ramalho e a própria Roberta, evidencia a permanência de saberes tradicionais e a circulação simbólica da cultura local. As **calçadas, ruas e ladeiras** aparecem como espaços de sociabilidade e lazer, marcados por práticas como ouvir música, reunir amigos e partilhar comidas típicas, como o caranguejo. As **brincadeiras e os esportes**, em especial o futebol, assumem um papel central na dinâmica cultural infantojuvenil, mantendo vivas tradições como “passa anel”, “dança das cadeiras” e “soltar pipa”.

Também foi mencionada a presença das **manifestações religiosas**, com destaque para práticas católicas e evangélicas, como os cultos da pastora Damiana, além da referência a um terreiro de Umbanda, ainda que pouco conhecido entre os entrevistados. No campo da **culinária**, alimentos como cuscuz com ovo, caranguejo, rubacão, fava, macaxeira e arroz de

leite são citados como expressões da identidade alimentar da comunidade, enraizadas na cultura regional, como destaca Roberta (2021).

O conjunto desses elementos revela a força simbólica dos saberes e das práticas culturais da Comunidade Santa Clara, enraizados na vivência cotidiana, na oralidade e nos espaços coletivos de partilha. As narrativas colhidas durante o processo indicam a presença de um patrimônio cultural vivo, em constante construção, atravessado por memórias afetivas e práticas sociais que reafirmam a identidade local e sua potência criativa. Esses registros reforçam a importância de políticas educativas e culturais que reconheçam o território como espaço legítimo de produção de saberes e de resistência.

Nesse percurso, duas ações extensionistas priorizaram a formação de professores da Escola Braz Baracuhy. A primeira, em 2022, envolveu docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais; a segunda, em 2023, foi direcionada a educadores(as) da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ambos os cursos, inspirados nos referenciais da Educação Popular e Patrimonial, resultaram em projetos didáticos que integraram a escola à Comunidade Santa Clara — como exemplifica a elaboração do Projeto Didático “Os Pés Onde Piso: Comunidade Santa Clara".

Figuras 1 e 2 – Curso de formação na Escola Braz Baracuhy





Fonte: Instagram “UFPB com a Santa Clara” (2023)[5]

Nessa perspectiva, as ações do projeto buscaram fomentar uma educação patrimonial de base popular, em diálogo com as realidades dos territórios. Esse movimento contribuiu

[5] Acesso em: www.instagram.com/ufpbcomasantaclara.

para estreitar os laços entre escola, comunidade e universidade, fortalecendo o protagonismo de professores, educadores populares, estudantes e artistas locais. A articulação entre esses sujeitos reafirma o potencial transformador da extensão universitária comprometida com a valorização dos saberes e práticas culturais construídas nos territórios.

Desta feita, o reconhecimento comunitário do patrimônio cultural é um dos resultados esperados. A socialização dos resultados com os sujeitos envolvidos — em rodas de diálogo, oficinas, exposições e no catálogo — tem ampliado o sentimento de pertencimento e valorização da memória coletiva, com potencial de transformar práticas educativas e fortalecer laços entre escola, comunidade e universidade. Nas figuras 3 e 4 é possível ver exemplos das implicações das ações extensionistas junto ao território:

Figuras 3 e 4 – Roda de conversa e Mostra Cultural - Associação Santa Clara





Fonte: Instagram “UFPB com a Santa Clara” (2023)

Além disso, o projeto tem ampliado a compreensão de discentes da UFPB sobre a importância da extensão como espaço formativo e de compromisso social. A participação em ações interdisciplinares, fundamentadas no diálogo e na ação colaborativa, tem possibilitado a vivência de uma educação que integra teoria e prática, reflexão e ação, saber acadêmico e saberes populares, em consonância com os princípios da Educação Popular freireana. A produção de artigos, cursos, debates, catálogos e outros materiais pedagógicos contribui não apenas para a sistematização dos aprendizados, mas também para sua divulgação, reforçando o papel da universidade pública como agente de transformação social (Freire, 1996).

As ações que acontecem dentro do espaço comunitário conquistado pelos e pelas moradores da Santa Clara contam com a presença dos e das estudantes extensionistas que participam deste processo formativo também em formação. As figuras 5 e 6 registram esse momento de trocas e aprendizagens com compromisso social:

Figuras 5 e 6 – Roda de conversa e Mostra Cultural - Associação Santa Clara



Fonte: Acervo pessoal do projeto

Nesse contexto, destaca-se o curso "A capoeira como manifestação e mediação ao tema Educação e Patrimônio Cultural", realizado em 2023 na Escola Braz Baracuhy, ministrado pelos professores Mestra Malu e Mestre Dário, coordenadores do Grupo de Capoeira de Angola do bairro Roger. O encontro formativo fez parte da formação de professores em Educação Patrimonial e contou com a presença da comunidade escolar e acadêmica.

Figura 6 – Aula do Curso - Capoeira na Escola Braz Baracuhy



Fonte: Acervo pessoal do projeto

A atividade formativa reuniu também estudantes das licenciaturas em Pedagogia e Educação do Campo e proporcionou experiências significativas de aprendizagem cultural e pedagógica. A seguir, trechos de relatos das participantes:

> Durante o curso sobre a capoeira, pude observar a importância fundamental dessa prática para a formação humana. Em particular, o grupo Capoeira Angola Palmares do Roger, com seus 25 anos de existência, destaca-se como um exemplo de transformação tanto como grupo, preservando sua ancestralidade, quanto como uma ferramenta para fortalecer essa conexão e poder da cultura (Estudante 1 – Pedagogia/Noturno/2023).
>
> Esse experimento pedagógico contribuiu significativamente para minha formação como professora, especialmente na área do conhecimento de arte. A capoeira despertou em mim a compreensão da importância de utilizar manifestações culturais para promover a valorização da diversidade, combater o racismo e construir identidades mais inclusivas. Aprendi a enxergar a capoeira como uma forma de mediação capaz de transformar vidas, estimulando a expressão corporal, a musicalidade e o respeito mútuo (Estudante 2 – Educação do Campo/Noturno/2023).
>
> (...) esses aprendizados transmitidos pelo mestre Dário e pela mestra Malu durante o encontro (...) enriqueceram meu entendimento sobre a capoeira como manifestação de mediação cultural. Através de suas palavras, pude compreender ainda mais a importância dessa prática na formação humana, na valorização da ancestralidade e para a promoção da igualdade e diversidade cultural (Estudante 3 – Pedagogia/Tarde/2023).

As reflexões apresentadas pelas estudantes revelam a potência formativa da capoeira enquanto prática pedagógica, capaz de mediar processos de ensino e aprendizagem sensíveis às questões da ancestralidade, da diversidade e da justiça social. As experiências extensionistas, ao promoverem o contato direto com mestres da cultura popular e com os territórios em que essas práticas se enraízam, fortalecem a dimensão crítica da formação docente. Nesse sentido, a capoeira emerge como expressão artístico-cultural, assim como dispositivo educativo que dialoga com as dimensões do corpo, da memória e da identidade coletiva, contribuindo para uma pedagogia que valoriza o território como lugar de resistência e produção de saberes (Barbosa, 2009; Candau, 2012).

Dessa forma, a articulação entre Educação Popular e Educação Patrimonial se mostra um caminho promissor para a construção de uma pedagogia do pertencimento, da resistência e da valorização da identidade e diversidade cultural. Ao reconhecer os territórios como espaços contextualizados e legítimos de produção de saberes, fomenta-se a formação de sujeitos críticos, criativos e comprometidos com a transformação social (Santos, 2010; Oliveira, 2014).

Considerações finais

A articulação entre educação popular e educação patrimonial demonstrou-se um caminho potente para o fortalecimento da identidade cultural de comunidades populares, ao atuar com práticas formativas que reconhecem e valorizam os saberes, memórias e expressões culturais dos sujeitos em seus próprios territórios. As experiências analisadas, desenvolvidas na Comunidade Santa Clara, em escolas do bairro Castelo Branco, no Centro de Educação (CE/UFPB) e no planejamento de ações no Baixo Roger, evidenciam como o diálogo entre escola, universidade e comunidade pode contribuir para a construção de uma educação comprometida com a realidade social e cultural dos educandos.

O projeto de extensão "Educação Popular e Patrimônio Cultural: caminhos para a educação patrimonial" constatou que há um caminho promissor para práticas educativas fundamentadas no diálogo, no protagonismo comunitário e na valorização da cultura local favorecem o sentimento de pertencimento, o reconhecimento identitário e o fortalecimento da cidadania. Ao integrar espaços escolares e não escolares, essas ações tornam-se instrumentos de resistência frente às ausências históricas nos processos formativos tradicionais, afirmando o direito à memória, à cultura e à educação como práticas de liberdade comprometida com a transformação social.

Referências

BARBOSA, Ana Mae. *A imagem no ensino da arte*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos)

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1984.

CANDAU, Vera Maria. *Museu, memória e cidadania*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido:* Paz e Terra, São Paulo, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LIMA, M. Margareth de. *O samba na escola e a escola no samba: configurações de uma educação integral popular*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007.

TOLENTINO, Átila. Educação patrimonial: perspectivas para a cidadania cultural. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Educação e diversidade cultural*. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 137-154.

PRÁXIS DA EXTENSÃO POPULAR: A UNIVERSIDADE PÚBLICA EM SAÍDA PARCEIRA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES, COMPARTILHANDO SABERES E PROPONDO UMA SOCIABILIDADE ALTERNATIVA.

Alexandre Soares de Sousa[1]

Josinaldo Dantas da Silva[2]

Resumo:
O presente artigo visa mostrar quão importante é a extensão popular em tempos de ameaça à democracia e ao Estado democrático de direito. Principalmente naquilo que lhe concerne, a saber, a luta com e ao lado dos movimentos sociais populares. Isto tem significado a participação da universidade pública na base. Daí, compreendermos que somente uma parcela dela venha contribuir e participar da mudança que deve começar pelos e com os "de baixo"; o resto (a grande parcela) prefere ficar encastelada e adormecer em seus cômodos (escrivaninhas) da intelectualidade pensando abstratamente como encompridar os seus *lattes*. Também não podemos nos esquecer do companheirismo inquebrantável existente entre extensão popular e educação popular, do qual surgem as possibilidades de novo acontecer na história: novo ser humano, nova sociedade e, porque não, novo mundo em que não haja oprimidos. A metodologia de pesquisa adotada foi bibliográfica, de cunho qualitativo, na qual abordamos de forma teórica o assunto sugerido.

Palavras-chave: Práxis, Extensão Popular. Educação Popular. Universidade Pública. Sociabilidade Alternativa.

Introdução

Não podemos conceber a práxis da extensão popular a simples prática de atividade extensionista A primeira trabalha com as camadas populares, cujo *telos* é torná-los sujeitos (individuais e coletivos) construtores e narradores de suas próprias histórias, fazendo-os capazes de reconhecerem-se produtores de conhecimentos, os quais não podem ser vilipendiados por serem populares. A segunda, por sua vez, limita-se a reproduzir aquilo que a universidade pública tem muito, a saber, pedantismo intelectual, subordinação a empresas, e, por conseguinte, ao sistema capitalista.

Nosso intuito é apresentar a partir dos três capítulos que se sucedem uma compreensão de extensão popular vinculada à práxis de educação popular; no primeiro capítulo intitulado "Prática ou práxis: diferenças e qual a que melhor se aplica à extensão popular?", objetivamos traçar o perfil diferencial entre práxis e prática extensionista, conduzindo ao entendimento de que práxis, no que se refere, diz respeito à extensão popular; por outro lado, prática está mais

[1] Mestre, filosofia, doutorando em educação pelo PPGE/UFPB, e-mail: alexandre74ssoares@gmail.com.
[2] Mestre, história, doutorando em educação pelo PPGE/UFPB, e-mail: dantas_naldo@hotmail.com.

ligada a atender aos interesses de mercado, pelo qual a universidade pública se subordina, a isto também é denominado de extensão.

O segundo capítulo corresponde aos tipos ou modos de se fazer extensão existentes na universidade pública, com base nas ideias baconianas. Este, intitulamos de **“**Se fosse para comparar o nosso estilo de se fazer extensão com insetos, com que pareceria: com o da aranha, da formiga ou da abelha? Qual delas se aproxima mais da extensão popular?”.

Já o último denominamos de “Extensão popular e educação popular: parceiras na construção de uma sociabilidade alternativa em permanente dialogicidade com a universidade pública e os movimentos sociais populares”, demonstra a relevância entre os movimentos populares e a universidade pública na construção de uma outra proposta de sociedade, diferente da atual. Dessa maneira, segue abaixo o texto conforme sugestão.

1 – Prática ou práxis: diferenças e qual a que melhor se aplica à extensão popular?

Seria inoportuno de nossa parte alegar que o simples fato de me referir a extensão, já trataria de responder a inquietação sugerida. Qual seja? Que a práxis em si corresponde à prática extensionista. Isto nos faz cometer um erro gravíssimo, pois acabamos confundindo práxis com prática, e isto acontece sempre que estamos exercitando as nossas atividades extensionistas: seja numa comunidade periférica da cidade, numa aldeia indígena, seja com quilombolas, não importa, estas práticas levam-nos ao entendimento de que tudo isso diz respeito à práxis.

“Ah, a minha práxis de extensão é totalmente contrária a qualquer teoria”. Colocações como esta, não são frutos de devaneio. São, sim, resultados de uma incoerência epistemológica e absurda, que transita livremente nos recintos acadêmicos.

Também escutamos, não poucas vezes, que os pesquisadores e pesquisadoras estão fatigados de tantas teorias, e a extensão seria essa espécie de compensação, sublimação, escape da teorização (abstrata) prolongada e carregada de imposição à vida acadêmica. Esta face mais pragmática da extensão é uma de suas facetas; também existe o outro lado da moeda, o qual permanece mais ligado a uma extensão de cunho puramente teórica. Não podemos nos esquecer que muitos estudiosos chegam aos locais da pesquisa achando que os

seus interlocutores são conhecedores das teorias, às quais se baseiam. A este modelo de prática extensionista, Michel Thiollent elabora decorrente ponderação,

> No plano da organização prática da pesquisa, os pesquisadores devem ficar atentos para que a discussão teórica não desestimule e não afete os participantes que não dispõem de uma formação teórica. Certos elementos teóricos deverão ser adaptados e "traduzidos" em linguagem comum para permitir um certo nível de compreensão. Além disso, quando a discussão teórica for incompatível com o nível de entendimento dos participantes, pode-se prever a organização de grupos de estudos separados do seminário central, cujas conclusões serão encaminhadas e discutidas em termos mais acessíveis (THIOLLENT, 1986, p. 55).

Isso vincula-se à maneira como concebemos a extensão e implica dizer que a reproduzimos tal e qual como se estivéssemos dentro do espaço laboratorial. Por isto, passamos a enxergar aqueles e aquelas, sujeitos de nossas pesquisas, por causa da nossa altivez ou pedantismo intelectual, como “ignorantes”.

A esse respeito, Paulo Freire tece o seguinte argumento,

> E o mundo não é um laboratório de anatomia nem os homens são seus cadáveres que devam ser estudados passivamente. O humanista científico revolucionário não pode [...], ter nos oprimidos objetos passivos de sua análise, da qual decorram prescrições que eles devam seguir. Isto significa deixar-se cair num dos mitos da ideologia opressora, o da absolutização da ignorância, que implica na existência de alguém que a decreta a alguém (FREIRE, 2017, p. 180).

A partir dessas alegações, podemos perceber que tanto a prática como a teoria são imprescindíveis para a extensão, e, diga-se de passagem, extensão popular. Isto é o suficiente para firmar a posição ideológica de classe que cada uma separadamente corresponde. Com isto, queremos dizer que não só de teoria vive a extensão, assim como não só de prática. Daí, já se consolida a diferença que se propõe em fazer entre práxis e prática.

Por sua vez, práxis seria o conjunto de teoria e prática inseparavelmente, atuando sem que houvesse de ambas as partes fragmentação; mas, unicamente unidade convergindo para a ação. A partir do momento que concebemos práxis sinonimamente a prática, apenas aprofundamos ainda mais o fosso entre o mundo acadêmico e o mundo fora da academia.

No que concerne a história da práxis, Vázquez em seu livro “Filosofia da Práxis”, citando um argumento do Feuerbach sobre o assunto, reproduz - o nestes termos:

> “A teoria começa com o olhar voltado para o céu [...]. Os primeiros filósofos eram astrônomos; o céu lembra aos homens de seu destino, ou seja, que não são criados

> somente para trabalhar, mas também para contemplar" (Feuerbach). A teoria começa com o esquecimento do terrestre, dos interesses humanos. Teoria é contemplação. A teoria é assunto da razão e esta, por si, é indiferente, natural, objetiva. "A razão nada sabe dos sentimentos do coração... é o ser neutro e indiferente, incorruptível, não apaixonado que existe em nós" (Feuerbach) (VÁZQUEZ, 2007, p. 98).

Esse tipo de prática extensionista é o mais comum e o mais prático de se realizar, pois não se tem a preocupação do envolvimento com os sujeitos pesquisados e pesquisadas, cujas bases teóricas estão mais para realidades distintas e distantes das do pesquisador ou pesquisadora. Dentro desse mesmo perfil de extensionista, entende-se que a obrigação de pesquisador é apenas observar e coletar dados, e não compreender o outro como alguém igualmente a mim, ou seja, pessoa com história de vida, de sofrimento, de saberes que não conheço e assim por diante.

Desse modo, seguindo o pensamento freireano mencionado agora há pouco, afirmamos que,

> Esse tipo de extensão está estritamente ligado às elites políticas, econômicas e culturais, as quais restringem a atividade extensionista ao simples conhecimento técnico, científico e profissional, desprovido de uma consciência político-histórica-crítica (SOUSA, 2022, p. 32).

O poeta e pensador uruguaio, Eduardo Galeano, ao se referir a pessoas ditas cultas, gosta de repetir, como também não vela a sua ironia sobre o pensamento, propondo um outro sentido e critério ao culto. Em suas palavras,

> Eu conheço uma quantidade de doutores que são de uma incultura tenebrosa. Por outro lado, conheço pessoas profundamente cultas que não sabem ler nem escrever ou leem e escrevem mal. Por quê? Porque culto é aquele capaz de escutar o outro, capaz de escutar as vozes da natureza da qual faz parte. Isso é ser culto para mim. Não aquele que acumula conhecimento (GALEANO, 2024).

Continuando essa reflexão galeana, partimos do princípio de que culto só pode ser separado, afastado, distante, sem nexo nem conexão alguma com… pessoas, com as matas, rios, mares, com o planeta, etc. Em nossa opinião, tanto a extensão que se entende por prática na qual conta vantagem por abdicar da teoria como àquela que estufa o peito bradando aos quatros cantos que é puramente teórica, estão equivocadas. Pois, segundo Paulo Freire (2019, p. 24), "a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática, ativismo".

Por causa disso, devemos ser cautelosos em não confundir práxis com prática. Práxis, intrinsecamente, traz em seu bojo teoria e prática jungidas, sem que haja separação. Prática, por conseguinte, diz respeito a tudo aquilo que é normal às tarefas do cotidiano em realizar, melhor dizendo, seria a faculdade do senso comum desprovida de argumentações críticas da realidade como um todo. Isto vai ao encontro do que assegura Vázquez. De acordo com ele, "A consciência comum da práxis tem de ser abandonada e superada para que o homem possa se transformar de forma criadora, isto é, revolucionariamente, a realidade" (VÁZQUEZ, 2007, p. 33)).

Parece que somos destituídos de humanidades, antes de entrarmos em campo, no que tange a pesquisa. Não deixamos que as pessoas envolvidas interfiram em nossas afetividades nem amorosidades. Ao nosso olhar, elas apenas têm CEP (código de endereçamento postal). Neste ponto, constatamos o que vem a ser práxis e o que vem a ser prática, para não diluirmos tudo, acreditando tratar-se da mesma coisa.

Sendo assim, para Sales,

> Na contramão dessa visão tradicional, a extensão é potente para discutir nos departamentos sobre qual é a relação da universidade com a sociedade ou a relação do conhecimento com a transformação da realidade, pois ajuda esclarecer e a resolver problemas da sociedade, na medida em que está embutida no próprio conceito de produção de conhecimento. Pela extensão, compreende-se que, na produção do conhecimento, o importante não é só o conhecer. O problema da sociedade não é mais o conhecimento, mas a transformação da realidade e do conhecimento como um serviço para ajudar a esclarecer e a solucionar os problemas. A extensão procura os caminhos para isso. Contudo, na universidade, a extensão ainda é um apêndice. Ou seja, não faz parte da relação que tem com todo e qualquer conhecimento como um serviço à sociedade - sua transformação. É seu serviço solucionar as contradições e optar pelos injustiçados (SALES, 2017, p. 192).

Essa tomada de posição com relação aos injustiçados e marginalizados da sociedade, requer de nós extensionistas uma postura ética. Isto significa dizer que, a práxis de uma extensão popular é comprometida e engajada, político socialmente, com os "de baixo".

Corroborando com o exposto, Neto salienta que,

> A extensão alimenta-se da crítica para o exercício de ações educativas populares, constituintes da extensão popular. Neste sentido, tem papel determinante, pois, além de superação do "senso comum", também é propositiva. A extensão, assim, assume um ideário transformador. Passa a se constituir como uma dimensão que vai além do trabalho simples (NETO, 2014, p. 65).

Isso é bastante significativo porque tem a ver com a ideia de extensão popular, que estamos construindo. Isto já aponta para um jeito de extensão que não está conforme, na maior parte das vezes, com as instituições de ensino público, que parecem mais alinhadas aos interesses de mercado, e, por sua vez, do sistema capitalista, do que do próprio bem comum de todos, do planeta e ao lado dos "de baixo", isto é, dos excluídos e excluídas, como também da classe trabalhadora como um todo. No próximo capítulo, desenvolvendo o nosso raciocínio, apresentaremos as faces ou os modos de ser da extensão universitária.

II – Se fosse para comparar o nosso estilo de se fazer extensão com insetos, com que pareceria: com o da aranha, da formiga ou da abelha? Qual delas se aproxima mais da extensão popular?

O que tem a ver uma aranha, uma formiga e uma abelha com a questão discutida, a saber, sobre extensão? À primeira vista, nada. Pois, parece que estamos fazendo uma reflexão mais a respeito da vida dos insetos do que propriamente o assunto proposto.

Essa exposição nada tem de ingenuidade tão pouco tem a intenção de arrancar risos de alguém, uma vez que refere-se a um argumento organizado por Francis Bacon, filósofo inglês, do século XVI-XVII, que através dessas comparações (aranha, formiga e abelha) direcionou o seu argumento crítico filosófico ao racionalismo e ao empirismo, filosofias surgidas com o advento da ciência moderna. Da sua parte, o que se percebe, são críticas aos racionalistas e empiristas, e, por seu turno, seu próprio entendimento sobre ciência bem como o cientista, o qual é representado por uma abelha.

Coincidências à parte, pois pretendemos comparar as correntes filosóficas de pensamento surgidas durante a modernidade com a extensão universitária hoje; já que cada movimento desse, na minha opinião, aproxima-se do jeito de ser das atividades extensionistas. Analisaremos uma a uma. É claro que isso é só um comparativo, a partir do meu olhar e de minha formação filosófica, com a qual pretendo dar a minha contribuição.

O que se constata acerca das atividades extensionistas na atualidade, é que pouca coisa mudou, isto é, comporta-se à maneira de quando a ciência moderna surgiu. Daí, perceberemos com relação ao desvencilhar do pensamento que continuamos a atuar de forma muito semelhante, no que diz respeito às nossas práticas extensionistas.

O filósofo considerado emblemático desse período, René Descartes, foi o primeiro, nos tempos modernos, a providenciar a separação da realidade em duas: *res cogitans e res extensa*. Ou seja, ele priorizou a razão (*res cogitans*) em detrimento às coisas materiais (*res extensa*), as quais existem ao nosso redor (tudo aquilo que está submetido aos nossos sentidos: audição, paladar, tato, visão). Descartes dicotomizou, ou melhor, antagonizou externo e interno, compreendendo que o conflito entre os dois polos seria a melhor escolha para a pesquisa, a qual se erigia através do método que ele elaborou. Este conflitante duelo gerou as correntes filosóficas racionalista e empirista, as quais até hoje sentimos seus efeitos e suas influências nas ciências da contemporaneidade, bem como nos estudos desenvolvidos.

Para esclarecer melhor o contexto que originou-se a filosofia moderna, opondo-se à idade média, cuja centralidade repousava em Deus e na religião católica, Severino traça as principais peculiaridades desse novo período da história, na qual Bacon era contemporâneo:

> Os pensadores da época começavam a praticar o conhecimento de forma autônoma, dispensando a interferência de forças transcendentais, tão presentes e relevantes para os pensadores medievais. Mas ressaltar a autonomia da razão natural humana era, ao mesmo tempo, afirmar a própria autonomia ontológica do homem e do mundo. Esse naturalismo ontológico sustentado pelo racionalismo epistemológico leva a filosofia moderna a defender a centralidade do mundo, como natureza física, e do homem, no interior dessa natureza. Trata-se de uma posição de firme cosmocentrismo e de antropocentrismo, tendências que levam a um deslocamento de Deus do centro da realidade, questionando o teocentrismo medieval (SEVERINO, 2006, p. 52).

Por essa razão, ao nosso entender, se quisermos fazer jus a uma extensão popular,

> A universidade tem que se afastar do paradigma cartesiano, cujo predomínio prevalece até hoje sobre sua forma positivista. A *res cogitans* e *res extensa* são as formas da instituição de ensino visualizar a realidade. Como se o sujeito que pensa (*res cogitans*) e a coisa ou o objeto pensado (*res extensa*) fossem realidades incongruentes e separadas distintamente. A ponto de quem pensa estivesse numa posição privilegiada, uma vez que todas as coisas existentes são submetidas às suas categorias, normas e vontades de seu pensamento, melhor dizendo, tudo tem existência porque há o sujeito pensante. Ele é quem ratifica e determina quem ou o que deve ser ou não-ser. Por meio dessa compreensão de extensão universitária, constata-se que subjetividade e objetividade não coexistem. Vivem em mundos apartados um do outro (SOUSA, 2022, p. 32).

A esse respeito, para descrever melhor essa atuação dessas correntes de pensamento no desenvolvimento da ciência vigente, Francis Bacon, utilizando-se de metáforas, comparou as formas de como o conhecimento se sucede, aos animais, precisamente a insetos. Para ele, o racionalismo comparado a uma aranha, porque produz e nasce com a própria teia, dando a entender que já nascemos com algum tipo de conhecimento *a priori*; já o empirismo, por sua

vez, é representado pela formiga, uma vez que ela acumula e guarda as coisas para a sua sobrevivência, levando a compreensão, ao contrário dos racionalistas, de que nascemos sem conhecimento algum, e isto é demonstrado através de uma lousa branca ou tábula rasa, portanto, em se tratando de conhecimento, ele passa a ter sentido a partir da aquisição, isto é, nós obtemos o saber quando o acumulamos, ou seja, *a posteriori*. A respeito dos empiristas, observamos uma nítida semelhança com a "educação bancária", muito denunciada por Freire, o qual alega que essa educação satisfaz as vontades manipuladoras e opressoras da elite político-econômico-cultural.

De acordo com Bacon, nem o racionalismo nem o empirismo trazem a verdade propriamente dita a respeito da ciência, já que a origem do conhecimento é representado por uma abelha, a qual seria a mais viável dos insetos citados. Conforme Grissault (2012, p. 96), "A abelha está entre uma e outra; ela tira a matéria-prima das flores do campo e dos jardins; depois, por meio de uma arte que lhe é própria, a elabora e digere".

É perceptível aos nossos olhos, a tendência, a preferência de que lado a extensão caminha. No que diz respeito à extensão predominantemente universitária (exercício da política de estado, assistencialista), ela tem um viés envernizado pela classe dominante; daí a universidade pública exercer o papel, que não deveria ser o seu, reprodutor dessas ideias. Por isto, a extensão popular, tem característica ímpar, porque por ser popular já assume, em essência, a tarefa de estar junto com a classe trabalhadora e, consequentemente, explorada e excluída da sociedade capitalista; também propondo alternativas emancipadoras e libertadoras.

Retomando o discernimento iniciado, dizemos que a aranha aproxima-se de um jeito de se fazer extensão mais alicerçada na teoria, levando a compreensão de que esse estilo volta-se para uma extensão presa ao teto e as paredes, ignorando, por assim dizer, o chão da realidade, pela qual ela não necessita pisar, a não ser em raríssimas ocasiões. Também temos que levar em consideração que, o teto e a parede são os locais que a aranha costumeiramente fabrica a sua teia, para pegar e neutralizar a sua presa, ou melhor, o seu alimento. Disto depende a sua sobrevivência e a sua proteção. Muitas extensões caminham por essa via de mão única, isto é, agarram-se e aprofundam cada vez mais ao dogmatismo científico, cuja

prática extensionista não mantém e, o que parece, não quer manter vinculação com o objeto e o sujeito da pesquisa, por achar que isso é empecilho à uma orto-prática (correta prática) de extensão.

Ao fazermos comentários acerca da formiga, percebemos que essa extensão é terrena, isto é, não tem a cabeça como as aranhas em direção às coisas do alto ou do céu. Ela se concretiza a partir daquilo que os sentidos proporcionam, e sua abrangência é tudo aquilo que atravessa o seu campo de contato: ouvido, a visão, o tato e o paladar. As formigas são empíricas por manterem uma ligação com a prática. Para elas, as elucubrações, as quais pertencem ao "mundo das ideias", da "teorização absoluta" não fazem nem tem sentido. O importante é a praticidade das coisas, isto é, a ciência é pura prática laboratorial, experimentos, também mensuração, coleta de dados, resultados imediatos, instrumentos tecnológicos, etc.; aqui, não precisa de muita teoria, caso venha a precisar seria para justificar a execução da pesquisa.

Coerente com o seu pensamento, Bacon sugere a abelha como alternativa às duas propostas opositoras. Esta é a mais convergente com a ideia de extensão popular, que estamos organizando. Neste ponto vale retomar a fala de Freire, para quem o pesquisador/educador popular é considerado um "o humanista científico revolucionário" (Pedagogia do oprimido, 2017); considerando que a extensão popular tem viés, perfil freireano, também estendemos tal conceituação ao extensionista popular.

A partir disso, por ser comparada a abelha, a práxis, e não a prática, da extensão popular tem caráter humanizador. Pois, enxerga as pessoas igualmente a flores, cujos perfumes são verdadeiros bálsamos, cujos aromas fazem com que criemos laços de empatia, simpatia, humanizantes, os quais não se desatam facilmente. Este é o lado afetuoso, amoroso, de confraternização em que o extensionista popular mergulha. Ele ou ela, sente-se em casa, aconchegado. Além de enxergar as pessoas e tratá-las como tais, encontra e reconhece que o *locus* da pesquisa não é simplesmente um espaço geográfico, é mais do que isso; é um jardim de flores, no qual a sua pesquisa ganha humanidade, pois se reconhece como uma flor, que deve ser e tornar-se protagonista de sua própria beleza e fragrância, situando-se como ser-no-mundo, construtor e fundador de outro mundo possível. Eduardo Galeano, utiliza uma frase que cai bem a esse contexto, o qual estamos apresentando. Para ele, "Viajar é ampliar

quem somos. Este tipo de viagem que nos acrescenta outras formas de ser só ocorre quando criamos uma sintonia com espaços e hábitos diferentes" (GALEANO, 2015). Isto é extensão popular em seu amplo sentido.

Assim, o objetivo é sugar o néctar de cada indivíduo ou coletivo, sem que empurre à morte totalitária do ser da flor e do jardim, respeitando a boniteza que jaz na particularidade desses sujeitos inacabados. Isto é o que compreendemos por extensão popular. Ela não coisifica os sujeitos de suas pesquisas, ao contrário, junto com eles tornam-se protagonistas construtores de epistemologias. Por assim dizer, o (a) extensionista popular é um (a) "abelhudo (a)" no bom sentido do termo, qual seja? Curioso. Visto que a curiosidade, a este respeito nada tem a ver com a morte do gato, mas com a possibilidade de levar o sujeito a superar a "curiosidade ingênua", levando-o à "curiosidade epistemológica" (FREIRE, 2019).

III – Extensão popular e educação popular: parceiras na construção de uma sociabilidade alternativa em permanente dialogicidade com a universidade pública e os movimentos sociais populares.

Trouxemos, chegamos com a nossa bagagem epistemológica, com os nossos juízos de valor preestabelecidos, com as nossas visões de mundo para ajudá-los a solucionar os problemas, a desenvolver e a criar. Tudo isto é resultado de incansáveis pesquisas, as quais passamos horas, dias e anos estudando assuntos diversos, trancafiados em nossos laboratórios, objetivando encontrar, eureca..., a panaceia. Ou seja, não viemos para escutá-los e escutá-las, porque vocês não têm a formação, o conhecimento, o saber, e, por último, a excelência científica que temos. Isto soa a um tipo de colonização, que, por sua vez, desemboca num epistemicídio dos saberes instituídos no *locus*, no qual está sendo realizada a extensão.

Daí, entendermos que em extensão,

> Sempre prevalece a ideia de uma coisa que está ligada a outra. Isto para dizer que sua maneira de ser depende dessa relação intrínseca entre, em que um está numa ponta e o outro na outra. Dessa maneira, caí bem o significado de mensuração, isto é, medição

> e cálculo. Em outras palavras, está relacionado à forma moderna-matematizada de enxergar o mundo hodierno" (SOUSA, 2022, p. 31).

Isso conduz a compreensão de uma relação de poder, de hierarquia, em que a conexão "entre" é de superioridade e inferioridade, e nunca harmoniosa; todavia, impositiva, visto que quem sabe, sabe porque adquiriu imensa quantidade de conhecimentos ao longo da vida acadêmica; vale salientar, dentro das universidades, bibliotecas e laboratórios. Esta posição, reflete o que dissemos acima a respeito da ideia que os tempos modernos e de hoje apostam como sendo o verdadeiro modo de conhecer, a saber, tudo aquilo que está ligado a quantidade, cálculo, à maneira matemática de ser na atualidade. Portanto, esses espaços são, por assim dizer, guardiões de todas as espécies de conhecimentos existentes. Fora deles, não há possibilidade de existir, por menor que seja, outro tipo de conhecer ou saber.

Por isso, ao nosso ver, continuando o argumento citado acima,

> Muitos programas de extensão, organizados pelas universidades públicas, correm para tal tendência ou a põem em prática. Entendemos que a extensão popular nada ou pouco tem a ver com essa concepção colocada, visto que, comumente, a prática acadêmica demonstra afinidades mais com a visão abordada. Digo isso, porque é fato e notório a posição da Instituição de Ensino Superior (IES) acerca da extensão universitária, sempre a compreende como uma maneira de se sobrepor a outrem.

Ao tratarmos de extensão popular, não podemos deixar de vinculá-la à educação popular. Não houve uma ordem cronológica: primeiro surgiu a educação popular e depois a extensão. Ambas surgiram simultaneamente, isto é, ao mesmo tempo, para atuarem de forma igualmente no processo de humanização. Sem que existisse subordinação nem hierarquia entre elas, apenas colaboração, parceria. E isto tem muito a ver com o próprio conceito de educação popular, o qual se esclarece por ganhar tamanha elasticidade, profundidade, complexidade e, inacabamento.

Isso é corroborado por Alder Calado, em que ao se referir a educação popular estende e entende que não se desvincula da extensão popular. Elas permanecem umbilicalmente ligadas. Por isto, na sua opinião "Tão abrangente conceito de EP parece aproximar-se de uma panaceia: nele cabe (quase) tudo, desde que se trate de algo ligado a algum tipo de formação das camadas populares. Tal conceito alcança, por exemplo, experiências de ensino, pesquisa e extensão" (CALADO, 2020, p. 85-86).

Ainda de acordo com o autor citado, em sua trajetória acadêmica, a experiência de extensão foi um dos aspectos mais fortes da universidade. Ao ingressar na universidade como docente, elas não tinham, em sua maioria, um caráter formal. A extensão era realizada por iniciativa nossa, e aos finais de semana, porque não eram institucionalizadas.

Isso que Alder Calado vem comentando é resultado dessa frieza intelectual que as universidades públicas vêm gestando em seus ambientes. Por esta razão,

> A consciência científica é gerada nesse contexto e ambiente hermético da intelectualidade das universidades, na atualidade ela consta como saber onisciente, onipotente e, consequentemente, onipresente. Isto vem a significar que, todas as formas de conhecer devem submeter-se a esse padrão, ou seja, para sobreviver e conseguir o reconhecimento nos tempos de hoje, todo e qualquer conhecimento tem que se adequar, adaptar-se a esse paradigma epistemológico hegemônico denominado ciência. Isso para dizer que nada escapa e tudo é abrangido pela força da ciência. Seu poder chega a todos os recôncavos. Ela é o conhecimento por excelência, que chancela a entrada no cânon da cientificidade, ou melhor, é ela que determina e afirma epistemologicamente: este é conhecimento, esse talvez, aquele nem pensar (SOUSA, 2020, p. 13).

Extensão popular não dá o peixe nem ensina a pescar. Ela exerce aquilo que a universidade pública deveria fazer desde sempre, a saber, trabalhar de forma coletiva e prioritária, de maneira que a sociedade civil organizada esteja envolvida em suas empreitadas, e não o mercado, cuja relação de forças é mais de subordinação e não de orientação ou formação de mão de obra. Pois, quando um coletivo sente que a quantidade de peixes pescados por eles é suficiente para afundar seus barcos, então, pedem socorro aos outros de imediato. Daí, podemos perceber a diferenciação que há entre dar o peixe e ensinar a pescar, para a ideia de coletividade ou universidade propriamente dita.

Simplesmente oferecer o peixe leva aquela a atitude assistencialista, que políticos mal intencionados fazem, como também a práticas religiosas piedosas; já ensinar a pescar conduz àquela compreensão de que todo mundo é meritocrático, empreendedor, *youtuber* ou *coach*.

Alder Calado, no que lhe diz respeito, assegura que a

> Educação Popular na Universidade constitui um desafio a ser enfrentado, com lucidez, com coragem e com audácia, por um percentual ainda simbólico do conjunto de sujeitos da Universidade, mas, de todo modo, resta o convite a que, ano após ano, mais gente se incorpore a estas práticas de Educação Popular, no âmbito da Universidade.

> Para tanto, cumpre inovar dia após dia, as formas de trabalho, de tal modo que, seja no planejamento, seja na vivência dos componentes curriculares, seja nas atividades de pesquisa e de extensão, seja ainda na capacidade de interagir com os movimentos sociais populares e outras organizações de base de nossa sociedade, vamos conseguindo imprimir ritmos promissores, nesta perspectiva, de tal sorte que, o que representava o "Trivium" Medieval (a lógica, trabalhada como instrumento do bem-pensar; a gramática, instrumento trabalhado como a arte do bem-escrever; e a retórica, instrumento para se trabalhar melhor o falar, o comunicar) e o "Quadrivium" (a aritmética, a geometria, a astronomia e a música), base-curricular dos inícios da Universidade, se convertam, no campo da Educação Popular, em novos componentes curriculares, em que ênfase seja dada não tanto ao "bempensar" (a lógica), não tanto ao bem-escrever (gramática), não tanto ao discurso-rebuscado (a retórica), mas a enfatizar-se a Práxis, a Ortopraxia, a ousadia de transformar o mundo, quanto ao modo de produção, ao modo de consumo e ao modo de gestão societal, alternativos a toda sociedade de classes, e em harmonia com o planeta, de modo a tomar estas balizas como fundamento teórico-prático da atuação da Educação Popular e da Extensão Popular (CALADO, 2022).

Fazendo um balanço das práticas de educação popular e de extensão popular, dos anos 90 e 2000, não deixando de reconhecer avanços significativos, propositivos e profícuos, Calado alargando e permanecendo na discussão citada, chega aos dias atuais tecendo o seguinte comentário,

> Tratar-se de experiências que entendemos como conquistas, mas também como desafios. Como conquistas, pelo fato de representarem avanços consideráveis na parceria entre uma universidade pública – UFPB- e diversas organizações de base de nossa sociedade. Parceria feita com sujeitos históricos relevantes, a exemplo de vários movimentos populares, tais como o MST, o MPA, o movimento das comunidades populares, pastorais sociais do Campo, parceria com os povos originários da região, com as comunidades quilombolas, com os trabalhadores e trabalhadoras do campo, tendo a educação do campo como um horizonte de referência voltado para a educação popular e para a extensão popular.

Por esse motivo, a educação popular e a extensão popular juntas formam uma contra hegemonia, nadando na contramão da história da educação, uma vez que essa história é narrada por aqueles considerados senhores do conhecimento e da verdade; em contrapartida a isso, essas forças populares, educação e extensão popular, devem partir do pressuposto de que, estando na base, têm por objetivo formar para libertar e humanizar. Portanto, não esperemos que outro mundo seja construído de novo pelos "de cima", este já caminha para o fim, a depender deles. A saída para tudo isso, a extensão e a educação popular já encontrou, a saber, nas flores e nos jardins de cada sujeito individual e coletivo dos "de baixo".

Considerações finais

Durante anos a prática extensionista se mostrou omissa, conivente e apática a situação gritante em que vive a grande maioria da população, especificamente os “de baixo”. Olhando a partir de suas zonas de conforto os extensionistas não se veem na condição de pessoas desprivilegiadas, invisibilizadas, pois ao ingressar no universo da academia, no *locus* de suas pesquisas, esquecendo de quem são e de onde vêm, reproduzem aquilo que se encontra pré-estabelecido, ou seja, um conhecimento pronto, acabado, e o principal, dogmatizado.

A extensão popular, por sua vez, irmanada a educação popular, preferencialmente de matriz freireana, propõe outro jeito de enxergar a universidade pública, o qual se envereda pelos caminhos dos “de baixo”, melhor dizendo, todos e todas que são barrados e proibidos por serem negros (quilombolas), indígenas, mulheres, favelados, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, movimentos sociais populares, e que tiveram o direito a educação negado, como também negaram as suas humanidades. Tudo isso, arquitetado por aqueles e aquelas denominados senhores de seus destinos, cujo poder político-econômico e o Estado, sujeitou-os a se contentarem com migalhas caídas de suas fartas mesas.

Dessa forma, tanto a extensão como a educação popular exercem papel relevante na destruição e na construção de um novo modelo de universidade pública como também de um novo modelo de sociedade.

Referências

Capítulo de livro:

CALADO, A.J.F. Educação Popular como processo humanizador: quais protagonistas? In: Ailza de F. O. ... [*et al*.] (Org.). **Educação popular**: autoras e autores da Paraíba. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. - (Coleção Saberes em Educação Popular; v.1).

SALES, I. da C. Da extensão -apêndice à produção do conhecimento pela confrontação dialógica de saberes. In: CRUZ, P. J. S. C.; NETO, J. F. de M. (Org.). **Extensão Popular**:educação e pesquisa. - João Pessoa-PB: Editora do CCTA, 2017.

SOUSA, A. S. de. Educação popular como lugar epistemológico de intercâmbio de saberes: da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica. In: **Educação Popular e Construção Compartilhada do Conhecimento**: Debates Teóricos. ARAÚJO, R. S. de; CRUZ, P. J. S.

(Org.). - 1. ed. - João Pessoa, PB: Editora do CCTA, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2020.

Livro:

FREIRE, P.. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. - 59ª ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. - 64. ed. - Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GRISSAULT, K. Bacon. **50 autores-chaves de filosofia**... e seus textos incontornáveis; tradução de João Batista Kreuch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

NETO, J. F. de M. Extensão popular e ética. In: **Extensão popular**. 2. ed. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. - São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

VÁZQUEZ, A. S.. **Filosofia da práxis**; tradução María Encarnación Moya. - 1ª ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007. (Coleção pensamento social latino-americano dirigida por Emir Sader).

Anais de evento:

Impresso

SOUSA, A. S. de. Ex-tensão popular: a reinvenção da universidade pública e sua dimensão cósmico-espacial. .In: CRUZ, P. J. S. C.; SILVA, F. M. da (Org.). - **IV Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular** (SENAPOP): Extensão popular e a construção compartilhar do conhecimento: contribuições, desafios e possibilidades. - João Pessoa, PB: **Anais** [...]. Editora do CCTA, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2022.

Materiais disponíveis na internet:

CALADO, A.J.F. **A Educação Popular na Universidade**: Conquistas e Desafios. Disponívelem:https://revistaconsciencia.com/a-educacao-popular-na-universidade-conquistas-e-desafios/. Acesso em: 30/03/2022.

GALEANO, E. **Ser culto**. Disponível em:https://www.youtube.com/shorts/DwQv4NRkwS8. Acesso em: 12/03/2024.

GALEANO, E. **Viajar é ampliar quem somos.** In. NETO, Miguel Sanches. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/viajar-e-ampliar-quem-somos-33f7k4y9cuuubpat3tzrpr89m/ . Acesso em: 11/02/2025.

UNIVERSIDADE FORA DOS MUROS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA EXTENSÃO POPULAR NA FORMAÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO TENDA PAULO FREIRE

Fernanda Nogueira Campos Rizzi[1]
Artur Paiva Aguiar[2]
Isabella Pereira Campos[3]
Iasmim Cristina Aguiar Carvalho[4]
Raphaela Isabel Siqueira de Araújo Pinheiro[5]
Jamile dos Santos Domingos[6]

Palavras-chave: Cuidado Integral. Educação Popular. Extensão Universitária. Formação Acadêmica. Saúde Mental.

Introdução

A atividade de extensão se mostra essencial à formação acadêmica, pois proporciona um espaço de diálogo, troca de saberes e integração entre universidade e sociedade. Campos et al (2017) mostra que, por meio dessa atividade, adquire-se conhecimento acerca das culturas populares, sendo um meio pelo qual a instituição acadêmica contribui para a comunidade. Logo, por integrar o conhecimento científico com o conhecimento tradicional, a extensão torna-se uma forma de aproximação entre universidade e sociedade. Por isso, segundo Silva et al (2017) essa atividade universitária é "entendida como parte indispensável do tripé formativo acadêmico-profissional".

Nesse sentido, ressalta-se a importância das instituições acadêmicas estimularem essa prática fora de seus muros ao promover contato entre seus estudantes e a população. Para tentar superar os desafios para a realização da atividade de extensão, o Conselho Nacional de Educação determinou que, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos

[1] Doutora em Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, fernanda.rizzi@ufu.br.
[2] Acadêmico de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, artur.paiva2004@gmail.com.
[3] Acadêmica de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, isamedicinaufu@gmail.com.
[4] Acadêmica de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, iasmim.carvalho@ufu.br
[5] Acadêmica de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, raphaela.pinheiro@ufu.br
[6] Acadêmica de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia domingos.jamile@ufu.br

em todas faculdades devem ser de atividades expansionistas. Entretanto, mesmo com esse avanço, ainda persistem diversos obstáculos para a realização dessas atividades, como muitos descumprimentos dessa norma.

Dessa forma, no que se refere às potencialidades da extensão, a Liga de Saúde Mental, em conjunto com estudantes de Saúde Coletiva VIII, realizou a Tenda Paulo Freire. Essa atividade extensionista buscou criar um espaço coletivo e transformador, promovendo o encontro entre diversos saberes, práticas e experiências.

O objetivo deste relato de experiência é discutir os desafios e as potencialidades da extensão popular, destacando suas contribuições para a formação do profissional de saúde a partir da Tenda Paulo Freire. Além disso, busca evidenciar a importância dessa extensão na trajetória acadêmica dos estudantes. Ao abordar tanto os desafios quanto as conquistas das atividades extensionistas, este estudo reforça a necessidade de ampliar iniciativas como a Tenda Paulo Freire, fortalecendo seu impacto na formação e na prática profissional.

Aspectos metodológicos da experiência

Este trabalho é um estudo descritivo do tipo relato de experiência, desenvolvido a partir do projeto Tenda Paulo Freire, que tem como objetivo promover a saúde, estimular o debate sobre diferentes práticas de cuidado e incentivar a busca pela saúde mental da comunidade. A iniciativa reuniu integrantes da LISAM da FAMED/UFU, estudantes do oitavo período do curso de Medicina da UFU e professores orientadores. Juntos, eles promoveram um evento no Parque do Sabiá, em Uberlândia, realizado no dia 16 de fevereiro de 2025, das 8h às 12h.

As atividades da Tenda foram introduzidas à população por meio da equipe da LISAM, que explicava a relevância das práticas oferecidas e incentivava a participação dos frequentadores do parque. Entre essas atividades, destacavam-se as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), como auriculoterapia, meditação, Reiki e yoga, que proporcionaram um espaço coletivo de relaxamento e conexão entre corpo e mente. Para atrair ainda mais o interesse do público, os estudantes do oitavo período realizaram aferição de pressão arterial e glicemia capilar, momento em que os participantes eram convidados a conhecer e participar das demais ações promovidas pela Tenda.

Uma roda de conversa foi realizada em consonância com os princípios da Educação Popular em Saúde (EPS), proporcionando um espaço para a troca de conhecimentos. Durante o encontro, enfatizou-se o uso terapêutico de ervas e plantas medicinais como uma alternativa à medicalização excessiva, promovendo um modelo de cuidado mais integral e humanizado. A atividade foi mediada pela Cacica Tupinambá de Yberabá, que compartilhou a cultura e os saberes tradicionais de seu povo, enriquecendo o debate com perspectivas ancestrais sobre saúde e bem-estar.

Essa experiência reforça a potencialidade da extensão universitária como ferramenta para promover a integração entre ensino, pesquisa e comunidade, permitindo que o conhecimento acadêmico seja aplicado em realidades diversas e contribuindo para a formação crítica e humanística dos estudantes (Ribeiro et al., 2016). Além disso, a extensão universitária amplia o aprendizado dos discentes ao possibilitar vivências práticas e coletivas, ao mesmo tempo em que fortalece a relação da universidade com a sociedade (Guimarães et al., 2021).

Entretanto, a prática extensionista também enfrenta desafios, como a necessidade de adaptação às realidades locais, a busca pela participação ativa da comunidade e a manutenção das ações extensionistas dentro da universidade. A extensão popular exige estratégias que garantam um diálogo horizontal entre acadêmicos e população, respeitando os saberes tradicionais e promovendo um cuidado em saúde mais acessível e humanizado (Guimarães et al., 2021).

Dessa forma, a Tenda Paulo Freire exemplifica tanto os desafios quanto as potencialidades da extensão popular, ao articular o conhecimento científico com os saberes tradicionais e possibilitar práticas de cuidado voltadas à saúde mental e ao bem-estar da comunidade (Ribeiro et al., 2016).

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A Tenda Paulo Freire, realizada no Parque do Sabiá, foi um evento dedicado à promoção da saúde mental, fundamentada nos princípios da Educação Popular em Saúde e nas Práticas Integrativas e Complementares (PICS). Essa iniciativa fortaleceu a relação entre os estudantes e a comunidade, promovendo um cuidado integral e humanizado.

Inspirada na pedagogia de Paulo Freire, a Tenda valorizou o diálogo entre saberes populares e acadêmicos, incentivando reflexões críticas sobre saúde mental e autocuidado.

Entre as potencialidades do projeto, destacam-se a ampliação do cuidado para além do modelo biomédico tradicional, incorporando práticas como reiki, yoga, auriculoterapia e fitoterapia. Ademais, o projeto fortaleceu a formação dos estudantes, desenvolvendo habilidades como empatia, escuta sensível e reflexão crítica sobre o sistema de saúde, além de contribuir para a democratização do acesso à informação sobre saúde mental. Indo de acordo com o que afirmam Benincá e Campos (2017), que a extensão popular promove um diálogo transformador entre universidade e sociedade ao valorizar os conhecimentos populares e enfrentar desigualdades sociais. A Tenda também foi um espaço de resistência ao integrar saberes ancestrais e práticas comunitárias ao cuidado em saúde, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS, 2013).

No entanto, o projeto enfrentou desafios para sua execução. O reconhecimento das PICS ainda encontra resistência, visto que ainda pode haver desconhecimento ou receios em relação a tais práticas. Inclusive, o estigma em torno da saúde mental também foi um obstáculo à participação. Além disso, a implementação de atividades de extensão como tal exige apoio institucional e, embora o Conselho Nacional de Educação estabeleça um percentual mínimo de carga horária para a extensão, ainda há dificuldades para que sejam efetivamente implementadas.

Os aprendizados adquiridos com a Tenda Paulo Freire reforçaram o argumento de Ribeiro, Pontes e Silva (2017), que a universidade tem evoluído para incorporar saberes plurais em suas práticas acadêmicas, rompendo com paradigmas tradicionais. O que potencializa a importância do diálogo entre diferentes saberes, a necessidade de expandir a inserção das PICS no sistema público de saúde e o impacto positivo da extensão universitária na formação de profissionais mais sensíveis às demandas sociais. A Tenda não apenas ofereceu práticas de cuidado, mas também fomentou reflexões e transformações na forma como a saúde mental é abordada.

Considerações finais

A experiência da Tenda Paulo Freire reafirma a importância da extensão universitária como uma ponte essencial entre a academia e a sociedade. Ao valorizar o diálogo entre saberes científicos e populares, a atividade demonstrou seu potencial transformador na formação dos estudantes e na promoção da saúde mental comunitária. A utilização das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e a abordagem da Educação Popular em Saúde fortaleceram o cuidado integral e humanizado, permitindo que os participantes experimentassem novas formas de autocuidado e bem-estar.

Apesar das dificuldades enfrentadas, como a resistência à aceitação das PICS e os desafios institucionais para a efetivação das atividades de extensão, a iniciativa evidenciou a necessidade de ampliar e consolidar essas práticas dentro das universidades. A Tenda Paulo Freire mostrou que, ao promover espaços de troca de conhecimento, a extensão universitária não apenas cumpre sua função social, mas também contribui para a formação de profissionais mais críticos, sensíveis e preparados para atuar de forma humanizada no campo da saúde.

Dessa forma, reforça-se a importância do fortalecimento das políticas institucionais de extensão, garantindo maior apoio e incentivo para que iniciativas como essa possam se expandir. A continuidade e ampliação desses projetos são fundamentais para que a universidade se mantenha comprometida com sua função social e para que o ensino superior forme profissionais mais conectados com as realidades e necessidades da população.

Referências

DIRCEU BENINCÁ ; CAMPOS, Fernando Silva. Extensão popular: Uma proposta transformadora para a educação superior. **Dialogia**, n. 27, p. 145–156, 2017.

PALHARES, Marina; BRUNA; TEXEIRA, Marília; *et al*. Potencialidades da extensão universitária: um relato de experiência a partir das ações do Programa Aproxime-se durante a pandemia da Covid-19. **Extensão em Foco**, n. 23, 2021.

RIBEIRO, Mayra Rodrigues Fernandes; PONTES, Verônica Maria de Araújo ; SILVA, Etevaldo Almeida. A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS - DOI: 10.5212/Rev.Conexao.v.13.i1.0004. **Revista Conexão UEPG**, v. 13, n. 1, p. 52–65, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/9097/5506>.

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NAS LICENCIATURAS NA MODALIDADE EAD: A EXTENSÃO POPULAR COMO ESTRATÉGIA FUNDAMENTAL

Anderson Martins Corrêa[1]

Elaine Borges Monteiro Cassiano[2]

Resumo:
A obrigatoriedade da curricularização da extensão nos cursos de graduação, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, exige que pelo menos 10% da carga horária total dos cursos seja composta por atividades extensionistas. No caso das licenciaturas ofertadas na modalidade de educação a distância (EaD), esse desafio se intensifica, sobretudo após a regulamentação da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que determina que 50% da carga horária desses cursos deve ocorrer presencialmente. Essa exigência impõe desafios estruturais para universidades e Institutos Federais, que precisam garantir infraestrutura física e logística para atender à demanda, sem comprometer a democratização do acesso à formação docente. Neste contexto, a Extensão Popular se apresenta como uma abordagem essencial para integrar a curricularização da extensão às licenciaturas EaD, permitindo que licenciandos desenvolvam experiências práticas em contextos educacionais reais, mesmo em uma formação predominantemente remota. Este artigo discute a necessidade da extensão na formação de professores na EaD, a relevância da UAB e dos Institutos Federais na interiorização do ensino superior e como a Extensão Popular pode ser implementada como uma solução pedagógica estruturante, garantindo que a formação docente ocorra de maneira crítica, reflexiva e socialmente comprometida.

Palavras-chave: Curricularização. Extensão Popular. Licenciaturas EaD. Formação Docente.

Introdução

A formação de professores no Brasil enfrenta desafios históricos e estruturais que impactam diretamente a qualidade da educação básica. A necessidade de ampliar o acesso à graduação levou à criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituída pelo Decreto nº 5.800/2006, como um programa estratégico para formar professores em regiões de difícil acesso. No entanto, a formação docente na modalidade EaD requer adaptações metodológicas e pedagógicas que garantam não apenas o acesso ao ensino superior, mas também uma formação crítica e comprometida com as realidades educacionais brasileiras.

Nesse sentido, a obrigatoriedade da curricularização da extensão nos cursos de graduação, conforme estabelecido pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, impõe um novo desafio para as licenciaturas EaD. A extensão deve ser um eixo estruturante da graduação, garantindo a interação entre ensino, pesquisa e realidade social. Diante desse cenário, a Extensão Popular emerge como uma abordagem essencial para integrar os licenciandos em

[1] Doutor em Educação, docente do Programa ProfEPT - IFMS, anderson.correa@ifms.edu.br.
[2] Doutora em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária, Docente do Programa ProfNIT - IFMS, elaine.cassiano@ifms.edu.br. .

ações concretas de impacto social, promovendo uma formação docente ancorada no compromisso com a educação pública e com o desenvolvimento das comunidades.

Este artigo argumenta que a curricularização da extensão nas licenciaturas EaD pode ser estruturada a partir da Extensão Popular, garantindo que os estudantes se envolvam em atividades extensionistas que fortaleçam sua formação pedagógica e sua compreensão sobre os desafios educacionais brasileiros. Para isso, o texto será organizado em quatro partes: inicialmente, discutir-se-á a importância da extensão na formação docente, com ênfase na legislação vigente; em seguida, será abordado o papel da UAB na democratização do acesso à graduação e na formação de professores; posteriormente, será analisada a Extensão Popular como alternativa para garantir a efetividade da curricularização da extensão nas licenciaturas EaD. Por fim, apresentam-se considerações sobre a necessidade de uma formação docente mais alinhada à realidade social e educacional do país.

2. A Importância da Extensão na Formação Docente

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio fundamental nas universidades e institutos federais brasileiros, consagrado no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse princípio busca assegurar que a produção e a disseminação do conhecimento ocorram de forma integrada, promovendo formação acadêmica mais completa e conectada às demandas sociais.

Nos últimos anos, essa perspectiva ganhou destaque, culminando na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. De acordo com essa resolução, as instituições de educação superior devem assegurar, nos currículos de seus cursos de graduação, a integralização de, no mínimo, 10% da carga horária total em atividades de extensão, reforçando a importância da extensão universitária como componente obrigatório na formação acadêmica.

A formação inicial de professores possui particularidades que a distinguem de outras graduações, especialmente devido ao seu foco na preparação de profissionais que atuarão diretamente na educação das novas gerações. Esses docentes lidarão com crianças de diversas classes sociais, condições econômicas, contextos emocionais e realidades de vida. Nesse sentido, a extensão universitária desempenha um papel fundamental ao aproximar os graduandos das múltiplas realidades sociais de seus futuros alunos, proporcionando-lhes experiências práticas que enriquecem sua formação.

A participação dos acadêmicos em atividades de extensão possibilita o contato com estudos sistemáticos aliados às experiências práticas, promovendo uma formação mais completa e contextualizada. Além disso, a extensão universitária é uma estratégia dentro das universidades que, durante esse processo, permite que os futuros professores produzam conhecimento, construam perspectivas conceituais distintas e garantam uma formação cultural diversificada.

Ao engajar-se em projetos extensionistas, os licenciandos têm a oportunidade de interagir com diferentes comunidades, compreendendo as especificidades culturais, sociais e econômicas que influenciam o processo educativo. Essa vivência é essencial para que desenvolvam competências pedagógicas adaptadas às necessidades reais de seus futuros alunos, promovendo uma educação inclusiva e de qualidade.

Portanto, a extensão universitária e nos Institutos Federais não apenas enriquece a formação inicial dos docentes, mas também os prepara para enfrentar os desafios de uma sociedade plural, contribuindo para a construção de uma prática educativa mais sensível e responsiva às diversas realidades sociais. Para a formação docente, a extensão universitária permite que futuros professores compreendam melhor a realidade das escolas, dialoguem com comunidades e desenvolvam estratégias pedagógicas mais eficazes. Diferente de uma abordagem puramente teórica, a extensão possibilita experiências que integram teoria e prática, promovendo a reflexão sobre os desafios da educação pública no Brasil.

No entanto, quando se trata das licenciaturas ofertadas na modalidade EaD, esses desafios tornam-se ainda mais complexos. A interação entre estudantes, professores e comunidade não ocorre de forma espontânea como nos cursos presenciais, exigindo modelos inovadores para garantir a efetividade da extensão. A ausência do convívio diário nos espaços acadêmicos e escolares demanda a construção de estratégias diferenciadas, que possibilitem

aos licenciandos experiências práticas significativas e a inserção em contextos educacionais diversos. Assim, torna-se essencial pensar em metodologias que viabilizem a participação ativa desses estudantes em atividades extensionistas que não apenas cumpram a carga horária exigida, mas que tenham um impacto real em sua formação pedagógica e na realidade das comunidades onde irão atuar.

3. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Democratização do Acesso às Licenciaturas

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituída pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, com o propósito de expandir e interiorizar a oferta de cursos superiores na modalidade de educação a distância (EaD) no país. Essa iniciativa visa proporcionar formação inicial e continuada a professores em exercício na educação básica pública, bem como ampliar o acesso ao ensino superior para estudantes de regiões com oferta limitada de cursos presenciais.

A capilaridade da UAB permite que cursos superiores cheguem a municípios afastados dos grandes centros urbanos, democratizando o acesso à educação superior. Essa estratégia é semelhante à dos Institutos Federais, que, por meio de sua presença em diversas localidades, especialmente nas periferias do país, contribuem para a interiorização do ensino e para a formação de profissionais em diferentes áreas do conhecimento.

A oferta de cursos de licenciatura na modalidade EaD tem se mostrado fundamental para suprir a demanda por professores no Brasil. Dados indicam que a formação de novos docentes a distância mais do que dobrou em uma década, com pelo menos seis em cada dez concluintes de licenciaturas se formando pela EaD em 2022. Essa modalidade tem sido uma aposta estratégica para expandir a oferta de professores, atendendo às necessidades educacionais de diversas regiões.

Contudo, a formação de professores na modalidade EaD apresenta desafios específicos, especialmente no que se refere à vivência prática e à integração com as comunidades locais. A ausência do convívio diário nos espaços acadêmicos e escolares demanda a construção de estratégias diferenciadas que possibilitem aos licenciandos

experiências práticas significativas e a inserção em contextos educacionais diversos. Para isso, torna-se essencial pensar em metodologias que viabilizem a participação ativa desses estudantes em atividades extensionistas que não apenas cumpram a carga horária exigida, mas que tenham um impacto real em sua formação pedagógica e na realidade das comunidades onde irão atuar.

A inclusão da curricularização da extensão nos cursos da UAB pode transformar a relação entre os licenciandos e suas comunidades. Ao possibilitar que os estudantes desenvolvam projetos em contextos escolares e sociais, a UAB fortalece sua missão de formar professores críticos e engajados, garantindo que a formação docente não se limite a conteúdos teóricos, mas inclua vivências e práticas pedagógicas contextualizadas.

Além disso, a UAB atende a uma população que, em sua maioria, já está inserida no mercado de trabalho ou possui limitações de deslocamento. Assim, a extensão na EaD deve ser planejada de forma flexível e acessível, permitindo que os licenciandos participem de atividades extensionistas em seus próprios territórios e contribuam para a melhoria das condições educacionais locais.

4. A Extensão Popular como Ferramenta Estratégica na Curricularização da Extensão na Licenciaturas na modalidade EaD

A curricularização da extensão nas licenciaturas na modalidade EaD representa um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para consolidar uma formação docente que esteja efetivamente conectada às demandas educacionais e sociais do Brasil. Como discutido anteriormente, a necessidade de interiorizar a oferta do ensino superior levou à criação de políticas públicas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB), e também os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ambas iniciativas que visam garantir que a formação de professores chegue a comunidades periféricas e regiões afastadas dos grandes centros urbanos.

No entanto, para que a extensão cumpra sua função social e pedagógica de maneira efetiva, é fundamental que a metodologia utilizada nessas licenciaturas a distância possibilite

o contato direto dos licenciandos com realidades educacionais diversas, evitando que sua formação ocorra de forma fragmentada e desvinculada da prática docente.

É nesse contexto que a **Extensão Popular** se apresenta como uma ferramenta estratégica para a curricularização da extensão nas licenciaturas EaD. Fundamentada na concepção freireana de educação como prática dialógica e transformadora, a Extensão Popular se diferencia de modelos tradicionais ao priorizar a construção coletiva do conhecimento e a interação crítica com a realidade social. Para licenciandos que cursam sua graduação a distância, essa abordagem se torna essencial para superar a barreira física imposta pelo formato remoto, possibilitando sua inserção em experiências pedagógicas que extrapolam os ambientes virtuais de aprendizagem. Dessa forma, a Extensão Popular não apenas garante o cumprimento das exigências legais da curricularização da extensão, mas também fortalece a formação de professores comprometidos com a transformação social e a valorização dos saberes comunitários.

A implementação da Extensão Popular nos cursos de licenciatura EaD pode ocorrer por meio de múltiplas estratégias, garantindo que a formação dos futuros docentes não se limite à teoria, mas envolva uma prática reflexiva e comprometida com a realidade educacional do país. Diferentemente de abordagens extensionistas tradicionais, que muitas vezes se restringem à prestação de serviços ou ações pontuais, a Extensão Popular busca promover a construção coletiva do conhecimento, conectando Universidades/Institutos Federais e escolas da Educação Básica em um processo de aprendizado mútuo. Essa perspectiva se torna ainda mais necessária na EaD, onde os licenciandos, muitas vezes, enfrentam barreiras para vivenciar o cotidiano escolar de forma contínua. Assim, é fundamental pensar em mecanismos concretos que possibilitem essa inserção social, tais como:

- **Projetos de intervenção pedagógica em escolas públicas**: O envolvimento dos licenciandos em projetos de intervenção nas escolas possibilita a criação de materiais didáticos e metodologias inovadoras adaptadas às necessidades específicas de cada contexto educacional. Essa prática fortalece a capacidade dos futuros professores de planejar, aplicar e avaliar estratégias de ensino diferenciadas, além de promover um

diálogo direto com os docentes da educação básica. A participação dos licenciandos nesses projetos não apenas os ajuda a compreender os desafios enfrentados pelos profissionais da rede pública, mas também amplia sua percepção sobre a diversidade sociocultural dos alunos e sobre a importância de metodologias inclusivas e contextualizadas.

- **Ações de formação continuada para professores da educação básica**: A formação docente não se encerra na graduação. Para garantir que os profissionais da educação básica estejam preparados para lidar com as demandas contemporâneas da escola pública, é essencial estabelecer um canal de diálogo e colaboração entre a universidade e os professores em exercício. Nesse sentido, a Extensão Popular pode viabilizar ações de **formação continuada**, permitindo que os licenciandos atuem como mediadores no processo de atualização pedagógica, promovendo discussões sobre metodologias ativas, tecnologias educacionais, educação inclusiva e outros temas emergentes. Esse intercâmbio entre futuros professores e docentes experientes fortalece a construção de uma identidade profissional crítica e reflexiva, além de estimular a troca de saberes entre diferentes gerações de educadores.
- **Produção de conteúdos educacionais digitais para comunidades escolares**: A EaD se sustenta na mediação tecnológica para viabilizar o ensino-aprendizagem, e essa característica pode ser um diferencial no desenvolvimento da Extensão Popular. Os licenciandos podem atuar na produção de **materiais didáticos digitais**, como videoaulas, podcasts, plataformas interativas e recursos pedagógicos acessíveis, que podem ser utilizados por comunidades escolares e grupos sociais diversos. Além de favorecer o desenvolvimento de habilidades tecnológicas essenciais para a prática docente contemporânea, essa ação contribui para ampliar o acesso ao conhecimento por meio de recursos inovadores, beneficiando professores e estudantes de escolas públicas, especialmente aquelas situadas em regiões com menor infraestrutura educacional.
- **Pesquisas participativas em contexto escolar e comunitário**: A Extensão Popular também pode se consolidar por meio da **pesquisa participativa**, uma abordagem metodológica que valoriza a interação direta entre os licenciandos e os sujeitos da comunidade escolar. Esse modelo permite que os estudantes investiguem desafios

educacionais concretos – como o impacto da evasão escolar, dificuldades de aprendizagem, inclusão de alunos com deficiência, entre outros – e, a partir desse diagnóstico, elaborem soluções práticas em conjunto com professores, gestores e famílias. Dessa forma, a pesquisa se transforma em uma ferramenta de transformação social, promovendo a **articulação entre ensino, pesquisa e extensão**, conforme preconizado pela legislação educacional brasileira.

Ao integrar essas práticas ao currículo das licenciaturas EaD, a Extensão Popular garante que a curricularização da extensão não seja apenas um cumprimento burocrático, mas um elemento estruturante da formação docente. A participação ativa dos licenciandos em ações concretas possibilita que eles desenvolvam uma postura investigativa e crítica, compreendendo as complexidades do cotidiano escolar e fortalecendo seu compromisso com uma educação pública de qualidade. Mais do que uma exigência normativa, a curricularização da extensão, quando fundamentada nos princípios da Extensão Popular, se torna uma oportunidade única de aprimoramento da prática pedagógica e de construção de uma docência engajada e socialmente responsável.

5. Considerações Finais

Para aprofundar a discussão desenvolvida até o momento, é fundamental considerar o cenário atual da formação de professores no Brasil, especialmente no que se refere à Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Essa normativa estabelece diretrizes mais rigorosas para os cursos de licenciatura, incluindo a exigência de que pelo menos 50% da carga horária das licenciaturas ofertadas na modalidade a distância seja cumprida de forma presencial (Art. 14, §7º). A medida busca fortalecer a formação docente, garantindo que os futuros professores tenham experiências práticas significativas em ambientes escolares, promovendo uma integração mais efetiva entre teoria e prática.

No entanto, sua implementação traz desafios substanciais para as instituições públicas de ensino, como as universidades e institutos federais. A obrigatoriedade da presencialidade parcial requer infraestrutura física adequada, disponibilidade de polos de apoio presencial e

um planejamento logístico que permita o deslocamento dos estudantes até esses espaços. Considerando a capilaridade dos Institutos Federais e a abrangência da UAB, essa exigência pode se tornar um obstáculo para a ampliação da oferta de licenciaturas EaD em regiões remotas, onde justamente a modalidade a distância tem sido essencial para garantir a formação de novos professores. Além disso, a limitação orçamentária das instituições públicas de ensino superior pode dificultar a adequação de suas estruturas para atender a essa nova exigência, comprometendo a democratização do acesso à formação docente.

Desta feita, a curricularização da extensão nas licenciaturas EaD não deve ser encarada apenas como uma exigência normativa, mas como um elemento estruturante da formação docente, capaz de proporcionar uma experiência acadêmica mais integrada à realidade educacional do país. A Universidade Aberta do Brasil e os Institutos Federais desempenham um papel fundamental na democratização do acesso à graduação, permitindo que a formação de professores chegue a regiões historicamente marginalizadas. No entanto, o desafio de garantir que essa formação ocorra de maneira qualificada exige um planejamento cuidadoso, que supere os entraves estruturais e metodológicos impostos pela modalidade a distância, especialmente diante da exigência da Resolução CNE/CP nº 4/2024, que determina a realização de pelo menos 50% da carga horária das licenciaturas EaD em atividades presenciais.

A Extensão Popular, ao inserir os licenciandos em processos educativos reais e em diálogo constante com as comunidades, se apresenta como um caminho potente para a efetivação da curricularização da extensão nas licenciaturas EaD. Essa abordagem não apenas contribui para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, mas também fortalece a identidade profissional dos futuros docentes, preparando-os para enfrentar os desafios cotidianos da educação básica. Além disso, ao possibilitar que os licenciandos vivenciem diferentes contextos escolares e sociais, a Extensão Popular amplia sua compreensão sobre as desigualdades educacionais e fomenta o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e transformadoras.

Contudo, para que essa integração ocorra de maneira eficaz, é imprescindível que as instituições responsáveis pela oferta de cursos EaD invistam em políticas extensionistas bem estruturadas, garantindo que a extensão universitária e nos Institutos Federais não seja um apêndice burocrático, mas uma prática pedagógica essencial para a formação docente. Isso

inclui a criação de parcerias sólidas com redes de ensino, a valorização de metodologias ativas que estimulem a participação dos licenciandos em experiências concretas e a ampliação de investimentos para assegurar a infraestrutura necessária à realização das atividades presenciais exigidas pela regulamentação vigente.

Assim, a curricularização da extensão, quando fundamentada nos princípios da Extensão Popular, tem o potencial de ressignificar a formação de professores na modalidade EaD, consolidando um modelo educacional que não apenas capacita novos docentes, mas também os insere como agentes ativos na construção de uma educação pública de qualidade. Mais do que um requisito legal, essa articulação entre ensino, pesquisa e extensão deve ser compreendida como um compromisso inegociável com a transformação social, garantindo que os futuros professores estejam preparados para atuar de maneira crítica, reflexiva e comprometida com a realidade educacional brasileira.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 jun. 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 jun. 2024.

V SENAPOP 25

ESCUTAS DE MÃES ATÍPICAS ENTRE O SABER DA EXPERIÊNCIA, ENTREVISTAS E MEMÓRIAS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR.

Autora: Fabíola Santos da Silva

Resumo

O presente estudo teve como objetivo compreender como a Psicanálise partindo de seu construto escuta, pode ser fundamental no refreio do estresse em mães cuidadoras de crianças com alguma neuro divergência partindo de seus próprios relatos. Para compreender o processo da maternidade atípica, termo popular criado para referenciar as mães cuidadoras de pessoas com deficiência, e para delinear este estudo, foi solicitado a cada uma dessas mães, no total 6, uma carta aberta onde cada uma relatasse dores e sabores que as atravessam nessa caminhada. Aquelas que desejaram, também foram escutadas individualmente diante disso, precisou-se analisar os seus relatos vivenciais, e como estes nutriram essas mães de arcabouço intuitivo para o desenvolvimento dessas crianças atípicas, e quão profícuo seria seu auxílio. Foram usadas como base, relatos em cartas de 6 mães atípicas, 4 mães de crianças com autismo, 1 mãe de um menino com paralisia cerebral, 1 mãe de um adolescentecom o diagnóstico de dislexia com TDAH. O estudo teve como objetivo compreender como as mães de crianças com atípicas vivenciam a maternidade.

Palavras chave : Psicanáilse. Maternidade. Escuta

INTRODUÇÃO

Nesse contexto, a maternidade foi observada, por meio de uma revisão literária usando método comparativo frente às cartas escritas por elas e também usando a análise do discurso, como uma experiência onusta de desafios partindo desde o diagnóstico perpassando pelos cuidados diários, o preconceito social e a solidão, essas condições, se aliam às subjetividades das mães e crianças, bem como o seu contexto situacional, ocasionam altos níveis de desgaste emocional, gerando danos à saúde física e mental, além de alto nível de estresse. Os resultados pontuam o quão desafiadora é essa jornada e trazem dores para essas mulheres. Algumas delas renunciam à carreira profissional, à vida social e às relações afetivas em prol dos cuidados maternos, algumas demonstram o cansaço por tentarem conciliar de forma equilibrada as áreas da vida. Surgem com isso diversos sentimentos que demarcam suas vidas, discute-se diante disso que é necessário possibilitar a estas mães um espaço onde elas possam ser escutadas. É essencial que as mulheres que cuidam de

pessoas com deficiência tenham um espaço seguro para compartilhar suas experiências e encontrar alívio para suas angústias.

A Psicanálise por meio da Educação Popular pode desempenhar um papel fundamental nesse sentido, oferecendo suporte e contribuindo para a saúde mental de toda a família, levando em conta a educação popular que é uma abordagem educacional que fomenta participação ativa na aprendizagem, à conscientização, à autonomia e à transformação social.

DESENVOLVIMENTO

A maternidade, por si só, é uma experiência repleta de incertezas e desafios. No entanto, quando uma mãe recebe o diagnóstico de algum transtorno ou deficiência para seu filho, o impacto pode ser ainda mais intenso. Durante a gestação, muitas mães idealizam um futuro com um filho "perfeito", dentro dos padrões sociais esperados. O diagnóstico de deficiência, portanto, pode gerar um impacto emocional significativo, especialmente para as mães, que frequentemente carregam o peso das expectativas e responsabilidades pelos cuidados dos filhos .

Mães de crianças com deficiência são chamadas de "mães atípicas", pois enfrentam desafios únicos decorrentes da condição de seus filhos. A maternidade atípica exige uma atuação mais ativa e engajada, com uma rotina adaptada e demandas de cuidado intensificadas. A jornada dessas mães é marcada por um aprendizado contínuo sobre a condição de seus filhos, buscando compreender e atender às necessidades específicas de seus filhos. A maternidade, por si só, é uma jornada de descobertas e adaptações. No entanto, quando uma criança recebe o diagnóstico de alguma deficiência, essa jornada se transforma em uma expedição por territórios desconhecidos, onde tudo que se conhece sobre a criação e educação de filhos precisa ser constantemente redesignado.

Contrariando a narrativa comum, essas mães não apenas dedicam suas vidas aos cuidados dos filhos, mas também se tornam verdadeiras pioneiras, desbravando um mundo que muitas vezes se mostra despreparado para a diversidade. Elas não desistem de seus sonhos, mas os transformam, moldando-os para construir um futuro em que seus filhos possam florescer. A busca incansável por terapias, inclusão

educacional e social não é um fardo, mas sim um ato de amor revolucionário. Essas mães desafiam as expectativas, criando ambientes propícios para a qualidade de vida de seus filhos, enquanto lutam por uma sociedade mais inclusiva e acolhedora.

A sobrecarga emocional é real, mas não define essas mulheres. Elas são resilientes, encontrando forças para transformar o desgaste em combustível para a luta por direitos e respeito. A ansiedade, a Síndrome de Burnout e a depressão são relatos de todas elas, mas não as impedem de buscar estratégias de bem-estar e ressignificação.

É hora de reconhecer e valorizar a força dessas mães, que desafiam as expectativas e transformam a maternidade em uma jornada de amor, luta e superação. A saúde materna é um pilar fundamental para o bem-estar e a qualidade de vida dos filhos. Nesse contexto, mães que frequentemente enfrentam altos níveis de sobrecarga, impactando negativamente sua própria qualidade de vida. Estudos, como o de (Santos, 2022) ressaltam a urgência de dar voz a essas mães, que muitas vezes vivenciam angústia, tristeza e negação diante do diagnóstico de seus filhos. A maternidade atípica exige um suporte especializado, onde essas mulheres possam compartilhar suas experiências, receber orientação e intervenções que minimizem seu sofrimento e as ajudem a compreender melhor as complexidades dessa jornada.

Diante dos desafios enfrentados, é crucial a implementação de políticas públicas, através do Sistema Único de Saúde (SUS), que ofereçam práticas interventivas para identificar e promover o cuidado, visando a reconstrução da identidade dessas mulheres. Estratégias de intervenção, como o atendimento psicológico, são essenciais para o autocuidado emocional, permitindo que as mães lidem de forma mais eficaz com suas emoções. A escuta psicológica emerge como uma ferramenta terapêutica valiosa, criando um espaço seguro para a expressão de ansiedades, frustrações e medos. Esse método facilita o autoconhecimento e a construção de estratégias de enfrentamento adaptativas, que são cruciais no contexto da maternidade atípica.

Segundo Sartre, o ser é um ser de aparência: eu não sou para mim mas para os outros. O indivíduo é um ser social que necessita o reconhecimento dos outros. É,

aliás, por esta razão, que ele afirma que “o inferno, são os outros” (Sartre, 1947). Mães Atípicas uma definição, um rótulo social normatizador para definir o”anormal” do normal, a atipicidade é definida como a presença de comportamentos ou características que se afastam do que a sociedade considera normal.

No caso das mães atípicas, isso pode refletir-se em dificuldades de comunicação, na interação social e em outros aspectos que podem impactar diretamente a dinâmica social e familiar. Além de lidar com as exigências da maternidade, essas mães podem enfrentar a sensação de isolamento e solidão, exacerbada pela falta de compreensão e apoio da comunidade ao seu redor.

Uma doença, um transtorno seja ele qual for, só é vista como tal, a partir do momento que alguém compara-a com outra situação e a rotula como algo errado.Essas construções sociais criam divisões do ciclo de vida, não há nenhum momento objetivamente definível em que uma mulher não possa se tornar mãe, cada pessoa tem uma trajetória de desenvolvimento exclusiva, um caminho individual a trilhar,ritmos diferentes de desenvolvimento biológico, psicológico e social.

A ideia de que uma mãe com atipicidade não pode cuidar adequadamente do filho pode fazer com que elas se sintam desvalorizadas e que suas lutas sejam ignoradas. Superar esses estigmas requer mais apoio sociocultural, tais como educação, relacionamentos, ambientes adequados a essas mães atípicas, pois o seu desenvolvimento é influenciado pelo contexto histórico e cultural, assim como elas influenciam o meio que vivem, esse mesmo meio as influenciará, essa troca é de fundamental importância para um desenvolvimento psicossocial.

Nesse contexto, o apoio social se torna fundamental. Uma rede de suporte composta por familiares, amigos e grupos de apoio psicoeducacionais pode ajudar essas mães a se sentirem mais reconhecidas e capacitadas. Essas redes oferecem não só apoio emocional, mas também recursos práticos que podem facilitar a maternidade, como troca de experiências e informações sobre como lidar com o dia a dia.

É essencial que haja uma conscientização sobre suas realidades, a promoção de redes de apoio efetiva, suporte social como a implementação de políticas públicas inclusivas que garantam que essas mães sejam acolhidas socialmente, ouvidas e apoiadas em sua jornada maternal, campanhas de conscientização que falem sobre os

desafios enfrentados por mães, ajudando assim a sociedade a entender melhor sua realidade.

Mães que cuidam tem por direito assegurado o auxílio para mãe atípica ou responsável legal atípico, com o objetivo de arcar com despesas de moradia, alimentação, medicamentos para continuar tratamentos de saúde, estudos e cuidados da saúde física e saúde mental do assistido.

Muitas mulheres nesta situação mantêm suas fortes identidades como trabalhadoras, o trabalho torna-se “menos importante” como resultado de ficarem doentes e sem amparo. Na perspectiva de (Ramalho, 2013. p. 11 apud ARANY, [s.d]).

A literatura ressalta que; As mulheres têm uma grande capacidade de sustentarem suas múltiplas funções e são capazes de trabalharem profissionalmente e ao mesmo tempo administrarem suas casas, seus filhos, estudos, estudos dos filhos, lição de casa, prova, relacionamento afetivo, conjugal, cuidado dos filhos com as demandas específicas, dentre outros, buscando mesmo com dificuldades, sustentarem esse todo, observando cada situação e todas elas ao mesmo tempo” (Ramalho, 2013. p. 11 apud ARANY). Segundo (Bruzamarello,2019), o autor enumera alguns destes fatores como: o enfraquecimento das ambições pessoais como, por exemplo, adiar planos de carreira mais audaciosos ou deixar de consumir alguns bens materiais desejados para o futuro. Outra preocupação comum entre casais refere-se ao fato de que cuidar dos filhos significa ter outro ser humano totalmente dependente afetiva e financeiramente deles. (BRUZAMARELLO, et.al, 2019, p.02). (Bruzamarello, 2019) diz que ao adiar a maternidade, a mulher configura num novo papel diante da sociedade. Diante desses novos papéis relatados por (Bruzamarellho, 2019), Lopes (2014), corrobora com o autor quando menciona: Assim, a mulher contemporânea saiu da segurança do lar e tem enfrentado o mercado de trabalho em busca de novas possibilidades, novas conquistas e novos modelos de vida.

Esta mudança do status da mulher pode ser resultante da autonomia conquistada através de sua atuação fora do lar. A mulher passou a se estruturar como um indivíduo mais valorado, criando um novo olhar para si, diferente daquele concebido até metade do século XX. (LOPES, 2014, p.919).

Tendo como partida a ideia de “estratégias de ser” e a importância da identidade. Estratégias de ser são formas de pensar e representar a si mesmo que tentam

reconciliar ações com um senso de si mesmo. Eles incluem não apenas representações externas para outros, mas também as formas como nos representamos para nós mesmos e, portanto, seu objetivo é a construção de identidade. Baseando seu trabalho em teorias interacionistas simbólicas que veem o self como reflexivo, é possível afirmar que as estratégias de ser são tentativas de conectar nossas ações com os eus sociais que estamos tentando ser. As definições de self ou identidade não são construídas isoladamente, mas sim são influenciadas por normas sociais e forjados nas interações com os outros.

A teoria subestima o poder dessas normas e ideologias externas e os efeitos das reações dos outros a eles, onde a existência de fortes expectativas culturais ligadas à posição social da mãe. Atribuir única e exclusivamente a mulher os cuidados com os filhos nada mais é, para (Ribeiro, 2017), que sobrecarregá-la. (...) diariamente as mulheres mães são coagidas, orientadas e instruídas a adquirir certas práticas relacionadas à maternidade, sendo obrigadas a se desdobrar física e psicologicamente em nome do “cuidado materno”, frequentemente tendo suas vontades próprias e características subjetivas surrupiadas com o propósito de manutenção do sistema patriarcal (Ribeiro, 2017). Ele argumenta que as identidades das mulheres como mães e como trabalhadoras podem coexistir em um “todo unitário” e destaca exemplos de mulheres que usaram práticas estratégias como a divisão de turnos com seus parceiros para reduzir o conflito entre suas identidades.

No entanto, embora essas estratégias tenham eliminado o conflito para algumas mulheres, o posições dos outros, as estruturas e culturas de seus locais de trabalho e as ideologias de a maternidade intensiva às vezes se combina para produzir uma situação em que o trabalho e a família são conflitantes e onde satisfazer plenamente as demandas de um pode significar abrir mão do outro.

Estratégias nesse ponto são ineficazes em tal situação. Não só faz o retrato cultural do trabalho e da família coloca essas identidades em oposição, mas as circunstâncias em que muitas mulheres se encontram, tanto no escritório quanto em casa, colocam suas identidades em conflito.

Muitas mulheres que não recebem apoio ou sofrem hostilidade total por suas identidades como Mães são colocadas em uma situação em que suas identidades estão muito em concorrência. O destino de identidades e atividades como a separação

dos âmbitos de ação para homens e mulheres, que estão valorizados de forma diferente, é a expressão social da desigualdade. Desta valorização desigual surge um acesso também desigual ao poder e aos recursos, o que hierarquiza as relações entre homens e mulheres.

Muitas mães atípicas enfrentam ansiedade é uma doença que afeta o emocional das pessoas e os seus principais sintomas são: fadiga, tensão muscular, irritabilidade, dificuldade para dormir, inquietação e ausência de concentração. Já a depressão é uma doença mental associada à afetividade e aos sentimentos das pessoas. Seus sintomas são: nervosismo, tristeza, irritabilidade, perda de memória, perda de peso, fadiga, ansiedade, delírios e alucinações. Nessa perspectiva, percebe-se que esses fatores sociais causam um estado de angústia, além de transtornos psicológicos, responsáveis pelo desenvolvimento da ansiedade quanto a depressão se manifesta de forma mascarada por causa de alguns de seus sintomas como, distúrbios do sono, diminuição do apetite, aceitação dos problemas psiquiátricos, serem confundidos com os de outras doenças.

Desse modo, os cuidados devem ser transmitidos a esses pacientes através da educação em saúde, cujo papel principal é colocá-los, juntamente com seus familiares, em contato com informações sobre o tratamento, sobre os possíveis riscos do desenvolvimento da ansiedade e da depressão na diminuição do tempo de vida dessas pessoas a importância da atuação do profissional de enfermagem na prevenção da ansiedade e da depressão através da orientação, é uma das principais formas de combatê-las, pois ele orientará e cuidará para que os pacientes fiquem bem. Para fazer as escutas das mães atípicas, foi utilizada pesquisa exploratória porque, segundo Lakatos e Marconi (2005), tem entre outras finalidades “aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos, ainda que “estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”, sendo seu planejamento bastante flexível e, na maioria dos casos, envolvem levantamento bibliográfico.

Assim, para responder à pergunta da pesquisa –Considerando o problema supracitado, nossa questão de pesquisa é: Quais são as estratégias de enfrentamento

e redes de apoio que essas mães utilizam para lidar com a sobrecarga de cuidados e como a sociedade pode contribuir para a inclusão e valorização das mães atípicas?

A entrevista é uma das ferramentas técnicas à disposição para coletar dados, visando pesquisa, avaliação, orientação e/ou aconselhamento, seja no ambiente escolar, clínico, organizacional ou em outros. As técnicas de entrevista surgiram originalmente na medicina e, posteriormente, na psicanálise , foram desenvolvidas no âmbito da psicoterapia e da psicometria, a psicanálise, ao focar na etiologia das enfermidades psiquiátricas, passou a demandar do médico uma atenção aos processos de desenvolvimento psíquico, não somente aos sintomas. Assim, os psicanalistas se tornaram os primeiros a coletar a história do cliente.

Uma entrevista pode ser vista como uma interação humana onde um dos participantes deve tentar compreender o que está ocorrendo e agir de acordo com esse entendimento. A execução dos objetivos viáveis da entrevista e a atuação com base nesse conhecimento. O psicólogo emprega uma abordagem psicológica e simultaneamente emprega recursos psicológicos para moldar a própria situação da entrevista.(Bleger, 1991).

Destaca-se a tão discutida questão da (falsa) neutralidade na ciência, a noção de neutralidade não é verdadeira, pois qualquer método de pesquisa implica em pressupostos teóricos, práticos e variáveis, dependendo dos interesses sociopolíticos em jogo no processo de conhecimento. O autor mencionado oferece uma perspectiva sociológica sobre a questão do posicionamento do entrevistador. Este aspecto é acrescido de elementos psicológicos, tais como valores, pensamentos e emoções, que não só atravessam, mas também formam cada interação entre indivíduos. Portanto, o entrevistador não está livre de afetar os resultados do seu trabalho devido às suas restrições pessoais e de carreira. No entanto, isso não implica negligenciar os aspectos éticos que orientam a atuação do profissional.

A (entrevista com mães atípicas) é um passo crucial na realização de estudos, uma vez que é através dela que se obtêm as informações requeridas para responder às questões e atingir as metas do estudo, é relevante devido a: assegurar a exatidão dos resultados: Os métodos, técnicas e ferramentas empregados na recolha de dados têm uma ligação direta com a qualidade deles. (Lakatos, 2003).

A entrevista é um método de coleta de dados que possibilita ao pesquisador obter dados sobre um tema específico, por meio de uma interação direta com indivíduos. Trata-se de uma técnica frequentemente empregada em estudos qualitativos e em trabalhos de campo na área de ciências sociais.

O presente estudo de pesquisa de campo: “O uso de entrevistas como instrumento científico de coleta de dados deve ser o reflexo de um planejamento metodológico consciente e informado”. (KUHN, 1992; DENZIN; LINCOLN, 2006).

Quanto à abordagem, a presente pesquisa é de tipo qualitativa que, segundo Gerhardt e Silveira (2009), preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

E são pesquisas moldadas nesse paradigma que fazem uso, dentre outras, das técnicas de entrevistas para a coleta de dados. Por essa razão, para que um pesquisador saiba avaliar se entrevistas são um instrumento de coleta de dados adequado para uma determinada investigação científica, ele deve, primeiramente, refletir se sua pesquisa está alinhada ao paradigma qualitativo e ao tipo de problema que esse paradigma busca explorar. Técnicas e métodos são tão-somente ferramentas a serviço de um determinado tipo de investigação (DENZIN; LINCOLN, 2006; CRESWELL, 2009).

Dessa forma, as entrevistas com as mães foram gravadas, transcritas e feitas às análises dos dados. Após a realização das entrevistas e suas transcrições, foi utilizado o método de análise dos conteúdos, que, de acordo com Bardin (2011), deve ser organizada em três fases cronológicas: pró-análises, que consiste basicamente em organizar; a exploração do material, que é a codificação dos materiais produzidos durante a pesquisa; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, etapa que se define por estabelecer tabelas, gráficos, entre outros mecanismos de comparação.

A entrevista é um instrumento crucial, destacando-se pelos seus objetivos exclusivamente psicológicos. Ela é usada para diversos propósitos, incluindo diagnósticos, pesquisas, terapias, ela é um elemento constante na prática dos psicólogos, presente nos mais diversos contextos em que a escuta é praticada, incluindo clínicas, escolas, hospitais, empresas, serviços comunitários, entre outros.

Segundo Brígido (2015), é por meio da entrevista que faz seu diagnóstico e traça seu plano de trabalho. A entrevista psicológica pode ser caracterizada como uma técnica de pesquisa que se baseia na interação dialógica entre duas ou mais pessoas, com um propósito específico, limitada geograficamente e temporalmente, orientada pelo entrevistador. Ela permite a investigação (observação, hipóteses e confirmação) e o entendimento da personalidade e das representações peculiares do entrevistado ou entrevistador, incluindo crenças, trajetória de vida, traumas, fantasias, conflitos, entre outros. (Barretto, 2015; Bleger, 1998).

Durante as escutas questionou-se: por que refletir sobre uma entrevista se ela é apenas uma conversa, um diálogo? A entrevista psicológica não se assemelha a um diálogo. A entrevista precisa ser refletida, examinada e cuidadosamente estudada, já que não se trata de uma conversa de interação sem consequências. Trata-se de uma conversa em que um psicólogo está pronto para ouvir o outro em suas necessidades. Este profissional é competente em sua função técnica. Através da entrevista, pode-se conquistar ou afastar o paciente.

O interessado, o psicólogo ou um terceiro podem solicitar a entrevista. Em relação ao indivíduo que se beneficia do processo de entrevista, (Bleger,1998) estabelece a seguinte divisão:

Muitas entrevistadas enfrentam ansiedade é uma doença que afeta o emocional das pessoas e os seus principais sintomas são: fadiga, tensão muscular, irritabilidade, dificuldade para dormir, inquietação e ausência de concentração. Já a depressão é uma doença mental associada à afetividade e aos sentimentos das pessoas. Seus sintomas são: nervosismo, tristeza, irritabilidade, perda de memória, perda de peso, fadiga, ansiedade, delírios e alucinações.

Nessa perspectiva, percebe-se que esses fatores sociais causam um estado de angústia, além de transtornos psicológicos, responsáveis pelo desenvolvimento da ansiedade e já a depressão se manifesta de forma mascarada por causa de alguns de seus sintomas como, distúrbios do sono, diminuição do apetite, aceitação dos problemas psiquiátricos, serem confundidos com os de outras doenças,

Desse modo, os cuidados devem ser transmitidos a esses pacientes através da educação em saúde, cujo papel principal é colocá-los, juntamente com seus familiares, em contato com informações sobre o tratamento, sobre os possíveis riscos do desenvolvimento da ansiedade e da depressão na diminuição do tempo de vida dessas pessoas a importância da atuação do profissional de enfermagem na prevenção da ansiedade e da depressão através da orientação, é uma das principais formas de combatê-las, pois ele orientará e cuidará para que os pacientes fiquem bem. Nesses cuidados poderão ser utilizadas técnicas como terapia, além do auxílio de multiprofissionais, como psicólogos, assistentes sociais e médicos.

Por meio do projeto de intervenção buscaram demonstrar eficiência nas intervenções realizadas nas instituições sociais, proporcionado o bem de mães atípicas, o psicólogo contribui com o atendimento de apoio psicológico, realizando um trabalho preventivo dos Transtornos de ansiedade, depressão e estresse. Os estressores que afetam o estado emocional dos sujeitos, podem comprometer o processo cognitivo, causando instabilidade emocional, baixando a autoestima, levando-os a falta de motivação, interferindo no desenvolvimento físico e mental.

Existem várias definições para o estresse, mas em todas elas há concordância quando afirmam que o estresse ocorre quando o sujeito se encontra em condições adversas que exigem respostas fisiológicas. Os eventos decorrentes de estresse podem ser desencadeados por agentes estressores, influenciando o estado psicológico, de acordo com o ambiente ao qual o indivíduo faz parte. Nos episódios em que os estressores atuam nas mães atípicas, os sintomas se apresentam da seguinte forma: com sudorese; respiração ofegante; aceleração dos batimentos cardíacos; aceleração dos batimentos cardíacos; dor de cabeça; esgotamento psicológico e físico; depressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada entrevistada tem a sua personalidade constituída por características próprias, envolvendo fatores psicológicos, sociais, emocionais, religiosos e econômicos que os diferenciam entre si. A construção baseada na história dos sujeitos poderá indicar demandas que afetam as relações interpessoais e a saúde mental.

Os eventos conflitantes nos grupos geram fatores que causam instabilidade nas relações, seguida pela falta de habilidade que os adolescentes têm em lidar com as próprias emoções, os efeitos emocionais podem ocorrer quando um estímulo precede caracteristicamente um estímulo aversivo, entretanto o intervalo de tempo precisa ser grande, dando possibilidade de observação mudanças comportamentais.

O objetivo da intervenção consiste na prevenção e nas escutas de mães atípicas que têm dificuldades de autocontrole, deixando-se levar por ímpetos ansiosos, causados por estressores. A ansiedade se constitui na sua universalidade, um estado emocional humano, onde se manifestam o medo, ódio, amor, insegurança, antecipação apreensiva, culpa e outros estados capazes de desestabilizar o sujeito.

Do ponto de vista fisiológico a ansiedade é um estado de funcionamento cerebral em que ocorre ativação do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HPA), acarretando sintomas neurovegetativos. Esse estado pode desencadear taquicardia, palidez, como insônia, respiração acelerada, insônias. A ansiedade faz parte do indivíduo como herança genética. Com a adaptativo e controle, as mães atípicas podem se sentir mais seguras e motivadas para executar funções, facilitando a interação nos grupos.

A ansiedade é uma doença que afeta o emocional das pessoas e os seus principais sintomas são: fadiga, tensão muscular, irritabilidade, dificuldade para dormir, inquietação e ausência de concentração. (Quevedo, 2013).

Em mães atípicas é comum, a depressão é uma doença mental associada à afetividade e aos sentimentos das pessoas. Seus sintomas são: nervosismo, tristeza, irritabilidade, perda de memória, perda de peso, fadiga, ansiedade, delírios e alucinações. Nessa perspectiva, percebe-se que esses fatores sociais causam um estado de angústia, além de transtornos psicológicos, responsáveis pelo desenvolvimento da ansiedade e da depressão.

A Educação Popular pode ser empregada em várias situações, como na terapia de distúrbios mentais, tais como bipolaridade, depressão, ansiedade, estresse e síndrome de burnout. Também pode ser utilizada para promover a saúde e prevenir enfermidades físicas. A Educação Popular pode ser realizada de maneira a envolver amigos e parentes

do paciente, que podem aprender a entender a situação e auxiliar o paciente durante os períodos de crise. Por fim, a avaliação profissional não é substituída pela psicoeducação.

O projeto de intervenção de Psicanálise buscou atender as necessidades e aspirações da comunidade, envolvendo o papel do psicólogo na detecção e solução de problemas. A educação social comunitária desempenha várias funções, tais como: Envolvimento em grupos de autoajuda, Workshops de capacitação, Psicoterapia em grupo, Promoção e prevenção da saúde.

O principal propósito do trabalho na comunidade é desenvolver uma consciência crítica na população, fazendo com que ela se envolve ativamente na identificação e solução de suas necessidades execução do projeto, de maneira dinâmica e participativa, permitiu que a proposta de trabalho se solidificasse e ganhasse maturidade para continuar alcançando resultados positivos. O processo de mobilizar as comunidades e estabelecer parcerias acabou atraindo e envolvendo indivíduos habilidosos e inovadores na elaboração de um planejamento participativo, capaz de lidar com diversas situações, tanto institucionais quanto comunitárias, e não se limitar apenas a intervenções curativas. Assim, nossas reflexões devem incorporar uma perspectiva crítica acerca das questões políticas e sociais presentes no cenário onde o profissional atua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, MIRIAM; CASTRO, MARY GARCÍA; WAISELFISZ, JÚLIO JACOBO. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam**. Brasília-DF: FlacsoBrasil, OEI, MEC, 2015.

AGUIAR, NEUMA. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. Sociedade e estado, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000.

AQUINO, E. M. **Gênero e ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade.** In: Encontro Nacional Pensando Gênero E Ciência Núcleos e Grupos de Pesquisa, 2005, 2006, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

ARAGÃO, MILENA; KREUTZ, LÚCIO. **Do ambiente doméstico às salas de aula: novos espaços, velhas representações.** Conjectura, Caxias do Sul, v.15, n.3, p. 106120, dez. 2010.

BRUZAMARELLO, D. N. PATIAS, D. BOSETTO, C. M. **Ascensão profissional feminina, gestação tardia e conjugalidade. Psicologia em estudos v.24 e41860, 2019**. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/pe/v24/1807-0329-pe-24-e41860.pdf>. Acessado em: 1 /10/2024

C.G.JUNG = **Memórias, - Sonhos, Reflexões**- Ed. Nova Fronteira – 1963 C.G.Jung - Os Arquétipos e o coletivo - Ed. Vozes (Petrópolis) JUNG- Eu e o inconsciente Ed. Vozes 2008.

FREUD, S. (1976). **O estranho**. In J. Strachey (Ed.), Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud . Vol. XVII (1917-1919). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1919)

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **A. Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, M. N. DELLAZZANA-ZANON, L. L. BOECKEL, M. G. **A Multiplicidade de Papéis da Mulher Contemporânea e a Maternidade Tardia. Temas em Psicologia –** 2014, Vol. 22, nº 4, 917-928. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n4/v22n04a18.pdf>. Acessado em: 18 /10/2024

RAMALHO. A. FIGUEIREDO.I. D. de. **Mulheres Multifuncionais: Mercado de Trabalho e Dilemas Familiares.** FOCO: Revista de Administração da Faculdade Novo Milênio. 2013..Disponível em: . Acessado em: 02.10.2018

RIBEIRO, FLAVIA GRIPP. **Mães estudantes: desafios da maternidade e da permanência na Universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB. 2017**.

SARTRE, J.-P. Cahiers pour une morale. Paris, Gallimard, 1947.

_____, Critique de la raison dialectique, I: Théorie des ensembles pratiques. Paris,

Gallimard, 1985.

_____, Huis clos suivi de Les mouches. Paris, Gallimard, 1947.

SABER DAS ORIGENS PARA ORGANIZAR O PRESENTE E PROJETAR O FUTURO - GENEALOGIA, COTIDIANO E MEMÓRIA

Kyanne Cristhines Dias Braga[1]

Virgínia de Oliveira Silva (Orientadora)[2]

Resumo:
Este relato de pesquisa descreve a utilização da genealogia como ferramenta pedagógica para fomentar reflexões sobre memória, identidade e pertencimento no contexto educacional. Desenvolvido nos projetos "Educação, Cotidiano e Memória" (PROLICEN), realizados em 2023 e 2024 com docentes e discentes de João Pessoa/PB, o projeto buscou promover a construção de árvores genealógicas e a leitura de livros (auto)biográficos[3] de sujeitos comuns da Paraíba. A metodologia envolveu a utilização de plataformas digitais de genealogia como FamilySearch e MyHeritage, além de atividades práticas de construção de árvores genealógicas com estudantes do Ensino Médio. A prática possibilitou a reflexão sobre a própria história familiar e proporcionou um maior entendimento sobre os processos históricos e sociais que influenciam as identidades. Os resultados indicam que a genealogia, como recurso pedagógico, contribuiu para a valorização das histórias individuais e para o fortalecimento da autoestima dos participantes, ao promover uma compreensão mais ampla das relações de pertencimento. Além disso, a prática revelou-se significativa na formação crítica dos futuros educadores, ampliando suas perspectivas sobre a relação entre memória pessoal e identidade histórica.

Palavras-chave: Genealogia. Cotidiano. Memória.

Introdução

O presente relato de pesquisa apresenta o uso da genealogia como ferramenta pedagógica para promover reflexões sobre memória, identidade e pertencimento no contexto educacional. As ações foram desenvolvidas nos projetos *Educação, Cotidiano e Memória* (PROLICEN) e *Educação, Cotidiano e Memória – Ano II* (PROLICEN), realizados junto a docentes e discentes de João Pessoa/PB. Coordenados pela Professora PhD Virgínia de Oliveira Silva, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), os projetos ocorreram ao longo de dois editais consecutivos (2023 e 2024) e contaram com a participação de licenciandos dos cursos de História, Teatro, Ciências Sociais e Geografia da UFPB, articulando pesquisa, ensino e extensão.

---

[1] Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). cristhinesk@gmail.com.

[2] Virgínia de Oliveira Silva (Orientadora), Doutora em Educação (Uff), Mestre em Educação (UFRJ), Licenciada em Letras (UFRJ) e em Cinema e Audiovisual (Uff), bacharel em Comunicação Social (UFPB) e graduada em Design Gráfico (IFPB). Professora Associada do Centro de Educação da UFPB cinestesico@gmail.com.

[3] O termo "(auto)biográfico" contempla tanto as biografias quanto as autobiografias.

As ações de pesquisa, ensino e extensão ligadas aos Projetos PROLICEN objetivaram a leitura de livros (auto)biográficos, escritos por sujeitos comuns em diferentes regiões da Paraíba (Agreste, Sertão, Litoral, Cariri…), bem como a realização de atividades de construção de árvores genealógicas e da escrita docente sobre o seu próprio processo de formação, a fim de estimular nos estudantes de licenciaturas o reconhecimento de percepções importantes para a formação de educadores, como a análise crítica e a reflexão sobre a sociedade e a cultura.

Nossa ações baseiam-se nas concepções de autores que se debruçaram sobre a realidade pedagógica, como Freire (1987) e hooks (2013), defensores uma educação crítica e libertadora, na qual o conhecimento se constrói de forma dialógica e transformadora, ultrapassando a simples transmissão de conteúdos, e proporcionando aos sujeitos a oportunidade de compreender e intervir na realidade. Seguindo essa perspectiva, a reconstrução genealógica foi utilizada não apenas como um recurso didático, mas como um processo investigativo, capaz de valorizar narrativas individuais e ampliar a percepção histórica dos sujeitos.

Intencionamos neste relato compartilhar as metodologias adotadas, os desafios enfrentados e os impactos gerados pela inserção da genealogia no ambiente escolar, evidenciando seu potencial para transformar a relação entre ensino, história e identidade, compreendendo que o estudo do cotidiano e da memória dos sujeitos comuns pode ajudar os(as) futuros(as) docentes a superar a visão estereotipada e homogeneizante que muitas vezes têm dos(as) seus(suas) estudantes, permitindo uma abordagem mais plural e diversificada das suas culturas e identidades, compreendendo melhor o papel da escola e da educação na vida das pessoas, bem como a importância da construção de uma educação mais crítica, reflexiva e transformadora.

Metodologia

Os discentes e docentes participantes do projeto foram instruídos pela professora orientadora a reunir documentos familiares, a fim de realizar, primeiramente, a construção das suas próprias árvores genealógicas. No primeiro ano do projeto, ao longo da segunda

quinzena de junho/2023, nossa professora orientadora tratou de conduzir nossa imersão no site FamilySearch - https://www.familysearch.org/, com a finalidade de nos qualificar no uso de tal plataforma de maneira satisfatória, além de outras ferramentas como o MyHeritage - https://www.myheritage.com.br/, Geneanet - https://pt.geneanet.org/ e Hemeroteca da Biblioteca Nacional - https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/, a fim de que pudéssemos desenvolver a nossa prática nos exercícios genealógicos.

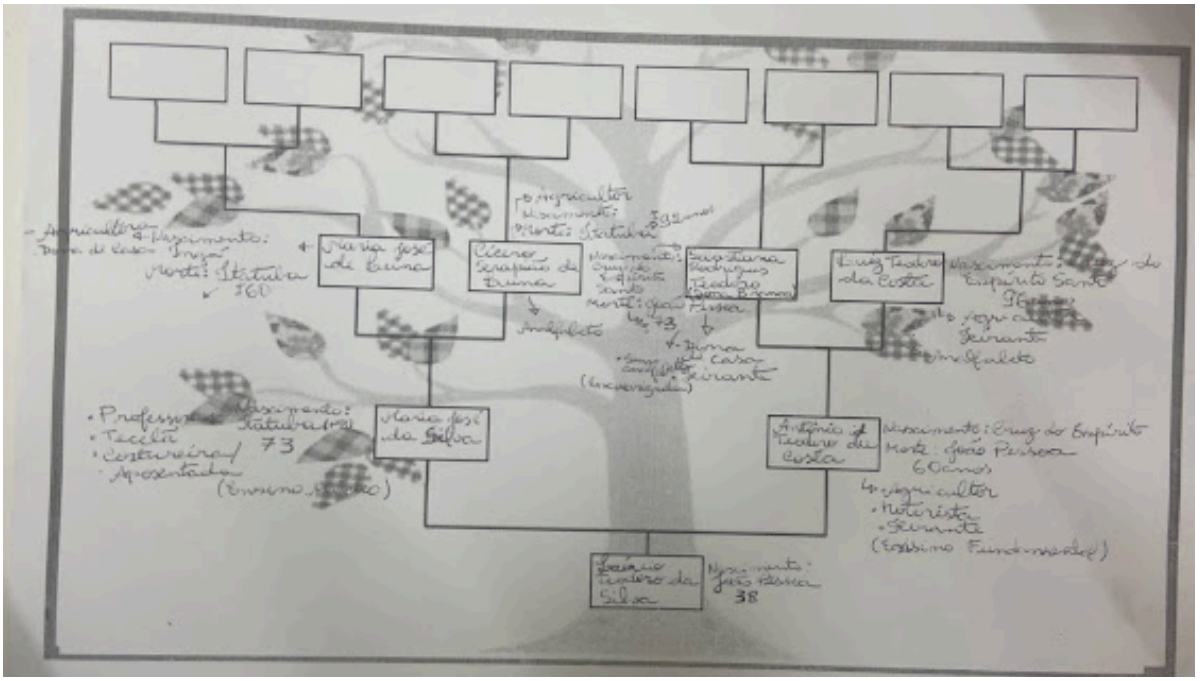
Procedemos em seguida a identificação das instituições de Educação Básica receptivas ao desenvolvimento da etapa seguinte do projeto, encontrando uma resposta positiva na Escola Cidadã Integral (ECI) Liliosa de Paiva Leite. Trata-se de uma instituição pública, da rede estadual de educação, de ensino integral, que está localizada na Av. Dom Bosco, S/Nº, no bairro do Cristo Redentor, em João Pessoa - PB, e atende os estudantes do Ensino Médio. A partir disso, conduzimos na ECI Liliosa reuniões quinzenais com os professores Dr. Laércio T. Silva (História), e Dr. Jonatta S. Paulino (Filosofia), para lermos e debatermos artigos acadêmicos sobre genealogia na educação, bem como, paralelamente, nos horários dedicados ao projeto, nós, bolsistas e voluntários, líamos livros (auto)biográficos de pessoas comuns pertencentes a diferentes cidades paraibanas, organizando recortes de passagens que tratassem de questões educacionais, organizadas em um campo semântico ligado ao universo educativo (escolas, merenda, docentes, uniforme escolar, livro didático…) para refletirmos sobre o cotidiano e as trajetórias acadêmicas e profissionais dos indivíduos.

Orientamos, em seguida, os docentes da ECI Liliosa no processo de construção de suas árvores genealógicas, utilizando as ferramentas digitais já mencionadas, suscitando reflexões a partir de questões como: *Houve professores na minha família antes de mim? Quem me inspirou na minha escolha pela docência?* Em seguida, os convidamos também a criar e socializar suas narrativas de formação, contando a trajetória e o exercício educacional de cada um, a fim de refletirmos sobre o papel da memória cotidiana na lida docente

Já ao longo do "Projeto Educação, Cotidiano e Memória - Ano II", estendemos a oferta das atividades de genealogia também aos estudantes do Ensino Médio da ECI Liliosa de Paiva Leite. As atividades ocorreram em duas sessões, cada uma com duração de duas

aulas, inseridas em uma disciplina de aprofundamento coordenada pelos mesmos professores que haviam sido preceptores do projeto no ano anterior. Os docentes forneceram para a turma um contexto didático-pedagógico preliminar sobre o trabalho com documentação, abordando a importância e utilidade dos documentos e, novamente, as atividades de genealogia foram desenvolvidas, primeiramente, em papel e, em seguida, de modo virtual, com a ajuda de sites especializados em genealogia e/ou fontes documentais solicitadas previamente aos seus familiares ou obtidas no próprio dia junto à secretaria da própria escola.

Figura 1.



Árvore genealógica em papel utilizada como atividade inicial para docentes e discentes participantes da ECI Liliosa de Paiva Leite.

Em nossa primeira sessão, utilizamos notebook conectado por cabo HDMI à TV digital da sala de aula para a projeção em tempo real dos sites pesquisados, e os estudantes usavam seus smartphones (com internet fornecida pelo compartilhamento de conexão dos professores preceptores) para que eles explorassem o **FamilySearch** e também experimentassem construir suas árvores genealógicas no modelo padronizado impresso em papel que lhes oferecemos. Os discentes tiveram a oportunidade de citar um nome de familiar, caso desejassem, e, juntos, pesquisamos no computador o nome fornecido, projetando e lendo

os resultados na TV para que a turma refletisse sobre os documentos encontrados. Essa atividade foi fundamental para despertar a curiosidade dos estudantes sobre suas próprias histórias familiares e as relações de parentesco que moldam suas identidades.

Figura 2.



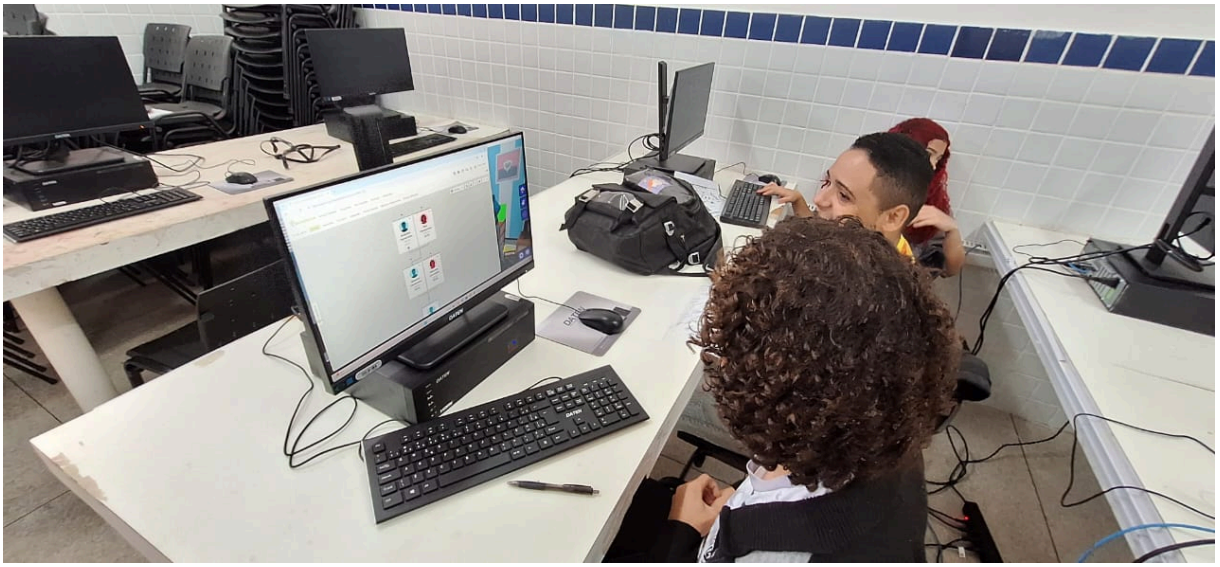
Estudantes da ECI Liliosa de Paiva Leite fazendo suas árvores genealógicas em papel padronizado fornecido pelo projeto.

Entre o primeiro e o segundo encontro, a equipe do projeto pesquisou no **FamilySearch** para identificar possíveis registros que ajudassem na construção das árvores dos alunos. Essa abordagem se mostrou eficaz, pois ao retornarmos com documentos que tratavam sobre suas famílias, muitos alunos demonstraram maior entusiasmo em participar da atividade, uma vez que perceberam que suas árvores genealógicas poderiam ser ampliadas e aprofundadas.

Em nosso segundo encontro, conseguimos acesso ao laboratório de informática da escola, permitindo que os discentes usassem os computadores conectados à Internet da própria ECI para explorar o **FamilySearch** de forma mais independente. Retomamos alguns conceitos discutidos na primeira sessão, revisando a importância das árvores genealógicas

como ferramentas para compreender a própria história e identidade. Explicamos novamente como navegar na plataforma, buscar registros e organizar as informações encontradas. Após essa breve revisão, os estudantes iniciaram o preenchimento de suas árvores genealógicas no FamilySearch, inserindo os dados que já conheciam sobre seus familiares. Durante a atividade, incentivamos que utilizassem as ferramentas do site para pesquisar registros adicionais, como certidões de nascimento, casamento e óbito. Muitos ficaram surpresos ao encontrar documentos que não conheciam. Encerramos o encontro reafirmando a importância da genealogia como ferramenta de construção da identidade, destacando que, ao investigarem suas histórias familiares, os estudantes se reconhecem como sujeitos históricos protagonistas de suas próprias trajetórias.

Figura 3.



Estudantes da ECI Liliosa de Paiva Leite realizando as atividades de genealogia com auxílio do FamilySearch.

Resultados e discussão

No que se refere ao contexto educacional, este é amplamente enriquecido por debates teóricos que exploram a realidade pedagógica e a aplicabilidade das reflexões provenientes de fontes (auto)biográficas para promover uma educação inclusiva. MClaren e Giroux (2000) e Hooks (2017) são fundamentais neste aspecto, oferecendo conceitos de multiculturalismo e

educação crítica que ancoram nossas atividades e discussões teóricas. Compreendemos que a educação não deve se restringir à mera transmissão de conhecimentos, mas deve configurar-se como uma prática de liberdade, na qual os estudantes são estimulados a atuar criticamente na construção e na transformação da realidade (Freire, 1987). No contexto deste projeto, essa perspectiva traduziu-se na criação de um espaço investigativo, no qual os discentes e docentes participantes, ao reconstruírem suas trajetórias familiares, puderam refletir criticamente sobre as relações entre memória, identidade e os contextos sociais nos quais estão inseridos, gerando a sensação de pertencimento e aumentando a autoestima dos sujeitos.

Uma das principais contribuições do projeto foi a utilização da genealogia como instrumento pedagógico, possibilitando que os estudantes articulassem suas histórias individuais com uma compreensão mais ampla dos processos históricos e sociais. Essa abordagem está alinhada ao que Forquin (1993) propõe ao conceber a memória não como um simples registro do passado, mas como um recurso ativo na construção do presente e do futuro. A pesquisa genealógica realizada ao longo do projeto permitiu que os discentes e docentes envolvidos na atividade superassem uma visão fragmentada de suas histórias pessoais, compreendendo-as como parte de um processo identitário dinâmico e em constante ressignificação.

A implementação do projeto também revelou desafios significativos, especialmente no que tange ao acesso à informação. Compreendemos a notabilidade da memória como elemento central na construção da identidade, individual ou coletiva, e, por conseguinte, sua importância como instrumento de poder, conforme discutido por Le Goff (2005). Isso porque, ao lembrar e preservar eventos, histórias e tradições, as comunidades podem construir uma narrativa que fortaleça sua coesão e senso de pertencimento. No entanto, observamos que muitos estudantes encontraram dificuldades em obter registros familiares, evidenciando um distanciamento geracional que, em contextos de vulnerabilidade social, torna-se ainda mais pronunciado. Conforme aponta Costa (2018), o desconhecimento da própria ancestralidade é um reflexo das desigualdades no acesso à memória coletiva, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Nesse sentido, as atividades de genealogia nos permitem refletir sobre os processos sociais que determinam quais histórias são preservadas e quais são apagadas.

Outro aspecto significativo percebido durante as nossas atividades, refere-se ao impacto emocional desencadeado pela reconstrução genealógica, que, ao mobilizar memórias e narrativas familiares, gerou respostas diversas entre os participantes. A descoberta de informações inesperadas é capaz de provocar entusiasmo em algumas pessoas, enquanto outras veem-se tocadas por revelações sobre sua própria história e, neste caso, o acolhimento é uma ferramenta essencial para manejar as situações de maior sensibilização. Curiosamente, o envolvimento emocional mais intenso foi observado entre os docentes, especialmente durante a construção de suas próprias árvores genealógicas e escrita de suas narrativas pessoais. Esse dado sugere que, para além da dimensão pedagógica, a prática de revisitar o passado e resgatar as narrativas familiares também operou como um mecanismo de autoconhecimento e reflexão para os próprios educadores, que, ao rememorarem suas histórias pessoais, confrontaram-se com questões de identidade, pertencimento e memória.

Ao final do projeto, os licenciandos, responsáveis pela aplicação dos exercícios genealógicos juntamente à professora orientadora, tiveram a oportunidade de refletir sobre o impacto da prática pedagógica em suas próprias trajetórias acadêmicas e pessoais, confrontando-se com o processo de ensino-aprendizagem de maneira ativa e reflexiva, e integrando essas narrativas ao seu papel de educadores. Ao refletirmos sobre as histórias familiares que surgiram, durante a leitura de livros (auto)biográficos de pessoas comuns do estado da Paraíba e o processo de produção das árvores genealógicas, pudemos corroborar as ideias de Ginzburg (1987) sobre paradigmas indiciários. Cada relato, cada fragmento de informação, funcionou como um "indício" de uma narrativa maior, que, revisitados por meio da reconstrução genealógica, não apenas revelam a trajetória familiar, mas também iluminam como essa história pessoal informa a percepção de cada sujeito sobre si mesmo e sobre o mundo ao seu redor, e isto, no contexto pedagógico, permite-nos perceber bagagens históricas que docentes e estudantes carregam e que influenciam sua vivência atual.

Considerações finais

O projeto "Educação, Cotidiano e Memória", em suas duas edições, proporcionou-nos a imersão prática na genealogia como ferramenta pedagógica, ao permitir que licenciandos, professores e discentes investigassem suas próprias histórias familiares. Ao construírem suas

árvores genealógicas, os participantes foram desafiados a refletir sobre suas trajetórias pessoais e as relações de parentesco que influenciam suas identidades. Esse processo de resgatar e organizar registros familiares e de proceder a leitura de (auto)biografias de pessoas paraibanas comuns funcionou como um ponto de partida para uma análise crítica das histórias individuais no contexto mais amplo da sociedade.

A metodologia adotada, com o uso de plataformas digitais como o Family Search e MyHeritage, possibilitou aos participantes uma interação direta com fontes históricas, revelando documentos como registros de batismos, certidões de nascimento, casamento e óbito, que muitos desconheciam. Esse contato com a história pessoal foi particularmente significativo para os estudantes, que, ao descobrirem mais sobre suas próprias origens, passaram a visualizar suas identidades de forma mais ampla, conectada com a história social e cultural da região e do país.

Ao incentivar o exame da memória pessoal e a reflexão sobre o passado, o projeto contribuiu para a valorização das identidades individuais e coletivas, além de possibilitar que os participantes reconhecessem sua posição como sujeitos históricos. Esse processo revelou como o cotidiano e o contexto social atravessam as trajetórias individuais e as escolhas pessoais. Tendo em vista que a reflexão do exercício docente se constitui como uma jornada de auto-interrogação, percebemos, ao longo das atividades de pesquisa aqui descritas, uma gradativa ampliação das nossas perspectivas como futuros(as) docentes, uma vez que somos levados(as) a pensar criticamente sobre a sociedade em que vivemos, suas contradições, desigualdades, arranjos e desafios, reconhecendo percepções que são necessárias para a construção de um diálogo mais próximo e respeitoso entre docentes e discentes, bem como para a elaboração de práticas pedagógicas mais significativas e contextualizadas, que levem em conta a alteridade presente nas situações cotidianas de cada estudante.

Referências

COSTA, Wendell Marcel Alves Da. Genealogias de famílias, experiências escolares e saberes práticos: relato de uma virada pedagógica no IFBA - barreiras. *In:* V CONEDU, 2018, Campina Grande. **Anais eletrônicos [...] Campina Grande**: Realize Editora, 2016.

Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47516. Acesso em: 12 mar 2025

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano –** artes de fazer. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1996.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Tradução: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução de: Marcelo Brandão Cipolla. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

McLAREN, P. e GIROUX, H. **Escrevendo das margens: geografias de identidade, pedagogia e poder**. In: McLAREN, P. **Multiculturalismo revolucionário**: pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: ed. ArtMed, p. 25-50, 2000.

JUSTIÇA ORGANIZACIONAL, OPORTUNISMO, CUSTOS DE GOVERNANÇA E DESEMPENHO DE RELACIONAMENTO: UM ESTUDO EM COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Muhamaad Yasin Minozzo Candia [1]

Régio Marcio Toesca Gimenes[2]

Juliana Rosa Carrijo Mauad[3]

Resumo:
Este estudo analisa a relação entre Justiça Organizacional, Oportunismo, Custos de Governança e Desempenho do Relacionamento em uma cooperativa agropecuária da agricultura familiar. A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, com aplicação de um questionário estruturado a cooperados, e os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas. Os resultados indicam percepções majoritariamente positivas em relação à Justiça Organizacional, especialmente na dimensão interacional, evidenciando respeito e comunicação eficaz por parte da administração. A Justiça Distributiva foi bem avaliada, embora com variações nos critérios de distribuição, e a Justiça Processual apresentou espaço para melhorias nos processos decisórios. O oportunismo forte foi percebido em baixos níveis, mas houve relatos de retenção de informações, enquanto o oportunismo fraco, relacionado à falta de apoio, teve percepção moderada. Os custos de governança foram avaliados como moderados, com maior variação na resolução de conflitos. O desempenho do relacionamento foi altamente avaliado, reforçando a colaboração e o apoio mútuo entre os cooperados. Os achados sugerem a necessidade de aprimorar a transparência nos processos, fortalecer os mecanismos de governança e adotar estratégias para minimizar comportamentos oportunistas, promovendo um ambiente cooperativo mais eficiente e sustentável. Pesquisas futuras podem expandir a análise para outras cooperativas, permitindo uma compreensão mais ampla das dinâmicas de governança e cooperação no setor agropecuário.

Palavras-chave: Justiça organizacional. Oportunismo. Custos de governança. Cooperativas agropecuárias. Agricultura familiar.

Introdução

As cooperativas agropecuárias são essenciais para a sustentabilidade da agricultura familiar no Brasil, desempenhando um papel fundamental na organização da produção, acesso a mercados e fortalecimento econômico dos produtores. No entanto, a dinâmica cooperativista enfrenta desafios relacionados à governança, ao comportamento oportunista e à percepção de justiça organizacional, que influenciam diretamente o comprometimento dos cooperados e a eficiência da gestão.

[1] Mestrando em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados, muhammad77996@gmail.com.

[2] Doutor, Professor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados, regiogimenes@ufgd.edu.br.

[3] Doutora, Professora do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados, julianacarrijo@ufgd.edu.br.

A justiça organizacional, composta pelas dimensões distributiva, processual e interacional, impacta a forma como os cooperados percebem a equidade na distribuição de benefícios, a transparência dos processos decisórios e a qualidade das interações interpessoais dentro da cooperativa. A Teoria da Equidade (Adams, 1965) sugere que indivíduos comparam seus esforços e recompensas com os de outros, o que pode influenciar sua satisfação e comportamento dentro da cooperativa. Quando essas percepções são positivas, há um aumento na confiança e no engajamento dos membros, enquanto percepções negativas podem estimular comportamentos oportunistas, que comprometem a governança e elevam os custos de monitoramento.

O oportunismo pode se manifestar de forma forte, com comportamentos abertamente prejudiciais à cooperativa, ou de forma fraca, quando os membros buscam vantagens individuais sem uma quebra formal das regras. A presença desse fenômeno implica na necessidade de mecanismos de governança mais robustos, o que pode aumentar os custos de governança e comprometer o desempenho relacional entre os cooperados e a gestão.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar a relação entre justiça organizacional, oportunismo, custos de governança e desempenho do relacionamento em uma cooperativa agropecuária da agricultura familiar localizada no Centro-Oeste do Brasil. O estudo adota uma abordagem quantitativa e caracteriza-se como um estudo de caso, utilizando dados coletados por meio de um questionário estruturado aplicado aos cooperados.

A relevância deste estudo está na contribuição teórica para o aprofundamento da compreensão sobre os impactos da justiça organizacional e do oportunismo na governança cooperativa, além de oferecer implicações práticas para a gestão cooperativista. Ao compreender as relações entre esses construtos, este estudo pode subsidiar estratégias de governança que promovam maior equidade, reduzam comportamentos oportunistas e aprimorem a relação entre cooperados e a cooperativa.

Nas seções seguintes, serão apresentadas a fundamentação teórica, a metodologia adotada, os resultados obtidos e as principais conclusões do estudo, destacando suas implicações acadêmicas e gerenciais.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como um estudo de caso com abordagem quantitativa, realizado em uma cooperativa agropecuária da agricultura familiar localizada no Centro-Oeste

do Brasil. O objetivo foi analisar as relações entre justiça organizacional, oportunismo, custos de governança e desempenho do relacionamento entre cooperados e a cooperativa.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário estruturado entre os meses de agosto e novembro de 2024. O instrumento de pesquisa foi elaborado com base em escalas validadas na literatura acadêmica, adaptadas ao contexto cooperativista. Os itens foram avaliados por meio de uma escala *Likert* de dez pontos, variando de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente), abrangendo os seguintes construtos: Justiça Distributiva, Justiça Processual, Justiça Interacional, Oportunismo Forte, Oportunismo Fraco, Custos de Governança e Desempenho do Relacionamento.

A amostra foi composta por 106 cooperados, selecionados de forma não probabilística por conveniência, considerando sua disponibilidade e interesse em participar da pesquisa. Para garantir o anonimato da cooperativa estudada, seu nome não será divulgado, sendo referida apenas como "cooperativa agropecuária da agricultura familiar".

A análise dos dados foi conduzida por meio de estatística descritiva, utilizando medidas de tendência central (média) e dispersão (desvio-padrão), além de análises complementares para compreender os padrões nas percepções dos cooperados. O software JAMOVI foi empregado na análise dos dados.

O estudo seguiu as diretrizes éticas de pesquisa com seres humanos, garantindo o sigilo e a confidencialidade dos respondentes. Antes da aplicação dos questionários, os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e sua participação foi voluntária, com consentimento informado registrado.

Na seção seguinte, serão apresentados os resultados da pesquisa, incluindo as tabelas utilizadas na análise e suas principais implicações para a governança cooperativa.

Resultados e discussão

Esta seção apresenta os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados junto aos cooperados da cooperativa estudada. As informações foram organizadas de forma a permitir uma visão clara das percepções sobre Justiça Organizacional, Oportunismo, Custos de Governança e Desempenho de Relacionamento. Essa análise visa identificar aspectos positivos e desafios na gestão da cooperativa, fornecendo subsídios para recomendações práticas e ações de melhoria.

A Tabela 1 apresenta os indicadores descritivos dos itens de Justiça Distributiva (JD), revelando percepções positivas entre os cooperados quanto à distribuição de recompensas e benefícios dentro da cooperativa estudada.

A análise das médias mostra que os quatro itens apresentam valores relativamente altos, variando de 7,64 (JD3) a 8,49 (JD1). O item JD1, que avalia o reconhecimento das recompensas e benefícios recebidos pelos cooperados, possui a maior média (8,49), indicando que a maioria dos cooperados percebe como justa a distribuição desses benefícios. Já o JD3, que trata dos critérios utilizados para essa distribuição, apresenta a menor média (7,64), sugerindo que, embora a percepção geral seja positiva, ainda existem preocupações quanto à clareza e equidade dos critérios aplicados.

O desvio-padrão, que mede a dispersão das respostas, apresenta variação entre 2,01 (JD1) e 2,87 (JD3). O JD1, além de possuir a maior média, também apresenta o menor desvio-padrão, indicando maior consenso entre os cooperados sobre a adequação das recompensas recebidas. Em contrapartida, o JD3 apresenta o maior desvio-padrão, sinalizando uma maior variabilidade nas percepções dos cooperados sobre os critérios de distribuição, o que pode indicar divergências de opinião ou diferenças na comunicação dos critérios adotados pela cooperativa.

De modo geral, os indicadores descritivos de Justiça Distributiva revelam uma percepção predominantemente favorável entre os cooperados, com altos níveis de satisfação, mas com certa variabilidade quanto aos critérios de distribuição, o que pode impactar a confiança no processo e potencialmente influenciar o comportamento organizacional.

Tabela 1 - Indicadores Descritivos de Justiça Distributiva

	JD1	**JD2**	**JD3**	**JD4**
Média	8.49	8.09	7.64	8.01
Desvio-padrão	2.01	2.52	2.87	2.38

Nota: JD1, JD2, JD3 e JD4 correspondem a itens do questionário identificados no apêndice.
Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 2 apresenta os indicadores descritivos dos itens de Justiça Processual (JP), refletindo as percepções dos cooperados sobre a justiça nos processos de tomada de decisão dentro da cooperativa estudada.

As médias variam entre 7,56 (JP2) e 8,78 (JP1 e JP3), sugerindo que, de forma geral, os cooperados avaliam positivamente a justiça processual. O JP1, que avalia se a cooperativa assegura a participação dos cooperados nas decisões, e o JP3, que mede o grau de capacitação dos cooperados para contribuírem nas decisões, obtiveram as médias mais altas (8,78), indicando uma percepção favorável em relação à inclusão e ao empoderamento dos membros nos processos decisórios. Por outro lado, o JP2, que avalia o entendimento dos cooperados sobre esses processos, apresentou a menor média (7,56), sugerindo que pode haver lacunas na comunicação ou no acesso às informações relacionadas à tomada de decisão.

Os desvios-padrão variam entre 1,79 (JP4) e 2,83 (JP2), evidenciando que o JP2, além de ter a menor média, também apresenta o maior grau de dispersão, o que indica opiniões mais divergentes sobre o entendimento dos processos decisórios. O JP4, que avalia a utilização de evidências e informações adequadas nas decisões, possui o menor desvio-padrão, sugerindo maior consenso entre os cooperados quanto à qualidade das informações utilizadas nas decisões.

Portanto, os dados de Justiça Processual sugerem que, embora a participação e a qualidade das decisões sejam vistas como positivas, o entendimento claro dos processos ainda pode ser um ponto de melhoria, o que pode impactar a confiança dos cooperados e, consequentemente, influenciar os custos de governança e os comportamentos organizacionais. Ha & Lee (2022) destacam que a justiça processual é um fator essencial para a construção da confiança organizacional e para o fortalecimento do compromisso dos membros, promovendo um ambiente organizacional mais sustentável.

Tabela 2 - Indicadores Descritivos de Justiça Processual

	JP1	**JP2**	**JP3**	**JP4**
Média	8.78	7.56	8.78	8.59
Desvio-padrão	2.02	2.83	1.91	1.79

Nota: JP1, JP2, JP3 e JP4 correspondem a itens do questionário identificados no apêndice.
Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 3 apresenta os indicadores descritivos dos itens de Justiça Interacional (JI), refletindo as percepções dos cooperados sobre a qualidade das interações interpessoais dentro

da cooperativa, especialmente no que se refere ao tratamento digno, ao respeito e à comunicação clara por parte da administração.

As médias são bastante elevadas, variando de 8,54 (JI4) a 9,80 (JI2), sugerindo uma percepção altamente positiva sobre o relacionamento entre os cooperados e a administração. O JI2, que avalia a cordialidade e o respeito demonstrados pela equipe de administração, apresenta a maior média (9,80), indicando que os cooperados se sentem respeitados e bem tratados. O JI1 (9,74) e o JI3 (9,53) também obtiveram médias altas, reforçando que os cooperados percebem reconhecimento, valorização e atenção às suas necessidades. O JI4, embora ainda apresente uma média alta (8,54), destaca-se como o item com a menor média, sugerindo que, embora positiva, a promoção de atividades de socialização e integração pode ser uma área de melhoria.

Os desvios-padrão variam entre 0,486 (JI2) e 2,41 (JI4), evidenciando uma consistência notável nos itens JI1, JI2 e JI3, cujos desvios são baixos, indicando pouca variação nas respostas e um alto grau de concordância entre os cooperados. Por outro lado, o JI4 apresenta o maior desvio-padrão, sugerindo uma maior variabilidade de opiniões sobre as atividades de socialização, o que pode indicar que nem todos os cooperados se sentem igualmente contemplados ou engajados nessas iniciativas.

De modo geral, os indicadores de Justiça Interacional apontam para um ambiente cooperativo no qual o respeito e o reconhecimento mútuos são altamente valorizados, mas também sugerem que a promoção de atividades sociais e a garantia de que todos os cooperados se sintam igualmente reconhecidos ainda podem ser aprimoradas para fortalecer ainda mais as relações internas e mitigar comportamentos oportunistas. Segundo Al Halbusi et al. (2021), a liderança ética e a justiça organizacional desempenham um papel fundamental na construção de um ambiente de trabalho positivo, promovendo comportamentos organizacionais mais alinhados à colaboração.

Tabela 3 - Indicadores Descritivos de Justiça Interacional

	JI1	**JI2**	**JI3**	**JI4**
Média	9.74	9.80	9.53	8.54
Desvio-padrão	0.590	0.486	1.03	2.41

Nota: JI1, JI2, JI3 e JI4 correspondem a itens do questionário identificados no apêndice.
Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 4 apresenta os indicadores descritivos dos itens de Oportunismo Forte (OPE), que avaliam a percepção dos cooperados sobre práticas oportunistas explícitas dentro da cooperativa, como violações contratuais, retenção de informações e decisões que favorecem determinados membros em detrimento de outros.

As médias variam entre 2,19 (OPE4) e 3,92 (OPE1), indicando percepções relativamente baixas de oportunismo forte, o que sugere que, de modo geral, os cooperados não percebem com frequência práticas oportunistas flagrantes por parte da administração. O OPE1, que trata da retenção de informações importantes para a tomada de decisão, apresenta a maior média (3,92), o que pode indicar que alguns cooperados percebem uma certa falta de transparência, ainda que em níveis moderados. O OPE4, que avalia a violação dos termos acordados, possui a menor média (2,19), sugerindo que os cooperados raramente percebem descumprimentos explícitos de acordos por parte da cooperativa.

Os desvios-padrão, que variam de 2,12 (OPE4) a 2,94 (OPE1), indicam uma dispersão relativamente alta nas respostas, sugerindo que, embora a maioria perceba baixo nível de oportunismo forte, existem opiniões divergentes, possivelmente influenciadas por experiências individuais ou percepções distintas dentro da cooperativa. O OPE1, com o maior desvio-padrão, destaca-se como o item com maior variação, sugerindo que, embora muitos cooperados considerem a retenção de informações como pouco frequente, outros percebem essa prática como mais recorrente.

De modo geral, os indicadores de Oportunismo Forte sugerem que, embora existam percepções pontuais de comportamentos oportunistas, especialmente em relação à retenção de informações, a prática de oportunismo explícito é vista como pouco frequente na cooperativa estudada. No entanto, a variabilidade das percepções indica que a cooperativa pode se beneficiar de estratégias que reforcem a transparência e a confiança entre seus membros.

Tabela 4 - Indicadores Descritivos de Oportunismo Forte

	OPE1	**OPE2**	**OPE3**	**OPE4**
Média	3.92	2.88	3.10	2.19
Desvio-padrão	2.94	2.34	2.53	2.12

Nota: OPE1, OPE2, OPE3 e OPE4 correspondem a itens do questionário identificados no apêndice.
Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 5 apresenta os indicadores descritivos dos itens de Oportunismo Fraco (OPA), que avaliam comportamentos oportunistas mais sutis dentro da cooperativa estudada, como falhas no suporte, omissões e resistências veladas que, embora não violem explicitamente contratos, podem prejudicar o ambiente cooperativo e as relações entre os membros.

As médias variam de 2,75 (OPA3) a 3,39 (OPA2), indicando que os cooperados percebem um nível moderado de oportunismo fraco, com destaque para o OPA2, que avalia a falta de apoio adequado por parte da cooperativa em determinados momentos. Esse item apresenta a maior média (3,39), sugerindo que alguns cooperados sentem que a cooperativa, ocasionalmente, não se empenha o suficiente para facilitar a colaboração eficaz. O OPA3, que aborda a relutância em assumir responsabilidades, apresenta a menor média (2,75), indicando que, embora exista a percepção de comportamentos oportunistas, a atribuição injusta de responsabilidades é percebida com menor frequência.

Os desvios-padrão, entre 2,52 (OPA4) e 2,74 (OPA2), evidenciam uma dispersão considerável nas percepções, indicando que, embora muitos cooperados percebam baixos níveis de oportunismo fraco, há uma parcela significativa que vivencia ou percebe tais comportamentos de maneira mais intensa. O OPA2, além de apresentar a maior média, também possui o maior desvio-padrão, sinalizando que a falta de apoio da cooperativa é um ponto de divergência relevante entre os cooperados.

Em suma, os indicadores de Oportunismo Fraco sugerem que, embora o nível geral percebido seja moderado, ainda existem desafios a serem enfrentados, especialmente relacionados ao apoio oferecido pela cooperativa e ao cumprimento de responsabilidades, que, se negligenciados, podem afetar a confiança e aumentar os custos de governança no longo prazo. Jia et al. (2021) apontam que a percepção de justiça influencia diretamente a ocorrência de oportunismo nos canais organizacionais, indicando que organizações que promovem um senso de equidade tendem a reduzir a incidência de comportamentos oportunistas.

Tabela 5 - Indicadores Descritivos de Oportunismo Fraco

	OPA1	**OPA2**	**OPA3**	**OPA4**
Média	3.13	3.39	2.75	2.83
Desvio-padrão	2.70	2.74	2.61	2.52

Nota: OPA1, OPA2, OPA3 e OPA4 correspondem a itens do questionário identificados no apêndice.
Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 6 apresenta os indicadores descritivos dos itens de Custos de Governança (CG), refletindo a percepção dos cooperados sobre os custos associados ao monitoramento, controle e manutenção das relações dentro da cooperativa.

As médias variam de 2,58 (CG1) a 2,84 (CG2), indicando que, de maneira geral, os cooperados percebem níveis baixos de custos de governança. O CG2, que avalia os custos percebidos com a implementação de mecanismos de controle, apresenta a maior média (2,84), sugerindo que, embora moderado, o investimento em processos de governança é reconhecido pelos cooperados. O CG1, que analisa os custos com supervisão e monitoramento, apresenta a menor média (2,58), indicando que a supervisão é percebida como menos onerosa em comparação com outros aspectos da governança.

Os desvios-padrão variam de 2,26 (CG1) a 2,61 (CG4), indicando uma dispersão significativa nas respostas, especialmente no CG4, que avalia os custos relacionados à resolução de conflitos. Essa variação sugere que, enquanto muitos cooperados consideram os custos de governança baixos, outros percebem esses custos de forma mais elevada, possivelmente devido a experiências individuais ou ao envolvimento mais direto nos processos de gestão.

Em síntese, os indicadores descritivos de Custo de Governança mostram que, embora a maioria dos cooperados perceba baixos custos associados aos mecanismos de governança, há uma variabilidade considerável, especialmente no que diz respeito aos custos com resolução de conflitos, sugerindo a necessidade de estratégias que garantam eficiência na gestão sem onerar excessivamente os membros.

Tabela 6 - Indicadores Descritivos de Custos de Governança

	CG1	CG2	CG3	CG4
Média	2.58	2.84	2.70	2.68
Desvio-padrão	2.26	2.29	2.53	2.61

Nota: CG1, CG2, CG3 e CG4 correspondem a itens do questionário identificados no apêndice.
Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 7 apresenta os indicadores descritivos dos itens de Desempenho de Relacionamento (DR), que avaliam a qualidade das relações entre os cooperados e a

cooperativa, incluindo aspectos como confiança, cooperação e satisfação com o relacionamento.

As médias variam entre 8,30 (DR4) e 8,84 (DR3), sugerindo uma percepção bastante positiva dos cooperados sobre o desempenho do relacionamento. O DR3, que avalia a percepção de colaboração e suporte mútuo, apresenta a maior média (8,84), indicando que os cooperados sentem que há um forte espírito colaborativo e apoio dentro da cooperativa. O DR4, embora ainda alto (8,30), apresenta a menor média, sugerindo que, embora o relacionamento geral seja bem avaliado, ainda pode haver espaço para melhorias em aspectos específicos, como o alinhamento de expectativas ou a gestão de conflitos.

Os desvios-padrão, que vão de 1,66 (DR3) a 2,29 (DR1), indicam uma dispersão moderada nas respostas, com o DR3 apresentando o menor desvio, sugerindo um consenso maior sobre a percepção positiva de colaboração e suporte. O DR1, que mede a confiança no relacionamento, apresenta o maior desvio-padrão, indicando que, embora muitos cooperados percebam altos níveis de confiança, existem opiniões divergentes que podem refletir experiências individuais ou contextos específicos dentro da cooperativa.

Em suma, os indicadores de Desempenho de Relacionamento destacam uma percepção majoritariamente positiva entre os cooperados, com altos níveis de colaboração, confiança e satisfação, mas também sugerem a necessidade de atenção contínua para garantir que todos os membros se sintam igualmente apoiados e integrados, minimizando divergências e fortalecendo os laços cooperativos.

Tabela 7 - Indicadores Descritivos de Desempenho de Relacionamento

	DR1	DR2	DR3	DR4
Média	8.55	8.63	8.84	8.30
Desvio-padrão	2.29	2.04	1.66	2.26

Nota: DR1, DR2, DR3 e DR4 correspondem a itens do questionário identificados no apêndice.
Fonte: Elaboração própria.

Os resultados indicaram percepções positivas em relação à Justiça Organizacional, especialmente na dimensão interacional, onde os cooperados destacaram o respeito e a comunicação clara por parte da administração. Esse achado corrobora os estudos de Colquitt et

al. (2013), que apontam a justiça interacional como um fator essencial para promover um ambiente de trabalho saudável e colaborativo.

A justiça distributiva também foi avaliada de forma favorável, embora com variações nos critérios de distribuição, evidenciando a necessidade de maior transparência, conforme sugerido por Cropanzano e Ambrose (2015), que destacam a relação entre a percepção de justiça distributiva e a satisfação organizacional. Já a justiça processual apresentou resultados moderados, indicando espaço para melhorias nos processos decisórios, em consonância com Beugré (1998), que ressalta a importância de processos justos para a construção da confiança organizacional.

As percepções sobre oportunismo forte foram baixas, mas houve relatos de retenção de informações, apontando para desafios na transparência organizacional. Williamson (1985) destaca que o oportunismo, mesmo em níveis baixos, pode gerar custos adicionais de monitoramento. O oportunismo fraco, especialmente a falta de apoio em momentos críticos, foi moderadamente percebido, alinhando-se aos achados de Luo (2006), que associa o oportunismo fraco a falhas de comunicação e suporte dentro das organizações.

Os custos de governança foram percebidos como moderados, com maior variação na resolução de conflitos. Essa percepção é consistente com os estudos de Kogut e Zander (1996), que afirmam que a complexidade dos mecanismos de governança pode aumentar os custos operacionais. A utilização de comitês de mediação e processos transparentes pode contribuir para reduzir esses custos (Iliopoulos; Valentinov, 2012).

O desempenho do relacionamento foi bem avaliado, com destaque para a colaboração e o apoio mútuo entre os cooperados, o que reforça os princípios do cooperativismo, como solidariedade e ajuda mútua (Sacchetti; Tortia, 2015). Entretanto, alguns cooperados relataram falhas no alinhamento de expectativas, o que pode ser mitigado com estratégias de comunicação mais eficazes, conforme sugerido por Zaheer, McEvily e Perrone (1998).

De forma geral, os resultados mostram que a cooperativa estudada possui uma base sólida de relações justas e colaborativas, mas precisa melhorar a transparência, o apoio aos cooperados e os mecanismos de resolução de conflitos. Tais ajustes podem contribuir para a redução dos custos de governança e a mitigação de comportamentos oportunistas, promovendo um ambiente organizacional mais sustentável. Luo et al. (2015) evidenciam que a justiça organizacional desempenha um papel fundamental na contenção do oportunismo, promovendo

relações mais confiáveis e reduzindo os custos de governança associados ao monitoramento e controle de comportamentos oportunistas.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar a relação entre Justiça Organizacional, Oportunismo, Custos de Governança e Desempenho do Relacionamento em uma cooperativa agropecuária da agricultura familiar. Os achados indicam que a percepção de justiça organizacional é predominantemente positiva, especialmente na dimensão interacional, sugerindo que o respeito e a comunicação eficaz contribuem para fortalecer o ambiente cooperativo.

No entanto, identificaram-se desafios em aspectos como transparência na distribuição de benefícios, participação nos processos decisórios e suporte aos cooperados, indicando oportunidades para aprimoramento da governança. A presença de oportunismo forte foi baixa, mas houve indícios de retenção de informações, o que reforça a necessidade de mecanismos que garantam maior transparência e equidade nas relações internas. O oportunismo fraco, por sua vez, foi percebido de forma moderada, principalmente em relação à falta de apoio em momentos críticos.

Os custos de governança foram avaliados como moderados, com variações na percepção sobre resolução de conflitos. Estratégias como a implementação de processos mais estruturados e canais de comunicação mais efetivos podem contribuir para reduzir custos administrativos e fortalecer a cooperação entre os membros.

O desempenho do relacionamento foi amplamente bem avaliado, refletindo um forte senso de colaboração e apoio mútuo entre os cooperados. No entanto, desafios pontuais na gestão de expectativas e na equidade percebida indicam que ajustes podem ser necessários para assegurar um ambiente mais inclusivo e eficiente.

Como implicações práticas, os resultados sugerem que a cooperativa pode se beneficiar de ações voltadas para o aprimoramento da governança, com foco na transparência dos processos, na comunicação clara e no fortalecimento da participação dos cooperados. Além disso, recomenda-se a adoção de políticas que incentivem a equidade na distribuição de benefícios e reforcem os mecanismos de resolução de conflitos, minimizando potenciais comportamentos oportunistas.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras explorem o impacto dessas variáveis em outras cooperativas agropecuárias, ampliando a compreensão sobre as relações entre governança, justiça organizacional e desempenho cooperativo em diferentes contextos. A abordagem comparativa pode fornecer insights adicionais sobre boas práticas e desafios enfrentados por cooperativas em distintas realidades.

Referências

ADAMS, J. S. Inequity in social exchange. In: BERKOWITZ, L. (Ed.). *Advances in experimental social psychology*. New York: Academic Press, 1965. v. 2, p. 267-299.

AL HALBUSI, H.; RUIZ-PALOMINO, P.; JIMENEZ-ESTEVEZ, P.; GUTIÉRREZ-BRONCANO, S. How upper/middle managers' ethical leadership activates employee ethical behavior? The role of organizational justice perceptions among employees. ***Frontiers in Psychology***, v. 12, p. 652471, 2021

BEUGRÉ, C. D. Understanding organizational justice and its impact on job performance. New York: IGI Global, 1998.

COLQUITT, J. A. et al. Justice at the millennium: A meta-analytic review of 25 years of organizational justice research. ***Journal of Applied Psychology***, v. 86, n. 3, p. 425-445, 2013.

CROPANZANO, R.; AMBROSE, M. L. Organizational justice: Where we have been and where we are going. ***Research in Personnel and Human Resources Management***, v. 34, p. 219-263, 2015.

HA, J. C.; LEE, J. W. Realization of a sustainable high-performance organization through procedural justice: the dual mediating role of organizational trust and organizational commitment. ***Sustainability***, v. 14, n. 3, 2022.

ILIOPOULOS, C.; VALENTINOV, V. Member preference heterogeneity and system-lifeworld dichotomy in cooperatives: An exploratory case study. ***Journal of Organizational Change Management***, v. 25, n. 2, p. 273-285, 2012.

JIA, F.; WEI, L.; JIANG, L.; HU, Z.; YANG, Z. Curbing opportunism in marketing channels: the roles of influence strategy and perceived fairness. ***Journal of Business Research***, v. 131, p. 69-80, 2021.

KOGUT, B.; ZANDER, U. What firms do? Coordination, identity, and learning. ***Organization Science***, v. 7, n. 5, p. 502-518, 1996.

LUO, Y. Toward the micro- and macro-level consequences of interactional justice in cross-cultural joint ventures. ***Human Relations***, v. 59, n. 8, p. 1019-1047, 2006.
LUO, Y.; LIU, Y.; YANG, Q.; MAKSIMOV, V.; HOU, J. Improving performance and reducing cost in buyer–supplier relationships: The role of justice in curtailing opportunism. ***Journal of Business Research***, v. 68, n. 3, p. 607-615, 2015.

SACCHETTI, S.; TORTIA, E. C. The social value of multi-stakeholder co-operatives: The case of the CEFF system in Italy. ***Economia e Lavoro***, v. 49, n. 2, p. 93-112, 2015.

WILLIAMSON, O. E. The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting. New York: Free Press, 1985.

ZAHEER, A.; MCEVILY, B.; PERRONE, V. Does trust matter? Exploring the effects of interorganizational and interpersonal trust on performance. ***Organization Science***, v. 9, n. 2, p. 141-159, 1998.

Apêndice: Questionário



JUSTIÇA ORGANIZACIONAL, OPORTUNISMO, CUSTO DE GOVERNANÇA E DESEMPENHO DE RELACIONAMENTO										
ITENS	**PERCEPÇÕES**									
Justiça Distributiva (JD)	**DT**									**CT**
JD1. As recompensas e benefícios que obtenho da cooperativa reflete fielmente meu esforço e contribuição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
JD2. A cooperativa se esforça ao máximo para evitar qualquer tipo de parcialidade ao distribuir equitativamente as recompensas e vantagens entre os cooperados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
JD3. Os critérios que regulam a distribuição de recompensas são comunicados de maneira clara e acessível a todos os cooperados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
JD4. A cooperativa revisa regularmente seu sistema de distribuição de benefícios para garantir que seja justo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Observação: As recompensas ou retornos incluem amplamente formas monetárias, como sobras, e formas não monetárias, como aquisição de conhecimento e aprimoramento de reputação.										
Justiça Processual (JP)	**DT**									**CT**
JP1. A cooperativa assegura que os cooperados tenham a oportunidade de serem ouvidos e participarem ativamente do processo de tomada de decisões	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
JP2. Tenho um entendimento claro do processo pelo qual as decisões são elaboradas e implementadas na cooperativa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
JP3. Sinto-me capacitado para contribuir com minha opinião e fornecer um retorno valioso nas decisões cruciais da cooperativa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
JP4. Decisões de grande importância são definidas com cuidado, levando em consideração caprichosamente as evidências e informações disponíveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Observação: "Justo" significa que os procedimentos e a execução desses procedimentos são: (i) transparentes, ajustáveis e corrigíveis; (ii) representativos, imparciais e não discriminatórios para cada parte; e (iii) em conformidade com as especificações contratuais.										
Justiça Interacional (JI)	**DT**									**CT**
JI1. Os membros da administração da cooperativa demonstram respeito constante pelos cooperados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
JI2. A equipe de administração da cooperativa mantém um padrão de cortesia e cordialidade em suas interações com os cooperados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
JI3. Recebo reconhecimento e valorização sempre que interajo com a administração da cooperativa, o que me faz sentir ouvido e apreciado	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
JI4. A cooperativa promove atividades de socialização com seus cooperados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Oportunismo de Forma Forte (OPE)	**DT**									**CT**
OPE1. A cooperativa frequentemente retém informações importantes dos cooperados que são essenciais para sua tomada de decisão e sucesso	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
OPE2. A cooperativa não realiza os investimentos em recursos humanos e infraestrutura prometidos aos cooperados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
OPE3. A cooperativa frequentemente toma decisões que beneficiam seus próprios interesses financeiros, mesmo que isso prejudique os interesses dos cooperados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
OPE4. A cooperativa viola regularmente os termos e condições do contrato de cooperação sem justificativa adequada, prejudicando os interesses dos cooperados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Oportunismo de Forma Fraca (OPA)	**DT**									**CT**
OPA1. A cooperativa ocasionalmente demonstra falta de empenho no relacionamento cooperativo, deixando de fornecer o suporte necessário aos cooperados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
OPA2. A cooperativa, em alguns casos, não se adapta às necessidades e requisitos específicos dos cooperados, dificultando a colaboração eficaz	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
OPA3. A cooperativa reluta em assumir a responsabilidade por problemas que surgem no relacionamento cooperativo, responsabilizando os cooperados pelos problemas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
OPA4. A cooperativa mostra alguma resistência em compartilhar informações importantes que poderiam beneficiar os cooperados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Custos de Governança (CG)	**DT**									**CT**
CG1. Sinto que os procedimentos administrativos e burocráticos exigidos pela cooperativa aumentam significativamente os custos de gerenciamento para mim	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
CG2. Sinto que as reuniões e as formalidades exigidas pela cooperativa para participação nas decisões são excessivamente demoradas e penosas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
CG3. Os gastos associados à minha participação nas reuniões e eventos da cooperativa tornam difícil minha participação regular nas atividades da mesma	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
CG4. Sinto que as oportunidades para participar ativamente nas decisões estratégicas da cooperativa são limitadas devido a barreiras financeiras ou burocráticas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Desempenho de Relacionamento (DR)	**DT**									**CT**
DR1. Ser cooperado ajudou a aumentar o volume de vendas do smeus produtos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
DR2. Sinto que ser cooperado me ajudou a alcançar uma posição vantajosa para meus produtos no mercado	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
DR3. O suporte para as vendas dos meus produtos fornecido pela cooperativa é de boa qualidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
DR4. A divulgação dos meus produtos pela cooperativa facilita a sua comercialização	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Legenda: CT = Concordo Totalmente; DT = Discordo Totalmente										

ANAIS V SENAPOP - 2025

EIXO TEMÁTICO 3: METODOLOGIAS EM EXTENSÃO POPULAR E O DESAFIO DEMOCRÁTICO

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA E CUIDADO NA SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA

Fernanda Nogueira Campos Rizzi[1]
Carolina Chioca Lopes Marteleno[2]
Anderson Adryel Rodrigues[3]
Layla Gabrielle Nogueira[4]
Luiz Roberto Cruvinel Hercos Júnior[5]
Roberto Francisco Moura Gomes Santos[6]

Palavras-chave: Cuidado Integral; Práticas Integrativas e Complementares; Resistência; Saúde Mental Comunitária.

Introdução

A Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS), instituída pela Portaria do Ministério da Saúde n. 2.761, de 19 de novembro de 2013, estabelece princípios, diretrizes e eixos estratégicos que oficializam a implantação da Educação Popular em Saúde (EPS) no âmbito do SUS (Brasil, 2013). Esse marco representa o reconhecimento institucional da relevância dessa abordagem educativa como mecanismo que viabiliza a ampliação da participação social e da gestão compartilhada nos cuidados em saúde (Viana *et al*., 2023).

A EPS permite a superação do paradigma da Educação Bancária, denunciada pelo educador e filósofo Paulo Freire como modelo opressor que tolhe a autonomia e consciência crítica dos indivíduos (Bringhente; Mesquida, 2016), e que, no âmbito da Educação em Saúde (ES), distancia a relação médico-paciente. Em oposição a este modelo, a EPS permite não apenas a superação do fosso cultural e do caráter autoritário e verticalizado das relações entre usuários e profissionais de saúde, como também propicia a

[1] Doutora em Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, fernanda.rizzi@ufu.br.
[2] Acadêmica de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, carolinacachioca@gmail.com.
[3] Acadêmico de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, anderson.rodrigues@ufu.br.
[4] Acadêmica de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, layla.nogueira@ufu.br
[5] Acadêmico de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, luiz.hercos@ufu.br
[6] Acadêmico de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, robertofrancisco_med@hotmail.com.

valorização dos saberes populares, sua integração às práticas de cuidado e a ampliação da participação dos próprios sujeitos nos cenários de cuidado (Brasil, 2007).

Considerando a importância de uma abordagem que promova a integração e a cooperação entre saberes populares e científicos no cuidado em saúde, as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), aprovadas pela Portaria Nº 971, de 3 de maio de 2006 (Brasil, 2006), se apresentam, no âmbito do SUS, como práticas terapêuticas voltadas à atenção da saúde em sua integralidade, correspondendo a abordagens oriundas da medicina tradicional e de aspecto multicultural. As PICS atuam de maneira conjunta e complementar às práticas técnico-científicas a fim de ampliar a visão sobre os processos de saúde e adoecimento e as possibilidades de cuidado, e favorecem a superação de uma racionalidade estritamente biológica, medicalizante e, potencialmente, iatrogênica (Azevedo; Pelicioni, 2011).

Este relato tem como objetivo descrever a experiência de discentes do curso da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia (FAMED - UFU) em um projeto de extensão universitária que disponibilizou serviços e atividades componentes das PICS e que adotou preceitos da abordagem educativa proposta pela EPS durante sua execução. O intuito final do evento consistiu na valorização dos saberes populares e tradicionais, da integração entre usuários e profissionais de saúde e da emancipação dos sujeitos no processo de cuidado, temas a serem discutidos no presente artigo, considerando sua relevância para as práticas de cuidado fornecidas no âmbito do SUS.

Aspectos metodológicos da experiência

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, pensado a partir do projeto Tenda Paulo Freire. No evento, integrantes da LISAM da FAMED UFU, juntamente com o apoio de estudantes do Oitavo Período do Curso de Medicina da UFU e com a participação de professores orientadores, se reuniram no dia 16 de fevereiro de 2025 no Parque do Sábia das 08:00 às 12:00 em Uberlândia para a exposição da Tenda que abordou a promoção de saúde por meio de oficinas, a ampliação do debate sobre as diferentes práticas de cuidado e o incentivo à busca pela saúde mental comunitária.

Nesse sentido, como forma de atratividade à população que caminhava pelo parque, foram realizadas pelos alunos do Oitavo Período a aferição da pressão e da glicemia dos

cidadãos interessados, ao se encaminharem à realização dos exames, o grupo de alunos da LISAM explicava o funcionamento das demais oficinas e práticas desenvolvidas na Tenda, visando o convite à participação das pessoas nas atividades elaboradas, revelando a relação das PICS e da EPS, como mecanismo de amparo na saúde mental.

As oficinas desenvolvidas trataram, portanto, das PICS por intermédio da auriculoterapia, da meditação, do Reiki e da yoga, promovendo uma ação coletiva de inserção do sujeito em seu próprio processo de cuidado. Além disso, seguindo o preceito da EPS de valorização dos saberes populares foi realizada uma roda de conversa mediada pela liderança indígena local, a qual demonstrou a cultura e o saber tradicional de seu povo Tupinambá de Yberabá, ressaltando o uso de ervas e plantas com efeitos terapêuticos como forma de resistir à medicina medicamentosa.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A participação de ações voltadas à saúde mental comunitária com a inclusão de PICS é, sem dúvida, uma vivência transformadora. Em um cenário onde o sofrimento psíquico muitas vezes se manifesta de forma silenciosa e invisível, percebemos como intervenções simples, acessíveis e acolhedoras podem promover um cuidado mais humanizado e integral.

Dentre as práticas desenvolvidas, a auriculoterapia chamou nossa atenção por sua eficácia percebida pelos participantes. Muitos relataram alívio de sintomas como ansiedade, insônia e dores físicas logo após a aplicação. É uma técnica de baixo custo, de fácil aplicação, e que estabelece um contato direto e cuidadoso com o paciente. No entanto, ainda há desafios, como a escassez de profissionais capacitados e o preconceito que alguns usuários e gestores têm em relação a práticas não convencionais.

O uso de plantas medicinais, por sua vez, resgata saberes populares e valoriza a cultura local. Observar o interesse das pessoas em compartilhar receitas caseiras e memórias afetivas ligadas às ervas mostrou o poder dessa prática em promover vínculo e pertencimento. A integração dos saberes populares sobre plantas medicinais em um contexto educativo não apenas valoriza as tradições locais, mas também cria um espaço de aprendizado mútuo. Nesse ambiente, a saúde é vista de forma abrangente, reconhecendo a interconexão entre o indivíduo e sua comunidade. Essa prática incentiva um cuidado consciente e responsável em relação à saúde pessoal e coletiva. Entretanto, surgem

preocupações quanto ao uso indiscriminado e à necessidade de orientação adequada para evitar interações medicamentosas ou intoxicações.

A meditação, mesmo entre os mais céticos, provocou impacto positivo. Momentos breves de silêncio, respiração consciente e interiorização proporcionaram um alívio imediato de tensões e abriram espaço para uma escuta mais qualificada de si mesmo. O maior desafio aqui é o engajamento: em uma sociedade acelerada, ensinar o valor da pausa e da atenção plena exige paciência e continuidade. Esse engajamento se torna ainda mais significativo quando o enxergamos como um caminho para a educação popular, que busca ressignificar práticas do cotidiano e promover uma consciência crítica. Os participantes ao estarem em conexão interior e equilíbrio emocional tiveram o convite a refletir sobre suas vidas e experiências. Dessa maneira, a prática da meditação não apenas promove o cuidado com a saúde mental, mas também cria um espaço de escuta e empatia. Assim, essa abordagem se transforma em um caminho para o bem-estar individual e coletivo.

As atividades de movimento, como yoga e danças circulares criaram um espaço acolhedor, repleto de leveza e tranquilidade. Muitos participantes compartilharam como se sentiram aliviados e revitalizados, enquanto a interação em grupo fortaleceu laços de pertencimento e apoio mútuo, tão necessários em tempos difíceis. Essas experiências não apenas ilustram as potencialidades da Educação Popular em Saúde (EPS), que valoriza a participação ativa e os saberes populares, mas também revelam desafios, como a resistência de alguns profissionais em aceitar essas abordagens não convencionais e a necessidade de formação adequada para sua implementação. Assim, percebemos que cuidar da saúde mental vai além de intervenções físicas; trata-se também de construir conexões significativas e de promover um cuidado mais humanizado, que se alinha aos princípios da EPS, buscando um sistema de saúde mais inclusivo e que realmente atenda às necessidades da população.

Durante as atividades de aferição de pressão arterial e glicemia capilar, podemos perceber o quanto o cuidado físico e mental estão interligados. Essas práticas, embora muitas vezes vistas como rotineiras, quando inseridas em um contexto de escuta e acolhimento, tornam-se potentes instrumentos de cuidado integral. Elas também servem como porta de entrada para conversas mais amplas sobre autocuidado, hábitos de vida e saúde mental.

As rodas de conversa, por fim, foram o coração da experiência. Nelas, a troca de experiências, a empatia e a escuta ativa criaram um espaço seguro para que as pessoas compartilhassem angústias, dúvidas e vivências. Muitos relataram que, só de serem ouvidos, já se sentiam melhor. É um recurso simples, mas poderoso, que exige apenas tempo, disposição e sensibilidade para lidar com as emoções e histórias compartilhadas, garantindo que todos se sentem acolhidos e seguros.

Assim, as práticas integrativas ampliam o olhar sobre o cuidado em saúde mental comunitária. Elas valorizam o ser humano em sua totalidade, promovem autonomia, reduzem o uso excessivo de medicamentos e fortalecem os vínculos sociais. Contudo, ainda enfrentam obstáculos como a falta de políticas públicas mais estruturadas, capacitação profissional, resistência institucional e necessidade de mais evidências científicas em alguns campos. A experiência nos ensinou que, mais do que técnicas, essas práticas são formas de reencontrar o humano no cuidado — algo essencial para qualquer estratégia de saúde mental.

Considerações finais

A experiência proporcionada pela Tenda Paulo Freire permitiu ver a implementação das PICS na saúde comunitária, demonstrando sua potencialidade como ferramenta de acolhimento, cuidado e resistência frente às dificuldades enfrentadas pelos usuários do sistema de saúde. A utilização das PICS não apenas promoveu bem-estar e alívio dos sintomas psíquicos, mas também fortaleceu o vínculo entre os futuros profissionais e a comunidade, o que permite um olhar mais ampliado sobre o processo de adoecimento e cura.

Ao longo da experiência, observamos desafios relacionados à adesão dos usuários, ao reconhecimento institucional dessas práticas e à necessidade de maior capacitação profissional. Entretanto, os impactos positivos percebidos reforçam a importância da ampliação e valorização dessas estratégias dentro da atenção em saúde mental.

Portanto, este relato oferece uma reflexão sobre a necessidade de integrar as PICS de maneira mais estruturada no SUS, garantindo acesso equitativo e fortalecendo a autonomia dos sujeitos no cuidado com sua saúde mental. Acreditamos que experiências como esta podem inspirar novas iniciativas e estimular políticas públicas que reconheçam a

diversidade de abordagens terapêuticas como parte fundamental de um modelo de atenção integral e humanizado.

Referências

AGUIAR, Jordana; KANAN, Lilia Aparecida ; MASIERO, Anelise Viapiana. Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 123, p. 1205–1218, 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/sdeb/2019.v43n123/1205-1218/pt>.

AZEVEDO, Elaine de ; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Práticas integrativas e complementares de desafios para a educação. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 9, p. 361–378, 2011.

BRASIL. **Caderno de Educação Popular e Saúde Brasília-DF 2007**. [s.l.: s.n.], 2007. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_educacao_popular_saude_p1.pdf>.

BRASIL. **II Caderno de educação em saúde**. [s.l.: s.n.], 2007. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_caderno_educacao_popular_saude.pdf>. Acesso em: 31 maio 2022.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. bvsms.saude.gov.br. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html>.
NESPOLI, Grasiele; PARO, César Augusto; LIMA, Luanda de Oliveira; *et al*. Por uma pedagogia do cuidado: reflexões e apontamentos com base na Educação Popular em Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, 2020.

SAÚDE. POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO SUS. v. 2, 2015.

VIANA, Ingrid Soares; LIMA, Santos; SOUZA, Gisele Leles; *et al*. A importância da Educação Popular em Saúde no fortalecimento das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. **Revista Pró-UniverSUS**, v. 14, n. Especial, p. 87–92, 2023.

VIVÊNCIAS NEGRAS E CAMPONESAS NO PROJETO TERRITÓRIOS RURAIS E CULTURA ALIMENTAR TV

Daniele dos Santos Batista[1]

Jéssica Silva dos Santos [2]

Palavras-chave: Cultura. Educação.

Introdução:

O presente trabalho busca apresentar sucintamente a Importância do Projeto Territórios Rurais e Cultura Alimentar TV para a disseminação da Cultura Campesina, a partir das nossas vivências enquanto mulheres pretas, que participaram do projeto como agentes de cultura viva. São jovens do campo que constituíram suas histórias por meio da relação com a terra de maneira comunitária com seus pares. Vivências que se entrecruzam através das lutas sociais: contra o racismo, igualdade de gênero, reforma agrária e por uma educação antirracista e contextualizada.

Mulheres que traçaram seus caminhos em busca de compreender como as questões raciais envolvem as relações sociais na comunidade, cada passo empreendido foi motivado pelo desejo em relatar suas próprias histórias, as histórias das comunidades rurais que são banhadas por diversas culturas, desde a origem de seus territórios, que na maioria descende da luta pela terra, até os dias atuais que seguem organizadas entendendo o sentido comunitários que por sua vez demanda uma logística de interação própria. É de suma importância que os povos campesinos arranquem do opressor a arma do discurso, porque mentiras contadas e recontadas viram falsas verdades que marcas historicamente povos (Adichie, 2019).

[1] Licencianda em Pedagogia /Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Centro de Formação de Professores e e-mail: danielebatista@aluno.ufrb.edu.br.

[2] Licenciatura em Pedagogia: Educação do Campo/ Universidade Federal da Paraíba- UFPB. E-mail: jessica10silva101@gmail.com.

Conforme a referida autora, existe inevitavelmente "o perigo de uma única história" que assola a conjuntura social, pois as narrativas propagandas sobre os diversos povos em suma maioria foram construídos por olhares colonizadores, impactando diretamente nos discursos desenvolvidos e na veracidade de tais fatos, visto que os colonizadores utilizaram das suas representações sociais como parâmetros para analisar os povos africanos e originários, menosprezando as suas diversidades culturais, por isso precisamos recontar a nossa própria história (Adichie, 2019).

Relatar as histórias dos nossos povos é também recontar a história cultural do Brasil, é se aprofundar nas nossas vivências e discorrer sobre uma parcela da vasta diversidade cultural da nação brasileira, a qual foi forjada com sangue e ouro. Entre movimentos de lutas e resistência os fazedores de cultura conquistam a promulgação da Política Nacional Cultura Viva, que tem como objetivo “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, potencializando as energias sociais e culturais, construindo valores de cooperação e solidariedade” (ecomuseu rural). A Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais é composta por várias organizações culturais que visam estimular a fomentação de políticas públicas que atendam às peculiaridades dos territórios rurais. Conforme Botelho e Paolino:

> A Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais foi criada em 2014 durante o V Fórum Nacional de Pontos de Cultura que aconteceu em Natal com o objetivo de contribuir para a criação de políticas públicas de cultura que considerassem a realidade dos territórios rurais e para fomentar a troca de experiências entre organizações culturais que vivem a realidade do campo, das florestas e das água (Botelho e Paolino, 2019, p. 9).

Diante desse marco entendemos a trajetória do Pontão de Cultura que vem se estruturando a nível nacional, enquanto política que fomenta o contato e Disseminação dos territórios rurais através de várias iniciativas que envolvem organizações representantes dos territórios. É nessa perspectiva que surge o Projeto Territórios Rurais e Cultura Alimentar TV, que visa mapear e diagnosticar organizações culturais, disponibilizar cursos de formação e capacitação sobre cultura, articular e mobilizar rede através do Pontos de Cultura e Memória Rurais e, por fim, disponibilizar qualificação digital para a Rede Cultura Viva.

Aspectos metodológicos da experiência:

O projeto surge para incentivar a participação de jovens rurais, de todo o Brasil, na Bolsa Agentes Cultura Viva – uma oportunidade oferecida pelo "Pontão de Cultura Territórios Rurais e Cultura Alimentar", da Rede Nacional de Pontos de Cultura e Memória Rurais, com a finalidade da criação do canal do YouTube, espaço esse para divulgação do material produzido pelos jovens selecionados.

Com o total de 20 jovens bolsistas que atuaram nas atividades relacionadas à valorização da cultura e das tradições em comunidades rurais, reforçando a importância do protagonismo da juventude na preservação da cultura local. Foi possível realizar de modo sistemático, dentro do prazo estimado de oito meses, aulas, reuniões de alinhamentos e cursos trabalhando as temáticas de roteiro, fotografia, edição e políticas públicas.

Onde de modo particular, as jovens Jéssica Silva dos Santos e Daniele dos Santos Batista, atuaram como jovens agentes, atuação essa que permitiu as jovens uma conexão mais profunda com seus territórios e origem, possível através da representatividade trazida com esse exercício de dar vocês a tantas outras mulheres pretas que marcam seus espaços no cultivo do saber enquanto guardiãs dos valores ancestrais que dão sentido às formas de relações dentro do espaço rural, sendo possível também, o conhecimento das práticas comum da vida cotidiana das comunidades rurais, como quilombolas, marcadas pelo recorte histórico e os assentamento de reforma agrária, que por sua vez, marcam uma reivindicação social em relação ao território, com destaque, a percepção trazida pela juventude que estão nessas comunidade. Essa experiência foi oportuna para um trabalho minucioso que ressaltou na construção de curtos documentários que permitiu o relato da vivência, a apresentação do saber popular e a organização social do espaço campesino, assim como a afirmação do conhecimento em sua dimensão: ancestral, tradicional e regional.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados:

Refletir acerca das experiências vividas ao decorrer do projeto é de extrema complexidade por perpassar temáticas como: educação popular, questões étnico-raciais, movimentos identitários e de classe. Durante os processos de visitas às comunidades e as

organizações culturais percebemos como o compartilhamento de saberes ancestrais permanecem em sua essência através da oralidade, compactuando para a valorização dessa prática. Dialogar com os mestres e mestras foi uma viagem às nossas raízes por meio dos fatos preservados oralmente.

Outra questão a ser ressaltada é o entrelaçamento entre os movimentos culturais com a educação popular. A cultura brasileira é diversificada, formada a partir da contribuição de diversos povos que construíram o país. Portanto, discutir cultura implica falar sobre educação popular. Esta surge como uma forma de resistência da classe trabalhadora, em busca de uma educação emancipatória e libertadora, e estimula os pilares da cultura, da ancestralidade e da luta política. A educação popular tem como objetivo atender as necessidades do povo, valorizando os saberes dos mais velhos, seguindo um ciclo contrário aos modelos de educação do sistema capitalista (Brandão, 2006).

Considerações finais

A participação no projeto de agentes de cultura viva permitiu constatar que iniciativas como essas são de suma importância por evidenciar as várias formas de manifestações culturais existentes nos territórios rurais a partir do saber popular e ancestral, colocando em destaque a participação juvenil nessa condução, permitindo um protagonismo para os integrantes do projeto, além de um contato direto com os seus territórios e os fazedores de cultura e/ou guardiões do saber popular.

Ao introduzir uma proposta como essa enquanto política pública, é imprescindível que seja observado o objetivo da mesma, assim como a importância de ofertar as condições reais para envolvimento de todas as pessoas participantes no projeto. A fase de efetivação das atividades como da divulgação do material produtivo se torna educativo em razão do acesso ao conhecimento das práticas ligadas às diferentes áreas culturais.

Além disso, ao adentrar as comunidades quilombolas e ouvir os relatos dos mestres e líderes quilombolas foi crucial para que pudéssemos compreender o papel dos quilombos na luta contra o colonialismo e a importância da reforma agrária. Entendemos que ser quilombola é ser contracolonial, e nas atuais circunstâncias da sociedade brasileira percebemos como a defesa da valorização das culturas do campo também é uma luta por direitos. Conforme o grande intelectual Antônio Bispo (2023), no início da nossa jornada

somos conduzidos nos caminhos da vida pelos os mais velhos, é nessa “confluência” de saberes entre gerações e grupos que criamos artimanhas para resistir à opressão.

Referências

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única.** Tradução de: Julia Romeu. – 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BISPO, A. S. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora. PISEAGRAMA, 2023.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ECOMUSEU RURAL. **Pontos de Cultura e Memórias Rurais**. Disponível em: https://ecomuseurural.wixsite.com/pontodeculturarurais. Acesso em: 16 março. 2025.

BOTELHO, M; PAOLINO, C. **Pontos de Cultura e Memória Rurais.** 1a Edição. Rio de Janeiro. Instituto de Imagem e Cidadania, 2019.

FORMAÇÃO DE DEFENSORAS POPULARES QUILOMBOLAS NA PARAÍBA: EDUCAÇÃO E LUTA POR DIREITOS NA CRUZ DA TEREZA (PB)

Rodrigo Portela Gomes[1]
Ana Júlia Pereira Alves de Souza[2]
Maria Luzclarita Roque Viana[3]
Lorena Fernandes Rocha dos Santos[4]
Jasmim Souza Novais[5]
Dayanna Zelia Santos de Morais[6]

Palavras-chave: Comunidades quilombolas. Defensoras populares. Educação em Direitos Humanos.

Introdução

Este relato tem como objetivo apresentar a experiência do projeto de extensão "Formação de Defensoras Populares Quilombolas na Paraíba: o associativismo na valorização da identidade e cultura quilombola", realizado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão da Quilombagem - Kizomba. A iniciativa de educação em direitos humanos com lideranças quilombolas, tem como ferramenta essencial o intercâmbio para a afirmação de direitos. Para isso, promovessem encontros entre estudantes de direito e lideranças da comunidade Cruz da Tereza, situada no município de Coremas/PB.

A atuação junto à comunidade fundamenta-se no reconhecimento dos quilombos como espaços de resistência e construção identitária, essenciais para a formação social brasileira. Na Paraíba, inúmeras comunidades quilombolas enfrentam desafios históricos no reconhecimento de seus direitos e no acesso a políticas públicas fundamentais. Nesse contexto, o projeto visa fortalecer as estratégias jurídicas da comunidade Cruz da Tereza, respeitando sua autonomia e modos de vida, fomentamos a educação em direitos.

[1] Doutor em Direito, professor, Universidade Federal da Paraíba, rodrigoportelag@gmaill.com.
[2] Graduanda em Direito, Universidade Federal da Paraíba, ana.alves4@academico.ufpb.br.
[3] Graduanda em Direito, Universidade Federal da Paraíba, maria.luzclarita@academico.ufpb.br.
[4] Graduanda em Direito, Universidade Federal da Paraíba, lorena.fernandes@academico.ufpb.br.
[5] Graduanda em Direito, Universidade Federal da Paraíba, jsn2@academico.ufpb.br.
[6] Graduanda em Direito, Universidade Federal da Paraíba, dayanna.morais@academico.ufpb.br.

A metodologia adotada fundamenta-se na matriz quilombola e nas técnicas da educação popular, orientando-se pela elaboração de instrumentos jurídicos e pedagógicos adaptados às necessidades locais. As atividades incluem oficinas, rodas de conversa, assessoria jurídica e produção de materiais pedagógicos acessíveis, visando instrumentalizar as lideranças quilombolas para que possam reivindicar seus direitos de forma autônoma e efetiva.

Além disso, o projeto fortalece os vínculos entre a universidade e as comunidades quilombolas da Paraíba, ampliando a rede de apoio e cooperação desses grupos. Por meio dessa iniciativa, busca-se não apenas ampliar o acesso à justiça para os quilombolas da Cruz da Tereza com o diálogo direito com instituições do sistema de justiça, mas também promover o fortalecimento comunitário, incentivando a autonomia na defesa de seus direitos e a valorização de sua identidade cultural. Dessa forma, fomenta-se a produção de tecnologias sociais alinhadas à promoção dos direitos humanos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Aspectos metodológicos da experiência

O projeto é estruturado a partir de atividades educativas que integram práticas e saberes quilombolas ao instrumento jurídico, com integração entre a Universidade Federal da Paraíba, a Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba (CECNEQ), Defensoria Pública e as lideranças quilombolas locais. Levando em consideração a premissa que os direitos quilombolas derivam dos modos de ser, fazer e viver da comunidade, dividiu-se em etapas: Formação da equipe, planejamento pedagógico, promoção de encontros no território e avaliação das ações. Inicialmente, em parceria com a CECNEQ, reunimos informações pertinentes referentes à comunidade quilombola Cruz da Tereza.

Assim, realizamos o levantamento de dados socioeconômicos e históricos da comunidade, além da identificação das demandas jurídicas existentes no intercâmbio com a DPE/PB. Além disso, realizamos também três atividades formativas voltadas ao grupo acerca da oralidade quilombola como ferramenta jurídica. A primeira ocorreu no Jardim Botânico, localizado em João Pessoa/PB, onde dedicamos a reflexão da leitura do texto

“Somos da Terra”, de Antônio Bispo dos Santos, que proporcionou a compreensão da conexão existente entre as comunidades com o seu território, além das integrantes do projeto as formações contaram com a presença da equipe da Coordenadoria de Combate ao Racismo da DPE/PB.

Esse diálogo teve continuidade no encontro seguinte, realizado no Hotel Globo, em João Pessoa/PB. Nele, adentramos na discussão acerca do documentário da pesquisadora Mona Lima, “As Minervinas e o Caruá”, referência visual importante, que ilustrou a função da oralidade na construção das narrativas de direitos em comunidades do Sertão. O terceiro, por sua vez, ocorreu na Defensoria Pública do Estado da Paraíba, no qual, a partir da leitura dos textos de Beatriz Nascimento (2018) e Flávio Gomes (2020), abordamos conceitos historiográficos na literatura crítica sobre quilombos.

No dia 21 de setembro de 2024, com auxílio da Defensoria Pública do Estado, a equipe realizou uma visita técnica na comunidade Cruz da Tereza. O objetivo foi estabelecer um primeiro contato com a comunidade, compreender as principais demandas, conhecer o território e estruturar os módulos formativos. Nesse primeiro momento, as lideranças quilombolas relataram as histórias da comunidade, os principais conflitos, além dos aspectos da sua atual luta pela demarcação de terras. Esse primeiro contato foi essencial, pois a partir dele, conseguimos criar um vínculo com a comunidade, além de ser esclarecedor acerca das demandas de Cruz da Tereza, para entendermos como podemos contribuir com a luta.



Fonte: Imagem autoral do projeto, 2024, Cruz da Tereza, Coremas/PB.

Em 12 de novembro de 2024, ocorreu o seminário pedagógico, realizado em parceria com a CECNEQ, à qual foram abordadas demandas das comunidades quilombolas. A atividade ocorreu no Centro de Ciências Jurídicas em João Pessoa, contando com a

participação de Marcos Augusto, educador antirracista, quilombola da comunidade de Guruji. Enquanto liderança estadual apresentou um panorama socioterritorial das comunidades quilombolas e os desafios das comunidades quilombolas no enfrentamento as violações de direitos.

A partir do que foi apresentado pelo movimento social e das observações na primeira visita em Cruz da Tereza, propomos como abordagem dos conteúdos em dois módulos, sendo o primeiro sobre a identidade quilombola, realizados nos dias 14 e 15 de dezembro de 2024. O encontro teve os seguintes momentos: Cine debate; a construção de um mural na escola sobre identidade quilombola pela comunidade; a exposição da cartilha elaborada pelos discentes; dinâmica de quebra-cabeça; roda de escuta para sistematização de dados; elaboração de documento para reivindicação de demandas quilombolas.

A última etapa do módulo foi significante, o processo de escuta possibilitou o mapeamento de violações de direitos. As participantes, tendo em vista que são majoritariamente mulheres se organizaram em três grupos (educação, saúde e cultura). Cada equipe desenvolveu um debate sobre o tema a partir da realidade local, separando em principais demandas, em sequência, fizemos um momento de exposição, cada grupo, expondo os resultados da discussão e possibilitando a interação com os demais grupos. O módulo II ainda em construção, por sua vez, tratará sobre a educação quilombola, com enfoque nas diretrizes para educação em comunidades quilombolas e o fortalecimento do direito à educação diferenciada.

Em 18 de dezembro, participamos em Campina Grande da Mesa Estadual de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, que reuniu representantes de comunidades quilombolas de toda a Paraíba. Ao todo, mais de 90 pessoas participaram, fazendo-se presentes, também, representantes da Defensoria Pública, do INCRA, da Justiça Federal, da Secretaria da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba, além de outros órgãos públicos.

Foi possível identificar na fala dos representantes quilombolas que também existem violências perpetuadas pelos próprios órgãos, a exemplo da precarização dos serviços públicos, constituindo uma das principais barreiras para o acesso de direitos. Ademais, um dos principais tópicos tratados foi o avanço de investimentos de empresas em energia eólica e seus impactos para as comunidades afetadas com suas instalações.

No momento, seguimos com a elaboração e planejamento de atividades para a continuação da formação na comunidade de Cruz da Tereza, além de dar sequência a formações dos membros do projeto. É possível compreender que a metodologia aplicada ao longo do projeto demonstrou-se eficaz ao interagir conhecimentos de matriz diversas em um processo formativo dialógico e participativo. A realização de visitas técnicas, seminários e oficinas possibilitou a identificação de demandas e a construção coletiva de estratégias para a defesa de direitos, além do uso da oralidade como ferramenta jurídica, que é um instrumento fundamental na luta quilombola.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

Na nossa trajetória, até o momento, pudemos notar que a participação das lideranças e de outros representantes das comunidades quilombolas mostrou-se imprescindível para construção de um debate a partir das vozes quilombolas. Sentimos também que o intercâmbio com os saberes tradicionais no território permite uma perspectiva formativa distinta, possibilitando experiências que a formação jurídica dogmática e normativa não promovem.

No decorrer do projeto, enfrentamos alguns desafios que merecem destaque, começando pela elaboração do material, já que a adaptação da metodologia jurídica ao contexto quilombola exigiu um trabalho contínuo de reformulação de estratégias pedagógicas para garantir a acessibilidade dos conteúdos para um público com graus de formação distintos. Nesse sentido, o uso de outras ferramentas e que priorizem a linguagem oral e imagética foram importantes.

A localização geográfica da comunidade Cruz da Tereza foi outra questão, visto que o percurso leva cerca de 6 horas de viagem, tornando-se difícil a logística de realizar uma visita e retornar no mesmo dia. Na primeira viagem, o cansaço tomou conta do grupo, por esse motivo, na segunda ida optamos por nos organizar para estar presente em dois dias. Assim, nos acomodamos na escola (local onde realizamos as reuniões e atividades) para que o processo não ficasse cansativo. Além disso, a interlocução com órgãos públicos também é um obstáculo, visto que o diálogo com instituições governamentais para garantir suporte às

demandas da comunidade nem sempre é eficaz, acessível e rápido, havendo entraves burocráticos no reconhecimento de direitos e na implementação de políticas públicas.

Considerações finais

Os resultados obtidos demonstram que a educação popular e a interculturalidade promovem um aprendizado coletivo, enriquecendo a formação dos estudantes e impactando positivamente a comunidade. O projeto de extensão popular em andamento tem proporcionado um significativo aprofundamento sobre os direitos das comunidades quilombolas, evidenciando como a presença no território viabiliza a construção de conhecimento com a comunidade em um processo espiralar, que objetivo o retorno a partir das ações de assessoria técnica. O projeto segue sua trajetória, com a expectativa de seguir a atuação conjunta com a comunidade Cruz da Tereza, especialmente na formulação de recursos jurídicos que promovam os direitos quilombolas e fortaleçam a luta da comunidade.

Referências

COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA TEREZA. **Protocolo de consulta prévia, livre, esclarecida e de boa-fé da comunidade quilombola de Santa Tereza.** 2023.

GOMES, F. S. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX.** São Paulo: Editora XYZ, 2020.

LIMA, M. **As Minervinas e o Caruá.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=voirtWd4ptU. Acesso em: 09 ago. 2024.

NASCIMENTO, M. B. **Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição.** Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

SANTOS, A. B. **Somos da terra.** PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, ago. 2018.

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PROJETO DE EXTENSÃO COM FOCO EM CAMPANHAS DE SAÚDE

Maria Clara Dantas de Medeiros [1]
Rosimere Dantas Faria [2]
Ana Beatriz de Oliveira Borges [3]
Joelle Carolina de Macedo Lima [4]
Roberta Kaliny de Souza Costa [5]
Cristyanne Samara Miranda Holanda da Nóbrega [6]

Palavras-chave: Educação em saúde. Promoção da saúde. Saúde pública.

Introdução

As campanhas sanitárias, realizadas pelo Ministério da Saúde ao longo do ano, têm como objetivo principal incentivar a prevenção de doenças, promover a adoção de hábitos saudáveis, estimular o autocuidado e fortalecer a convivência comunitária (Costa; Carneiro-Leão, 2021). Essas ações, frequentemente representadas por cores associadas a cada mês, mobilizam diversos setores, como mídia, empresas, instituições e serviços de saúde, na sensibilização da população sobre temas específicos por meio de atividades educativas individuais e coletivas, voltadas à redução de vulnerabilidades e riscos.

[1] Discente de graduação em enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: dantasmedeiros@alu.uern.br
[2] Discente de graduação em enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: rosimerefaria@alu.uern.br
[3] Discente de graduação em enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: beatrizborges@alu.uern.br
[4] Discente de graduação em enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: joellecarolina@alu.uern.br
[5] Doutora em Ciências da Saúde. Enfermeira. Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail:robertakaliny@uern.br
[6] Doutora em Ciências da Saúde. Enfermeira. Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: cristyanneholanda@uern.br

Entretanto, apesar da ampla divulgação das campanhas, nem sempre elas garantem uma aprendizagem efetiva e contextualizada para a população. Estudos indicam que o entendimento do processo saúde-doença e a aplicação prática de medidas preventivas no cotidiano ainda são desafios (Lustosa *et al.*, 2021). Diante disso, a educação popular em saúde surge como uma estratégia fundamental ao promover um processo de construção coletiva do conhecimento, no qual o saber popular é valorizado e articulado às práticas dos serviços de saúde (Seabra *et al*., 2019).

No Brasil, a educação popular em saúde está alinhada às políticas de promoção da saúde, contribuindo para a transformação do modelo assistencial centrado na doença e para a inovação na formação profissional, além de ampliar a participação social em decisões de saúde (Brasil, 2014; Brasil, 2018). Nesse contexto, a extensão universitária se destaca como um importante meio para integrar ensino, pesquisa e comunidade, fortalecendo a comunicação em saúde e incentivando a adoção de hábitos saudáveis (Santana *et al*., 2021).

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de um projeto de extensão universitária dedicado ao desenvolvimento de atividades de educação popular em saúde, com ênfase nas campanhas sanitárias. Por meio dessa iniciativa, buscou-se fortalecer o autocuidado, promover o engajamento comunitário e aproximar os acadêmicos da realidade dos serviços de saúde.

Aspectos metodológicos da experiência

Na organização da atividade extensionista foram priorizados temas presentes no cotidiano dos usuários e que estão no calendário comemorativo nacional do Ministério da Saúde. A definição dos temas trabalhados permitiu a realização de encontros subsequentes para levantamento bibliográfico e fundamentação teórica, subsidiando o planejamento das ações a serem executadas nos serviços.

O planejamento contemplou metodologias ativas para abordagem das temáticas com os participantes, com subsequente etapa de confecção e aquisição de todo o material educativo necessário para o desenvolvimento das ações programadas, que foi elaborado com base em fundamentação científica pelos membros discentes, com orientação dos docentes do projeto.

As atividades com o público-alvo foram realizadas nos meses de maio, junho, setembro e outubro de 2024, contemplando dois temas apontados como necessidades dos serviços e dois temas de campanhas sanitárias.

No mês de maio foi desenvolvida uma ação educativa para o cuidado em saúde com foco na hipertensão arterial e diabetes com público do SESC – Unidade Caicó/RN, junto ao Programa Circuito Saúde. Na atividade, as explicações sobre a fisiopatologia da hipertensão e diabetes no organismo foram realizadas com o auxílio de maquetes, peças artificiais e outros recursos materiais alusivos às partes do corpo humano como artérias, células e macromoléculas, expostos aos visitantes para manuseio e demonstração lúdica do assunto. Ao mesmo tempo foram oferecidos procedimentos de aferição da pressão arterial, verificação da glicemia capilar e cálculo do Índice de Massa Corporal, seguidos de orientações individuais sobre os respectivos resultados encontrados.

Em junho foi trabalhado o Dia Mundial do Meio Ambiente. A vivência aconteceu como parte da programação de ações da Semana do Meio Ambiente, realizada no Campus Caicó da UERN. A atividade contemplou a organização de uma sala de aula com jogos educativos, para a comunidade acadêmica e visitantes, usando materiais reciclados. A sala foi montada com cinco jogos: boliche, tira varetas, arremesso de argolas, corrida da reciclagem e descarte responsável de resíduos. Todos envolviam disputas entre participantes, agregando a necessidade de respostas às perguntas sobre desperdício de recursos naturais, impactos ambientais e comportamentos sustentáveis. O jogo sobre reciclagem foi adotado para testar os conhecimentos acerca da separação correta dos resíduos sólidos e correspondeu à destinação de bolinhas com imagens das categorias dos resíduos nos cestos, identificados somente pelas cores. Para trabalhar os pontos de descarte no município foi usado um jogo de associação, sendo destinado alguns segundos para o pareamento do tipo de material com o local de destinação.

Em setembro foi desenvolvida uma atividade educativa com foco no uso racional de medicamentos com público de jovens socioeducandos do CASE Caicó/RN, solicitada pela instituição. A temática foi abordada utilizando um jogo com cartões de situações-problema e soluções, explorando o uso de medicações convencionais e alternativas, com o objetivo de ensinar sobre a importância do uso racional de medicamentos e apresentar os riscos do uso

abusivo. Na atividade cada participante escolhia um número com a situação-problema que ia enfrentar e lia para os participantes. Após ouvir, deveria escolher entre duas opções de solução (convencional – medicamento ou alternativa), incluindo uma breve explicação de como age no corpo. Ao final da explicação o facilitador realizava a leitura da carta de risco ou efeito colateral, explicando o possível impacto do uso repetido ou inadequado daquele medicamento. Para deixar a dinâmica mais atrativa foram construídos caixinhas simulando medicamentos e pomadas, produzidos sachês de chás e escalda-pés, óleos essenciais para uso tópico e em spray para ambientes, além de banner para ilustrar a ingestão e a ação dos medicamentos no organismo.

No mês de outubro foi trabalhado o tema da detecção precoce do câncer de mama, dentro da campanha nacional do "Outubro Rosa", com estudantes do ensino médio de uma escola estadual do município. Para reforçar os conceitos de prevenção do câncer de colo do útero e detecção precoce do câncer de mama de maneira lúdica foi utilizado um jogo de tabuleiro com perguntas e desafios sobre o assunto. Em seguida, foi demonstrado aos estudantes como o preventivo (Papanicolau) e o exame clínico de mamas são realizados, explicando a importância, a técnica e o que o profissional de saúde faz durante o procedimento, com a utilização de manequins e do material necessário para os respectivos exames. Uma dinâmica de mitos e verdades foi utilizada para avaliação final do encontro, no estilo da brincadeira céu e terra, onde representantes dos grupos ficam dispostos em uma fila, localizada entre duas faixas, uma do lado direito que representa a resposta do mito e outra do lado esquerdo que representa a resposta verdade. A afirmativa sobre o assunto foi exposta em slide e lida pelo facilitador, sendo dado um start para que os participantes optassem pela resposta que considerasse correta, indo para o lado direito ou esquerdo.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

O desenvolvimento da ação extensionista fortaleceu a utilização das atividades de educação popular em saúde nas campanhas sanitárias do município, colaborando com a prevenção de agravos e a promoção da saúde, através da propagação de informações, disseminação do conhecimento de forma rápida e prática na população, sobre diferentes

temas, riscos, formas de prevenção, diagnóstico, tratamentos, qualidade de vida e práticas de autocuidado.

A Educação em Saúde, entendida como um conjunto de saberes e práticas, voltado para a construção do conhecimento em saúde é capaz de contribuir com experiências inovadoras na formação profissional e favorecer a participação das pessoas nas decisões de saúde (Brasil, 2014).

A extensão universitária, potencializou a prática educativa, contribuindo também com a formação do profissional de saúde, mediante a inserção dos discentes nos diferentes cenários de prática, integrando os conhecimentos das diferentes disciplinas do curso para sua atuação nos contextos social e de saúde local, favorecendo o desenvolvimento de competências para o processo ensino-aprendizagem e a promoção da saúde. Esta articulação entre ensino e serviço na educação sanitária, cria uma rede de colaboração que contribui para a formação dos discentes, a capacitação dos profissionais de saúde, a garantia de ações e serviços de qualidade à população (Mendes *et al*., 2020).

A promoção de atividades educativas, com o uso de metodologias ativas na abordagem dos temas, como jogos e dinâmicas, favoreceu a aprendizagem lúdica e envolvente das pessoas a respeito dos assuntos trabalhados, possibilitando a troca de saberes e a dialogia acerca do autocuidado, voltadas à diminuição das vulnerabilidades e dos riscos à saúde. Evidências reforçam o uso da gamificação e metodologias pedagógicas ativas na integração entre o aprendizado teórico e prático, promovendo a construção de novos conhecimentos, além de uma mudança positiva no comportamento dos sujeitos e nos seus hábitos, em relação ao autocuidado (Marra *et al*., 2023; Cruz *et al*., 2024).

Entre os desafios enfrentados, destaca-se a necessidade de garantir uma abordagem integral dos sujeitos, indo além da transmissão de informações e promovendo ações de cuidado mais abrangentes, que considerem os determinantes sociais da saúde. Muitas vezes, a participação ativa da comunidade é limitada por fatores como barreiras socioculturais, resistência às mudanças de hábitos e dificuldades logísticas para acesso aos locais de realização das atividades.

Além disso, a diversidade de públicos atendidos exigiu a adoção de estratégias metodológicas diferenciadas, considerando a faixa etária, o nível de escolaridade e a

familiaridade dos participantes com os temas abordados. O compromisso com a adaptação das linguagens e recursos pedagógicos foi essencial para garantir a efetividade das ações e ampliar a compreensão sobre os temas trabalhados.

Uma possível estratégia para superar esses desafios é o fortalecimento do vínculo com os serviços de saúde e com lideranças comunitárias, possibilitando ações mais contínuas e colaborativas.

Considerações finais

A experiência possibilitou a articulação entre ensino e serviço, ampliando a compreensão dos acadêmicos sobre a prática da educação popular em saúde e promovendo uma maior aproximação com a comunidade. O desenvolvimento das atividades extensionistas demonstrou que a educação em saúde, quando pautada em metodologias ativas e na valorização dos saberes populares, pode fortalecer a autonomia dos sujeitos e estimular o autocuidado de forma efetiva.

Além disso, a adoção de abordagens interativas e participativas contribuiu para despertar o interesse do público-alvo e promover a troca de conhecimentos, mostrando-se um caminho promissor para futuras ações de extensão. Evidenciou-se a importância de sensibilizar constantemente a população sobre práticas de promoção da saúde, combatendo mitos e incentivando mudanças comportamentais.

Para ampliar o impacto dessa iniciativa, recomenda-se a continuidade do projeto e a ampliação das parcerias com os serviços de saúde e instituições locais, garantindo maior capilaridade às ações. Além disso, seria relevante realizar estudos avaliativos sobre os efeitos das atividades na mudança de hábitos da população atendida, a fim de aprimorar futuras estratégias e fortalecer a educação popular em saúde como ferramenta de transformação social.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**: PNPS. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf. Acesso em: 17 out. 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_caderno_educacao_popular_saude.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

COSTA, J. S.; CARNEIRO-LEÃO, A. M. A. Campanhas sanitárias como instrumentos da educação em saúde no Brasil: algumas reflexões para uma educação popular em saúde. **Revista Sustinere**. v. 9, p. 333–351, 2021. Disponível em: https://www.epublicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/49818. Acesso em: 16 out. 2023.

CRUZ, P. J. S. C. et al. Educação popular em saúde: princípios, desafios e perspectivas na reconstrução crítica do país. **Interface**. v. 28, p. e230550, 2024. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/icse/2024.v28/e230550/pt. Acesso em: 27 jan. 2025.

LUSTOSA, S. B. et al. Letramento funcional em saúde: experiência dos estudantes e percepção dos usuários da atenção primária. **Rev. bras. educ. med**. v. 45, n. 4, e212, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbem/a/BR7RK3YTTxJMpMNmFGkjb5g/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 out. 2023.

MARRA, V. S. et al. Projeto mediverte na educação popular em saúde de crianças: um relato de experiência, atitudes e desafios. **Revista Extensão & Sociedade**, *[S. l.]*, v. 15, n. 1, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/30121. Acesso em: 27 jan. 2025.

MENDES, T. M. C. et al. Contributions and challenges of teaching-service-community integration. **Texto contexto - enferm.** v. 29, e20180333, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/KPQcPtFGXrLt4vJk76WBXrr/?format=pdf&lang=en. Acesso em: 18 out 2023.

SANTANA, R. R. et al. Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. **Educação & Realidade**. v. 46, 2021.Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/qX3KBJghtJpHQrDZzG4b8XB/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 out. 2023.

SEABRA, C. A. M. et al. Health education as a strategy for the promotion of the health of the elderly: an integrative review. **Rev. bras. geriatr. gerontol**. v. 22, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/a/xmDgQQxDN4gPRWgTQHysZXn/?format=pdf&lang=en. Acesso em: 17 out. 2023.

Caminhos para a Solarização: Relato de Experiência Sobre a Busca pela Implementação de uma Associação Comunitária em Áreas Periféricas

Dara Silva Eliziario
Flávia Silmara de Moura B. Silva

Palavras-chave: Associação comunitária. Energia solar. Comunidade periférica. Transição energética.

Introdução

A crise climática tem se intensificado, com eventos extremos mais frequentes, afetando diretamente a segurança alimentar e a saúde. Em 2023, foi registrado o ano mais quente da história, com uma temperatura média 1,45 ± 0,12 °C acima dos níveis pré-industriais (Organização Meteorológica Mundial, 2023). Eventos como o ciclone Freddy, que devastou áreas agrícolas na África Austral, exemplificam os impactos da crise climática.

No Brasil, a pobreza energética é uma questão crescente. Uma pesquisa do Instituto Pólis (2024) revelou que 60% das famílias das classes D e E relataram atrasos no pagamento da conta de luz. Caso o custo da energia fosse reduzido, metade dessas famílias destinaria a economia para alimentos, percentual que chega a 62% no Nordeste.

O projeto de extensão *Sou Sustentável* propõe a criação de associações de energia solar em comunidades periféricas de João Pessoa, oferecendo uma solução viável para combater a pobreza energética e mitigar os impactos do aquecimento global. Seu objetivo é democratizar o acesso à energia por meio da geração solar fotovoltaica, promovendo uma transição energética justa e inclusiva.

Alinhado aos ODS 1 e 7, que tratam da erradicação da pobreza e do acesso à energia limpa, o projeto utiliza a geração distribuída compartilhada para reduzir a vulnerabilidade socioeconômica das comunidades atendidas. Este relato apresenta as etapas do processo, desde o diagnóstico até o desenvolvimento técnico junto aos moradores, abordando desafios culturais e econômicos. Além de contribuir para a literatura sobre energias renováveis, destaca o papel da extensão universitária na justiça social e sustentabilidade.

Aspectos metodológicos da experiência

O projeto atua em três frentes externas: articulação com lideranças locais, diagnóstico comunitário para dimensionamento da Usina Solar Social (USS) e capacitação técnica dos moradores. Internamente, envolve pesquisa, comunicação e ensino.

A Comunidade São Rafael, em João Pessoa (PB), foi piloto do projeto iniciado em agosto de 2021 para adaptar a rádio comunitária com foco em conscientização ambiental e sustentabilidade. Em julho de 2022, um diagnóstico confirmou sua viabilidade e identificou necessidades de equipamentos, infraestrutura e financiamento. Em agosto, iniciou-se a mobilização para a USS, visando a sustentabilidade e melhorias econômicas, com apoio de parcerias.

O diagnóstico comunitário envolveu um estudo amostral do consumo de energia elétrica da comunidade, analisando perfis de consumo, infraestrutura para módulos fotovoltaicos e demandas energéticas. Além disso, reuniões com lideranças locais permitiram mapear barreiras no acesso à energia e delinear ações para a criação da associação. Os dados foram repassados a uma empresa parceira, que elaborou um orçamento detalhado.

O desenvolvimento técnico teve início em dezembro de 2022, com um minicurso sobre sistemas fotovoltaicos ministrado pelos membros do projeto. O curso abordou desde os princípios básicos de conversão solar até práticas de manutenção. Em 2023, com a doação de um sistema fotovoltaico, os participantes puderam aplicar seus conhecimentos na instalação do sistema, que hoje atende à demanda do Instituto Voz Popular. Além desse primeiro curso, foram oferecidas capacitações em eletricidade básica e instalações fotovoltaicas, com abordagem mais técnica e aprofundada. Para aprimorar os treinamentos, foi coletado feedback dos alunos por meio de formulários avaliativos, permitindo ajustes na didática e nos materiais.

Paralelamente às capacitações, a articulação com lideranças locais ocorreu de forma contínua, buscando atender às demandas da comunidade e consolidar um consenso sobre a importância da solarização, garantindo o alinhamento de expectativas e responsabilidades entre os envolvidos.

O projeto está estruturado em três frentes principais: ensino, pesquisa e comunicação, cada uma desempenhando um papel essencial na promoção da

sustentabilidade e inclusão energética. A área de comunicação é responsável pela divulgação do projeto, ampliando seu alcance e atraindo possíveis parceiros que possam contribuir para a execução e expansão das atividades. Além disso, o projeto conta com um podcast que aborda temas como mudanças climáticas, pobreza energética e educação ambiental, tornando o conhecimento mais acessível e promovendo debates sobre a transição energética e seus impactos sociais.

Na área de pesquisa, são coletados dados sobre pobreza energética, mapeamento participativo e reparo de módulos fotovoltaicos, baseando publicações acadêmicas e aprimorando cursos e comunicação com a comunidade. Um dos estudos busca recuperar equipamentos danificados para reutilização na associação, reduzindo o descarte de silício.

Já na vertente de ensino, o projeto planeja e melhora os cursos oferecidos, garantindo materiais de qualidade e metodologias eficazes. Dessa forma, além de capacitar moradores, fortalece sua autonomia na manutenção de sistemas fotovoltaicos, promovendo uma transição energética mais justa e sustentável.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

1. Usinas Solares Sociais

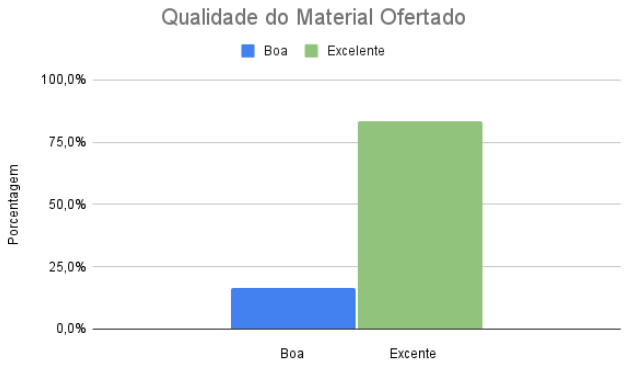
Em agosto, entrou em operação a primeira usina solar da comunidade, com 1,455 kWp de potência e geração estimada em 177,16 kWh/mês. Esse sistema proporciona uma economia de aproximadamente R$138,06 mensais, totalizando R$1.656,72 ao ano, além de evitar a emissão de 191 kg de CO_2. A usina abastece o Instituto Voz Popular, que serve como elo entre o projeto e a comunidade, oferecendo cursos para diversas faixas etárias.

Esse sistema piloto representa um passo significativo para a concretização da associação de energia solar comunitária.

2. Capacitações Realizadas

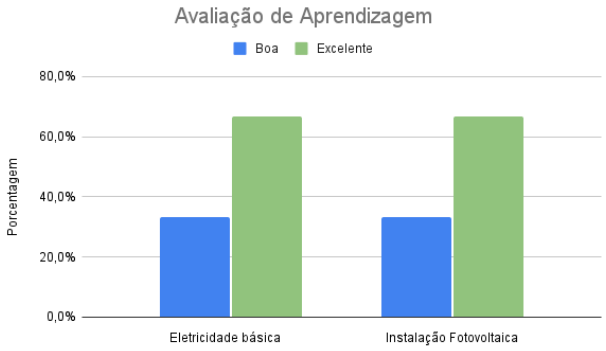
Após a realização dos cursos na comunidade, foi aplicado um formulário para coletar a opinião dos moradores sobre a qualidade da ministração, o material didático e a relação dos conteúdos com o mercado de trabalho. Os gráficos a seguir apresentam a avaliação dos participantes em relação às suas experiências.

Figura 1 - Avaliação de cada participante acerca do material ofertado nos cursos



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do formulário (2024)

Figura 2 - Avaliação acerca da aprendizagem no curso de eletricidade básica e instalação fotovoltaica

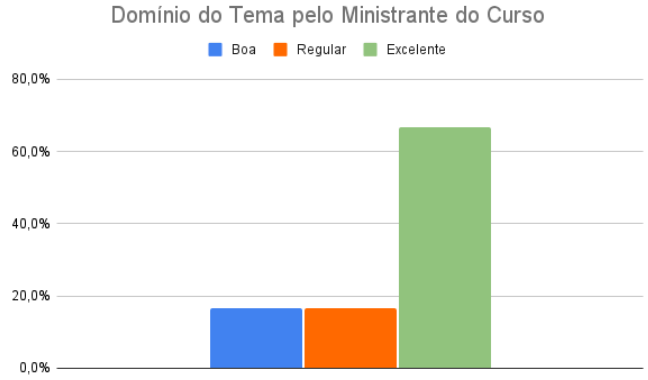


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do formulário (2024)

A análise das Figuras 1 e 2 mostra que todos os alunos ficaram satisfeitos com o material dos cursos, sendo a maioria classificando a experiência como excelente. Em ambas as capacitações, a aprendizagem foi bem avaliada, com 66,7% dos participantes atribuindo feedback de excelência.

A Figura 3 reforça essa percepção positiva, indicando que os alunos consideraram o ministrante bem preparado e claro na transmissão do conteúdo.

Figura 3 - Avaliação acerca do domínio do ministrante acerca dos temas



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do formulário (2024)

Os 16,7% que avaliaram de forma regular são essenciais para que os ministrantes identifiquem áreas de melhoria e aprimorem continuamente o potencial das capacitações.

3. Financiamento para usinas solares

Para viabilizar a associação, o projeto buscou apoio financeiro externo. Em janeiro de 2024, uma emenda parlamentar federal garantiu a continuidade da solarização na Comunidade São Rafael. Parcerias foram firmadas com uma empresa de energia solar local, responsável pelo projeto do sistema no Instituto Voz Popular, e com ONGs como a Revolusolar, que apoia a solarização de comunidades periféricas.

4. Divulgação com o público em geral

A divulgação do projeto foi essencial para ampliar parcerias e visibilidade. Em setembro de 2023, o *Sou Sustentável* participou da *Expo Favela Innovation Paraíba*, principal feira de inovação e empreendedorismo em periferias, onde apresentou o projeto e trocou conhecimentos com expositores. Para expandir seu alcance, também foi criado o podcast *SolarTalk*, que, junto às redes sociais, atingiu quase 6.000 visualizações e mais de

1.500 contas. Em abril de 2023, o projeto recebeu uma moção de aplausos da Assembleia Legislativa da Paraíba, reconhecendo seu impacto positivo na sociedade e sua contribuição para a sustentabilidade e inclusão social.

5. Expansão para outras comunidades

Um avanço importante do projeto é sua expansão para a comunidade Muçumagro, em João Pessoa, em parceria com a ACAM. Com a associação de São Rafael garantida pela emenda parlamentar, o sistema doado pela associação de empresários de geração distribuída da Paraíba servirá como piloto para a solarização de Muçumagro. Um novo diagnóstico comunitário será realizado, junto à preparação para a criação da associação, com articulações já em andamento com lideranças locais. Essa expansão reforça a democratização do acesso à energia solar e amplia o impacto do projeto.

6. Simulação da economia de energia da USS

Foi realizada uma simulação para estimar a economia de energia das famílias beneficiadas pela usina solar social. Inicialmente, o projeto atenderá 10 famílias, com uma geração estimada de 1.800 kWh mensais, resultando em uma economia anual de aproximadamente R$15.626,95. Além do impacto financeiro, a iniciativa contribuirá para a redução de cerca de 270 kg de CO_2 por ano, promovendo benefícios ambientais e combatendo a pobreza energética local.

Considerações finais

O projeto "Sou Sustentável" obteve resultados significativos, comprovando a viabilidade da democratização da energia solar em comunidades periféricas por meio de associações solares. Com diagnóstico, capacitação e engajamento de lideranças locais,

gerou amplo conhecimento e preparou a comunidade para a transição energética. A criação da associação de energia solar marcou um avanço na inclusão energética, trazendo impactos diretos na economia e no desenvolvimento socioeconômico da região.

Os cursos oferecidos tiveram sucesso, capacitando moradores para instalações elétricas e fotovoltaicas, além de ampliar o conhecimento sobre sustentabilidade, meio ambiente e mudanças climáticas. A iniciativa beneficiou não apenas os moradores, mas também seguidores do projeto nas redes sociais. A expansão para outra comunidade reforça os impactos positivos e consolida o projeto como referência na inclusão energética.Além de combater o aquecimento global e a pobreza energética, o "Sou Sustentável" se estabelece como um modelo de intervenção comunitária replicável, promovendo inclusão energética e justiça social em diferentes regiões.

Referências

INSTITUTO PÓLIS. Justiça energética nas cidades brasileiras. Disponível em: https://polis.org.br/estudos/justica-energetica/. Acesso em: 2 set. 2024.

SILVA, Flávia Silmara de Moura B. da**.** Feedback sobre os cursos ofertados. João Pessoa, 2024. Formulário (não publicado).

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). State of the Global Climate 2023. Geneva: WMO, 2024. Disponível em: https://library.wmo.int/doc_num.php?explnum_id=11347. Acesso em: 2 set. 2024.

CUIDADO E PROMOÇÃO DA SAÚDE COM A COMUNIDADE: A EXPERIÊNCIA DE UMA UNIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR

Stefanny Beatriz Batista de Souza[1]
Taizi Medeiros de Andrade [2]
Ana Beatriz de Oliveira Borges [3]
Roberta Kaliny de Souza Costa[4]
Rosangela Diniz Cavalcante[5]
Cristyanne Samara Miranda Holanda da Nóbrega[6]

Palavras-chave: Educação em saúde. Promoção da saúde. Saúde pública.

Introdução

A educação em saúde é uma estratégia essencial para a promoção da saúde, prevenção de doenças e fortalecimento do autocuidado na comunidade. No Brasil, as campanhas sanitárias desempenham um papel relevante na disseminação de informações sobre temas prioritários de saúde, mobilizando diversos setores da sociedade na sensibilização da população (Costa; Carneiro-Leão, 2021). No entanto, estudos apontam que, apesar da ampla divulgação midiática dessas campanhas, elas nem sempre garantem uma aprendizagem significativa e transformadora para os indivíduos, sendo necessária a adoção de abordagens educativas mais dialógicas e participativas (Lustosa *et al.*, 2021).

[1] Discente de graduação em enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: stefanny20230007977@alu.uern.br.
[2] Discente de graduação em enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: taizi20230030465@alu.uern.br.
[3] Discente de graduação em enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: beatrizborges@alu.uern.br.
4 Doutora em Ciências da Saúde. Enfermeira. Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: robertakaliny@uern.br
5 Doutora em Modelos de Decisão em Saúde. Enfermeira. Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: rosangeladiniz@uern.br
[6] Doutora em Ciências da Saúde. Enfermeira. Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: cristyanneholanda@uern.br

Nesse contexto, a educação popular em saúde emerge como um importante campo de atuação, promovendo a construção coletiva do conhecimento e fortalecendo a participação ativa da população no cuidado em saúde (Brasil, 2014). A valorização dos saberes populares e a articulação entre ensino e serviço são aspectos fundamentais desse processo, permitindo que ações educativas se tornem mais acessíveis, contextualizadas e alinhadas às necessidades locais (Mendes *et al*., 2020).

Diante disso, foi desenvolvido o projeto de extensão "Calendário da Saúde: Educação Popular para o Cuidado e Promoção da Saúde", com o objetivo de articular atividades de educação em saúde com a comunidade, tomando como referência as campanhas sanitárias promovidas pelo Ministério da Saúde. Para potencializar essa iniciativa e favorecer a formação dos estudantes de enfermagem, foi vinculada ao projeto a Unidade Curricular de Extensão (UCE) "Educação Popular para o Cuidado e Promoção da Saúde", ofertada a discentes do terceiro período do curso.

As UCEs são componentes curriculares inovadores que integram atividades extensionistas ao ensino, proporcionando experiências práticas de aprendizagem em cenários reais. No curso de enfermagem, essa abordagem representa uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento de competências pedagógicas e comunicativas essenciais ao papel do enfermeiro como educador em saúde (Santana *et al*., 2021).

A vinculação da UCE ao projeto permitiu que os discentes vivenciassem o planejamento, execução e avaliação de ações educativas, estimulando a reflexão sobre a importância da educação popular como estratégia de cuidado.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência da Unidade Curricular de Extensão vinculada ao projeto "Calendário da Saúde", destacando os desafios, potencialidades e aprendizados adquiridos pelos estudantes na interface entre ensino, extensão e educação popular em saúde.

Aspectos metodológicos da experiência

A organização da atividade curricular extensionista teve como referência o calendário comemorativo nacional do Ministério da Saúde, priorizando temas compatíveis com o período letivo de março a julho de 2024. Os acadêmicos do terceiro período do curso

de enfermagem foram divididos em dois grupos, sendo cada um responsável pelo planejamento, execução e avaliação de atividades educativas vinculadas às campanhas sanitárias escolhidas.

Para subsidiar o desenvolvimento das ações, foram promovidos encontros formativos com profissionais de saúde com expertise nos temas abordados, além de levantamento bibliográfico e fundamentação teórica. Essa etapa inicial visou qualificar os estudantes para a prática educativa em saúde, proporcionando maior embasamento técnico e metodológico.

No planejamento das atividades, os acadêmicos definiram o público-alvo e as metodologias ativas de aprendizagem a serem empregadas, garantindo que a abordagem fosse interativa e facilitasse a troca de saberes entre os participantes. Em seguida, foram elaborados e confeccionados materiais didáticos educativos, desenvolvidos com base em evidências científicas, sob a orientação dos docentes responsáveis pelo projeto.

A implementação da UCE contemplou atividades práticas nos meses de junho e julho de 2024, com a realização de ações vinculadas às campanhas “Junho Vermelho” e “Julho Amarelo”.

A vivência da campanha "Junho Vermelho", dedicada à conscientização sobre a doação de sangue, foi realizada com universitários do Campus Caicó da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). A atividade teve início com uma exposição sobre a importância e o procedimento da doação de sangue, seguida de uma dinâmica interativa para desmistificar o tema. Utilizou-se a estratégia "mitos e verdades", na qual os participantes se deslocavam entre faixas posicionadas no chão conforme suas respostas às afirmações apresentadas. Em seguida, a abordagem sobre os tipos sanguíneos e compatibilidade foi reforçada por meio de um jogo interativo, no qual os participantes receberam cartões representando os diferentes grupos sanguíneos, sendo desafiados a associá-los corretamente a seus possíveis doadores e receptores.

Além da atividade educativa, foi disponibilizado o teste de tipagem sanguínea, permitindo que os participantes identificassem seu grupo sanguíneo e fator Rh. Para estimular a prática da doação voluntária, foi realizada a divulgação do formulário de cadastro de doadores da instituição, incentivando os participantes a se registrarem como doadores regulares.

A ação educativa da campanha “Julho Amarelo”, voltada ao combate às hepatites virais, foi realizada em dois cenários distintos: uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e a feira livre de Caicó/RN, permitindo a abordagem de diferentes perfis da população. Para chamar a atenção do público para a temática, os pontos de atendimento foram ambientados com banners informativos e bexigas amarelas, símbolos da campanha.

A atividade teve início com explicações sobre as hepatites virais, abordando as formas de transmissão, medidas preventivas e opções de tratamento. Em seguida, foram conduzidas dinâmicas interativas para estimular a participação do público e avaliar o nível de conhecimento sobre o tema. Utilizou-se a estratégia "mitos e verdades" e um jogo de dado educativo, no qual cada face continha uma pergunta relacionada ao tema, promovendo um aprendizado lúdico e envolvente.

Como incentivo à adesão às medidas preventivas, os participantes receberam brindes informativos ao final das atividades, reforçando a importância da vacinação contra a hepatite B e da realização do teste rápido. A testagem foi disponibilizada com o apoio dos profissionais de saúde da UBS e da equipe da Secretaria Municipal de Saúde, tanto na unidade quanto no ponto de atendimento da feira livre, ampliando o acesso ao diagnóstico precoce e ao encaminhamento para acompanhamento quando necessário.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A realização das atividades educativas no serviço de saúde e em espaços comunitários possibilitou a ampliação do acesso da população a informações essenciais sobre prevenção e promoção da saúde, reforçando o papel da enfermagem como agente educativo no cuidado.

Entre as potencialidades observadas, destaca-se a capacidade de sensibilização e engajamento dos participantes, que promoveu reflexões sobre a importância da doação de sangue, combateu mitos que frequentemente desmotivam doadores em potencial e contribuiu para o esclarecimento sobre hepatites virais, incentivando a adesão à vacinação e à testagem rápida. A utilização de metodologias ativas como dinâmicas de mitos e verdades, jogos interativos e estações de aprendizado mostrou-se eficaz para estimular a participação do

público, tornando o processo educativo mais dinâmico e significativo, assim como indicam os estudos da área (Marra *et al.*, 2023; Cruz *et al.*, 2024).

A diversificação dos cenários de prática possibilitou o alcance de diferentes perfis populacionais, incluindo usuários dos serviços de saúde, profissionais da área e transeuntes, garantindo maior capilaridade à disseminação das informações. O envolvimento de múltiplos atores nesse processo fortalece a abordagem intersetorial na educação em saúde, promovendo uma maior articulação entre a universidade, os serviços de saúde e a comunidade (Santana *et al.*, 2021).

A experiência também fortaleceu a integração entre ensino e serviço, favorecendo o aprendizado dos discentes em contextos reais de atuação profissional. A parceria com profissionais da Atenção Primária foi essencial para que os acadêmicos tivessem contato com a realidade do SUS, pudessem compreender as demandas da população e desenvolvessem habilidades pedagógicas, comunicacionais e técnicas, essenciais para o exercício profissional da enfermagem. Evidências demonstram que a extensão universitária tem um papel fundamental na formação de profissionais de saúde, pois proporciona experiências práticas que integram conhecimentos teóricos e a vivência concreta dos desafios da atenção à saúde (Mendes *et al.*, 2020; Ramos *et al.*, 2024).

Entre os desafios enfrentados, destaca-se a necessidade de garantir a participação ativa da população, especialmente em contextos comunitários, onde há barreiras socioculturais e desinteresse inicial por parte de alguns indivíduos. O compromisso com a adaptação das abordagens metodológicas foi essencial para tornar os temas acessíveis e engajadores, garantindo que a linguagem e os recursos utilizados estivessem alinhados às realidades locais. A literatura indica que a adoção de estratégias pedagógicas que dialogam com o conhecimento popular e a cultura local potencializa a adesão do público às práticas educativas, tornando o aprendizado mais significativo (Silva *et al.*, 2022).

Além disso, a execução da UCE evidenciou a importância de consolidar a educação popular em saúde como prática contínua e não apenas pontual. As práticas educativas pontuais são valiosas, mas a continuidade dessas ações dentro dos serviços de saúde poderia fortalecer ainda mais a adesão da população às medidas preventivas e a promoção de hábitos saudáveis. Para ampliar o impacto das ações, recomenda-se o acompanhamento longitudinal

dos participantes e a criação de estratégias que favoreçam o retorno da população para atividades educativas sucessivas, promovendo uma aprendizagem progressiva e contextualizada.

Considerações finais

A experiência da UCE no desenvolvimento de atividades educativas em saúde com a comunidade fortaleceu a troca de conhecimentos, promoveu o esclarecimento de dúvidas e contribuiu para a desconstrução de mitos sobre a doação de sangue e as hepatites virais. A realização das ações em diferentes espaços demonstrou-se uma estratégia eficaz para ampliar o acesso às informações e sensibilizar a população-alvo, reforçando a necessidade de educação contínua sobre essas temáticas.

O uso de metodologias ativas e o diálogo com os saberes da comunidade foram aspectos fundamentais para o envolvimento dos participantes nas atividades, promovendo uma experiência mais interativa e significativa, essencial para a adesão a medidas preventivas e para a construção de uma consciência coletiva voltada à promoção da saúde.

Além disso, a extensão universitária reafirmou-se como um componente indispensável para a formação de profissionais de saúde, aproximando os acadêmicos da realidade dos serviços e da comunidade. A vivência em contextos reais de prática possibilitou o desenvolvimento de habilidades pedagógicas, comunicativas e reflexivas, contribuindo para uma formação mais integral e humanizada.

A experiência evidenciou, ainda, a importância da continuidade e do fortalecimento das ações educativas, garantindo que as atividades extensionistas tenham impacto sustentável na comunidade. Dessa forma, recomenda-se que iniciativas como essa sejam mantidas e ampliadas, integrando-se cada vez mais às redes de atenção à saúde e consolidando a educação popular em saúde como estratégia permanente de cuidado e transformação social.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível

em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_caderno_educacao_popular_saude.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

COSTA, J. S.; CARNEIRO-LEÃO, A. M. A. Campanhas sanitárias como instrumentos da educação em saúde no Brasil: algumas reflexões para uma educação popular em saúde. **Revista Sustinere**. v. 9, p. 333–351, 2021. Disponível em: https://www.epublicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/49818. Acesso em: 16 out. 2023.

CRUZ, P. J. S. C. et al. Educação popular em saúde: princípios, desafios e perspectivas na reconstrução crítica do país. **Interface**. v. 28, p. e230550, 2024. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/icse/2024.v28/e230550/pt. Acesso em: 27 jan. 2025.

LUSTOSA, S. B. et al. Letramento funcional em saúde: experiência dos estudantes e percepção dos usuários da atenção primária. **Rev. bras. educ. med**. v. 45, n. 4, e212, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbem/a/BR7RK3YTTxJMpMNmFGkjb5g/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 out. 2023.

MARRA, V. S. et al. Projeto mediverte na educação popular em saúde de crianças: um relato de experiência, atitudes e desafios. **Revista Extensão & Sociedade**, *[S. l.]*, v. 15, n. 1, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/30121. Acesso em: 27 jan. 2025.

MENDES, T. M. C. et al. Contributions and challenges of teaching-service-community integration. **Texto contexto - enferm.** v. 29, e20180333, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/KPQcPtFGXrLt4vJk76WBXrr/?format=pdf&lang=en. Acesso em: 18 out 2023.

RAMOS, M. M. S. et al. A importância da extensão universitária na formação acadêmica do discente: relato de experiência. **Caderno Pedagógico**. v. 21, n. 3, p. e3055, 2024. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/3055. Acesso em: 9 mar. 2025.

SANTANA, R. R. et al. Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. **Educação & Realidade**. v. 46, 2021.Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/qX3KBJghtJpHQrDZzG4b8XB/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 out. 2023.

SILVA, N. M. et al. Educação em Saúde com gestantes na estratégia saúde da família: desafios e possibilidades. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**. v. 21, n. 2, p. 203–210, 2022. Disponível em: https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/46713. Acesso em: 9 mar. 2025.

O TANGRAM COMO MATERIAL LÚDICO: EXPERIÊNCIA COM OS PARTICIPANTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) DO MUNICÍPIO DE AURORA - CE

Natanael Pessoa Lustoza[1]
Ivanildo Leite Batista[2]
Laís Saraiva Oliveira[3]
Lucas Batista Leite[4]
Victor Emanuel da Silva Souza[5]
Ana Paula da Cruz[6]

Palavras-chave: Tangram. Ludicidade. SCFV.

Introdução

O ato de brincar é uma atividade intrínseca à natureza humana, pois durante a realização de brincadeiras pode-se perceber que há uma articulação oculta de interesses pessoais, alegrias, criatividades, imaginações e interações lúdicas entre diferentes indivíduos. Além disso, a promoção de atividades que fazem o uso da ludicidade estimulam o desenvolvimento de competências e habilidades associadas à cognição humana e consequentemente as múltiplas formas de obtenção de saberes (Brasil, 2023).

Para Ferreira (2020), a ludicidade é passível de observações, de descrições, de explicações e também de descobertas, possibilitando a produção de conhecimentos a partir dos elementos internos e externos manifestados das experiências. Embora seja um estado interno, o estado lúdico nasce sempre dessas relações do interior com o exterior (meio social). Ademais, é importante enfatizar que não é possível entender a ludicidade fora dessas conexões (interior/exterior), através das quais o conhecimento também é produzido,

[1] Graduando do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal da Paraíba - *Campus* Cajazeiras, natanael.lustoza@academico.ifpb.edu.br;
[2] Graduando do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal da Paraíba - *Campus* Cajazeiras, ivanildo.leite@academico.ifpb.edu.br;
[3] Graduanda do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal da Paraíba - *Campus* Cajazeiras, lais.saraiva@academico.ifpb.edu.br;
[4] Graduando do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal da Paraíba - *Campus* Cajazeiras, batista.leite@academico.ifpb.edu.br;
[5] Graduando do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal da Paraíba - *Campus* Cajazeiras, victor.emanoel@academico.ifpb.edu.br;
[6] Docente do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal da Paraíba - *Campus* Cajazeiras, anapaula.cruz@ifpb.edu.br.

uma vez que existe um lugar epistemológico onde a ludicidade deve ser discutida cientificamente.

Dada as breves considerações e sabendo que ao proporcionar experiências lúdico-educativas, como contações de histórias e a execução de dinâmicas, é possível fomentar a formação do raciocínio lógico e matemático, o presente relato de experiência objetiva apresentar uma atividade prática aplicada no SCFV. O público-alvo são crianças atendidas no pelo referido serviço de convivência que durante a atividade proposta pintaram, recortaram e construíram variadas figuras bidimensionais com o uso de um Tangram.

Aspectos metodológicos da experiência

O relato de experiência trata-se de uma pesquisa de natureza básica, exploratória, bibliográfica e de abordagem qualitativa, haja vista que "[...] parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve [...]" (Godoy, 1995, p. 58), perfazendo-se ainda de um estudo de caso ao buscar destacar um determinado ambiente com sujeitos pensamentos em uma atividade específica, isto é, a construção de um Tangram por parte de crianças do SCFV - Aurora, estado do Ceará. Em acréscimo , tendo em vista que o Tangram possibilita a formação de representações de objetos do mundo físico ao estimular a criatividade na tentativa de formar padrões lógicos espaciais, o referido trabalho também apresenta um cunho construtivista.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A ludicidade é uma ferramenta didático-pedagógica capaz de promover o desenvolvimento humano através da criatividade e do conhecimento de jogos, músicas, danças, esportes e outras manifestações artísticas que subsidiam a formação e o exercício da docência, favorecendo um aprendizado significativo para o alunado. Em relação ao ensino de Matemática, por meio de atividades lúdicas formam-se conceitos, ideias e relações lógicas em que o formador é o pilar central deste processo de construção de saberes, podendo propor reflexões críticas e questionamentos.

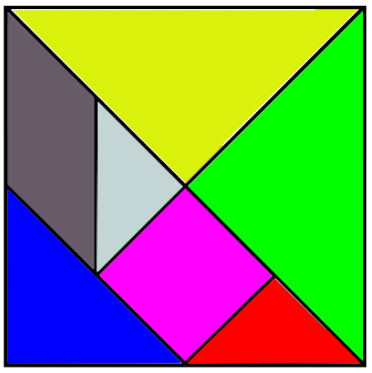
Por intermédio das atividades lúdicas, são criadas as motivações para que as crianças interajam com o meio em que vivem, tornando a aprendizagem mais relevante e

estabelecendo uma conexão entre os conteúdos escolares e o cotidiano infantil. Esse processo de interação ao qual a criança é exposta promove a troca de experiências, resultando em um conhecimento mais amplo, mesmo que esteja de forma implícita em um jogo ou brincadeira (Assunção; Barreto; Castro, 2018).

Outrossim, a utilização de materiais concretos e manipuláveis no processo de aprendizagem pode proporcionar experiências significativas, favorecendo a construção do conhecimento com base na problematização da realidade cotidiana. Essa abordagem educacional permite que os alunos adquiram saberes e desenvolvam procedimentos capazes de transcender os conhecimentos do senso comum. Além disso, ao explorar a visualidade, é possível questionar a visão como uma percepção puramente natural e fisiológica (Benevenuti; Santos, 2016).

O Tangram é um material manipulável que contém sete peças: cinco triângulos, um quadrado e um paralelogramo. Para o professor de Matemática, ele se apresenta como uma ferramenta versátil capaz de auxiliar no ensino de definições geométricas e no desenvolvimento do raciocínio lógico e espacial. Com o Tangram, a montagem de figuras que representam elementos do cotidiano - como animais, objetos ou formas geométricas planas -, permite com que o professor contextualize o processo de aprendizagem, tornando a Matemática mais tangível a realidade dos discentes. Além disso, o uso do Tangram em sala de aula estimula a coordenação motora e a capacidade de resolução de problemas, contribuindo para uma formação integral dos estudantes.

Figura 01 - Tangram



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A escolha do Tangram justifica-se por ser um material concreto que, aliado a jogos e brincadeiras, permite evidenciar o ensino da Matemática de forma lúdica, facilitando a integração entre o real, o imaginário, o simbólico e o concreto no universo infantil, criando oportunidades para introduzir os primeiros conceitos matemáticos com os quais a criança ou o adolescente terá contato ao longo de sua vida pessoal e estudantil.

Sobre o início da atividade, foi narrada a história sobre a origem do Tangram. Segundo a lenda de origem chinesa, ele surgiu quando um monge chinês deixou cair uma porcelana quadrada, que se partiu em sete pedaços – daí seu nome, que significa " tábua das sete sabedorias" ou "tábua das sete sutilezas". Posteriormente foram apresentados os materiais necessários para a execução da atividade, tais como: Tangrams para colorir, tesouras escolares (sem ponta), cola branca, lápis de cor, folhas sulfite A4, lápis grafite, lapiseiras e borrachas.

Em seguida, tendo em vista que no encontro estavam 7 crianças, houve a solicitação da formação de dois grupos para a iniciação da atividade, estando 3 crianças no primeiro, 4 crianças no segundo (Figura 02) e todos os participantes acompanhados por um profissional da instituição e/ou de um dos autores deste relato.

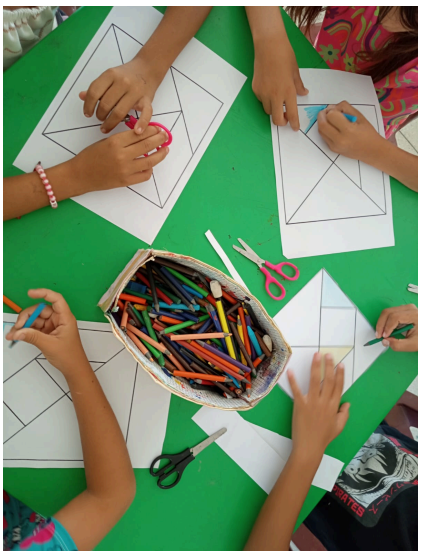
Figura 02 - Formação dos grupos



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Após a formação dos grupos, as crianças pintaram os Tangrans conforme as cores desejadas e o modelo apresentado na Figura 03, realizando depois o recorte das 7 peças formadoras do Tangram (Figura 04). Nessa etapa, os alunos exercitaram a coordenação motora, o trabalho em equipe e a percepção visual e espacial,

Figuras 03 - Pintura dos Tangrans



Fonte: Acervo dos autores (2025)

Figura 04 - Recorte dos Tangrans



Fonte: Acervo dos autores (2025)

Ainda sobre a etapa de pinturas e recortes dos Tangrans, a ludicidade tem como principal objetivo promover situações de aprendizagem que possam contribuir para o desenvolvimento dos participantes, apresentando materiais que incentivem brincadeiras diversas e enriqueçam o processo de ensino-aprendizagem, para que reforcem ludicamente o conhecimento adquirido e que leve em consideração o cotidiano, portanto a utilização do tangram é estratégica visto que pode ser trabalhado o desenvolvimento do raciocínio lógico geométrico (Ferreira *et al*, 2018).

A finalização da atividade consistiu na resolução de um questionário promovendo o exercício da escrita, contagem, identificação e agrupamento das figuras componentes do Tangram para a formação de alguma figura visualmente conhecida (animal, objeto, etc) (Figura 05).

Figura 05 - Exemplo de agrupamento das figuras componentes do Tangram



Fonte: Acervo dos autores (2025)

Considerações finais

As discussões teóricas e autorais promovidas ao longo do texto são provenientes de um atividade lúdica desenvolvida com participantes (crianças/adolescentes) do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do município de Aurora - CE, visando uma aprendizagem matemática significativa a partir de contações de histórias, ludicidades e percepções. De modo especifico, é destacada a atividade com o Tangram, descrevendo a participação ativa de alunos em processo de alfabetização do Ensino Fundamental I, usuários do referido serviço de Projeção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que pintaram, recortaram e construíram distintas figuras espaciais bidimensionais do mundo físico com o quebra-cabeça chinês Tangram e suas partes constituintes (5 triângulos, 1 quadrado e 1 paralelogramo). Os principais elementos matemáticos trabalhados foram a observação, identificação e contagem de figuras geométricas, relacionando eles com a Etnomatemática em uma abordagem interativa.

Nesse sentido, idealizar e aplicar uma experiência dinâmica possibilita romper paradigmas do ensino tradicional que tangencia os saberes do alunado e suas habilidades a partir de vivências do cotidiano. A ludicidade é comumente associada ao emprego de jogos e brincadeiras dentro do âmbito escolar, contudo é importante mencionar que ela também está relacionada a utilização de músicas, peças teatrais, manifestações artísticas e contação de histórias.

Por fim, as principais dificuldades observadas na atividade foram a identificação das figuras geométricas formadoras do tangram, sobretudo o triângulo, e a reorganização das peças para a composição de novas figuras ao passo também que houve um destaque significativo para a criatividade dos alunos ao articular ideias e sugestões de outros participantes enquanto mecanismo de socialização.

Referências

ASSUNCAO, J. R. ; BARRETO, A. L. O. ; CASTRO, E. R. . A ludicidade como ferramenta para o aprendizado significativo da matemática na educação infantil. *In*: XAVIER, A. R.; FERREIRA, T. M. S.; MATOS, C. S.. (Org.). **Pesquisas Educacionais:** Abordagens Teórico-Metodológicas. 1. ed.Fortaleza: EdUECE, 2018, v. 69, p. 98-115. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38345/1/2018_capliv_jrassuncaoalobarreto.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

BENEVENUTI, L. C.; SANTOS, R. C. O uso do tangram como material lúdico pedagógico na construção da aprendizagem matemática. In: **ENEM –** Encontro Nacional de Educação Matemática, XII, 2016, São Paulo. Disponível em: https://www.sbem.com.br/enem2016/anais/pdf/6458_3698_ID.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

BRASIL, M. C. O.. Etnojogos: os impactos de um projeto desenvolvido no contraturno de uma escola ribeirinha em Manaus – AM, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 4, 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i4.40850. Acesso em: 16 ago. 2024.

FERREIRA, L. G.. Formação de professores e ludicidade: reflexões contemporâneas num contexto de mudanças. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, v. 1, n. 2, p. 410-431, 2020. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/7901. Acesso em: 24 ago. 2024.

FERREIRA, M. F. *et al*.**.** O uso do Tangram como material lúdico pedagógico no ensino de figuras geométricas planas em uma turma de 4º ano do ensino fundamental. In: **CONEDU** - Congresso Nacional de Educação, V, Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48392>. Acesso em: 13 set. 2024.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38183. Acesso em: 10 set. 2024.

CONTRIBUIÇÕES À CARTOGRAFIA SOCIAL DE EXTENSÃO POPULAR NOS TERRITÓRIOS ZEIS EM CAMPINA GRANDE – PB

Maria Jackeline Feitosa Carvalho[1]
Aline de Andrade Barbosa[2]
Mariana Neves Diniz[3]
Sabrina Alves de Carvalho[4]
Débora Jénifer Santos de Sá[5]
Joelder Leite da Silva[6]

Palavras-chave: Territórios ZEIS. Direito à Cidade. Cartografia Social.

Introdução

O *direito à cidade* e a uma gestão participativa e democrática são bases para uma reflexão com vistas a um direito que é muito mais amplo do que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos, já que qualquer transformação na cidade depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização, da vida urbana como condição de renovação da democracia (LEFEBVRE, 2001). Ou seja, do "direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade"(HARVEY, 2013). Por esta concepção o Estatuto da Cidade passa a estabelecer o instrumento jurídico das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) como um direito fundamental de combate ao padrão de urbanização excludente reproduzido nas cidades brasileiras. Instigados por essas características propomos uma ação extensionista popular que pudesse pensar a participação e que, por objetivos, pudéssemos fortalecer: 1) incidência política à participação dos territórios

[1] Doutora em Sociologia; Graduada em Ciência Política; Docente UEPB/DCS; Coordenadora GEUR/UEPB; Pesquisadora Observatório das Metrópoles(Núcleo PB); jackeline.carvalho@servidor.uepb.edu.br

[2] Mestranda em Desenvolvimento Regional(PPGDR), UEPB; andrade.aline@aluno.uepb.edu.br
[3] Graduada em Sociologia (Licenciatura), UEPB
[4] Graduada em Licenciatura em Sociologia (Licenciatura), UEPB
[5] Graduanda em Serviço Social; UEPB; debora.sa@aluno.uepb.edu.br

[6] Graduado em Sociologia (Licenciatura), UEPB , joelder31@gmail.com

ZEIS no processo decisório de reativação e retorno do FÓRUM ZEIS em Campina Grande;2) trabalhar junto às Organizações de Bairros, através da UCES (União Comunitária de Equipes Sociais) no sentido de estimular a participação das SAB's (Sociedades Amigas de Bairros) no fortalecimento das ZEIS; e, por último, 3) Contribuir para qualificar a formação de lideranças comunitárias populares para intervirem na discussão e proposição voltadas às ZEIS.

É nesta perspectiva que temos buscado dialogar com a concepção do *direito à cidade*(LEFEBVRE, 2014), aqui entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações . Observamos a potência em se fortalecer um processo o qual institucionalizou e impulsionou a possibilidade de democratizar o solo urbano e combater a desigualdades sociourbanísticas, de maneira a consolidar a organização das áreas mais empobrecidas da cidade.

Diante desse cenário, o presente trabalho apresenta uma experiência extensionista voltada ao fortalecimento da participação popular nas ZEIS de Campina Grande (PB). A iniciativa tem sido estruturada em oficinas que abordam o direito à cidade, o significado das ZEIS para a comunidade, a identificação de suas potencialidades e desafios, além da mobilização necessária para a reativação do Fórum ZEIS. As atividades desenvolvidas têm como objetivo ampliar a rede de atores envolvidos na defesa do direito à cidade e fortalecer a mobilização para que as ZEIS sejam reconhecidas como territórios prioritários na formulação de políticas urbanas municipais. Visto que, localmente, passamos a perceber os limites que caracterizam o controle social da gestão urbana em Campina Grande(PB). Ou seja, das condições sob as quais se assenta a participação no planejamento urbano e o papel a mesma deveria cumprir.

Nesse sentido se torna imprescindível entender que os desafios e dilemas da participação e do controle social na agenda urbana em Campina Grande passam pela r*etomada do processo de construção das políticas* locais. Ou seja, a compreensão do que tem caracterizado as políticas do planejamento oficial da cidade, historicamente marcadas por um distanciamento com a realidade dos territórios populares, seja na forma como são

pensadas e identificada as ações para esses territórios ou na natureza dessas políticas e suas orientações.

Orientações estas que têm se mostrado por uma incapacidade de gerar formas associativas que sustentem uma cidadania urbana substantiva, ao negligenciar a emergência de diferentes espaços de participação e de sociabilidade , a exemplo da luta pela moradia na cidade, com agendas e experimentos que visam transformar a realidade dos territórios mais pobres e que, por essa via, (re)colocam a participação popular no processo de planejamento urbano, enquanto relação Estado—sociedade e que, de perto, considere as formas e expressões em diferentes níveis de engajamentos produzidos e forjada por diversos e diferentes conteúdos de ação – mulheres; juventudes; questões geracionais; a luta por uma mobilidade inclusiva, dentre outras.

Em termos locais, é perceptível que a participação tem sido reduzida tanto em relação ao controle social das decisões que possam vir a favorecer a inclusão socioterritorial, quanto à incidência política desses territórios na participação dos moradores e moradoras em busca do atendimento dos serviços e demandas de suas comunidades. Necessário se faz colocar na agenda pública local a questão das áreas mais vulneráveis para assim, quiçá, a um só tempo, ampliar os canais para que as comunidades participem e intervenham de maneira qualificada no processo de planejamento e gestão de Campina Grande.

Dessa forma, por meio da realização de oficinas e com base em uma metodologia de Extensão Universitária Popular, buscamos ampliar o acesso à formação, bem como, incentivar a participação ativa dos moradores dessas localidades na identificação de desafios, potencialidades e reivindicações específicas para suas comunidades. Ao possibilitar a reflexão sobre os desafios e potencialidades da participação na gestão urbana e os caminhos para a efetivação dos princípios do Estatuto da Cidade no cotidiano dos territórios ZEIS.

Aspectos metodológicos da experiência

A ação extensionista insere-se no contexto do Projeto Nacional ″Reforma Urbana e Direito à Cidade″, lançado em 2024 pelo Observatório das Metrópoles(INCT/UFRJ). Esse projeto busca promover uma reflexão crítica sobre os desafios das cidades

contemporâneas e ressalta a importância da democracia e da participação cidadã na construção de uma agenda urbana mais inclusiva. Alinhada a essa perspectiva, a ação adotada seguiu uma abordagem qualitativa e participativa, com a realização de oficinas em quatro[7] territórios ZEIS de Campina Grande (PB): *Catingueira, Bairro Universitário, Jeremias e Comunidade Arruda.*

As atividades ocorreram entre agosto e novembro de 2024, contando com a participação de moradores,/as e lideranças comunitárias. As oficinas foram estruturadas em três momentos, considerando o processo de formação desejado: uma introdução teórica sobre direito à cidade, legislação urbanística e o papel das ZEIS na política urbana; um momento de construção dialógica, no qual os(as) participantes compartilharam percepções sobre seus territórios, identificando desafios e potencialidades locais; e, por síntese, a leitura participativa da elaboração da *cartografia social* constituída por uma leitura dinâmica em grupo, permitindo que os moradores registrassem coletivamente aspectos como infraestrutura, mobilidade, serviços públicos e regularização fundiária.

Na ZEIS Catingueira(Acácio Figueiredo), após o debate inicial sobre direito à cidade e ZEIS, foi construída a metodologia da leitura da *cartografia social*. Os participantes identificaram desafios como a precariedade do transporte público fora dos horários de pico, dificultando deslocamentos para trabalho, saúde e lazer. Além disso, identificaram a ausência de espaços públicos de recreação, agravada pela dificuldade de acesso a outras áreas da cidade. A carência de transporte para atendimento médico também foi uma preocupação recorrente, com relatos de moradores que, em situações de emergência, dependeram da solidariedade da vizinhança para conseguir deslocamento até unidades de saúde.

A segunda oficina, na ZEIS Bairro Universitário, seguiu um roteiro semelhante, mas com adaptações conforme a realidade local. A participação foi mais expressiva, com predominância de mulheres e crianças. Embora a mobilidade urbana tenha sido um problema recorrente na oficina anterior, nessa comunidade os moradores demonstraram satisfação com o transporte público, destacando como diferencial a proximidade com duas universidades públicas (UEPB e UFCG) que oferecem serviços de saúde. Foi ressaltado,

[7] Dentre essas, Catingueira e Jeremias reconhecidas como ZEIS pela Lei nº 4.806/2009, enquanto a Comunidade Arruda e a Comunidade Bairro Universitário estavam em processo de reconhecimento durante as oficinas, sendo posteriormente oficializadas a partir da Lei Complementar N.º 213, de 03 de janeiro de 2025, que institui o novo Plano Diretor do Município.

também, a ausência de creches e escolas próximas, dificultando o acesso à educação, especialmente para mães que precisam percorrer longas distâncias com seus filhos. Um destaque dado foi a insegurança e iluminação no Parque Bodocongó, limitando o uso do espaço para lazer. Outra dimensão apontada foi o reconhecimento da comunidade através da regularização fundiária, uma vez que os moradores ainda não possuem escrituras de suas moradias devido ao histórico de ocupação informal do bairro.

Na ZEIS Jeremias. O público foi menor do que na oficina anterior, mas houve melhor engajamento dos participantes. Diferentemente dos encontros anteriores, essa oficina teve início com a exibição de um documentário sobre este território produzido em outra experiência da Extensão(2020-2021), a partir de depoimentos de moradores(as) sobre a trajetória da luta pela moradia no Bairro. Entre os presentes, estava Dona Terezinha, uma das entrevistadas no documentário, cujo relato enriqueceu a discussão sobre as transformações vividas pela comunidade. Os participantes reconheceram avanços como a implementação do transporte público, a construção de praças e o fechamento parcial de um canal antes a céu aberto. No entanto, a violência no bairro ainda foi apontada como um problema , embora as moradoras tenham destacado que a situação já foi pior no passado. Durante a *cartografia social,* os moradores identificaram demandas como melhorias na infraestrutura viária, sugerindo o alargamento de algumas ruas e o fechamento de outros trechos do canal.

A oficina na Comunidade Arruda aconteceu na Igreja de São Francisco, único espaço disponível e, tal como as demais, a participação foi majoritariamente feminina. Um dos principais debates ocorreu em torno da precariedade da moradia e infraestrutura deste território. As moradoras relataram que melhorias, como o calçamento de determinadas ruas, foram financiadas por elas próprias, dada a ausência de investimentos públicos. A falta de saneamento básico também foi amplamente discutida, com relatos de famílias que tiveram que arcar com sistemas de esgoto privados devido à inexistência de um serviço público adequado. Além disso, a comunidade enfrenta a ausência de transporte público, o que dificulta o acesso a serviços essenciais e oportunidades de trabalho. A falta de áreas de lazer também foi uma preocupação recorrente, pois, sem espaços apropriados, as crianças utilizam as ruas para brincar ou precisam se deslocar até o Parque da Criança, em outro bairro. Outro ponto relevante foi a destinação de um terreno onde antes funcionava um

lixão desativado. Os moradores expressaram o desejo de que a área fosse reaproveitada, sugerindo a construção de uma praça.

A oficina também abordou a dificuldade de mobilização da comunidade. As participantes relataram que a presença de jovens nas reuniões é praticamente inexistente, co que dificulta a renovação da luta.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

Uma das principais potencialidades observadas a partir da realização das oficinas foi o fortalecimento do diálogo entre universidade e comunidade, promovendo uma troca significativa de saberes. A abordagem participativa das oficinas favoreceu o reconhecimento do território pelos próprios moradores como um espaço legítimo de luta por direitos. Além disso, a cartografia social demonstrou ser uma ferramenta eficaz para visualizar os desafios locais, permitindo que os participantes externalizassem suas preocupações e identificassem caminhos possíveis para a incidência política. Um aspecto notável foi o protagonismo feminino nos encontros. Em todas as comunidades, as mulheres desempenharam um papel central nos debates e na identificação de demandas prioritárias. Esse envolvimento evidencia a relevância das mulheres na organização comunitária e na luta por melhores condições de vida, reforçando o papel que tradicionalmente desempenham na mobilização social. Outro ponto importante observado é que embora as ZEIS apresentem algumas semelhanças entre si, cada comunidade possui particularidades, com desafios e potencialidades próprias. Isso reforça a necessidade de abordagens específicas para cada território, evitando uma visão homogênea que desconsidere suas dinâmicas internas. Apesar do engajamento, alguns dos desafios mais evidentes foi a dificuldade em atrair jovens para o debate.

Por outro lado, através da ação extensionista, identificamos que dentre os principais desafios está a dificuldade de ampliar a participação popular nos processos de planejamento e gestão dos territórios ZEIS. Pois, embora a legislação assegure mecanismos formais de controle social, na prática, observa-se que a participação destes territórios permanece limitada. De acordo com Carvalho *et al*. (2023), a influência de grupos tradicionais e oligárquicos e o frágil controle social na formulação de leis e decisões urbanísticas representam obstáculos estruturais bastante significativos. Apesar

desses desafios, a experiência extensionista evidenciou que a participação popular pode ser fortalecida quando há processos formativos acessíveis, que aproximam os moradores do debate sobre políticas urbanas e direitos sociais.

Considerações finais

. O uso de metodologias ativas, como a *cartografia social* , facilitou a compreensão dos temas abordados e ampliou o engajamento dos participantes. Muitos moradores relataram não conhecer plenamente os instrumentos legais que podem ser utilizados para reivindicar melhorias, como o Plano Diretor e o *orçamento participativo*, o que demonstra a importância de iniciativas que capacitem a comunidade para atuar diretamente nos espaços de decisão política do município.

Referências

CARVALHO, M. J. F.; MOURA, I. O. da C. Percursos e entraves dos desafios à participação das ZEIS em Campina Grande (PB). *In:* Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XX, 2023, Belém. **Anais** [...]. Belém, 2023.

KLITOWITZ, D. C.; UEMURA, M. M.; MOREIRA, F. de F.; NISIDA, V. C. Zeis no Divã: Reflexões sobre uma jovem de quase 40 anos. In: FERREIRA, L.; OLIVEIRA, P.; LACOVINI, V. **Dimensões do Intervir em Favelas:** Desafios e Perspectivas. 1. ed. São Paulo: Peabiru TCA/Coletivo LabLaje, 2019. p. 37-44.

NAKANO, A. K.; MARU, H.T. K.; MONTALVA, B. H. da S.; GUIMARÃES, J. R. Panorama Nacional de Instituição da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) em municípios brasileiros: disseminação com baixa implementação. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico**, Belo Horizonte, v. 09, n. 16, p. 117-142, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibdu.org.br/index.php/direitourbanistico/issue/view/rbdu16/rbdu16integral. Acesso em: 13 Nov. 2024.

ROLNIK, Raquel. SANTORO, Paula Freire. Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em Cidades Brasileiras: Trajetória Recente de Implementação de um Instrumento de Política Fundiária. **Lincoln Institute of Land Policy**, Cambridge, p. 1-30, 2013. Disponível em:https://www.lincolninst.edu/pt-br/publications/working-papers/zonas-especiais-interesse-social-zeis-em-cidades-brasileiras/. Acesso em: 13 nov. 2024.

Atividades de educação em saúde realizadas em ação do dia das crianças em assentamento no munícipio de Uberlândia-MG: relato de experiência

Héllen de Paula Nogueira Soares[1]
Marcella Costa Naves [2]
Laís Carvalho dos Santos Ivata[3]
Larissa Ferreira Lima [4]
Bruna Stephanie Sousa Malaquias[5]
Heitor Bernardes Pereira Delfino[6]

Palavras-chave: Assentamentos. Educação em saúde. Extensão universitária. Vulnerabilidade social. Ações sociais.

Introdução

Os assentamentos são áreas de fixação, as quais são povoadas por um grupo de pessoas de forma temporária ou permanente. Nota-se que as áreas de assentamento se diferem do conceito de moradia, visto que os lugares ocupados não são considerados habituais pelo governo local. Dessa forma, o ambiente dessa comunidade apresenta diversos agravadores para manutenção do estado de saúde proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), os quais apresentam desafios na infraestrutura das casas e fornecimento de

[1] Discente do Curso de Graduação em Odontologia, Faculdade de Odontologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: hellendepaulanogueira@ufu.br
[2] Discente do Curso de Graduação em Nutrição, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: marcella.naves@ufu.br
[3] Discente do Curso de Graduação em Enfermagem, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: laisrioverde@gmail.com
[4] Discente do Curso de Graduação em Medicina, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: larissaflima@ufu.br
5 Doutora em Atenção à Saúde (UFTM). Docente do curso de Graduação em Enfermagem, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: bruna.malaquias@ufu.br
6 Doutor em Medicina/Clínica Médica (USP). Docente do curso de Graduação em Medicina, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: heitor.delfino@ufu.br

serviços básicos, como saneamento básico, eletricidade e pavimento das ruas. Nesse contexto, os municípios locais impulsionam diversas ações sociais em assentamentos com o objetivo de impulsionar o cuidado em saúde e promover a doação de itens básicos à essa população.

Além da ajuda governamental, locais com pessoas em situação de vulnerabilidade também recebem apoio das universidades públicas locais, as quais impulsionam ações de extensão voltadas para o desenvolvimento dos municípios em que estão localizadas (BAUMGARTNER, 2015). As atividades de extensão realizadas por universidades públicas, têm como objetivo desenvolver as habilidades sociais dos discentes por meio de ações ativas que aliam o conhecimento teórico adquirido em sala de aula com o aprimoramento técnico e à troca de saberes (HOLANDA, 2019).

As atividades de extensão são realizadas por um grupo de discentes coordenados por um responsável docente da universidade nas diversas áreas do conhecimento, como a ação de dia das crianças “Brincando e Aprendendo” desenvolvida pela Liga Acadêmica de Saúde Coletiva (LIASC) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no assentamento Santa Clara, localizado também no município de Uberlândia, Minas Gerais. Essa ação teve como objetivo o desenvolvimento de atividades relacionadas aos diversos âmbitos do cuidado e educação em saúde, além da arrecadação de materiais para doação, impulsionando o desenvolvimento técnico dos discentes e também a transformação social por meio da educação em saúde no assentamento.

Aspectos metodológicos da experiência

A ação “Brincando e Aprendendo”, foi realizada pela Liga Acadêmica de Saúde Coletiva (LIASC) da Universidade Federal de Uberlândia e possui registro (32708) no Sistema de Informação de Extensão e Cultura (SIEX) da universidade. A atividade foi desenvolvida pelos membros efetivos da liga, a qual foi composta por 10 discentes da UFU, sendo três alunos do curso de graduação em Odontologia, um do curso de graduação em Medicina, dois do curso de graduação em Nutrição e quatro do curso de graduação em Enfermagem e orientados por uma docente do curso de Enfermagem e por outro do curso de Medicina.

A atividade de extensão foi realizada no dia 12 de outubro de 2024, no dia das crianças, no assentamento Santa Clara, localizado no município de Uberlândia, Minas Gerais. O local possui pouca infraestrutura para a comunidade, com ausência de pavimento nas ruas e difícil acesso ao transporte, escolas e Unidades Básicas de Saúde (UBS). O local é alvo de ações sociais para diminuir os impasses da qualidade de vida, as quais conseguiram instalações de quadras poliesportivos e uma cozinha comunitária, a qual realiza distribuições de almoço de segunda à sexta-feira.

A ação ocorreu em parceria com a LIASC, empresas parceiras e a responsável pela cozinha comunitária do assentamento, os quais realizaram o fornecimento de doação de alimentos como cachorro-quente, pipoca, picolés e de brinquedos, kits de higiene pessoal, tintas faciais e a comunidade também contou com atividades de educação em saúde. Os discentes ficaram responsáveis pelas doações de brinquedos, kits de higiene, atividade de pintura e pelas ações de educação em saúde, que foram desenvolvidas conforme a área de conhecimento dos estudantes, como saúde bucal, educação alimentar e nutricional, e saúde sistêmica.

Previamente à ação, os discentes da LIASC realizaram uma mobilização social nas mídias sociais e também na universidade para arrecadação de fundos para o evento. Foram adquiridos diversos brinquedos e tintas para as crianças, as quais participaram dessas doações, estudantes da instituição, empresas locais e pessoas da comunidade. Foi doado também a impressão para folders informativos, os quais foram distribuídos pelos ligantes durante a ação em saúde. Além disso, a coordenação da Faculdade Odontologia da UFU também apoiou a atividade por meio de doação de kits de higiene contendo pasta fluoretada e escova de dente.

Os discentes realizaram atividades divididas em quatro oficinas dentro da cozinha comunitária, as quais aconteciam simultaneamente por meio de explicação lúdica, atividade prática, distribuição de panfletos informativos e também brindes. A ação em educação alimentar e nutricional consistiu na instrução de alimentos saudáveis, os quais as crianças opinavam qual seria melhor para a sua saúde. Enquanto isso, os discentes de medicina e enfermagem ficaram responsáveis em aferir a pressão dos adultos e realizar educação em saúde sobre doenças cardiovasculares. Ademais, também ocorreu ação de educação em

saúde bucal, cujos discentes da odontologia ensinaram acerca da forma correta de escovação, por meio de macromodelos odontológicos e também realizaram a distribuição de kits de higiene. A última oficina consistiu em uma atividade lúdica de pintura facial, na qual as crianças foram incentivadas a expressar sua criatividade ao escolherem desenhos para serem aplicados no rosto ou nas mãos. Além de proporcionar um momento de descontração e interação, essa atividade desempenhou um papel estratégico ao atrair a atenção das crianças e favorecer a permanência de seus responsáveis nas demais ações educativas, ampliando o alcance das orientações em saúde.

Por fim, é importante relevar que a equipe da liga também realizou a instrução correta para manejo do público que apresentou alterações de saúde significativas, como a presença de dores de dente, maus hábitos alimentares e pressão alta. Como o assentamento fica afastado, o público foi instruído a como solicitar atendimento na unidade de saúde mais próxima do local, que é a Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) Joana Darc.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A atividade de extensão “Brincando e Aprendendo” evidenciou diversas potencialidades, tanto no âmbito acadêmico quanto no impacto social gerado na comunidade do assentamento Santa Clara. A realização de ações interdisciplinares permitiu a integração de diferentes áreas da saúde, favorecendo uma abordagem holística do cuidado e promovendo um ambiente de aprendizado mútuo entre discentes e a população atendida (DEL MASSO et al., 2017).

Do ponto de vista acadêmico, a ação propiciou aos estudantes um aprimoramento técnico-científico, permitindo a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. A participação ativa dos discentes no planejamento e execução das atividades fortaleceu habilidades essenciais, como trabalho em equipe, comunicação e abordagem humanizada no atendimento em saúde (VITORIN et. al., 2022). Além disso, o contato direto com uma população em situação de vulnerabilidade social ampliou a compreensão dos desafios enfrentados no cotidiano dos serviços de saúde, estimulando a formação de profissionais mais sensíveis e comprometidos com a promoção da equidade (CRUZ, 2024).

A interdisciplinaridade foi uma das principais fortalezas da experiência, permitindo que diferentes áreas do conhecimento atuassem de forma integrada. A atuação conjunta de estudantes de Enfermagem, Medicina, Odontologia e Nutrição possibilitou um atendimento mais completo, abrangendo desde a educação em saúde até a identificação de possíveis agravos que necessitavam de encaminhamento para acompanhamento especializado (VELOSO et al., 2016). Essa estratégia favoreceu a construção de saberes compartilhados e reforçou a importância do trabalho multi e interprofissional na promoção da saúde coletiva.

A mobilização social e a articulação com empresas e entidades locais também se destacaram como um ponto forte da atividade. A captação de recursos e doações para a realização da ação demonstrou a capacidade dos estudantes de promover engajamento comunitário e desenvolver estratégias de sustentabilidade para projetos de extensão (FREITAS et al., 2019). Além disso, a parceria com a cozinha comunitária do assentamento fortaleceu os laços institucionais e viabilizou uma abordagem mais abrangente para a promoção da saúde e bem-estar da população atendida.

Outro aspecto relevante foi a utilização de metodologias lúdicas e interativas para a educação em saúde. A adaptação das orientações para um público infantil, por meio de jogos, materiais visuais e atividades práticas, possibilitou uma maior adesão às informações transmitidas e favoreceu a aprendizagem de hábitos saudáveis de maneira acessível e envolvente (RECH et al., 2021).

Além disso, atividade realizada no assentamento Santa Clara enfrentou diversos desafios, sendo o principal a infraestrutura limitada do local. A falta de um espaço adequado comprometeu a organização das atividades, pois em muitos momentos, as estações ficaram tumultuadas, dificultando o andamento das ações e o atendimento de todas as crianças e adultos presentes. A infraestrutura deficiente e a falta de espaço adequado são frequentemente citadas como barreiras para a realização de ações sociais e educativas em comunidades em situação de vulnerabilidade (BAUMGARTNER, 2015). Além disso, o número limitado de participantes também impactou a efetividade da ação, já que não conseguimos atingir toda a comunidade devido à capacidade reduzida de acomodação.

Outro desafio significativo foi o transporte. O assentamento encontra-se em uma região de difícil acesso, o que dificultou a mobilização dos estudantes da universidade para

o local. A distância e a falta de transporte adequado também geraram problemas logísticos para a organização do evento, um fator frequentemente citado em projetos de extensão em áreas periféricas (RAMOS, 2023).

A arrecadação de recursos também foi um desafio, pois apesar dos esforços da equipe e da comunidade, foi difícil garantir os materiais necessários para as atividades. Contudo, no final, a equipe conseguiu superar essa barreira por meio da colaboração de estudantes da universidade, empresas locais e pessoas da própria comunidade, o que tornou o evento possível. A mobilização social e a colaboração entre diferentes setores da comunidade são práticas frequentemente utilizadas para superar dificuldades de recursos em ações sociais (HOLLIDAY, 2006).

A falta de familiaridade com práticas de saúde por parte da comunidade também é um reflexo das condições de vulnerabilidade social, dificultando a adoção de hábitos saudáveis e o entendimento sobre as orientações fornecidas. A vulnerabilidade social impacta diretamente a saúde, como discutido pela OMS (2007), que alerta para a necessidade de ações integradas que considerem a condição social das populações para promover mudanças eficazes em saúde.

Por fim, a experiência demonstrou a importância das atividades de extensão universitária na construção do vínculo entre academia e sociedade. A iniciativa não apenas impactou positivamente a comunidade do assentamento Santa Clara, mas também contribuiu para a formação de estudantes mais preparados para atuar em realidades diversas, promovendo a transformação social por meio do conhecimento e do compromisso com a saúde coletiva (FERNANDES et al., 2012).

Considerações finais

A partir deste relato de experiência, é notória a importância de ações de educação em saúde em regiões de maior vulnerabilidade, a fim de democratizar conhecimentos que não chegam a esses locais e viabilizar o acesso à serviços de saúde. O desempenho dos ligantes permitiu que a ação de extensão acontecesse de forma lúdica, individualizada e organizada, colaborando para o entendimento integral de crianças e pais sobre seu próprio estado de saúde e quais atitudes adotar para melhorá-lo, de acordo com suas respectivas realidades.

Ao olhar para além das dificuldades encontradas durante e ação “Brincando e Aprendendo”, percebe-se que os objetivos previstos inicialmente foram alcançados, visto que a mensagem de promoção à saúde foi transmitida de forma objetiva e clara, o que entra em consonância com o que é defendido pela Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS).

Portanto, a cidade de Uberlândia deve perpetuar ações como essa nos próximos anos. Ademais, as atividades de extensão promovidas por universidades possuem como principal papel a resolução de problemas associados à exclusão e discriminação social. Assim, espera-se que a extensão realizada pela LIASC inspire outras ligas e organizações dentro de universidades a praticarem educação em saúde para populações vulneráveis, a fim de alcançar espaços muitas vezes excluídos socialmente.

Referências

BAUMGARTNER, W. H. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. **GeoTextos**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 91-111, jul. 2015.

CRUZ, et al. Extensão universitária e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Revista Extensão & Sociedade**, Rio Grande do Norte, v. 16, n. 2, 3 set. 2024.

DEL-MASSO, M. C. S. et al. Interdisciplinaridade em extensão universitária. **Revista Ciência em Extensão**, Rio Branco, v. 13, n. 3, p. 2–12, 30 set. 2017.

FERNANDES, et al. Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educação em Revista**, v. 28, n. 4, p. 169–194, dez. 2012.

FREITAS, et al. A importância das parcerias para o sucesso do projeto de extensão. **Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 86–102, 1 jan. 2019.

HOLANDA, V. N.; LIMA, E. M. de A. **Extensão universitária e a formação profissional**. Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia,v. 7, n. 1, p. 178–179, 2019

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências.** Tradução de Maria Viviana V. Resende. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Trabalhando juntos pela saúde: relatório mundial da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006..

RAMOS, W. T. et. al. (2023). Desafios e dificuldades da extensão universitária multicampi: uma experiência na UFVJM. **Revista ELO – Diálogos Em Extensão**, Viçosa V. 12. 2019

RECH, G. P. et al. Atividades lúdicas e ações do projeto de extensão "Saúde, meio ambiente e sustentabilidade frente à pandemia". **Cataventos**, Cruz Alta, v. 13, n. 1, p. 1–10, 30 jul. 2021.

SANTOS, B. S. et al. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. 1. ed. Coimbra: Almedina, 2008.

VELLOSO, M. P. et al. Interdisciplinaridade e formação na área de saúde. **Trabalho, Educação e Saúde,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 257–271, mar. 2016.

VITORINO, E. et al. Metodologia da problematização na educação em saúde sobre alimentação e imunidade. **Revista ELO – Diálogos em Extensão,** Viçosa, v. 11, 22 dez. 2022.

APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR: ASSISTÊNCIA TÉCNICA REALIZADA NO ESCRITÓRIO MODELO DO IFPB PARA COMUNIDADE DO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA

Wilma Fernandes Pinheiro[1]
Andressa Fernandes Pinheiro [2]
Antônio Gonçalves de Farias Júnior [3]
João Paulo de Oliveira Furtado[4]

Palavras-chave: Cozinha comunitária. Assistência técnica. Projeto de extensão.

Introdução

Arranjos produtivos locais desevolvem atividades sustentáveis que geram renda e oferecem às famílias possibilidades de sustento. Contudo ANDRADE (2015) reconhece que a infraestrutura precária e os poucos recursos financeiros disponíveis para implantação de arranjos produtivos adequados dificultam o crescimento da apicultura na região de Cajazeiras/PB.

As necessidades de investimentos nos espaços de produção em comunidades rurais é uma das motivações das ações do núcleo de extensão do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) - o Centro de Assessoria Comunitária a Tecnologias de Utilidades Sociais - CACTUS/Campus Cajazeiras, constituído em dezembro de 2019, como uma alternativa para a construção de um ambiente que permita aos estudantes desenvolverem responsabilidade social a partir de projetos desenvolvidos pelos estudantes do curso de engenharia civil e do curso técnico em edificações sob a supervisão e orientação dos professores.

[1] Doutora, arquiteta e professora do IFPB. wilma.pinheiro@ifpb.edu.br
[2] Técnica em edificações e graduanda em engenharia civil. andressa.pinheiro@academico.ifpb.edu.br
[3] Mestre, arquiteto e professor do IFPB. antonio.farias@ifpb.edu.br
[4] Técnico em edificações e graduando em engenharia civil. furtado.paulo@academico.ifpb.edu.br

O núcleo surge tendo como referencial o CACTUS/ Campus Princesa Isabel e que vem se destacando no IFPB com uma inovadora metodologia de trabalho junto aos discentes e a comunidade em seu entorno (BEZERRA et al, 2017). O CACTUS/Cajazeiras torna-se, portanto, uma estratégia para expandir a novos horizontes os métodos e técnicas, além de abrir caminho para trabalho entre os campi.

As ações do CACTUS têm como objetivo gerar impactos de caráter social, buscando, em conjunto com a comunidade, alternativas e soluções inovadoras para os problemas reais da população local. O objetivo na assistência técnica da cozinha comunitária foi oferecer a devida assistência técnica para a construção de espaços produtivos das comunidades rurais e trazer o incentivo e as condições para o investimento na qualidade de vida dessas trabalhadoras e na melhoria da prestação de seus serviços como produtoras rurais.

Neste contexto, identificamos, na zona rural de Aparecida/PB, um assentamento que vem enfrentando dificuldades com alguns desses espaços de trabalho. Trata-se de uma cozinha no Assentamento Acauã, mas que funciona num edifício que foi adaptado em um espaço com desconforto térmico e dimensionamento sem os princípios ergonômicos adequados o que dificulta o uso eficiente dos equipamentos durante as atividades laborais.

Em parceria com o Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social – IFBDS, esse assentamento conquistou alguns dos equipamentos de cozinha através de editais públicos, contudo a ausência de um projeto arquitetônico devidamente planejado dificulta a participação em outros editais que viabilizem recursos para a construção de uma edificação com espaços adequados.

Dessa forma, o núcleo de extensão - CACTUS do IFPB Cajazeiras, através de um projeto de extensão, desenvolveu um projeto arquitetônico de uma cozinha comunitária para melhorar a estrutura de arranjos produtivos locais dessa comunidade.

Aspectos metodológicos da experiência

Existe uma parceria com núcleo de extensão CACTUS Cajazeiras e a Comissão Pastoral da Terra - CPT Sertão que resultou na prestação de serviço em outros projetos de extensão, através dos recursos financeiros conquistados pelo edital de extensão n° 15/2020 do IFPB. A proposta deste projeto para o Assentamento Acauã deu continuidade a essa

parceria, através do edital do Programa de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar - PROAF/IFPB.

Inicialmente, foram realizadas reuniões de planejamento para compreensão das demandas junto aos parceiros sociais (representantes da comunidade) e para definição das ações. Nesta etapa, entre outras anotações, ficou compreendido que a cozinha a ser projetada será destinada ao uso de um grupo de vinte mulheres dedicadas à produção de bolos, doces, biscoitos e outros itens, com o objetivo de gerar renda para todos os envolvidos no empreendimento.

Os procedimentos metodológicos do projeto seguiram etapas que correspondem à sequência de desenvolvimento de um projeto de arquitetura conforme previsto na Norma Técnica Brasileira (ABNT, 2021).

O processo de elaboração do projeto prevê a participação e diálogo com a comunidade para conhecer as técnicas construtivas que os moradores já dominam, a fim de que a construção possa ser executada pela própria comunidade diminuindo os custos de mão-de-obra.

Compreendendo a necessidade da experimentação prática de técnicas construtivas como um fazer pedagógico, foi realizado um minicurso juntamente com o projeto “Canteiro Escola: uma ação bioclimática com taipa de pilão” que ocorreu em 2023 durante a semana de Engenharia Civil no IFPB Cajazeiras onde foi construído um banco com uso da técnica de taipa de pilão.

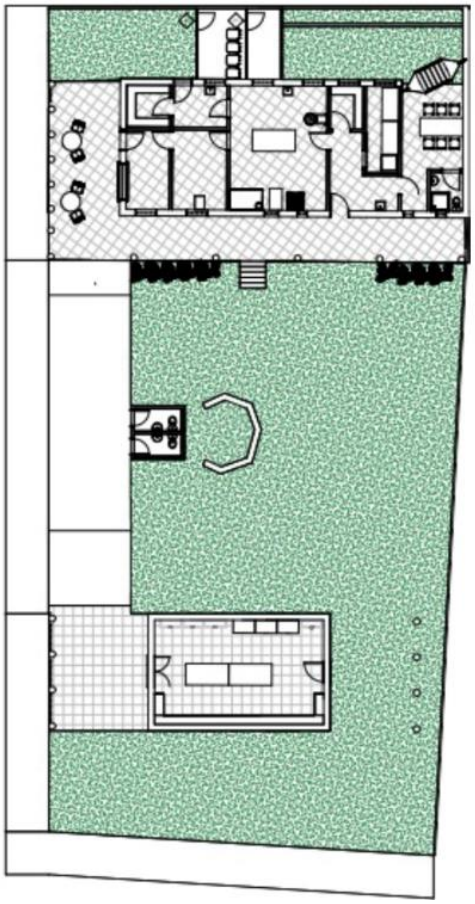
Durante a elaboração do projeto arquitetônico foi utilizado o Laboratório do CACTUS com computadores que disponibilizam o *software Revit* da *Autodesk* cuja licença foi adquirida pelo IFPB campus Cajazeiras. As ferramentas do *Revit* fazem parte da metodologia de Modelagem de Informação da Construção (BIM), o que está de acordo com o decreto n° 11.888 assinado pelo governo federal em 2024 com o objetivo de promover um ambiente adequado ao investimento e a difusão do BIM no Brasil (BRASIL, 2024). A modelagem BIM permite criar, utilizar, atualizar e compartilhar, colaborativamente, modelos digitais de uma construção, de uma maneira que serve a todos os participantes e em todo o ciclo de vida da construção.

Considerando que os agricultores utilizam como estratégia para angariar recursos a participação em editais públicos através de parcerias firmadas entre o estado, vale destacar a necessidade de produção dos projetos em acordo com essa política governamental.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A proposta para a cozinha comunitária conta com espaços de limpeza, higienização, preparo, depósito e um local de descanso para as pessoas que trabalharão no local. Foi incluída também uma lanchonete para estabelecer uma conexão direta com os clientes que desejam adquirir os produtos.

Figura 1: Planta baixa da cozinha e da casa de sementes



Fonte: elaboração dos autores

Considerando que a agricultura desempenha um papel fundamental na região, foi apresentada pela comunidade a necessidade de criar um espaço para o armazenamento das sementes colhidas, bem como para guardar ferramentas. Como parte da estratégia de integração da cozinha comunitária com a Casa de Semente, planejou-se a construção de uma passarela que leva a uma área de convívio com mesas e cadeiras para que os visitantes que adquirirem os produtos possam consumi-los no local. Propõe-se para esta área uma coberta com um pergolado feito de marmeleiro, uma madeira abundante na região.

Figura 2: Modelagem da cozinha comunitária e da casa de sementes



Fonte: elaboração dos autores

Foi proposto também um pergolado vertical com ripas de marmeleiro de espaçamento estreito. Isso bloqueia os raios solares, mas permite a circulação do vento. Além disso, a caixa d'água foi posicionada estrategicamente entre a cozinha e a casa de sementes com a finalidade de oferecer sombra e criar um espaço para encontros e conversas.

O projeto da Cozinha Comunitária e da casa de sementes para a comunidade de Acauã, situada no alto Sertão da Paraíba, na cidade de Aparecida-PB propôs a técnica construtiva da alvenaria de taipa de pilão aos residentes locais. Essa técnica consiste na compactação de camadas de terra tendo como material principal a terra, que se encontra em abundância no assentamento de Acauã. A seleção desse material não apenas promove a autossuficiência local, mas também ressalta a importância da valorização dos recursos naturais disponíveis, além de apresentar características térmicas que proporcionando melhores condições no ambiente interno.

Observou-se, na experiência descrita, que a extensão tem, por excelência, a possibilidade de atender necessidades de assistência técnica para concepção de áreas coletivas destinadas a produção de renda das comunidades assentadas no alto sertão da paraíba.

Percebe-se que instituições responsáveis pela formação profissional de arquitetos, engenheiros civis e técnico em edificações tem suas potencialidades na atuação como um agente na contribuição da sociedade, porém os projetos de extensão não têm condições para viabilização concreta das propostas desenvolvidas, sendo necessárias políticas públicas que subsidiem as transformações nos locais atendidos.

Considerações finais

O projeto arquitetônico elaborado através de projeto de extensão trata-se de uma das ações do CACTUS na região do alto sertão paraibano para a democratização do conhecimento, onde professores e estudantes prestam serviços à sociedade numa aplicação prática, fortalecendo as relações comunidade-escola, incentivando a autonomia dos estudantes e a multiplicação do conhecimento adquirido.

Contudo as limitações dos projetos de extensão e as demandas apresentadas ao CACTUS alertam para que, além da atuação dos escritórios modelos, sejam oferecidos mais editais de apoio. Pode-se pensar também na existência de uma lei de assistência técnica voltada ao projeto e a construção dos arranjos produtivos para atuação da agricultura familiar como um direito que deve ser garantido numa política pública mais ampla.

Em 2008, foi sancionada a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), Lei 11.888/08, que institui e regulamenta o acesso gratuito de famílias com renda de até 3 salários-mínimos aos serviços de profissionais de Arquitetura e Engenharia Civil para o projeto e a construção de moradia (BRASIL, 2008).

Sem esgotar o assunto e para concluir, é preciso incentivar as articulações. Os estudantes e profissionais da construção civil devem também ocupar os espaços de discussão, em busca de construir redes e estabelecer, em conjunto com as entidades, o formato e a concepção dessa atuação profissional que pode através da aplicação de leis nacionais de assistência técnica criar uma espécie de SUS na construção civil.

Referências

ANDRADE, Érika L. G. **Espaço agrário e arranjos produtivos sustentáveis**: estudo da apicultura em assentamentos de reforma agrária no município de Cajazeiras - PB. Cajazeiras: UFCG, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 6492** - Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos - Requisitos. Rio de Janeiro, 2021.

BEZERRA, José Edson et al. Implantação do escritório modelo CACTUS: experiência multidisciplinar e parceria com o escritório EDIFICAR. **Revista Práxis: saberes da extensão**, v. 5, n. 9, p. 23-33, 2017.

BRASIL, **Decreto nº 11.888**, de 22 de janeiro de 2024. Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling no Brasil - Estratégia BIM BR e institui o Comitê Gestor da Estratégia do Building Information Modelling. Brasília, 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.888**, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Brasília, 2008.

EXTENSÃO POPULAR EM SAÚDE: A CLÍNICA AMPLIADA E O CONCEITO FERRAMENTA USUÁRIO-GUIA NA CONSTRUÇÃO DO CUIDADO NO TERRITÓRIO

Alessandra do Nascimento Costa[1]
Júlio Daniel Rodrigues Soares[2]
Danniely da Silva Rodrigues[3]
Edlayne Ribeiro da Silva[4]
Camila Gabriel Lima Carneiro[5]
Anselmo Clemente[6]

Palavras-chave: Extensão Popular. Clínica Ampliada. Usuário-guia.

Introdução

Ao longo do tempo, a concepção de extensão universitária tem passado por constantes transformações, refletindo disputas em torno de seu significado e de sua função social. Nesse campo, diverso e historicamente construído, coexistem múltiplas concepções de extensão, que expressam diferentes projetos de universidade e distintos modos de se relacionar com a sociedade. Como nos provoca Fraga (2024), o fato de ser necessário adjetivar a extensão universitária revela que seu conceito está em constante disputa — o que nos leva a compreender que a extensão, em si, não garante uma atuação emancipatória ou crítica.

Neste relato, partimos da perspectiva da Extensão Popular, compreendida como uma contraposição a práticas marcadas pela ausência de protagonismo estudantil, por enfoques descomprometidos com a transformação social, ou ainda por abordagens episódicas, mercantilizadas, assistencialistas e empreendedoras (Fraga, 2024). Nosso foco, portanto, está na construção de um projeto de extensão que se articule com as lutas sociais,

[1] Residente em Saúde Mental pela Universidade Federal da Paraíba, Psicóloga, alehncosta@gmail.com.
[2] Graduando do curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, julio04soares@gmail.com.
[3] Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, danniely.pesquisas@gmail.com.
[4] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba, Psicóloga, edlayne.ribeiro@academico.ufpb.br.
[5] Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, cglc@academico.ufpb.br.
[6] Doutor em Psicologia Clínica, Psicólogo, professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, anselmo.clemente@academico.ufpb.br.

assumindo um caráter emancipatório, dialógico e comprometido com a produção coletiva de conhecimento.

Partindo dessa perspectiva e de uma clínica esquizoanalítica, em compromisso com as singularidades, diferindo-se de práticas homogeneizantes e universalizantes na assistência, adotando a cartografia, a intersetorialidade e uma ética do cuidado com vistas à autonomia das usuárias(os) dos serviços de saúde (Brasil, 2007), surge o projeto de Extensão "Devires da clínica: Transversalidade, Clínica Ampliada e Apoio às práticas de cuidado nas Redes de Atenção à Saúde" da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Criado em 2023, o Devires, como é chamado pelas/os extensionistas, objetiva o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e o enriquecimento do processo formativo do curso de Psicologia.

Assume-se que este projeto de extensão se fundamenta na perspectiva esquizoanalítica, uma vez que tal movimento, desenvolvido a partir do encontro entre o filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista-militante Félix Guattari — e renovado com as contribuições de outras/os autoras/es —, tem influenciado, no Brasil, áreas como a Análise Institucional, a Saúde Coletiva e a Psicologia Clínica. Como consequência, tem contribuído para a construção de ferramentas clínico-institucionais, especialmente no âmbito das políticas públicas de saúde, com destaque para o contexto da saúde mental. Seu enfoque teórico abarca concepções específicas sobre sujeito, instituições e sociedade, além de temas como a produção de subjetividade, o sofrimento psíquico e os processos grupais, institucionais e clínicos (Hur, 2021; L'abbate; Mourão; Pezzato, 2013; Rolnik, 2000; Simonini; Romagnoli, 2018).

Em relação a cartografia, Passos, Kastrup e Escóssia (2009) apontam que cartografar se configura como um mapa móvel. Nessa perspectiva, Hur (2021) descreve a cartografia como um sistema aberto, caracterizado por múltiplas entradas e saídas, que estabelece conexões e entrelaçamentos com o real, permitindo a construção contínua de processos. Além disso, a cartografia se propõe a acompanhar percursos, envolver-se em processos de produção e estabelecer conexões entre redes ou rizomas (Passos; Kastrup; Escóssia, 2009). Trata-se, portanto, de um procedimento que não apenas representa a realidade, mas também a produz, articulando diferentes elementos e compondo novas configurações (Hur, 2021).

Somado a isso, os estudos de interseccionalidade nos é proveitoso por servir como potência analítica dos efeitos políticos resultantes das dinâmicas estruturais que interagem com os marcadores de raça, gênero e pobreza. O racismo e sexismo institucional a certos corpos e identidades dissidentes provoca discriminações e retiradas de direitos. É possível apropriar-se desse entendimento ao verificar como o poder e herança ideológica coloniais se refletem em políticas públicas universalizantes relacionadas a mulheres, por exemplo (Akotirene, 2019). Em meio a isso, subalternizadas e invisibilizadas, as agendas relacionadas às questões de raça e classe são, ainda, precarizadas na área da saúde.

Desse modo, para acompanhar os processos de saúde implicados nas vivências dos/as usuários/as, utilizamos o conceito-ferramente "usuário-guia". Baseado na cartografia, o "usuário-guia" diz respeito a uma estratégia valiosa para acompanhar as experiências vividas pelos/as usuários/as, permitindo uma maior aproximação dos profissionais e pesquisadores com a comunidade (Seixas et al., 2019). De acordo com a cartografia, a experiência do/a usuário/a deve ser o ponto central da análise (Neves et al., 2025).

Portanto, seguindo essas linhas de cuidado, temos como objetivo neste relato, descrever e refletir a passagem da experiência da extensão Devires da Clínica com uso do "usuário-guia" enquanto ferramenta potencializadora para a oferta do cuidado em saúde.

Aspectos metodológicos da experiência

Para compor nossas ações, de modo que os processos de cuidado se aproximem do que é significativo ao território, utilizamos como uma dos nossos instrumentos o conceito-ferramenta usuário-guia. Trata-se de uma abordagem metodológica que busca compreender a experiência dos usuários na produção do cuidado em seus territórios existenciais. Para isso, considera suas interações com os serviços de saúde e a rede intersetorial, a partir do acompanhamento detalhado de suas trajetórias (Seixas et al., 2019).

Além disso, o conceito de vínculo é central nessa metodologia, pois possibilita a construção de relações de confiança entre usuários e trabalhadores da saúde. Segundo Seixas et al. (2019), o vínculo não deve ser compreendido como uma relação unidirecional, mas como um processo contínuo de negociação e reconhecimento entre as partes

envolvidas. Esse processo tem o potencial de transformar as práticas cotidianas de saúde, tornando-as mais alinhadas às demandas e singularidades dos usuários.

Assim, nosso ponto de partida foi dado em uma Unidade de Saúde da Família - USF situada em um bairro periférico da cidade de João Pessoa - PB. O equipamento atua pela capacidade resolutiva às necessidades básicas de saúde da população adscrita, de forma integral e longitudinal, por meio de ações de promoção e proteção à saúde e de prevenção de agravos. Portanto, materializa-se – ou pelo menos deveria se materializar – como uma clínica no/de território, visando garantir um cuidado articulado diretamente com a comunidade (Brasil, 2000).

Já nossa atuação ocorreu entre agosto e novembro de 2024, compondo um percurso de quatro meses. Uma passagem breve, porém significativa para construirmos processos de saúde. Iniciamos pelo acolhimento e, sequencialmente, pela escuta qualificada individual. Nessa última, a partir das narrativas de padecimento e de vida de uma das usuárias, sentimos o desejo de extrapolar os muros do equipamento. Percebemos que fora daquela sala, havia muito mais produção de vida para aquela usuária. Por isso, a partir do que surgia naquele campo, e não a priori (Figueiredo et al., 2028), decidimos em conjunto, extensão e usuária, ocuparmos aquele território por meio do conceito-ferramenta usuário-guia.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A usuária, aqui fictíciamente nomeada como Kalla, contava com 52 anos quando essa experiência ocorreu. Identificava-se como negra e trazia nas suas narrativas marcas de um sofrimento gerado pela violência patriarcal e racial ao longo da sua vida. Para Collins (2021), essas são opressões que se cruzam, não só entre si, mas entre outras formas de violência, como a de classe e de sexualidade. São, pois, intersecções que comumente atingem o corpo feminino, principalmente o negro e periférico. Não há como separar uma opressão da outra, seus efeitos alvejam o corpo buscra e simultaneamente, levando ao padecimento emocional, social e físico.

Apesar de tais imputações, Kalla buscava saídas. Seu lar era no território. Por isso, iniciamos nossa costura na USF, mas o alinhavar foi dado fora dela, na descida da ladeira e, principalmente, na caminhada em torno da praça central. Essas eram algumas das linhas

de fuga de Kalla. Caminhando juntas, ela nos contava sobre como havia feito amizades por esses percursos. A usuária participava de um grupo de exercícios e o chamava de casa. Pois, lá, nos disse, tinha encontrado afetos, como o carinho materno que nunca tivera e o abraço amigo que precisava nos dias mais difíceis.

Nossas caminhadas ocorreram três vezes, uma vez a cada semana. No meio ou no fim, sentávamos e conversávamos mais um pouco. Havia sorriso, choro, silêncio e pausas longas para uma respiração profunda. Assim, Kalla nos guiava pelos seus processos de produção de saúde. Era naquele cenário que tecia seus agenciamentos. Localizada no centro do bairro, a praça era um dos principais pontos de conexão do território. Ao fim da tarde, reunia idosos, crianças e adultos, junto a exercícios, futebol, tragos de cigarro e boas conversas. Buscamos, com isso, fortalecer aquele espaço como valia de Kalla. Era também seu, não havia dúvidas. Aquela praça pulsava porque Kalla pulsava junto, bem como todos os outros tantos que ali circulavam.

Fomos, portanto, atravessados por aquelas forças de vida. Percebemos que ali Kalla desacelerava muito mais facilmente do que quando no cerceio da USF. No território vivo, ela conseguia construir costuras de resistência frente às intersecções de gênero, raça e classe que atravessavam seu corpo. Consideramos, desse modo, que naquela praça, caminhando juntas, respirando pausadamente, também estávamos contribuindo para o cuidado de Kalla.

Isso, no entanto, só foi possível porque nos desprendemos, em algum grau, dos modos instituídos de fazer saúde. Quando apostamos em utilizar a ferramenta usuária-guia, conseguimos desterritorializar nossas práticas, ainda muito fincadas em uma Psicologia clínica tradicional, e reterritorializá-las em processos de cuidado outros, construídos pela própria usuária (Deleuze e Guatarri, 1997).

Saímos, dessa forma, de uma visão autocentrada e nos implicamos nos vínculos e na passagem dos afetos, como posto por Rolnik (2011). Só assim foi possível cartografar de fato as redes de cuidado da usuária, considerando que o papel da cartógrafa diz respeito a inventar pontes de linguagem, ou qualquer outra forma de expressão, que torne possível atravessar – ou criar – mundos de existência. O que fizemos, portanto, foi mergulhar nas redes vivas de cuidado de Kalla, porque a sala da USF já não comportava as forças que ali

se erguiam. Havia linhas de fuga que para além da fala, precisavam da vivência em ato, no seu território vivo de erupção.

Considerações finais

A experiência vivenciada na ação extensionista "Devires da clínica: Transversalidade, Clínica Ampliada e Apoio às práticas de cuidado nas Redes de Atenção à Saúde" demonstra como a integração de abordagens metodológicas contra-hegemônicas, como a do usuário- guia, nos possibilita realizar um modelo de cuidado holístico, crítico e político, alinhando-se às necessidades reais e às particularidades dos/as usuários/as.

Portanto, a experiência nessa intervenção acadêmica nos mostra como a ética do cuidado e a clínica ampliada são, acima de tudo, práticas de escuta atenta e respeito pelas histórias e trajetórias dos/as usuários/as. Ao nos convidar a sair da rigidez dos espaços tradicionais, nos desprendemos de uma lógica colonial que é comum na realização de pesquisa e extensão nas universidades pelo Brasil e mundo – uma lógica colonial onde somos os detentores do saber, ou uma espécie de salvadores –. Em vez disso escolhemos nos deixar ser afetados pelo território e acompanhar como as linhas de fuga e de resistência se desdobram nesse processo, um projeto de extensão, de fato, pautado na educação popular.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Caderno 1**: A implantação da Unidade de Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2000. Disponível em: https://encurtador.com.br/fIBS9. Acesso em: 14 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular**. 2. ed. Brasília, 2007. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_2ed.pdf. Acesso em: 14 mar. 2025.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 4. Tradução de Suely Rolnik. 54. ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

FRAGA, L. S. **Extensão Universitária e Educação Popular: a perspectiva da extensão popular.** Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, *[S. l.]*, v. 33, n. 76, p. 156–173, 2024. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/20551. Acesso em: 15 mar. 2025.

FIGUEIREDO, E. B. L. et al. **Pesquisa-interferência: um modo nômade de pesquisar em saúde**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 72, p. 571-576, 2019. Disponível em: https://encurtador.com.br/ERKSu. Acesso em: 14 mar. 2025.

HUR, D. U. **Cartografia das intensidades: pesquisa e método em Esquizoanálise**. Revista Práxis Educacional, Goiânia, v. 17, n. 46, p. 275-292, 1 jul. 2021.Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8392. Acesso em: 16 mar. 2025.

L'ABBATE, S.; MOURÃO, L. C.; PEZZATO, L. M. Análise institucional e saúde coletiva. In: **Análise institucional e saúde coletiva**. 2013. p. 636-636.

NEVES, M. S. M.; SCHWEICKARDT, J. C.; MERHY, E. E.; SILVA, E.; TEIXEIRA, C. S. **O Usuário Guia como proposta metodológica para pesquisa com implicação da equipe de saúde.** Cien Saude Colet [periódico na internet] (2025/jan). Disponível em: http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/o-usuario-guia-como-proposta-metodologica-para-pesquisa-com-implicacao-da-equipe-de-saude/19491?id=19491&id=19491&id=19491&id=19491. Acesso em: 14 mar. 2025.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROLNIK, S. Esquizoanálise e antropofagia. In: **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. São Paulo: Editora, v. 34, 2000. p. 451-462

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFGS, 2011.

SEIXAS, C. T. et al. **O vínculo como potência para a produção do cuidado em saúde:** o que usuários-guia nos ensinam. Interface (Botucatu), v. 23, p. e170627, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/Interface.170627. Acesso em: 12 mar. 2025.

SIMONINI, E. ROMAGNOLI, R. C. **Transversalidade e esquizoanálise**. Psicologia em Revista, v. 24, n. 3, p. 915-929, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682018000300015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 mar. 2025.

Construindo Redes de Cuidado: Escuta Ativa e Participação Social no Fortalecimento da Saúde Comunitária

Roseni Pinheiro[1]
Carolina Passos Sodré[2]
Richardson Jorge Almeida Meirelles[3]
Mariana Camargo Tumonis Oliveira[4]
Ana Beatriz Dias Pacheco [5]

Resumo:

Este estudo discute a participação social no fortalecimento das redes de atenção à saúde, a partir das possibilidades epistemológicas da educação popular influenciar a comunicação e a participação no cotidiano dos atores com seus saberes e práticas nas instituições de saúde. Utilizando como mote reflexivo a criação da Rede Alyne, destinada a organizar a rede de atenção governamental à saúde das mulheres em situação de vulnerabilidade, que buscamos compreender os sentidos e significados atribuídos às ideias de direito à saúde, comunicação e participação em saúde. A análise destaca como a Rede Alyne, embora tenha sido criada para promover o cuidado a mulheres em situação de vulnerabilidade, enfrenta desafios estruturais, como a desarticulação entre serviços e a burocracia no acesso. Dentre as estratégias metodológicas aplicadas destacamos a comunicação interativa, com a participação dos pesquisadores, em outubro de 2024, na Roda de Conversa do Projeto Participa + destinado a Formação para o controle social no SUS, abordando o tema *Fortalecendo a Saúde Comunitária: uma fala de integralidade*.

[1] Doutora em Saúde Coletiva. Professora do Associada do Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro da UERJ e líder do grupo de pesquisa do CNPq LAPPIS - Laboratório de Pesquisa sobre Práticas de Integralidade em Saúde (www.lappis.org.br). rosenip0@gmail.com orcid: https://orcid.org/0000-0001-8745-9209

[2] Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social (IMS) - Política, Planejamento e Administração em Saúde (PPAS), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). c.sodrepassos@gmail.com orcid: https://orcid.org/0000-0002-9819-2156

[3] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social (IMS) - Política, Planejamento e Administração em Saúde (PPAS), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). richardson_meirelles@hotmail.com orcid: https://orcid.org/0000-0003-3842-1989

[4] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social (IMS) - Política, Planejamento e Administração em Saúde (PPAS), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). orcid: https://orcid.org/0009-0003-6137-4348

[5] Graduanda em Psicologia pela UERJ. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. orcid: https://orcid.org/0009-0004-2644-0335

Coerentes com os pressupostos freirianos de comunicação para extensão tornou-se possível criar um espaço dialógico de validação dos sentidos e significados atribuídos, incluindo as falas de representantes de movimentos sociais e conselheiros de saúde. Considerando que esta atividade, na prática se constituiu como uma dobra no sentido foulctiano, de natureza educativa-ético-política, observou-se as repercussões do objetivo de promoção da qualificação, não somente desses representantes, mas para os pesquisadores, como uma importante contribuição ao fortalecimento institucional dos princípios do SUS e da produção do conhecimento engajado.

Palavras-chave: Educação Popular em Saúde. Participação Social. Saúde Comunitária. Integralidade em Saúde. Cuidado Integral

Introdução

A educação popular em saúde (EPS) embasa iniciativas de organização popular para enfrentamento das iniquidades sociais a partir de uma perspectiva teórico-metodológica orientadora de práticas educativas e sociais, articulando um conjunto de fundamentos éticos, políticos e pedagógicos. Por este motivo, a EPS se consolidou na saúde coletiva como orientadora dos movimentos e políticas empenhados em promover saúde emancipatória (Brito *et al.*, 2024).

A EPS torna-se uma estratégia eficiente no enfrentamento dos problemas de saúde a partir da articulação entre saberes técnicos e populares e mobilização de recursos institucionais e comunitários para promoção da qualidade de vida (Buss *et al.*, 2020). Estudo aponta que o conceito de EPS pode ser associado ao conceito amplo de saúde e como consequência, favorecer uma abordagem ampliada no processo de saúde e doença (Paro; Sousa; Silva, 2020)

O cuidado em saúde pode se beneficiar da EPS quando ela é aplicada na perspectiva de orientação das suas políticas na busca da superação do cuidado fragmentado para a autonomia dos indivíduos sob uma ótica integral (Brito *et al.*, 2024). Além disso, trata-se de uma estratégia importante para a superação das práticas verticalizadas e com temáticas tecnicistas com a educação articulada ao cuidado emancipador (Costa; Carneiro-Leão, 2021).

A participação social é um elemento essencial na construção e no fortalecimento das redes de cuidado em saúde, indo além da simples escuta e incorporando a voz ativa da comunidade na formulação de políticas e práticas. A Rede Alyne, embora represente um passo importante, revela-se apenas o início de um conjunto de desafios mais amplos. O vínculo

estabelecido entre usuários e profissionais, bem como a escuta ativa, são fundamentais para a efetivação da participação social na construção dessas redes. Nesse sentido, espaços como o Participa + demonstram que, mesmo em momentos de ataques e retrocessos, é possível manter iniciativas que fomentam a tríade pesquisa, extensão e formação, garantindo que o debate e a mobilização social permaneçam vivos (Brasil, 2024a; CEAP-RS, 2025; Brasil, 2025).

Já as Rodas de Conversa Temáticas, inspiradas nos Círculos de Cultura de Paulo Freire, desempenham um papel central nesse processo, pois não se limitam a um espaço de fala, mas sim de construção coletiva do conhecimento e do engajamento. Como destaca Freire, o diálogo intencional busca transformar a realidade, melhorando as condições de vida da população (Brandão, 2021; Machado, 2021). Nesses encontros, conselheiros de saúde, lideranças sociais e usuários do SUS compartilham suas experiências e desafios nos territórios, contribuindo ativamente para a formulação de soluções que refletem suas necessidades e perspectivas. Dessa forma, essas rodas fortalecem não apenas as redes de cuidado, mas também os processos democráticos e participativos na saúde coletiva.

No Brasil, o modelo de saúde comunitária é especialmente importante e tem como um dos seus principais pilares a Estratégia de Saúde da Família (ESF), que visa promover um cuidado próximo e contínuo, considerando as especificidades e os vínculos com a população local (Santos, 2018). Concordamos com a perspectiva de Santos (2018), que destaca que, na saúde comunitária, a inclusão dos saberes e práticas dos sujeitos se dá por meio de uma atuação que valoriza o conhecimento local e as experiências das comunidades, integrando esses saberes ao cuidado em saúde. No cotidiano, essa abordagem se reflete no envolvimento dos moradores e na valorização de suas vivências e percepções, o que enriquece o planejamento e a execução das ações de saúde, além de fortalecer os vínculos de confiança. É crível afirmar que a EPS relaciona-se ao princípio da integralidade pois busca oferecer um cuidado completo que considera os aspectos físicos, emocionais, sociais e culturais da população. Atuando nos determinantes sociais da saúde e promovendo prevenção, educação e promoção de saúde, a saúde comunitária garante acesso, continuidade e coordenação do cuidado, essencial para o SUS. Ao integrar a comunidade nos processos de decisão e implementação de políticas, fortalece o exercício do direito à saúde e contribui para um atendimento equitativo e de qualidade, alinhado aos princípios constitucionais do SUS
(Sarreta, 2015).

Para a garantia do direito à saúde, torna-se fundamental ampliar as redes de atenção como estratégia para aumentar o acesso aos serviços e ações de saúde e reduzir as desigualdades (Kuschnir; Chorny, 2010). Entendemos o cuidado como conceito amplo em, além dos próprios serviços de saúde, considerando a integralidade e singularidade de cada sujeito. Entendemos o cuidado como conceito amplo em, além dos próprios serviços de saúde, considerando a integralidade e singularidade de cada sujeito.

> Quando nos reportamos à noção de cuidado, não a apreendemos como um nível de atenção do sistema de saúde ou como um procedimento técnico simplificado, mas como uma ação integral, que tem significados e sentidos voltados para a compreensão de saúde como o direito de ser. É o tratar, o respeitar, o acolher, o atender o ser humano em seu sofrimento, em grande medida fruto de sua fragilidade social (Pinheiro, Guizardi, 2008, p.23).

Essa assertiva tem sido frequentemente verificada em outras pesquisas que desenvolvemos, nas quais a ação integral é também entendida como o "entre-relações" de pessoas, ou seja, a ação integral como efeitos e repercussões de interações positivas entre usuários, profissionais e instituições, que são traduzidas em atitudes como: tratamento digno e respeitoso, com qualidade, acolhimento e vínculo. Neste sentido, as redes de atenção à saúde devem ser capazes de fortalecer práticas cuidadoras como forma de produzir saúde (CONASEMS, 2019).

O Ministério da Saúde propôs em 2024 a reorganização da rede de atenção à saúde da mulher e gestante a partir da Rede Alyne (Brasil, 2024). Seu objetivo é reduzir a mortalidade materna em 25% e expandir as ações voltadas para a saúde materno infantil (Herzog; Francisco; Rodrigues, 2022). O nome da rede possui relação com o caso da gestante Alyne Pimentel, 28 anos, mulher negra, moradora da periferia do Rio de Janeiro, mãe de uma criança de 5 anos que procurou a unidade de saúde para atendimento próximo de sua residência e foi vítima de negligência médica. Na ocasião, Alyne ficou dias aguardando a realização de exames laboratoriais e de imagem até que fosse descoberto o óbito de seu bebê dentro do útero. Após a má sucessão da indução de um parto para retirada do feto, Alyne precisou aguardar mais de 8 horas para ser transferida para outro hospital devido a falta de ambulância disponíveis para a realização da transferência. Durante o transporte, os documentos de Alyne ficaram retidos no hospital de origem e a equipe que a recebeu não tinha nenhuma informação sobre o seu caso. Alyne veio a óbito após 5 dias de iniciar seu percurso em busca de atendimento de saúde.

O ocorrido tornou-se relevante para o contexto internacional pois o Caso Alyne foi o primeiro envolvendo denúncia sobre a mortalidade materna. O Brasil foi representado pela violação ao direito humano à saúde e buscou evidenciar a problemática sobre morte materna como violação do direito humano à saúde sexual e reprodutiva das mulheres, colocando o Brasil numa posição de destaque sobre o tema (CATOIA; SEVERI; FIRMINO, 2020).

O presente relato tem como objetivo analisar criticamente o conhecimento produzido a partir da participação de integrantes do Grupo de Pesquisa do LAPPIS – IMS UERJ (Laboratório de Pesquisas de Práticas de Integralidade em Saúde) na Roda de Conversa do Participa +, que teve como tema *Fortalecendo a Saúde Comunitária: uma fala de integralidade*. Na ocasião, foi realizada a discussão sobre a articulação entre o caso de Aline Pimentel, o cuidado em saúde e a participação popular dentro de um contexto de vulnerabilidade. Essa iniciativa surge em um contexto de desafios na efetivação da participação social e da integralidade do cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS), aspectos fundamentais para a qualificação das práticas em saúde. Diante desse cenário, a Roda de Conversa se configura como um espaço privilegiado para refletir sobre a escuta ativa e a participação social na construção de redes de cuidado mais integradas e no fortalecimento da saúde comunitária. A partir da perspectiva da educação popular em saúde e da integralidade do cuidado, a análise busca evidenciar desafios, potencialidades e estratégias que possam contribuir para a qualificação dessas práticas no SUS.

Metodologia

A abordagem metodológica adotada é qualitativa, com ênfase na sistematização das experiências compartilhadas pelos participantes, permitindo compreender a construção coletiva do conhecimento e a mobilização social como elementos centrais no fortalecimento das redes de cuidado em saúde (MINAYO, 2012).

Dentre as estratégias aplicadas, destaca-se a comunicação interativa, materializada na participação dos pesquisadores na Roda de Conversa do Projeto Participa +, em outubro de 2024, cujo tema foi *"Fortalecendo a Saúde Comunitária: uma fala de integralidade"*. Alinhados aos pressupostos freirianos de diálogo e emancipação, o espaço foi construído como

um dispositivo dialógico de validação de sentidos, reunindo representantes de movimentos sociais, conselheiros de saúde e pesquisadores.

A atividade, em sua prática, configurou-se como uma dobra foucaultiana de natureza ético-política e educativa: um processo em que normas discursivas (como as políticas de controle social no SUS) e saberes institucionais foram interiorizados e ressignificados pelos participantes, transformando-se em práticas de cuidado de si e do coletivo. Nesse movimento, observou-se não apenas a transmissão de conhecimentos, mas a autoconstituição dos sujeitos — tanto representantes comunitários quanto pesquisadores — através da problematização crítica da integralidade e da saúde reprodutiva, tomando como referência o caso de Alyne Pimentel.

O evento, realizado virtualmente via *Zoom* em 30 de outubro de 2024 teve duração de aproximadamente noventa minutos, integrou o Projeto *Participa +*, iniciativa voltada ao fortalecimento da participação social no SUS. Contou com 40 participantes, incluindo lideranças comunitárias, conselheiros de saúde, profissionais do SUS e pesquisadores do LAPPIS. A metodologia combinou momentos expositivos com reflexões coletivas, articulando os conceitos de cuidado, integralidade e justiça reprodutiva, a partir do caso emblemático de Alyne Pimentel.

A análise das repercussões evidenciou que a Roda operou como um exercício de dobra: ao "replicar" criticamente as diretrizes do SUS em um espaço dialógico, os participantes reconfiguraram-nas como ferramentas de empoderamento, reforçando não apenas a qualificação técnica, mas o cuidado de si como ato político (FOUCAULT, 2009). Essa dinâmica corroborou o fortalecimento institucional dos princípios do SUS, demonstrando como práticas educativas podem dobrar estruturas de poder em tecnologias de liberdade.

Resultados e discussão

A Rede Alyne, embora represente um avanço na construção de redes de cuidado para mulheres em situação de vulnerabilidade, evidencia a persistência de desafios estruturais no acesso e na continuidade do cuidado. Durante a atividade, diferentes participantes relataram a dificuldade de implementação de exames durante o pré natal, construção de vínculo com suas

gestantes e articulação com a maternidade de referência. Como apontam Matta e Pinto (2018), redes de saúde só se tornam efetivas quando articulam diferentes níveis de atenção, promovendo a integralidade e a coordenação do cuidado. Durante a Roda de Conversa, participantes relataram que a Rede Alyne ainda se configura mais como um ponto de passagem do que como um espaço efetivo de acolhimento e resolutividade, refletindo a fragmentação do SUS em determinados contextos. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que não apenas criem redes formais, mas que garantam seu funcionamento por meio do fortalecimento do vínculo entre serviços e usuários, da redução da burocracia no acesso e da valorização das experiências da comunidade na formulação das estratégias de cuidado (CECCIM e FEUERWERKER, 2004).

Durante a Roda de Conversa, participantes relataram que a Rede Alyne ainda se configura mais como um ponto de passagem, ou seja, um local onde os usuários transitam temporariamente sem encontrar acolhimento efetivo e resolutividade para suas demandas, do que como um espaço de cuidado contínuo. Esse cenário reflete a fragmentação do SUS em determinados contextos, evidenciando a dificuldade de garantir a continuidade do atendimento e o fortalecimento dos vínculos entre serviços e usuários. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que não apenas criem redes formais, mas que assegurem seu funcionamento por meio da redução da burocracia no acesso, do fortalecimento desses vínculos e da valorização das experiências da comunidade na formulação das estratégias de cuidado (CECCIM e FEUERWERKER, 2004).

O Participa + emergiu como um espaço essencial para fomentar a tríade pesquisa, extensão e formação, garantindo que a participação social se mantenha ativa mesmo diante de retrocessos nas políticas públicas. Como destacam Carvalho e Gastaldo (2021), a participação social é um mecanismo fundamental para a democratização da saúde, pois amplia a capacidade de sujeitos historicamente marginalizados influenciarem a formulação e implementação das políticas. Durante o encontro, observou-se que o espaço possibilitou não apenas a troca de saberes, mas também a elaboração de propostas concretas para fortalecer a atenção primária e a saúde comunitária. Esse achado reforça a necessidade de ampliar iniciativas como o Participa +, garantindo que a mobilização social permaneça como um eixo estruturante do SUS, conforme defendem Fleury e Ouverney (2019) ao enfatizarem que a participação ativa da sociedade é determinante para a consolidação das políticas públicas de saúde no Brasil.

O conceito de vulnerabilidade no campo da saúde não surge apenas de discussões acadêmicas, mas de um intenso debate social, especialmente em resposta à epidemia de AIDS. Essa crise evidenciou as limitações dos saberes tradicionais da saúde pública e a necessidade de novos enfoques. A vulnerabilidade, portanto, se torna uma oportunidade para integrar a epidemiologia a outras ciências, criando saberes mais abrangentes e interpretativos (AYRES, 2009).

A busca pela integralidade é uma força essencial para evitar que a universalidade se transforme apenas em uma formalidade, e que a equidade não se torne um princípio abstrato. Assim, a construção de modelos de atenção à saúde, orientados pela integralidade, estão relacionados ao conceito de vulnerabilidade (AYRES, 2009).

O caso Alyne Pimentel ocorreu antes da criação da primeira rede relacionada ao cuidado da mulher e gestante, também conhecida como Rede Cegonha, e demonstrou diversos problemas relacionados a temas como vínculo, referência e contrarreferência, comunicação, negligência, acesso, regulação e direitos humanos. É visível que o Brasil avança na construção de políticas públicas centradas nas necessidades materna infantil, entretanto, diversos desafios relacionados à assistência pré-natal, parto e puerpério ainda permanecem.

Dessa forma, a partir da condenação do Brasil pelo comitê Cedaw, a relação entre direitos humanos e saúde materna se fortalece, evidenciando a falha do Estado em garantir o acesso universal ao sistema de saúde. Sob essa perspectiva, o Caso Alyne expõe o caráter estrutural da mortalidade materna, que tem como consequência a intersecção entre racismo, gênero e a condição socioeconômica (ALMEIDA, 2024). O reconhecimento de que as barreiras enfrentadas por Alyne não foram apenas individuais, tornaram o caso uma referência essencial para a construção de uma abordagem integral e equitativa no cuidado para as mulheres.

Em consonância com a literatura consultada, identificamos que a educação popular em saúde (EPS), quando alinhada à participação social, mostrou-se uma estratégia central para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e para a qualificação das práticas em saúde (BRITO *et al.*, 2024). Inspiradas nos Círculos de Cultura de Paulo Freire (1987), as Rodas de Conversa Temáticas são fundamentais para a construção coletiva do conhecimento e para a articulação entre saberes técnicos e populares. Como apontam Vasconcelos (2020) e Ceccim (2018), a EPS permite romper com a lógica tecnicista e verticalizada da educação em saúde, promovendo um aprendizado dialógico e emancipatório. Durante a Roda de Conversa, foi percebido pelo grupo

que a adoção de metodologias participativas fortalece o engajamento comunitário e a corresponsabilidade na gestão do cuidado, contribuindo para a efetivação dos princípios do SUS. Dessa forma, os resultados confirmam que a EPS não apenas potencializa a participação social, mas também consolida redes de cuidado mais humanizadas e efetivas, reforçando a necessidade de políticas públicas que incentivem essas práticas formativas e participativas (BRITO *et al.*, 2024).

Considerações finais

A experiência analisada neste relato de pesquisa reafirma a importância da participação social e da educação popular em saúde como estratégias fundamentais para o fortalecimento das redes de cuidado no SUS. A Rede Alyne, embora represente um avanço na criação de espaços de acolhimento, demonstra que a mera existência de uma rede não garante sua efetividade, sendo necessário um envolvimento ativo dos sujeitos e uma articulação concreta entre os diferentes níveis de atenção. O Participa + mostrou-se uma iniciativa potente para sustentar o diálogo e a mobilização social, fortalecendo a tríade pesquisa, extensão e formação, mesmo em um contexto de desafios políticos e institucionais. Através das Rodas de Conversa Temáticas, inspiradas nos Círculos de Cultura de Paulo Freire, evidenciou-se que a escuta ativa e o compartilhamento de saberes contribuem diretamente para a construção de políticas públicas mais inclusivas e para a promoção de uma saúde emancipatória.

Dessa forma, os resultados desta análise indicam que a efetivação da integralidade no cuidado exige um compromisso contínuo com metodologias participativas que valorizem o conhecimento popular e incentivem o protagonismo das comunidades. A EPS emerge como um eixo estruturante para qualificar a atenção à saúde, promovendo uma abordagem dialógica que fortalece tanto os vínculos entre usuários e serviços quanto a autonomia dos sujeitos na defesa de seus direitos. Para avançar nesse caminho, é fundamental que políticas públicas incentivem e ampliem espaços de participação, garantindo que o SUS se mantenha como um sistema de saúde democrático, equitativo e centrado nas necessidades reais da população. O fortalecimento dessas práticas depende do engajamento coletivo e da construção permanente de redes que transcendam a lógica burocrática, promovendo um cuidado em saúde que seja, de fato, integral e transformador.

Referências

ALMEIDA, M N de. *Alyne da Silva Pimentel Teixeira x Brasil: um estudo de caso.* **Revista Defensoria Pública da União**.; 21(21):183-208. 2024. Disponível em: https://revistadadpu.dpu.def.br/article/view/679. Acesso em : 25 jun. 2025

AYRES, J. R Organização das Ações de Atenção à Saúde: modelos e prática. Saúde e Sociedade, v.18, supl.2, 2009.

BRANDÃO, C. R. *Rodas de conversa e pesquisa: reflexões de uma abordagem etnográfica*. ***Revista Práxis Pedagógica***, [s.l.], v. 16, n. 2, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/jxjfFR8ZtfFkHNJ36CX6mFp/. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. *Portaria nº 5.350, de 13 de setembro de 2024*. **Ministério da Saúde**, 2024. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt5350_13_09_2024.html. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Rede Alyne: Novo programa busca reduzir mortalidade materna no Brasil*. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/rede-alyne-novo-programa-busca-reduzir-mortalidade-materna-no-brasil. Acesso em: 25 mar. 2025.x

BRITO, P. N. A. *et al.* O que se tem discutido sobre Educação Popular em Saúde nos últimos anos: uma revisão narrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 29, n. 6, p. e12542023, 2024.

BUSS, P. M. *et al.* Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). **Ciência & Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 25, n. 12, p. 4723–4735, 2020.

CARVALHO, S. R.; GASTALDO, D. Participação social na saúde: desafios contemporâneos e perspectivas. ***Revista Brasileira de Ciências da Saúde***, v. 25, n. 1, p. 34-50, 2021.

CATOIA, C. D. C.; SEVERI, F. C.; FIRMINO, I. F. C. Caso "Alyne Pimentel": Violência de Gênero e Interseccionalidades. **Revista Estudos Feministas**, [*s. l.*], v. 28, n. 1, p. e60361, 2020.

CEAP-RS. *Participa +: Uma iniciativa para a participação social*. Disponível em: https://participamais.ceap-rs.org.br/. Acesso em: 25 mar. 2025.

CECCIM, R. B. Educação permanente em saúde: desafios e perspectivas. ***Revista Brasileira de Educação Médica***, v. 42, n. 1, p. 25-34, 2018.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. ***Saúde em Debate***, v. 28, n. 67, p. 197-204, 2004.

CONASEMS organizadores: COSEMS-RJ, LAPPIS/IMS/UERJ Manual do(a) Gestor(a) Municipal do SUS: “Diálogos no Cotidiano” / – Rio de Janeiro :CEPESC/IMS/UERJ, – 2.ed. revisada, ampliada. – Rio de Janeiro: CEPESC 2019. 424p. CAPÍTULO 9

COSTA, J. S.; CARNEIRO-LEÃO, A. M. D. A. Campanhas sanitárias como instrumentos da educação em saúde no Brasil: algumas reflexões para uma educação popular em saúde. **Revista Sustinere**, [*s. l.*], v. 9, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/49818. Acesso em: 23 mar. 2025.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: **Graal**, 2008.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: **Graal** , 2009. v. 1.

FLEURY, S.; OUVERNEY, A. M. Participação social e políticas públicas de saúde no Brasil: avanços e desafios. ***Saúde e Sociedade***, v. 28, n. 2, p. 15-30, 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1987.

MACHADO, M. M. CÍRCULOS DE CULTURA E EJA: PRESENÇA DE PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO DE TRABALHADORAS. **Educação & Sociedade**, [*s. l.*], v. 42, p. e254978, 2021.

HERZOG, R. S.; FRANCISCO, R. P. V.; RODRIGUES, A. S. *Óbitos de gestantes e puérperas* [banco de dados], 2022, Observatório Obstétrico Brasileiro (OOBr). Disponível em DOI: **https://doi.org/10.7303/syn42902915**

KUSCHNIR, R.; CHORNY, A. H. Redes de atenção à saúde: contextualizando o debate. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 15, n. 5, p. 2307–2316, 2010.

LUZ, M. T. (2004). Racionalidade médica. In: Ministério da Saúde (Org.), *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS* (pp. 15-20). Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/p/policia-nacional-de-praticas-integrativas-e-complementares-no-sus.

MATTA, G. C.; PINTO, L. F. Redes de Atenção à Saúde: uma necessidade contemporânea. ***Ciência & Saúde Coletiva***, v. 23, n. 6, p. 1881-1890, 2018.

MINAYO, M. C. D. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 17, n. 3, p. 621–626, 2012.

PARO, C. A.; SOUSA, L. M. D.; SILVA, N. E. K. E. Análise das experiências da Comunidade de Práticas sobre o enfrentamento do câncer de colo de útero. **Revista de Educação Popular**, [*s. l.*], v. 19, n. 2, p. 176–198, 2020.

PINHEIRO, R.; GUIZARD, F. L. Cuidado e Integralidade: por uma Genealogia de Saberes e Práticas no Cotidiano. *In*: CUIDADO: AS FRONTEIRAS DA INTEGRALIDADE. 3 ediçãoed. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ, 2006. p. 23–38.

SANTOS, L. O conceito de saúde na Atenção Básica: implicações para o trabalho na Estratégia de Saúde da Família. *Saúde e Debate*, v. 42, n. 118, p. 99-110, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/N6BW6RTHVf8dYyPYYJqdGkk/. Acesso em: 28 mar. 2025.

SARRETA, E. *Saúde Comunitária e Práticas de Atenção Integral: Reflexões sobre a Prática no SUS*. São Paulo: SciELO, 2015. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/29k48/pdf/sarreta-9788579830099.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

VASCONCELOS, E. M. Educação popular em saúde: conceitos e desafios para o SUS. ***Interface – Comunicação, Saúde, Educação***, v. 24, e190574, 2020.

Template de relato de pesquisa

HORTO ACADÊMICO DO PROJETO FARMÁCIA VIVA COMO INCUBADOR DE UMA HORTA INCLUSIVA COM JARDIM SENSORIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Martins R.D[1], Silva J.V.P[2], Pereira J.W.O[3], Silva H.R[4], Santos M.O.S[5], Silva E.S[6]

Resumo

Apesar da Lei de Cotas ter sido um marco para inclusão laboral de PCDs, as empresas dificilmente contratam pessoas com deficiência intelectual, grupo na qual fazem parte as pessoas com síndrome de Down e com autismo. Ao analisar o contexto dos municípios de pernambuco: Vitória de Santo Antão, Pombos e Gravatá, verificou-se um déficit de projetos voltados para a inclusão laboral e geração de renda para pessoas com deficiência na agricultura, principalmente no que diz respeito à capacitação profissional como um impulsionador deste público no mercado de trabalho. Desta maneira a proposta em tela visa proporcionar atividades laborais em hortas inclusivas, localizadas em espaços nestes municípios citados,que produzirão hortaliças e plantas medicinais, permitindo que pessoas com deficiência usufruam do contato com espécies vegetais, produzam para o consumo familiar, mas também sejam capacitadas para o beneficiamento da matéria prima, com vistas ao campo de atuação profissional. O objeto é um projeto de extensão para implantação de um programa de inclusão de pessoas com deficiência na agricultura, focado na formação, desenvolvimento de competências e geração de renda. Estudantes de graduação estarão no projeto como integrantes da manutenção da horta inclusiva, desenvolvimento de atividades pedagógicas para as oficinas e acompanhamento das atividades dos PCDs nestes ambientes. O resultado esperado do projeto é a inserção de PCDs nas atividades agrícolas como fonte de geração de renda na agricultura, gerando oportunidades de emprego para uma parcela com vulnerabilidade social e econômica, através da capacitação profissional e minimizar as suas limitações e estimular a sua autonomia.

Palavras-chave: PCDs. Inclusão. Hortas.

1 Doutorado em farmacologia, Professor efetivo, Universidade Federal de Pernambuco (CAV), rene.duarte@ufpe.br, 2 Graduando Licenciatura Ciências Biológicas, Não se aplica, (CAV) joao.pereirasilva@ufpe.br, 3 Graduando em Licenciatura Ciências Biológicas, Não se aplica, (CAV), jhonalte.william@ufpe.br, 4 Ensino Médio, Atleta bocha olímpica, Não se aplica, Não se aplica, hemersonrafaeldasilva@gmail.com, 5 Ensino Médio, Tecnica agrícola, (CAV), merciaoss7@gmail.com, 6 Graduando Licenciatura em Ciências Biológicas, Não se aplica, (CAV) elainysantana12345@gmail.com

Introdução

Nos últimos anos percebe-se a crescente correlação entre a vulnerabilidade econômico-social e as pessoas com deficiência (MONT; CUONG, 2011). Isto pode ser verificado em regulamentos nacionais e internacionais, como consta na agenda da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual cita como Av. Moraes Rego 1235|Cidade Universitária|50670-901|Recife PE Brasil|Fone 2126.8134|e-mail sigproj.proext@ufpe.br - Página 4 de 23 objetivos a serem alcançados pelos países-membros até 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1: "Acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares". Além disso, afirma na ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico "Promover o crescimento econômico, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos" e na ODS 10: Redução das Desigualdades - 10.2: "até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra" (BRASIL, 2015). No contexto brasileiro, uma legislação de suma importância que trata do ingresso da pessoa com deficiência no mercado de trabalho é a Lei n. 8.213/1991, a qual cita no seu artigo 93: "A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência". Apesar da Lei de Cotas ter sido um marco para inclusão laboral de PCDs, as empresas dificilmente contratam pessoas com deficiência intelectual, grupo na qual fazem parte as pessoas com síndrome de Down e com autismo, por este motivo raramente são vistos ocupando vagas de emprego. Neste contexto, o problema a ser resolvido é o desemprego das pessoas com deficiência, pois segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Pessoas com Deficiência 2022, em parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há aproximadamente 18,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, desses 26,6% trabalham. Contudo, apenas 11,97% possuem emprego formal (IBGE, 2022). Além disso, há um maior percentual de PCDs na Região Nordeste (5,8 milhões), correspondente a 10,3%, na Região Sul 8,8%, na Região Centro-oeste 8,6% e na Região Norte 8,4%. Verificou-se também que os PCDs recebiam R$ 1.860,00 rendimento médio real, ao passo que as pessoas sem deficiência (R$ 2.690,00): diferença de 30%. O público-alvo

beneficiado externamente à UFPE é composto por: beneficiários diretos (pessoas com deficiência acima de 18 anos de idade) e beneficiários indiretos (familiares das pessoas com deficiência e empresas que almejam contratar pessoas com deficiência capacitadas). Interação dialógica: O projeto iniciou por meio da produção de hortas inclusivas com o envolvimento entre docentes, gestores das cidades atendidas pelo projeto, técnico agrícola, estudantes de graduação da UFPE, estagiários PCDs para que a partir desta interação define-se o melhor espaço do município para implantação de cada horta

e a definição de atribuições de cada membro da equipe. Impacto e transformação social: Espera-se a inserção da pessoa com deficiência nas atividades agrícolas, através da criação de Horta Inclusiva como fonte de geração de renda na agricultura, gerando oportunidades de emprego para uma parcela com vulnerabilidade social e econômica, através da capacitação profissional que busque evidenciar suas potencialidades, minimizar as suas limitações e estimular a sua autonomia, para que eles estejam aptos a serem inseridos no mercado de trabalho.

Impacto na formação do estudante: Para a formação dos estudantes envolvidos, entende-se que o projeto contempla temática pouco explorada nas matrizes curriculares, que envolve a interação dos futuros profissionais em saúde e licenciaturas, a fim de interagir com as capacidades dos PCDs, não apenas com suas deficiências. Indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão: Todo o processo descrito nas etapas anteriores poderão subsidiar a intersecção entre ensino-pesquisa e extensão, em que o estudante terá a oportunidade de acolher informações, mas de questionar e traçar estratégias, com base em seus conhecimentos acadêmicos. Desta maneira será possível complementar lacunas dos projetos políticos político-pedagógicos sobre o tema em tela e despertar sobre possíveis temáticas em pesquisa que venham a emergir desta experiência extensionista.

No Brasil, em torno de 24% da população é composta por pessoas com deficiência, segundo o Censo IBGE 2010. Um quantitativo muito significativo, no entanto, tão esquecido (IBGE 2010). Um estudo que tratou a respeito da empregabilidade de pessoas com deficiência na América Latina identificou as cotas como forma de gerar oportunidade de emprego para

PCD , operacionalizada através da obrigação legal de reservar um percentual das vagas disponíveis para este público (PAZ-MALDONADO; SILVA-PEÑA, 2021).

O ser humano com deficiência precisa ultrapassar barreiras arquitetônicas, barreiras de acessibilidade, barreiras de comunicação, mas a pior barreira é a atitudinal, que surge pela presença do capacitismo, que é o preconceito perante o indivíduo com deficiência, assim a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho se faz presente no ordenamento jurídico dos países que compõem o Mercosul, através de leis, decretos, declarações. Mas é preciso investir em políticas públicas efetivas, para que haja o cumprimento descrito nas normas. É necessário alinhar a teoria à prática, a fim de que a inclusão seja de fato inserida no cotidiano da população.

O tema em tela tem sido desenvolvido inspirado em uma proposta inicial desenvolvida na UFPE, Campus Joaquim Amazonas (Recife) por meio da parceria entre a Segel (Secretaria de Esportes e Lazer) e a Berso (Biorefinaria Experimental de Resíduos Sólidos Orgânicos), em que pessoas com deficiência cultivam hortaliças para o consumo próprio, mas com vistas ao desenvolvimento de habilidades que capacitem-nas para a produção doméstica e até mesmo comercial. Um outro projeto que inspira esta proposta é o projeto sobre as hortas Sensoriais como ferramentas pedagógicas de educação ambiental nos programas e projetos de cursos ofertados pelo Centro de Apoio Pedagógico Especializado do Recife (CAPE-PE), na Escola Especial Instituto dos Cegos, Graças, Recife-PE.

Usar hortas sensoriais como recurso pedagógico proporciona estimular os sentidos de Deficientes Visuais (DV), por meio do contato com diferentes texturas, cheiros, altura das plantas, forma das espécies, aumentando, assim, a compreensão dos sentidos e estimulando-os(ELY et al., 2006). Desta maneira, ao considerar-se a definição de Extensão Universitária como um espaço interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018), este projeto entende que as atividades extensionistas em uma horta inclusiva, podem integrar diversos elementos que contribuam para o preenchimento de lacunas acadêmicas, sejam estas de conteúdos ou até mesmo para a contribuição do despertar investigativo dos estudantes na construção de questões sobre as potencialidades de PCDs e o papel da universidade no desenvolvimento de

práticas que contribuam para a inserção de pessoas com deficiência em atividades laborais, ou as auxiliem a integrar-se à sociedade por meio de suas potencialidades.

Sob a perspectiva da formação cidadã, o projeto se propõe a desenvolver um cenário de sensibilização não apenas para estudantes, mas para cada profissional, provocando o debate sobre habilidades e competências de PCDs, no caso do projeto por meio de hortas inclusivas, com as mais variadas entidades ou instituições interessadas na proposta, abrindo-se espaço para um diálogo construtivo, propositivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira, conforme estabelece a resolução Nº 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

O acolhimento de disciplinas ou setores, como o de acessibilidade, do Centro Acadêmico de Vitória, para o desenvolvimento de atividades técnicas ou acadêmico-científicas nos espaços das hortas inclusivas também são pautas do projeto, assim proporcionando a intersetorialidade, interculturalidade e contribuindo para o diálogo da curricularização da extensão, por meio de uma pauta não mercadológica e de vivência humanística e civilizatória, em respeito à diversidade humana e cultural.

Metodologia

Público-alvo e Local de Execução: O público-alvo é composto por: beneficiários diretos (pessoas com deficiência acima de 18 anos de idade) e beneficiários indiretos (familiares das pessoas com deficiência e empresas que almejam contratar pessoas com deficiência capacitadas).

A perspectiva é ofertar 360 inscrições para pessoas com deficiência, uma vez que o Projeto da Horta Inclusiva receberá pessoas com deficiência de municípios limítrofes a Vitória de Santo Antão, Pombos e Gravatá. Planejamento, Organização e execução: A Horta Inclusiva é um programa sustentável de inclusão social e econômica de pessoas com deficiência no setor agrícola, focado na formação, desenvolvimento de competências para a empregabilidade e inserção profissional. Ao mesmo tempo, desenvolve sistemas de produção e transformação agrícola que permite não só reforçar as aprendizagens e as possibilidades de emprego destes cidadãos, como assegurar a sustentabilidade de todas as iniciativas.

As etapas do projeto para planejamento e execução serão: 1. Elaborar o plano para execução do projeto e selecionar a equipe de execução para garantir o cumprimento das metas

projeto e prestação de contas;- Para o cumprimento desta etapa será contratada pela UFPE, como gestora dos recursos da presente proposta, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (FADE). Para cumprimento desta meta serão realizadas visitas aos municípios elencados na proposta para diagnóstico de necessidades das áreas disponibilizadas para a execução do projeto. Ainda nesta etapa do projeto foram selecionados 06 estagiários(as), sendo obrigatoriamente 03 pessoas com deficiência inseridas na equipe e todos residentes nos municípios constantes na proposta ou região circunvizinha.

Será selecionado também o(a) técnico(a) agrícola, cujas responsabilidades serão a estruturação de 03 hortas nos municípios participantes do projeto, com apoio para o funcionamento, correspondente à meta 2, assim como este(a) profissional realizará oficinas com o público-alvo referentes aos temas: Manejo de Culturas Vegetais, Compostagem e Beneficiamento Vegetal, descritas nas metas adiante.

Com a equipe selecionada, será possível ajustar o planejamento do projeto, com organização do calendário de atividades em campo, que iniciarão a partir da meta 2.

Entretanto, será nesta etapa que o projeto poderá dimensionar, realmente, o quantitativo e necessidades de acessibilidade do público-alvo do projeto, fato que demandará também ajustes nas estruturas físicas nas quais o projeto se desenvolverá e material didático.

2. Construir hortas didáticas para a formação das pessoas com deficiência;- Serão construídas 03 hortas didáticas, sendo 01 em cada município, sob supervisão de um(a) técnico(a) agrícola. Para a construção das hortas será necessário o cumprimento das seguintes etapas, pela equipe do projeto:- Seleção das Espécies vegetais;- Estruturação dos Canteiros;- Estruturação de uma sementeira;- Definição dos pontos de irrigação;- Definição do espaço para compostagem;- Plantio das espécies vegetais;- Acompanhamento do desenvolvimento das espécies vegetais;

3. Promover oficinas de formação em manejo de culturas vegetais;- Serão ofertadas 06 oficinas, com os temas Manejo de Culturas Vegetais e Compostagem. Cada município participante da proposta receberá uma oficina sobre cada temática, que acontecerá nos espaços dos Hortos Didáticos. Participarão da oficina pessoas com deficiência e acompanhantes, se necessário. Nesta etapa, já será debatido sobre a potencialidade do produto da compostagem representar um caminho para o empreendedorismo, com a possível comercialização de adubos orgânicos pelo público-alvo.

4. Ofertar oficinas de beneficiamento vegetal;- Serão ofertadas 03 oficinas sobre beneficiamento de espécies vegetais, sendo uma em cada município participante da proposta, que acontecerá em cada Horto Didático. Participarão da oficina pessoas com deficiência e acompanhantes, se necessário. Nesta etapa, já será debatido sobre a potencialidade do produto vegetal fresco, in natura, para consumo direto e do produto vegetal após secagem, como possibilidades para comercialização, nas formas de drogas vegetais, temperos, sachês de chás, etc.

5. Capacitar pessoas com deficiência em produtos que contenham matéria prima da horta didática;- Serão ofertadas 06 oficinas com o objetivo de usar a produção vegetal gerada no horto para confecção de produtos, sendo duas em cada município. Na ocasião as oficinas se dividirão em: 1. Oficinas sobre o potencial em gerar produtos alimentícios: Saladas, Sucos Detox, Temperos sem sal, Geleias e Compotas. 2. Oficinas sobre tinturas medicinais e tratamentos/cosméticos naturais, como sabonetes, velas repelentes e aromáticas, pomadas medicinais

6. Promover o empreendedorismo protagonizado por pessoas com deficiência;- Serão ofertadas 03 oficinas em formações que auxiliarão na comercialização dos produtos desenvolvidos e orientarão a melhor forma de organização dos grupos para escoamento das produções, como desenvolvimento de suas marcas, possibilidades da formação de cooperativas, marketing dos produtos, precificação, embalagem, dentre outros.

7. Promover campo de prática para pessoas com deficiência que concluíram todas as etapas na Horta Inclusiva; - Proporcionar campo de prática no horto didático para participantes das formações, que terão a oportunidade de praticar os aprendizados desde o cultivo de espécies vegetais, beneficiamento até a produção dos produtos que consideraram pertinentes e desenvolvimento da logística para comercialização. Neste período de prática, o público-alvo será acompanhado por estagiário e assessor do projeto, em cada município, sob supervisão da coordenação geral, coordenação de acessibilidade e técnico(a) agrícola PARCERIAS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO O projeto conta com a parceria das prefeituras dos municípios contemplados, da Secretaria da Pessoa com deficiência - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. A avaliação ocorrerá periodicamente em seu desenvolvimento pelas coordenações geral e de acessibilidade, em conjunto com as gestões administrativa e financeira.A cada intervenção realizada em cada município, as avaliações serão realizadas,

considerando parâmetros como 1. Quem está envolvido nas ações corresponde ao público-alvo do projeto?; 2. A intervenção realizada despertou interesse no público-alvo? Por que?; 3. O investimento financeiro e tempo dedicado à intervenção foram compatíveis?
4. Existe necessidade de redirecionamento de percurso do projeto ou recomposição da equipe de trabalho? 5. O espaço em que o projeto está acontecendo em cada município é adequado? 6. A sustentabilidade do projeto está se mostrando viável diante das etapas?-
Gestão dos recursos: Reuniões para possíveis ajustes na execução financeira também serão realizadas com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE - FADE, contratada para gestão do projeto.

O objetivo será avaliar os gastos do projeto, monitorar sua efetividade e organizar a prestação de contas. Os instrumentos serão aplicados ao público-alvo e acompanhantes para avaliação das ações, equipe e espaço físico. Esta aplicação ocorrerá em pelo menos dois momentos do processo de execução desta proposta, sendo um momento no sexto mês e outro no 12º mês de desenvolvimento da proposta, com objetivo de monitorar e avaliar a execução da mesma, considerando o público-alvo. 1.6.5 Relação Ensino, Pesquisa e Extensão A proposta nasce com a essência de um projeto de extensão, cujas portas da universidade se abrem para pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que as ações se expandem para outros espaços comunitários.

Sob esta perspectiva o projeto propõe a formação e sensibilização de estudantes de graduação no desenvolvimento de estratégias de ensino-aprendizagem, mas também oportuniza o caráter humano de convívio com PCSs que agregam à sua formação a dinâmica da inclusão em suas formações profissionais, permitindo o despar científico para pesquisar e desenvolver estratégias adaptativas para a inclusão das pessoas com deficiência nas atividades do projeto. 1.6.6 Avaliação Pelo Público projeto será avaliado periodicamente em seu desenvolvimento pelas coordenações geral e de acessibilidade, em conjunto com as gestões administrativa e financeira.

A cada intervenção realizada em cada município, as avaliações serão realizadas, considerando parâmetros como 1. Quem está envolvido nas ações corresponde ao público-alvo do projeto?; 2. A intervenção realizada despertou interesse no público-alvo? Por que?; 3. O investimento financeiro e tempo dedicado à intervenção foram compatíveis? 4.

Existe necessidade de redirecionamento de percurso do projeto ou recomposição da equipe de trabalho? 5. O espaço em que o projeto está acontecendo em cada município é adequado?

6. A sustentabilidade do projeto está se mostrando viável diante das etapas? Pela Equipe Instrumentos serão aplicados ao público-alvo e acompanhantes para avaliação das ações, equipe e espaço físico. Esta aplicação ocorrerá em pelo menos dois momentos do processo de execução desta proposta, sendo um momento no sexto mês e outro no 12º mês de desenvolvimento da proposta, com objetivo de monitorar e avaliar a execução da mesma, considerando o público-alvo. 1.6.7

Resultados: Estes resultados descrevem a horta sensorial em Vitória de Santo Antão. A horta foi estruturada em uma área de 100 m2, dos quais a área de acesso, com 30 m2 corresponde ao jardim sensorial, onde há uma placa tátil na entrada, piso podotátil e canteiros elevados, com aproximadamente 60 espécies dispostas para experiências sensoriais com o tato (Begonia masoniana, Plectranthus barbatus) paladar (Stevia rebaudiana, Spilanthes acmella) , olfato (Pelargonium graveolens, lavandula sp.) e visão (Capsicum annuum, Asparagus densiflorus). A fonte com cascata de água está posicionada no meio do trajeto, permitindo a escuta da queda de água no jardim sensorial. Saindo da área sensorial há uma área de canteiros suspensos que permitem o encaixe de cadeiras de rodas para o manejo de espécies vegetais por pessoas que utilizam este apoio. Estruturou-se no espaço, uma bancada para produção de mudas e realização de oficinas, uma sementeira e diversos canteiros que produzem plantas medicinais, hortaliças e condimentares. Ao longo de todo o espaço existe uma grafitagem acolhedora e motivadora, com textos, desenhos e a logomarca do projeto. Concluindo que a incubação de espaços com objetivos específicos, pode ser uma das atribuições de hortos didáticos que operam no modelo de farmácias vivas, estimulando que iniciativas com espécies condimentares, aromáticas, comestíveis e medicinais contribuam com o despertar dos sentidos, mas também como matéria prima para a produção de alimentos, cosméticos e remédios caseiros, seja para uso pessoal/familiar ou complementação de renda.

Apoio Finaceiro: Emenda Parlamentar

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diponível em: . Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. Decreto n° 6949, de 25 de agosto de 2009. Convenção sobre os Direitos dasPessoascomDeficiência.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> . Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc31.htm. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Governo do Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=10. Acesso em: 10 out. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 e daí outras providências. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira , Brasilia: DOU, ano 243, v. 1, p. 49-50, 2018. Disponível em: https://b5f70fa2-a56a-4c16-81b4-8600d5cfa2d7.filesusr.com/ugd/938f90_cc1cd2a2b1f9412fafed1ff1cb3f06 dd.pdf. Acesso em: 4 dez. 2023.

DANTAS, Vitória Régia de Barros; MELO, Marcela Cristina Gonçalves de; TAVARES, Amanda Quaresma Gadelha; RAMOS, Elba Maria Nogueira Ferraz. EDUCAÇÃO AMBIENTAL INCLUSIVA: PROPOSTA DE HORTA SENSORIAL COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO ENSINO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL DO CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO ESPECIALIZADO DO RECIFE (CAPE-PE). Educação Ambiental em Ação, [S. l.], n. 69, p. 1-11, 17 set. 2019. Disponível em: https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3842. Acesso em: 4 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

NASCIMENTO, L. F. A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n 41, jan/abr 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v18n41/1517-4522-soc-18-41-00216.pdf> Acesso em: 10 jun. 2023.

PAZ-MALDONADO, Eddy; SILVA-PEÑA, Ilich. Employability of people with disabilities in Latin America. Saúde e Sociedade, v. 29, n.4, 2020.

REPA, Luiz. Liberdade comunicativa e forma de direito. *In:* COLÓQUIO HABERMAS, 11., 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: Salute, 2016. p. 10 - 19. Disponível em: https:coloquiohabermas.files.wordpress.com/2016/03/anais-xi-coloquio-habermas-e-ii-coloquio-de-filosofia-da-informacao1.pdf. Acesso em: 1 jun. 2016.

Universidade Federal de Pernambuco. Guia da curricularização das ações de extensão nos cursos de graduação da UFPE [recurso eletrônico] / Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Graduação.–Recife : Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE ; Ed. UFPE, 202

CULTURA INDIGENA TABAJARA, OCUPAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA CULTURA TRADICIONAL, ATRAVÉS DE PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS

Lenice Ribeiro Marinho[1]
Camila de Lourdes das Neves Silva[2]
Ellen de Oliveira Santos[3]
Breenda Kevilyn Silva Souza[4]
Maria de Lourdes Soares[1]
Maria José das Neves Silva[2]

Palavras-chave: Indígena. Cultura. Tabajara. Potiguara.

Introdução

Na Paraíba, são reconhecidos dois povos indígenas: no litoral norte os Potiguara com uma população de 20 mil habitantes, a maior do Nordeste, segundo o etnográfico brasileiro Barcellos (2014); no litoral sul, o povo Tabajara, com população de pouco mais 1.000 indígenas (BARCELLOS; FARIAS, 2015). A presença dos povos Indígenas na região é anterior à fundação da capitania da Paraíba no século XVI. Na época da fundação da Paraíba a etnia Tabajara era formada por aproximadamente 6 mil indígenas que ocupavam o litoral do Estado, onde fundaram as aldeias de Alhandra e Taquara. O termo Tabajara foi definido como categoria classificatória dos povos tupi para denominar aqueles grupos com os quais se podiam estabelecer relações de reciprocidade ou de guerra, alternadamente. Advindo daí a sua dupla tradução como cunhado e inimigo. No século XVI o povo indígena tabajara que habitava o litoral do Brasil no trecho entre a ilha de Itamaracá e a foz do rio Paraíba foi

[1] Universidade Federal da Paraíba; Discente no Bacharelado em Biomedicina/UFPB; lenice.ribeiro@academico.ufpb.br.
[2] Universidade Federal da Paraíba; Discente no Licenciatura em Ciências das Religiões/UFPB; camila_neves10@hotmail.com.
[3] Universidade Federal da Paraíba; Discente no Bacharelado em Enfermagem/UFPB; ellen.oliveira2@academico.ufpb.br.
[4] Universidade Federal da Paraíba; Discente no Bacharelado em Enfermagem/UFPB; breenda.kevilyn@academico.ufpb.br
[1] Universidade Federal da Paraíba; Doutora em Ciências Sociais/PUC; marialsc@terra.com.br
[2] Universidade Federal da Paraíba; Mestre em Serviço Social/UFPB; jjosyne@hotmail.com.br

notificado em 40 mil indivíduos que se aliaram aos colonizadores portugueses na Capitania de Pernambuco e ajudaram a fundar o que viria a ser a Capitania da Paraíba. Indígenas que, mesmo sendo perseguidos e alguns dizimados, constituem uma das grandes matrizes étnicas da população brasileira, contribuindo com a formação do patrimônio cultural do país. Como os demais indígenas brasileiros, as questões maiores enfrentadas pelos indígenas paraibanos é a apropriação dos seus territórios de vivência, estes entendidos no sentido amplo, pois não se restringe apenas a posse da terra, mas envolve autonomia política, jurídica, gestão e controle sobre todos os recursos do interior dos espaços territoriais, como hídricos, agro florestais, agro faunísticos, minerais, entre outros. Povo que passa por processos de reorganização interna, particularmente da estruturação da organização social. E que ainda vem sendo associado ao modelo indígena que vive isolado e tido como :¨cruel¨, ¨bárbaro¨, ¨canibal¨,¨selvagem¨, preguiçoso, traiçoeiro. Para combater as deformações e preconceitos sobre a cultura indígena e enfrentar as formas de desconhecimento que ocasionam exclusão (GERSEM, 2006).

Aspectos metodológicos da experiência

O projeto foi desenvolvido a partir de uma parceria entre a comunidade universitária e os povos originários, com o objetivo de intensificar práticas educativas baseadas na ciência e na arte. A metodologia adotada teve como parâmetros a abertura a novas aprendizagens, a compreensão do saber como poder e a elaboração do conhecimento de forma comprometida, criativa, desafiadora e provocadora. As práticas foram estruturadas para promover o diálogo intercultural entre indígenas e a sociedade em geral, com foco no fortalecimento do conhecimento da cultura dos povos indígenas, especialmente os Tabajara e Potiguara, na Paraíba. As atividades incluíram pesquisa e extensão, com o envolvimento de grupos de estudos, produção de publicações e divulgação de resumos e textos sobre a temática indígena. A divulgação foi feita de forma democrática e lúdica, utilizando exposições fotográficas, artefatos culturais, rodas de conversa, mesas de debate e exposições orais e artísticas. Foram realizados levantamentos de dados bibliográficos e documentais no IBGE, no Distrito Sanitário Especial Indígena Potiguara (DSEI) e no Observatório de Antropologia da UFPB, coordenado pela professora Patrícia Pinheiro. Além disso, o projeto promoveu eventos como uma exposição fotográfica na Coordenação de Extensão da PROEX e no Museu Cultural Popular (NUPPO/UFPB), entre os dias 19 e 25 de 2023, com reuniões prévias para

planejamento da estrutura, seleção de materiais e montagem. A participação comunitária foi um aspecto central, envolvendo professores, técnicos, alunos, pesquisadores, indígenas e moradores das cidades de João Pessoa, Conde e Baía da Traição. O projeto foi iniciado com reuniões de planejamento com a equipe e parceiros para esclarecimento das atividades, efetivação de parcerias e levantamento de dados. A metodologia priorizou a troca de saberes entre a comunidade acadêmica e os povos indígenas, articulando ensino, pesquisa e extensão para divulgar a produção de conhecimento sobre a cultura indígena. Foram realizadas inscrições e participação em rodas de conversa em eventos, como o XXIV Encontro de Extensão (ENEX), em 2023, no Campus I da UFPB, com exposição paralela de fotografia e artefatos indígenas. Também no Simpósio de Políticas Públicas da UFMA, em 2023, em São Luís, MA, foram apresentados dois trabalhos: "Os indígenas Tabajara da Paraíba na retomada do território e na preservação da cultura" e "Serviço de saúde social, físico e mental dos idosos nas Instituições de Longa Permanência (ILPLS) na cidade de João Pessoa, PB". Outra participação relevante foi no VIII Seminário Internacional de Práticas Educativas (SECAMPO) Paulo Freire: Educação, Democracia e Esperançar, realizado em Mamanguape, PB, em outubro de 2023, no formato híbrido, com apresentação de artigo completo e resumo estendido, além da disponibilização de fotografias para o 8º Prêmio Paulo Freire de Fotografia. Houve também a participação ativa na organização e execução de exposições, com o objetivo de disseminar informações sobre os povos indígenas Potiguara e Tabajara. Essas exposições foram fruto de levantamentos bibliográficos e documentais, bem como do diálogo constante com as lideranças dessas comunidades. Foram exibidos artefatos tradicionais, quadros representativos e uma série de dados sobre a cultura, costumes, rituais e a história dos povos indígenas, proporcionando um espaço de visibilidade e resistência. Entre os materiais produzidos durante o projeto, destaco os artigos “Os indígenas Tabajara na preservação de sua cultura tradicional”, publicado no livro A Sociedade em Contexto: História, Transformações e Desafios, e “Espiritualidade Tabajara: o Toré como abordagem integrativa cultural e de valorização da qualidade de vida”, presente no livro Abordagens Integrativas em Saúde: Explorando Dimensões Físicas e Emocionais. Bem como apresentamos nosso trabalho no “VIII Seminário Internacional de Práticas Educativas” da UFPB, onde foi discutido a relevância do debate sobre a preservação cultural indígena, e no “Seminário Interdisciplinar - Meio Ambiente e Saúde: Educação Ambiental, Epidemiologia e Sociologia”, no qual houve a exibição de artefatos indígenas para crianças de outras instituições, destacando a importância do respeito à diversidade cultural. Além disso, o projeto proporcionou espaços de diálogo sobre os desafios enfrentados por essas

comunidades, como a luta por território, direitos culturais e a preservação de suas tradições diante das pressões da modernidade. As exposições não se limitaram à exibição de artefatos; buscamos engajar os visitantes em uma reflexão crítica sobre a marginalização das culturas indígenas, muitas vezes esquecidas pela sociedade contemporânea. Outro aspecto importante foi nossa participação em eventos como o "XII CCHLA Conhecimento em Debate: Universidade e Construção da Democracia: A Soma de Todos os Tempos", e nas exposições realizadas na Reitoria e na Biblioteca Central da UFPB, onde apresentamos artefatos com legendas detalhadas sobre sua importância histórica e cultural. Nesses espaços, a voz indígena esteve sempre presente, ressaltando o respeito à autonomia e à memória desses povos, enquanto buscamos sensibilizar o público para as questões enfrentadas pelos indígenas da Paraíba.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A experiência evidenciou diversas potencialidades, como o diálogo intercultural, que promoveu um espaço de troca respeitosa entre indígenas, acadêmicos e a comunidade em geral, fortalecendo a compreensão mútua e a valorização da cultura indígena. A integração de saberes científicos e populares permitiu combater desinformações e resgatar valores humanos essenciais, alinhados ao pensamento freireano. Além disso, as práticas educativas contribuíram para a (re)criação, preservação e valorização da cultura dos povos Tabajara e Potiguara, especialmente em um momento de dificuldades enfrentadas por essas comunidades. A proposta educativa, baseada na conscientização e no senso crítico, estimulou a autonomia, a indignação e a esperança, elementos fundamentais para uma educação transformadora. No entanto, também houve desafios, como a complexidade da organização de eventos, que demandou um esforço significativo de planejamento e articulação entre os envolvidos. A desinformação e os estereótipos sobre os povos indígenas ainda são barreiras a serem superadas, exigindo ações contínuas de conscientização. Garantir a continuidade das atividades e a manutenção das parcerias também se mostrou um desafio, especialmente em um contexto de recursos limitados. A experiência trouxe aprendizados importantes, como a necessidade de trabalhar de forma colaborativa, envolvendo diversos atores (indígenas, acadêmicos, comunidade) para alcançar resultados significativos. O projeto reforçou o papel transformador da educação como um ato político, capaz de promover mudanças históricas e ações concretas em prol de uma sociedade mais justa. Por fim, a troca de saberes permitiu

uma compreensão mais profunda da riqueza cultural dos povos originários, destacando a importância de sua preservação e divulgação.

Considerações finais

A efetivação das atividades do Projeto possibilitou um prática dialógica interdisciplinar, multidisciplinar e interprofissional, envolvendo pesquisadores, técnicos e alunos da UFPB, nos seus diversos campus, centros e cursos, além dos indígenas e da sociedade em geral, na temática indígena. Pois houve interação entre a equipe de execução e o público-alvo do projeto. O envolvimento foi de interação com pesquisadores, técnicos e alunos participando das diversas etapas, cada uma na sua especialidade/habilidade. O projeto se desenvolveu com coerência aos objetivos e fundamentação teórica/metodológica que demonstraram contribuição da experiência extensionista na formação integral (profissional e cidadã) do discente (protagonismo discente na organização das atividades, na participação no planejamento, nas etapas do projeto e na interação com o público alvo). Demonstrou o impacto social no tocante ao compromisso com a transformação de problemática social e sua contribuição para empoderamento do cidadão, grupos, instituições, ONG's e Organizações Sociais indígenas, empoderando, capacitando e esclarecendo os indígenas e a população em geral na problemática indígena e sua função na sociedade. Processo que tem nos possibilitado autoavaliação e monitoramento das atividades do projeto para sua melhor apresentação e efetivação. O impacto das nossas ações foi sentido tanto dentro da universidade quanto nas comunidades vizinhas, com um olhar extremamente positivo por parte dos visitantes, que relataram uma ampliação de seus horizontes e um novo olhar sobre os povos indígenas. A extensão despertou ainda o interesse de outros setores da sociedade, fomentando parcerias para futuras iniciativas de preservação e valorização cultural.

Minha experiência como extensionista neste projeto foi enriquecedora e transformadora, permitindo não apenas contribuir para a visibilidade e preservação das culturas Potiguara e Tabajara, mas também vivenciar a importância de uma extensão universitária que promove o diálogo entre o saber acadêmico e o saber tradicional, com impacto real tanto para a universidade quanto para as comunidades envolvidas.

Referências

Capítulo de livro:
BARCELLOS, Lusival. **Memória Tabajara: manifestação de Fé e Identidade Étnica**. In: FARIAS, Eliane Silva et al. **Diversidade PARAÍBA: indígenas, religiões afrobrasileiras, quilombolas, ciganos**. João Pessoa: Grafset, 2014.

Livros:
BARCELLOS, Lusival. **Memória Tabajara: manifestação de Fé e Identidade Étnica**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. 231 p.
BARCELLOS, Lusival. **Práticas educativo-religiosas dos Potiguara da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.
CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado: base e superestrutura: relações e mediações**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1990.
CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
FARIAS, E. S.; FLORES, E. C.; FONSECA, I. S.; RODRIGUES, J. M. C.; BARCELLOS, L. A. **Diversidade Paraíba: indígenas, religiões afro-brasileiras, quilombolas, ciganos**. João Pessoa: Grafset, 2014.
FREIRE, Paulo. **A mensagem de Paulo Freire: textos de Paulo Freire selecionados pelo INODEP**. São Paulo: Nova Crítica, 1997.
GRONDIN, M.; VIEZZER, M. **O maior genocídio da história da humanidade: mais de setenta milhões de vítimas entre os povos originários das Américas - resistência e sobrevivência**. Toledo: GFM Gráfica & Editora, 2018.
LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
OLIVEIRA, J. P. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

Artigo em periódico:
ANDRADE, V. M.; BUENO, O. F. A. **Neuropsicologia transcultural: grupo indígena guarani**. Estudos em Psicologia (Natal), v. 2, n. 3, p. 253-258, 2012.

Materiais disponíveis na internet:
ALHANDRA EM FOCO. **Acordo entre tabajaras e fábrica de cimento põe fim a conflito em Alhandra**. 28 maio 2012. Disponível em: http://goo.gl/f0q0VH. Acesso em: 1 set. 2013.
ALHANDRA EM FOCO. **Audiência pública discute sobre instalação de fábrica de cimento em Alhandra**. 5 maio 2012. Disponível em: http://goo.gl/Smn6Xq. Acesso em: 1 set. 2013.
ALHANDRA EM FOCO. **Em Alhandra: Dom José Maria Pires realiza missa campal em assentamento ameaçado por fábrica**. 25 dez. 2011. Disponível em: http://goo.gl/Ngv6oo. Acesso em: 1 set. 2013.
ALHANDRA EM FOCO. **MPF visita área de conflito indígena em Alhandra**. 25 nov. 2011. Disponível em: http://goo.gl/UYTN1k. Acesso em: 1 set. 2013.
ALHANDRA EM FOCO. **MPF quer que Tabajaras fiquem no sítio Mucatu (Alhandra) até final da demarcação**. 15 fev. 2012. Disponível em: http://goo.gl/o3NNbh. Acesso em: 1 set. 2013.
BLOG DO VALFREDO. **Audiência pública discute (EIA/RIMA) sobre instalação de fábrica de cimento na zona rural de Alhandra**. 4 maio 2012. Disponível em: http://goo.gl/MHXSb3. Acesso em: 1 set. 2013.
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. **Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo visita conflito agrário na Paraíba**. 15 fev. 2012. Disponível em: http://goo.gl/xFjJpN. Acesso em: 1 set. 2013.

Template para oficina, vivência e minicurso

1. Marcar a opção da atividade:

( ) Oficina (x) Vivência ( ) Minicurso

2. Título da atividade: Diálogos e Partilhas para o Envelhecimento Ativo e Humanizado.

3. Identificação do proponente:

Nome: Rosa Maria Farias Tenório
Instituição ou movimento social: Universidade de Pernambuco
Telefone: (87) 999882086
E-mail: rosa.tenorio@upe.br

4. Dados de outros membros da equipe:

Nomes: Odair França de Carvalho
Instituição ou movimento Social: Universidade de Pernambuco
Telefone: 81 98998-2727
E-mail: odair.carvalho@upe.br

5. Resumo da proposta:

O aumento do envelhecimento da população brasileira é notório em comparação com a população jovem e foi previsto pela ONU desde 2003. A partir dessas previsões surgiram políticas de saúde, educação e lazer, voltadas ao público idoso no país e no mundo, evocando a implementação de políticas públicas baseadas em três pilares para o envelhecimento ativo: participação, saúde e segurança. Nesse sentido, esse relato é fruto de uma experiência vivenciada em uma parceria estabelecida entre o SESC e a UPE, por meio do Projeto Faculdade 50+, voltada para a formação cidadã e ativa de pessoas acima de cinquenta anos. Este relato objetiva a promoção da escuta, diálogo e partilha com o público participante, priorizando a troca de experiências, o acolhimento e a valorização das histórias de vida, ressignificando o envelhecimento como um período de fortalecimento das identidades e vínculos afetivos. Trata-se de um espaço de troca, acolhimento e valorização das histórias de vida, promovendo mudanças no entendimento sobre envelhecimento, fortalecendo identidades e vínculos afetivos. Para isso adota metodologia participativa, ancorada nos princípios do ciclo de cultura de Paulo Freire. A ferramenta principal será a roda de conversa que estimulará a reflexão crítica e a construção coletiva do envelhecer. Serão desenvolvidas duas atividades:1) relato de experiência vivida. atividade 2) Cartografia da vida, em que os participantes representam em um mapa simbólico, as suas trajetórias, destacando momentos marcantes e mudanças significativas. Venha fazer parte dessa tessitura, em que discutiremos a promoção de uma formação mais humanizada para as

pessoas idosas, os estudantes e o público dessa atividade que se espera, ao ser tocado com a experiência, fazer reflexão crítica e contribuir para a transformação social.

6. Público-participante: Público em geral

7. Número de vagas: 30 vagas

8. Infraestrutura necessária:

Sala com carteiras disponibilizadas em meio-círculo; Datashow

9. Turnos: manhã

Roteiro e Transformação: Preparação, Construção e Encenação do Teatro do Oprimido Para Educação Contra a Violência em Escolas de Araguari-MG

Carla Denari Giuliani[1]
Vivian Ribeiro de Paula[2]
Ana Luiza Fernandes[3]
Dárya Mundim Pinheiro[4]
Júlia de Souza Alves[5]
Fernanda Nogueira Campos Rizzi[6]

Palavras-chave: Promoção da saúde. Prevenção. Violência. Saúde Mental. Comunicação em saúde.

Introdução

O objetivo principal do Programa de Educação pelo Trabalho Saúde Equidade, no Eixo 2, é propor o combate às violências no âmbito laboral que afetam as trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, ao longo do desenvolvimento do trabalho, tornou-se visível que a violência é um conceito amplo e multifacetado, portanto, não é simples reconhecê-la nas relações cotidianas, combatê-la e denunciá-la. Além disso, é muito importante ressaltar que é valioso trabalhar o combate das diversas formas de violência, pois ela afeta a vida dos indivíduos de forma diversa, podendo ocasionar problemas psicológicos severos com possíveis sequelas físicas. Dessa forma, surgiu a ideia de trabalhar violência em

[1] Enfermeira, Doutora em História e Cultura, Professora Associada I na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), MG, Brasil, Coordenadora e Fundadora do Laboratório Avançado em Estudos de Gênero (LGV) da Universidade Federal de Uberlândia. carla.giuliani@ufu.br
[2] Discente do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista do PET-Saúde Equidade. vivianribeiro@ufu.br
[3] Discente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista do PET-Saúde Equidade. anafernandes@ufu.br
[4] Discente do curso de Nutrição da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista do PET-Saúde Equidade. darya.pinheiro@ufu.br
[5] Discente do curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista do PET-Saúde Equidade. julia.alves4@ufu.br
[6] Psicóloga, Docente adjunta da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, tutora do PET-Saúde Equidade. Fernanda.rizzi@ufu.br.

escolas da rede estadual de ensino do município de Araguari, justamente, para que houvesse a democratização da amplitude do conceito de violência para tentar combatê-la.

Essa ação de promoção de educação se enquadra no que propõe o Sistema Único de Saúde, como Educação Popular em saúde, prática iniciada na década de 1970, tendo em vista as dificuldades dos moradores do campo para acessar serviços de saúde. Assim, esse método de promoção à saúde busca, sobretudo, valorizar a cidadania dos indivíduos e propor o cuidado integral da saúde em variados aspectos da vida cotidiana, por meio da educação.

Assim, surge de início, a ideia de utilizar a metodologia do Teatro do Oprimido para tratar desses temas. O Teatro do Oprimido é uma técnica de teatro que tem como principal objetivo trabalhar temas cotidianos de ampla relevância social a partir da possibilidade de encenação. Nesse aspecto, o uso de encenações no campo da saúde é descrito como uma forma exitosa de trabalhar temas diversos, porque gera a oportunidade do indivíduo se colocar em outras dimensões e assumir papeis na cenografia que, em sua realidade, não vivenciaria (Caldeira, 2009). Logo, essa ação se justifica pela relevância no enfrentamento das violências, que não se dá apenas de forma corretiva, mas também como ação preventiva, especialmente da violência de gênero e da violência sexual, tema central no eixo 2b do PET-Saúde.

Aspectos metodológicos da experiência

A ação de extensão popular será realizada semanalmente em duas escolas estaduais do município de Araguari-MG, entre abril e junho de 2025. O público participante da ação será composto por estudantes do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, com idades entre 11 e 17 anos, bem como professores das escolas envolvidas. Devido às notáveis diferenças e necessidades existentes entre os dois grupos, os métodos utilizados para tratar dos assuntos serão levemente diferentes. Cada escola selecionará 20 estudantes para participar de quatro oficinas de Teatro do Oprimido, com duração de duas horas cada, enquanto os professores, além das oficinas teatrais distintas das dos alunos, também participarão de rodas de conversa, de modo que ambas as atividades visem a trabalhar temas relacionados à violência, gênero e sexualidade.

Teatro do Oprimido é um método teatral criado pelo teatrólogo Augusto Boal, na década de 1970, como uma resposta ao regime militar vigente no Brasil neste período. O nome Teatro do Oprimido não é aleatório: não apenas homenageia o livro *A Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, mas compartilha da intenção de libertar os oprimidos e tomar consciência dos próprios direitos. Essa metodologia conta com seis técnicas de teatro: Teatro Imagem, Teatro Jornal, Arco-íris do Desejo, Teatro Invisível, Teatro Legislativo e Teatro Fórum. Neste projeto, as técnicas priorizadas serão o Teatro Imagem, que consiste em uma montagem de cena que represente uma situação de opressão comumente observada na realidade sem utilizar a linguagem verbal, e o Teatro Fórum, que radicaliza o fazer teatral e permite que o espectador participe ativamente da cena ao buscar formas de reverter a situação de opressão, de forma que abandone a postura passiva e alienada que Boal criticou no teatro tradicional e retome a democracia e transitividade do método de ensino freireano (Silva, 2014; Silva & Costa, 2020).

Cada sessão de Teatro do Oprimido, será mediada por uma dupla ou trio de bolsistas, uma preceptora e uma tutora do PET-Saúde Equidade, que desempenharão o papel de Curinga de instruir a realização dos jogos, das encenações e das discussões (Boal, 1991). As sessões terão dois momentos: o aquecimento, que é uma espécie de jogo para despertar os sentidos, e as práticas teatrais propriamente ditas. Ao fim das atividades, será proposto um espaço de discussão e diálogo sobre as situações representadas nas cenas, com perguntas que instiguem os participantes a refletir sobre as formas como violência se manifesta e onde buscar amparo, gênero e sexualidade.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

O percurso que integra desde a concepção das ideias e suas intenções até a experimentação proposta pelo PET-Saúde Equidade destaca-se pela sua relevância e potencialidade do Teatro do Oprimido, sobretudo no que tange à sua aplicabilidade no contexto da Educação Popular em saúde. A implementação das estratégias didáticas enquanto método de ensino teatral, alicerçadas nas vivências reais do indivíduo, favorece a construção da reflexão crítica acerca do cenário desenvolvido pelos espectadores, proporcionando diferentes perspectivas à dinâmica entre opressor e vítima, evidenciando a

figura dos *"espect-atores"* (Campos; Panúncio-Pinto; Saeki, 2014). Inobstante a execução teatral ser uma forma artística, é conhecida como a manifestação da arte em que há a interpretação de uma história. Ao utilizá-la como ferramenta de mediação, mobilização e conscientização social, prevê-se que a iniciativa atua como catalisador de mudanças estruturais e subjetivas às percepções dos discentes sobre a violência e suas implicações, modificando a maneira como ela é concebida, discutida e enfrentada no contexto escolar.

A metodologia fundamentada nos referentes teóricos, como as concepções de Augusto Boal (1991) e Paulo Freire (1987) ancoram-se na necessidade de ressignificação, compreende-a como um espaço de transformação social. Esse processo educativo almeja a formação do indivíduo como um ser pensante, crítico e autônomo, instruindo-o para uma participação ativa na realidade concreta. O Teatro do Oprimido busca restabelecer a emancipação e atenuar a impotência imposta pelos opressores. Consequentemente, permite a vivência ativa das situações de opressão e exploração, possibilitando de diferentes respostas às injustiças sociais, rompendo com a percepção individual e com a passividade apresentada pelo corpo social. A ambição dessa iniciativa será de estabelecer resultados significativos que ultrapassem as salas de aulas. Logo, a obra pedagógica revolucionária de Paulo Freire, "Pedagogia do Oprimido", e o Teatro do Oprimido, desenvolvido por Augusto Boal, convergem na reivindicação de uma educação como ferramenta de libertação e transformação social. Freire (1987), em sua análise sobre a condição dos oprimidos, ressalta a necessidade da retomada da consciência mediada pela fomentação da coesão social.

> Quem, melhor que os oprimidos, se encontrarão preparados para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida.
> (Freire, 1987, p. 31-32)

Em consoante ao educador, o facilitador deve desempenhar o papel de mediador no processo de ensino-aprendizagem, paralelamente Freire os incentiva a se tornarem libertadores de si mesmos, desafiando-os a compreender a sociedade na qual são suscetíveis.

Considerando os aspectos irrefutáveis do educador, a liberdade esbarra em problemáticas tangentes à dinâmica de poder e à estrutura social presentes nas práticas educativas. Outrossim, é incontrovertível que, no contexto atual, tais desafios continuam a se manifestarem como barreira intrínseca, subjugada por uma pedagogia passiva. Atrelado ao exposto, a possível resistência dos discentes manifesta-se na relutância e no conservadorismo educacional, que representam obstáculos à aceitação plena do projeto pelos estudantes e docentes, exercendo suas particularidades na construção da confiança, criação de abordagens e estratégias sensibilizantes. Ademais, questões estruturais, como a limitação de espaços escolares adequados para tais práticas teatrais e a necessidade de formação continuada para os educadores, que os capacitem, tornam imprecisas a viabilidade do projeto a longo prazo. Todavia, esses desafios tornam o projeto uma oportunidade singular tornando-o significativo para cada indivíduo.

A realização do Teatro do Oprimido, ao ser incorporado ao contexto educacional na cidade de Araguari-MG, não se limita a uma única intervenção pontual e estratégica, mais do que uma experiência artística ou pedagógica, é um ensaio para a realidade, promovendo a harmonia social e o progresso coletivo.

Considerações finais

Através de metodologias inovadoras, como o Teatro do Oprimido, é possível destacar, portanto, a importância da prevenção da violência e promoção da saúde. Assim, o projeto é firmado em princípios da Educação Popular em Saúde, ao estimular autonomia dos participantes, além de promover um ambiente para que ocorra o diálogo entre os membros e a reflexão sobre temas importantes, como violência, sexualidade e gênero.

Além disso, a escolha do local para a realização dessas ações foi muito bem pensado, visto que a escola é, muita das vezes, o lugar em que os jovens criam percepções sobre esses temas e manejo adequado das situações. Também, esse é o ambiente em que muitos adolescentes sofrem violência física ou psicológica.

Outro ponto importante é a forma como a comunicação em saúde foi trabalhada no projeto, ajudando a conscientizar e promover mudanças na sociedade. Ao envolver diferentes pessoas no processo – como bolsistas, preceptores, tutores e educadores – e ao

valorizar o aprendizado construído em grupo, essa iniciativa mostra como a comunicação pode ser uma ferramenta poderosa para fortalecer as pessoas e enfrentar as diversas formas de violência.

No fim das contas, essa experiência reforça como a educação e a arte são essenciais para garantir mais equidade na saúde. Quando conseguimos sensibilizar e estimular uma reflexão crítica, criamos mudanças que podem ter um impacto real e duradouro na vida das pessoas e no ambiente escolar.

Referências

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

CALDEIRA, Liége Ricci Martins. **Trupe Maluko Beleza: percursos e sentidos de uma oficina de teatro no campo da saúde mental**. 2009. 126 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009.

CAMPOS, Fernanda Nogueira; PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; SAEKI, Toyoko. **Teatro do oprimido: um teatro das emergências sociais e do conhecimento coletivo.**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 31-32.

SILVA, F. J. R. Uma história do teatro do oprimido. **Aurora: revista de arte, mídia e política**., São Paulo, v. 7, n. 9, p. 23-38, fev./mai. 2014

SILVA, F. V. S.; COSTA, S. V. O Teatro do Oprimido: dimensões políticas e pedagógicas em perspectiva freiriana. **Revista Amazônida**., Manaus, v. 5, n. 1, p. 1-10, 2020.

EDUCAÇÃO POPULAR E A FORMAÇÃO POLÍTICA DE SUJEITOS DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG (ENFOC)

Marleide Barbosa de Sousa Rios[1]

Palavras-chave: Educação popular. Pedagogia freiriana. Formação política. Sujeitos do campo, da floresta e das águas. Enfoc.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo a presentar a experiência da Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC) a partir da pesquisa de doutorado em educação, que teve como objetivo analisar a ENFOC, seus fundamentos teórico-epistemológicos na formação política de sujeitos do campo, da floresta e das águas, e sua relação com a pedagogia de Paulo Freire, de 2006 a 2022, período que contempla desde a sua fundação até o desdobramento do processo formativo, que representa um ciclo de sete itinerários formativos desenvolvidos, ao longo de 16 anos.

A ENFOC é organicamente[2] vinculada à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), organização sindical nacional do campo, cuja base organizativa contempla trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, em mais de 4.000 sindicatos e 27 federações filiadas que compõem o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Criada em 14 de agosto de 2006, com a missão de desenvolver processos formativos continuados, numa perspectiva crítica, libertadora e transformadora, é uma escola de formação política fundamentada na teoria e na prática da Educação Popular, nos princípios da Educação do Campo e da pedagogia de Paulo Freire, com um referencial pedagógico, crítico e dialógico voltado para a formação humana.

---

[1] Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), Economista, Educadora Popular e Coordenadora Pedagógica da ENFOC e Assessora da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). E-mail: mbs.rios@gmail.com

[2] Entende-se como orgânica "uma organização vinculada politicamente à outra, com espaços comuns de deliberação e construção política" (CONTAG, 2022a, p. 85)

Atua em todo o território nacional e tem uma vasta trajetória na realização de processos formativos com amplitude e alcance de seu itinerário formativo no MSTTR.

Destacamos que mulheres e homens da classe trabalhadora, agricultores e agricultoras familiares, camponeses e camponesas, quilombolas, assentados e assentadas, acampados e acampadas, sem-terra, meeiros, extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhos que estão na base de organização do MSTTR, a partir da luta coletiva, do debate político, do pertencimento e da territorialidade tornam-se sujeitos do campo, da floresta e das águas evidenciando sua diversidade, sua identidade, seu modo de vida e seu processo organizativo construído a partir de interesses comuns e na luta por direitos.

Esses sujeitos foram mantidos à margem da história social, política e cultural, muitas vezes considerados inexistentes e inferiorizados pelos mecanismos de dominação-opressão. Essa herança histórica relegou o campo a ideia do atraso e da pobreza, expropriando esses sujeitos de seus territórios e os excluindo dos processos de desenvolvimento e educação. A luta desses sujeitos, suprimidos de direitos, ocorre pelo reconhecimento de não serem considerados inferiores, mas sim sujeitos de conhecimentos, com sua própria história, sua memória, suas identidades e culturas que legitimam seus saberes e sua linguagem, numa tentativa de trilhar outro caminho em disputa contra o conhecimento hegemônico.

Diante dos retrocessos aos direitos individuais e coletivos, da mercantilização da educação e dos ataques à democracia, é imprescindível a aplicação do pensamento e da prática freiriana, que se comprometem com a emancipação humana, o diálogo e a educação como prática da liberdade. Desse modo, os movimentos sociais e sindicais do campo, sujeitos políticos coletivos, segundo Ribeiro (2013b), têm buscado historicamente influenciar os processos educativos e de formação a partir da luta pela terra e pelo território em torno de interesses comuns e específicos, apresentando outras pedagogias que incorporem a Educação Popular como princípio.

Nesse sentido, o objetivo é formar sujeitos políticos conscientes de seus direitos, que assumam a identidade de classe e tenham a educação como um elemento central para a transformação humana no processo de luta coletiva. Portanto, é fundamental compreender a articulação de educação com experiências de Educação Popular na perspectiva da consciência crítica e de transformação de realidades.

Jara (2020) assevera que, nas primeiras décadas do século XXI, houve o surgimento de novas modalidades de Educação Popular ingressando em diversos campos, como o da ciência e da pesquisa universitária, no debate acadêmico e nas dinâmicas dos movimentos sociais. Diante da realidade e de suas contradições, surgem ou se reconfiguram as situações problematizadoras e questões concretas que desafiam as ações pautadas nos princípios da Educação Popular na perspectiva da transformação social e de processos emancipatórios.

Desse modo, Ribeiro (2013b) destaca que cada um dos termos-educação e popular - que se unem para definir uma determinada modalidade educativa são carregados de sentidos contraditórios que expressam a realidade social rasgada pelos antagonismos próprios das classes sociais na sociedade capitalista. E afirma que a Educação Popular carrega o sentido das organizações do campo e da cidade, que, em sua caminhada histórica, participam, realizam e sistematizam experiências de Educação Popular. Do mesmo modo, é fundamental intensificar a compreensão sobre como práticas educativas podem se desenvolver com outras dinâmicas, em espaços de educação e formação, nos movimentos sociais e sindicais, com ênfase na formação humana e nos sujeitos da ação educativa.

Por sua vez, Freire (2017) destaca que, compreendida e posta em prática, a Educação Popular pode ser socialmente percebida como facilitadora da compreensão científica que grupos e movimentos podem e devem ter acerca de suas experiências

Portanto, a ENFOC afirma a Educação Popular como concepção e prática educativa, que anuncia um jeito de fazer, referenciada no diálogo de saberes com um dos seus princípios, de modo que a formação política e os processos educativas reflitam os contextos históricos e sociais, possibilitando a criticidade e a reflexão a partir da prática dos sujeitos da ação educativa. Diante do exposto, o relato da referida experiência se articula com o Eixo Temático: Vivências e Experiências em Extensão Popular a partir da construção de ações fundamentadas na Educação Popular em diferentes ambientes.

Aspectos metodológicos da experiência

A metodologia utilizada foi a pesquisa participante, referenciada, na abordagem de Carlos Rodrigues Brandão (2019), o qual afirma que esse método é além da observação participante, pois o reconhecimento da contribuição do outro, do diferente, e a partilha de

seus saberes e experiências devem ser um ponto de partida de sua prática. E destaca que as diferentes experiências latino-americanas da pesquisa participante surgem nos movimentos sociais populares ou deles emergem como uma proposta de se colocarem a serviço de seus projetos emancipatórios.

Foi realizada uma pesquisa participante de caráter qualitativo, com observação participante, que envolveu levantamento e revisão bibliográfica e documental. A pesquisa envolveu educadores e educadoras populares, lideranças sindicais e comunitárias que estavam nas direções e nas assessorias dos sindicatos, das federações e da CONTAG, atuando nos processos de formação política, articulada às experiências de base, com multiplicação criativa os processos formativos.

A pesquisa de campo se deu durante 6º Encontro Nacional de Formação (ENAFOR), que reuniu mais de mil participantes, no período 23 a 27 de maio de 2022, no Centro Comunitário Athos Bulcão, na Universidade de Brasília (UnB). O ENAFOR é uma ação formativa entre a CONTAG, as federações e os sindicato e é um espaço de gestão política de formação, que ocorre a cada três anos, e reflete sobre os desafios da luta sindical, orienta para a atuação de base e da formação.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas com roteiro-guia e questionário. Foram realizadas 10 entrevistas com educadores e educadoras populares dos estados de Alagoas, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Piauí, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cinco mulheres e cinco homens, entre 23 e 54 anos de idade, participantes de processos formativos no período de 2006 a 2022. As entrevistas ocorreram por meio de uso de gravador e anotações, e foram degravadas e categorizadas para análise de conteúdo.

Na aplicação do questionário, foram selecionados os estados do Ceará, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul, por realizarem processos formativos efetivos e comprometidos com a formação política. O questionário estruturado com 19 questões no total, sendo doze perguntas fechadas e sete abertas, foi aplicado com as delegações dos estados indicados. Foram respondidos 34 do Ceará, 44 do Pará, 34 de Pernambuco e 20 do Rio Grande do Sul, totalizando 132 questionários, transcritos para o Google Forms, tabulados e categorizados para análise de conteúdo.



Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

A estratégia pedagógica da ENFOC tem como objetivos potencializar a ação sindical a partir das reflexões do contexto histórico e atual, contribuir para a leitura crítica da realidade e aproximar direção e base por meio da formação de militantes-educadores para atuar como multiplicadores dos processos formativos que envolvem diferentes sujeitos – lideranças, dirigentes, não dirigentes, assessorias das entidades sindicais.

Um lugar de transformação política e de realidades, de emancipação de sujeitos, que promove um processo permanente de reflexão entre a teoria e a prática, articulando organização-formação-ação. A sua dimensão formativo-organizativa é parte constitutiva da concepção política e pedagógico-metodológica.

O Itinerário Formativo da ENFOC corresponde ao conjunto de atividades que efetiva a estratégia formativa, dando concretude ao processo de formação política, com a intencionalidade de organizar a luta e a militância, e possibilitar a compreensão sobre os projetos em disputa na sociedade, reafirmando que a formação, a organização e a luta são indissociáveis do trabalho de base.

As atividades que compõem o Itinerário Formativo fortalecem a ação-reflexão, a criticidade e reorientam a prática, primando pela coerência com a estratégia e com os objetivos da formação. O processo formativo estrutura-se em eixos pedagógicos e unidades temáticas, que dão sustentação aos conteúdos do processo formativo, considerando as demandas específicas, o contexto histórico e o atual, que articuladamente embasam o entendimento dos conteúdos, por meio de diálogos pedagógicos que estimulam a reflexão sobre prática-teoria-prática do processo ensino-aprendizagem.

Os eixos são vivenciados transversalmente e direcionam os conteúdos das Unidades Temáticas, organizados em: Eixos Pedagógicos: Campo, Sujeitos e Identidades; Memórias e Lutas Sociais; e Pedagogia para uma Nova Sociabilidade; e Eixos Temáticos: Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Por sua vez, as Unidades Temáticas e suas abordagens estão estruturadas em: Estado, Sociedade e Ideologia; Vida Sindical: História, Concepção e Prática e Desenvolvimento Sustentável

Por sua vez, as atividades do Itinerário correspondem ao Curso Nacional de Aprofundamento Temático e Desenvolvimento Metodológico, Oficinas de autoformação,

Cursos nos Estados de Educação Popular e Trabalho de Base, Grupo de Estudos Sindicais (GES); Curso Regional de Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e aos Seminários Temáticos. Essas ações de formação têm como objetivo fortalecer a organização de base e a atuação da Rede, formar sujeitos críticos, participativos e engajados na ação sindical, e proporcionar um processo formativo referenciado nas temáticas do desenvolvimento rural sustentável e solidário, nos desafios do sindicalismo e na Educação Popular.

Mesmo com o potencial e aprendizados desta experiência, é preciso ressignificados e recriação da dimensão da luta coletiva e da militância em meio aos desafios da atualidade. A ENFOC se compromete com o processo formativo, recriando práticas pautadas nos princípios da Educação Popular, da solidariedade e da coletividade, refletindo sobre a importância da formação política de base frente ao contexto político, econômico e social. Logo, a construção de novos e revolucionários saberes inspirados na pedagogia libertadora freiriana fortalece as lutas pela democracia, por direitos e por dignidade voltadas à humanização e à transformação social.

Considerações finais

Os processos de Educação Popular se constroem permanentemente em tempos, espaços e dinâmicas diversas; portanto, as experiências conferem significado e contribuem com a construção de conhecimentos e criticidade, fundamentais para potencializar o protagonismo dos sujeitos envolvidos no processo educativo e promover a transformação de realidades. A ENFOC tem vivenciado processos formativos amplos, processuais, continuados, multidisciplinares e contribuído significativamente para a organização e a luta do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), considerando a pluralidade de ideias, experiências e diversidade em seu fazer coletivo.

As repercussões do processo formativo da ENFOC contribuem para que os sujeitos da ação educativa tenham compromisso com as transformações sociais, tenham consciência de classe e da luta de classe. A formação dos sujeitos em movimento possibilita conhecer e exercitar a prática da Educação Popular, vivenciar uma formação humanizada, partilhar

saberes e fazeres coletivos e compreender a luta coletiva. A Educação Popular e a pedagogia freiriana estão no centro das narrativas e das práticas educativas da ENFOC.

Nesse sentido, é necessário manter uma prática militante e articulada, a fim de estimular a práxis (reflexão-ação), desenvolvendo sua formação na teoria e na prática da Educação Popular, e nos princípios da Educação do Campo e da pedagogia freiriana.

Ressaltamos que é fundamental reconhecermos a contribuição significativa da Educação Popular como prática social, política, educativa e pedagógica, e parte integrante do processo de mobilização e organização popular para construir estratégias e ações que contemplem projetos sociais emancipatórios, a fim de ressignificar as lutas no campo da educação e promover a transformação da realidade social.

Por fim, diante dos desafios da atualidade, reafirmamos a importância da Educação Popular no debate do direito à participação social e sua contribuição para definição de políticas públicas que combatam as desigualdades e fortaleçam a democracia, diante de pautas conservadoras que se sobrepõem às conquistas sociais, aprofundam as desigualdades e restringem liberdades. Portanto, é fundamental fazer avançar um projeto para a transformação social.

Referências

BRANDÃO, Carlos R. A educação popular e o CEAAL na linha do tempo. memórias e reflexões de um educador dos anos sessenta. **La Piragua**, n. 44, 2019, p. 116-129.

CONTAG. Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). **Política Nacional de Formação do MSTTR**. Brasília: CONTAG, 2022a.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

JARA, Oscar. **A educação popular latino-americana**: histórias e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos. São Paulo: Ação Educativa; CEAAL; ENFOC, 2020.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação**: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013b.

EDUCAÇÃO POPULAR E ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: UM OLHAR PARA A ETAPA DE LEITURA DE MUNDO

Ellen Cristina Das Neves Batista[1]

Priscila Lopes[2]

Resumo:

Este estudo discute o desenvolvimento de um projeto de educação popular sobre saúde integral e funcionalidade humana com pessoas em processo de envelhecimento que participam de um projeto de extensão na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Neste relato de pesquisa, apresentamos os resultados preliminares da investigação (que está em andamento) com foco para a etapa de Leitura de mundo. Realizamos um estudo qualitativo por meio de uma pesquisa-ação em que os dados foram construídos a partir da documentação pedagógica elaborada no decorrer do projeto, diários de campo e roda de conversa, sendo tratados pelo método de triangulação. Os resultados indicam que as participantes possuem saberes prévios acerca da saúde integral e funcionalidade humana, os quais foram apresentados a partir do compartilhamento de suas experiências de vida. No entanto, tais saberes indicam a necessidade de ampliação, o que pode ser desenvolvido pela educação popular, a qual se destaca como um espaço propício para ações sociais e profissionais voltadas à saúde, focada em práticas coletivas, por meio de diálogos de saberes, favorecendo a transformação social e estimulando a emancipação.

Palavras-chave: Educação Popular. Envelhecimento Saudável. Funcionalidade Humana.

Introdução

O Censo Demográfico de 2022 aponta que o Brasil está envelhecendo (IBGE, 2023). O país chegou a 203,1 milhões de habitantes em números absolutos e, de 2012 a 2021, a quantidade de pessoas com 60 anos ou mais passou de 22,3 milhões para 31,2 milhões. Tais dados assinalam a necessidade de realizar estudos que olhem tanto para as características que envolvem o processo de envelhecimento, quanto para o desenvolvimento de estratégias para um envelhecer com mais qualidade, autonomia e independência.

A educação popular em saúde é considerada referência no Sistema Único de Saúde (SUS) (Assis, 2012; Souza, 2010). Preconizada pelo educador Paulo Freire, trata-se de uma concepção pedagógica que busca promover a construção de conhecimentos de forma coletiva, ampliando a criticidade dos educandos de forma que compreendam sua realidade e tenham condições de transformá-la (Freire, 1994; 1996).

[1] Doutora em Educação Física, docente do Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-graduação Ensino em Saúde da UFVJM, priscila.lopes@ufvjm.edu.br.

[2] Graduada em Fisioterapia, Mestranda do Programa de Pós-graduação Ensino em Saúde da UFVJM, ellen.cristina@ufvjm.edu.br.

No presente estudo, nos propomos compreender o desenvolvimento de um projeto de educação popular sobre saúde integral e funcionalidade humana com pessoas em processo de envelhecimento que participam de um projeto de extensão na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Neste relato de pesquisa, apresentamos os resultados preliminares da investigação (que está em andamento), com destaque para a etapa de Leitura de mundo.

Na experiência de Paulo Freire com a alfabetização de adultos que deu origem a proposta de educação popular, a Leitura de mundo é apontada como primeira etapa do processo educativo, na qual ocorria o levantamento sobre a realidade dos educandos e dos seus modos de vida (Beisiegel, 2010; Feitosa, 2003), visando descobrir, de forma coletiva (educadores e educandos), o universo vocabular do grupo (Freire, 1963).

A partir desse levantamento ocorria a Tematização, que consistia na seleção de palavras ou temas geradores, definidos a partir da riqueza fonêmica e do seu sentido pragmático – potencial de criticidade do tema ou o conjunto de reações socioculturais que podem gerar (Beisiegel, 2010; Brandão, 1981; Feitosa, 2003). Com os temas geradores selecionados, o processo educativo era efetivamente iniciado por meio da Problematização e demais fases específicas para a alfabetização (Freire, 1963).

Metodologia

A metodologia proposta para este estudo baseou-se em uma abordagem qualitativa, que considera as características intrínseca dos objetos e dos processos, assim como seus significados (Denzin, Lincoln, 2006). Realizamos uma pesquisa-ação (Thiollent, 2003), a qual, fundamentada em dados empíricos, é desenvolvida em conjunto com uma ação ou na busca de solucionar um problema comum, envolvendo os pesquisadores e participantes de forma colaborativa e ativa.

Trata-se de uma investigação realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ensino em Saúde (EnSa) da UFVJM e faz parte do projeto de pesquisa “Intervenções no campo das ginásticas em Diamantina/MG e região”, submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade (CAEE: 77697224.9.00005108), em que todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) antes do início

coleta de dados. O estudo iniciou no ano de 2024 e encontra-se em fase de análise de resultados.

O contexto pesquisado envolveu o projeto de extensão “Ginasticando na Maturidade”, o qual é desenvolvido pelo Departamento de Educação Física da UFVJM desde 2019 (sendo paralisado durante a pandemia COVID-19 e retomado em 2022), cujo objetivo principal é contribuir para o envelhecimento ativo da comunidade por meio da prática da Ginástica Para Todos.

Em agosto de 2024, com a participação de uma estudante do Programa de Pós-graduação do EnSa da UFVJM nas atividades de extensão, identificou-se que a ampliação sobre os saberes acerca da saúde era uma das demandas dos extensionistas. Nesse sentido, foi proposto ao grupo de integrantes do “Ginasticando na Maturidade” a participação em um projeto de educação popular com o objetivo de promover a construção de conhecimentos sobre a importância do envelhecimento saudável, articulando saberes populares dos extensionistas e saberes científicos da equipe de educadores.

Denominado como “Conexão de saberes”, o projeto de educação popular foi desenvolvido na sequência do horário das ações do projeto de extensão “Ginasticando na Maturidade”, envolvendo 14 mulheres entre 53 e 80 anos de idade, residentes em Diamantina/ MG e região, que participaram de 12 círculos de cultura (CCs) (encontros dialógicos entre a equipe de educadores e as extensionistas para a realização de ações educativas) com aproximadamente uma hora de duração, ocorridos entre os meses de agosto e dezembro de 2024. Os encontros foram mediados pela estudante de pós-graduação, a qual será denominada neste estudo como mediadora-pesquisadora, realizados nas dependências da UFVJM e envolveu também a participação de estudantes de graduação e professores de cursos da Saúde da universidade, além de profissionais externos.

Para a construção dos dados, utilizamos a documentação pedagógica produzida durante a ação educativa, quais sejam:

- GA – gravação de áudio das reuniões entre a orientadora e mediadora-pesquisadora para o planejamento e avaliação dos CCs;
- PA – planos de aula;
- AI – acervo de imagens durante os CCs;

- DC – diários de campo (Ram; Gavillon; Kroel, 2020; Minayo, 2012) produzidos pela mediadora-pesquisadora após cada CC;
- RC – roda de conversa (Lisboa, 2020) ao final do projeto para averiguar os conhecimentos construídos pelo grupo.

A análise dos dados se encontra em fase de desenvolvimento e está sendo conduzida por meio da Triangulação, uma abordagem amplamente adotada por pesquisadores para validar a cientificidade de investigação qualitativas. Esse método envolve a combinação e o cruzamento de dados coletados por diferentes técnicas, permitindo uma compreensão mais abrangente do tema em estudo. A Triangulação resulta na elaboração de um documento único que destaca as interações entre as informações, possibilitando a análise sob diversas perspectivas (Assis; Minayo; Souza, 2010). Os nomes das participantes da pesquisa foram codificados para garantir o anonimato no estudo.

Resultados e discussão

Fundamentado por teorias que subsidiam a educação popular (Fernandes, 2010; Freire, 1994; 1996; Vasconcelos, 2001), o projeto “Conexões de Saberes” foi desenvolvido por meio de CCs, os quais foram planejados e implementados de forma processual, divididos em fases com as seguintes denominações: Reconhecimentos; Leitura de mundo; Tematização; Problematização; Roda de saberes.

Embora tais fases sejam apresentadas de forma separada, é crucial ressaltar que a educação popular não se configura como um percurso linear. Na fase de Problematização, por exemplo, o foco é o aprofundamento sobre os temas estudados, mas isso não impede que os educandos ampliem seus conhecimentos em outros momentos. O processo na educação popular deve ser entendido como um fenômeno fluido, no qual as características inerentes a cada fase se entrelaçam e se adaptam conforme as demandas do coletivo. Essa proposta pedagógica é dialógica e, portanto, interativa, favorecendo a construção conjunta dos caminhos para desenvolver os conhecimentos.

No presente estudo, apresentamos resultados da análise dos dados construídos durante a fase de Leitura de mundo, momento crucial no processo de educação popular, pois os educandos são convidados a compartilharem e refletirem sobre o contexto onde estão inseridos e suas experiências de vida. A partir do levantamento realizado nessa fase, emergem

os

temas geradores que serão problematizados com o intuito de promover a construção de conhecimentos.

Foram realizados três CCs para a fase de Leitura de mundo, cada qual abordando um objeto de estudo da área da Saúde que foram pré-definidos a partir de um olhar para as práticas saudáveis para o envelhecimento.

O primeiro CC abordou o envelhecimento, sendo realizada uma dinâmica denominada "Caminho do Saber" (figura 1), na qual foi criado um percurso que solicitava deslocamentos, marcha, equilíbrio, entre outros movimentos. Em determinados pontos do caminho, haviam perguntas geradoras que estimulavam o diálogo acerca das experiências das participantes com o intuito de promover a reflexão e discussão sobre o envelhecimento humano (PA4).



Figura 1 – Dinâmica "Caminho do saber".
Fonte: AI-CC4 (2024).

O diálogo suscitou temáticas que indicam a percepção das idosas sobre o próprio envelhecimento, evidenciando características negativas dessa fase do ciclo da vida, como demonstram os depoimentos abaixo (DC4):

> <u>Alterações físicas e cognitivas</u>
> Jasmin: [...] a idade vai avançando e o cabelo fica diferente [...]
> Cravo: [...] perde as forças pra fazer as coisas [...]
> Violeta: [...] se não der conta de fazer hoje faz amanhã [...]
>
> <u>Dificuldade de mobilidade</u>
> Violeta: [...] o corpo muda, mesmo que a cabeça fica mais jovem, você já sente o peso dela no caminhar em certos movimentos [...]
> Dália: [...] o movimento durante o andar ficou diferente [...]"
> Dália: [...] minhas caminhadas eu percebo que ando mais devagar, as coisas que gosta de fazer não gosta mais [...]

Dores no corpo

Jasmin: [...] as juntas começa a doer [...]
Rosa: [...] dor, uma dor que eu sinto que Deus me livre [...]
Jasmin: [...] hoje eu adquiri uma bela de uma artrose e que dói bastante [...]
Cacto: [...] sinto dor nas coluna e joelhos [...]

Esmorecimento

Cravo: [...] quando fico triste, não gosto de fazer nada e guardo tudo pra mim [...]
Violeta: [...] quando fico triste, não consigo fazer nada porque só fico pensando no problema [...]

Proximidade da morte

Jasmin: [...] A gente vai ficando mais velha, ahh e a morte vai chegando né, fica mais perto [...]

Ao refletirem sobre suas experiências sobre o envelhecer, as idosas apresentam uma compreensão básica da multiplicidade de fatores que envolvem o processo de envelhecimento.

A literatura aponta que as mudanças fisiológicas que ocorrem ao longo da vida modificam fatores biopsicossociais que causam prejuízo em componentes essenciais para a vivência do cotidiano (Materko *et al*., 2019).

Além das transformações decorrentes do ciclo natural que acomete o desenvolvimento humano, autores apontam que no contexto atual do Brasil, esse processo também é afetado a fatores extrínsecos ao indivíduo, como a urbanização, as transições socioeconômicas e a globalização que resultam em grandes transformações na vida, no trabalho e na alimentação dos brasileiros, observando-se uma elevação preocupante na prevalência de obesidade e sedentarismo, fatores que contribuem para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DNT) (Barreto; Duarte, 2012; Jesus; Vagetti, 2023; Marrone *et al.*, 2022)

Dessa forma, o envelhecimento afeta o desempenho físico, limitando a interação com o meio ambiente e o sedentarismo e o tempo excessivo sentado aumenta o risco de DNT e prejudica a capacidade funcional (CF) (Tremblay *et al*.,2010).

Dentre as mudanças inerentes do envelhecimento, observa-se a perda gradual de massa e força muscular, além da flexibilidade, agravada pelo sedentarismo, prejudicando a execução de movimentos (Bonifácio *et al.*, 2023). Sendo assim, os autores Póvoa *et al.* (2012) citam que a sintomatologia se manifesta durante a realização de tarefas do dia a dia, acompanhados de queixa de dor e desconforto. Segundo outros estudos, no caso das mulheres

idosas, acredita-se que as alterações hormonais e a redução da força muscular na menopausa são fatores principais de desconforto (Vitta; Neri; Padovani, 2003).

A diminuição das funções fisiológicas e das capacidades físicas faz com que muitas pessoas nessa faixa etária se tornem dependentes de outras para realizar suas atividades diárias (Murray,1997).

Estudos evidenciam que o envelhecimento altera as Atividades da Vida Diária (AVD), que se referem ao conjunto de ações que os indivíduos realizam regularmente e que permitem o viver de forma autônoma, as quais estão relacionadas às habilidades de gerenciar o ambiente ao redor e realizar tarefas essenciais para manter a vida em comunidade e participar ativamente da sociedade (Storeng; Sund; Krokstad, 2018). Essas atividades são consideradas de maior complexidade em relação às tarefas básicas, uma vez que demandam uma interação mais profunda entre indivíduos e seu entorno (Bossola *et al*.,2016; Farragher; Jassal, 2012; Kavanagh et al.,2015; Mcadams-Demarco *et al*., 2012).

Nesse mesmo contexto, a presença de sintomas depressivos pode atuar como um indicativo de risco, sugerindo a necessidade de apoio em uma ou mais atividades instrumentais do cotidiano. Pesquisas realizadas no Brasil apontam que esses sintomas estão ligados a uma redução na capacidade funcional, além disso, um estado de humor deprimido pode resultar em diminuição da atividade física e em menor participação nas interações comunitárias (Carvalho *et al.*, 2023; Boggio *et al.*, 2015; Nascimento *et al.*, 2012)

A compreensão da morte é uma experiência única para as pessoas idosas que, frequentemente, enfrentam perdas significativas, como o falecimento de entes e amigos próximos, além de mudanças em suas redes sociais e profissionais. Essas perdas, muitas vezes, ocorrem simultaneamente e impactam tanto a saúde física e emocional quanto os aspectos sociais e familiares. Logo, se torna crucial abordar a morte além da biologia, reconhecendo que as experiências de vida das pessoas idosas podem gerar angústia e sofrimento, mesmo que falar sobre morte seja um tema delicado, levando a negação da sua inevitabilidade (Cocentino, 2011; Ferreira; Santos; Silva, 2020).

O segundo CC abordou a saúde, sendo realizada uma dinâmica denominada “Saúde em movimento” (figura 2) que solicitava a realização de movimentos trabalhados no projeto “Ginasticando na Maturidade”. Sentadas em roda, uma bola era passada de mão em mão e ao parar a música, a pessoa deveria realizar um movimento já aprendido e sortear uma pergunta

geradora que estimulava o diálogo acerca dos saberes prévios das participantes sobre saúde (PA5).



Figura 2 – Dinâmica “ Saúde em movimento”.
Fonte: AI-CC5 (2024).

Durante a discussão, observamos que muitas participantes associam à saúde a ausência da necessidade de medicamentos e ao bem-estar geral, além de conhecimentos sobre alimentação saudável e concepções equivocadas sobre medicamentos influenciadas pela mídia, como demonstram os depoimentos abaixo (DC5):

> <u>Ausência de medicação</u>
> Violeta: [...] eu tomava remédio para pressão, mas aí eu parei por conta própria [...]
> Cravo: [...] a saúde pra mim é não ter que tomar remédio [...]
>
> <u>Bem-estar geral</u>
> Dália: [...] pra mim o bem-estar é dormir bem, não precisar tomar remédio [...]
> Jasmin: [...] pra mim saúde é precisar tomar os remédios direitinho [...]
> Violeta: [...] pra gente ficar bem é ter tranquilidade, porque é muita tripulação nas nossas vidas, porque em certa fase não se tem tranquilidade e envelhece nervosa e chateada [...]
>
> <u>Alimentação saudável</u>
> Dália: [...] os meus hábitos saudáveis é ter uma boa alimentação [...]
> Jasmin: [...] a própria alimentação é o nosso remédio [...]
> Cravo: [...] o conselho que daria para outras pessoas é alimentar bem, não comer comida saudável e gordurosa, mas por exemplo eu não posso comer doce, mais eu como doce, aí eu falo com as pessoas que não pode comer, mas eu não paro de comer[...]
>
> <u>Influência da mídia</u>
> Cravo: [...] qual é a pomada que os jogadores de futebol usam, porque elas caem no chão por causa de câimbra, o médico passa a pomada e melhora [...]

Tais entendimentos evidenciam que as participantes já possuem um conhecimento sólido sobre o tema. Dessa forma, com o crescente aumento da população idosa, observa-se um concomitante aumento na prevalência de DNT e nesse aspecto, essa faixa etária requer com maior frequência o uso de medicamentos, tornando o tratamento farmacológico uma necessidade essencial para a manutenção e da qualidade de vida (Ramos *et al.,* 2016; Tavares *et al*., 2020).

A literatura sugere que essa situação propicia o uso impróprio de medicamentos, especialmente quando a adesão ao tratamento, no qual se refere a congruência entre as orientações do profissional de saúde e a forma como se auto gerência os medicamentos inadequadamente. Isso pode levar a vários impactos negativos na saúde dos idosos (Tavares *et al.*, 2016; OMS, 2003).

Os achados do trabalho dos autores Coelho *et al.* (2023), a percepção dos idosos sobre envelhecimento saudável e a farmacoterapia é crucial para a promoção do bem-estar. Sob assim, as investigações revelam que consequências ao acesso a medicamentos, coexistência de múltiplas doenças, uso impróprio de fármaco e crenças pessoais interferem na adesão medicamentosa, sendo crucial promover intervenções e políticas intersetoriais para criar um novo modelo de cuidado em saúde centrado no indivíduo e na construção de sua autonomia (Silva *et al*., 2022).

A alimentação é de suma importância devido às alterações decorrentes no processo de envelhecimento, que consequentemente altera todo o sistema do corpo humano, as quais podem impactar suas escolhas alimentares. Essas mudanças podem dificultar a ingestão adequada e a absorção de nutrientes essenciais, interferindo assim na qualidade de vida (Lopes; Massade, 2024).

Porém, vemos que apesar de uma boa compreensão sobre o tema das participantes, o senso comum influenciado pelas mídias pode gerar atitudes que não colaboram para a melhoria de problemas que acometem os idosos. Estudos recentes destacam que a mídia influencia práticas como a automedicação, destacando benefícios de medicamentos, mas raramente aborda seus riscos e efeitos adversos. Ademais, propagandas de medicamentos em mídias sociais e televisão destacam usos não prescritos, tornando essencial discutir os riscos á saúde e a necessidade de orientação farmacêutica adequada (Coelho; Matias; Zannato, 2023; Queiroz *et al.*, 2022)

O terceiro CC abordou a funcionalidade humana, sendo realizada uma dinâmica denominada “Desafio da Funcionalidade” (figura 3), na qual foi organizado uma gincana com duas equipes, A e B, com desafios práticos que solicitava a realização de movimentos do dia a dia, com perguntas geradoras que estimulava o diálogo acerca dos saberes prévios das participantes sobre a funcionalidade humana e o compartilhamento sobre as tarefas do seu cotidiano (PA6).



Figura 3 – Dinâmica “Desafio da Funcionalidade”.
Fonte: AI-CC6 (2024).

O diálogo promovido nesse CC demonstrou que as idosas possuem conhecimento sobre o conceito de funcionalidade humana quando, além de explicarem o sentido do termo, apresentaram exemplos de o que é ser funcional no cotidiano delas, conforme demonstram os depoimentos abaixo (DC6):

> Violeta: [...] o ser funcional, é que por exemplo, acho que aqui todo mundo é doméstica, eu por exemplo trabalho fora, não sei se é o caso de todas, mas o ser doméstica é você ter capacidade de exercer a sua função doméstica, e no meu caso a minha função é ser capaz de elaborar as atividades [...]
> Cravo: [...] ser funcional pra mim é ser ativo, prático e objetivo, mas hoje eu estou me sentindo incapaz por causa do meu braço que está quebrado [...]
> Dalia: [...] me cuidar primeiro e ver o que eu consigo fazer do dia a dia [...]

Segundo a OMS, a funcionalidade humana de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), envolve elementos do corpo, suas funções, atividade e participação. É influenciada por DNT e fatores contextuais negativos, como barreiras físicas, culturais, geográficas, pelas tecnologias entre outros, e afetam a interação do indivíduo com

seu ambiente (Brasil, 2013). Dessa forma, a capacidade funcional (CF), é a habilidade do idoso em conseguir realizar atividades rotineiras do cotidiano (Barbosa *et al.*, 2014)

No entanto, durante a discussão, percebemos uma ênfase em aspectos relacionados às doenças e medicações, conforme ilustram os depoimentos abaixo (DC6):

> Cravo: [...] temos conhecimento sobre nossas doenças, eu por exemplo não tenho problema de pressão, se eu tivesse, eu iria tomar remédio e procurar alguma coisa para fazer [...]
> Violeta [...] hipertensão a gente sabe que tem que tomar remédio todos os dias, se a pressão não tiver controlada é obrigada a tomar remédio todos os dias, fazer tratamento, fazer fisioterapia, fazer caminhada para artrose e osteoporose pra não ficar pior, porque se não líquido do joelho vai secando e fica pior [...]
> Dália: [...] eu tenho pressão alta e uma vez eu larguei o remédio por conta própria, sem o médico me dar alta [...]
> Cacto: [...] sobre minhas doenças, sei que é pra tomar muitos remédios e fazer exercícios físicos [...]

Esses relatos evidenciam não apenas a diversidade de experiências em relação à funcionalidade humana, mas também a importância do conhecimento compartilhado como ferramenta para promover a saúde e bem-estar.

Contudo, estudos recentes consideram que a prática da medicalização é um fenômeno cada vez mais observado em nossa sociedade e o uso simultâneo de cinco ou mais medicamentos é um desafio para as pessoas idosas com necessidade de controle de DNT (Costa, 2015). Sendo assim, é fundamental considerar as alterações fisiológicas ocasionadas pela forma como os medicamentos agem no corpo (Giacomin; Lima; Pinto, 2024).

Nesse contexto, os avanços tecnológicos, como softwares clínicos e bases de dados, são cruciais na terapia medicamentosa, mas as soluções para problemas de saúde não podem se restringir a intervenções terapêuticas prescritivas, pois tal perspectiva contribui para o aumento das prescrições e uso excessivo de medicamentos, culminando na polifarmácia na prática médica (Giacomin; Lima; Pinto, 2024; Pereira *et al*., 2017)

Considerações finais

As considerações finais deste estudo destacam a relevância da educação popular em Saúde, que vai além das práticas tradicionais ao considerar o contexto social e cultural das comunidades. Essa abordagem promove um aprendizado inclusivo e participativo, permitindo que as participantes desenvolvam uma análise crítica de suas realidades. Portanto, a

valorização dos saberes populares é crucial para aprimorar estratégias de saúde, alinhando-se aos princípios do SUS.

A participação social e a autonomia das comunidades são fundamentais, reconhecendo a importância das formas de organização social existentes. Vale ressaltar que é de suma importância reconhecer que o SUS não opere isoladamente, ele depende da colaboração ativa da sociedade para cumprir sua missão de promover a saúde de forma equitativa e acessível. Assim, a interdependência entre os saberes populares e os conhecimentos científicos se torna evidente e relevante.

Na Leitura de mundo realizada com as participantes do projeto " Conexões de Saberes", ficou claro que os saberes prévios e as experiências de vida delas não apenas enriqueceram o processo educativo, mas também complementam os saberes científicos. Os conhecimentos populares, muitas vezes enraizados nas experiências cotidianas das pessoas, oferecem uma perspectiva única que complementa as abordagens científicas tradicionais. Essa sinergia é crucial para o fortalecimento dos SUS, pois assegura que as políticas e práticas da saúde sejam mais sensíveis às necessidades e realidades das comunidades atendidas.

Em síntese, acreditamos que os resultados preliminares do presente estudo corroboram uma ideia de que, ao integrar a educação popular com os princípios do SUS promovendo um modelo de saúde que é verdadeiramente participativo e inclusivo, se torna uma abordagem que não apenas enriquece o processo educativo, mas também potencializa a eficácia das intervenções em saúde, garantindo que todos os cidadãos sociais sejam ouvidos e valorizados em sua contribuição para o bem-estar coletivo.

Referências

ALMEIDA, L. P. Extensão universitária no Brasil: processos de aprendizagem a partir da experiência e do sentido. **Dire-Diversités Recherches et Terrains**, Limoges, n. 7, p. 56-67, 2015.

BEISIEGEL, C. R. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BONIFÁCIO, S. R. et al. O método Pilates como opção terapêutica para as queixas de dores musculoesqueléticas em mulheres idosas. **Cadernos saúde coletiva**, v. 31, 2023.

BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOGGIO, Elenice da Silveira Bissigo et al. Análise dos fatores que interferem na capacidade funcional de idosos residentes em uma comunidade de Porto Alegre. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 189-203, 2015.

CARVALHO, F.; BASTONE, A.; SILVA, B.; BATISTA, E.; SANTOS, A. P. Atividades instrumentais de vida diária e sintomatologia depressiva em idosos comunitários. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento,** v. 28, 2023.

COELHO, V. N. P. D.; MATIAS, S. R. S.; ZANATTO, C. M. G. O resgate da profissão farmacêutica: elo entre a saúde e o paciente. Cenarium Pharmacêutico. **Revista eletrônica do curso de farmácia do centro universitário Unieuro**, v. 1, 2023.

COCENTINO, J. M. B; VIANA,T.C. A velhice e a morte: reflexões sobre o processo de luto. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**. v.14, n.3, p.591-600, 2011.

CONTRERAS, J. Relatos de experiência, em busca de um saber pedagógico. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v.1, n.1, p.14-30, 2016.

COCHAR, S, N.; DELINOCENTE, M.L.B.; DATI, L.M.M. Fisiologia do envelhecimento: da plasticidade às consequências cognitivas. **Revista Neurociências**, v. 29, 2021

CRUZ, P.J.S.C. et al. Educação Popular e Saúde nos processos formativos: desafios e perspectivas. **Interface (Botucatu)**, v. 24, 2020.

Cruz, P. J. S. C. *et al.* Educação popular no SUS: desafios atuais no olhar do Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 29, n. 6, 2024.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

FEITOSA, S. C. S. O método Paulo Freire. *In*: GADOTTI, M.; GOMEZ, M.; FREIRE, L. (orgs.). **Lecciones de Paulo Freire cruzando fronteras:** experiencias que se completan. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p. 147-157.

FERNANDES,W.R.; SIQUEIRA,V.H.F., Educação em saúde da pessoa idosa em discursos e práticas: atividade física como sinônimo de saúde.**Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v .14 ,n .33,p .371-385 ,2010.

FREIRE, P. Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do Processo. **Revista de Cultura da Universidade do Recife**, Recife, n.4, p. 4-22, 1963.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GARRISON, S. R. et al. Magnesium for skeletal muscle cramps. **The Cochrane Database of Systematic Reviews**, n .9, 2012.

GIACOMIN, R. S.; SANTOS,L.N; PINTO, E.V. Otimização da terapia medicamentosa em idosos polimedicados: um estudo sobre interações medicamentosa e relevância das ferramentas informativas na atenção farmacêutica.**Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 11, p. 2671-2696, 2024.

LISBÔA, F. M. Roda de conversa: metodologia na produção de narrativas sobre permanência na universidade. **História Oral**, v. 23, n. 1, p. 161-182, jan./jun. 2020.

LOPES, P. **Ginasticando na Maturidade.** Projeto de extensão aprovado no Edital 001/2024 Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2024.

LOPES, E. S. G.; MASSAD, J.C. A. B. ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO. **Mostra de Trabalhos do Curso de Nutrição do Univag**, v. 14, 2024.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos:** Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

PÓVOA, T. I. R. et al. Imagem corporal e estado nutricional de idosas praticantes de exercícios físicos. **Movimenta**. v.5,n.4, p.282 -292, 2012.

RAMALHO, R. R. Modelo analítico da pedagogia do oprimido: sistematização do método Paulo Freire. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.27, v.e270007, p. 1-23, 2022.

RAMOS, Gizele Carmem Fagundes et al. Prevalência de sintomas depressivos e fatores associados em idosos no norte de Minas Gerais: um estudo de base populacional. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Montes Claros, v. 64, n. 2, p. 122-131, 2015.

RIBEIRO, L. D. M.; FERNANDES, L. K.; BORGES, F. T. Conversar e argumentar: Rodas de conversa como estratégia de pesquisa sobre processos argumentativos com crianças. **Revista Latina de Sociología**, v. 11, n. 1, p. 59-87, 2021.

TREMBLAY,M.S.et al., Sedentary behavior and health : Paradigm and public health.International **Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v.1, n.7,p.39, 2010.

TORRES, L.V; SERRANO, R.M.S.M; COELHO, H.F.C. Influência da publicidade sobre o consumo de medicamentos numa comunidade universitária de joão pessoa-pb. **Revista de ciência da saúde**, v. 16, n. 3, p. 7-18, 2018.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2003.

A Educação Patrimonial na ‘Escola de Artes Ponto de Cultura AJAC’: uma experiência extensionista de debate da História Local

Vitória Danielle Tomaz da Costa[1]
Camila Geovana Pereira Ribeiro[2]
Ivone Auris Nascimento da Silva[3]
Vivian Galdino de Andrade[4]

Palavras-chave: Extensão. Educação Patrimonial. Escola de Artes. Ponto de Cultura AJAC.

Introdução

No âmbito da educação superior, a extensão assume suma importância na medida em que se integra à rede social e pode servir de espaço diferenciado para novas experiências voltadas à humanização, ao cuidado e à qualificação do profissionalismo docente. Coloca o Plano Nacional de Extensão (2001) que ela é um “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”.

No tripé que compõe as atividades desenvolvidas por uma Universidade Federal, as ações extensionistas são referendadas no artigo Nº205 da Constituição Federal do Brasil de 1988, que institui as Universidades Federais o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dentro desse contexto, a extensão universitária deve dialogar e promover atividades com a comunidade do entorno onde está inserida.

A Associação de Jovens da Arte e Cultura – AJAC foi fundada em 2007 com o objetivo de “contribuir com o desenvolvimento sociocultural da Região do Brejo Paraibano, fortalecimento o da diversidade cultural, a dignidade da pessoa humana, a economia criativa, economia solidária e a salvaguarda do patrimônio histórico-cultural” (Projeto AJAC, 2023). Em 2024, criou a Escola de Artes, que começou a funcionar com auxílio de recursos da Lei Cultural Paulo Gustavo, se mantendo também por meio de doações e trabalhos voluntários.

[1] Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, vitoria.danielle@academico.ufpb.br
[2] Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, camila.ribeiro3@academico.ufpb.br
[3] Graduanda em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, ivoneauris14@gmail.com
[4] Pós-Doutorado, Profa. Associada do Curso de Pedagogia, Departamento de Educação DE/CCHSA/UFPB. vivian.galdino@academico.ufpb.br.

Nesse escopo, passamos a trabalhar a educação patrimonial nesse espaço, desenvolvendo atividades não escolares que auxiliam o debate cultural no município, uma vez que contempla o conhecimento da História local como pauta para alfabetização cultural das crianças (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999). No contexto das ODS, esse projeto substanciou o tema 11 das metas para o desenvolvimento sustentável, no tópico "Cidades e Comunidades Sustentáveis", que estabelece o ato de "11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo".

Desde o início do ano de 2024 temos desenvolvido atividades vinculadas ao Programa de Bolsa de Extensão - PROBEX na cidade de Bananeiras, Paraíba. Nosso projeto, intitulado "Escola de Artes Ponto de Cultura AJAC: valorização da arte e da cultura local em Bananeiras", atuou no ano de 2024 na "Escola de Artes Ponto de Cultura AJAC", e é sobre essa experiência que gostaríamos de tratar nesse texto. Vinculada a Associação de Jovens da Arte e Cultura – AJAC, instituição considerada Ponto de Cultura de Bananeiras, a "Escola de Artes – Ponto de Cultura AJAC" atende – gratuitamente - o público infantil do Conjunto Major Augusto Bezerra, propiciando oficinas para crianças entre 7 e 12 anos de idade nas áreas de Capoeira, Dança, Teatro e - com o nosso auxílio - Educação Patrimonial.

As atividades extensionistas por nós desenvolvidas em Bananeiras partem do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias - CCHSA/ UFPB. O CCHSA traz como finalidade fundamental a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, contemplando "formações científicas e tecnológicas indispensáveis ao desenvolvimento regional" (CCHSA, 2015, p. 12), sua missão se caracteriza em "realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas agroindustrial, agrárias, sociais, humanas e agroecológicas, no sentido de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região" (CCHSA, 2015, p. 31).

Corroborando com esta perspectiva, tomamos a atividade de extensão como: "[...] a criação e recriação de conhecimentos que possibilitem transformações sociais, onde a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para que fins e interesses se buscam novos conhecimentos" (Brasil/MEC apud Melo Neto, 2004, p. 39). Nessa trajetória, associamos a extensão com a Educação Patrimonial, um arcabouço teórico-metodológico que orienta o processo educativo e não escolar que propomos em nosso projeto. Sua atuação em espaços escolares e não escolares está prevista pelo IPHAN, quando cita que

> [...] a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação (IPHAN, 2023).

A educação não escolar, como prática educativa, assume um papel fundamental nas atividades de educação patrimonial na cidade de Bananeiras. Essas atividades exploram a história e o patrimônio local, integrando-se ao cotidiano dos sujeitos, o que as torna bastante significativas em uma cidade como Bananeiras, que teve em 2010 seu centro histórico tombado pelo IPHAEP.

Segundo Gohn (2016), a educação não formal possui intencionalidade, é sistematizada, metodológica e curricular, pois parte do contexto diário em que as pessoas estão inseridas. Ela contribui para a produção de saberes ao aglutinar ideias e experiências compartilhadas, promovendo a reflexão e o cruzamento entre saberes herdados e novos. Assim, a educação patrimonial em Bananeiras não apenas valoriza o patrimônio cultural local, mas também atua como uma atividade de extensão que fomenta a cidadania e a produção de conhecimento de forma colaborativa e reflexiva.

A trilha metodológica

Nosso caminho envolveu várias etapas, desde a pesquisa e o estudo aprofundado dos materiais que constituem a Educação Patrimonial e o Patrimônio Histórico de Bananeiras à elaboração de atividades pedagógicas, desenvolvidas no âmbito de oficinas. O Grupo de Pesquisa História da Educação do Brejo Paraibano[5], do qual fazemos parte, tem desenvolvido uma série de pesquisas sobre o patrimônio histórico e documental das cidades de Bananeiras e Solânea. Seu acervo nos permitiu lançar mão de uma série de recursos didáticos, que auxiliaram nossas práticas educativas.

A metodologia da Educação Patrimonial (EP) é considerada um instrumento de alfabetização cultural (HORTA, 1999). Ela, atrelada à Pesquisa-Ação, foram nossos passos metodológicos, por se complementarem, uma vez que ambas estão direcionadas ao trabalho com a valorização cultural em uma comunidade. A EP promove o reconhecimento e a

[5] Grupo de Pesquisa cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ. Conheça mais informações sobre o grupo no seguinte endereço: https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/257743

preservação do patrimônio histórico e cultural, enquanto a segunda engaja a comunidade, fomentando o senso de responsabilidade e pertencimento. A abordagem participativa da pesquisa-ação, auxiliada pelo debate educativo acerca da história local desenvolvido pela EP, nos possibilitou sensibilizar a comunidade do Conjunto Augusto Major Bezerra para o reconhecimento do que constitui a memória social da cidade.

Trabalhar a metodologia da educação patrimonial, juntamente com a pesquisa-ação, fortaleceu a formação dos sujeitos e o debate da história local, tanto com a comunidade externa quanto conosco, discentes do curso de Pedagogia da UFPB, já que como pedagogas também desenvolvemos práticas educativas em espaços não escolares.

Foi por meio da promoção de Oficinas de valorização da cultura local, que trilhamos os seguintes passos metodológicos: Levantamento da produção de recursos didáticos do grupo de Pesquisa História da Educação do Brejo Paraibano – HEBP; Mapeamento de fotos, documentos e dados históricos (livros de intelectuais locais, fotos e demais fontes documentais) que tomem Bananeiras/PB como foco de sua discussão. s oficinas abordaram temas diversos, como educação audiovisual, artesanato, gastronomia, lendas e patrimônio cultural e ambiental de Bananeiras/PB. Entre as atividades, destacam-se a produção de flipbooks sobre o patrimônio edificado, a confecção de máscaras de argila inspiradas no Reisado, a foto pintura sobre o "Coco de Roda" e um City-Tour pelo patrimônio local. Além disso, realizamos sessões de cineclubismo, oficinas gastronômicas e reflexões sobre sítios arqueológicos e memórias afetivas das festividades natalinas.

O desenvolvimento dessas oficinas gestou a criação de um “Manual de Atividades de EP em Bananeiras”, com vistas a propiciar a continuidade das atividades mesmo com a finalização do projeto. O Manual traz em seu sumário traz as seguintes seções: "Quem somos?", "O que é Patrimônio?", “Conheça Bananeiras”, "Vamos às Atividades?", “Recursos Pedagógicos”, “Referências” e “Ficha Técnica”. No item “Vamos as atividades” o leitor encontrará 20 sugestões de atividade que podem ser desenvolvidas para discutir o patrimônio e a história local da cidade.

Diante desse caminho metodológico, nossas ações se organizariam de acordo com a dinâmica e a agenda do Projeto da AJAC, contribuindo mais especificamente com o tema

do Patrimônio Cultural e a História Local de Bananeiras. Conduzimos nossas oficinas semanalmente, às sextas-feiras, nos turnos da manhã (das 8h às 10h) e a tarde (14h às 16h).

Sobre a experiência

Pela impossibilidade de trazermos uma descrição detalhada de todas as oficinas realizadas, optamos por discorrer aqui sobre as oficinas que tematizaram uma educação audiovisual por meio do patrimônio. A 'educação audiovisual' e a 'educação patrimonial' se complementam de forma eficaz ao promoverem a valorização e o entendimento do patrimônio cultural.

Acreditamos que através de recursos audiovisuais como documentários, filmes e vídeos, a educação patrimonial pode ser apresentada de maneira mais acessível e envolvente, permitindo que as pessoas se conectem emocionalmente com a história e o patrimônio local. Foram inspiradas pelos dispositivos pedagógicos pensados "Escola Semente de Educação Audiovisual"[6], que trabalhamos com a produção de "Filmes Cartas", "Palavras Narradas" e "Flipbooks". Para Ramos e Barquete (2021, p. 125), essas ferramentas constituem uma "Pedagogia do Dispositivo", pois proporcionam

> [...] o aprofundamento da relação entre a escola e a comunidade, fomentam o encontro entre as gerações e os saberes nos seus diferentes modos de existência, fundando um território de criação e aprendizagem a partir da motivação dos educandos (Ramos e Barquete, 2021, p. 126).

Pensando nessa produção criativa propomos a criação de três dispositivos, como já fora apontando. Sobre a atividade de produção do "**Flipbook"** foi inspirada no livro Cadernos do Inventar (Migliorin, 2016). Essa produção seguiu uma narrativa que apresenta a cidade e seus pontos históricos, desde os bairros e ruas até o patrimônio específico que cada criança escolheu destacar, como uma construção, comida típica ou item de artesanato. Ao final dessa produção, as crianças gravaram vídeos[7] dos seus flipbooks, aproveitando a técnica audiovisual para explorar a sonoridade e dar vida às suas representações.

---

[6] A Escola Semente traz o projeto de levar a educação audiovisual para as instituições educativas, como uma inovação pedagógica, promovendo pesquisa, formação e o desenvolvimento de metodologias com base em recursos audiovisuais. Instituição privada fundada no ano de 2014, ela integra a Rede Kino – Rede Latino-americana de Educação, Cinema e Audiovisual e é um dos membros do Núcleo de Educação Transformadora da Paraíba. Conheça mais sobre essa escola em: https://educacaoaudiovisual.com.br/.

[7] Tenha acesso aos vídeos no instagram do Grupo de Pesquisa. Disponível em: <https://instagram.com/p/DCCgHfpyczT/?img_index=1>

A "**Palavra Narrada**" é uma atividade de levantamento de vocabulário, na qual é selecionada uma palavra-chave para compor histórias. Por sua vez, utilizamos a palavra Ciranda, com o intuito de mostrar as crianças a história da ciranda em seu contexto histórico, e mostrar a sua importância para cultura local. Adentramos conduzindo as crianças a relatarem o que já tinham ouvido falar acerca da palavra e porque ela é importante em nossa localidade. Após, elas escolheram figuras que representaram a ciranda e narraram a imagem. Permitindo que elas compreendam não apenas a figura em si, mas o que elas representam.

O "**Filme-carta**" *Bananeiras: memórias de uma filha que você criou*[8], produzido por uma das integrantes do projeto, contou com a participação das crianças. Ele foi produzido durante a aula de campo do City-Tour e registrou o contato das crianças com o patrimônio edificado. Essa aula foi o desfecho de nosso projeto, e proporcionou um novo olhar das crianças para o patrimônio que compõe a cidade, agora carregado de sentidos e afetividades. Após a exibição, promovemos uma discussão onde as crianças compartilharam suas impressões sobre o vídeo, refletindo sobre as memórias e os patrimônios da cidade.

Considerações finais

A experiência vivenciada no projeto de extensão revelou um vasto campo de possibilidades para a EP em espaços não escolares. Para nós, discentes em Pedagogia, compreender a extensão como um lócus para o desenvolvimento de práticas educativas ampliou o escopo de nossa formação, também contemplando os espaços não escolares.

Em parceria com a AJAC, tivemos a oportunidade de explorar metodologias educativas lúdicas e interativas, que nos auxiliou a desenvolver habilidades práticas para a Educação Patrimonial. Ao explorar a história local por meio de atividades lúdicas, como jogos educativos, oficinas de artesanato e aulas de campo, observamos a importância de se compreender a história da cidade e a memória social que ela carrega. Essa abordagem nos possibilitou pensar as próprias vivências dos sujeitos como partes integrantes de um currículo que se dá a partir das percepções sobre o patrimônio da cidade de Bananeiras/PB.

[8] Filme Carta "Bananeiras: Memórias de uma filha que você criou", disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JSUwPNwBvbg&t=42s>. Acesso em: 27 out. 2024.

Apesar dos resultados positivos, nós também enfrentamos desafios significativos. Um dos principais foi a escassez de recursos materiais para a execução de algumas atividades. Embora a parceria com a AJAC tenha sido essencial para viabilizar o projeto, houve momentos em que a falta de materiais específicos dificultou a produção de materiais didáticos, inviabilizando a realização de determinadas oficinas. Foi quando a importância do planejamento na condução de projetos educacionais em comunidades se tornou visível.

Ademais, a inserção da educação patrimonial como um componente fundamental da formação dos participantes exigiu um esforço contínuo para superar a visão limitada sobre sua relevância. Essa vivência também nos preparou para enfrentar desafios reais da educação e nos aproximou das demandas da comunidade, ao mesmo em tempo contribuiu para nossa formação profissional, reforçando a importância de educadores comprometidos com o patrimônio cultural local.

Referências

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017** - CCHSA/CAVN/UFPB/CAMPUS III – BANANEIRAS(PB). Disponível em: http://www.cchsa.ufpb.br/attachments/article/191/PDI%202013-2017.pdf. Acesso em 10 fev. 2025.

ESCOLA SEMENTES DE EDUCAÇÃO AUDIOVISUAL. **Dispositivos de criação audiovisual:** propostas para a sala de aula (s.n.t). Disponível em: https://educacaoaudiovisual.com.br/publicacoes/. Acesso em: 10 fev. 2025.

MELO NETO, J. F. **Extensão Popular**. 2ª. ed - João Pessoa. Editora da UFPB, 2004.
HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

MIGLIORIN, Cezar et al. **Cadernos do inventar:** Cinema, Educação e Direitos Humanos. Universidade Federal Fluminense e Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 2016. Acesso em: 15 fev. 2025.

RAMOS, A. B.; BARQUTE, F. L. **Educação audiovisual na infância**: percursos criativo-pedagógicos entre escola e comunidade In Infância, arte e produção cultural / Organização: Kátia Patrício Benevides Campos, Maria das Graças Oliveira, Crisliane Boito. – Estância Velha: Z Multi Editora, 2021.

A prática de aulas transdisciplinares nas noites de sexta-feira: uma proposta de intervenção em um cursinho popular de Florianópolis-SC

Bruno Martins Vieira[1]

Resumo:
Este trabalho tem o objetivo de divulgar e partilhar de opiniões fruto da experiência testemunhada em um cursinho popular em Florianópolis-SC, que através de aulas transdisciplinares, denominadas Aulões de Sexta, proporciona momentos formativos onde, seja por meio de professores voluntários do projeto, ou convidados externos, busca incrementar o currículo e programa de aulas e disciplinas já estabelecidas junto de uma formação cidadã-crítica. Os cursinhos populares, que se inserem no contexto da Educação Popular, oportunizam para estudantes da escola pública, de baixa renda e pensando num recorte social, econômico e étnico-racial, a inclusão de sujeitos desamparados histórico e estruturalmente, por um sistema de opressão e exclusão destes educandos. Os aulões de sexta promovidos pelo Cursinho do Zinga, pré-vestibular/cursinho popular estudado neste trabalho, serão elencados quanto a temática, área de formação dos ministrantes do momento formativo e, também, elencadas eventuais questões de exames de vestibular relacionadas a estas temáticas promovidas de forma crítica.

Palavras-chave: Formação. Cursinho popular. Educação popular. Transdisciplinaridade. Educação ético-crítica.

Introdução e contextualização

O presente artigo de opinião possui como cenário e contexto, o Cursinho do Zinga, um dos cursinhos populares de Florianópolis-SC, e teve produção a partir da experimentação testemunhada neste, pelo autor e professor-voluntário do mesmo. O pré-vestibular em questão, data sua fundação em março de 2019, e desde este ano, realizou atividades contrastantes destinadas para o espaço de aulas da grade curricular nas sextas-feiras à noite.

A partir não só da experiência acumulada de 2019 a 2022, mas também observando, dialogando e tecendo trocas com outros espaços de educação popular em Florianópolis, em especial cursinhos populares, percebeu-se uma dor comum a estes que era o esvaziamento das aulas/disciplinas no período da sexta-feira a noite. Neste sentido, o Cursinho do Zinga passou a, desde 2023, ocupar o espaço noturno de sexta-feira com aulões temáticos, enfatizando debates e pautas transdisciplinares.

Neste formato, seria possível que conteúdos transversais pudessem ser trabalhado num

[1]Educador popular no Cursinho do Zinga, pré-vestibular comunitário, graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e mestrando em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGECT-UFSC). E-mail: brunovieirafloripa@gmail.com.

tempo maior do que o padrão de uma aula -que, neste cursinho, é de 40 minutos-, bem como encurtar o tempo do "dia de aula" como um todo, uma vez que as aulas de segunda a quinta-feira se iniciam 19h10 e finalizam 21h50. Com o aulão seria possível que tendo o início no horário padrão, a aula finalizasse às 20h30 ou 21h, como de costume nesses momentos formativos, tornando mais palatável a frequência.

Além destes elementos, torna-se uma oportunidade de trazer para o debate do campo da educação popular, e na rotina do cursinho, temas e áreas de estudo em voga no ambiente acadêmico, com o convite de especialistas e sujeitos engajados nas pautas sociais e reivindicatórias. Estes e outros fatores serão mais e melhor debatidos no decorrer do artigo.

Se relaciona o aspecto da sexta-feira à noite ser um momento de lazer e relaxamento para as pessoas, em especial trabalhadores/as, como é o público da educação popular. Ainda, a perspectiva da preciosidade do tempo, necessidade objetiva e pragmática de lecionar os conteúdos para o vestibular e, ainda, tecer momentos formativos que proporcionem uma formação crítica são elementos de realce para sustentar a importância de um debate sobre, a final, o que fazer para atrair os educandos a estarem no espaço do cursinho popular, em um dia e horário tão cheio de outras atividades.

Aqui, nos propomos a prestar um artigo que movimenta a experiência vista no Cursinho do Zinga, sendo analisada criticamente, divulgando e balizando no debate a vivência contemplada e seus avanços, conquistas, percalços e dificuldades.

Desenvolvimento

O Cursinho do Zinga iniciou seu período letivo, no ano de 2024, em 1º de Julho. A data "tardia" para o início das aulas diferenciou-se dos anos anteriores, onde haviam tido aulas inaugurais entre os meses de março e maio. O sentido deste "adiamento" se deu por uma falta grande de professores e voluntários para o início do ano, quando reuniram-se apenas 5 voluntários, sendo dois professores e demais, voluntárias de suporte e operações.

Figura 1 - Logo do Cursinho do Zinga - Pré-vestibular Comunitário



Fonte: Instagram do Cursinho do Zinga: https://www.instagram.com/cursinhodozinga/

Assim, foi vislumbrado a necessidade de buscar por mais voluntários. Também, com base em anos anteriores, o grupo solidarizou-se com a evasão do corpo de discentes -e mesmo docentes- do cursinho quando muito previamente se iniciava o período letivo, precisando por vezes abrir uma nova turma de semi-extensivo no meio/fim do ano, o que provocava mais trabalho e dificuldades, desde a confecção do processo seletivo, até para os educadores ministrarem mais aulas e gerarem mais materiais em seu trabalho voluntário.

Com isso, houve um maior tempo de planejamento para o Cursinho do Zinga, o que nas reuniões pedagógicas deu lugar a uma busca ativa por temas e pessoas para ministrarem os Aulões de Sexta, projeto iniciado pelo pré-vestibular em 2023, e aprimorado no presente ano. Com isso, esquematizou-se a Tabela 1, com 22 destas aulas temáticas, somando ainda, um Aulão que ocorreu em uma quarta-feira e três saídas de campo (uma não executada). Gerando, assim, 25 momentos formativos que se constituíram fora do escopo tradicional de aula de um pré-vestibular.

Tabela 1: Aulões ministrados no ano de 2024 do Cursinho do Zinga

Título do Aulão/atividade	**Data**	**Temática/Disciplina**	**Nº de educandos presente**
O negacionismo científico e seus usos políticos	05/07	Sociologia política	26 presentes
Desmistificando as frações	12/07	Matemática	26 presentes

Direito à cidade: entre desigualdade urbana e mobilização popular	19/07	Arquitetura/Urbanismo	25 presentes
A história do vestibular no Brasil: do início ao seu possível fim	26/07	Sociologia	15 presentes
Saída de campo para o Museu de Florianópolis	27/07	Cultura	3 presentes
A história da globalização: processo de financeirização no Brasil e no mundo	02/08	Relações Internacionais	12 presentes
Dicas para resolução de questões de Química no ENEM	09/08	Química	23 presentes
Tecnologia, história e digitalização	16/08	Ciências sociais	6 presentes
Cinedebate "A última abolição": escravidão e resistência no Brasil	23/08	História	13 presentes
Conversa com a autora: livro "Velhos", pela escritora Alê Motta	28/08	Literatura	25 presentes (formato híbrido)
Cinedebate "BR acima de tudo"	30/08	Antropologia	6 presentes
Saída de Campo para a Fortaleza de São José da Ponta Grossa	31/08	História/Geografia	15 presentes
Cinedebate 60 anos do golpe militar, "O dia que durou 21 anos!	06/09	História	4 presentes
Conflito entre Israel e Palestina	13/09	Atualidades	6 presentes

Do Prato ao Corpo: O Papel dos Carboidratos na Nossa Vida	20/09	Biologia/Nutrição	9 presentes
Cinedebate sobre Conflitos de terras e genocídio indígena no Brasil	27/09	Atualidades/Geografia	13 presentes
Brasil: a criação de um país de violência e a resistência na arte	04/10	Artes	10 presentes
Desvendando MRU e MRUV: resolução de questões de Física do ENEM	11/10	Física	12 presentes (número aproximado a partir de relato docente)
Doenças e Saúde Pública no Brasil: História e Desafios Contemporâneos	18/10	Biologia	10 presentes
Brasil: suas constituições e rupturas institucionais no Império e na República	25/10	História	13 presentes
ENEM sem Medo	01/11	Apoio Psicológico	13 presentes
Quimicando de pijama	08/11	Química	10 presentes
Tropicália ou Panis et circencis	22/11	Artes	12 presentes
Uma breve história da política externa dos EUA para a América Latina	29/11	Geopolítica	3 presentes
Revisão de Geografia para a UFSC	06/12	Geografia	11 presentes

Fonte: Dados gerados pela equipe do Cursinho do Zinga, tabela de autoria nossa

A partir da Tabela 1, podemos aferir tanto uma multiplicidade de temas e áreas de abordagem dos aulões, quanto o aspecto da frequência, que oscila no sentido de diminuição, tendência esperada a partir da evasão dos educandos. Mas, para acompanhar a assiduidade aos aulões, alinhado com a frequência de outros dias na semana, utilizaremos da Tabela 2, que

demonstra a média de frequência para cada mês do ano.

Tabela 2: Frequência dos estudantes do Cursinho do Zinga durante o período letivo

Mês	Frequência nas aulas de segunda a quinta-feira	Frequência nos Aulões de sexta
Julho	26,6	23
Agosto	18,5	14,28
Setembro	15,5	8
Outubro	13,25	11,25
Novembro	7,6	9,5
Dezembro	9	11

Fonte: Dados gerados pela equipe do Cursinho do Zinga, tabela de autoria nossa.

Acerca dos dados coletados, alguns dados de caráter metodológico devem ser notados. Primeiro, que a coleta das informações por frequência era mais assídua nos meses iniciais do período letivo, em especial, para acompanhar a necessidade de novas chamadas de estudantes para participarem do cursinho, à medida que as evasões ocorriam. Desta forma, a acurácia dos dados de meses iniciais, foi fruto de maior número de coletas.

Assim, os meses de julho e agosto, contaram com 18 e 14 coletas de frequência, respectivamente. Já nos meses seguintes, para setembro, outubro e novembro, as amostras foram diminuindo, de 9 para o primeiro destes meses, seguido de 4, posteriormente 3 e, no mês de dezembro, uma coleta somente entre os dias de segunda a quinta, bem como um aulão somente. Ainda com a redução do número de coletas, é constatado na prática docente do cursinho que o número vislumbrado como média, era percebido também pelos professores, mesmo tendo oscilações.

Vale destacar que mesmo observando um número geral de educandos presentes, é importante considerar que há uma circulação grande de estudantes, de forma a pessoas novas entrarem e saírem no decorrer do ano, reoxigenando o escopo de estudantes, ao passo em que desidrata em maior quantia. Também, as quedas sempre esperadas quando passam as provas

mais objetivadas, vide exemplo o ENEM, que ocorreu no presente ano em 3 e 10 de novembro, logo, tendo menor participação e presença de estudantes na sequência do mês. Da mesma forma, após a passagem do vestibular de UDESC em 1º de dezembro, sobrando apenas o da UFSC, nos dias 7 e 8 de dezembro.

Ainda, cabe enunciar que nos meses de aula, houve um engajamento bastante semelhante das aulas de sexta em comparação com os dias do restante da semana, tendo inclusive caso de aulões com mais frequência do que aulas no decorrer daquela semana. Podemos lançar mão de hipóteses da ausência maior de estudantes nos aulões do mês de setembro, como por exemplo, ser um mês intermediário nos estudos, quando nem estão no início das aulas, quando há maior assiduidade, tampouco próximo ao período de provas, quando há maior urgência por conteúdos.

No contexto empírico do cotidiano na Educação Popular, é partilhada a necessidade de dialogicidade, e compreensão da realidade dos educandos, em especial, relativo ao período desgastante que a natureza de uma preparação para o vestibular evoca. Neste sentido, a proposta de diversificar os espaços e momentos letivos.

Para Gadotti, os contextos de educação popular transpõem a esfera da educação *per se*, abarcando outros campos da sociedade, de forma que

> As práticas de educação popular também se constituem em mecanismos de democratização, em que se refletem os valores de solidariedade e de reciprocidade e novas formas alternativas de produção e de consumo, sobretudo as práticas de educação popular comunitária, muitas delas voluntárias (GADOTTI, 2000, p. 6)

Neste viés, proporcionar e elaborar práticas que rompam com a prática tradicional de educação pode ser um alicerce para dar voz aos sujeitos em um espaço ampliado e mais democrático de manifestação. Ainda que os cursinhos populares de modo geral tenham apelo de uma pedagogia freireana, cabe refletir sobre os limites pragmáticos que o contexto de um pré-vestibular estabelece.

Na experiência empírica do Cursinho do Zinga, em um contexto de bairro periférico no extremo norte da Ilha de Santa Catarina, sendo uma das piores mobilidades urbanas do país, o fator locacional é elemento notório que condiciona a prática educativa. As aulas, precisam iniciar 19h10 e com frequência receber educandos após o início da aula, pois o

deslocamento do centro - onde há maior concentração de empregos na cidade -, por vezes concerne um percurso de mais de 30km, podendo durar mais de uma hora de deslocamento utilizando de transporte público, precarizado e deficitário.

Acerca do contexto geográfico-locacional, Vieira (2021), aprofunda que:

> Nosso objeto de pesquisa, o Cursinho do Zinga, carimba a presença em outro ponto cardeal da cidade, localizado no Norte do município, a 30,3 km da Praça XV de Novembro (tomando esta como marco geográfico), de forma a colocar-se como o cursinho gratuito mais distante do centro. Levando em conta problemáticas como mobilidade e acesso a opções de transporte, os cerca de 30 km que separam ambas as localidades são notórios quando aplicados ao desdobramento que isto gera: maior tempo no transporte público, que por sua vez não é barato. Além disto, o distanciamento das universidades públicas cria obstáculo à vivência do dia a dia nos espaços acadêmicos, pois os projetos de extensão, estágios e demais contatos com a comunidade externa, como atividades em escolas e estágios, se tornam mais recorrentes nas escolas que também são mais centrais. (VIEIRA, 2021, p. 57).

Junta-se a isso, as intempéries climáticas, uma vez que alagamentos de ruas, bem como falta de energia nos bairros são usuais, fazendo com que dias letivos programados precisem ser cancelados ou remanejados. Além destes e tantos fatores mais, como a dinâmica de trabalho, vida pessoal e familiar, saúde e lazer, se ratifica o compromisso e finalidade de encontro dos educandos ao pré-vestibular, que é a demanda e necessidade por apreender objetivamente as unidades de conteúdos a serem cobradas nos exames de vestibular e ENEM.

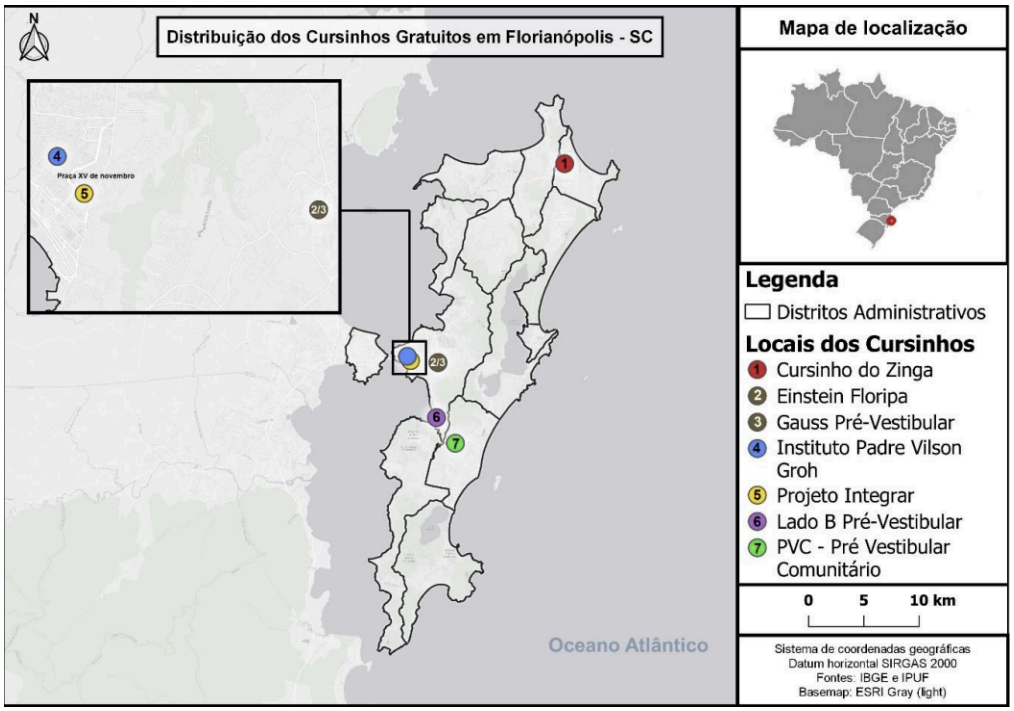
A presença do Cursinho do Zinga, no bairro em que se apresenta, partiu de um processo de decidir mesmo identificar onde havia um vazio de Cursinhos Populares em Florianópolis, para abarcar a comunidade da região. O Cursinho do Zinga neste sentido, não só foi o primeiro estabelecido[2] na região de caráter gratuito, mas fora o único preparatório para o vestibular de fato, o que por vezes se via nos processos seletivos de estudantes, disparidades de renda. Atualmente, um pré-vestibular de caráter mercadológico apareceu também na região.

O Cursinho do Zinga assim elaborou um processo seletivo priorizando abarcar, para além das cotas étnico raciais, um corpo discente desfavorecido socio-economicamente,

[2] O contexto de “estabelecido” pois são presentes relatos pessoais de que escolas ou grupos já realizaram preparações para o vestibular, mas estas, de forma pontual, não possibilitando que encontrássemos uma organização de registros de um funcionamento que ocorresse de forma assídua.

trazendo pras aulas pessoas que não teriam possibilidade de se deslocarem ao centro da cidade, e fazer um pré-vestibular de forma privada. Tal característica, não é unânime entre os curinhos gratuitos de Florianópolis, debate mais aprofundado no capítulo 3 e tópico 3.3 da monografia "A geografia do movimento popular: um estudo de caso do Cursinho do Zinga, Florianópolis-SC" (Vieira, 2021).

Figura 2: Distribuição dos Cursinhos Gratuitos em Florianópolis - SC



Fonte: Elaborado por Eduardo Schmidt Longo. Dados de Bruno Martins Vieira (2021)

Na Figura 2, onde se apresentam os cursinhos gratuitos de Florianópolis-SC, desenvolvido em Vieira (2021), percebe-se uma gravitação de instituições centrais, em especial nos arredores dos campi universitários da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. A própria distância do centro, afasta os aparatos culturais dos educandos do norte da ilha, como no acesso a salas de cinema, espetáculos, museus e outros ambientes de cultura.

Vale ressaltar que, mais recentemente, o cursinho "6", Lado B Pré-vestibular e o "7", PVC - Pré-Vestibular Comunitário, após a pandemia passaram a operar somente no formato virtual e híbrido (presencial algumas vezes na semana), respectivamente. E o "5", Projeto

Integrar, mudou de localidade, saindo da EEB Jurema Cavalazzi, uma escola estadual no Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis, marcada pela presença vasta de comunidades no seu entorno, e foi para o Campus 1 da UDESC, onde funcionam as aulas atualmente.

Neste sentido também, se posta como importante a presença de aulas, momentos e intervenções pedagógicas que tragam obras audio-visuais, palestras, capacitações e outros alicerces para embasar crítica e socialmente os educandos ante o mundo, mesmo tendo provas e exames de acesso à universidade como um caráter motivador para o encontro. Parte também do pré-vestibular popular, compreender e respaldar a demanda material e concreta de apresentar ferramentas para a aprovação dos educandos, mas nisto, entender o caráter multi-facetado de como se fazer este processo, de modo inclusivo, crítico e pessoalizado.

Assim, se constroi uma dupla dinâmica no encontro do cursinho popular, uma da urgência ou necessidade, e a da possibilidade. Enquanto a urgência ou necessidade, refere aos conteúdos, à sensação dos educandos de correrem contra o tempo, as probabilidades e dificuldades para se educarem junto do cursinho, a possibilidade seria a ação político-pedagógica do próprio pré-vestibular em trazer momentos formativos que quebrem com a verticalidade de um ensino bancário ainda que este, muitas das vezes seja um modelo utilizado, para suplantar a própria dinâmica da urgência a qual os educandos chegam nos projetos de educação popular.

Para Freire (1974), acerca da concepção bancária, o educador emite “comunicados” ao invés de comunicar-se, tendo o educando a atribuição de, a partir destes comunicados, receber, memorizar e repetir, tornando o processo de ensino um ato de depositar, uma relação entre depositários e depositantes, aí a concepção de ensino bancário.

A partir disso, a elaboração de uma grade de horários pensada em aulas mais focalizadas na demanda de conteúdo para os dias de segunda a quinta-feira, e os Aulões na sexta-feira para alçar as possibilidades que o contexto de educação popular pode ter, apresentou na Tabela 2 um equilíbrio entre a frequência dos estudantes em todo o período letivo, demonstrando a possibilidade de fazer esta formação pensada na dupla dinâmica.

Ainda, vale ressaltar que, principalmente no cursinho popular, as aulas ditas regulares podem e devem ter um currículo pensado na realidade dos sujeitos, com temáticas e enredos que corroborem no escopo do projeto de educação como um todo, na perspectiva ético-crítica.

Da mesma forma, nos Aulões, os debates possuem abrangência de realçar e destacar conteúdos que podem ser vistos no próprio vestibular, não dissociando assim a prática das aulas regulares com a dos Aulões, e confluindo numa proposição emancipatória dos sujeitos imersos na prática educativa vigente.

Considerações e ideias (nunca) finais

Neste artigo, foi levantada uma de diversas possibilidades percebidas, a partir da prática educativa de educação popular de um pré-vestibular, de modo a incentivar, motivar e promover a reflexão sobre a realização e possibilidade de criar contextos diferenciados de formação, dentro de um contexto de busca pela permanência estudantil.

Parte do movimento propulsionado no Cursinho do Zinga, foi já percebido em outros contextos de educação, porém, contemplados como eventos exporádicos, não necessariamente agrupando um programa, um currículo em torno da promoção destas aulas. Já fora presenciado em outros espaços, que muitas das vezes estas aulas surgem a partir da força e motivação individual de docente(s), mas sem necessariamente uma continuidade, sendo mais um espaço de “ampliar o tempo/debate da aula”, não modificando o caráter desta.

Tal movimento, é de grande valia, e um processo inicial de ampliar o ensinar dos cursinhos, para além da exposição de conteúdos enquadrados em aulas de 40-50 minutos, mas, ainda incipiente enquanto agenda política. Abarcando a continuidade dos Aulões, abrindo em reunião e convocando voluntários-militantes dos cursinhos a pensarem em expansões aos educandos, se protagoniza o pré-vestibular como um campo de experimentação, troca e efervescencia cultural e política.

No caso do Cursinho do Zinga, esta foi uma etapa atingida, mas ainda vista como um horizonte passível de expansão pois, para reivindicar este caráter político-pedagógico integrado, os Aulões de Sexta tem um aspecto central. Visto que há programas de aula diferentes, um, de segunda a quinta-feira e outro, na sexta, é importante que as demais disciplinas se apropriem dos assuntos, temáticas e abordagens do momento formativo da sexta-feira, para que não haja uma descontinuidade do que se ensina e enfatiza, em um dos dias letivos do cursinho, em comparação com os demais.

Em havendo esta “separação”, é transmitida uma impressão de menor importância e, ainda, descontinuidade da lógica de educação do próprio cursinho. O Cursinho do Zinga, neste sentido, já sofreu com esta percepção discente, noção que deve partir e ser orientada pelo currículo do pré-vestibular, com a enunciação da potência que os Aulões possuem.

Também, a evasão docente, por vezes descontinuou importantes diálogos de disciplinas com os Aulões. Ao caso de 2024, fora movimentada uma intencionalidade da equipe do pré-vestibular que os Aulões tivessem conectividade direta com as aulas de Redação, em especial, uma vez que estas se apopriariam dos Aulões para inserir temáticas e textos motivadores engendrados na reflexão sobre o tema de sexta-feira em questão.

Esta proposta, que faria ornar a disciplina com o momento formativo, teve grande aprovação pelos discentes, dando repertório para estes durante as dinâmicas de escritas, o que os motivou a participarem e se engajarem nos Aulões de Sexta. Porém, com a saída da docente de Redação por conta de mudança no regime de trabalho, esta elaboração deixou de acontecer.

Ainda assim, as presenças vistas nas sextas-feiras das paredes do Cursinho do Zinga, nunca foram tão volumosas na proporção com os demais dias da semana, quanto se tornaram após a aplicação dos Aulões de Sexta. Esta dinâmica que modificou o currículo e dia-a-dia dos estudantes, trouxe frutos extremamente positivos, tanto na frequência dos educandos à aula e asciduidade, quanto possibilidade de trazer para o cotidiano do cursinho sujeitos e quadros capazes de debater com expertise relevantes temáticas do campo social, dignificando a reflexão dos discentes, sobre a realidade deles, de seus lugares, e do mundo.

Com isso, celebramos um fértil ano de 2024, sagrados ainda com 17 aprovações -até então-, dos educandos do respectivo ano. Conferindo um potencial transformador da educação popular, e inserindo já dentro das universidades e institutos federais, sujeitos com uma maior capacidade crítica, cientes de debates grandes e significativos sobre o espaço que circundam, e multiplicadores dos exemplos de mudança esperançosa da vida construída através da luta coletiva.

Aqui, deixo um agradecimento e congratulação a estas pessoas, que justificam os esforços diários de contruir a educação popular em Florianópolis-SC, a despeito de todas as adversidades políticas, culturais e estruturais que perpassamos, juntos, tivemos coragem para

imaginar um mundo novo: Ágatha, Amanda, Camyla, Enthony, Epitácio, Igor, Joice, Kauane, Laís, Leonardo, Lisiane, Manoella, Maria Ediarda, Pedro Henrique, Samuel, Stefany, Victória.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, p. 03-11, 2000.

VIEIRA, Bruno Martins. **A geografia do movimento popular: um estudo de caso do Cursinho do Zinga, Florianópolis-SC**. 2021. 134 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, curso de Geografia, Florianópolis 2021. Disponível em: http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00008e/00008ed0.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.

A PROMOÇÃO DA SAÚDE ATRAVÉS DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: UM RELATO DE PESQUISA

Stéphanie Araújo de Andrade[1]
Maria Clara Damaceno Coelho[2]
Laura Natália Freitas Cavalcante Tenório[3]
Yasmin Costa Romão[4]
Yasmin Maria Sátiro Cruz Tavares[5]
Daniella de Souza Barbosa[6]

Resumo:
A sobrecarga de cuidadores de pessoas com deficiência acaba proporcionando adoecimento físico e mental. E é a mulher quem assume, historicamente, esse papel de cuidar, o que justifica a importância de trabalhar o seu empoderamento, na perspectiva da Educação Popular em Saúde, uma vez que esta é uma pedagogia problematizadora e traz reflexões críticas a respeito do papel de cada pessoa na sociedade. Ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) também são embasadas nessa pedagogia crítica e suscitam mudanças voluntárias de hábitos alimentares. Sabe-se que a alimentação influencia a saúde, e se faz essencial no cuidado. Assim, este trabalho traz o relato de pesquisa de atividades de EAN com mães participantes do grupo do projeto de "Extensão Popular em Saúde e a Promoção do Cuidado em um Grupo de Mães de Pessoas com Deficiência", vinculado ao Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (DPS/CCM/UFPB). Todas as informações foram registradas em um diário de campo e interpretadas pela metodologia de Bardin. Os resultados reforçam que as ações de EAN, desenvolvidas na extensão popular, influenciaram positivamente cada participante, contribuindo para mudanças de hábitos e melhoras na saúde física e mental. Assim, ficou evidente que a pedagogia freireana no processo educativo e no cuidado é promotora da saúde, principalmente porque é baseada no respeito à bagagem de cada um, além do vínculo, afeto, amorosidade e estímulo à autonomia. E todos esses elementos estiveram presentes nos encontros do grupo, tornando-o um espaço extremamente terapêutico.

Palavras-chave: Alimentação. Cuidadores informais. Empoderamento. Mulheres. Pessoas com deficiência.

[1] Mestranda em Saúde Coletiva e Graduada em Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba, stephanienutricionista1505@gmail.com.
[2] Graduanda em Fisioterapia pela Universidade Federal da Paraíba, maria.damaceno@academico.ufpb.br.
[3] Graduanda em Fisioterapia pela Universidade Federal da Paraíba, laura.cavalcante@academico.ufpb.br.
[4] Graduanda em Fisioterapia pela Universidade Federal da Paraíba, Ycr@academico.ufpb.br.
[5] Graduanda em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba, yasmin.maria@academico.ufpb.br.
[6] Doutora em Educação, Fisioterapeuta, Professora Adjunta do DPS/CCM/UFPB, daniella.souza.barbosa@academico.ufpb.br.

Introdução

Mulheres que assumem o papel de cuidadoras de pessoas com deficiência enfrentam sobrecarga física e emocional, agravadas pela falta de suporte público adequado e pela invisibilidade de seu trabalho (Foresti; Hodecker; Bousfield, 2021). Assim, estudos indicam que essas cuidadoras frequentemente negligenciam o autocuidado, incluindo práticas alimentares desequilibradas, o que intensifica sintomas como ansiedade, depressão e isolamento social (Milliken *et al.*, 2019; Pousada *et al.*, 2013). Diante dessa realidade, esta pesquisa buscou investigar como intervenções de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), alicerçadas na pedagogia crítica da Educação Popular (EP), podem promover a saúde em mulheres cuidadoras de pessoas com deficiência.

A EP, fundamentada nos princípios freireanos de diálogo e emancipação (Freire apud Hooks, 2017), e a EAN, orientada pela construção de autonomia alimentar (Bezerra, 2018), apresentam-se como estratégias transformadoras. Ambas buscam romper com estruturas opressoras, promovendo reflexões críticas sobre práticas sociais naturalizadas, como a invisibilidade do cuidado feminino (Renk; Buzíquia; Bordini, 2022). Este estudo, desenvolvido no projeto "Extensão Popular em Saúde e a Promoção do Cuidado em um Grupo de Mães de Pessoas com Deficiência" (vinculado ao Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba), tem como objetivo relatar pesquisa feita a partir de atividades de EAN, na perspectiva da EP, com mulheres cuidadoras atendidas na Associação Pestalozzi de João Pessoa-PB. O público-alvo inclui mulheres cuidadoras de pessoas com deficiência, muitas vezes negligenciando seu próprio bem-estar em meio a jornadas exaustivas e à falta de apoio institucional.

A relevância da pesquisa reside na urgência de estratégias que integrem educação crítica e saúde, rompendo ciclos de negligência pessoal e reforçando o protagonismo dessas mulheres em contextos marcados por desigualdades de gênero e falta de apoio estrutural. A naturalização do cuidado feminino, associada à ausência de políticas públicas eficazes, contribui para o adoecimento físico e mental, enquanto a alimentação desequilibrada agrava sintomas como ansiedade e depressão (Hypólito, 2021). Ao articular EP e EAN, este trabalho visa não apenas melhorar hábitos alimentares, mas também ressignificar o papel social dessas mulheres, promovendo saúde integral e qualidade de vida. A pesquisa destaca-se por abordar a interseção entre saúde, nutrição e educação crítica em um grupo historicamente

invisibilizado, evidenciando a necessidade de práticas que reconheçam suas demandas específicas e fortaleçam sua autonomia (Maso; Mendoza, 2021).

Metodologia

Este é um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de pesquisa, realizado com 8 mulheres, selecionadas pelo método "bola de neve". O público-alvo é atendido pela Associação Pestalozzi, e participa do projeto de "Extensão Popular em Saúde e a Promoção do Cuidado em um Grupo de Mães de Pessoas com Deficiência". O estudo surgiu da ideia de integrar conhecimentos teóricos e práticos, a partir da pedagogia da educação popular freireana, que aposta na ampliação progressiva da análise crítica da realidade por parte dos coletivos à proporção que eles sejam, por meio do exercício da participação popular, produtores de sua própria história (Freire, 1996).

A partir do diagnóstico da realidade do público-alvo, suas demandas e necessidades, julgamos pertinente realizar ações de EAN para fortalecer a autonomia das mulheres e gerar escolhas mais conscientes para a promoção da saúde. As atividades foram realizadas em salas disponibilizadas pela equipe da instituição, e foram vivenciadas em semanas subsequentes, entre agosto e outubro de 2024, às sextas-feiras, das 14h às 16h.

Antes de começar a coleta dos dados, a preocupação inicial foi o estabelecimento de vínculo com o público-alvo, viabilizado pela atuação do projeto de extensão há 3 anos com o grupo. Dessa forma, foi possível entender as demandas das mulheres e fazer um diagnóstico da realidade, o que ressaltou ser imprescindível trabalhar o protagonismo na vida delas. Assim, o cuidado para e com elas, além do estímulo ao empoderamento, fortalecimento da autoestima e autonomia, tornou-se um objetivo fundamental de todos os encontros.

A decisão sobre os temas a serem trabalhados relacionados à alimentação e nutrição foi coletiva, em um encontro presencial com o público-alvo. Nesse contexto, foram realizados seis encontros de EAN, e os assuntos escolhidos foram: sono; envelhecimento; depressão, ansiedade e estresse; doenças crônicas não transmissíveis; climatério, e tenda do conto. Todas as experiências e interações desta etapa foram norteadas por atividades com metodologia participativa, por meio de dinâmicas que favoreceram o protagonismo e respeitaram a autonomia das mulheres. Para a tenda do conto, por sua vez, dialogamos sobre "comida afetiva", e elas foram convidadas a falar sobre o assunto, através de uma foto de infância.

A coleta de dados para as ações de educação alimentar e nutricional se deu por meio de observações diretas e anotações sistemáticas dos encontros, através de registros escritos pelas pesquisadoras. Dessa forma, foram registradas impressões, sentimentos e emoções, bem como demais pontos importantes destacados, a exemplo de falas e comportamentos das participantes, que foram selecionados para compor a pesquisa. É importante mencionar que, ao final de cada encontro das atividades de EAN, o público-alvo deu o seu feedback. Ao final, os dados foram organizados, analisados e categorizados conforme a metodologia de Bardin (1977), seguindo as três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados com interpretação.

Na pré-análise, algumas hipóteses surgiram, a saber: a educação popular contribui para a melhora da autoestima e desperta uma consciência crítica; a educação popular é promotora da saúde e melhora da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos; a educação popular contribui para uma boa saúde física e mental; e a educação alimentar e nutricional é capaz de estimular autonomia e gerar mudanças de hábitos alimentares.

A fase de exploração do material transformou as informações coletadas em unidades de análise significativas para a pesquisa. Nesta etapa, as pesquisadoras se debruçaram sobre o conteúdo registrado, destacando o que consideraram pertinente ao estudo. Nesse sentido, foram frisadas palavras e frases relevantes para a discussão, o que resultou nas seguintes categorias: conhecimento popular, mulheres no cuidado e resultados das ações do projeto. Por meio desses destaques, a etapa seguinte foi iniciada, através do diálogo com os estudos disponíveis sobre as temáticas envolvidas. Para tanto, publicações científicas foram buscadas nas bases de dados do Scielo, Lilacs, PubMed e Google Acadêmico.

Vale ressaltar que a identidade das mulheres foi resguardada, em respeito à privacidade delas, assim, para fazer a discussão com os estudos disponíveis na literatura, as participantes foram identificadas com um código alfanumérico, que foi de M1 a M8, sendo “M” uma menção à palavra mulher, e o número identificando cada uma, de maneira aleatória.

Esta pesquisa seguiu a resolução CNS nº 466/2012, sendo submetida à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Médicas da UFPB sob o número de CAAE: 86466624.2.0000.8069. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Por fim, este estudo foi realizado por financiamento próprio.

Resultados e discussão

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) tem como finalidade estimular e fortalecer a autonomia dos indivíduos para realizar escolhas alimentares mais adequadas ao seu contexto, privilegiando o diálogo por meio de uma abordagem problematizadora com potencial promotor da saúde. Assim, para incentivar decisões mais conscientes no público-alvo da pesquisa, foi trabalhada a EAN junto a temas relevantes, definidos coletivamente, em função das necessidades de cada mulher do grupo.

O primeiro tema abordado foi o sono, contando com a participação das áreas da nutrição, enfermagem, fisioterapia e medicina, objetivando discutir sobre a influência da alimentação na qualidade do sono. A atividade dividiu as participantes em dois grupos, que levantavam uma placa para indicar consenso: verde para concordância e vermelho para discordância. Durante a discussão, o peixe foi apontado como um alimento benéfico para uma boa noite de sono, fato destacado por M1, que afirmou gostar de consumir peixe por ser mais leve do que a carne, embora não conhecesse esse benefício. Ao tratar dos alimentos que prejudicam o sono, foram citados os carboidratos simples e refinados – exemplificados pela tapioca –, suscitando a observação de M7, que comparou o efeito do café com o da tapioca.

Nesse contexto, Bezerra (2018) defende que o autocuidado e a autonomia resultam de ações fundamentadas na metodologia problematizadora da EAN, conquistadas por meio dos conhecimentos adquiridos e das reflexões críticas sobre a vida pessoal e a realidade vivenciada, o que promove mudanças comportamentais voluntárias e hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Na segunda dinâmica, o envelhecimento foi o tema debatido com as mães, com o objetivo de discutir como a alimentação e os hábitos de vida influenciam um envelhecimento saudável. A atividade utilizou o jogo da memória, no qual, a cada par descoberto, iniciou-se um diálogo sobre o tema ilustrado pela imagem. Composto por 10 pares de figuras, o jogo abordou tópicos como senescência e senilidade, melhores escolhas na hora de comprar, armazenamento adequado de alimentos, local das refeições, fracionamento de refeições, sal à mesa, mastigação, hidratação, redução da massa magra e consumo de fibras. Ressalta-se que o jogo da memória, além de trabalhar a memória visual, atenção e concentração, favorece a socialização e integração, por ser disputado em grupo.

As ações de EAN demonstradas na intervenção de Silva (2023), realizada com mulheres em uma UBS de Belém, evidenciam a importância de disseminar saberes sobre alimentação. Baseada na realidade individual, a EAN tem o propósito de promover um estilo de vida saudável por meio de reflexões críticas, empoderamento e respeito à autonomia.

Durante a discussão sobre a imagem de um ambiente ideal para as refeições, foi enfatizada a relevância de um espaço limpo, organizado e bem iluminado, além do valor de comer em companhia. Nesse momento, M2 comentou que já praticava isso em casa e destacou que essa prática deveria ser comum em todos os lares, embora essa realidade não se aplique à maioria das famílias brasileiras. Concluiu-se que, se a família conseguir realizar ao menos uma refeição conjunta, isso contribuirá para a socialização, estimulará o apetite e tornará o ato de se alimentar mais prazeroso.

Na discussão sobre a leitura dos rótulos durante as compras, muitas participantes afirmaram não ter tempo, e olharem apenas a validade dos produtos, o que reforça o papel tradicionalmente atribuído à mulher nas tarefas domésticas. Ademais, a rotina acelerada impede uma análise mais cuidadosa, o que poderia favorecer escolhas alimentares mais saudáveis para a família.

Ao abordar a mastigação, ressaltou-se a importância de realizar pelo menos 30 mastigações por colherada, facilitando a digestão e o funcionamento das enzimas, especialmente com o avanço da idade. Contudo, as mães demonstraram resistência ao saberem dessa quantidade, considerando-a difícil de ser aplicada na prática.

No encontro subsequente, o foco foi a relação entre alimentação, ansiedade, depressão e estresse. Realizada com cinco mães, a atividade teve como objetivo evidenciar como a alimentação pode influenciar os sintomas depressivos e ansiosos, bem como o estresse. Para isso, foi proposto o jogo “passa-peteca”. Com o auxílio de uma extensionista, que controlava a música, a peteca circulava entre as participantes. Sempre que a música parava, a pessoa que segurava a peteca retirava uma das 12 perguntas de uma caixinha e compartilhava suas opiniões, iniciando um amplo debate que se estendeu até o término das questões.

Em sequência, a música “Feira de Mangaio” foi escolhida para a atividade lúdica. As perguntas da caixinha ligavam inflamação e estresse oxidativo a sintomas depressivos e ansiosos, destacando a importância da dieta para a produção de serotonina e dopamina. No

debate, os antioxidantes foram apontados como essenciais contra os radicais livres, e a dieta mediterrânea foi recomendada por seus benefícios à saúde.

A sabedoria popular se fez presente à medida que as participantes ressaltaram o valor das experiências de vida, da cultura e dos saberes passados por gerações. Ao comentar sobre saúde intestinal e ansiedade, M1 afirmou: “intestino preso deixa barriga grande e a gente não dorme direito”, enquanto M4 declarou: “quando estou ansiosa, tenho vontade de me urinar”. Embora não dominem os mecanismos fisiológicos, as mulheres compreendem na prática como a ansiedade interfere na rotina e como um intestino irregular pode afetar a saúde.

Ao desenvolver ações baseadas na Educação Popular, o respeito aos sujeitos é essencial. Conforme Freire (1999), a identidade cultural deve fundamentar o processo, pois valorizar o saber popular é reconhecer a cultura dos indivíduos. Nesse sentido, sobre o tema da ansiedade, discutiu-se o papel do triptofano—aminoácido essencial para a produção de serotonina, que auxilia na prevenção e atenuação dos sintomas ansiosos. A banana, fonte desse aminoácido, foi mencionada por M2, que comentou: “quando como banana, quando estou ansiosa, acalmo-me”. Essa abordagem evidencia a importância das experiências pessoais e do saber popular, independentemente das explicações científicas.

Uma pesquisa realizada por professores, que promoveram ações com famílias e comunidades para a prevenção do coronavírus, demonstrou que integrar o conhecimento científico ao popular por meio de materiais acessíveis pode facilitar o acesso a informações essenciais para o autocuidado e o cuidado comunitário (Vitória *et al.*, 2023). Dessa forma, conclui-se que, ao atuar na perspectiva da Educação Popular, é fundamental agregar o saber técnico-científico ao conhecimento popular, prática visada nas atividades desta pesquisa.

Ao término da brincadeira, as mães puderam esclarecer dúvidas. M3 sugeriu que se preparasse uma sopa ou algo mais leve, ressaltando que alimentos considerados “pesados”, como refeições gordurosas, demandam muito do sistema digestivo e prejudicam o sono. Por fim, todas as participantes atuaram de forma ativa, interagindo e demonstrando satisfação com o momento de trocas e aprendizados. “Alguma coisa fica, e a gente lembra, e já ajuda”, comentou M1.

Na sequência, o grupo passou a discutir a relação entre a alimentação e as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), com o objetivo de debater a influência dos hábitos alimentares na prevalência de enfermidades associadas ao envelhecimento, como hipertensão

arterial, diabetes tipo II e neoplasias (especialmente na mama, pele e intestino), que acometem frequentemente o público-alvo da pesquisa. A atividade foi organizada em três "ilhas do saber", distribuídas em salas distintas, e as mulheres, divididas em trios e duplas, se revezaram em cada estação de discussão.

A dinâmica teve início com três mães, com a entrada subsequente de mais duas e, por fim, de outras três participantes. Foram discutidos os fatores de proteção e risco associados aos hábitos alimentares e ao câncer, utilizando uma abordagem ativa em que as participantes listaram, em uma cartolina, tais fatores segundo seus conhecimentos. Após a exposição, cada grupo participou de uma discussão abrangente sobre o tema.

Todas interagiram positivamente, apesar de alguns erros consensuais, como acreditar que a radiação do micro-ondas pode causar câncer e que o consumo de vegetais com agrotóxicos gera riscos, quando, na verdade, devido à sua composição, esses alimentos funcionam como fator protetor. A reposição hormonal também gerou dúvidas, mas o primeiro grupo a classificá-la como risco foi influenciado pela experiência de M1 na área da saúde.

Em relação aos vegetais com agrotóxicos, enfatizou-se a recomendação de remover as cascas das frutas para reduzir a ingestão dessas substâncias. Nesse contexto, M3 comentou que consome maçã diariamente e, apesar de gostar de comê-la com casca, passará a removê-la. Sobre os laticínios, surgiram divergências: um grupo justificou sua classificação como fator de risco devido ao consumo excessivo. Foi esclarecido que a lactose não está relacionada ao câncer, e a intolerância associada ao leite se deve à deficiência da enzima responsável por sua digestão.

Ao discutir o consumo excessivo de álcool, que impacta principalmente as mulheres, M3 expressou descontentamento, pois aprecia beber cerveja aos finais de semana. Assim, foi afirmado que bastaria moderar a quantidade e adotar medidas protetivas no dia a dia. M4 revelou que também tinha o hábito de consumir salsicha e bebidas alcoólicas nos finais de semana. Embora o debate tenha girado em torno de alimentação saudável, não houve repreensões, sendo destacado que o papel do educador é orientar com base no conhecimento adquirido, demonstrando cuidado e respeito pelas participantes.

O álcool, reconhecido como a substância psicoativa mais antiga, afeta o organismo feminino de maneira mais acentuada. Isso ocorre porque as mulheres apresentam menor volume de água corporal, maior percentual de gordura e menos enzimas para metabolizar o

álcool, o que as torna menos tolerantes ao seu consumo em comparação aos homens (Silva; Lyra, 2021).

Concernente ao que foi abordado acima, o alimento vai além dos nutrientes e calorias que fornece. Assim:

> o ato de comer, além de satisfazer as necessidades biológicas, é também fonte de prazer, de socialização e de expressão cultural. As características dos modos de vida contemporâneos influenciam, significativamente, o comportamento alimentar, com oferta ampla de opções de alimentos e preparações alimentares, além do apelo midiático, da influência do marketing e da tecnologia de alimentos (Brasil, 2012, p.14).

Também é válido pontuar que as condições socioeconômicas afetam o que comemos. E, por mais que a maioria das mulheres do grupo tenham uma situação financeira boa, M4 é uma exceção, o que explicaria o consumo de alimentos mais acessíveis, como a salsicha.

Ao concluir a ação daquele dia, foi evidenciado que a alimentação é apenas uma parte de um estilo de vida saudável, e que outras questões influenciam a saúde de forma geral, como o exercício físico, o sono, o controle do estresse, a genética, entre outras. Todas demonstraram satisfação com a troca e compreenderam a importância da dinâmica realizada, uma vez que manifestaram ter aprendido coisas que não sabiam.

No debate subsequente, falou-se sobre alimentação e climatério, a fim de relacionar alimentos e nutrientes a melhorias nos sinais e sintomas ocasionados pela variação hormonal nessa fase. Inicialmente, o grupo foi convidado a falar o que sabia sobre o tema, e, em seguida, o assunto foi introduzido com foco na alimentação. Posteriormente, elas foram divididas em dois grupos para uma dinâmica de associação. Assim, tiveram que relacionar sinais e sintomas do climatério a alimentos que acreditavam aliviá-los. A atividade durou cerca de 15 minutos, quando finalizaram colando as palavras nas respectivas colunas (sinais e sintomas ou alimentos) numa folha de papel A4. Quando cada grupo terminou de fazer a associação, nos reunimos numa sala para o debate sobre cada item, com orientações e esclarecimentos a respeito da temática.

Ao serem questionadas sobre o climatério, não souberam definir exatamente o que era, apenas mencionaram a sintomatologia, enfatizando o calor excessivo. Foi então que foi explicado o significado do climatério, destacando alguns hábitos importantes durante esse período, como: ingerir fitoestrógenos, controlar o consumo de álcool e a ingestão de calorias.

Ao seguirmos para o amplo debate, foram ressaltados nutrientes fundamentais para a mulher na menopausa, como o ômega-3, 6 e 9, bem como a vitamina A, E, o cálcio, potássio, magnésio, triptofano e fibras. As mães demonstraram interesse pelo ômega-3, e algumas afirmaram que ele já faz parte da rotina. M1 sabiamente pontuou que a recomendação diária desse nutriente é difícil de ser alcançada apenas pela alimentação.

Dentre os vários benefícios deste nutriente, podemos citar a melhora do funcionamento intestinal, combate à inflamação, melhora da pressão arterial, redução de triglicerídeos e promoção de desempenho cognitivo. À vista disso, uma revisão integrativa, que estudou a suplementação de ácidos graxos ômega-3 na saúde cognitiva de idosos, encontrou que alguns estudos sugerem que ele, principalmente pela produção de EPA e DHA, pode sim estar associado a uma melhor cognição em pessoas idosas (Fablicia *et al.*, 2024). Seu consumo em quantidade ideal não é tão fácil de ser adquirido pela alimentação apenas, uma vez que suas principais fontes são peixes de água fria, oleaginosas e linhaça, que geralmente não são consumidos na quantidade ideal para atingir a sua recomendação diária.

Ao encerrar essa atividade com elas, foi explicado o funcionamento do próximo encontro. Por se tratar da tenda do conto, foi solicitado que trouxessem uma foto de infância, que ajudasse a resgatar um alimento ou prato preferido dessa fase da vida.

A tenda do conto é uma ferramenta inovadora e extremamente dinâmica, uma vez que sempre será diferente a cada realização, ainda que com o mesmo público. São momentos que nos proporcionam presenciar a emocionante elevação do diálogo, que se nutre de “amor, de humanidade, de esperança, de fé, de confiança” (Freire, 1997, p.68).

No primeiro dia desta prática com as mães, estavam presentes duas delas, M3 e M8. Durante a explicação sobre seu funcionamento, M3 prontamente demonstrou interesse em iniciar, escolhendo sua história a partir de uma laranja. Sua memória relacionada à fruta remeteu à sua família, especialmente à avó, além de vivências com a vizinhança.

“Eu era pequena com uma amiga minha (quase irmã), e a minha mãe fazia papa de farinha, e até hoje eu gosto, como que me lambuzo! Desde pequena, cada um sentava no chão, comia papa, tomava água e ficava de estômago cheio”, contou M8 quando chegou a sua vez.

As duas histórias compartilhadas colocam a alimentação como protagonista de momentos felizes. Cheias de emoção, elas puderam relembrar momentos da vida e confirmar que o alimento é afeto, prazer, cultura e socialização!

Nesse contexto, ações de Educação Alimentar e Nutricional precisam enfatizar isso. Ao trabalhar com pessoas em suas singularidades, cada alimento vai ter um significado diferente, o que devemos levar em consideração ao trabalharmos comportamentos e hábitos. Não se trata apenas de bater metas, muito menos de impor algo, e sim de olhar para todo o contexto de vida do sujeito (na sua integralidade) e respeitar as suas escolhas.

"Vocês ficaram na minha memória, porque toda vez que vou comer, me lembro de vocês!", disse M3. Esse depoimento possui um significado relevante para a nossa atuação profissional, pois evidencia que o trabalho desenvolvido segue na direção correta. Além disso, ressalta a importância do amor, do afeto e do vínculo estabelecido, os quais foram construídos e fortalecidos ao longo dos anos de extensão popular com esse grupo de mulheres.

Essa fala também sugere que a comunicação durante as atividades ocorreu de maneira satisfatória, o que é imprescindível para o alcance dos resultados. Como é destacado no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (2012), a comunicação é um aspecto fundamental para a EAN, e deve estar embasada em fatores como: escuta ativa, reconhecimento do saber do outro, construção de conhecimento compartilhado, valorização da cultura, vínculos, relações horizontais, entre outros.

No segundo e último dia da tenda do conto, mais duas mulheres participaram: M1 e M6. Antes do início da atividade, foi feita a explicação da dinâmica, considerando a presença de três mulheres que não haviam participado do encontro anterior. Nesse contexto, M6 prontificou-se a iniciar o relato de sua história, utilizando as fotos de infância que selecionou com dedicação para compartilhar com o grupo.

> "O alimento especial era feijão macassar com farinha e manga, além de toucinho de porco. Na quarta, quinta e sexta, a gente comia manga. A gente jogava bola, subia no coqueiro... cozinhávamos na panela de barro, era comida mesmo. Durante a semana, a gente trabalhava na roça de dia e estudava à noite. Esses alimentos me trazem boas memórias, até hoje eu amo toucinho de pouco! Outro alimento especial era o ovo. Eu batia a clara em neve e adicionava açúcar com farinha. Primeiro eu batia a clara, depois a gema. Orelha de pau, que a minha mãe fazia pra gente. A minha infância foi em Taperoá". (M6, na atividade da tenda do conto).

M1 foi a última a partilhar suas recordações em torno da alimentação na infância. A partir de duas fotos escolhidas por ela, começou falando inicialmente as lembranças de sua primeira eucaristia, na qual a oferta da hóstia enchia seus olhos, repletos de curiosidade sobre o corpo de Cristo. Ela reforçou nunca ter esquecido dessa sensação vivida.

> "A minha história maior foi nessa foto da eucaristia. Eu morava no sítio, e a catequista só dizia que tinha um Deus que nos segurava, como uma luz, e nós só

> iríamos recebê-lo comendo a hóstia. Éramos 5 meninas. Na primeira comunhão, não veio pai, nem mãe, nem ninguém, só elas. Era uma alegria! Quando eu fui receber a hóstia, eu vi a luz, estava com os olhos arregalados. Quando cheguei em casa, era galinha de capoeira, arroz da terra, feijão macassar e umas frutas. A catequista foi almoçar conosco. É uma lembrança que eu nunca irei esquecer. Eu amava comer beiju. Ia à casa de farinha preparar. Beiju debaixo da farinha, tapioca, beiju seco… Brinquei muito, aprendi muito… A gente também fazia bolo de pé de moleque, na palma da bananeira, com cravo, leite de coco… E eu me criei muito sadia, graças a Deus, cheia de saúde". (M1, na atividade da tenda do conto).

No momento de encerramento, foi abordada a relação com a comida e como as experiências individuais influenciam os gostos e hábitos alimentares. Ressaltou-se que, embora esses hábitos possam ser modificados quando necessário, o mais importante é manter uma relação saudável com a alimentação, destacando que o paladar pode ser reeducado.

As participantes demonstraram satisfação com as atividades, enfatizando a relevância do grupo em suas vidas e até mesmo no bem-estar de seus filhos. Nesse contexto, M6 destacou que seu filho apreciou o cuscuz com aveia, uma receita aprendida durante um dos encontros, e mencionou que a participação no projeto a auxiliou a cuidar melhor dele.

A estratégia do cuscuz com aveia foi mencionada em uma das primeiras intervenções da extensão, durante a avaliação individual das mães. Nesse momento, houve a oportunidade de orientar M6 sobre a perda de peso saudável, apresentando alternativas para alcançar esse objetivo. A adição de fibras às preparações aumenta a saciedade e reduz a ingestão calórica.

Ao longo das ações realizadas, as trocas estabelecidas evidenciaram o quanto as participantes se sentiram cuidadas e valorizadas, além de encontrarem no grupo um espaço de apoio e conhecimento essencial para a melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, M1, seguindo seu hábito após cada atividade, expressou gratidão pelos ensinamentos recebidos. Na ocasião, reforçamos que se tratava de uma troca mútua, na qual todos aprendiam com a experiência compartilhada, e que o projeto só possuía significado devido à existência delas.

A construção compartilhada do conhecimento é participativa e ocorre através do diálogo, sem espaço para a hierarquia estabelecida na Ciência Moderna entre pesquisador e pesquisado. Portanto, como coloca Cruz (2019a):

> "construção compartilhada do conhecimento constitui uma denominação de uma das possíveis perspectivas de se pensar e de se promover a pesquisa e a ação social com características participativas, inclusivas, dialógicas e críticas, tendo como clara intencionalidade a emancipação social, humana e política das pessoas e dos grupos populares. Essa denominação conflui de um amplo movimento, com tradições marcantes na América Latina, na América do Norte e da Europa, e é orientada por concepções e teorias que coadunam com a epistemologia crítica e implicada com a justiça social, os direitos sociais e humanos e a equidade". (CRUZ, 2019a, p. 5).

Desse modo, observa-se que na troca de conhecimentos proporcionada pela participação na extensão popular, passamos a fazer parte daquele grupo de mães, como seres humanos, dispostas a dialogar com amorosidade, escutá-las e acolhê-las. Assim, apesar dos rabiscos de uma estrutura para as ações, toda sexta-feira o roteiro era dado pelas mulheres, uma vez que eram as suas demandas e necessidades que guiavam todo o processo.

Nesse sentido, conseguimos ver a importância de projetos norteados pela pedagogia freireana, uma vez que o público-alvo carece de cuidados, pela falta ou fragilidade de uma rede de apoio e de cuidados. E os depoimentos ao longo das ações realizadas destacam isso. Todas concordaram com os benefícios destas. Uma mãe, por sua vez, concordou que após as atividades vivenciadas por ela, sentiu uma mudança física e mental (M6). Já M3 relatou que a sua autoestima melhorou com o grupo.

Por fim, as ações do projeto foram significativas, pois, ao dedicarem suas rotinas a cuidar do outro e não de si mesmas, essas mães acabam se anulando enquanto indivíduos, sem muitas oportunidades de olhar para si. E, embora o cuidado na rede de saúde municipal precise ser efetivo, tanto para as pessoas com deficiência quanto para seus cuidadores, essa realidade não é o que se encontra em João Pessoa-PB. Assim, trabalhos como esse, além de contribuir com o cuidado, ajudam a trazer visibilidade a esse público e contribuem para a sensibilização de gestores e outros atores que devem agir para melhorar a saúde da população.

Considerações finais

As ações de EAN no projeto de "Extensão Popular em Saúde e a Promoção do Cuidado em um Grupo de Mães de Pessoas com Deficiência" proporcionaram uma troca eficaz de conhecimentos, com fortalecimento da autonomia e mais qualidade de aprendizagem vida para as participantes, uma vez que estas relataram mudanças positivas a partir de melhores escolhas alimentares e de hábitos de vida. Nessa perspectiva, evidencia-se a potência da pedagogia freireana no processo educativo, bem como a sua importância no cuidado, uma vez que este só faz sentido ao considerarmos a bagagem de cada sujeito, respeitando a sua singularidade.

Assim, os encontros com as mulheres reforçaram que a EP contribui para a melhora da saúde física e mental, e isso acontece por meio de tecnologias leves, como o vínculo, a escuta com amorosidade, o acolhimento e o afeto, elementos fundamentais que fizeram do grupo um espaço extremamente terapêutico. Ademais, a alimentação adequada tem influência no

bem-estar geral da população, e o processo educativo é essencial para fomentar a adoção voluntária de bons hábitos, que vão interferir direta e indiretamente na saúde.

Durante o estudo, algumas limitações foram identificadas, como a redução do número de participantes, que inicialmente eram dez e, por razões pessoais, passou para oito. Além disso, imprevistos na rotina impediram a presença de algumas mulheres em todos os encontros, dificultando certas análises sobre os resultados obtidos. Dessa maneira, a pesquisa poderia ter sido aprimorada com a coleta de dados em dias alternativos e um período de intervenção mais longo, possibilitando uma avaliação mais precisa dos impactos na saúde das participantes.

Por fim, destaca-se que as motivações que impulsionaram este trabalho estão intrinsecamente ligadas ao propósito da formação na área da saúde e da educação popular: promover o cuidado e contribuir para a autonomia do indivíduo. E o projeto conseguiu cumprir esse objetivo, além de proporcionar acolhimento, permitindo vivenciar trocas enriquecedoras com mulheres notáveis, afetuosas e repletas de determinação.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEZERRA, J. A. B. **Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes**. Fortaleza, Ce: Edições UFC, 2018. 120p.:il.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS, 2012.

CRUZ, P. J. S. C. Construção compartilhada do conhecimento na pesquisa e na ação social. In: CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (org.). **Construção Compartilhada do Conhecimento na Pesquisa e na Ação Social**. João Pessoa: Editora CCTA, 2019a.

FABLICIA, I. *et al.* Suplementação de ácidos graxos ômega-3 na saúde cognitiva de idosos: revisão integrativa. **Rev. Ciência Plural**, *[S. l.]*, v. 10, n. 2, p. 1-13, 2024.

FORESTI, T., HODECKER, M.; BOUSFIELD, A. B. S. O cuidado na perspectiva de familiares de pessoas com deficiência: revisão integrativa. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 26, n. 4, p. 392-403, 2021.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 27 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra; 1996.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Edição Padrão. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HYPÓLITO, T. M. **Associação entre alimentação, ansiedade, depressão e estado nutricional: efeitos sobre absenteísmo e despesas em saúde entre indivíduos adultos residentes no município de São Paulo (SP)**. 2021. 203 f. Tese (Doutorado em Nutrição em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MASO, T. F.; MENDOZA, N. G. Educação popular feminista: um sonho, uma luta e um ato político. **Revista Estudos do Sul Global.** São Paulo, v. 1, n. 2. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2021.

MILLIKEN, A.; MAHONEY, E. K.; MAHONEY, K. J.; MIGNOSA, K.; RODRIGUEZ, I.; CUCHETTI, C.; INOUE, M. "I'm just trying to cope for both of us": Challenges and supports of family caregivers in participant-directed programs. **Journal of Gerontological Social Work**, *[S. l.]*, v. 62, n. 2, p. 149-171, 2019.

POUSADA, M. *et al*. Impact of caring for a child with cerebral palsy on the quality of life of parents: a systematic review of the literature. **Journal of Developmental and Physical Disabilities**, *[S. l.]*, v. 25, n. 5, p. 545-577, 2013.

RENK, V. E.; BUZIQUIA, S. P.; BORDINI, A. S. J. Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado. **Cad. Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 416-423, 2022.

SILVA, M. DAS G. B. DA; LYRA, T. M. O impacto do beber feminino. **Pesqui. prát. psicossociais**, São João del-Rei, v. 16, n. 4, p. 1-16, 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-89082021000400006&script=sci_abstract. Acesso em: 15 fev. 2025.

SILVA, R. B. S. *et al.* **EDUCAÇÃO NUTRICIONAL PARA MULHERES ATENDIDAS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.** *In:* Primeiro Congresso Internacional Multidisciplinar de Ciências da Saúde, Biológicas, Sociais e Humanas Aplicadas - ANAIS DO EVENTO, 2023. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/comciencias-internacional-/trabalho/273526>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SOUSA, C. T. *et al.* Diferenças Raciais no Controle da Pressão Arterial em Usuários de Anti-Hipertensivos em Monoterapia: Resultados do Estudo ELSA-Brasil. **Arq Bras Cardiol.**, Rio de Janeiro, v. 118, n. 3, p. 614-622, 2022.

VITÓRIA, A. M. *et al.* **Uma ciência com o povo no enfrentamento da pandemia**. *In:* Cuidado e formação no campo da saúde em diálogo com os saberes populares. Vanderléia Laodete Pulga, Vera Lúcia de Azevedo Dantas, Maria Rocineide Ferreira da Silva, Osvaldo Peralta Bonetti (orgs.). 1 ed. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2023. 345 p.

Template de artigo de opinião

Juventudes e Território: Estudo de caso da aplicação da metodologia de Educação Popular a partir do Projeto Construindo Comunidades Saudáveis nas favelas Urbanas de Salvador-Ba

Andreane Pereira Moreira[1]
José Roberto Amorim[2]
Gabriela Souza Santana [3]
Tatiane Pereira dos Santos[4]

Resumo

Este artigo de opinião tem como objetivo abordar criticamente elementos fundamentais nas discussões sobre educação popular, juventudes e periferias na atualidade. A partir de uma pesquisa empírica vinculada ao projeto do ISC/UFBA, intitulado *Construindo Comunidades Saudáveis nas Favelas Urbanas de Salvador-BA*, realizado em três comunidades da cidade, a pesquisa foca uma das áreas atendidas: Pau da Lima. Nesse contexto, foram propostas atividades voltadas para os jovens, com base nas demandas levantadas pelos próprios moradores. Os objetivos específicos incluem a análise do relato da experiência dos envolvidos no processo, discussão da relação estabelecida entre os jovens e o território onde vivem, e, por fim, a reflexão sobre a conexão entre território, periferia, juventude(s) e educação popular, considerando a omissão do Estado e a vulnerabilidade enfrentada por esse grupo.

Palavras-Chave: Território. Periferia. Juventude(s). Educação Popular. Cidadania.

Introdução

O Projeto *Construindo Comunidades Saudáveis* tinha como objetivo principal contribuir para a constituição de grupos autônomos a partir das potencialidades e necessidades da própria comunidade, visando promover a compreensão e a força do coletivo nas ações, com base na educação popular. Esse processo foi complementado pelas observações e escutas feitas pela equipe responsável pela formação do grupo comunitário, buscando, assim, criar

[1] [1] Doutoranda em Educação e Contemporaneidade PPGEDUC/ Universidade Do Estado Bahia-UNEB, Assistente Social, Pesquisadora no referido Projeto; andreanemoreira@gmail.com.
[2] [2] Mestre em Educação Contemporaneidade PPGEDUC/ Universidade Do Estado Bahia-UNEB, historiador, amorimlima2009@hotmail.com.
[3] [3] Pós-graduada em Serviço Social no Sistema Sócio- jurídico. Assistente Social do CIDE – Capacitação, Inserção e Desenvolvimento. gabryellasouzasantana@gmail.com
[4] [4] Mestra em Educação Contemporaneidade PPGEDUC/ Universidade Do Estado Bahia-UNEB. Assistente social lotada na Secretaria da Educação do município de Lauro de Freitas /Bahia. tatiane2020pereira@hotmail.com

uma comunidade autônoma e participativa, especialmente nas questões de interesse coletivo, de acordo com as demandas da população.

Nas incursões realizadas semanalmente no território, através das visitas porta à porta, rodas de conversa e atividades diversas, recebemos por parte da comunidade a solicitação de se trabalhar também pontos referentes à profissionalização dos jovens moradores do território, devido ao alto risco de vulnerabilidade existente.

Desse modo, percebemos que as mudanças experienciadas constantemente no mundo do trabalho, contribuem para dificultar a inserção profissional de jovens vulnerabilizados. O território onde os mesmos residem, as questões problemáticas da mobilidade urbana, entre outros problemas, tornam maiores os desafios a serem enfrentados.

Os aspectos percebidos atualmente refletem também por parte do modo de produção capitalista, maiores exigências por qualificação e aperfeiçoamento de habilidades e competências pessoais e sociais, aliado a ausência do Estado no que diz respeito a efetivação de direitos previstos na Constituição Federal de 1988, e ratificados nas seguintes normativas legais: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 1993 e o Estatuto da juventude, Lei nº 12. 852 de 2013. Dessa forma, a criação de estratégias que auxiliem no desenvolvimento de jovens periféricos e por vezes sem acesso a uma educação crítica reflexiva foi um fator preponderante.

A proposta de provocar o interesse pela temática de direitos humanos e cidadania; mobilizar para o interesse pela dedicação e continuidade nos estudos, através de oficinas e dinâmicas propostas; Promoção de ações envolvendo profissionais de diversas áreas de formação, que facilitassem o autoconhecimento, a reflexão, o entendimento acerca de questões éticas, a compreensão dos elementos que acompanham a vida em sociedade foram os motes principais para a implementação deste trabalho.

Desse modo, foi realizado um acordo com parceiros institucionais, que privilegiasse a participação de jovens da comunidade da Baixa de Santa Rita, proporcionando desenvolvimento social e educacional, com discussão de temáticas referentes aos direitos humanos, introdução ao uso de ferramentas tecnológicas, de modo a propiciar educação, preparação para o mercado de trabalho, além de funcionar como mecanismo de constante aprimoramento e capacitação para a vida. O referido projeto teria duração contínua, a contar do início da produção das atividades e seriam cadastrados a princípio, aproximadamente 40 jovens que participariam ativamente das atividades planejadas no turno matutino aos sábados.

Aspectos metodológicos da experiência

A proposta dessa oficina de aprendizagem profissional surge como uma forma de facilitar com que o Programa de Aprendizagem de fato chegasse às áreas mais periféricas[5] da cidade. Uma das prerrogativas deste era que o público alvo fosse estudante ou egresso em situação de vulnerabilidade social.

Inicialmente as atividades foram destinadas aos adolescentes e jovens de 14 a 22 anos, portanto, juventude(s), moradores da Baixa de Santa Rita, com perfis aptos a ingressarem no Programa de Aprendizagem, conforme preconiza a Lei nº 10.097 de dezembro de 2000; e a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. Considerando além dos aspectos de possível empregabilidade, a educação ampliada com foco na cidadania, abrangendo um leque de direitos sociais já promulgadas, mas, infelizmente nem sempre efetivados.

Vale destacar a ausência de um consenso sobre a concepção de juventude, pois são visões diferentes, como a partir da faixa etária, através dos campos da psicologia, das legislações e da sociologia, logo, seguiremos considerando os estudos de Dayrell (2003, p.3) que propõe tratarmos a categoria no plural "para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes".

Desse modo, ao abordar juventudes no plural é imprescindível considerar a trajetória de vida, a condição cultural, bem como o recorte de raça/etnia, gênero e classe social, pertencimento de território, entre outros aspectos que interferem no modo de ser jovem, logo os sujeitos da pesquisa são os que vivenciam situações específicas de vulnerabilidade e risco. Vale ressaltar as pesquisas de Kowarick (2009, p.19), a vulnerabilidade socioeconômica refere-se à "situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania".

Referente ao direito à educação e ao trabalho para os jovens das periferias cabe a reflexão: Como construir projetos de vida diante de um cenário de vulnerabilidade cotidianas?

[5] Ocorre que no período em que atuei como assistente social em uma entidade formadora, que operacionaliza a Política de Aprendizagem observei um público que não condizia com essa prerrogativa, ao mesmo tempo em que, foi pontuada a necessidade por parte dos moradores da Baixa de Santa Rita.

O acesso ao mundo do trabalho com dignidade, igualdade com escolha de profissão deve ser um sonho possível também para as juventudes das periferias.

Desse modo, o projeto foi desenvolvido em uma parceria entre o CIDE Capacitação e Desenvolvimento, entidade sem fins lucrativos, que cedeu profissionais/monitores para o desenvolvimento da capacitação dos jovens; a IBC (Igreja Batista da Proclamação em Pau da Lima) cedendo à estrutura e as salas de aulas; o Projeto Construindo Comunidades Saudáveis que forneceu alguns instrumentos necessários a essa capacitação (1 notebook, 1 data show); e a elaboração, gestão e coordenação do mesmo de responsabilidade da assistente social Andreane Moreira componente do referido projeto.

Dessa forma, também fizeram parte da equipe de realização Terezinha de Jesus como agente mobilizadora do projeto, Gabriela Santana e Elisa Muniz, funcionárias do CIDE, como monitoras e facilitadoras das oficinas.

O Cronograma e execução implicaram em: Diálogo com a comunidade para mapear os sonhos por meio da cartografia social; encontros para ampliar as discussões e compreender melhor o interesse e a disponibilidade dos jovens em participar da atividade; divulgação do projeto na comunidade; matrícula dos jovens da Baixa de Santa Rita (tivemos uma aderência inicial de 28 jovens), e posteriormente foi dado o início às oficinas. No primeiro dia 13/04/2024, contamos com a presença de apenas três jovens. Percebendo a pouca adesão dos jovens do território para o qual foi formulada a proposta, abrimos à participação da sociedade em geral, contando com o apoio da IBC e do CRAS da região.

As oficinas seguiram com um número de dez (10) jovens, que mostravam-se interessados e a timidez inicial, foi dando lugar à participação mais efetiva. As temáticas versaram sobre: relacionamento interpessoal; Direitos Humanos; Educação (Voltada para a importância da educação formal e dos espaços onde acontecem a educação informal); Ambiente Organizacional; Saúde e Atualidades contemporâneas, considerando o que estava em pauta em matéria de circulação de conhecimento. Ex: ataques à democracia, as questões climáticas, o uso das novas tecnologias/redes sociais, dentre outros. Essa programação compreendeu o período de 13/04/2024 à 13/07/2024.

Uma das últimas oficinas foi realizada pela equipe de Extensão da UFBA, que foi a oficina de informática, seguida da certificação e verificação do alcance obtido a partir das ações desenvolvidas com os jovens da comunidade, mediante observação e composição de relatório. O projeto tinha como resultado final, promover um processo de despertamento nos participantes que tange à questões que envolvem pressupostos de cidadania, oportunizando

reflexão aprofundada das situações ocorridas em determinados contextos e segmentos vulnerabilizados; além da criação e acompanhamento dos perfis para banco de currículo e processos seletivos.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados:
Reflexões sobre novas formas de trabalho e processos de emancipação

As oficinas foram pensadas na proposta de parceria para intervenção e ampliação da política de aprendizagem em uma área em que geralmente, os moradores acabam não tendo acesso devido a inúmeros fatores, como violência, evasão escolar, medo e outros. Analisamos essa problemática de acordo com Santos (2010, p.73):

> Morar na periferia não é visto como exclusão, mas faz parte de sua história, constituição e formação. Neste sentido, ela não pode ser reduzida ao olhar externo que a estigmatiza, como se estivesse em constante desagregação, caracterizada por medo, violência, terror, dificuldades, etc. Essas realidades existem, mas não são as últimas palavras sobre a periferia. A periferia é indicada como o lugar da realização de componentes importantes para a vida, mesmo com as situações adversas, pois quem nela habita percebe-a, não com uma visão conformista, mas como um dado a partir do qual é possível estabelecer possibilidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, todo o projeto foi pensado no conforto e na possibilidade de que os jovens se sentissem acolhidos por todos os membros, profissionais habilitados nas áreas de serviço social, psicologia, pedagogia e outros para o desenvolvimento dos mais variados conteúdos. Durante a inscrição foi realizado o preenchimento do questionário elaborado pelo CIDE no intuito de criar um banco de dados juntamente com o currículo dos jovens. As aulas ocorreram em sala climatizada, com aulas ministradas por profissionais preparadas com falas diálogos simples e dinâmicas, a fim de promover não só conhecimento, mas também agregar informações importantes para a vida em sociedade e consequentemente inserção no mercado de trabalho.

Nas semanas subsequentes, foram realizadas várias oficinas com temáticas como: direitos sociais, atualidades, questões de gênero e raça, educação, Estatuto da Criança e do Adolescente, saúde, rede sociais, projeto de vida, dentre outros conteúdos pertinentes a situação.

Entendemos que o apoio social, a possibilidade de interação com pessoas de experiências diversas, abrange uma temática complexa e dinâmica, que demanda uma avaliação contínua e detalhada no contexto ambiental no qual a pessoa se desenvolve. Consideramos ainda que sua história, seu momento atual e as pessoas com as quais se vincula

podem funcionar como ponto de partida para sentidos complexos em seu desenvolvimento pessoal, mas, também atingir coletividades. Esses aspectos formam o espaço enquanto território no qual a pessoa se desenvolve (Brito, Koller, 1999).

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais, e espirituais e do exercício da vida (Santos. Milton 2011, p. 14).

Os jovens apesar dos percalços que surgiram ao longo do caminho como chuvas torrenciais que por vezes dificultavam à chegada a oficina, devido ao território de domicílio, questões de violência no território, que invariavelmente impede o trânsito seguro de moradores, trabalho da igreja, dentre outros, tentaram estar sempre presente e participando das atividades. Apesar de todo empenho que foi colocado por parte da coordenação do projeto em divulgar amplamente para todo o bairro, o projeto não teve adesão maior de 10 jovens em todo o seu processo.

Isso mostra o quanto a nossa sociedade em muitos dos casos encontra-se descrente nas parcerias e programas, pois nos dias atuais quando vemos a divulgação de informações, cursos voltados para a capacitação juvenil mediante cobrança de valores, taxas e outros; situações que criam essa lacuna entre as empresas que estão dispostas a contratar e os jovens que são os que estariam dispostos a desenvolverem alguma atividade laboral.

O adágio popular: “quando a esmola é grande, o santo desconfia” parece ser a filosofia a reger as vidas dos moradores das zonas de exclusão. A notícia chegou: “O Projeto em parceria com uma agência de estágio para Jovem Aprendiz, estará realizando uma formação e os que participarem, terão prioridade na hora de conseguir estágio”. A adesão inicial foi mínima, para não dizer nula.

Neste momento foi fundamental a credibilidade de outros agentes e parceiros, que usando da sua credibilidade mobilizaram jovens para participarem. No começo apenas uns quatro e o número foi crescendo à medida que o conteúdo, mas acima de tudo a vivência ia acontecendo.

O domínio do conteúdo por parte das facilitadoras, o espaço de aula adequado e com recursos que ajudam na ministração, o pessoal de apoio e um grupo que formou comunidade

foram fundamentais para que a participação fosse não apenas numericamente crescendo, mas em termos de relevância e participação também ocorressem.

Compreender e discutir iniciativas postas dentro do sistema em que vivemos, nas quais podemos discutir possibilidades de formação e fortalecimento dos sujeitos - neste caso- sujeitos em processo de desenvolvimento humano e social, pode configurar um tecer comum, no qual o cidadão periférico se localiza em primeiro plano como trabalhador.

À medida que o tempo avançava havia um misto de ansiedades. A proximidade do fim dos encontros semanais produziu certa tristeza, pois muitos relataram ganhos em conhecimentos que ainda não haviam acessados por eles, e ao mesmo tempo a expectativa de que dentro em breve o tão esperado estágio seria uma realidade.

Conforme descrito, o início de todo esse processo se deu a partir do diálogo com moradores da Baixa de Santa Rita e nessa localidade nosso maior desafio foi justamente despertar o interesse dos jovens para participar das diversas atividades propostas. Nós contamos com grande adesão de mulheres (principalmente aquelas com mais de 30 anos e com filhos ou netos) e de crianças. Isso nos fez levantar hipóteses e dialogar com os moradores locais sobre essa situação, mas os dados que sistematizamos não nos permitem indicar os fatores que foram determinantes para esse distanciamento a partir da visão dos próprios jovens. De qualquer maneira, consideramos relevante compartilhar neste artigo as percepções dos moradores, considerando entrevistas realizadas e elementos apontados nas rodas de conversa e nos diálogos individuais.

Para algumas das pessoas, o motivo principal tem relação com o desinteresse dos jovens por alguns tipos de emprego, sendo priorizados sonhos como o de ser jogador de futebol, ser remunerado com produção de conteúdo para mídias digitais ou atividades que podem ser desenvolvidas com mais autonomia. Diante desses elementos, cabem reflexões sobre a relação entre esse fenômeno e o desejo dos jovens de não se submeterem a condições de exploração na relação patrão/empregado. Aqui cabe apontar para novos caminhos de pesquisa para analisar o papel de alternativas de “trabalho” que parecem ser mais autônomas, mas criam relações de exploração muito mais complexas, como, por exemplo, a partir da pejotização em que os trabalhadores passam a arcar com mais responsabilidades, inclusive financeiras, e a ter menos direitos (Antunes, 2020). Aqui podemos citar as críticas aos processos de uberização das mais diversas atividades de trabalho e as redes sociais que

seguem linha similar ao estimular milhares de pessoas a produzirem conteúdo, considerando que apenas uma pequena parcela delas será remunerada.

Assim, analisamos conforme Brandão (2023, p. 13 que nos alerta: “Não devemos nos esquecer que ‘sujeito político’, possui em Paulo Freire a conotação de agente consciente-e-crítico e portanto, de uma pessoa criativamente ativa corresponsável e participante da gestão e transformação de sua pólis, o seu lugar de vida e destino”.

Essas novas formas de trabalho merecem atenção, pois apesar de trazerem luz a um problema real que é o da exploração laboral, estão sendo criados novos problemas com a limitação de direitos. Além disso, elementos relacionados aos processos coletivos de transformação social atrelados à tomada de consciência e às lutas pela emancipação social acabam sendo deixados de lado, já que o foco das mudanças se torna cada vez mais individual e se dissemina uma visão de que só existe um responsável pelo insucesso de alguém, condição que aponta para graves repercussões sociais e de saúde.

Considerações finais

O projeto mostrou-se de suma importância devido à oportunidade de mostrar aos jovens que em muitos momentos a realidade é dificultada devido as mais variadas expressões da questão social e a oportunidade de desenvolver-se e inserir-se no mercado de trabalho necessidade de fato, de uma preparação para a vida.

O grande ganho para os moradores da zona de exclusão é a formação da consciência de que a ajuda não virá de agentes externos, mas a partir dos sujeitos autônomos que habitam o território. Tomam consciência num episódio como este da falácia que é a meritocracia e de como quem detém os meios de produção determinam a vida dos mais “fracos” (expressão usada para se referir aos excluídos e aos que não detém os meios de produção).

De qualquer maneira, compartilhamos elementos preliminares para reflexão para serem analisados em pesquisas futuras, mas que trazem indicativos acerca de uma questão que é crucial para processos de educação popular, que está relacionado com a oportunidade de conhecer a realidade para, a partir de construções e de processos coletivos serem promovidas transformações que não impactam apenas os indivíduos, mas toda a comunidade e a sociedade.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Qual é o futuro do trabalho na Era Digital? Laborare. Ano III, Número 4, Jan-Jun/2020, pp. 6-14. Disponível em: https://doi.org/10.33637/2595-847x.2020-46

BRANDÃO. Carlos, Prefácio: cinquenta e um anos depois. IN: STRECK Danilo; ESTEBAN, Maria t, (orgs). Educação Popular: um lugar de construção Social e coletiva. Petrópolis, RJ. Vozes, 2013.

BRITO, RC; KOLLER, S. H. Rede de apoio social e afetivo e o desenvolvimento. IN: CARVALHO, A.M(Org). O mundo social da criança. São Paulo: Casa do psicólogo, 1999.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação. n. 24, set. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf. Acesso em: 01 fev. 2019.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: 34, 2009.

SANTOS, Milton. **A metamorfose do espaço habitado.** 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

SANTOS, José Eduardo F. **Cuidado com o vão:** repercussões do homicídio entre jovens de periferia. Salvador: EDUFBA, 2010.

A EXTENSÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DE TRABALHADORAS CAMPESINAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Junio Batista Custodio[1]

Olgamir Amância Ferreira[2]

Resumo:
O estudo visa refletir sobre os princípios da extensão universitária no contexto do Instituto Federal Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa, analisando seus impactos na promoção de direitos de grupos sociais campesinos e na formação acadêmica dos estudantes envolvidos nas ações extensionistas. A pesquisa, de caráter documental, considera as concepções institucionais de extensão, sua articulação com o ensino e a pesquisa, e as perspectivas para a promoção dos Direitos Humanos e a emancipação de mulheres trabalhadoras. Foram mapeadas as principais iniciativas extensionistas desenvolvidas no campus entre 2018 e 2024, com foco na participação de mulheres. Além disso, analisou-se a presença da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos superiores. A partir das informações coletadas, investigou-se a materialização dos princípios da extensão na prática: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade, impacto na formação do estudante e impacto na transformação social.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Direitos. Emancipação. Trabalhadoras.

1 Introdução

Este trabalho discute a efetivação dos princípios da extensão universitária no Instituto Federal Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa, com ênfase na promoção dos Direitos Humanos e na emancipação de trabalhadoras campesinas que residem no Território de Identidade e Cidadania Velho Chico[3], região de abrangência da referida instituição de ensino.

A análise centra-se nas práticas extensionistas e sua contribuição para a melhoria das condições de vida de grupos historicamente marginalizados e excluídos dos processos educacionais, como as mulheres campesinas. Trata-se de um recorte de um estudo mais amplo que está sendo desenhado no âmbito do Grupo de Pesquisa Insurgências: Laboratório de Investigações em extensão e Direitos Humanos do programa de doutoramento em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília. A temática emerge em momento singular, no qual os cursos superiores do Campus palco do estudo, acompanhando um movimento nacional capitaneado pelo Conselho Nacional de Educação, estão passando por uma

[1] Doutorando em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília, Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Baiano. E-mail: junio.baiano12@gmail.com

[2] Doutora em Educação, professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília. E-mail: olgamancia@gmail.com.

[3] O Território de Identidade Velho Chico é uma região da Bahia banhada pelo Rio São Francisco, composto por 16 municípios, que integra o programa Territórios de Identidade do Governo do Estado. O programa visa promover o desenvolvimento sustentável e equilibrado entre as regiões.

reformulação curricular focada na Inserção Curricular da Extensão, visando fortalecer a conexão com os arranjos produtivos da região e promover a aproximação com as comunidades. Esse processo de Inserção Curricular da Extensão tem como fundamento a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, prevendo a obrigatoriedade de incluir 10% de atividades de extensão nos currículos de graduação, conforme prevê a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024).

A título de organização, inicialmente são tecidas reflexões de natureza teórica sobre as concepções de extensão e os elementos conceituais que sustentam seus princípios. Logo após, realizamos uma breve retomada conceitual dos Direitos Humanos numa perspectiva contemporânea, para além de uma visão universalista, mas que os compreenda sob o prisma de uma pluralidade de significados, como paradigma referencial e ético que integra uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada (Piovesan, 2006), com enfoque para os direitos relacionados às mulheres trabalhadoras. Por fim, o estudo centra-se na análise e discussão dos documentos institucionais tomados como parâmetros, que são o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Regulamento das Ações de Extensão e Relatórios de Ações de Extensão disponibilizadas no sítio institucional do Campus.

2 Conceito e Princípios da Extensão Universitária e sua Interface com os Institutos Federais de Educação

A título preliminar, os estudos que fundamentam esta investigação ancoram-se na discussão do conceito e princípios que orientam a extensão universitária, notadamente no contexto da atuação dos Institutos Federais de Educação, instituições criadas pela Lei 11892/2008, bem como em pressupostos dos Direitos Humanos de mulheres trabalhadoras campesinas. De acordo com a Lei de criação, em seu Art. 2º, os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008).

A mesma Lei estabelece ainda, em seu Art. 7º, a responsabilidade dos institutos em promover atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, de forma articulada com o mundo do trabalho e os segmentos

sociais que se encontram em seu entorno, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

A extensão caracteriza-se como um dos eixos organizadores das instituições de ensino superior, estabelecendo uma relação dialógica entre a academia e a sociedade, na perspectiva da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. No contexto dos Institutos Federais de Educação, essa experiência se torna ainda mais relevante, pois se articula diretamente com a formação profissional oferecida por instituição, tanto no que concerne aos cursos técnicos, quanto aos cursos superiores.

Especificamente em relação ao Instituto Federal Baiano – *Campus* Bom Jesus da Lapa, as ações extensionistas têm desempenhado um papel essencial na promoção dos Direitos Humanos, com especial atenção para a emancipação de mulheres campesinas em contextos de vulnerabilidade social, conforme pode se evidenciar nos dados preliminares coletados neste estudo (e que serão apresentados em tópico posterior), com base em documentos e relatórios de ações desenvolvidas no período de 2018 a 2024.

De acordo com Pacievitch e Eyng (2024) em um contexto de desigualdade social, ações extensionistas que promovem a aproximação entre a universidade e as comunidades circundantes podem gerar trocas de conhecimentos, possibilitando um aprendizado mútuo.

Ainda de acordo com os autores, nas diversas áreas do conhecimento, essa interação entre academia e comunidade é influenciada por questões relacionadas aos Direitos Humanos, pois envolve pessoas ou grupos que, de maneira geral, estão envolvidos em agendas vinculadas às lutas sociais.

A Política Nacional de Extensão, que orienta as universidades e institutos federais, é formulada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), com base no Plano Nacional de Extensão, publicado em novembro de 1999, e na Política Nacional de Extensão Universitária, aprovada em maio de 2012. Com base nesses documentos, o FORPROEX (2010) definiu a extensão da seguinte forma:

> A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.

Para além dos aspectos conceituais, o mesmo Fórum estabeleceu os princípios basilares que devem sustentar as práticas extensionistas. Os princípios são preceitos fundamentais que se irradiam sobre o fazer pedagógico extensionista e que devem orientar as

ações de extensão. Notadamente em relação aos princípios estabelecidos pelo FORPROEX, é perceptível que houve uma preocupação com o estreitamento dos vínculos entre as instituições de ensino superior e as comunidades, a inter-relação entre as distintas áreas do saber, superando a dicotomia e a disciplinaridade, a relação entre formação e desenvolvimento de competências técnico-profissionais, a indissociabilidade da extensão com o ensino e a pesquisa e o foco na transformação social. Sistematizamos, no quadro abaixo, os fundamentos de cada um dos referidos princípios:

Quadro 1 – Princípios da Extensão Universitária

PRINCÍPIOS	FUNDAMENTOS
Interação Dialógica	Promove uma aliança entre a universidade e a sociedade, focando na co-produção de novos conhecimentos que combatem a desigualdade e exclusão social. Essa relação é bidirecional.
Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade	Combina especialização com uma visão holística da complexidade social, integrando conceitos e metodologias de várias disciplinas e promovendo alianças intersetoriais.
Indissociabilidade Ensino – Pesquisa - Extensão	Reafirma a extensão universitária como parte fundamental do processo acadêmico, assinalando que se sustenta em metodologias participativas e investigação-ação.
Impacto na Formação do Estudante	As atividades de extensão enriquecem a formação do estudante, ampliando sua visão e seu compromisso ético. O perfil profissional também é ressignificado.
Impacto na Transformação Social	A extensão universitária conecta a universidade com a sociedade para promover transformações sociais significativas e desenvolvimento regional, combatendo a mercantilização da educação.

Fonte: os autores, com base em estudo documental, 2025.

Para Paiva (2018), "(...) a extensão — ao lado do ensino e da pesquisa — potencializa a Universidade no exercício da reflexão crítica da realidade, na produção de conhecimentos e práticas sociais com base no diálogo e no respeito à diversidade." Tal perspectiva, alinhada com os princípios supra apresentados, sintetiza a essência da extensão no espaço acadêmico, num movimento simbiótico de busca incessante pelo ressignificar do processo formativo.

Nessa esteira, os Institutos Federais de Educação emergem com o intuito de formar profissionais qualificados e conscientes de seu papel social, além de promover a cidadania e o desenvolvimento sustentável. Assim, a extensão é uma das diretrizes desses institutos, que buscam integrar a comunidade acadêmica com as comunidades do entorno, promovendo ações que atendam às demandas locais e territoriais.

3 Direitos Humanos no Contexto da Extensão Universitária: da Universalidade à Valorização da Diversidade

A extensão representa um importante vetor para a promoção efetiva dos Direitos Humanos nas instituições de educação superior, garantindo dignidade e autonomia, especialmente para as populações vulneráveis que residem no entorno das instituições. Ela atua como mecanismo de empoderamento, oferecendo acesso a informações e recursos que melhoram a vida dessas pessoas. A emancipação de trabalhadoras campesinas demonstra como a extensão pode promover igualdade de gênero e acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde e trabalho.

Nesse sentido, a extensão contribui com os Direitos Humanos que se inserem nas categorias de segunda geração, conforme destacado por Mahlke (2017), que abrange os direitos sociais, culturais e econômicos, fundamentados no princípio da igualdade. Esses direitos representam uma dívida da sociedade para com o indivíduo e requerem ações do Estado para serem efetivados, suprindo assim as carências humanas individuais e as desigualdades sociais, sendo conhecidos como direitos positivos.

A partir dessa visão, as perspectivas sobre Direitos Humanos sustentadas neste trabalho se alinham a uma abordagem progressista e dinâmica, conforme afirma Carbonari (2010). A construção dos Direitos Humanos é um processo cotidiano, resultante de lutas concretas e de processos históricos que afirmam e inovam esses direitos continuamente. Assim, a sua essência está nas lutas emancipatórias e libertárias do povo, reconhecendo que sua efetivação não se limita ao arcabouço jurídico, mas está intrinsecamente ligada às demandas sociais.

De acordo com Pacievitch e Eyng (2024), a relevância dos Direitos Humanos se manifesta a partir dos princípios estabelecidos na política atual de extensão universitária. Para esses autores, a necessária “interação transformadora” demanda ações extensionistas fundamentadas nos Direitos Humanos, tanto como conteúdo quanto como vivência, enfatizando a importância da troca e da participação nas ações extensionistas.

Bobbio (2004, p. 24), por seu turno, vê a efetividade dos Direitos Humanos como um “problema político”, sujeito a influências de contextos históricos, sociais, econômicos e culturais. Ele destaca que esses direitos são históricos, resultantes de lutas por novas liberdades contra poderes estabelecidos, e que sua manutenção e ampliação requerem uma luta constante.

Conforme ressaltado por Flores (2002, p. 26), as ações para garantir os Direitos Humanos na contemporaneidade necessitam de uma abordagem complexa, que inclua resistência e práticas interculturais para superar visões universalistas e particularistas. Essa mesma perspectiva é sustentada por Piovesan (2006, p. 13) ao propor uma interação entre direitos civis e políticos com os direitos econômicos, sociais e culturais. Segundo a autora, "a definição de Direitos Humanos aponta para uma pluralidade de significados." Assim, a autora assinala ser necessário incorporar o enfoque de gênero, raça e etnia na concepção, bem como desenvolver políticas específicas para a tutela de grupos socialmente vulneráveis. Para ela:

> Nesse cenário, as mulheres, as crianças, a população afrodescendente, os migrantes, as pessoas com deficiência, entre outras categorias vulneráveis, devem ser vistas nas especificidades e peculiaridades de sua condição social. Ao lado do direito à igualdade, surge, também, como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial. (Piovesan, 2006, p. 24).

Essa afirmação da autora está alinhada com outras contribuições trazidas em seu estudo, apontando para a essência principiológica dos Direitos Humanos: defender os desapoderados de maneira geral. Considerando que a sua efetivação perpassa pela proposição e implementação de políticas públicas, sintonizadas com o reconhecimento da diversidade e com a escuta atenta das comunidades vulnerabilizadas, sem descaracterizá-las nem as diminuir em termos de direitos, é importante que nosso estudo foque como campo analítico as políticas educacionais, uma vez que é no seu bojo que se desenvolvem as ações extensionistas.

Neste contexto, de acordo com Haddad (2006), a educação torna-se base para a realização de outros direitos. Ou seja, o sujeito que passa por processos educativos (e a extensão é, por essência, um processo educativo) é um cidadão que tem melhores condições de realizar e defender os outros Direitos Humanos (saúde, habitação, meio ambiente, participação política). Assim, para o autor, a educação é base constitutiva na formação do ser humano e atua na defesa e composição dos outros direitos econômicos, sociais e culturais, que muitas vezes são negados a sujeitos em situação de vulnerabilidade.

Para Piovesan (2006, p. 26) "percebe-se que as maiores vítimas da violação dos direitos econômicos, sociais e culturais, na experiência brasileira, são as mulheres e as populações afrodescendentes". Com isso, a autora corrobora com a ideia de que as políticas não podem ser unicamente universalistas, mas específicas, capazes de dar visibilidade a sujeitos de direito com maior grau de vulnerabilidade, no caso deste estudo as mulheres

campesinas. Piovesan assinala, ainda, a responsabilidade do Estado na implementação dos Direitos Humanos de caráter mais positivo, visando, sobretudo, o combate à pobreza. Para ela, é necessário conceber os Direitos Humanos como “a racionalidade de resistência e única plataforma emancipatória de nosso tempo”, que “tenha a sua centralidade no valor da absoluta prevalência da dignidade humana".

Em contextos de extrema desigualdade, como o Brasil, o diálogo e a busca por convergências são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e atenta às diferenças. A partir dessa compreensão, evidencia-se o potencial inovador do diálogo entre os saberes das ciências e as diversas culturas presentes nas comunidades. Esse intercâmbio enriquece as atividades de extensão e promove a vivência dos Direitos Humanos.

4 Metodologia

A pesquisa ancora-se na abordagem qualitativa, com enfoque bibliográfico e documental. Por se tratar de um estudo em andamento, o trabalho em tela foca a etapa de análise documental, que buscou refletir sobre as concepções de extensão adotadas pelo IF Baiano, especificamente o *Campus* Bom Jesus da Lapa, sua articulação com o ensino e com a pesquisa, e as perspectivas para a promoção dos Direitos Humanos e a emancipação de mulheres trabalhadoras. Desse modo, além da análise de documentos institucionais, foram mapeadas as principais iniciativas extensionistas desenvolvidas no campus entre 2018 e 2024, com ênfase na participação e no empoderamento de mulheres, a partir de relatórios de projetos disponibilizados no sítio institucional.

O estudo buscou estabelecer uma relação entre o conteúdo dos documentos institucionais e os princípios da extensão universitária estabelecidos pelo FORPROEX (2012) e tomados como instrumentos de análise no estudo, quais sejam: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade, impacto na formação do estudante e impacto na transformação social.

Em etapas subsequentes, serão realizadas entrevistas com as mulheres trabalhadoras participantes das ações extensionistas, assim como com docentes e discentes integrantes das equipes executoras, com o propósito de analisar os impactos dessas iniciativas na promoção dos Direitos Humanos de grupos em situação de vulnerabilidade.

5 Concepções de Extensão e suas Interfaces com os Direitos Humanos: A materialização dessa relação nos Documentos Institucionais do Instituto Federal Baiano

A compreensão da concepção de extensão sustentada pela instituição pesquisada e suas interrelações com os Direitos Humanos, por meio da leitura e análise de documentos institucionais, constitui um elemento fundamental para a estruturação das etapas subsequentes da pesquisa. Além disso, o resgate das ações extensionistas voltadas à promoção dos Direitos Humanos das mulheres, ainda que de forma panorâmica neste primeiro momento, pode indicar os esforços empreendidos pela instituição no sentido de fomentar e/ou concretizar os princípios filosóficos delineados em seus documentos institucionais.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Baiano assinala que as políticas educacionais promovidas estão fundamentadas em pilares estratégicos, entre os quais se destacam: educação inclusiva e cidadania; diversidade e promoção de Direitos Humanos. Para materializá-los, foram constituídos os chamados Núcleos Temáticos, dentre os quais se destacam o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), o Núcleo de Estudos de Inclusão da Mulher (NEIMU) e o Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual (NEDS), que trabalham diretamente na promoção de direitos e combate à discriminação.

Dessa forma, observamos que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IF Baiano reflete um compromisso com a educação inclusiva e a promoção da cidadania, ancorando suas diretrizes em princípios democráticos e na consolidação dos Direitos Humanos. A formulação e a implementação de políticas institucionais, como a Política de Diversidade e Inclusão, associadas à implementação do Programa de Educação em Direitos Humanos (PEDH), tornam explícita a preocupação da instituição em estimular não apenas o acesso à educação, mas também a permanência e o êxito de grupos historicamente marginalizados.

Assim, é perceptível que a estrutura curricular dos Institutos Federais privilegia, no campo normativo, uma formação contextualizada, tratando, no mesmo patamar, os conhecimentos técnicos e científicos, alinhados a outras dimensões da formação humana. Isso corrobora com Pacheco (2010, p. 14), ao reforçar que um dos objetivos basilares dos institutos é “derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana”.

Nesse sentido, a criação de núcleos temáticos, a exemplo do NEABI, do NEIMU e do NEDS, acima destacados, fortalece as iniciativas voltadas à valorização da diversidade sociocultural e ao enfrentamento das múltiplas formas de discriminação. Conforme

Nascimento, Cavalcanti e Ostermann (2020) nos Institutos os estudantes têm a oportunidade de vivenciarem ações pedagógicas que ampliam seu espectro de possibilidades formativas, com menos ênfase na formação para ofícios e mais no entendimento da relação entre trabalho, ciência e cultura.

Em se tratando especificamente dos pressupostos que sustentam em relação à extensão, o Quadro 2, apresentado abaixo, sistematiza as diretrizes e concepções que orientam as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IF Baiano e que devem ser materializadas no IF Baiano.

Quadro 2 - Como o PDI aborda o conceito de extensão e suas diretrizes orientadoras

Seção do PDI	Menções à Extensão
Caracterização	A extensão é compreendida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre instituições, segmentos sociais e mundo do trabalho.
Diretrizes Orientadoras da Extensão	- Promover a extensão como prática pedagógica articulada à pesquisa e ao ensino. - Priorizar ações interdisciplinares para atender e colaborar com as comunidades locais e regionais. - Desenvolver ações e projetos que combatam a exclusão social, promovam cidadania e conscientização ambiental. - Fomentar inclusão produtiva, emprego, renda e produção de conhecimento. - Articular atividades de extensão voltadas para assessoria técnica e extensão rural, priorizando pequenos produtores.
Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão	A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio fundamental do IF Baiano, promovendo a articulação entre arranjos produtivos, tecnologias sociais e inovação. As ações de extensão são desenvolvidas por meio de programas, projetos, eventos e cursos, assegurando um mínimo de 10% da carga horária dos cursos superiores destinados a atividades extensionistas.
Programas e Projetos de Extensão	O IF Baiano mantém diversos programas institucionais de extensão, como PIBIEX, Pró-Extensão, Projeto Margaridas, Festival de Arte e Música (FAMIF BAIANO), Seminário de Extensão, Inovação e Cultura (SEIC) e Programa Ciência Itinerante.

Fonte: os autores, com base em estudo documental, 2025.

A partir do quadro, observa-se que a extensão é compreendida como um processo educativo, social, cultural, científico e tecnológico, promovendo a interação entre a instituição e os diversos segmentos da sociedade. Além disso, o PDI estabelece diretrizes que reforçam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, priorizando ações interdisciplinares e

iniciativas voltadas para a desconstrução da exclusão social, a promoção da cidadania e o fortalecimento das identidades territoriais.

O regulamento de extensão do IF Baiano, por sua vez, instituído através da Resolução Consup nº 46, de 29 de julho de 2019, também associa a extensão aos Direitos Humanos. O documento considera a promoção da cidadania e responsabilidade socioambiental como uma das diretrizes principais da extensão, destacando ações voltadas para o combate à exclusão social e a garantia da cidadania. Além disso, menciona a necessidade de um modelo inclusivo que respeite os princípios da igualdade e do desenvolvimento sustentável, no sentido de que toda a sociedade possa se beneficiar do conhecimento científico e tecnológico.

Com base nesses pressupostos, presentes em ambos os documentos, realizamos uma análise comparativa, buscando associar seu conteúdo aos fundamentos filosóficos dos princípios da extensão universitária, com o objetivo de compreender em que medida tais princípios encontram respaldo nos documentos institucionais. Para tornar essa associação mais didática, optamos por sistematizar as informações coletadas em um quadro analítico, apresentado a seguir.

Quadro 3 - relação entre PDI, Regulamento de Extensão e princípios da extensão universitária

Princípio da Extensão Universitária	**Pressupostos Presentes no PDI do IF Baiano que se relacionam aos princípios**	**Pressupostos Presentes no Regulamento de Extensão do IF Baiano que se relacionam aos princípios**
Interação Dialógica	O PDI destaca a necessidade de uma relação colaborativa entre o IF Baiano e as comunidades locais, promovendo o diálogo entre saberes acadêmicos e populares.	A extensão deve promover o diálogo entre a instituição e a sociedade, garantindo um modelo inclusivo e voltado para a cidadania.
Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade	A extensão deve articular diferentes áreas do conhecimento para enfrentar problemas sociais de maneira integrada. O PDI reforça essa diretriz ao priorizar ações interdisciplinares que unam ensino, pesquisa e extensão.	As ações de extensão devem integrar diversas áreas do conhecimento e níveis de ensino, cumprindo o compromisso de desenvolvimento econômico-social, artístico e cultural.
Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	A extensão é estruturada no PDI como parte essencial da formação acadêmica, garantindo que as ações extensionistas sejam desenvolvidas junto ao ensino e à pesquisa.	A extensão é entendida como uma prática pedagógica integrada ao ensino e à pesquisa, fortalecendo a formação acadêmica e sua relevância social.
Impacto na Formação do Estudante	O PDI enfatiza que a participação em projetos de extensão contribui para o desenvolvimento profissional, técnico e cidadão dos estudantes. A interação com a comunidade e com desafios reais amplia a experiência formativa, incentivando o compromisso social.	A extensão é um processo educativo que permite a qualificação profissional e a interação prática com a realidade social, promovendo o desenvolvimento de competências científicas e técnicas.

Impacto na Transformação Social	A extensão no IF Baiano busca promover inclusão social, desenvolvimento sustentável e fortalecimento de identidades regionais. O PDI prioriza ações extensionistas que combatam a exclusão social, fomentem geração de renda e qualificação profissional.	A extensão busca o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a promoção da cidadania, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Fonte: os autores, com base em estudo documental, 2025.

A análise das informações apresentadas no Quadro 3 nos mostra a convergência entre os princípios da extensão universitária e os pressupostos institucionais estabelecidos pelo PDI e pelo Regulamento de Extensão do IF Baiano. A interação dialógica, por exemplo, encontra respaldo em ambos os documentos, os quais endossam a necessidade de um envolvimento colaborativo entre a instituição e a comunidade, promovendo o compartilhamento de saberes. A interdisciplinaridade e a interprofissionalidade são igualmente referenciadas, sendo compreendidas como diretrizes relevantes para a construção de soluções integradas para os desafios sociais.

No que diz respeito à indissociabilidade, observa-se um alinhamento normativo que assegura a incorporação da extensão como prática pedagógica, que se realiza na confluência de processos investigativos associados a uma visão crítica do contexto, fortalecendo a formação acadêmica e sua inserção social. Além disso, a relevância da extensão para a formação discente é igualmente reconhecida, destacando-se sua contribuição para o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e cidadãs.

Dessa forma, o quadro reforça que a extensão universitária no IF Baiano não apenas se estrutura em consonância com os princípios nacionais da extensão, mas também se materializa como um eixo estratégico na articulação entre instituto e sociedade.

A esse respeito, convém retomar os estudos de Tosi (2006, p. 6) quando o autor assevera que as instituições públicas possuem um compromisso social fundamental com a construção da cidadania democrática. Por meio delas, as instituições desempenham sua função social ao promover a igualdade no acesso ao conhecimento e à cultura, possibilitando a formação de indivíduos que se reconhecem como sujeitos de direitos e deveres, além de agentes ativos na construção da história social.

De acordo com Nascimento, Cavalcanti e Ostermann (2020) os institutos desempenham um papel social relevante ante o cenário educacional atual, com uma concepção de ensino que extrapola a compreensão de educação profissional como mera preparação para a ocupação de cargos no mercado de trabalho. Há, dessa forma, uma forte

interação com os arranjos produtivos e com os segmentos sociais que compõem as regiões de abrangência.

No que concerne à proposição de ações extensionistas voltadas especificamente para grupos vulneráveis, o PDI faz referência direta a ações de extensão envolvendo mulheres. O Núcleo de Estudos de Inclusão da Mulher (NEIMU) é mencionado como uma iniciativa que visa à inclusão de mulheres em desvantagem social. Segundo o PDI, esse núcleo deve promover cursos e projetos específicos voltados para o empoderamento feminino. Além disso, o IF Baiano executa as ações do NEIMU por meio do Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (GENI), que tem como escopo estimular e promover ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade.

6 Da concepção à prática: ações extensionistas com foco nos Direitos Humanos de mulheres trabalhadoras campesinas

Com base nos registros disponibilizados na página da Coordenação de Extensão do IF Baiano - Campus Bom Jesus da Lapa, foram mapeadas 33 ações extensionistas que envolveram mulheres trabalhadoras campesinas. A maior parte das ações, focadas na área de Agroecologia e Sustentabilidade (19), Empreendedorismo e Inclusão Social (6) e Assistência Técnica e Produção Animal (4). Os dados do levantamento seguem sistematizados no quadro abaixo:

Quadro 4 - Áreas das ações extensionistas realizadas no IF Baiano - Campus Bom Jesus da Lapa

Ano	Agroecologia e Sustentabilidade	Assistência Técnica e Produção Animal	Empreendedorismo e Inclusão Social	Educação e Cultura Afro-Indígena	Arte e Cultura	Educação e Inclusão Digital
2018	**2**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
2019	**4**	**-**	**2**	**-**	**-**	**1**
2020	**3**	**2**	**-**	**-**	**-**	**-**
2021	**3**	**2**	**-**	**-**	**-**	**-**
2022	**3**	**-**	**-**	**-**	**1**	**-**
2023	**2**	**-**	**2**	**1**	**-**	**-**
2024	**2**	**-**	**2**	**-**	**-**	**1**
TOTAL	**19**	**4**	**6**	**1**	**1**	**2**

Fonte: os autores, com base em estudo documental, 2025.

Os projetos contemplaram ações como implantação de hortas comunitárias e agroecológicas, assistência técnica e qualificação profissional para agricultoras e apicultoras, fomento ao empreendedorismo solidário e inclusão digital, além do fortalecimento da cultura afro-brasileira e indígena. Em 2018 e 2019, destacaram-se iniciativas voltadas à transição agroecológica, manejo sustentável do solo e segurança hídrica em comunidades rurais. Entre 2020 e 2021, ampliaram-se as atividades de assistência técnica em ovinocaprinocultura, apicultura e bovinocultura leiteira, além de práticas para o controle de pragas e conservação de sementes crioulas. No período de 2022 a 2024, as ações se diversificaram, incluindo formação empreendedora para mulheres, fortalecimento da agricultura familiar e pesquisas etnobotânicas sobre plantas medicinais e PANCs. Destacam-se ainda projetos que promoveram a inclusão digital e a educação quilombola, além da assistência a grupos produtivos locais para ampliar a autonomia econômica e social das comunidades.

Projetos como *Empreendedorismo Solidário para Associações de Mulheres em Comunidades Rurais* incentiva a participação feminina na economia local, promovendo a geração de renda e a valorização do trabalho realizado por mulheres no meio rural. Isso contribui para romper com ciclos históricos de dependência financeira e amplia a participação das mulheres em espaços de decisão econômica e social.

Além da dimensão econômica, iniciativas como *Mulheres Conectadas* e *O Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação como Estratégia para o Letramento Digital e Inclusão Social de Mulheres do Quilombo Barrinha do São Francisco* promovem o acesso ao conhecimento e às ferramentas digitais e possibilita que elas ampliem suas redes de contato, acessem informações sobre direitos e políticas públicas e desenvolvam novos meios de comercialização de seus produtos.

Projetos como *Juntas somos mais fortes*, também incide para além da construção da autonomia econômica das mulheres ao possibilitar a ampliação do nível de consciência sobre as desigualdades de gênero oriundas da cultura do patriarcado, cujos fundamentos associados à lógica capitalista, transformam grupos majoritários em “maioria minorizada” como nos ensina Richard Santos (2020).

Conforme destaca Tosi (2006) a extensão tem desempenhado um papel fundamental na democratização do acesso à justiça e na capacitação de agentes sociais e públicos, promovendo a participação dos grupos sociais na gestão pública e na formulação de políticas sociais. Além disso, ao fortalecer a organização da sociedade civil e os movimentos sociais,

contribui para a educação em Direitos Humanos tanto na esfera formal quanto informal, fomentando uma cultura de paz e democracia. Nesse contexto, a formação de segmentos historicamente subalternizados é essencial para a conscientização acerca de direitos fundamentais, como saúde, educação, segurança e justiça.

7 Considerações finais

A extensão no IF Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa tem se consolidado como um importante vetor na promoção dos Direitos Humanos e na transformação social no Território de Identidade Velho Chico. A integração entre ensino, pesquisa e extensão possibilita ações que contribuem diretamente para a emancipação de mulheres campesinas e a formação crítica dos estudantes.

As evidências levantadas e analisadas sinalizam que as ações extensionistas estimulam efeitos significativos, notadamente na inserção de mulheres em espaços educativos e produtivos, contribuindo na construção de novos horizontes para os Direitos Humanos desse segmento. No entanto, desafios como a ampliação do alcance dos projetos e a necessidade de maior institucionalização da extensão nos currículos ainda precisam ser enfrentados. Conforme nos ensina Tosi (2006) os Direitos Humanos constituem um horizonte irrenunciável do nosso tempo e uma oportunidade efetiva de transformá-lo a fim de que cada ser humano possa realizar plenamente suas potencialidades, nas condições históricas do mundo contemporâneo.

Logo, os efeitos dessas ações extensionistas do Campus Bom Jesus da Lapa são significativos tanto na promoção dos Direitos Humanos de forma geral quanto na equidade de gênero. Ao garantir oportunidades para mulheres e comunidades rurais acessarem conhecimento, gerarem renda e fortalecerem sua participação na sociedade, essas iniciativas promovem um desenvolvimento mais justo, sustentável e inclusivo.

Referências

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cne-ces-2018. Acesso em: 01 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação e dá outras providências. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. em: 15 fev. 2025.

BOBBIO, N. A **Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Malheiros, 2008.

CARBONARI, Paulo César. **Direitos Humanos**: concepções clássicas. In: Direitos Humanos: sugestões pedagógicas. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2010.

FLORES, J. H. **Direitos Humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência**. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, vol. 23, n. 44, 2002.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7.

HADDAD, Sérgio; GRACIANO, Mariângela. **A educação entre os Direitos Humanos**. Campinas, Sp. Autores Associados, 2006.

INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Resolução nº 46, de 29 de julho de 2019**. Regulamento das Atividades de Extensão do IF Baiano. Disponível em: https://ifbaiano.edu.br/portal/wpcontent/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7ao-46.pdf. Acesso em: 5 de mar. de 2025.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: https://ifbaiano.edu.br/portal/pdi/ Acesso em: 5 de mar. de 2025.

MAHLKE, Helisane. **Direitos Humanos**. Distribuidora Educacional. Londrina, 2017.

NASCIMENTO, M. M.; CAVALCANTI, C. J. de H.; OSTERMANN, F.. **Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: o papel social dos institutos federais. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 101, n. 257, p. 120-145, jan./abr. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/j66w94G68d56Z3CQhv5vCzG/. Acesso em: 10 mar. 2025.

PACHECO, E. M. **Os institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

PACIEVITCH, T.; EYNG, A. M. Direitos Humanos na Extensão Universitária: Ações com Potencial de Inovação Social. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 18, n. 53, p. 388–416, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.12032597. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/4502. Acesso em: 25 ago. 2024.

PAIVA, O. A. F. Extensão Universitária, Ciência e Vida**. Darcy,** v. 20, p. 7-7, 2018.

PIOVESAN, F. Concepção contemporânea de Direitos Humanos. In: HADDAD, S.; GRACIANO, M. **A educação entre os Direitos Humanos**. Campinas, Sp. Autores Associados, 2006.

SANTOS, R. **Maioria minorizada:** um dispositivo da racialidade. RJ: Telha,2020.

TOSI, Giuseppe**.** Os Direitos Humanos como eixo articulador: uma proposta político-pedagógica. 2006. in: ZENAIDE-DIAS-TOSI-MOURA: **A formação em Direitos Humanos na Universidade**: ensino, pesquisa e extensão, João Pessoa: Editora UFPB, 2006.

“CONEXÃO DE SABERES”: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO POPULAR

Priscila Lopes[1]
Ellen Cristina Das Neves Batista [2]

Resumo:

Este estudo discute sobre a construção da estrutura metodológica do projeto de educação popular “Conexão de Saberes” desenvolvido como parte das ações do projeto de extensão “Ginasticando na Maturidade” da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha a Mucuri (UFVJM). Realizamos um estudo qualitativo por meio de uma pesquisa-ação e, neste recorte, utilizamos como fonte de dados a transcrição das reuniões de planejamento da ação educativa e os diários de campo redigidos após a realização dos círculos de cultura, os quais foram tratados pelo método de triangulação. Os resultados indicam que a organização da estrutura pedagógica foi elaborada pela mediadora-pesquisadora, fundamentada por pressupostos freirianos, realizada de forma processual em conjunto com a orientadora e extensionistas, culminando no desenvolvimento das fases denominadas Reconhecimentos, Leitura de mundo, Tematização, Problematização e Roda de saberes. Consideramos a relevância de refletir sobre a construção de metodologias de ensino-aprendizagem e esperamos que nossa experiência possa inspirar outros estudos que nos movam a repensar o ensino em Saúde em diferentes contextos, potencializando o desenvolvimento de práticas pedagógicas humanizadoras e emancipatórias.

Palavras-chave: Educação Popular. Envelhecimento Saudável. Funcionalidade Humana.

Introdução

Estudos apontam que a educação popular é um importante referencial para a construção de experiências que pretendam o desenvolvimento crítico e contextualizado com a realidade dos territórios em processo educativos no Sistema Único de Saúde (Cruz *et al.*, 2024)

Preconizada pelo educador Paulo Freire, a educação popular se refere a uma concepção pedagógica que busca promover a ampliação da criticidade dos educandos de forma que compreendam sua realidade e tenham condições de transformá-la (Freire, 1994; 1996).

[1] Doutora em Educação Física, docente do Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-graduação Ensino em Saúde da UFVJM, priscila.lopes@ufvjm.edu.br.
[2] Graduada em Fisioterapia, Mestranda do Programa de Pós-graduação Ensino em Saúde da UFVJM, ellen.cristina@ufvjm.edu.br.

A (re)construção de (novos) conhecimentos deve ocorrer de forma coletiva, democrática e condizente com a realidade dos educandos, em um processo pedagógico que gere a criação de algo original, livre de mitos produzidos pelos opressores e concebível para o coletivo, reorganizado com sentidos e significados próprios e autênticos (Freire, 1996; Ramalho, 2022).

A partir de uma postura que desafia os sujeitos envolvidos a se apropriarem dos conhecimentos específicos, questionando e relacionando as informações em diálogo com a realidade concreta do contexto em que estão inseridos, a curiosidade epistemológica de todos é instigada. Consciente de que a história é uma possibilidade e de que nada está determinado, aquilo que se estuda passa a fazer mais sentido quando a transformação da realidade é uma possibilidade. Assim, almeja-se a geração de um saber teórico-prático, mais condizente com as necessidades dos educandos, situando-os na participação do processo inacabado de humanização do mundo (Freire, 1996).

É preciso pontuar que, ao optar por determinada concepção pedagógica, devemos ter em mente que a escolha não pode ser embasada em estratégias ou técnicas, mas sim em uma visão de mundo, de sociedade, de educação e de pessoa. A proposta de Paulo Freire foi, inicialmente, criada como um método de alfabetização de adultos, pautada em perspectivas teóricas que fundamentavam a compreensão do educador sobre o mundo, o ser humano e a educação. No entanto, as diversas experiências socioeducativas levaram a compreensão de que, mais que um procedimento, o que estava sendo construído se tratava de um pensamento pedagógico que objetivava promover uma educação que permitisse ao educando se libertar por meio conscientização (Beisiegel, 2010; Feitosa, 2003; Freire, 1963).

Diante do exposto, o objetivo deste relato de pesquisa é refletir sobre a construção da estrutura metodológica de um projeto de educação popular desenvolvido como parte das ações de um projeto de extensão universitária.

Metodologia

Este recorte trata-se de uma investigação de abordagem qualitativa (Denzin; Lincoln, 2006) que se efetivou a partir da realização de uma pesquisa-ação (Thiollent, 2003), a qual, fundamentada em dados empíricos, é desenvolvida em conjunto com uma ação ou na busca de

solucionar um problema comum, envolvendo os pesquisadores e participantes de forma colaborativa e ativa.

O contexto pesquisado foi o projeto de educação popular “Conexão de Saberes”, desenvolvido como parte das ações do projeto de extensão “Ginasticando na Maturidade” da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

O “Ginasticando na Maturidade” teve suas atividades iniciadas em 2019, sendo paralisado durante a pandemia COVID-19 e retomado em 2022. Coordenado por docentes do Departamento de Educação Física da UFVJM, é desenvolvida a prática da Ginástica para Todos com pessoas em processo de envelhecimento (com idade igual ou superior a 50 anos) com o objetivo de contribuir para o envelhecimento ativo estimulando a autonomia e independência dos extensionistas (Lopes, 2024).

Em 2024, com a participação de uma estudante do Programa de Pós-graduação Ensino em Saúde da UFVJM nas atividades de extensão, identificou-se que a ampliação sobre os saberes acerca da saúde era uma das demandas dos extensionistas. Desse modo, propomos o desenvolvimento de um projeto de educação popular com o objetivo de promover a construção de conhecimentos sobre a importância do envelhecimento saudável, articulando saberes populares dos extensionistas e saberes científicos provenientes da equipe de educadores.

Denominado “Conexão de Saberes”, o projeto foi realizado na sequência do horário das ações do projeto de extensão “Ginasticando na Maturidade”, envolvendo 14 mulheres entre 53 e 80 anos de idade, que participaram de 12 círculos de cultura de aproximadamente uma hora de duração, ocorridos entre os meses de agosto e novembro de 2024.

As atividades foram planejadas em seis reuniões realizadas pela docente (formada em Educação Física, docente da UFVJM e coordenadora do projeto de extensão “Ginasticando na Maturidade”), denominada neste estudo como orientadora; em conjunto com a estudante de pós-graduação (formada em Fisioterapia), a qual será denominada como mediadora-pesquisadora. Também participaram do processo educativo monitores bolsistas e voluntários do projeto de extensão, estudantes de unidades curriculares do Departamento de Educação Física, professores de graduação da UFVJM e profissionais de diferentes áreas vinculadas à Saúde.

No presente estudo, utilizamos como fonte de dados os documentos elaborados a partir da transcrição das seis reuniões de planejamento (TR) e dos 12 diários de campo (DC) redigidos pela mediadora-pesquisadora logo após círculos de cultura do projeto de educação popular.

A análise dos dados foi realizada pelo processo de Triangulação, o qual consiste na combinação e cruzamento da variedade de dados obtidos pelas diferentes técnicas de coleta que acompanha o trabalho investigativo. Se caracteriza pela geração de um documento único em que as interações entre as informações permitem descrever o tema estudado a partir de inúmeros aspectos e ópticas distintas (Minayo; Assis; Souza, 2010).

Este estudo faz parte de um projeto de pesquisa maior, denominado "Intervenções no campo das ginásticas em Diamantina/MG e região", submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM (77697224.9.00005108), garantindo que todos os procedimentos envolvendo seres humanos atentassem para as normas ético-científicas vigentes, de modo que os sujeitos participassem voluntariamente, firmando o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Resultados e discussão

A partir da compreensão de que não existe um método de ensino-aprendizagem na educação popular, a estrutura metodológica do projeto "Conexão de sabres" foi construída de forma processual, pautada pelos princípios da dialogicidade e politicidade (Freire, 1994), respeitando os objetivos estabelecidos e as circunstâncias do contexto em que a prática educativa ocorreu.

O encontro da mediadora-pesquisadora com a proposta pedagógica de Paulo Freire se deu na unidade curricular Tópicos especiais em Saúde do Programa de Pós-graduação Ensino em Saúde, realizada no primeiro semestre de 2024, ministrada pela orientadora. Foram realizados 15 encontros que abordaram a Educação em Saúde à luz de Paulo Freire com o objetivo de, em conjunto com docente e discentes, refletir criticamente acerca das correntes filosóficas que embasaram o pensamento e a obra de Paulo Freire, assim como os princípios e dispositivos pedagógicos que fundamentam a educação libertadora, com o intuito de subsidiar

aportes para o desenvolvimento de práticas educativas problematizadoras para o ensino em Saúde.

Alicerçada pelos conhecimentos construídos na unidade curricular e pelas experiências vividas no “Ginasticando na Maturidade”, mediadora-pesquisadora e orientadora começaram a desenhar a estrutura da ação educativa, sendo a primeira atividade convidar as extensionistas para participarem do “Conexão de Saberes”.

Neste momento, a compreensão sobre uma construção coletiva, entre educadores e educandos, foi evidenciada pelo comportamento observado no encontro:

> Mediadora-pesquisadora: [...] À medida que o relógio avançava, algumas das idosas começaram a se retirar do espaço JK para não perderem o horário do ônibus que precisavam pegar para retornar às suas casas. Esse fator ressalta a importância de considerar o tempo e as limitações dos participantes ao planejar nossos encontros. (DC1)

Embora a mediadora-pesquisadora já conhecesse as extensionistas, era necessário coletar os dados pessoais das idosas para a realização da pesquisa de mestrado. Para tanto, ao invés de utilizar questionários, a orientadora sugeriu iniciar com a fase de Reconhecimentos, com a elaboração de dinâmicas interativas em que as idosas pudessem compartilhar suas informações ao mesmo tempo que contavam suas histórias de vida, criando um ambiente acolhedor em que todas pudessem se expressar sem julgamentos.

Diante de um estranhamento sobre a proposta da orientadora, a mediadora-pesquisadora percebeu aspectos de uma educação bancária em sua formação:

> Mediadora-pesquisadora: [...] algumas coisas ficam enraizadas em relação o tradicionalismo que aprendi em salas de aulas de outros ensinamentos educacionais, seja na escola ou até mesmo durante o meu período de graduação [...] Mas digo, não é fácil, é muito complexo a educação popular e é necessário realizar bastante leituras bibliográficas. (TR1)

Compreendida a importância da dialogicidade no ato educativo, passamos para a elaboração da fase que denominamos como Leitura de mundo. Na experiência de alfabetização de adultos realizada por Paulo Freire em Angicos, o primeiro comento da educação popular se referia à Investigação temática, que consistia no levantamento sobre a realidade dos educandos e dos seus modos de vida para compreender o universo vocabular do coletivo, por meio de diários de campo e de entrevistas sem roteiro pré-determinado (as perguntas surgiam da

convivência) (Beisiegel, 2010; Brandão, 1981). Tal pesquisa visava descobrir, de forma coletiva (educadores e educandos), a "[...] vida através da fala; do mundo através da palavra [...]" (Brandão, 1981, p. 13).

Nesse sentido, a proposição dessa fase buscou reinventar o método de forma que se adequasse às características do contexto da UFVJM e comunidade participante do projeto de extensão:

> Orientadora: Estamos trabalhando com a comunidade, a comunidade possui saberes populares que são diferentes de saberes científicos, mas são válidos e precisam ser reconhecidos. Trabalhar com educação popular valoriza os saberes dessas pessoas [...] (TR4)

Definimos que a Leitura de mundo seria desenvolvida em três círculos de cultura com as temáticas envelhecimento, saúde e funcionalidade humana, respectivamente, objetos de estudo da área da Saúde que foram pré-definidos a partir de um olhar para as práticas saudáveis para o envelhecimento. O intuito foi promover reflexões que nos indicassem os saberes prévios das extensionistas, assim como os tabus que poderiam se configurar como situações-limites durante os encontros (TR3).

Por se tratar de um projeto de educação popular desenvolvido no contexto de um projeto de extensão que aborda a prática da Ginástica para Todos, optamos por realizar a Leitura de mundo a partir de atividades que promovessem a movimentação corporal ao mesmo tempo que estimulassem o compartilhamento de saberes sobre as temáticas dos encontros (TR1; TR2; TR3; TR4). Dessa forma, foram criadas as dinâmicas "Caminho do saber" (DC4), "Saúde em movimento" (DC5) e "Desafio da funcionalidade" (DC6), nas quais as idosas realizaram movimentos que exigiam habilidades básicas, gestos aprendidos na prática gímnica, ações do cotidiano etc., e discutiram sobre as temáticas a partir de perguntas geradoras.

Após a realização da fase de Leitura de mundo, a mediadora-pesquisadora categorizou os saberes apresentados pelas idosas em: "conhecimentos que sabem de forma equivocada", "conhecimentos que sabem pouco" e "conhecimentos que sabem com domínio", além das situações-limites que foram identificadas nos diálogos durante a realização das dinâmicas e de questões motoras observadas na movimentação das participantes (TR5).

Com isso, realizamos a fase de Tematização, a qual na experiência alfabetização de adultos realizada por Paulo Freire em Angicos, consistia na seleção das palavras ou dos temas

geradores levantados na Investigação temática (Beisiegel, 2010; Brandão, 1981; Feitosa, 2003). A palavra *gerador* é proposital e promove uma aprendizagem global por meio da interdisciplinaridade. De um único tema gerador, podem emergir palavras geradoras diversas, que podem ser tratadas por meio de diferentes áreas de conhecimento em função da relação social em que está envolvida (Feitosa, 2003). Também é possível acrescentar temas fundamentais que não foram sugeridos pelos educandos, denominados como *temas dobradiça*, os quais são considerados pelos educadores essenciais para a compreensão do todo (Freire, 1994).

Dessa forma, a partir de pressupostos freirianos (Freire, 1994), realizamos a redução daquilo que foi levantado com as extensionistas na fase de Leitura de mundo em núcleos fundamentais, os quais foram transformados em unidades de ensino-aprendizagem que abordaram temas observados nos círculos de cultura, complementando com conteúdos essenciais para a compreensão mais ampla do objeto de estudo, quais sejam: Funções neuro-músculo-esqueléticas relacionadas ao movimento; Alimentação saudável e sustentável; Saúde mental; Saúde e autonomia na gestão de medicamentos (TR5).

Definidas as unidades de ensino-aprendizagem, passamos para a fase de Problematização, que na experiência alfabetização de adultos realizada por Paulo Freire em Angicos, buscava a superação de uma visão ingênua por uma visão crítica, isto é, são criadas possibilidades para que o sujeito se capacite para transformar o contexto em que vive (Feitosa, 2003; Almeida, 2015). Por exemplo, se a palavra fosse *enxada*, a imagem de um lavrador com esse instrumento poderia evocar uma discussão sobre as situações comuns no trabalho da lavoura.

No projeto "Conexões de Saberes", a fase de Problematização ocorreu em cinco círculos de cultura (dois para a unidade Funções neuro-músculo-esqueléticas relacionadas ao movimento, e um para cada uma das demais unidades – Alimentação saudável e sustentável; Saúde mental; Saúde e autonomia na gestão de medicamentos), em que objetivamos aprofundar e ampliar os conhecimentos sobre os temas condizentes com cada unidade de ensino-aprendizagem, além de desvelar possíveis tabus e construir novos saberes de forma coletiva e contextualizada com a realidade das extensionistas (DC7; DC8; DC9; DC10; DC11).

Os círculos de cultura foram elaborados com o desenvolvimento de dinâmicas que envolveram a movimentação corporal orientada, a criação de gestualidades, mapa mental,

manipulação de alimentos, jogos e brincadeiras, dentre outras estratégias. Foram convidados docentes e estudantes de diferentes áreas da Saúde da UFVJM e profissionais de Saúde que residem na cidade, promovendo uma formação inter e multidisciplinar (DC7; DC8; DC9; DC10; DC11).

Após terminada a fase de Problematização, passamos para a etapa final do processo educativo, com um círculo de cultura denominado Roda de saberes com o intuito de identificar e compreender os conhecimentos construídos no decorrer do projeto, além de compartilhar os sentimentos vivenciados na experiência (DC12).

Nesse momento, realizamos a roda de conversa como estratégia pedagógica e de pesquisa, a qual tem sido utilizada em estudos como técnica qualitativa que prima por processos dialógicos com o intuito de criar condições para que os sujeitos compartilhem saberes e experiências sobre o objeto investigado (Lisbôa, 2020; Pinheiro, 2020; Ribeiro; Fernandes; Borges, 2021).

Por meio de perguntas geradoras que estimulassem o diálogo, buscamos reviver as experiências do projeto exercitando a fala, a escuta, concordâncias e discordâncias de forma respeitosa e, a partir das reflexões individuais, compreendemos a ressonância coletiva, a modificação de conceitos e argumentos que culminaram na construção de novos saberes (DC12).

E nesse movimento, observamos também a transformação, decorrência desejada na educação popular que deve atingir a todos os envolvidos no processo educativo, sejam eles educandos ou educadores, conforme ilustra o depoimento da mediadora-pesquisadora sobre sua experiência com o projeto “Conexão de Saberes”:

> Mediadora-pesquisadora: Hoje, ao refletir sobre minha experiência como pesquisadora na área de educação popular em saúde, percebo a importância de adotar uma abordagem que vá além das práticas tradicionais. A educação em saúde, embora fundamental, muitas vezes não considera o contexto social e cultural das comunidades. Para que as ações em saúde sejam efetivas, é essencial entender profundamente a realidade vivida pelas pessoas. (DC12)

Considerações transitória

O presente relato de pesquisa se propôs refletir sobre a construção da estrutura metodológica do projeto de educação popular “Conexão de Saberes”, cujo objetivo foi promover a construção de conhecimentos sobre a importância do envelhecimento saudável, desenvolvido como parte das ações do projeto de extensão universitária “Ginasticando na Maturidade” da UFVJM.

Em suma, apresentamos a trajetória da mediadora-pesquisadora que, em conjunto com a orientadora e extensionistas e fundamentada por pressupostos freirianos, edificou uma proposta pedagógica de educação em Saúde organizada nas seguintes fases: Reconhecimentos, Leitura de mundo, Tematização, Problematização e Roda de saberes.

Acreditamos que essa experiência nos permitiu compreender a possibilidade de reinventar metodologias de ensino-aprendizagem a partir de procedimentos investigativos, dialógicos e problematizadores que ressignificam a concepção de lecionar centrada no professor, que ainda se fazem presentes na área da Saúde. Longe de propor formas de ensinar e aprender pré-determinadas, esperamos que nossa experiência possa provocar reflexões e inspirações que nos movam a repensar o ensino em Saúde em diferentes contextos, potencializando o desenvolvimento de práticas pedagógicas humanizadoras e emancipatórias.

Para Freire (2000, p. 40), “A educação é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática [...]”. E seus escritos testemunham isso, sua proposta de educação nada mais é do que o reflexo de relatos e documentações decorrentes de suas experiências educacionais, fato que comprova que a prática educativa está diretamente ligada à reflexiva (Beisiegel, 2010; Brandão, 1981; Feitosa, 2003; Freire, 1963; 1985; 1994).

Logo, ao relatar nossa própria prática docente, podemos refletir sobre as formas como organizamos e desenvolvemos nosso trabalho pedagógico, levando-nos à percepção ampliada acerca do que foi experenciado, o que pode abrir possibilidades para ouvir críticas e explorar novas ações didáticas (Contreras, 2016).

Referências

ALMEIDA, L. P. Extensão universitária no Brasil: processos de aprendizagem a partir da experiência e do sentido. **Dire-Diversités Recherches et Terrains**, Limoges, n. 7, p. 56-67, 2015.

BEISIEGEL, C. R. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONTRERAS, J. Relatos de experiência, em busca de um saber pedagógico. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v.1, n.1, p.14-30, 2016.

Cruz, P. J. S. C. *et al.* Educação popular no SUS: desafios atuais no olhar do Observatório de Educação Popular em Saúde e Realidade Brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 29, n. 6, 2024.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

FEITOSA, S. C. S. O método Paulo Freire. *In*: GADOTTI, M.; GOMEZ, M.; FREIRE, L. (orgs.). **Lecciones de Paulo Freire cruzando fronteras:** experiencias que se completan. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p. 147-157.

FREIRE, P. Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do Processo. **Revista de Cultura da Universidade do Recife**, Recife, n.4, p. 4-22, 1963.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LISBÔA, F. M. Roda de conversa: metodologia na produção de narrativas sobre permanência na universidade. **História Oral**, v. 23, n. 1, p. 161-182, jan./jun. 2020.

LOPES, P. **Ginasticando na Maturidade.** Projeto de extensão aprovado no Edital 001/2024 Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2024.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos:** Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

PINHEIRO, L. R. Rodas de conversa e pesquisa: reflexões de uma abordagem etnográfica. **Pro-Posições**, v. 31, n.e. 20190041, p. 1-30, 2020.

RAMALHO, R. R. Modelo analítico da pedagogia do oprimido: sistematização do método Paulo Freire. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.27, v.e270007, p. 1-23, 2022.

RIBEIRO, L. D. M.; FERNANDES, L. K.; BORGES, F. T. Conversar e argumentar: Rodas de conversa como estratégia de pesquisa sobre processos argumentativos com crianças. **Revista Latina de Sociología**, v. 11, n. 1, p. 59-87, 2021.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2003.

MUTIRÃO DA UFJ: UMA AÇÃO DO NÚCLEO DE EXTENSÃO EM AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR

Mariza Souza Dias[1]
Hildeu Ferreira da Assunção[2]
[3]

Palavras-chave: Assentamentos rurais. Cursos e oficinas. Extensão rural.

Introdução

O Mutirão da Universidade Federal de Jataí (UFJ) é uma estratégia de extensão universitária popular proposta e conduzida pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar (NEAAF) da UFJ, visando a realização de cursos, oficinas, plenárias e serviços que aproximem a comunidade acadêmica da sociedade por e que respondam as demandas da população, seja ela urbana ou rural.

O evento aqui relatado aconteceu nos dias 08 a 08 de novembro de 2024, nos Assentamentos Rurais Agrovila Ivapé e Dois Saltos, localizados no município de Santa Rita do Araguaia, estado de Goiás e que faz parte do Território Rural de Identidade Parque das Emas, lócus de atuação do NEAAF.

O Mutirão foi construído como resposta à demanda das famílias assentadas sobre a necessidade de formação em tecnologias sociais, por meio de cursos e oficinas que poderiam aumentar a qualidade ambiental e a produção e renda das famílias que produzem mais de 70% dos alimentos que são consumidos pela população. Igualmente, o Mutirão também foi pensado como um momento de encontro das famílias e do poder público local para o debate dos problemas dos dois assentamentos, em especial a dificuldade do acesso às políticas públicas destinadas à Agricultura Familiar.

Como o Território se encontra na microrregião Sudoeste de Goiás assim como a UFJ, o Mutirão também se manifesta como uma atividade de territorialização da Universidade, sendo uma estratégia para alcançar o público potencial e realizar atividades que cumpram com o compromisso social educativo para a transformação da realidade.

---

[1] [1] Informações sobre maior titulação, formação, atuação profissional e/ou vínculo institucional e e-mail.
[2] [2] Informações sobre maior titulação, formação, atuação profissional e/ou vínculo institucional e e-mail.
[3] [3] Informações sobre maior titulação, formação, atuação profissional e/ou vínculo institucional e e-mail.

A proposta foi conectar o conhecimento científico da comunidade acadêmica da UFJ com ao conhecimento prático dos agricultores por meio de realização de cursos/oficinas que agregaram valor e promoveram consciencialização da preservação ambiental, uma vez que as atividades estão pautadas nas diretrizes da agroecologia e das tecnologias sociais, além de promover o enfrentamento político e reflexivo sobre a realidade das famílias.

Aspectos metodológicos da experiência

Esse evento nasceu a partir de vários contextos e demandas: a) da necessidade de territorialização da UFJ em municípios do Sudoeste de Goiás; b) da demanda das famílias em relação à dificuldade em acesso às políticas públicas como a construção de moradias, regularização de dívidas e de títulos, comercialização via programas de compras institucionais; c) promoção de cursos e oficinas de tecnologias sociais às famílias agricultoras visando a divulgação e formação em técnicas de autonomia camponesa e d) da realização de ações de extensão da UFJ como a prestação de serviços.

Contextualizando o NEAAF atua realizando ações de extensão popular e acadêmica, baseadas nos princípios da Agroecologia, com Agricultores Familiares do Território de Identidade Parque das Emas desde sua criação em 2008. A partir de 2014 o NEAAF passou a compor o Colegiado do Território e, desde então, suas ações perpassam a extensão rural e a formação política.

Desde 2014 o NEAAF organiza e articula as Plenárias do Colegiado Territorial. As plenárias acontecem a cada dois ou três meses, alternando entre os municípios do Território, com o seguinte cronograma: mesa de discussão e debate sobre as demandas pautadas pela manhã, a realização de curso ou oficina durante a tarde, finalizando com a feira da agricultura familiar.

Dessa forma, a Plenária do Colegiado inclui todos os participantes, dando voz aos poder público, à Universidade e técnicos e aos Agricultores Familiares. Todos tem seu tempo de protagonismo na Plenária, o que é realmente importante para o sucesso do evento e fortalece o sentimento de pertencimento de todos os sujeitos.

O Mutirão da UFJ foi pensado a partir da metodologia das Plenárias, mas com um público maior, seja de pessoas da Universidade como de famílias agricultoras. Os

Assentamentos em que ele aconteceu são os mais carentes de serviços públicos que o Território possui, em todos os setores, de estrada e saneamento básico ao acesso a crédito e respaldo da prefeitura municipal.

Então, o Mutirão contou com uma Plenária pela manhã discutindo as questões do serviço público, com a participação das famílias, vereadores, representantes das cooperativas e sindicatos, representantes da empresa de assessoria técnica, embora a prefeitura não tenha mandado representantes.

Da Plenária saiu indicação e ações para a de cobrança da prefeitura sobre o projeto de construção das casas, da titularização dos lotes e da renegociação de dívidas, com o apoio do NEAAF e do Colegiado do Território.

Os cursos e oficinas foram realizados pelos membros no NEAAF, tanto em atuação como os já formados, agricultores, professores e estudantes de outros cursos e técnicos da Emater, que consistiram em atividades formativa e demonstrativa das tecnologias sociais, sendo:

1- Oficina de caixa d'água de ferro cimento para produção de peixe (NEAAF)
2- Desidratador de frutas a energia solar (NEAAF)
3- Construção de lâmpada de garrafa pet (NEAAF)
4- Oficina de compostagem com micro-organismos eficientes (NEAAF)
5- Oficina de perna de pau, malabares, pipa, brincadeiras (Coordenação de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão da UFJ)
6- Atendimento à saúde - novembro azul (Grupo de extensão Informa Saúde do curso de Medicina da UFJ)
7- Atendimento jurídico (NAJUP – Núcleo de Assessoria Jurídica Popular da UFJ)
8- Atendimento Emater - informações sobre crédito e cadastro da agricultura familiar (EMATER de Jataí e de Santa Rita do Araguaia)
9- Bomba de água a energia solar (Projeto Energia Mulheres da Terra)
10- Curso de boas práticas de produção de alimentos (Médica Veterinária da Cooperativa COOPERMIN de Mineiros)
11- Rotulagem e embalagem de alimentos (Técnica em Alimentos da Cooperativa COOPFAS de Jataí)
12- Ganhos do comércio coletivo (CONEXUS - PNUD)

13- Legislação sobre sistema de inspeção e direitos do agricultor familiar (SIM de Porangatu)

Todas estas atividades foram realizadas nos dois dias de Mutirão, sendo que as despesas foram custeadas pelos projetos “Residência em Agricultura Familiar da UFJ” financiado pelo MAPA e pelo projeto “Mutirão da UFJ” contemplado com recursos da FUNAPE. As fotos 1, 2, 3 e 4 mostram um pouco das atividades do Mutirão.









Durante toda o dia, nos dois dias, aconteceu a Feira da Agricultura Familiar, onde as famílias puderam comercializar alimentos, como doce, queijos, hortaliças, cachaça, castanha de baru, dentre outros e muitos artesanatos feitos com cabaças, sementes, etc.

A Universidade disponibilizou o transporte para os estudantes, professores e participantes de fora da universidade; as famílias agricultoras ficaram responsáveis pela mobilização dos participantes dos assentamentos, bem como a organização do local e a alimentação e o NEAAF organizou e articulou as atividades e o Colegiado fez o contato e convite ao poder público e entidades representativas.

Refletindo com a experiência: potencialidades, desafios e aprendizados

Desde 2014, como foi dito, o NEAAF e o Colegiado se uniram para levar informação e formação para as famílias agricultoras do Território Rural de Identidade Parque das Emas, que abrange nove municípios, sendo Aparecida do Rio Doce, Aporé,

Chapadão do Céu, Jataí, Mineiros, Santa Rita do Araguaia, Serranópolis, Portelândia e Perolândia.

A partir de 2024 a UFJ viu nesse movimento uma estratégia de territorialização de suas ações, para além da extensão rural que o NEAAF já desenvolve, como uma oportunidade de ganhar espaço e respaldo em municípios que ainda não são atendidos pelos serviços da UFJ.

A estratégia da Plenária com a inclusão de cursos formativos e com a feira acontece em vários espaços onde a Agricultura Familiar é o público principal. O NEAAF entendeu que esse espaço territorializado que é a Plenária é um espaço de poder, pois proporciona visibilidade e voz a sujeitos que estavam e ainda estão marginalizados.

Ao mesmo tempo a Plenária por ser um espaço público, proporciona o encontro de representantes tanto do poder público quanto das entidades dos agricultores familiares e os colocam para dialogar sobre os problemas e também na busca de soluções.

A Plenária não resolve os conflitos, mas ela abre o espaço para a dialogicidade entre os sujeitos. Os resultados de uma plenária nem sempre são palpáveis e demoram a aparecer, mas sem ela os problemas nem seriam pautados e muito menos debatidos.

Considerações finais

Após a realização do Mutirão foi construída uma agenda de diálogo com a Prefeitura de Santa Rita do Araguaia sobre as casas (os dois assentamentos não tem casas de alvenaria viáveis para moradia).

A responsável pelo Projeto Energia Mulheres da Terra fará a implantação de uma bomba d'água em cada assentamento, a qual irá atender a empreendimentos coletivos de mulheres.

A agenda do Mutirão para o primeiro semestre já está fechada e acontecerá nos acampamentos nos municípios de Lagoa Santa e Santa Helena, contando com o apoio dos movimentos sociais de luta pela terra que gerem os acampamentos.

Dessa forma, os resultados dessa Extensão Popular via Mutirão já começaram a ser vistos e espera-se que as famílias agricultoras também territorializem a UFJ, assim como já fizeram com o NEAAF e com o Colegiado Territorial.

Referências

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-Universitária-para que Acesso em: 24 mar 2019. GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2000.

OLIVEIRA, A. e MARQUES, M. (Org.). O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

MEDINA, Gabriel. (Orgs.) Agricultura Familiar em Goiás: Lições para o Assessoramento Técnico. Goiânia: Kelps, 2012. 140 p.

OLIVEIRA, Euclides Reuter de; FAISTING, André Luiz. (Orgs.) Experiências interdisciplinares para a construção de conhecimentos solidários. Dourados: Ed. UFGD, 2013. 183-204p.

RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 313 p.

CONHECENDO MELHOR OS(AS) EDUCADORES(AS) HOMENAGEADOS(AS) NAS SALAS DO V SENAPOP



**Material construído com base em textos disponíveis no Blog do Programa de Pesquisa e Extensão PINAB – www.projetopinab.blogspot.com e de outras fontes*

PAULO ROSAS



Fonte da imagem: Arquivo pessoal da família

Paulo da Silveira Rosas nasceu em 15 de abril de 1930, em Natal-RN. Em 1953, concluiu o bacharelado na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco. Interessado pela Psicologia, realizou pós-graduação em Psicologia Aplicada e Orientação Profissional no Instituto de Cultura Hispânica de Madri, em 1954. Autor de 12 livros e cerca de 60 artigos, Paulo Rosas foi professor em diferentes instituições de nível superior do Recife-PE, chefiou departamentos de Psicologia e implantou cursos de pós-graduação. Em 1976 tornou-se livre docente e doutor em História da Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), local onde desenvolveu, além de suas qualidades docentes, sua capacidade científica, sua competência, honestidade e conduta ética. Depois da morte do amigo e irmão (Paulo Freire), empenhou-se na fundação do Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas.

O desejo por mudanças marcou sua experiência no ensino médio, e por transformação, toda sua vida. Defendia a educação libertadora, crítica e democrática que levasse o aluno a caminhar com os próprios pés, a se assumir como cidadão que perseguia. Sempre se preocupou com seus alunos e alunas, interessado em descobrir suas potencialidades e seus pontos positivos. O respeito sempre foi um valor importante em suas relações pessoais. Junto com o amigo Paulo Freire e outros, Rosas fundou o Movimento de Cultura Popular (MCP), amplo movimento de alfabetização popular ocorrido no Recife-PE entre 1960 e 1964. A afinidade de pensamento entre Freire e Rosas especialmente no entendimento da educação como prática política, propiciou diversas atividades conjuntas na área educacional, além de uma fraterna amizade.

Foi destacado expoente nos esforços relacionados com a legalização da profissão do psicólogo no Brasil e na criação e promoção dos respectivos Conselhos. Além do mais, registra-se sua atuação em funções de prestígio profissional junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em missão especial no Brasil e em outros países. Na última de suas missões realizadas na França, ocasião em que também representou esta Academia, faleceu repentinamente em Paris, em 28 de novembro de 2003. Paulo Rosas é hoje lembrado não somente por seu legado profissional na Educação e na Psicologia, mas por suas honráveis qualidades, sobretudo a união de seu trabalho, o amor à família e amigos.

ALDER JÚLIO FERREIRA CALADO



Fonte da imagem: https://muriemoraes.blogspot.com/2019/02/alder-julio-professor-e-sociologo-que.html

Alder Júlio Ferreira Calado é licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA), tem Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Doutorado em *Anthropologie et Sociologie du Politique - Université de Paris VIII*. Foi durante bom tempo, docente-pesquisador na FAFICA, em Caruaru. Até 1999, atuou no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPSS), todos da UFPB, como docente e orientador. Entre as principais disciplinas ministradas, estavam: Movimentos Sociais, Educação Popular, Sociedade e Cidadania: o protagonismo dos Movimentos Sociais. Ao longo desse tempo, concluiu 23 orientações, nos Programas onde atuou. Além disso, participou com frequência de bancas examinadoras em vários programas de pós-graduação destas áreas, em instituições como UFPB, UFPE e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Em sua trajetória, tem desenvolvido pesquisas interdisciplinares (áreas de Sociologia, Educação, Ciência Política, Antropologia e História), com ênfase em Movimentos Sociais, Edução Popular, Estado e Religião. Inclusive já publicou vários livros e capítulos de livros abordando tais temáticas. É membro do Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas. Acompanha a trajetória de Movimentos Sociais no Nordeste, desde meados dos anos 60. Desenvolve atividades de assessoria de formação em Serra Redonda-PB, desde 1981, junto a jovens do meio popular rural e urbano. Nos últimos anos, vem se dedicando a pesquisas sobre saberes alternativos à sociabilidade dominante.

EULINA PEREIRA FERREIRA



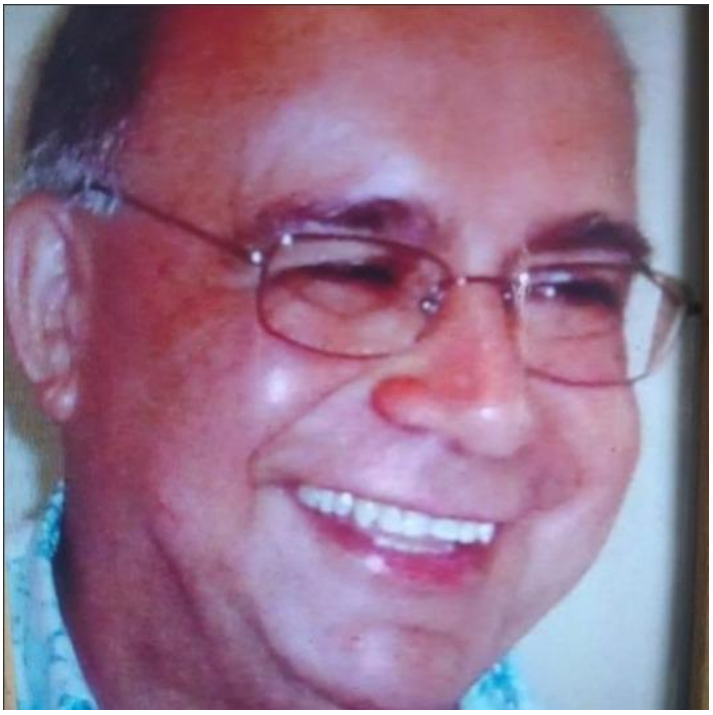
Fonte da imagem: Arquivo pessoal da família

Eulina Pereira Ferreira foi uma agente comunitária de saúde, educadora popular, terapeuta comunitária e colaboradora do Programa de Pesquisa e Extensão Práticas Integrais de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (PINAB) que atuou, fortemente, na Comunidade Jardim Itabaiana, vinculada ao território da Unidade de Saúde da Família Vila Saúde. Ela participou de projetos de alfabetização de jovens e adultos, principalmente no âmbito do projeto Sal da Terra, bem como fundou um grupo de terapia comunitária nesta mesma comunidade, visando proporcionar a escuta, o apoio social e promover a promoção da saúde e do cuidado integral entre as pessoas da comunidade.

Ao longo da sua história também colaborou com ações de mobilização comunitária, participação popular e de trabalhos sociais no contexto da comunidade São Francisco, no Rangel, além de outras cidades e comunidades do estado da Paraíba. Sua dinâmica de ação - pautada pela escuta, diálogo e pela construção compartilhada de enfrentamentos aos desafios para a promoção da saúde e do bem viver - proporcionou a construção de espaços sociais e educativos ricos para a promoção de processos emancipatórios e humanizadores dos referidos territórios. Essa experiência foi marcada pela composição de um vínculo afetivo entre as várias pessoas que participavam de forma protagônica desse espaço terapêutico.

Em sua colaboração com o Programa PINAB, Eulina atuou como coordenadora comunitária do Programa por sete anos (2012-2019), particularmente protagonizando espaço de diálogo através do qual se construiu o conselho local de saúde da comunidade, a horta popular Boa Esperança, um curso de formação em segurança alimentar e nutricional na comunidade, dentre outras experiências. Infelizmente Eulina veio a falecer no ano de 2019, aos 65 anos, mas sua história, sua memória, e os ensinamentos que compartilhou ao longo de produção no seu trabalho e nas reflexões produzidas, permanecem vibrantes na comunidade e em todos os espaços protagonizados por trabalhadores e militantes de movimentos sociais com os quais trabalhou.

JOÃO FRANCISCO DE SOUZA



Fonte da imagem: https://www.instagram.com/p/CBg9XOPJjPj/?hl=es-la

João Francisco de Souza foi sociólogo e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com expressiva atuação na construção do campo da educação popular no Brasil, em particular, nos seguintes temas: fundamentos da educação, movimentos sociais, pluriculturalidade, interculturalidade, democracia, formação de professores e professoras, educação de jovens e adultos.

Atuou como coordenador do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular (NUPEP/UFPE), também foi membro da Academia Pernambucana de Letras. Sua trajetória foi pautada na perspectiva freiriana e teve início em 1961, na mesma época em que conheceu Paulo Freire no Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife-PE. Junto com outros pesquisadores e pesquisadoras do país, particularmente nos anos de 1990-2000, contribuiu para a ampliação da educação popular como campo de pesquisa e de produção do conhecimento, em especial, na interface entre educação, movimentos sociais e interculturalidade.

Faleceu em 2008, com 63 anos, deixando um rico e significativo legado que contribui para o fortalecimento da educação popular nas várias áreas de ação e trabalho social, corroborando para o fortalecimento da mobilização popular e dos anseios e lutas para transformação social.

PALMIRA SERGIO LOPES



Fonte da imagem: https://youtu.be/wuYKaGusAS0?si=V26SkuMfIT3JRNB1

Palmira Sérgio Lopes, conhecida, carinhosamente, como Dona Palmira, é uma das principais referências populares da Paraíba no trabalho com as plantas medicinais, com os movimentos sociais, com iniciativas de educação popular e ações de luta e enfrentamento em defesa da saúde pública de qualidade e da valorização das práticas populares e ancestrais de saúde. É coordenadora do Movimento Popular de Saúde da Paraíba, um movimento de abrangência nacional que contribuiu com a implantação do Sistema Único de Saúde no país. Historicamente, ela atuou junto aos movimentos de luta pela terra, católicos, de mulheres, pastoral da criança, dentre outras participações políticas e sociais a nível local e nacional.

"Palmira, és como flor em terra seca
Símbolo de força e resistência
Tens a leveza da poesia em tempos sóbrios
Sabedorias de cura em tempo de descaso
E poder de união em tempos de luta

Tantos anos de partilha
Conhecimentos e sabedorias
Faz Tu não mais apenas Tu
Pois tem um pouco de Tu em cada um de nós
Multiplicastes, e teus conhecimentos hoje fazem escola.

Símbolo de força e resistência
És mulher, mãe, avó
És trabalho, estudo e militância
És cultura popular, és resistência do povo

Teu território carrega tua historia
O MOPS carrega tua Historia
A UFPB carrega tua historia
O Brasil carrega tua historia
Tem marcas de ti por onde passa

Então te saúdo minha amiga, com um terno abraço
Em nome de todos que puderam aprender contigo
Obrigada por resistir
Obrigada por existir
Obrigada principalmente por partilhar."

(autoria de Iris de Souza Abílio, 2019)

MARIA VALÉRIA REZENDE



Fonte da imagem: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_cultura/maria-valeria-rezende-ganha-mais-um-jabuti-de-literatura

Maria Valéria Rezende é formada em Língua e Literatura Francesa, Pedagogia e Mestra em Sociologia. Desde os anos 1960, atua no campo da Educação Popular, em diferentes regiões do Brasil e no exterior, tendo trabalhado em todos os continentes.

Sua intensa trajetória de vida tornou-a uma escritora renomada, vencedora do Prêmio Jabuti em 2009, 2013, 2015, dentre outros prêmios. Expressando sua humanidade poética, gosta de assim se apresentar: “Sou uma andarilha especializada em fazer perguntas, ouvir histórias, recontá-las oralmente ou por escrito para suscitar a reflexão sobre as práticas humanas e seu aperfeiçoamento ou transformação”.

JOSÉ FRANCISCO DE MELO NETO



Fonte da imagem: https://blogdaaccl.wordpress.com/academicos/membros/jose-francisco-de-melo-neto/

Graduado em Química pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Especialista em Química pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal de Penambuco (UFPE). Graduou-se em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Cursou mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Realizou programa pós-doutoral na Universidade de São Paulo (USP). Atuou como professor titular da UFPB e possui vasta experiência na área de Educação promovendo a interdisciplinaridade. Em Educação Popular, desenvolve atividades nos seguintes campos: Fundamentos Filosóficos e Análises de Experiências da Educação, em Educação Popular nos Movimentos Sociais e em programas e projetos de Extensão Popular, em especial, aqueles voltados à economia solidária.

IVANDRO DA COSTA SALES



Fonte da imagem: https://youtu.be/wVRM0DqcF3M?si=cBpKoVobIUquXPt5

Ivandro da Costa Sales é licenciado em Sociologia. Orientação: Sociologia do Desenvolvimento pela *Université Catholique de Louvain*. Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento pela *Université Catholique de Louvain*. Graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Atuou na função de professor adjunto da UFPE - Centro Acadêmico do Agreste. Tem experiência na área de assessoria a movimentos sociais e a órgãos governamentais, com ênfase em teoria e metodologia de Educação Popular e Gestão Democrática, atuando principalmente nos seguintes temas: participação social, democracia, sociedade civil, conselhos de gestão.

CARLOS RODRIGUES BRANDÃO



Fonte da imagem: https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2023/07/12/morre-aos-83-anos-o-escritor-e-professor-carlos-rodrigues-brandao-em-campinas.ghtml

Carlos Rodrigues Brandão nasceu no Rio de Janeiro-RJ, em 14 de abril de 1940 e faleceu em Campinas-SP, no dia 11 de julho de 2023.

Brandão, como era carinhosamente conhecido, foi um escritor e professor brasileiro. Era graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Cursou mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília e doutorou-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo.

Carlos Brandão foi professor na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ao longo de sua vida, publicou mais de 100 livros nas áreas da Antropologia, Educação, Arte e Meio Ambiente, além de ser autor também de livros infantis, contos e poesias. Entre os livros mais conhecidos, está "O que é educação", publicado pela Editora Brasiliense, o qual tornou-se uma obra clássica e muito utilizada até hoje nos cursos de licenciatura (formação de professores) em todo o Brasil.

CONCEIÇÃO PALUDO



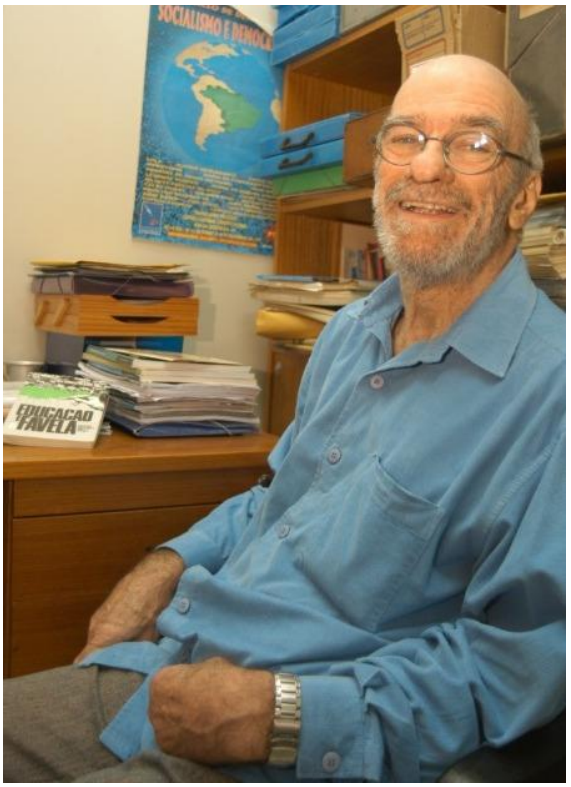
Fonte da imagem: https://veredapopular.org/2023/05/04/conceicao-presente/

Conceição Paludo foi graduada em Pedagogia, com Especialização em Educação Psicomotora e em Orientação Educacional, possuindo Mestrado em Educação e Doutorado em Educação, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi professora titular - docente no curso de Licenciatura em Educação do Campo, nas Licenciaturas e pesquisadora na UFRGS, na Faculdade de Educação (FACED) - Departamento de Estudos Básicos; na Linha de Pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE), da qual foi coordenadora. Atuou nos cursos de Mestrado e Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, sendo membro da Coordenação do Programa de Pós Graduação da FACED/UFRGS. Fez parte do coletivo de professores do Programa Escola da Terra e participou da Articulação por Uma Educação do Campo da Região Sul do Brasil, que envolvia os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e da Articulação por uma Educação do Campo no Rio Grande do Sul.

Iniciou sua experiência como educadora popular na década de 1980, junto à Pastoral da Juventude. Desde essa época, atuou em diversas organizações não governamentais, como o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), no qual foi educadora e participou também da gestão. Atuou como educadora popular junto a movimentos sociais, como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento dos Trabalhadores Por Direitos, Movimento Sindical, entre outros.

Como uma intelectual orgânica (conforme a definição de Gramsci), Conceição atuou junto aos movimentos sociais populares e democráticos. Sabia que, como enfatizava Paulo Freire, a teoria dissociada da prática incorre em mero "verbalismo" e que prática dissociada de uma congruente apropriação teórica pode levar-nos ao "ativismo" puro e simples. Com Freire, Conceição aprendeu, e ensinou com o seu exemplo, que a ação criadora e modificadora da realidade, requer a práxis, a união orgânica e dialética entre a prática e a teoria. Com sua tese, contribuiu para uma compreensão original sobre a Educação Popular, seus agentes, suas vertentes históricas e o potencial do Campo Democrático e Popular na transformação social.

VICTOR VINCENT VALLA



Fonte da imagem: https://fiocruz.br/personalidade/victor-vincent-valla

Victor Vincent Valla foi um dos principais nomes da Educação Popular em Saúde no Brasil. Nascido nos Estados Unidos da América e naturalizado brasileiro, Valla dedicou sua vida à militância política, à pesquisa participativa e ao fortalecimento dos saberes populares como forma de transformação social.

Graduado em Educação pela *Saint Edward's University*, em Austin, no Texas, fez mestrado e doutorado em História Social na Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado pela *University of California System*. Professor-pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ) e referência ética e teórica para a construção de práticas educativas libertadoras, Valla apostava na escuta atenta, no diálogo com as comunidades e no compromisso com os excluídos.

Entre suas principais contribuições estão a sistematização da Educação Popular em Saúde como campo de saber e prática no Sistema Único de Saúde (SUS), a defesa das metodologias participativas e sua atuação junto a movimentos sociais, trabalhadores da saúde e populações em vulnerabilidade.

Sua trajetória inspira, ainda hoje, a todos que acreditam em uma saúde construída com o povo, por meio da escuta, do afeto e da luta coletiva.

"Educar é escutar a sabedoria do povo e caminhar junto com ele na construção de novos mundos” (*Victor Vincent Valla*).

MARIA SALETE VAN DER POEL



Fonte da imagem: https://www.extraclasse.org.br/educacao/2019/06/se-eu-perder-a-utopia-eu-perco-a-vida/

Maria Salete Van Der Poel é natural de Campina Grande-PB. Começou sua trajetória ao lado dos movimentos sociais, período que possuía idade em torno dos 15 e 16 anos e quando ainda estava no Centro Estudantil Campinense. Mais tarde, após prestar o vestibular e iniciar a sua vida acadêmica, passou a integrar a Juventude Universitária Católica (JUC).

Na JUC atuou ao lado dos chamados cristãos de esquerda, que tinham como liderança Herbert de Souza, o Betinho. Ao longo do tempo, foi se tornando atuante no movimento, quando em março de 1962 houve um congresso em Minas Gerais, momento em que ocorreu a cisão entre as JUC's, surgindo assim a Ação Popular (AP), que era ligada aos movimentos de esquerda internos à JUC.

Maria Salete Van Der Poel é formada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru e possui Mestrado em Educação de Adultos pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Estudou e trabalhou com Paulo Freire, sempre mantendo contato e amizade até a partida do mesmo, em 1997. É uma ávida e reconhecida militante do campo da Educação Popular que participou de experiências formativas com Paulo Freire e sua equipe, e após voltar da cidade de Recife-PE para o estado da Paraíba, colaborou na ampliação da experiência da Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), ajudando a concebê-la na cidade de Campina Grande-PB.

É professora aposentada da UFPB e no campo educacional é pioneira da educação carcerária no Brasil. Ainda como educadora, cabe destacar que é uma das cofundadoras e participante ativa da Rede de Letramento de Jovens e Adultos da Paraíba (RELEJA).

EYMARD MOURÃO VASCONCELOS



Fonte da imagem: https://abrasco.org.br/palmira-lopes-e-eymard-vasconcelos-homenageados-pela-abrasco/

Eymard Mourão Vasconcelos nasceu na cidade de Belo Horizonte-MG, mas desde o final da década de 1970, reside e trabalha na cidade de João Pessoa-PB. Ele destaca-se nacionalmente como um dos sujeitos com papel relevante e contribuição singular para a constituição do movimento de Educação Popular que se disseminou pelo setor saúde no âmbito da Paraíba e do Brasil. A sua formação é em Medicina (1975), com especialização em Residência de Clínica Médica (1977), Mestrado em Educação (1986), Doutorado em Medicina Tropical (1997) – todos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – e especialização (1981) e pós-doutorado em Saúde Pública (2005) pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ).

É professor aposentado do Departamento de Promoção da Saúde, do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo atuado, também, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Iniciou sua carreira como docente da UFPB no ano de 1978, onde assumiu o cargo de professor em diferentes cursos de graduação do Centro de Ciências da Saúde e depois do Centro de Ciências Médica. Entre as as décadas de 1970 e 1980, atuou junto às pastorais da Igreja Católica, principalmente no Centro de Orientação dos Direitos Humanos da Diocese de Guarabira, situado na região do brejo paraibano. Teve forte participação no Movimento Popular de Saúde (MOPS) da Paraíba.

Em 1991, teve papel de liderança na organização nacional de um movimento social de profissionais de saúde identificados com a potencialidade da Educação Popular para a construção de uma atenção à saúde mais integral e participativa. Esse movimento veio a ser denominado, algum tempo depois, de Rede de Educação Popular em Saúde (REDEPOP). Desde a década de 1990, tem coordenado e apoiado iniciativas extensionistas orientadas pelo referencial teórico-metodológico e ético-político da Educação Popular, ajudando a consolidar a concepção de Extensão Popular e desvelando as suas contribuições para a formação em saúde.

JOSÉ IVO DOS SANTOS PEDROSA



Fonte da imagem: https://piauihoje.com/noticias/geral/morre-ze-ivo-professor-do-curso-de-medicina-da-ufpi-e-grande-incentivador-do-sus-427430.html

José Ivo dos Santos Pedrosa nasceu em Parnaíba-PI. Foi um eminente professor, pesquisador e defensor da saúde pública brasileira. Formado em Medicina pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Saúde Comunitária pela UFBA e Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), dedicou sua vida ao ensino superior, ingressando como docente na Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 1981.

Destacou-se como fundador do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP/UFPI) e foi pioneiro na implantação do curso de Medicina do Campus Ministro Reis Velloso - atual Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) -, onde atuou como primeiro coordenador. Além disso, coordenou até a data de seu falecimento o Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família (PROFSAÚDE/UFDPar).

Entre 2003-2010, liderou a área de Educação Popular em Saúde do Ministério da Saúde, fortalecendo o Sistema Único de Saúde (SUS) e promovendo participação social nas políticas públicas. Fervoroso defensor do SUS e da equidade, recebeu o Prêmio Mérito em Saúde (2022) e homenagens da Fundação Oswaldo Cruz no ano de 2023.

Formou gerações de trabalhadores da saúde comprometidos com a saúde coletiva e comunitária, com a atenção primária e pela humanização da saúde. Sua paixão pela Educação Popular e sua liderança inspiradora deixaram marcas profundas na academia, nos movimentos sociais e populares, e no SUS.

SIGAM AS AÇÕES, ESTUDOS, PESQUISAS E DEBATES DO EXTELAR NAS REDES

Canal do EXTELAR no YouTube: https://www.youtube.com/channel/UCrYIIJwyDiKoKJf8XoiWhkw

Site do EXTELAR na UFPB: http://www.prac.ufpb.br/nuplar/contents/menu/extelar

Site do NUPLAR: http://www.prac.ufpb.br/nuplar

Facebook do EXTELAR: https://www.facebook.com/pesquisaemextensaopopular/

Instagram do NUPLAR: https://www.instagram.com/nuplarufpb/

Sites do SENAPOP: https://www.even3.com.br/senapop2022 e http://plone.ufpb.br/nuplar/contents/menu/iv-senapop

CONHEÇAM OS ANAIS DOS SENAPOP'S

ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR (Editora UFPB, 2009) - https://drive.google.com/file/d/0B6Ug-DFcc-X9RE5yQUdwY25jekU/view?resourcekey=0-YPPPnFjDbJjWWhV_oJkHLA

ANAIS DO II SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR (Editora UFPB, 2013) - https://drive.google.com/file/d/0B6Ug-DFcc-X9elYyazNFLTJ1SGs/view?resourcekey=0-q4-v6uw8C52seAxqMFXKww

ANAIS DO III SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR (Editora UFPB, 2016) - https://drive.google.com/file/d/0B5HBSD9i1L0AaHZIZUw2NEdoanM/view?usp=sharing&resourcekey=0-h3H8Xfgbv1iRf8msm-9dNA

ANAIS DO IV SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR (Editora CCTA/UFPB, 2022) - https://drive.google.com/file/d/1srDXbHCG2cT8x4gL9NUDggoJpVQ2w8na/view


V SENAPOP 2025